SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 30 de Dezembro de 2013 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO VIII | Nº 1879

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/2012

Contratante: CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: ASSIS E BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, inscrita NO CNPJ sob. Nº 11.653.000/0001-07. Objeto: Altera o vencimento para 31/12/2014 e estabelece novo valor total para 2014 em R$ 25.720,16.

São José dos Quatro Marcos, 24 de dezembro de 2013.

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Dariu Antonio Carniel
Código Identificador:F89F190E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2012

Contratante: CIDESAT do COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: **GASPARINI E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA,** CNPJ 08.741.643/0001-06. Objeto: Altera o vencimento para 31/12/2014.

São José dos Quatro Marcos, 24 de dezembro de 2013

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Dariu Antonio Carniel
Código Identificador:831DDB2E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.140/2013

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ASIEL BEZERRA DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2014, Estima a Receita Bruta em R$ 117.562.000,00 (cento e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil reais), a Receita Líquida em R$ 107.500.000,00 (cento e sete milhões e quinhentos mil reais), e Fixa a Despesa em R$ 107.500.000,00 (cento e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo destinado para a Administração Direta o total de R$ 91.855.000,00 (noventa e um milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais) e para a Indireta R$ 15.645.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais.

Parágrafo Único: O orçamento para 2014 ficará assim distribuído:

ORÇAMENTO FISCAL	**67.130.000,00**
DA SEGURIDADE SOCIAL	**40.370.000,00**
TOTAL GERAL	**107.500.000,00**

Art. 2º - A receita orçamentária será realizada, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir.

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	76.355.000,00
Receitas de Capital	R$	11.000.000,00
TOTAL	**R$**	**87.355.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	R$	79.255.000,00
Receita Tributária	R$	10.825.000,00
(-) Deduções da Receita Tributaria	R$	-1.377.000,00
Receita de Contribuição	R$	2.000.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	231.000,00
(-) Deduções das Receitas Patrimoniais	R$	-5.000,00
Receita de Serviços	R$	535.000,00
Transferências Correntes	R$	70.877.000,00
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	-7.740.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	4.849.000,00
(-) Deduções de Outras Receitas Correntes	R$	-940.000,00

RECEITAS DE CAPITAL	R$	12.600.000,00
Operações de Crédito	R$	1.000.000,00
Transferências de Capital	R$	11.600.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**91.855.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	15.645.000,00
TOTAL	**R$**	**15.645.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	R$	15.645.000,00
Receita de Contribuição	R$	2.520.000,00
Receita de Contribuições – Intra-orçamentária	R$	3.040.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	10.010.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	75.000,00
SUB–TOTAL.	**R$**	**15.645.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**107.500.000,00**

Art. 3.º - A Despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

1 – Por Órgãos da Administração

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – CÂMARA MUNICIPAL	**R$**	**3.300.000,00**
001 – Câmara Municipal	R$	3.300.000,00
02 – DIRECAO SUPERIOR	R$	4.075.000,00
02.001 – Executivo Municipal	R$	2.755.000,00
02.002 – Procuradoria Municipal	R$	400.000,00
02.003 – Contadoria Municipal	R$	100.000,00
02.004 – Controle Interno Municipal	R$	250.000,00
02.005 – Sistema Municipal de Defesa do Consumidor	R$	450.000,00
02.006 – Departamento de Planejamento e Gestão.	R$	120.000,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	R$	4.165.000,00
03.001 – Gerencia Administrativa	R$	290.000,00
03.002 – Coordenação de Administração	R$	3.875.000,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R$	6.375.000,00
04.001 – Gerencia Administrativa	R$	2.120.000,00
04.002 – Coordenação de Administração	R$	4.210.000,00
04.003 – Coordenação de Arrecadação e Fiscalização	R$	45.000,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	R$	1.000.000,00
05.001 – Departamento de Comunicação Social	R$	1.000.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R$	4.570.000,00
06.001 – Gerencia Administrativa	R$	1.070.000,00
06.002 – Fundo Municipal de Assistência Social	R$	3.500.000,00
07 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO	R$	23.550.000,00
07.001 – Gerencia Administrativa	R$	6.965.000,00
07.002 – Coordenação de Políticas Pedagógicas	R$	313.000,00
07.003 – Fundeb	R$	12.300.000,00
07.004 – Coordenação de Alimentação	R$	972.000,00
07.005 – Coordenação de Transporte	R$	3.000.000,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E JUVENTUDE	R$	1.455.000,00
08.001 – Gerencia Administrativa	R$	820.000,00
08.002 – Coordenação de Projetos Culturais	R$	595.000,00
08.003 – Coordenação de Eventos a Juventude	R$	40.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R$	20.585.000,00
09.001 – Gerencia Administrativa	R$	2.845.000,00
09.002 – Fundo Municipal de Saúde	R$	17.740.000,00
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SEGURANCA	R$	1.440.000,00
10.001 – Gerencia Administrativa	R$	500.000,00
10.002 – Coordenação de Transito e Segurança	R$	940.000,00
11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	**R$**	10.875.000,00
11.001 – Gerencia Administrativa	R$	4.500.000,00
11.002 – Coordenação de Obras e Infra-Estrutura	R$	4.790.000,00
11.003 – Coordenação de Engenharia Projeto e Urbanismo	R$	485.000,00
11.004 – Coordenação de Iluminação Pública	R$	1.100.000,00
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	R$	2.010.000,00
12.001 – Gerencia Administrativa	R$	1.385.000,00
12.002 – Coordenação de Esporte e Lazer	R$	625.000,00
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R$	2.860.000,00
13.001 – Gerencia Administrativa	R$	2.050.000,00
13.002 – Coordenação do Meio Ambiente	R$	810.000,00
14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R$	1.850.000,00
14.001 – Gerencia Administrativa	R$	1.500.000,00
14.002 – Coordenação de Desenvolvimento Agrícola	R$	300.000,00
14.003 – Coordenação de Desenvolvimento Animal	R$	50.000,00
15 – SECRETARIA MUN. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	R$	1.400.000,00
15.001 – Gerencia Administrativa	R$	1.110.000,00
15.002 – Coordenação de Industria e Comércio	R$	135.000,00
15.003 – Coordenação de Turismo	R$	155.000,00
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	R$	2.345.000,00
17.001 – Departamento da Cidade	R$	2.345.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**91.855.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

16 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**15.645.000,00**
16.001 – IPREAF	R$	15.645.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**15.645.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**107.500.000,00**

2 – Por Categoria Econômica

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R$	77.674.550,00
Despesas de Capital	R$	14.079.000,00
Reserva de Contingência	R$	101.450,00
SUB-TOTAL	**R$**	**91.855.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	R$	3.266.450,00
Despesas de Capital	R$	200.000,00
Reserva do RPPS	R$	12.178.550,00
SUB-TOTAL	**R$**	**15.645.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**107.500.000,00**

3 – Por Funções

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – Legislativa	R$	3.300.000,00
02 – Judiciária	R$	400.000,00
04 – Administração	R$	12.610.000,00
06 – Segurança Pública	R$	1.440.000,00
08 – Assistência Social	R$	4.140.000,00
10 – Saúde	R$	20.585.000,00
11 – Trabalho	R$	1.018.550,00
12 – Educação	R$	23.550.000,00
13 – Cultura	R$	1.455.000,00
15 – Urbanismo	R$	2.345.000,00
16 – Habitação	R$	430.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	2.860.000,00
20 – Agricultura	R$	1.820.000,00
22 – Indústria	R$	1.160.000,00
23 – Comércio e Serviços	R$	270.000,00
25 – Energia	R$	1.100.000,00
26 – Transporte	R$	8.660.000,00
27 – Desporto e Lazer	R$	2.010.000,00
28 – Encargos Especiais	R$	2.600.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	101.450,00
SUB-TOTAL	**R$**	**91.855.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

16 – PREVIDENCIA SOCIAL	R$	15.645.000,00
SUB TOTAL	**R$**	**15.645.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**107.500.000,00**

4 – Por Função e Programas

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – LEGISLATIVA	R$	3.300.000,00
0001 – Ação do Legislativo	R$	3.260.000,00

0002 – Infra-Estrutura do Legislativo	R$	40.000,00
02 – JUDICIÁRIA	R$	400.000,00
0006 – Defesa da Ordem Jurídica	R$	400.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	R$	12.610.000,00
0005 – Políticas Públicas e Relações Institucionais	R$	600.000,00
0007 – Auditoria e Controle	R$	250.000,00
0008 – Gestão Pública Responsável e Transparente	R$	1.000.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	9.820.000,00
0010 – Construção e Reforma dos Próprios Públicos	R$	640.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	300.000,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R$	1.440.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	1.075.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	35.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	70.000,00
0026 – Execução da Infra-Estrutura	R$	260.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	4.140.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	2.255.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	570.000,00
0040 – Proteção Social Básica	R$	1.315.000,00
10 – SAÚDE	R$	20.585.000,00
0021 – Gestão das Políticas Publicas de Saúde.	R$	8.367.000,00
0022 – Bloco de Financiamento do SUS	R$	10.743.000,00
0032 – Infra-Estrutura da Saúde	R$	1.475.000,00
11 –TRABALHO	R$	1.018.550,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	110.000,00
0012 – Pasep	R$	908.550,00
12 – EDUCAÇÃO	R$	23.550.000,00
0016 – Gerenciamento Global da Educação	R$	5.028.000,00
0017 – Merenda Escolar	R$	972.000,00
0018 – Infra-Estrutura Educacional	R$	2.250.000,00
0019 – Gestão do Fundeb	R$	12.300.000,00
0020 – Transporte Escolar	R$	3.000.000,00
13 – CULTURA	R$	1.455.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	820.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	15.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	35.000,00
0032 – Promoção e Difusão Cultural	R$	585.000,00

15 – URBANISMO	R$	2.345.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	185.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	635.000,00
0025 – Limpeza, Conservação e Melhoramento de Logradouros	R$	275.000,00
0026 – Execução de Infra-Estrutura	R$	1.250.000,00
16 – HABITAÇÃO	R$	430.000,00
0014 – Programa de Fomento a Construções de Moradias	R$	430.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R$	2.860.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	2.050.000,00
0024 – Defesa Civil e Obras Emergenciais	R$	50.000,00
0026 – Execução de Infra-Estrutura	R$	50.000,00
0030 – Gestão da Política Ambiental	R$	710.000,00

20 – AGRICULTURA	R$	1.820.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	1.250.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	30.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	150.000,00
0028 – Desenvolvimento e promoção da Agropecuária	R$	200.000,00
0029 – Fomento a Piscicultura	R$	50.000,00
0030 – Gestão da Política Ambiental	R$	140.000,00
22 – INDÚSTRIA	R$	1.160.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	1.060.000,00
0031 – Promoção da Industria e Comércio	R$	100.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	R$	270.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	50.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	50.000,00
0026 – Execução de Infraestrutura	R$	30.000,00
0027 – Alta Floresta Turismo	R$	105.000,00
0031 – Promoção da Industria e Comércio	R$	35.000,00
25 – ENERGIA	R$	1.100.000,00
0026 – Execução de Infra-Estrutura	R$	1.100.000,00
26 – TRANSPORTE	R$	8.660.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	4.750.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	300.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	2.600.000,00
0025 – Limpeza, conservação e melhoria de logradouros públicos	R$	200.000,00
0026 – Execução de Infra-Estrutura	R$	810.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R$	2.010.000,00
0009 – Gestão Administrativa	R$	1.385.000,00
0010 – Construção e Reforma de Próprios Públicos	R$	390.000,00
0011 – Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	100.000,00
0033 – Gestão da Política de Esporte e Lazer.	R$	135.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R$	2.600.000,00
0013 – Serviço da Divida Interna	R$	2.600.000,00

99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	101.450,00
9999 – Reserva de Contingência	R$	101.450,00
SUB-TOTAL	R$	91.855.000,00

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

I – IPREAF – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 – PREVIDENCIA SOCIAL	R$	15.645.000,00
0003 – Gestão de Benefícios IPREAF	R$	15.495.000,00
0004 – Infraestratura do IPREAF	R$	150.000,00
SUB-TOTAL	R$	15.645.000,00
TOTAL GERAL	R$	103.000.000,00

5 – Classificação Segundo a Natureza

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	DESPESAS CORRENTES	R$	**77.674.550,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	43.067.000,00
32.00.00.00.00	Juros e Encargos da Divida	R$	345.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	34.262.550,00
	DESPESAS DE CAPITAL	R$	**14.079.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	11.649.000,00
46.00.00.00.00	Amortização da Divida	R$	2.430.000,00
99.00.00.00.00	**Reserva de Contingência**	R$	**101.450,00**
SUB-TOTAL		R$	**91.855.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**3.266.450,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	2.685.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	581.450,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**200.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	200.000,00
77.99.00.00.00	**Reserva de Legal do RPPS**	**R$**	**12.178.550,00**
	SUB-TOTAL	**R$**	**15.645.000,00**
	TOTAL GERAL	**R$**	**107.500.000,00**

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus Incisos da Lei nº. 4.320/64, até o limite de 30,00% (trinta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º desta lei.

b) - Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Art. 5.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, independente do limite fixado no artigo anterior.

Art. 6.º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante lei específica.

Art. 7.º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.014.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.014, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, em 27 de Dezembro de 2013.

ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luquezia Lopes Martins
Código Identificador:87E3F80F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

CÂMARA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO

O Sr. VANDERALQUES DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público para preenchimento de Cargos Vagos ao Quadro Efetivo da Administração Municipal - Edital Nº 001/2013, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na Sede da Câmara Municipal de Alto Araguaia-MT, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

Clas.	Cargo	Nome
001	Agente Parlamentar de Vigilância e Recepção	Ernaldo Carneiro de Almeida
001	Auxiliar Parlamentar de Serviços Gerais	Liane dos Santos Barbosa
002	Auxiliar Parlamentar de Serviços Gerais	Mayra de Jesus Almeida
001	Assistente Legislativo de Almoxarifado e Patrimônio	Juliana Paganini Scanferla
001	Contador	Edimar Ferreira dos Anjos
001	Controlador	Hugo Assunção Capistrano
001	Procurador Jurídico	Silvio José de C. Maio Neto
001	Tesoureiro	Rodrigo Manzale de Macedo

Alto Araguaia-MT, 20 de dezembro de 2013.

VANDERALQUES DE CASTRO
Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia-M

Publicado por:
Lucidaria Paes Ferreira Nunes
Código Identificador:566BE597

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sr. JERONIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições legais, Convoca o servidor Ernane Ribeiro, portador do CPF: 130.138.901-34, à comparecer na Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, situada à Avenida Carlos Hugueney, 572, no prazo máximo de 03 (três) dias para regularização de sua situação funcional, sob pena de ser demitido por abandono de cargo, conforme artigo 202 da Lei Municipal nº 1079/97.

Alto Araguaia – MT, 27 de Dezembro de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sebastião Elias Filho
Código Identificador:70FF8B45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.213, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Revoga a Portaria n° 1.157/2013".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...
RESOLVE:
Art. 1º Revogar a Portaria n° 1.157, de 25 de novembro de 2013, que nomeia a Comissão Examinadora do Concurso Público 001/2013.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-Se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 27 de dezembro de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sebastião Elias Filho
Código Identificador:68EC3996

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO
LEI 371-2013

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL – PPA - PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

ART. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual para o Quadriênio de 2014-2017, cumprindo as disposições legai previstas na Constituição Federal em seu Art. 165, Parágrafo 1º e disposto da Lei Orgânica do Município de Alto Paraguai.

ART. 2º - O PPA 201-2017 é composto dos seguintes anexos, a saber:
Mensagem ao Poder Legislativo
Detalhamento do Plano Plurianual – por Órgão e Unidade
Demonstrativo dos Programas e Ações por Função e Sub-função
Demonstrativo dos Programas por Macro-objetivos

ART. 3º - A Administração definiu 06 (seis) Macro-objetivos que são norteadores da administração municipal e neles estão contidos os Programas, as Ações e os Produtos, sendo os seguintes os macro-objetivos:
Fortalecer o Poder Legislativo
Modernizar a Gestão Pública Municipal
Promover o Desenvolvimento Humano e Reduzir a Exclusão Social
Promover a Saúde e o Bem-Estar da população
Promover o Desenvolvimento Econômico
Preservar e Conservar a Bio-diversidade local
Assegurar as condições da infra-estrutura e do ordenamento da Expansão das àreas urbanas e rural.

ART. 4º – Por se tratar de uma peça dinâmica de Planejamento, as informações relacionadas às metas físicas e respectivos valores financeiros são referenciais e estão baseados nas tendências e no comportamento histórico dos últimos 03 (três) exercícios, cabendo ajustes, mediante autorização Legislativa, na medida em que os cenários se consolidarem.

ART. 5º - Para garantir a compatibilidade das peças orçamentárias, pressupostos da Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, todos os Programas e Ações deste Plano serão observados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e nas leis que as modifiquem.

ART. 6º - Os Programas serão gerenciados pelos respectivos responsáveis, previamente definidos e declarados nesta peça, estes apresentarão Relatórios Quadrimestrais de cumprimento das metas sob sua responsabilidade, durante realização das Audiências Públicas dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão Fiscal.

ART. 7º - Anualmente este Plano poderá ser revisado para promover a inclusão, exclusão ou alteração de Programas, sempre mediante apresentação de Projeto de Lei de revisão, de iniciativa do Poder Executivo.

ART. 8º - Para adequar o Plano durante sua execução, fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Órgão e a Unidade Orçamentária responsável pelos Programas e Ações, e a incluir, excluir e alterar os indicadores e índices dos Programas.

ART. 9º - O Poder Executivo divulgará, pela Internet, anualmente, em função de alterações ocorridas, o texto atualizado da Lei do Plano Plurianual com as Notas Explicativas das alterações.

ART. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:53EEEC2B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 087/2013

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 431/2013 de 25/11/2013, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 087/2013, cujo certame se deu às 14h00min, do dia 26/12/2013; sagrou-se vencedor o proponente: **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** por apresentar proposta no valor total de **R$ 522.485,76 (quinhentos e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos).** A licitação foi realizada com Registro de Preços, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 27 de dezembro de 2013. A pregoeira informa ainda, que a ata de registro de preços, encontra-se na íntegra com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal ou pelo site: www.prefeituradealtotaquari.com.br. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471.

Alto Taquari – MT, 27 de dezembro de 2013

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:7C0E8F15

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA D. F. DE MELO ME.

A Câmara Municipal de Apiacás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 37.499.373/0001-69, com sede à Av. Lions Internacional Oeste, 2021 em Apiacás/MT, neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Aldair José dos Santos**, brasileiro, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, portador do CPF n º 655.669.121.68, e do RG n º 830293 SSP/MT**.,** residente à rua das Naviraí n° 85, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT,, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **D. F. DE MELO ME,** pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº 13..478.480/0001-42, estabelecida na Rua das Hortencias Nº 85, Bairro Primavera, na cidade de Apiacás, estado de Mato Grosso, representada neste ato por Driely Fernanda de Melo, residente na Rua das Hortencias Nº 85, Bairro Primavera, na cidade de Apiacás, estado de Mato Grosso, portador do RG nº 8.854.306-8 e do CPF nº 060.832.899-55, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais disposições, e a homologação do **Processo Licitatório nº 002/2013 e Tomada de Preços nº 001/2013** tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO

O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da assinatura do presente contrato até o dia 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE DO PREÇO.
Fica ajustado conforme Cláusula Terceira o valor do contrato para **R$ 16.500,00** (dezesseis mil e quinhentos reais) e parcelas mensais e consecutivas de **R$ 1.375,00** (hum mil trezentos e setenta e cinco reais).

Apiacás -MT, 30 de dezembro de 2013.

ALDAIR JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Alciene da Silva Demetrio
Código Identificador:DDE29193

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA FRANCISCO PINTO DOS SANTOS.

A Câmara Municipal de Apiacás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 37.499.373/0001-69, com sede à Av. Lions Internacional Oeste, 2021 em Apiacás/MT, neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Aldair José dos Santos**, brasileiro, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, portador do CPF n º 655.669.121.68, e do RG n º 830293 SSP/MT**.,** residente à rua das Naviraí n° 85, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT,, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **FRANCISCO PINTO DOS SANTOS,** pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº 12.125.203.0001-93, estabelecida na Rua Japurá s/n, Bairro Pioneiro, na cidade de Apiacás, estado de Mato Grosso, representada neste ato por Francisco Pinto dos Santos, residente na Rua Japurá s/n, Bairro Pioneiro, na cidade de Apiacás, estado de Mato Grosso, portador do RG nº 888309 e do CPF nº 172.681.179-49, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais disposições, e a homologação do **Processo Licitatório nº 002/2013 e Tomada de Preços nº 001/2013** tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO
O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da assinatura do presente contrato até o dia 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE DO PREÇO.
Fica ajustado conforme Cláusula Terceira o valor do contrato, medido pelo indicador (IGP-M / FGV), para **R$ 5.526,00** (cinco mil quinhentos e vinte e seis reais) e parcelas mensais e consecutivas de **R$ 460,50** (quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

Apiacás -MT, 30 de dezembro de 2013.

ALDAIR JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Alciene da Silva Demetrio
Código Identificador:C9C585FC

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2013

TERMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE

APIACÁS E A EMPRESA AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.327.030/0001-70, com sede à Av. Ludovico da Riva Neto, 206 em Apiacás/MT, neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Aldair José dos Santos**, brasileiro, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, portador do CPF n º 655.669.121.68, e do RG n º 830293 SSP/MT**.,** residente à rua das Naviraí n° 85, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 26.804.377/0001-97 estabelecida à Av. Natalino Joao Brescansin Nº 499, Bairro Centro, CEP 78.890-000 na cidade de Sorriso, estado de Mato Grosso, representada neste ato por **Jose Carlos Urias**, portador da Cédula de Identidade n. 4.238.290-6 e CPF n. 596.277.789-15 chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Aditamento ao contrato conforme processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº 002/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO
O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da assinatura do presente contrato até o dia 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE DO PREÇO.
Fica ajustado conforme Cláusula Terceira o valor do contrato medido pelo indicador (IGP-M / FGV), para **R$ 34.998,00** (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais) e parcelas mensais e consecutivas de **R$ 2.916,50** (dois mil novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Apiacás -MT, 30 de dezembro de 2013.

ALDAIR JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Alciene da Silva Demetrio
Código Identificador:E3ABE5E5

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2013

TIPO: ASSESSORIA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria ao setor de Contabilidade da Câmara Municipal, que entre si celebram, a Câmara Municipal de Apiacás e a empresa Numerum Administração e ContabilidadeLtdaME

A Câmara Municipal de Apiacás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.327.030/0001-70, com sede à Av. Ludovico da Riva Neto nº 206, Apiacás/MT, neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Aldair José dos Santos**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Apiacás, portador da Cédula de Identidade sob o nº 72293522 SSP/MS e inscrito no CPF sob nº 655.669.121-68, residente e domiciliado na Rua Naviraí nº 85, Apiacás - MT; doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **NUMERUM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Cidade Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, situada à Rua Presidente Epitácio Pessoa nº 306 inscrita no **CNPJ 11.500.723/0001-76**, neste ato representado pelo seu sócio proprietário, **Sr. Sidney Oribes da Silva**, brasileiro, casado, contador e administrador, portador do RG nº 629.631 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 275.723.151-00, doravante designados simplesmente **CONTRATADA,**celebram o presente instrumento, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Prorrogação contratual
Este Termo Aditivo prorroga o prazo de execução do objeto até 31 de outubro de 2014.
CLÁUSULA SEGUNDA: Do valor do Contrato
O valor global do presente instrumento é de R$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais), sendo parcelas mensais de R$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais).

Apiacás -MT, 30 de dezembro de 2013.

ALDAIR JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Alciene da Silva Demetrio
Código Identificador:625D0E1A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N.º 085/2013

Dispõe sobre a autorização para abertura de Credito Adicional Suplementar por anulação parcial de dotação de acordo com o Artigo 43, § 1.º, Inciso II da lei 4.320/64, culminando com o Lei Municipal 630/2013, e da outras providências;

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor ***JOSÉ MARRA NERY***, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
D E C R E T A

Artigo 1.º **-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 15.600,00 (Quinze Mil Reais), para cobertura, reforço, e adequação das dotações abaixo discriminadas e adequação final do orçamento Câmara Municipal;

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
215	2.047	3.3.90.39.00	**Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica**	.5 000,00
206	2.040	3.3.90.30.00	**Material de Consumo**	5.000,00
53	2.009	3.3.90.47.00	**Obrigações Tributarias constitutivas**	5.000,00
			Total	15.000,00

Artigo 2.º **-** Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme versa o Artigo 43,§ 1.º Inciso II da Lei Federal 4.320/64 e Lei 630/13

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
213	2.047	3.3.90.30.00	Material de Consumo	5.000,00
97	2.013	3.3.90.36.00	Outros Serviços Terceiro Pessoa Física	10.000,00
			Total	***15.000,00***

Artigo 2.º **-** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Araguaiana/MT, em 23 de Dezembro de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:9140C0BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N.º 086/2013

Dispõe sobre a autorização para abertura de Credito Adicional Suplementar por anulação parcial de dotação de acordo com o Artigo 43, § 1.º, Inciso II da lei 4.320/64, culminando com o Lei Municipal 630/2013, e da outras providências;

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor ***JOSÉ MARRA NERY***, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
D E C R E T A
Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 61.500,00 (Sessenta e Hum Mil e Quinhentos Reais), para cobertura, reforço, e adequação das dotações abaixo discriminadas e adequação final do orçamento Câmara Municipal;

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
216	2.044	3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	7.500,00
259	2.049	3.3.90.30.00	Material de Consumo	30.000,00
96	2.013	3.3.90.30.00	Material de Consumo	6.000,00
76	2.013	3.3.90.30.00	Material de Consumo	7.000,00
206	2.040	3.3.90.30.00	Material de Consumo	6.000,00
215	2.047	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00
			Total	61.500,00

Artigo 2.º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme versa o Artigo 43,§ 1.º Inciso II da Lei Federal 4.320/64 e Lei 630/13

DOT.	*Elemento Despesa*		*DESCRIÇÃO*	*VALOR*
36	2.005	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.200,00
40	2.005	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terceiros Pessoa Física	5.000,00
47	2.007	3.3.90.14.00	Diárias - Civil	1.800,00
97	2.013	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terceiros Pessoa Física	6.000,00
120	2.014	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	25.000,00
63	2.015	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	21.500,00
			Total	61.500,00

Artigo 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Araguaiana/MT, em 23 de Dezembro de 2013

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:A88B16EE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1174/2013

ALTERA AS DISPOSIÇÕES DOS ART. 19, 33 E 31, INCISO VI, DA LEI N.° 1005/2009 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÈ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito Público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.
Art. 1º - A Lei Municipal n.° 1005/2009, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Artigo 19 – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos à 30 (trinta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça outro horário específico".

Parágrafo único – Os ocupantes dos cargos, efetivo ou em comissão, de Assessoria Jurídica e Contábil ficam sujeitos a 20 (vinte) hora semanais de trabalho.

Artigo 31 - .....
(...)

VI – duração do trabalho normal não superior a 06 horas diárias, ininterruptas, e 30 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva do trabalho.

Artigo 33 – Fica instituído, por esta Lei, o piso salarial, na forma de remuneração, em parcela única, dos Servidores Públicos do Poder Legislativo deste Município, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, ressalvada as disposições do art. 19, parágrafo único desta Lei, e casos de jornada laboral profissional específica e ressalvada a diferenciação decorrente do regime de trabalho reduzido e do não cumprimento da exigência de escolaridade mínima para o enquadramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
.
Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO
Prefeito do Município de Arenápolis-mt

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:81B8FDE6

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL N.º 1175 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde das receitas do Município de Arenápolis/MT, decorrentes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de dar cumprimento ao previsto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENPAOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As receitas do Município de Arenápolis/MT, decorrentes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, consoante dispõe a Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, serão destinadas exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, com a finalidade de dar cumprimento ao previsto no § 1º do art. 2º da referida norma.
Parágrafo único. O Município de Arenápolis/MT, aplicará os recursos previstos no caput deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.
Art. 2º Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO
Prefeito de Arenápolis/mt

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:5F8D42ED

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL: Nº 1173/2013.

EMENTA DISPÕE E REGULAMENTA A INSTITUIR COBRANÇAS DE TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECÍFICO E DIVISÍVEL, UTILIZADOS EFETIVAMENTE OU POTENCIALMENTE PELO CONTRIBUINTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

***COM AS GRAÇAS DE DEUS,* JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Subseção I
Das disposições preliminares

Art. 1º. Esta Lei Complementar Municipal tem como teor a criação e regulamentação das hipóteses de incidências, fatos geradores e cobrança de taxas criadas em razão do serviço público específico e divisível prestados efetivamente ou potencialmente ao contribuinte ou colocados a sua disposição, assim como preconiza o inciso II do Art. 145 da Constituição Federal de 1988, com as implicações do Art. 79 da Lei Ordinária 5.172/66 – Código Tributário Nacional.

Art. 2º. Para efeito do Art. 1° desta Lei Complementar Municipal, considera-se o serviço público:

I – utilizado pelo contribuinte:
efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória;

específico, quando permitido identificar o sujeito passível ou discriminar o usuário, podendo ainda, ser direcionado a número determinado de pessoas;

divisível, quando suscetível de utilização separadamente ou individual do serviço por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 3º. O contribuinte das taxas é o proprietário, o domínio útil ou possuidor, a qualquer título de bem imóvel lindeiro a via ou logradouro público abrangido pelo serviço prestado

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o imóvel que tenha acesso, por ruas não pavimentadas ou passagens particulares, entradas de vilas, a via ou logradouro público.

Seção I
Das espécies de taxas de serviços

Art. 4°. As taxas de serviços serão devidas para:

I - limpeza pública;
II - construção calçadas em vias públicas pavimentadas;
II - de expediente.

Art. 5°. A base de cálculo das taxas de serviços públicos é o custo da atividade implementada pela Administração Pública Municipal.

Parágrafo único – A cobrança das taxas referidas no Art. 4° desta Lei Complementar Municipal, será calculada de acordo com a Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM, de R$ 20,28 (vinte reais e vinte e oito centavos).

Seção II
Do lançamento

Art. 6°. As taxas de serviços serão lançadas isoladamente ou em conjunto a outros tributos se possível, porém deverão ser especificadas distintamente daqueles.

Parágrafo único – Caso sejam lançadas isoladamente, às taxas deverão ser cobradas por meio de carnês mensais ou em parcelas únicas, onde a forma de pagamento levará em conta o valor da taxa, e às condições econômicas do contribuinte, onde, o pagamento deverá ser efetuado na data e no local indicado na respectiva notificação de lançamento.

Seção III
Das penalidades

Art. 7°. O contribuinte que deixar de recolher as taxas de serviços previstas, se submeterá às seguintes penalidades:

I – multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

CAPÍTULO I
DAS TAXAS EM ESPÉCIE

TÍTULO I
Da taxa de limpeza pública

Art. 8°. A taxa de limpeza pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público específico e divisível pelo contribuinte.

§ 1° Considera-se serviço de limpeza pública:

I - a coleta ou remoção de resíduos provenientes de imóveis urbanos;

II - a limpeza de terrenos baldios localizados na zona urbana ou em áreas urbanizáveis não edificados.

Art. 9° Para fins de interpretação do Art. 8° desta Lei Complementar Municipal consideram-se como resíduos:

§ 1° Galhadas, troncos e raízes provenientes de podas ou extração de árvores de imóveis urbanos, distintos dos lixos domésticos;

§2° Entulhos ou escombros, provenientes de construção, reforma ou demolição de imóvel urbano;

§3° Para interpretação dos §§ 1° e 2°, deste artigo, os resíduos supramencionados deverão exceder 1m³ (um metro cúbico), o que a partir deste limite, será cobrado taxa de 1 (uma) UPFM, por metro cúbico.

Parágrafo único. Entende-se por limpeza de terrenos baldios:

I – os serviços de limpeza pública efetuados pelo poder público municipal, em lotes urbanos ou urbanizáveis não edificados, que resultarem em:

capinação;

pulverização de plantas ou ervas – daninhas;

poda ou extração de árvores.

II – à limpeza de que trata este parágrafo único, será compulsória e subsidiária à inércia do contribuinte, dono, proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel urbano ou urbanizavel, que após a notificação feita pela Prefeitura Municipal, não tomar nenhuma das medidas nas alienas do inciso I; no prazo máximo de 20 (vinte) dias;

III – à taxa cobrada pela utilização efetiva ou potencial deste serviço público específico e divisível será de 1 (uma) UPFM a cada 50 m² (cinqüenta metros quadrados), em favor do dono, proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel urbano ou urbanizável.

TÍTULO II
Da taxa de construção calçadas em vias públicas pavimentadas.

Art. 10. A taxa de construção de calçadas em ruas pavimentadas com asfalto, bloquetes ou quaisquer outros meios, será compulsória e subsidiária à inércia do contribuinte.

Art. 11. Considera-se como inerte, o contribuinte que, após ser notificado pela Prefeitura Municipal, não tomar quaisquer medidas cabíveis à construção das calçadas no prazo máximo de 30 dias;

§ 1° Após o decurso do prazo deste artigo, a Fazenda Pública Municipal, poderá iniciar a construção das calçadas, o que resultará na incidência da referida taxa que será de 1 (uma) UPFM por metro quadrado de calçadas construídas.

TÍTULO III
Da taxa de expediente

Art. 12. A taxa de expediente tem como fato gerador a prestação de serviços burocráticos, em razão de requerimentos, petições ou outras solicitações, bem como a expedição de certidões, a lavratura de termos, contratos e assemelhados, e a medição de lotes urbanos ou áreas urbanizáveis feitos por funcionário público municipal designado.

Art. 13. O contribuinte taxa é a pessoa física ou jurídica que tiver interesse no ato da administração, provocando a prestação ou a prática do ato administrativo.

§ 1° As taxas de expediente, terão os respectivos valores:

I – 1 (uma) UPFM, para as medições de lotes urbanos ou áreas urbanizáveis;

II – 0,5 (meia) UPFM, para os outros serviços estipulados no Art. 13 desta Lei Complementar.

Seção IV
Das disposições finais

Art. 14. Para a correta aplicação desta Lei Complementar Municipal, todo contribuinte, usuário efetivo ou potencial de serviços públicos, específico e divisível, deverão requerer por escrito ao Setor de Tributação Municipal, com antecedência mínima de 24 horas, a solicitação remoção de resíduos das podas ou extrações de árvores, bem como, da construção, demolição ou reforma de imóveis urbanos.

Art. 15. Às hipóteses de isenção ao recolhimento das taxas de que trata esta lei, serão feitas pelo Executivo, na forma de Lei Complementar.

Art. 16. Fica autorizado ao Chefe do Executivo, tratar por meio de Decreto de Execução, questões omissas relativas a esta Lei Complementar Municipal.

Art. 17. Ficam revogadas, todas às disposições contrárias ao texto da presente Lei Complementar Municipal.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor no ano seguinte à data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT, 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:0EFF7429

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 6.909/2013

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 6.191/2013, que designa o funcionário efetivo Sr. **ADILSON ALVES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG nº.000693722 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 710.952.172-91, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR NIVEL II**, **CLASSE A**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula na função de Professor de apoio na Escola Municipal José de Alencar, a partir do dia 30/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 30 dias de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:E0C7D3A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 6.910/2013

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 6.518/2013, que designa a Srª **APARECIDA SILVA CAETANO**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 4.077.214-6 SSP/PR e do CPF nº. 413.116.209-15, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR NIVEL III,** Classe **"D"**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula como Professora Articuladora de Aprendizagem na Escola São José Operário, a partir do dia 30/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 30 dias de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:4171136E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 6.911/2013

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 6.197/2013, que designa o funcionário Sr. **BENTO FERREIRA DA COSTA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1894973-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 797.663.666-91, ocupante do cargo de Carreira de

PROFESSOR II CLASSE A, para ministrar 20 horas/aula excedentes na Escola Municipal José Ary da Costa, a partir do dia 30/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 30 dias de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:BCE92472

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 6.912/2013

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 6.270/2013, que designa a funcionária efetiva Srª. **CECILIA ANDRADE DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº.341.025 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 325.977.462-91, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR NIVEL II**, **CLASSE A**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula na função de Professor de apoio na Escola Municipal Governador Fragelli, a partir do dia 30/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 30 dias de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:4F10EC59

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 6.913/2013

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n° 6.782/2013, a qual designou a funcionária efetiva Sra. **CRISTINA CAVALCANTE DE LIMA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1551550-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 003.634.601-28, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR II CLASSE A**, para ministrar 20 horas/aula, na Escola Municipal Maria Luiza do Nascimento Silva, a partir do dia 30/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 30 dias de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:9552648C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.319/2013

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.000,00(CINCO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1011/2012 de 11 /11/2012 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.0002.2003 - Manutenção e Encargos da SEMAPLAN		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$	5.000,00
TOTAL	**R$**	**5.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

08.002.15.451.0016.1040- Construção de Galerias - Drenagem de Águas Pluviais		
4490.5100 - Obras e Instalações	R$	5.000,00
TOTAL	**R$**	**5.000,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de dezembro de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:4B6534AA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL – 022/2013

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, **FAZ SABER**, que se encontra a disposição dos Senhores Munícipes, o **balancete mensal.**

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado Mato Grosso, representada pelo Prefeito **Sr. Eudes Tarciso de Aguiar**, TORNA PÚBLICO o balancete referente ao mês de **novembro** do exercício financeiro de 2013.
O referido balancete fica a disposição, das 07h00min às 13h00min, no horário de expediente, no período de 30 dias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRASNORTE - MT, AOS 17 (DEZESSETE) DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

Registre-se

Publique-se
Cumpra-se

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

Publicado por afixação
17/12/2013

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:E977B422

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 1.587/2013

LEI N.º 1.587/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Brasnorte, a celebrar convênio com a Fundação Rádio e TV Educativa de Juína, e dá outras providências.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Fundação Rádio e TV Educativa de Juína, visando à manutenção de bolsas de estudo.

ARTIGO 2º - O valor total do convênio a ser firmado será de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, dividido em 12 (doze) parcelas de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**.

ARTIGO 3º - As despesas para cobertura do valor mencionado no artigo anterior correrão por conta do Orçamento Público vigente.

ARTIGO 4º - A escola retornará os valores em bolsas de mensalidade num total de 53 (cinquenta e três) bolsas selecionadas a partir de certame elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ARTIGO 5º - O Convênio a ser firmado terá vigência até 31/12/2014.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor entre 02/01/2014 a 31/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:60B4A707

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 1.588/2013

LEI N.º 1.588/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Brasnorte, a celebrar contratação de prestadores de serviços, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo de Brasnorte, autorizado a contratar por tempo determinado, através de Processo Seletivo Simplificado, para prestação de serviço, os cargos abaixo relacionados, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, durante o período letivo.

VAGAS	CARGO
71	Professor
15	Apoio Administrativo Educacional - Nutrição
12	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
03	Agente de Transporte Escolar - terrestre
01	Agente de Transporte Escolar - fluvial

ARTIGO 2º - Os contratos a serem firmados para preencherem os cargos acima descritos, terão vigência de até 12 (doze) meses.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor em 01/01/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:595FC9B1

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 1.589/2013

LEI N.º 1.589/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Brasnorte, a celebrar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brasnorte, e dá outras providências.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo de Brasnorte, autorizado a celebrar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brasnorte.

ARTIGO 2º - O convênio tem por objeto a liberação de recursos repassados via Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob a forma de contribuição, destinado a entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, a título de apoio para promover melhorias no atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais.

ARTIGO 3º - Fica a Prefeitura Municipal de Brasnorte autorizada a fazer o repasse até o valor de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

ARTIGO 4º - O convênio a ser firmado terá vigência até 31/12/2014.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor entre 02/01/2014 a 31/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:C4D2D261

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE-PROCESSO N. 103/2013- ADESAO N. 07/2013 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - N.06 /2013/PMC – PREGAO PRESENCIAL Nº10/2013

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Coordenadoria Municipal de Licitação, comunica a adesão a Ata de Registro de Preços n.06 /2013- Pregão Presencial n. 10/2013-Registro de Preço.
Interessada: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: ADESAO A ATA DE REGISTROS DE PRECOS Nº006/2013 DO PREGAO PRESENCIAL N.10-2013, ORIUNDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTA CIDADE DE CACERES.

Fontes de Recursos: Recursos Próprios
CONTRATADA: DIHOL DISTRIBIDORA HOSPITALAR LTDA
VALOR: R$20.037,56 **(VINTE MIL E TRINTA E SETE REAIS (CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)**
CONTRATADA: ADILVAN COM. E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
VALOR R$44.345,34. (QUARENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

PRAZO: 12 (doze) meses

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de Dezembro de 2013.

KATIA FARIA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Luciene Etiene de Souza
Código Identificador:788CDEE1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 038/2008

ORIGEM: Carta Convite nº 005/2008
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **038/2008**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA DELUKS ME LTDA
CNPJ sob o n.º 03.604.673/0001-49
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS PARA A MICRODRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA AVENIDA DOS ESTUDANTES, DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:5AD38B3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 057/2008

ORIGEM: Tomada de Preços nº 032/2008
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **057/2008**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): LUCA VERDE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ sob o n.º 09450985/0001-21
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 60 UNIDADES DE HABITAÇÃO POPULAR COM – AREA DE 24,12 M² DO PROGRAMA HABITACIOAL MEU LAR. NO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA 4.3 - DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:F1C5457F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 071/2009

ORIGEM: Tomada de Preço nº 024/2009
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **071/2009**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA IMPACTO LTDA
CNPJ sob o n.º 26.601.047/0001-02
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES PARA INSTALAÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:BEE2A0E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 072/2009

ORIGEM: Tomada de Preço nº 026/2009
10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **072/2009**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA IMPACTO LTDA
CNPJ sob o n.º 26.601.047/0001-02
OBJETO: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA DE SAÚDE, AMPLIAÇÃO DOS PSF's SÃO PAULO APÓSTOLO E SÃO CAMILO.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:5A2E1A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 027/2010

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 011/2010
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **027/2010**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA IMPACTO LTDA
CNPJ sob o n.º 26.601.047/0001-02
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA DE SAÚDE, REFORMA NOS PSF´s SÃO PAULO APÓSTOLO E SÃO CAMILO.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:F71F8A46

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 034/2010

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 014/2010
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **034/2010**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/MF n.º09.101.297/0001-56.
OBJETO: Contratação de Empresa para a Construção da Feira do Produtor Rural.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:4080BE53

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 036/2010

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº **015/2010.**
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **036/2010**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): E. E. CAMARGO E CIA LTDA
CNPJ: 07.747.315/0001-46
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA CICLOVIA NO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:A9B5F8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 052/2010

ORIGEM: Tomada de Preço nº 026/2010.
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **052/2010**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): E. E. CAMARGO E CIA LTDA
CNPJ: 07.747.315/0001-46
OBJETO: Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas com 1.140,00.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:ED8EDAA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 057/2010

ORIGEM: Tomada de Preço nº 029/2010.
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **057/2010**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA SUL MATOGROSSENSE LTDA
CNPJ:00.829.275/0001-32.
OBJETO: Implantação de estação de tratamento e Rede de Distribuição de Água na Comunidade DEL REY.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:FCBDB9ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 091/2011

ORIGEM: Tomada de Preço nº 012/2011.
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **091/2011**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): E. E. CAMARGO E CIA LTDA
CNPJ: 07.747.315/0001-46.
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE PARTE DA AV. CHICO MENDES, LIGANDO COM A AV. MATO GROSSO, DANDO ACESSO AO CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:EA16A44E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 0101/2011

ORIGEM: Tomada de Preço nº 013/2011.
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **0101/2011**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO TRES T LTDA ME
CNPJ: 08.933.446/0001-80.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INFANTIL (CRECHE) TIPO B.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:8955FB6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 041/2012

ORIGEM: Tomada de Preço 005/2012.
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **041/2012**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO TRES T LTDA ME
CNPJ: 08.933.446/0001-80.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE FAMILIAR NA COMUNIDADE DEL REY.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:8054FB9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 042/2012

ORIGEM: Tomada de Preço 006/2012.
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **042/2012**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO TRES T LTDA ME
CNPJ:08.933.446/0001-80.
OBJETO: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DO SETOR CANÁ.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:8BA13283

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 057/2012

ORIGEM: Tomada de Preço 010/2012.
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **057/2012**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO TRES T LTDA ME
CNPJ:08.933.446/0001-80.
OBJETO: EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – MSD.

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:1CAB04CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 064/2012

ORIGEM: Tomada de Preço nº 011/2012.
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **064/2012**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): CONSTRUTORA SUL MATOGROSSENSE LTDA
CNPJ: 00.829.275/0001-32.
OBJETO: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO SETOR MARAVILHA.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:FFE4A38B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 066/2012

ORIGEM: dispensa de Licitação nº 014/2010.
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **066/2012**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/MF n**.º** 09.101.297/0001-56.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DOS PÓLOS DA ACADEMIA DA SAÚDE.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:CC9496DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 079/2013

ORIGEM: Tomada de Preço nº 005/2013.
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **079/2013**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
CNPJ nº 12.968.238/0001-94
OBJETO: EXECUÇÃO DE 830M (oitocentos e trinta) metros de rede de distribuição em alta e baixa tensão subterrânea na avenida arapongas – perímetro urbano no município de carlinda-mt.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:46002BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 086/2013

ORIGEM: Tomada de Preço nº 008/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **086/2013**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): AMAZONIA POÇOS ARTESIANOS LTDA-ME
CNPJ nº 05.091.585/0001-16.
OBJETO: SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS SEMI-ARTESIANO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE NOS PSFs SETOR CANÁ E NAZARÉ.
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2013.

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:2A28FBE9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 003/2013

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**. Contratada: **ACPI - ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ n.º 36.879.070/0001-09. Objeto: Prorrogar a vigência do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 003/2013**, estendendo-se o mesmo até **31 de dezembro de 2014**. Fundamentação Legal: Lei n.º 8.666/93. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Data da Assinatura: 27/12/2013. Vigência: Até 31/12/2014. Valor Global: **R$ 26.544,00 (vinte e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais)**.

JUARES MÁXIMO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Castanheira

Publicado por:
Marcelo dos Anjos Ribeiro
Código Identificador:FD760B71

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 002/2013

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**. Contratada: **INVIOLÁVEL BRASNORTE ELETRÔNICOS LTDA - ME**, CNPJ n.º **10.510.597/0001-78**. Objeto: Prorrogar a vigência do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 002/2013**, estendendo-se o mesmo até **31 de dezembro de 2014**. Fundamentação Legal: Lei n.º 8.666/93. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Data da Assinatura: 27/12/2013. Vigência: Até 31/12/2014. Valor Global: **R$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais)**.

JUARES MÁXIMO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Castanheira

Publicado por:
Marcelo dos Anjos Ribeiro
Código Identificador:76859DAC

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 004/2013

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**. Contratado: **CRISTIANO NORBERTO TOMASINI**, CPF n.º 622.561.811-20 e CRC n.º w24.527/O-4/SC. Objeto: Prorrogar a vigência do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 004/2013**, estendendo-se o mesmo até **31 de dezembro de 2014**. Fundamentação Legal: Lei n.º 8.666/93. Dotação Orçamentária: 3.3.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Data da Assinatura: 27/12/2013. Vigência: Até 31/12/2014. Valor Global: **R$ 13.333,32 (treze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos)**.

JUARES MÁXIMO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Castanheira

Publicado por:
Marcelo dos Anjos Ribeiro
Código Identificador:A27388FA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

O Município de Colíder, através de seu Pregoeiro, vem através do presente, CONVOCAR as empresas **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA, CEREZOLI & SANTOS LTDA EPP E NIVALDO PEREIRA LIMA ME**, para abertura de Fase de Lances e Habilitação Juridica, a comparecer na sede da Prefeitura, referente ao Pregão Presencial nº 079/2013, com o objeto Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de veículo, caminhão e máquinas, para atendimento a diversas secretarias do Município de Colíder-MT, às 08**:00 horas do dia 06 de Janeiro de 2014**.

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:E5DBB5FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 086/2013
PROCESSO Nº. **116/2013/CPL/PP**
A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de COLIDER - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 26 de Dezembro de 2013, onde se consagrou vencedor Empresa: ***SVIERK & CIA LTDA ME***.
Objeto: Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Acompanhamento e Assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia Elétrica, Correspondente a Elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, Laudos e Croquis de Prevenção de Incêndio para Realização de Eventos Públicos, Laudos Técnicos das Instalações Elétricas, Projetos Elétricos, Vistorias Técnicas em Instalações Elétricas, do Município de Colíder/MT

COLIDER/MT, 26 de Dezembro de 2013.

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:773B6FF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 084/2013
PROCESSO Nº. **114/2013/CPL/PP**
A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de COLIDER - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 27 de Dezembro de 2013, onde se consagrou vencedor dos itens licitados a Empresa: **ARRUDA JUNIOR E SILVA LTDA ME e MARCELO R DA SILVA ME.**.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Brinquedos para serem utilizados junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do Município de Colider- MT

COLIDER/MT, 27 de Dezembro de 2013.

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:0AA2204C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 087/2013
PROCESSO Nº. **117/2013/CPL/PP**
A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de COLIDER - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 27 de Dezembro de 2013, onde se consagrou vencedor dos itens licitados a Empresa: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA..
Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Veículo popular, para o Município de Colíder-MT

COLIDER/MT, 27 de Dezembro de 2013.

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:534D1B1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2013
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 13 de Janeiro de 2014, ás 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto o Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria de acordo com as legislação e diretrizes voltadas ao setor público, conforme detalhamento especificado no edital e termo de Referência. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Bairro Centro – Setor Leste – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colider/MT, em 27 de Dezembro de 2013

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:D5EAFCCF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2013
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 13 de Janeiro de 2014, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto o *Registro de Preços para futura e eventual Locação de Veículos Tipo Van para Transporte de Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider – MT*. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Bairro Centro – Setor Leste – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colider/MT, em 27 de Dezembro de 2013

ZENILDA ALVES DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:DA8595F0

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

OBJETO: Prorroga a vigência do contrato 002/2013 referente a Locação de softwares de administração pública para a Câmara Municipal de Colider.
CONTRATADA: ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática LTDA
VALOR: R$ 30.000,00
VIGENCIA: 02/01/2014 A 31/12/2014

Colider-MT., 27 de Dezembro de 2013.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:B23B81B4

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013

OBJETO: Prorroga a vigência do contrato 003/2013 referente a Serviços especializados de Consultoria em Gestão Pública para a Câmara Municipal de Colider.
CONTRATADA: ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática LTDA
VALOR: R$ 27.200,00
VIGENCIA: 02/01/2014 A 30/04/2014

Colider-MT., 27 de Dezembro de 2013.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:08730A30

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURIDICA
VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 026/2013

RAZÕES DO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 026/2013
Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Vereadores,
Senhor Presidente
O Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo presente, no uso das prerrogativas contidas no inciso IV do artigo 80 da Lei Orgânica Municipal, vem trazer ao conhecimento de Vossas Excelências para os devidos fins, as razões de Veto Parcial ao Projeto de lei nº 026/ 2013, aprovado por essa nobre Casa de Leis, conforme Ofício nº 267/CMC/GP/2013.

De iniciativa deste Poder Executivo, foi proposto à Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 26/2013, visando a regularização da questão fundiária dentro do Município de Colniza oriundo do Título de Doação com Encargo nº MT 510325412 do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Trata-se de imóvel de patrimônio da União que foram doados ao município com encargos da Lei nº 11.952, de25 de junho de 2009, devidamente registrado no Cartório respectivo e recebidos pelo município por meio da Lei nº 454/2009 de 15/12/2009.

O texto encaminhado sofreu acréscimo proveniente da aprovação de emenda oferecida por ilustres representantes dessa Casa Legislativa.

Em que pese, todavia, o respeito que sempre foi dispensado às intervenções dessa Egrégia Casa, no sentido de aprimorar as propostas oriundas do Executivo, não é possível acolher integralmente a aludida alteração, fazendo recair o veto sobre o dispositivo que trata o inciso V do artigo 2.°:
"V – toda e qualquer alienação onerosa ou doação dos imóveis constantes na presente lei, estão sujeitos a aprovação final do Poder Legislativo Municipal."

Verifica-se, de plano, que o referido acréscimo encontra eivado do vício de inconstitucionalidade por violar regra Constitucional e ferir os princípios da impessoalidade, da finalidade administrativa, da razoabilidade, da legalidade e da supremacia do interesse público.

Nos termos do Projeto de Lei aprovado, entende-se que os vereadores autorizaram o Poder Executivo a regularizar as ocupações urbanas mediante alienação gratuita e/ou onerosa de imóveis doados com encargo pela União, havendo casos de necessidade de realização de processo licitatório.

Porém, o texto acrescido – *inciso V* – simplesmente inviabiliza sua aplicação como um todo, vez que retira a autorização que foi buscada, tornando a lei contraditória ao seu próprio texto, já que a emenda vinda em um inciso desautoriza a regularização pretendida.

Permanecendo o texto, nota-se, na prática, que após serem preenchidos todos os requisitos legais exigidos no Título de Doação com Encargo, inclusive com observância da Lei das Licitações, o munícipe ainda terá que ter sua intenção aprovada pelo Poder Legislativo, criando e burocratizando desnecessariamente o processo de regularização fundiária almejada pela população, afastando-se da razoabilidade e da finalidade administrativa.
Com efeito, a Constituição Federal estabeleceu que a União é competente para legislar sobre *normas gerais* a respeito de licitação e contratação para todas as pessoas jurídicas de direito público e entidades da administração indireta:
"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III;"
Além disso, a Constituição Federal estabeleceu que, como regra geral, os contratos celebrados pela Administração Pública deverão ser efetuados mediante o procedimento de licitação:
"Art. 37. (...)
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
A teor do que se vê desses dispositivos constitucionais, a regra geral é a contratação por meio de licitação; a exceção é a contratação sem licitação, para as hipóteses especificadas na legislação. A saber, a exceção está prevista na Lei nº 8.666/93 - Lei das Licitações.
Os casos que são ressalvados pelo inciso XXI do art. 37 devem ser os previstos nas *normas gerais* de licitações e contratos, que devem ser materializadas em lei de competência União, que terá caráter de *lei nacional*.
Caso assim não se conclua, poderá qualquer ente da federação, por lei própria, estabelecer hipóteses específicas em que a licitação não será necessária para a celebração de contratos com a Administração Pública, esvaziando de eficácia quase que completamente os mencionados dispositivos constitucionais.
Atendendo ao disposto no art. 22, XXVII, da Constituição Federal, a União editou a Lei nº 8.666/93, que trata a respeito de

normas gerais **de licitação e contratos para a Administração Pública, o que abrange as alienações de bens públicos.**

O art. 17, I, Lei nº 8.666/93 estabelece que os imóveis públicos somente podem ser alienados com autorização legislativa e, como regra geral, por meio de licitação, na modalidade concorrência, que será dispensada em hipóteses especificadas nas alíneas do referido dispositivo.

Evidentemente, a lei que pode autorizar a venda de imóveis públicos deve ser editada pela pessoa política (União, Estado, Distrito Federal ou Município) que for proprietária do imóvel.

Mas a lei somente disporá sobre a alienação, mas não a forma ou procedimento de como será feita, pois a incumbência de editar regras a respeito é da União o que fez por meio da Lei das Licitações (Lei nº 8.666/93).

O que se vê da emenda legislativa com o acréscimo do inciso V, ora vetado, é que a Câmara de Vereadores acrescentou uma etapa ao procedimento, qual seja, a necessidade de aprovação pelo Poder Legislativo Municipal, cuja competência de legislar é exclusiva da União, nos termos do artigo art. 22, XXVII, da Constituição Federal, recaindo aqui sua inconstitucionalidade.

De outro norte, observa-se que o imóvel de patrimônio da União foi doado ao município <u>com encargos</u> da Lei nº 11.952, de25 de junho de 2009.

Neste sentido, cabe ao município proceder com a regularização cumprindo com os encargos/condições determinados no Título de Doação MT-510325412 e, revendo atentamente eles, não há previsão de condição que para sua regularização, após transcorrido todo o procedimento cadastral estabelecido e já ocorrido a licitação, conforme o caso, cada alienação tenha que passar pela aprovação do Poder Legislativo Municipal, sendo esta previsão extralegal.

Demais disso, a emenda pode caracterizar afronta ao princípio da impessoalidade na hipótese de, após atendidas as disposições previstas na Lei das Licitações e cumpridas as regras editalícias, o que já dá o direito à alienação ao adquirente, este ainda ter de passar pela aprovação do Poder Legislativo, onde os Vereadores poderão não aprovar a alienação pelo simples motivo de não concordarem com a pessoa que adquiriu o imóvel em regularização.

Importa ressaltar ainda que, em matéria de iniciativa reservada, como é o caso, o poder de emendar é limitado. O seu exercício está condicionado à estrita pertinência com a matéria submetida a Câmara de Vereadores.

O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que emenda a projeto de lei de iniciativa do Executivo incide em inconstitucionalidade formal em caso de "absoluta impertinência, em face do projeto" (STF Pleno, RDA 197/229 e RTJ 152/43); no mesmo diapasão, decidiu a Corte que "o poder que tem o Legislativo de emendar projeto de lei de iniciativa privativa dos outros dois Poderes do Estado encontra outro limite, além daquele previsto no referido artigo 63, I, da Constituição, qual seja, o da pertinência da emenda à matéria versada no projeto. Trata-se de princípio que, por imperativo lógico, se acha implícito no próprio significado da ação de emendar. Do contrário, estaria institucionalizada a possibilidade de burla ao postulado de iniciativa privativa de leis". (ADI 574-0, RDA 197/228-236, trecho extraído do voto do relator, Ministro Ilmar Galvão p. 233).

Da jurisprudência da Corte Máxima, destacam-se outras decisões nesse mesmo rumo: ADI 546-4-DF, ADI-MC 1.050-6-SC, ADI 3.177-5-AP, ADI 1.682-SC, ADI 3.114-7-SP e ADI 3.288-MG.

Nesse cenário, o dispositivo proposto como emenda ao Projeto de Lei nº 026/2013, por não guardar conformidade e pertinência com a matéria objeto da propositura transmitida pelo Poder Executivo a essa Casa de Leis, como é de rigor, em estrita observância da ordem vigente, padece de irremissível vício de inconstitucionalidade.

Expostas, assim, as razões que me levam a vetar, parcialmente, o Projeto de lei nº 026/2013, e fazendo-as publicar no Diário Oficial dos Municípios, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Casa de Leis.

Sirvo-me do presente para apresentar-lhes protesto de consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, 23 de dezembro de 2013.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
ELPIDO DA SILVA MEIRA
Dd. Presidente da Câmara Municipal do Município de Colniza – Estado de Mato Grosso.

Publicado por:
Tania Cheibel Simões
Código Identificador:20B19F14

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 095/2013

DE: 27.12.2013

"Prorroga os efeitos do Decreto n.º 001/2012 de 02.01.2012."

MARLISE MARQUES MORAES, Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Comodoro e nos termos do Inciso III, do art. 37 da Constituição Federal,

<u>DECRETA</u>

Art. 1º. Fica **PRORROGADO** por mais 02 (dois) anos, nos termos do Inciso III, do art. 37 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto n.º 001, de 02.12.2012, referente ao resultado final do Concurso Público n.º 001/2011 e Anexo I do Edital Complementar n.º 012, de 21 de dezembro de 2011, e anexo único do Edital Complementar nº 011, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 27 dias do mês de dezembro de 2013.

MARLISE MARQUES MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carla Beatriz Guandalini
Código Identificador:6D0C0479

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PR 059/2013

A Prefeitura de Confresa-MT, torna público, que fica declarada **CANCELADA** a publicação do Resultado do processo licitatório nº 121/2013 Pregão Presencial 059/2013, cujo objeto é a o Registro de Preços para Possíveis e Eventuais, aquisição de materiais de expediente, onde foi publicado no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso Ano 2 Nº 286 do dia 26 de Dezembro de 2013 Página 11, e no Diário Oficial dos Municípios do dia 27 de Dezembro de 2013 ANO VIII Nº 1878 Página 26.

Confresa 27/12/2013.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:F5A96D15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 059/2012

Ref: Prorrogação do prazo de Execução por mais 160 dias; Vigência: 24/12/2013 a 02/06/2014; Contratada: Lira & Costa Ltda.;
Data: 23/12/2013.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:1584B390

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 066/2012

Ref: Prorrogação do prazo de Execução por mais 250 dias; Vigência: 24/12/2013 a 31/08/2014; Contratada: Construtora Progresso Ltda.;
Data: 23/12/2013

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:246CEA13

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 062/2012

Ref: Prorrogação do prazo de Execução por mais 160 dias; Vigência: 24/12/2013 a 02/06/2014; Contratada: LL Construtora Ltda. - ME;
Data: 23/12/2013.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:AE8332F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2013

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Confresa torna público que, em despacho proferido pelo Prefeito Municipal Sr. Gaspar Domingos Lazari, reconheceu ser inexigível a licitação para Contratação da empresa MS Cláudio – ME. Objeto da Contratação dos Serviços de Show Artístico para a Realização do Réveillon 2014. Fundamento: Lei 8.666/93, Artigo 25 Inciso III.

Confresa 27 de Dezembro de 2.013.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente Cpl

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:851103BF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO PR 059/2013

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 121/2013 Pregão Presencial 059/2013, cujo objeto é a o Registro de Preços para Possíveis e Eventuais, aquisição de materiais de expediente, a empresa: CHF dos Reis - ME. No valor global de R$ 328.516,37, no entanto a empresa apresentou com prazo vencido a Certidão Conjunta Negativa e Certidão Negativa Relativo às Contribuições Previdenciárias (INSS), sendo que a mesma requereu o benefício de tratamento diferenciado pela Lei 123/2006, sendo concedida a mesma o prazo de 02 dias úteis, prorrogáveis por mais 02 para apresentar as Certidões regularizadas, caso isso não ocorra a empresa será inabilitada.

Confresa 24/12/2013.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:FE420EE3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2013

PARTES:P.M DE CONQUISTA D OESTE e a empresa RAIMUNDO NONATO DA SILVA VIANNA-ME
OBJETO: serviços na organização e promoção de evento oficial para a escolha da MISS e MISTER Conquista D'Oeste
05. SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E LAZER
LAZER 04.122.0002.2048 – MANUT. DAS ATIV. ESSEN E ENCARGOS DA SEC.
PRAZOVIGENCIA: de23 à 28 de dezembro de 2013
VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
DATA: 23/12/2013
TESTEMUNHAS
Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 1364597-8 SSP/MT

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:A241297D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2013

PARTES:P.M DE CONQUISTA D OESTE e a empresa FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA -ME
OBJETO: serviços de locação de tendas, banheiros químicos e jogos de mesas e cadeiras, durante a realização dos eventos em comemoração do ANIVERSARIO DA CIDADE E FESTIVIDADES DE FIM DE ANO
05. SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E LAZER
LAZER 04.122.0002.2048 – MANUT. DAS ATIV. ESSEN E ENCARGOS DA SEC.
PRAZOVIGENCIA: 09 (nove) dias, com vencimento no dia 31/12/2013 VALOR: R$ 8.100,00 (Oito mil e Cem reais)
DATA: 23/12/2013
TESTEMUNHAS
Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 1364597-8 SSP/MT

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:5011C4CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2013

PARTES:P.M DE CONQUISTA D OESTE e a empresa EVENTUS PRODUÇÕES LTDA - EPP OBJETO: serviços especializados para a realização dos eventos durante a comemoração do ANIVERSARIO DA CIDADE E FESTIVIDADES DE FIM DE ANO
05. SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E LAZER
LAZER 04.122.0002.2048 – MANUT. DAS ATIV. ESSEN E ENCARGOS DA SEC.
PRAZOVIGENCIA: 09 (nove) dias, com vencimento no dia 31/12/2013
VALOR: R$ 48.600,00 (Quarenta e Oito mil e seiscentos Reais)
DATA: 23/12/2013
TESTEMUNHAS
Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 1364597-8 SSP/MT

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:80618546

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
LOA 2014

LEI N° 820/2013

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANGELA APARECIDA NERVIS , Prefeita Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Cotriguaçu para o exercício de 2014, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 31.746.548,00 (trinta e um milhões, setecentos e quarenta e seis mil e quinhentos e quarenta e oito reais) que após a dedução para a formação do FUNDEB resulta na Receita Liquida de R$ 28.983.748,00 (Vinte e oito milhões, novencentos e ointenta e três mil e setecentos e quarenta e oito reais) e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social.

Parágrafo Único. **Inclui-se no Orçamento Geral do Município, o orçamento do Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu- PREVI COTRI, Autarquia com personalidade jurídica própria, no valor de R$ 1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) .**

Art. **2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e respectivas fontes, de acordo com o desdobramento abaixo:**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1	RECEITAS CORRENTES.....	R$ 25.212.719,18
1.1	Receita Tributária.....	R$ 1.333.234,63
1.2.	Receita de Contribuições.....	R$ 225.000,00
1.3	Receita Patrimonial.....	R$ 209.500,00
1.6.	Receita de Agropecuária.....	R$ 8.965,00
1.7.	Transferências Correntes.....	R$ 20.523.219,55
1.9.	Outras Receitas Correntes.....	R$ 150.000,00
09.	DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	R$ (2.762.800,00)
02.	RECEITAS DE RECEITAS DE CAPITAL	R$ 5.283.828,82
	TOTAL DA RECEITA	**R$ 27.733.748,00**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1	**RECEITAS CORRENTES.....**	**R$ 1.250.000,00**
1.1.	Receita de Contribuições.....	R$ 667.845,60
1.3	Receita Patrimonial.....	R$ 581.154,40
1.9.	Outras Receitas Correntes.....	R$ 1.000,00
	TOTAL DA RECEITA	**R$ 1.250.000,00**

Art. **3º.** A Despesa será realizada segundo a Descriminação dos quadros de programas de trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos**:**

1 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01	**LEGISLATIVA**	**R$ 1.100.000,00**
02	**GABINETE DA PREFEITA**	**R$ 1.140.000,00**
04	**ADMINISTRAÇÃO**	**R$ 1.170.000,00**
05	**FINANÇAS**	**R$ 1.635.208,54**
06	**EDUCAÇÃO E CULTURA**	**R$ 8.351.734,70**
07	**SAUDE E SANEAMENTO**	**R$ 7.715.931,76**
08	**GESTÃO SOCIAL E TRABALHO**	**R$ 1.277.243,00**
09	**INFRA ESTRUTURA E TRANSITO RODOVIARIO**	**R$ 3.914.700,00**
10	**ESPORTE, TURISMO E LAZER**	**R$ 378.00,00**
11	**PREVIDÊNCIA SOCIAL**	**R$ 1.250.000,00**
12	**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	**R$ 1.050.930,00**
	TOTAL DA DESPESA	**R$ 28.983.748,00**
3 – POR SUBFUNÇÕES		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01.031 –	**Ação Legislativa.....**	**R$ 1.100.000,00**
04.122 –	**Administração Geral.....**	**R$ 2.796.000,00**
04.125	**Normatização e Fiscalização**	**R$ 85.000,00**
04.129	**Administração de Receitas**	**R$ 50.000,00**
08.122	**Administração Geral**	**R$ 83.000,00**
08.241 -	**Assistência ao Idoso**	**R$ 764.000,00**
08.243 -	**Assistência a Criança e ao Adolescente**	**R$ 100.000,00**
08.244 –	**Assistência Comunitária**	**R$ 413.243,00**
09.271-	**Previdência do Regime Estatuário....**	**R$ 1.250.000,00**
10.122	**Administração Geral**	**R$ 3.663.000,00**
10.301 -	**Atenção Básica**	**R$ 1.046.000,00**
10.302 –	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....**	**R$ 453.000,00**
10.303	**Supoprte Protafilatico e Terapeutico**	**R$ 78.820,76**
10.305	**Vigilancia Epidemiologica**	**R$ 75.111,00**
12.122 –	**Administração Geral**	**R$ 821.500,00**
12.361 –	**Ensino Fundamental**	**R$ 8.163.734,70**
12.365 -	**Educação Infantil**	**R$ 175.000,00**
12.367	**Educação Especial**	**R$ 5.000,00**
13.122	**Difusão Cultural**	**R$ 5.000,00**
15.451	**Infra Estrutura Urbana**	**R$ 1.674.700,00**
15.452	**Serviços |Urbanos**	**R$ 100.000,00**
17.512	**Saneamento Básico Urbano**	**R$ 2.400.000,00**
18.541	**Preservação e Conservação Ambiental**	**R$ 10.000,00**
18.542	**Controle Ambiental**	**R$ 289.930,00**
18.543	**Recuperação de Areas Degradadas**	**R$ 55.000,00**
20.122	**Administração Geral**	**R$ 596.000,00**
20.601	**Promoção da Produção Vegetal**	**R$ 10.000,00**
20.602	**Promoção da Produção Animal**	**R$ 10.000,00**
20.605	**Abastecimento**	**R$ 20.000,00**
20.606	**Extensão Rural**	**R$ 60.000,00**
25.752	**Energia Elétrica**	**R$ 250.000,00**
26.122	**Administração Geral.....**	**R$ 1.890.000,00**
27.122	**Administração Geral**	**R$ 338.000,00**
27.812	**Desporto Comunitário.....**	**R$ 40.000,00**
28.846	**Outros Encargos Especiais**	**R$ 524.208,54**
99.999 -	**Reserva de Contingência.....**	**R$ 490.000,00**
	TOTAL DA DESPESA	**R$ 28.983.748,00**

5 – POR CATEGORIA ECONÔMICA		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
3	DESPESAS CORRENTES	21.297.875,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	5.945.873,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	490.000,00
	TOTAL DA DESPESA	**27.733.748,00**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
3	DESPESAS CORRENTES	1.187.500,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.500,00
	TOTAL DA DESPESA	**1.250.000,00**

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a realizar as operações a que se refere os incisos V e VI, do Art.167º da Constituição Federal, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da Despesa Fixada no Art.3º, utilizando-se para tanto, dos recursos previstos no Art.43, da Lei Federal nº. 4.320/64, e fica autorizado a realização de concurso publico municipal e processo seletivo para contratação dos servidores.

Parágrafo Único. Excluem-se do limite ora autorizado as transferências de recursos dos elementos de despesa da mesma categoria de programação ou mesmo grupo de despesas.

Art. 5º Não onerarão o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida e vinculações constitucionais.

Art. 6° Realização de concurso público e processo seletivo, visando o preenchimento das vagas necessárias ao bom atendimento do serviço público

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:5D1ED774

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 301

PORTARIA Nº 301/2013

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas em Lei.

Art. 1° - Nomeia Comitê de Coordenação e Comitê Executivo para elaboração do Plano de Saneamento Básico de Cotriguaçu.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO:

Agostinho Bespalez Filho
Claudiane Borchert Grespan
Elaine Coutinho Weber
Amilton Castanha
Gilmar Prange
Noeli Maria Lorandi

COMITÊ EXECUTIVO:

Gustavo Carneiro Ariano – CREA/MT 1200555740 – Coordenador
Marilza Elorza Carneiro – CRESS/SP 4652
LARISSA KEIKO ALCANTARA SEIKE - Técnica em Informática
WALQUIRIA DE SOUZA DOMINGOS – Contadora
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2013.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:08D6B0AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 344 DE 01 DE JULHO DE 2013.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de CURVELÂNDIA para o Exercício Financeiro de 2014 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, **ELI SANCHEZ ROMÃO,** no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de CURVELÂNDIA, relativo ao Exercício Financeiro de 2014, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2013 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2013, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2012, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2013, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:
I – Projeção da Receita e da Despesa para 2014/2016;
II - Anexo de metas e prioridades para 2014;
III - Anexo de Riscos Fiscais;
IV – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:
§ 1º Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;
§ 2º Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2014

Seção I
Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.
Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.
§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).
§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:
I – a fundos especiais;
II - às ações de saúde e assistência social;
III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2013 e será constituído de:
I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e
V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:
I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;
II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 2º Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2013, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.
Seção II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas
Art. 10 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 2 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:
I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;
II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e
III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.
IV – suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes.

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:
I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;
II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2014, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101 de 2000:
§1º Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2014.
§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:
I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;
II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 13 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:
I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;
II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;
III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;
IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 15 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:
I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;
III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;
IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III
Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 16 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2014, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2013, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.
§1º Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.
§2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:
I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.
II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 17 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2013, conforme previsto no artigo anterior.
§ 1º Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.
§ 2º Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:
a) os impostos;
b) as taxas;
c) a contribuição de melhoria;
d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;
e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;
j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;
k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação;
l) o valor arrecadado da CIDE.

Art. 18 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único - Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:
I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;
II – os valores necessários para:
a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;
b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 19 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV
Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 20 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:
a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;
b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;
c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;
d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 22 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.
§ 1º A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.
§ 2º Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V
Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 23 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:
I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;
II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.
§ 1º Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.
§ 2º O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 3º É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI
Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I
Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 24 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;
II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7de dezembro de 1993.

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2012, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 25 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;
II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;
III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;
Subseção II
Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 26 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 27 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:
I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município;
II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal;
III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:
a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;
b) formalização de contrato;
c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
d) acompanhamento da execução;
e) prestação de contas.

Parágrafo único - Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII
Dos Créditos Adicionais

Art. 28 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art.29 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II
Das Despesas com Pessoal

Art. 30 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:
I – No Poder Legislativo:
a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;
b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
II – No Poder Executivo:
a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2013, o orçamento de 2014 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.
b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em
percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 32 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:
I – No Poder Executivo:
a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;
b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;
c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;
e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:
a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;
b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34 - No exercício de 2014 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:
I – situações de emergência ou calamidade pública;
II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

Art. 35 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2014, especialmente no diz respeito a:
I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;
II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;
III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;
VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;
VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 37 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 39 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:
I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;
II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 40 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:
I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 42 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
§ 1º As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:
I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:
a) pagamento de pessoal e seus encargos;
b) amortização e serviço da dívida; e
c) a destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 01 de Julho de 2013.

ELI SANCHEZ ROMÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Mendes Barbalho
Código Identificador:562E5A61

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 053/2013/SMEC

Dispõe sobre remoção dos profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO – MT, no uso de suas atribuições legais, considerando a falta de vagas e a necessidade de manter organizado o Quadro de Profissionais da Educação Básica nas Unidades de Ensino da Rede Municipal para o ano letivo de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º INDEFERIR, pelo motivo de Falta de Vaga, o pedido de REMOÇÃO dos Profissionais da Educação Básica conforme abaixo especificado:

1 – **ANA LUZIMAR DE ARAUJO LIMA**
CPF nº 511.475.724-53
Matrícula nº 800 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Lotada na Escola Municipal de Educação Infantil **Dona Nhanhá**.

2 – **DONATA GLORINHA FERREIRA NASCIMENTO**
CPF nº 345.401.301-10
Matrícula nº 414 – Professora de Séries Iniciais
Lotada na Escola Municipal **Elza Martins de Queiroz Oliveira**

3 – CLAUDINEI RODRIGUES DOS SANTOS
CPF nº 905.712.661-34
Matrícula nº 2973 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Lotado na Escola Municipal de Educação Infantil **Criança Feliz.**

4 – **GILMARA FREIRE QUENOIZORE**
CPF nº 860.661.611-72
Matrícula nº 3297 – Professora de Séries Iniciais
Lotada na Escola Municipal **Castro Alves**

5 – **MAILZA TAVARES DE MATOS**
CPF nº 024.677.301-40
Matrícula nº 3512 – Professora de Educação Infantil
Lotada na Escola Municipal de Educação Infantil **Criança Feliz**.

6 – **ROSELI DE SOUZA**
CPF nº 961.718.121-53
Matrícula nº 3460 – Professora de Educação Infantil
Lotada na Escola Municipal de Educação Infantil **Criança Feliz.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Diamantino – MT, em 23 de dezembro de 2013.

PROF. NILVO PEDRO LANZA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:76CD5756

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nª 054/2013

Dispõe sobre Progressão Funcional dos Profissionais da Educação Básica.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, e considerando o que dispõe os artigos 41, 42 e 43 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011 e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder **PROGRESSÃO DE CLASSE** para Profissionais da Educação Básica efetivo abaixo mencionado.

I – Da Classe "A" para a Classe "C": Motorista não profissionalizado - **Classe C, Nível 02**
01 – **Nestor Santiago Filho - Matrícula** 2475 – Motorista não Profissionalizado, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com efeitos financeiros a partir de 06 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE

Diamantino – MT, em 16 de dezembro de 2013

PROF. NILVO PEDRO LANZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:0C23DFDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 052/2013/SMEC

Dispõe sobre remoção dos profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO – MT, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de organizar o Quadro de Profissionais da Educação Básica nas Unidades de Ensino da Rede Municipal para o ano letivo de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER a pedido, os Profissionais da Educação Básica, conforme abaixo especificado:

1 - **JÉSSICA DE ALMEIDA SANTANA**
CPF nº 018.593.911-25
Matrícula nº 2515 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Tia Alair para a Escola Municipal de Educação Infantil **Dona Nhanhá**.

2 – **CIMARA VITOR DA SILVA**
CPF nº 019.647.601-19
Matrícula nº 3207 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Dona Nhanhá**.

3 – ADRIANA FERREIRA
CPF nº 001.890.261-89
Matrícula nº 1399 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Tia Alair**.

4 – **JESIANE DA SILVA SANTOS**
CPF nº 025.392.861-35
Matrícula nº 2959 – Técnico de Desenvolvimento Intantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Tia Alair**

5 – **LUCIANA VANNI CARVALHO**
CPF nº 885.167.841-34
Matrícula nº 2981 – Professora de Educação Infantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Dona Nhanhá**.

6 – **KAROLINE SCHAEDLER**
CPF nº 821.997.102-97
Matrícula nº 3110 – Professora de Educação Infantil

Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Dona Nhanhá**.

7 – **MÁRCIA REGINA BARBACOVI**
CPF nº 012.716.751-02
Matrícula nº 2984 – Professora de Educação Infantil
Da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz para a Escola Municipal de Educação Infantil **Tia Alair**.

8 – **ADELAIDE FERREIRA LOPES**
CPF nº 384.627.531-04
Matrícula nº 497 – Apoio Administrativo Educacional – Manutenção de Infraestrutura Profissionalizada.
Da Escola Municipal João Batista de Almeida para a UAB – Universidade Aberta à Distância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Diamantino – MT, em 23 de dezembro de 2013.

PROF. NILVO PEDRO LANZA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:34F97B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 092/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: CLAUDINEI VICENTE DA SILVA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:E813F4AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 093/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: GILMAR VICENTE DE ALMEIDA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:D90CE561

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 094/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: ADÃO MENDES DA SILVA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:08E038ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 096/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: BENEDITO APARECIDO DA SILVA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:D3EE9D85

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 097/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: BENEDITO APARECIDO DA SILVA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:59FC6551

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 098/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: ORLANDO FERREORA DE SIQUEIRA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.

SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:6DBB5D65

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 100/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: VALDERSON LAUREANO DE OLIVEIRA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:85F5E943

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 101/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: SEBASTIÃO LOTERIA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:8E4624CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 102/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: ROOZEVELT RODRIGUES
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:8E6E78AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 103/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: JOÃO RODRIGUES FILHO
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:FA05F6AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 106/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: WAGNER CARVALHO PEDRO
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:474FB41F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 210/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: FLÁVIO ROQUE DA CRUZ
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:0590FB38

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 327/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: MARCELO SAMPAIO
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:E9B153DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 328/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: DAVINIL ANTONIO DOS SANTOS
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:5DF06BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 366/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: LUIS ANTONIO OJEDA
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:755E7081

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 384/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: PAULO BONILHO DOS SANTOS
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/01/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.200,00

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:FD5B9812

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 330/2013.

CONTRATANTE: Município de Diamantino
CONTRATADO: ALINE DAIANA RABSCH
OBJETO: Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato a que se refere o presente **TERMO,** passando o seu Término para o dia 31 de janeiro de 2014, pelo motivo de necessidade de transporte escolar, visto a prorrogação do término do ano letivo de 2013 na rede Estadual de ensino, em decorrência da greve dos Profissionais da Educação.
SECRETARIA DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DEPESAS DE DOTAÇÃO: Contrato por tempo determinado 3.1.90.04.00.00.00.00.0999
DATA DO ADITIVO: 16/12/2013
VIIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/05/2014
VALOR DO CONTRATO: R$ 3.113,16

Publicado por:
Alexandrino Rodrigues da Cruz
Código Identificador:C42996D7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 10-2013

CÉLIA FERREIRA MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal e considerando o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica baixado o bem móvel da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT., de acordo com o levantamento do patrimônio público feito pela Comissão Permanente de Inventário dos Bens Móveis da Câmara Municipal , nomeada através da Portaria Nº. 02/2013, o qual segue abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	Nº. TOMBAMENTO	DATA/AQUISIÇÃO	VALOR
Batedeira Max Mix FAET.	000251	28/02/2007	40,00
		TOTAL	**40,00**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação no local de costume.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CÉLIA FERREIRA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Divino Ferreira da Costa
Código Identificador:A83FD358

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013 - SRP

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 019/2013, menor preço por lote, cujo objeto é aquisição de combustíveis, realizada em sessão publica no dia 23/12/2013, tendo como vencedor o licitante: MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA no Lote 01 com valor total de R$ 114.660,00 (cento e quatorze mil e seiscentos sessenta reais). O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 23 de Dezembro de 2013.

DANDRA RENATA SOUZA LIMA
Pregoeira

Publicado por:
Dandra Renata Souza Lima
Código Identificador:9D96A9A5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.
CONTRATADO: MARTINUCCI CONSTRUTORA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA LTDA-ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DO SITE (PÁGINA) OFICIAL NA WEB (INTERNET) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT.
VALOR: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 60 DIAS
DATA: 27/12/13

DARLEY VIEIRA RAMOS
Presidenete em Exercício da Cpl

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:7AA5C2B3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT
LEI Nº 526 DE 21 DE MAIO DE 2013

> "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de GLÓRIA D'OESTE para o Exercício Financeiro de 2014 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, **Sr NILTON BORGES BORGATO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de GLÓRIA D'OESTE para o exercício 2014 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2013 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2013, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2013, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2013, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2014/2016;

II - Anexo de metas e prioridades para 2014;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000.

Art. 3º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.
§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.
§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.
§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2014, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.
§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.
CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2014

Seção I
Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).
§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;
II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2014 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2014 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2014, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2014, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.
§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:
I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2014, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2014.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da

Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:
I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2014, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2013, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.
II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2013, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:
a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;
II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2014, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;
b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2013, o orçamento de 2014 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:
I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público
II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 34 – O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Art. 35 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2014, especialmente no diz respeito a:
I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 37 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 39 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 40 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 42 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:
O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em GLÓRIA D'OESTE-MT, 15 de Abril de 2013.

NILTON BORGES BORGATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:4EDA802A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT
LEI Nº 537 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2014."

O Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **Sr NILTON BORGES BORGATO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1° - O Orçamento geral do Município de Glória D'Oeste, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o Exercício Financeiro de 2014, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa bruta em R$ 10.905.000,00 (Dez Milhões e Novecentos e Cinco Mil Reais), **assim distribuídos por esfera FISCAL R$ 7.584.700,00 (Sete Milhões Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil e Setecentos Reais) e SEGURIDADE SOCIAL R$ 3.320.300,00 (Três Milhões Trezentos e Vinte Mil e Trezentos Reais)** conforme discriminação a seguir:

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município para o Exercício de 2014 estima a Receita em R$ R$ 10.905.000,00 (Dez Milhões e Novecentos e Cinco Mil Reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R$ 564.000,00 (Quinhentos e Sessenta e Quatro Mil Reais) e para a Prefeitura Municipal em R$ 10.341.000,00 (Dez Milhões Trezentos e Quarenta e Um Mil Reais).

§ 1º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos**.**

RECEITAS		VALOR
1	**RECEITAS CORRENTES**	**9.805.000,00**
1.1	Receitas Tributárias	372.000,00
1.2	Receitas De Contribuições	95.000,00
1.3	Receita Patrimonial	15.800,00
1.6	Receitas de Serviços	76.100,00
1.7	Transferências Correntes	10.812.850,00
4.9	Dedução de Transferências Correntes (FUNDEB)	- 1.591.900,00
1.9	Outras Receitas Correntes	25.150,00
2	**RECEITA DE CAPITAL**	**1.100.000,00**
2.4	Transferências de Capital	1.100.000,00
TOTAL		**10.905.000,00**

§ 2º- A despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

I.I - FISCAL

ÓRGÃO		ORÇAMENTO
01	Câmara Municipal	564.000,00
02	Gabinete do Prefeito	232.000,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	2.082.830,00
04	Secretaria de Educação	2.436.850,00
05	Secretaria de Obras Públicas e Serv. Urbanos	2.269.020,00
TOTAL		**7.584.700,00**

I.II – SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO		ORÇAMENTO
06	Secretaria de Saúde	2.380.800,00
07	Secretaria de Assistência Social	939.500,00
TOTAL		**3.320.300,00**
TOTAL GERAL		**10.905.000,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II.I - FISCAL

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENTO
01	Legislativa	563.000,00
04	Administração	2.922.520,00
11	Trabalho	110.000,00
12	Educação	2.351.850,00
13	Cultura	10.000,00
14	Direitos da Cidadania	10.000,00
15	Urbanismo	232.500,00
16	Habitação	50.000,00
17	Saneamento	173.500,00
20	Agricultura	251.000,00
23	Comércio e Serviços	225.330,00
25	Energia	115.000,00
26	Transporte	343.000,00
27	Desporto e Lazer	75.000,00
28	Encargos Especiais	2.000,00
99	Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL		**7.584.700,00**

II.II – SEGURIDADE SOCIAL

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENTO
08	Assistência Social	939.500,00
10	Saúde	2.375.800,00
17	Saneamento	5.000,00
TOTAL		**3.320.300,00**
TOTAL GERAL		**10.905.000,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

III.I - FISCAL

COD	PROGRAMA	VALOR
0000	Operações Especiais	2.000,00
0001	Processo Legislativo	563.000,00
0003	Administração e Gerenciamento	3.134.850,00
0009	Desenvolvimento de Ações de Assistência Social	10.000,00
0013	Regularização Fundiária	20.000,00
0025	Edificação Pública	17.500,00
0041	Melhoria da Produtividade da Educação Infantil	267.350,00
0042	Exp. e Melhoria da Produt. Escolar da Educ. Básica	907.000,00
0043	Exp. e Manutenção da Rede Física Escolar	135.000,00
0044	Salário Educação	76.000,00
0046	Difusão Cultural	10.000,00
0047	Desenvolvimento do Desporto e Lazer	75.000,00
0049	Educação Especial	5.000,00
0050	Educação Básica	900.000,00
0057	Habitação	50.000,00
0060	Serviços de Utilidade Pública	20.000,00
0065	Turismo	168.000,00
0076	Saneamento Básico	173.500,00
0084	Formação do Patrimônio do Servidor Pub. Municipal	110.000,00
0091	Transportes Urbanos	538.000,00
0111	Apoio aos Produtores Rurais	76.000,00
0327	Eletrificação Rural	115.000,00
0427	Alimentação e Nutrição	61.500,00
0999	Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL		**7.584.700,00**

III.I – SEGURIDADE SOCIAL

COD	PROGRAMA	VALOR
0072	Atenção Básica	777.800,00
0073	Atenção de Média e Alta Complexidade	391.000,00
0074	Assistência Farmacêutica	145.000,00
0075	Vigilância em Saúde	86.000,00
0076	Saneamento Básico	5.000,00
0077	Gestão SUS	976.000,00
0487	Descentralização das Ações de Assistência Social	939.500,00
TOTAL		**3.320.300,00**
TOTAL GERAL		**10.905.000,00**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

IV.I – FISCAL

DESPESAS CORRENTES		**6.826.200,00**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.045.750,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.780.450,00
DESPESAS DE CAPITAL		**608.500,00**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	606.500,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	2.000,00
RESERVAS		**150.000,00**
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL		**7.584.700,00**

IV.I – SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS CORRENTES		**3.197.300,00**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.810.800,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.386.500,00
DESPESAS DE CAPITAL		**123.000,00**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	123.000,00
TOTAL		**3.320.300,00**
TOTAL GERAL		**10.905.000,00**

Art. 3° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor, a:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 30% (Trinta Por Cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.
II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.
III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.
IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 4º - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em GLÓRIA D'OESTE-MT, 29 de Agosto de 2013.

NILTON BORGES BORGATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:249B08DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT
LEI Nº 536 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dá nova redação aos Anexos de Metas e Prioridades e de Receitas para o Exercício de 2014 da Lei nº 526, de 21 de Maio de 2013, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Glória D`Oeste para o Exercício Financeiro de 2014, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Glória D`Oeste, Estado de Mato Grosso, **Sr NILTON BORGES BORGATO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos de Metas e Prioridades e de Receitas para o Exercício de 2014 da Lei nº 526, de 21 de Maio de 2013, que passa a vigorar na forma dos Anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em GLÓRIA D'OESTE-MT, 29 de Agosto de 2013.

NILTON BORGES BORGATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:D1C79CB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 535 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Glória D'Oeste para o período de 2014 a 2017 e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **Sr NILTON BORGES BORGATO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual do município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio de 2014 à 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma dos anexos, integrantes desta Lei, estabelecendo, para o período, os programas, funções, subfunções, ações (projetos e atividades) da administração, na forma dos formulários anexos desta Lei.

Artigo 2º - A exclusão ou alteração de programas, ações e suas respectivas metas, constantes desta Lei serão propostos pelo Poder Executivos, através de Projeto de Lei específico.

Artigo 3º - A inclusão de novos programas, ações e suas respectivas metas no Plano Plurianual, somente poderão ocorrer mediante Projeto de Lei específico de iniciativa do Poder Executivo, com a indicação dos recursos que os viabilizem.

Artigo 4º - O Plano Plurianual poderá ser atualizado periodicamente, ou conforme a necessidade de revisão, mediante Projeto de Lei específico.

Artigo 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações do Plano Plurianual poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Artigo 6º - O Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Artigo 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias extraídas dos Anexos desta Lei;

Artigo 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem previa inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em GLÓRIA D'OESTE-MT, aos 29 de Agosto de 2013.

NILTON BORGES BORGATO
Prefeito Municipal

DISPÕE

Câmara Municipal de Glória D´Oeste – MT, 05 de novembro de 2013.

EDIMAR TEIXEIRA RAMOS
Presidente

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:2E77FAE4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 097/2013, tendo por OBJETO Registro de preço para futura e eventual para fornecimentode refresqueira elétrica e buffet térmico para atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto destinando às escolas e Creches Municipais de Guarantã do Norte/MT, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 062/2013, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 097/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **L. L. COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA ME**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de

conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **L. L. COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA ME**
CNPJ nº 06.224.272/0001-51 I.E. nº 13256253-7
Endereço: Rua Jornalista Roberto Jaques Brunini n° 817 Bairro Jardim Europa
Cidade: Cuiabá/MT CEP: 78065-400 Telefone: (65) 3055-3009 e-mail: marinho.cba@hotmail.com
Representante legal: Linaldo da Silva Luna
Item(ns) 01, 02 e 03

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: L. L. COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA ME Valor Unitário
01	15	Und	Refresqueira elétrica para sucos com capacidade de 08 litros cada	BRAS	1.833,00
02	4	Und	Buffet térmico com 6 cubas quentes: com vidros deslizantes, rodízio giratório, com mesa para porta pratos com revestimento externo em chapa cromo com pvc cubas e tanque em aço inox	PRO GAZ	1.330,00
03	4	Und	Buffet térmico com 8 cubas quentes: com vidros deslizantes, rodízio giratório, com mesa para porta pratos com revestimento externo em chapa cromo com pvc cubas e tanque em aço inox	PRO GAZ	1.530,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação,MARCA, fornecedor,e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus **MATERIAIS** em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a **ADQUIRIR os MATERIAIS** exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto mediante o recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os **MATERIAIS** deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE

representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 097/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:

MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

L. L. Comercio de Mercadorias e Serviços Ltda Me
LINALDO DA SILVA LUNA

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:06E546F4

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°1113/13

LEI MUNICIPAL Nº 1113/13 DE 06 de dezembro de 2013.

"ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta, no valor de R$ 42.042.688,59 (Quarenta e dois milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta, no valor de R$ 18.957.311,41 (Dezoito milhões, novecentos e cinquenta sete mil, trezentos e onze reais e quarenta um centavos).

ARTIGO 2° - O orçamento fiscal do Município de Guarantã do Norte - MT, para o exercício financeiro de 2014, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita Bruta em R$ 66.156.258,84(Sessenta seis milhões, cento cinquenta seis mil, duzentos e cinquenta oito reais e oitenta quatro centavos), que depois de deduzidos R$ 5.156.258,84 (Cinco milhões, cento cinquenta seis mil, duzentos e cinquenta oito reais e oitenta quatro centavos) que são a contribuição para formação do FUNDEB, ficando portando a Receita Líquida em R$ 61.000.000,00 (Sessenta e um milhões de reais), descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
Receitas Correntes	R$	57.242.148,90
Receita Tributaria	R$	3.127.611,73
Receita de Contribuições	R$	2.269.156,98
Receita Patrimonial	R$	1.326.102,19
Receitas de Serviços	R$	64.055,49
Transferências Correntes	R$	49.889.222,40
(-) Contribuições para o FUNDEB	R$	5.156.258,84
Outras Receitas Correntes	R$	566.000,11
Receita Correntes - Intra orçamentária	R$	1.849.429,64
Receitas de Capital	**R$**	**7.064.680,30**
Operação de Créditos	R$	4.600.000,00
Alienação de Bens	R$	52.185,00
Transferência de Capital	**R$**	**2.412.495,30**
Total Geral	**R$**	**61.000.000,00**

ARTIGO 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ 61.000.000,00 (Sessenta um milhões de reais) será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei.

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	**R$**	**44.100.817,20**
Pessoal e Encargos Sociais	R$	27.413.274,97
Outras Despesas Correntes	R$	16.687.542,23
Despesas de Capital	**R$**	**13.609.045,12**
Investimentos	R$	13.109.045,12
Amortização da Divida	R$	500.000,00
Reserva de Contingência	**R$**	**250.000,00**
Reserva do R.P.P.S.	**R$**	**3.040.137,68**
Total Geral	**R$**	**61.000.000,00**

II – POR ÓRGÃOS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		56.549.862,32
Câmara Municipal.	R$	1.959.800,00
Gabinete da Prefeita.	R$	1.227.000,00
Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças.	R$	4.966.400,00
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.	R$	16.845.568,68
Secretaria Municipal de Saúde	R$	15.550.042,00
Secretaria Municipal de Infra Estrutura	R$	5.198.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	1.792.269,41
Secretaria Municipal de Agricultura Tur. e Meio Ambiente	R$	1.980.000,00
Secretaria Municipal de Gov. e Art. Institucional	R$	625.000,00
Secretaria Municipal de Cidades	R$	6.405.782,23
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**R4**	**4.450.137,68**
Fundo Mun. Previdência Soc.dos Serv.de Guarantã do Norte	R$	4.450.137,68
TOTAL	**R$**	**61.000.000,00**

III – POR FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 Legislativa	R$	1.959.800,00
04 Administração	R$	9.028.400,00
06 Segurança Publica	R$	78.000,00
08 Assistência Social	R$	1.792.269,41
10 Saúde	R$	15.755.042,00
11 Trabalho	R$	500.000,00
12 Educação	R$	15.999.868,68
13 Cultura	R$	390.700,00
14 Direito da Cidadania	R$	100.000,00
15 Urbanismo	R$	5.965.782,23
18 Gestão Ambiental	R$	105.000,00
20 Agricultura	R$	1.380.000,00
22 Industria	R$	175.000,00
23 Comercio e Serviços	R$	460.000,00
25 Energia	R$	750.000,00
26 Transporte	R$	850.000,00
27 Desporto e Lazer	R$	510.000,00
28 Encargos Especiais	R$	500.000,00
99 Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**56.549.862,32**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
09 Previdência Social	R$	1.410.000,00
99 Reserva de Contingência	R$	3.040.137,68
Total da Administração Indireta	**R$**	**4.450.137,68**
TOTAL	**R$**	**61.000.000,00**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 Ação Legislativa	R$	1.959.800,00
121 Planejamento e Orçamento	R$	400.000,00
122 Administração Geral	R$	7.437.000,00
123 Administração Financeira	R$	3.616.400,00
126 Tecnologia da Informação	R$	105.000,00
128 Administração e Gerenciamento	R$	15.000,00
181 Policiamento	R$	78.000,00
241 Assistência ao Idoso	R$	45.000,00
242 Assistência ao Portador de Deficiência	R$	20.000,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	265.659,00
244 Assistência Comunitária	R$	1.121.610,41
301 Atenção Básica	R$	5.587.000,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	3.678.617,81
303 Suporte Profilático e Terapêutico	R$	6.284.424,19
304 Vigilância Sanitária	R$	112.890,00
306 Alimentação e Nutrição	R$	424.111,53
331 Proteção ao Trabalho	R$	500.000,00
361 Ensino Fundamental	R$	12.472.867,15
364 Ensino Superior	R$	20.000,00
365 Educação Infantil	R$	1.350.000,00
367 Educação Especial	R$	110.000,00
392 Difusão Cultural	R$	355.700,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R$	6.815.782,23
452 Serviços Urbanos	R$	600.000,00
482 Habitação Urbana	R$	210.000,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R$	90.000,00
601 Promoção da Produção Vegetal	R$	35.000,00

602 Promoção da Produção Animal	R$	25.000,00
606 Extensão Rural	R$	220.000,00
662 Produção Industrial	R$	25.000,00
692 Comercialização	R$	60.000,00
695 Turismo	R$	400.000,00
782 Transporte Rodoviário	R$	850.000,00
812 Desporto Comunitário	R$	510.000,00
843 Serviços da Dívida Interna	R$	500.000,00
999 Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**56.549.862,32**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
272 Previdência do Regime Estatutário	R$	1.410.000,00
999 Reserva de Contingência	R$	3.040.137,68
Total da Administração Indireta	**R$**	**4.450.137,68**
TOTAL	**R4**	**61.000.000,00**

V – POR PROGRAMAS:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0001 Gestão e Manutenção do Processo Legislativo	R$	1.959.800,00
0002 Gestão e Manutenção do Gabinete do Prefeito	R$	1.227.000,00
0004 Gestão de Política de Planejamento	R$	625.000,00
0005 Gestão de Política da Sec. de Coordenação	R$	3.551.400,00
0006 Cidadania Tributaria e Consciência Fiscal	R$	95.000,00
0007 Operação Especiais	R$	1.000.000,00
0008 Gestão Publica Eficiente	R$	70.000,00
0009 Gestão de Política de Agricultura	R$	1.380.000,00
0010 Guarda Municipal	R$	78.000,00
0012 Gestão de Política do Meio Ambiente	R$	155.000,00
0013 Gestão da Política da Sec. Mun. de Cidades	R$	6.195.782,23
0014 Habita Mais Guarantã	R$	210.000,00
0016 Gestão de Política da Sec. Mun. de Saúde	R$	6.965.000,00
0017 Infra Estrutura a Serviços do Desenvolvimento	R$	1.897.000,00
0022 Atenção Básica	R$	4.370.674,19
0023 Assistência Farmacêutica	R$	213.750,00
0026 Gestão de Política de Obras e Infra Estrutura	R$	5.120.000,00
0029 Gestão de Política da Secretaria de Assistência	R$	1.174.600,00
0030 Fortalecimento dos Serviços do Suas	R$	477.669,41
0033 fomento a Cultura	R$	335.700,00
0035 Gestão de Política do Ensino Superior	R$	20.000,00
0036 Gestão Política do Ensino Especial	R$	110.000,00
0037 Gestão de Política Do Ensino Fundamental	R$	2.529.981,69
0038 Gestão de Política Da Educação Básica	R$	11.796.250,00
0039 Gestão de Política Do Ensino Infantil	R$	230.000,00
0040 Gestão de Política Do Turismo	R$	270.000,00
0045 Apoio ao Desporto e Lazer	R$	510.000,00
0075 Gestão de Política da Industria	R$	175.000,00
0091 Criança e Adolescentes	R$	140.000,00
1123 Mac	R$	2.103.617,81
1162 Merenda Escolar	R$	537.001,53
1401 Gestão de Política de Transporte Escolar	R$	776.635,46
9999 Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**56.549.862,32**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
0032 Gestão da Política de Benefícios da Previguar	R$	1.410.000,00
9997 Reserva do RPPS	R$	3.040.137,68
Total da Administração Indireta	**R$**	**4.450.137,68**
TOTAL	**R$**	**61.000.000,00**

ARTIGO 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ 18.957.311,41 (Dezoito milhões, novecentos e cinquenta sete mil, trezentos e onze reais e quarenta um centavos).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Saúde	R$	15.755.042,00
Assistência	R$	1.792.269,41
Sub Total	R$	17.547.311,41
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Previdência Social	R$	1.410.000,00
Sub Total	R$	1.410.000,00
Total Geral	R$	18.957.311,41

ARTIGO 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, em obediência ao que dispõe o Art. 167, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:
I – até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada no Art. 2º desta Lei, para os casos créditos suplementares por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no curso da execução orçamentária, bem como o remanejamento e transposição de recursos, conforme necessidades orçamentárias e disponibilidade de recursos, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal.
II – para a abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado do Balanço Patrimonial de 31/12/2013.
Parágrafo Único - O limite autorizado no caput não será onerado quando se tratar de transferência ou remanejamentos de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos, bem como, para suplementar insuficiência de dotações no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos.
ARTIGO 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.
ARTIGO 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, caso não haja a necessidade de utilização da reserva de contingência para atender os riscos fiscais, utiliza-la para à abertura de créditos suplementares.
ARTIGO 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2013.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 06/12/2013
NP 1108/2013

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:7EA562C1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N.02/2013

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2013 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 02/2013 - O Presidente da Câmara Municipal de Indiavaí – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2013, tornam público o Edital Complementar n. 02/2013 que divulga a - Relação Final dos Candidatos com Isenção de Taxa de Inscrição Deferidas. O Edital Complementar n. 02/2013 e seu Anexo I se encontram na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Indiavaí - MT e no endereço eletrônico www.camaraindiavai.com.br a partir desta data.

Publicado por:
Douglas Ribeiro Machado
Código Identificador:F73543CD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 98/2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÂO DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais conferidas em Leis,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Sr. **AGUINALDO PEREIRA DE ANICÉSIO,** brasileiro, solteiro, filho de: Antônio Pereira de Anicésio e Doralice Pereira de Anicésio, natural de: Itiquira - MT, nascido em 11 de março de 1975, portador do **CPF**: 615.609.281-15 RG: 1011128-0 SSP/MT., Expedida em 24/06/1993, Matrícula Funcional 20, do cargo de: **MOTORISTA**, a partir do dia 31 de dezembro de 2013, por motivo de término do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº41/2013.

Registra-se
Publica-se

Itiquira-MT., 23 de dezembro de 2013.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:621C22DA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 99/2013.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais conferidas em Leis,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Sra. **ADRIANA BARBOSA DE SOUZA OLIVEIRA,** brasileira, casada, filha de: Francisco Manoel de Souza e Antônia Maria Barbosa , natural de: Fronteiras - PI, nascida em 18 de outubro de 1982, portadora do **CPF**: 021.134.961-51 RG: 001221579 SSP/MS., Expedida em 19/06/1998, Matrícula Funcional 31, do cargo de: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a partir do dia 31 de dezembro de 2013, por motivo de término do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº43/2013.

Registra-se
Publica-se.

Itiquira-MT., 23 de dezembro de 2013.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:40E2F57D

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 100/2013.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais conferidas em Leis,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Sra. **SILVANIA FERREIRA FERRAZ,** brasileira, solteira, filha de: João Ferraz e Umbelina Ferreira Ferraz, natural de: Itiquira - MT, nascida em 28 de agosto de 1974, portadora do CPF: 862.491.851-00 RG: 1237952 SSP/MT., Expedida em 06/02/1997, Matrícula Funcional 38, do cargo de: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a partir do dia 31 de dezembro de 2013, por motivo de término do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº42/2013.

Registra-se
Publica-se

Itiquira-MT., 23 de dezembro de 2013.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:DAD2C8A8

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 101/2013.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais conferidas em Leis,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Sr. ADEMILSON PAES DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, filho de: Benedita Paes de Campos, natural de: Nortelândia MT, nascido em 01 de fevereiro de 1969, portador do **CPF**: 517.725.741-04 **RG:** 848 443 SSP/MT., Expedida em 10/11/1989, Matrícula Funcional 41, do cargo de: **AGENTE DE SEGURANÇA**, a partir do dia 31 de dezembro de 2013, por motivo de término do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº51/2013.

Registra-se
Publica-se

Itiquira-MT., 23 de dezembro de 2013.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:4FFECFA8

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 102/2013.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Sr. JOÃO Batista da silva, brasileiro, casado, filho de: João Pereira da Silva e Pedrosa F. de Arruda, natural de: Itiquira - MT, nascido em 24 de junho de 1944, portador do **CPF**: 202.761.411-72 **RG:** 230.071 SSP/MT., Expedida em 17/05/1979, Matrícula Funcional 33, do cargo de: **AGENTE DE SEGURANÇA**, a partir do dia 31 de dezembro de 2013, por motivo de término do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº40/2013.

Registra-se
Publica-se

Itiquira-MT., 31 de dezembro de 2013.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:56676198

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 007-2013

MODALIDADE: CONVITE N° 007/2013
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de realização de CONCURSO PUBLICO para provimento de vagas do quadro de cargos efetivos da Câmara Municipal de Jauru-MT, constantes do ANEXO I, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas, conforme Convite n° 007/2013.
A empresa vencedora sendo a **SYDCON TECNOLOGIA DE SISTEMA DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA – ME,** CNPJ: 10.338.621/0001-33, sagou-se vencedora desta licitação no valor de R$ 12.800,00 (Doze mil e Oitocentos reais).
Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da CPL, juntamente com a Comissão de apoio, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Jauru-MT, 27 de dezembro de 2013.

ALOISIO COSTA DE ABREU
Presidente CPL

Publicado por:
Luciene Mansano
Código Identificador:27659A63

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO 100/2013

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 100/2013 - SRP
TIPO - ELETRONICO
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 240/2013, torna público aos interessados que a licitação na modalidade de Pregão nº. 100/2013, Tipo: Eletrônico; Julgamento: Menor Valor por Item, cuja abertura ocorreu as 10h00 horas – DF, do dia 13/12/2013, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: Registro de Preços para a Futura e Eventual Aquisição de Mobiliários e Equipamentos – PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR n. 8448/2013/FNDE e especificações e condições constantes no edital e seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **R. C. BUENO LICITAÇÕES – ME**, inscrita no CNPJ: 16.752.591/0001-93, localizada na Rua José Joaquim Pereira, 363, Centro, CEP: 87.175-000, Telefone (44) 8456-1495, e-mail: rcblicitacoes@gmail.com no município de Itambé – PR, representada pelo Sr. Reinaldo Carlos Bueno, portador do RG: 4.543.256-4 SSP/PR e CPF: 601.234.519-49, para os itens 01; 02; 03; 04; 05; 06; 15; 16; 17; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 29; 30; 31; 32; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 55; 61; 62; 64; 65 e 69 com o valor global de R$ 63.323,00 (sessenta e três mil e trezentos e vinte e três reais)**; WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ: 12.358.170/0001-21, localizada na Av. Brasil n. 1.200-W, Sala 4, 1º Andar, Bairro Chácara Urbana, CEP: 78.300-000, Telefone (65) 3925-5300, email: vendas@dismeq.com.br; quesiadourado@hotmail.com no município de Tangará da Serra - MT, representada pela Sra. Quésia Dourado Silva, portadora do RG: 136.323-02 SSP/MT e CPF: 708.896.941-68, para os itens 07; 08; 09; 10; 11; 12; 13; 14; 18; 27; 28; 33; 34; 35; 45; 54; 56; 57; 59; 60; 63; 66; 67 e 68, com o valor global de R$ 27.975,00 (vinte e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais).

Juara-MT, 26 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:465AB1E0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.791/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JUCINEIDE PEREIRA BELEM ELIAS,** Matrícula n.º **6385,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/07/2012 A 12/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:59E3A6E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.792/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **NELI TEREZINHA FOLLMANN,** Matrícula n.º **5816,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8CA1239A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.793/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA CRISTINA SECCKI WOLLMANN,** Matrícula n.º **691,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **12/01/2013 A 11/01/2014,** sendo o período de gozo antecipado para **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A2CB5856

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.794/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** de **LICENÇA PRÊMIO** ao (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, **CACILDA APARECIDA VIERIA,** Matrícula n.º **332,** investido (a) no cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/1999 A 03/01/2004**, com início em **03/02/2014** e retorno em **05/03/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:224EFCAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.795/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LUZINETE ROCHA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **225,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/02/2013 A 31/01/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:23CA3746

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.796/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FLAVIA KARINE BONES,** Matrícula n.º **6444,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/11/2012 A 13/11/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C0012320

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.797/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIZABETE DA COSTA,** Matrícula n.º **999,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE A - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2013 A 31/03/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. De Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7BE2DD5F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.798/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA APARECIDA SOARES ANDRADE,** Matrícula n.º **1039,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:588C783F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.799/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANGELA MERECI PEREIRA,** Matrícula n.º **1473,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 18/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EED135B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.800/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **KATIA LUCIAN VOLPATO,** Matrícula n.º **175,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2011 A 01/02/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:94C2651B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.801/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA DE SOUZA AGUIAR,** Matrícula n.º **1019,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AAD8902A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.802/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, o (a) Servidor (a), **LEANDRO HONORIO DE OLIVEIRA**, Matrícula n.º **5926**, investido (a) no cargo de provimento efetivo de **MONITOR SERVIÇOS SOCIO EDUCATIVOS – 40 Horas/SUAS**, do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Geral/**DAG SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia **23** de **Dezembro** de **2013**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2A534848

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.803/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, o (a) Servidor (a), **LEANDRO HONORIO DE OLIVEIRA**, Matrícula n.º **5926**, investido (a) no cargo de provimento efetivo de **MONITOR SERVIÇOS SOCIO EDUCATIVOS – 40 Horas/SUAS**, para o cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS 06 – SUPERVISOR A NIVEL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia **23** de **Dezembro** de **2013,** com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CA8062F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.804/13 – DE 20/12/2013.

O Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando, a Lei Orgânica do Município, Subseção V, Art. 83, I e a Constituição Federal;

R E S O L V E:

Designar o Secretário Municipal de Saúde Sr. **RICARDO ALEXANDRE GOETTEN BELOTTO**, matrícula funcional nº 6890, lotado na Secretária Municipal de Saúde, para responder *interinamente* pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**, a contar de 23 de Dezembro de 2013.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, **20** de **dezembro** de **2013.**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F444AAB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.805/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GERCIEUDO MARIANO DIAS,** Matrícula n.º **6462,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM TRANSPORTE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/12/2012 A 17/12/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B9E40021

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.806/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **PEDRO NUNES DIAS,** Matrícula n.º **6384,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURA MAT. E AMBIENTAL - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **19/07/2012 A 18/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1D2556CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.807/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA DA SILVA SANTOS DIAS,** Matrícula n.º **4943,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **09/02/2013 A 08/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8C83C3A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.808/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EVELINE CRISTINA OLIVEIRA THIEL,** Matrícula n.º **5864,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA - 40 HORAS,** referente ao período

aquisitivo de **18/04/2012 A 17/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3D48EFB4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.809/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CECILIA JANETE DE LIMA,** Matrícula n.º **6598,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/03/2013 A 03/03/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:ED61EAB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.810/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA EUNI DE SANTANA E SANTANA,** Matrícula n.º **388,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **10/03/2012 A 09/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D200B2AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.811/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARCIA RUTH COUNTINHO,** Matrícula n.º **230,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR, C/PROF - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **26/02/2013 A 25/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:961C4DC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.812/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IVANILDES MENDES DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **1485,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESOR CLASSE C - 30**

HORAS, referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:488B49A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.813/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JAKELINE BERTUSSE,** Matrícula n.º **1035,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:80B50717

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.814/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA DA ROCHA,** Matrícula n.º **1035,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **05/01/2011 A 04/01/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. De Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:922FBDF8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.815/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IVANILDES MENDES DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **1485,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CCAD9581

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.816/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIRLEI MARIA,** Matrícula n.º **1620,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de

25/06/2012 A 24/06/2013, com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7B89950A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.817/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIRLEI MARIA,** Matrícula n.º **1620,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2007 A 24/06/2012,** com inicio em **03/02/2014** e retorno em **04/05/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C6C5A254

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.818/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO HENRIQUE,** Matrícula n.º **1615,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8CC244CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.819/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA GONÇALVES DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6312,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/05/2012 A 14/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:738FE01F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.820/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FATIMA MORAIS DA SILVA,** Matrícula n.º **806,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de

10/03/2012 A 09/03/2013, com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8DA3115D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.821/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIZABETE MARTINS BERNARDINO LAZARINI,** Matrícula n.º **353,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2013 A 03/01/2014, com antecipação de período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:10841015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.822/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLAUDENICE GONÇALVES ROCHA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **5836,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:756BFFA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.823/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANA MARIA DE SOUZA,** Matrícula n.º **1524,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E280FFF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.824/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **HELENA DOS SANTOS SOUZA,** Matrícula n.º **459,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, sendo o**

período de gozo antecipado para 02/01/2014 e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EC1E96C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.825/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARICLENE BERTUCCI AZENHA,** Matrícula n.º **457,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3B1C8EDC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.826/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELAINE APARECIDA DE VARGAS WITCEL,** Matrícula n.º **1685,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2011 A 01/02/2012** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:137FB08A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.827/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDINEIA AUGUSTINHO SENA,** Matrícula n.º **5814,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5C241D7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.827/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDINEIA AUGUSTINHO SENA,** Matrícula n.º **5814,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao

período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9559FA8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.829/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOSELIA PEREIRA DE ARAUJO,** Matrícula n.º **261,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **07/08/2012 A 06/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FD8519F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.830/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SONIA KORALESKI,** Matrícula n.º **5809,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:55BA001B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.831/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MIRIELI DA SILVA CORDEIRO,** Matrícula n.º **6313,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **17/05/2012 A 16/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:544C2517

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.832/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JUSCELENE FERREIRA DE SOUZA AMARILHA,** Matrícula n.º **1665,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20**

HORAS, referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1D871F27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.833/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FABIANE APARECIDA MACHADO,** Matrícula n.º **1653,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E9F29198

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.834/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA ELVANY PEREIRA MODOLO,** Matrícula n.º **634,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/06/2012 A 12/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:568F56A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.835/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **PRISCILA NAYANNE DA LUZ BURIOLA,** Matrícula n.º **5999,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B218B7B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.836/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSELI HUBNER,** Matrícula n.º **6296,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo

de **12/04/2012 A 11/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C7F7F1C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.837/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **TATIANE FERREIRA GARCIA,** Matrícula n.º **641,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **08/08/2012 A 07/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7E6D5E61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.838/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DE LOURDES ONHIBENI,** Matrícula n.º **1031,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:22E7949C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.839/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ISANI MARIA BORTOLI,** Matrícula n.º **445,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2012 A 10/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:81D2D176

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.840/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **KARINA MARIA HONORIO,** Matrícula n.º **6186,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **24/02/2013 A 23/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6457D231

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.841/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUZANA NEVES DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6178,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/02/2013 A 21/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:31B2658F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.842/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELISABETE MARIA OLIVO PALUDO,** Matrícula n.º **1634,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/08/2012 A 10/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:11C41266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.843/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSENI DE SOUZA SCHEFFER,** Matrícula n.º **5875,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/04/2012 A 12/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2A92BD1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.844/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADAIAS RODRIGUES FERREIRA,** Matrícula n.º **1664,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:51C15A2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.845/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA IVONE PEREIRA BONFIM,** Matrícula n.º **505,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/03/2011 A 10/03/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:10B9CF63

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.846/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JESSIKA ALINE STEINDORF GOMES,** Matrícula n.º **505,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:07D1D200

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.847/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANE SOARES DA SILVA,** Matrícula n.º **5829,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C878CA20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.848/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EROTILDES VIEGAS ROSA LUCAS,** Matrícula n.º **5829,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **03/04/2012 A 02/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A00CEF8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.849/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VERA TEREZINHA BERNARDI,** Matrícula n.º **465,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2012 A 11/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:ECCAFB1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.850/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DA SILVA MACHADO,** Matrícula n.º **210,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7BD2C5DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.851/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA REGINA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **1369,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **21/09/2012 A 20/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:79F482D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.852/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CANDIDA GONÇALVES PEIXOTO,** Matrícula n.º **655,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, sendo o período de gozo antecipado para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:22A83B8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.853/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CAMILA MORAES SILVA,** Matrícula n.º **6180,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **17/02/2012 A 16/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2FAE9732

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.854/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA,** Matrícula n.º **171,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4E385CCC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.855/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALMERINA PEREIRA SOARES,** Matrícula n.º **5788,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:00293DF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.856/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EUZA FERREIRA RODRIGUES,** Matrícula n.º **1659,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao

período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CEC3C016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.857/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSA PIRES FAGUNDES,** Matrícula n.º **1483,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/08/2012 A 10/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. De Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DB05041B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.858/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALINE PICKLER GUAREZ,** Matrícula n.º **6078,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/07/2011 A 14/07/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:14FD4081

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.859/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA APARECIDA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **5795,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E68065A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.860/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **NATALLLY JORDANA SOARES,** Matrícula n.º **6000,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo

de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5CF8B515

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.861/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA APARECIDA DA SILVA FRANÇA,** Matrícula n.º **201,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:344AD65B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.862/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IVANEUSA DE SOUZA GASCHO,** Matrícula n.º **1521,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C8C8FA57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.863/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CECILIA MARIA DA SILVA,** Matrícula n.º **1486,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **08/02/2013 A 07/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0CA6EBDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.864/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIANA BRINGEL SOUSA,** Matrícula n.º **1526,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1CED01D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.865/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA LUCIA MACIEL MOREIRA,** Matrícula n.º **202,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:508D3E7A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.866/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIANE CAMILA AMIGO,** Matrícula n.º **5834,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **21/01/2014** e retorno em **20/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:20ED503A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.867/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELISANGELA DA SILVA MISSIAS,** Matrícula n.º **1668,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2011 A 24/06/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F772061D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.868/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA EUNICE SANTANA,** Matrícula n.º **1475,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **17/03/2012 A 16/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EC29E2A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.869/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VALERIA MINEIRO DE SOUZA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **605,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AGENTE ADMINISTRATIVO I – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **06/05/2006 A 05/05/2007,** com inicio em **07/01/2014** e retorno em **06/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:822EEF6E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.870/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VANIA FRANCISCA TEIXEIRA,** Matrícula n.º **1663,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5C36FDAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.871/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELENICE ROSA BRUGNERA,** Matrícula n.º **458,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:635F3CDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.872/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **RAUL LUE SOUZA GAMA,** Matrícula n.º **5838,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EF8F250A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.873/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **QUIRINO SEHNEM,** Matrícula n.º **654,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B5F90782

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.874/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUSI MARA ALVES,** Matrícula n.º **450,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:975ABA45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.875/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **1623,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. De Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:886922F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.876/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA JOSE TEODORO DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **1658,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:644F8826

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.877/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADEILTON VARGENS TIGRE,** Matrícula n.º **204,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FC58CBF3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.878/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IVETE DA SILVA,** Matrícula n.º **6135,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **28/09/2012 A 27/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:92BD1636

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.879/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANA PAULA ACOSTA DIAS,** Matrícula n.º **1599,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1DA74A41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.880/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **AURENICE CARVALHO MARQUES,** Matrícula n.º **5866,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/04/2012 A 14/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6E8AF81E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.881/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JANE MIRANDA BATISTA,** Matrícula n.º **6268,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/03/2012 A 13/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:06153BA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.882/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LUCINEIA MARIA DA SILVA MACIEL,** Matrícula n.º **5793,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:367C2CF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.883/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CATIA APARECIDA RIBEIRO ALVES,** Matrícula n.º **214,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0CF28057

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.884/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DANACY DE JESUS DE SOUZA,** Matrícula n.º **5817,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. De Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F34DE4A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.885/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLAUDIANE SOUZA CARVALHO,** Matrícula n.º **1643,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DDC708C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.886/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **1042,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B6C09399

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.887/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSINEIA ANTONIO DA SILVA,** Matrícula n.º **1248,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **10/07/2012 A 09/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B897A074

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.888/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VANESSA ALDRIGHI TOMACHESKI,** Matrícula n.º **1648,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BBE8B40A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.889/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIRCE ANTUNES DA LUZ,** Matrícula n.º **6276,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURA MAT. E AMBIENTAL – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **05/03/2013 A 04/03/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:88D1B42E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.890/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUSYMAR FERREIRA MIRANDA,** Matrícula n.º **5825,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:229F5FFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.891/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **POLIANA PEREIRA BONFIM,** Matrícula n.º **6356,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/06/2012 A 03/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:78C3C61C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.892/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA ALDENIRA DA SILVA DANTAS DE JESUS,** Matrícula n.º **824,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3F6B5E23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.893/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ZENILDA DE FATIMA TEZOLLIN DE SOUZA,** Matrícula n.º **218,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2011 A 01/03/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:48BEE9AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.894/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GREICE QUELLI BORGES,** Matrícula n.º **6029,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/06/2012 A 01/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BB4E9549

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.895/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARLENE ROSA PIRES,** Matrícula n.º **1675,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **10/02/2013 A 09/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DCCE9321

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.896/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIANA DIAS DE OLIVEIRA GRANDIS,** Matrícula n.º **1033,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6DD3D14B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.897/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ILFA MARIA HERMES,** Matrícula n.º **958,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
es

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4FF7B477

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.898/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DILMA MUNARETTO BAGATIN,** Matrícula n.º **1041,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
es

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:695C46F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.900/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GENILDA GOMES DOS SANTOS MACHADO,** Matrícula n.º **212,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BD3E6518

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.901/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARGARIDA DE OLIVEIRA BRAZ DA SILVA,** Matrícula n.º **419,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR, C/PROF – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/05/2012 A 24/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DA3679BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.902/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA ASOIA BERTOCINI,** Matrícula n.º **481,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:08F3A084

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.903/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIANE APARECIDA DE LIMA,** Matrícula n.º **749,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:708ED3A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.904/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SIMONE BANDIERA DA SILVA,** Matrícula n.º **1334,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/08/2012 A 13/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7B8ACA3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.905/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **NARLETH GABRIEL DA SILVA,** Matrícula n.º **3113,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR, C/PROF – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **28/02/2011 A 27/02/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9F57919A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.906/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA BARREIRO DE SOUSA,** Matrícula n.º **451,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2011 A 01/02/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:301DF07A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.907/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUELI GONÇALVES DA CRUZ SILVA,** Matrícula n.º **1523,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **06/02/2012 A 06/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4EEA5E32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.908/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLEONICE GALDINO DA SILVA TEZOLLIN,** Matrícula n.º **1484,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **06/02/2012 A 05/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A580DBF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.909/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANTONIO MARCOS DOS SANTOS LOBATO,** Matrícula n.º **6414,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/08/2012 A 01/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A9272D08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.910/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GRAZIELE BARROS DE PAULA,** Matrícula n.º **5808,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9B761937

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.911/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANA SILVERIO DE ALMEIDA,** Matrícula n.º **1286,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **19/07/2012 A 18/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:61821858

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.912/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MIRIAN PEREIRA DA SILVA DE AVILA,** Matrícula n.º **1625,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5095463F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.913/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CHIRLEI HELVIG DA SILVA,** Matrícula n.º **5840,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7915A977

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.914/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALESSANDRA DE SOUZA OLIVEIRA,** Matrícula n.º **922,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/08/2011 A 10/08/2012,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D2F93AED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.915/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DE FATIMA BARBOSA DOS SANTOS FARIA,** Matrícula n.º **5830,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:068D0844

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.916/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **OCIMARA MARTINS DE ANGELO,** Matrícula n.º **922,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/03/2013 A 28/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:94B5E8C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.917/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VALDIRA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA,** Matrícula n.º **484,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C081641F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.918/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CELIA APARECIDA BENEDITO DE LIMA,** Matrícula n.º **884,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/07/2012 A 12/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C6EE85CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.919/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSIANY DIAS DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **5835,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:94FB39CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.920/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **INDIALINE CRISTIANE DA SILVA,** Matrícula n.º **1667,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C385B4CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.921/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALESSANDRA MARIANO DA SILVA,** Matrícula n.º **5862,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/04/2012 A 14/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:362ED71E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.922/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SILVANA ALVES DE ALMEIDA,** Matrícula n.º **956,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/08/2012 A 10/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6275C1A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.923/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDIVINO DIAS MATTEUS,** Matrícula n.º **6403,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **07/08/2012 A 06/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4ABFE886

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.924/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IDALINA APARECIDA DOMINGOS,** Matrícula n.º **658,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/06/2012 A 31/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BB11CE08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.925/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARCIANE SACHT,** Matrícula n.º **482,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **27/02/2013 A 26/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administraçã

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C0667B3F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.926/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IDALINA OLIVEIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **779,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2AC1AC92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.927/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUELI RODRIGUES COUTINHO DOS SANTOS,** Matrícula n.º **936,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C305523E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.928/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDENIR PEREIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **953,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **09/02/2013 A 08/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:689507EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.929/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOSIANNI MONERATO COELHO,** Matrícula n.º **471,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F00B5597

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.930/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MONICA TAFFAREL,** Matrícula n.º **1268,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **16/07/2012 A 15/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:25EE48D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.931/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA APARECIA GOMES ALVES,** Matrícula n.º **498,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período do gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:97FBC7D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.932/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CARLOS EMIDIO BARBOSA,** Matrícula n.º **178,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período do gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio epublicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DF77DBE8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.933/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA,** Matrícula n.º **217,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F59CE25F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.934/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOICE SCHIELKE LOFFI,** Matrícula n.º **932,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **09/02/2013 A 08/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3558AC61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.935/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ORLANDA CARRARO NUNES,** Matrícula n.º **1647,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EC143642

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.936/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA LUCIA PEREIRA FREITAS,** Matrícula n.º **1501,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/10/2012 A 30/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EC9214DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.937/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SONIA MARIA DA SILVA SOUZA,** Matrícula n.º **177,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6E86F94A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.938/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **PAULO CAZUZA DE SOUZA,** Matrícula n.º **207,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E91CAC8F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.939/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **KATIA CILENE ANCHIETA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **906,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3E025348

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.940/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA SILVANI VIEIRA DE SANTANA,** Matrícula n.º **1480,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BFCA10A9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.941/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **REGINA FATIMA ANDRIOLI DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **472,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **23/03/2013 A 22/03/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D5D87D27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.942/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARTA CRISTINA HORING RIBEIRO,** Matrícula n.º **1522,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:26B3261E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.943/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADEMIR MOREIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **778,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **08/02/2012 A 07/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:52E0265F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.944/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA FATIMA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **5797,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7B45B6A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.945/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLEONICE GONÇALVES ROCHA ALBINO,** Matrícula n.º **5798,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:29AFBA86

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.946/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA DO NASCIMENTO,** Matrícula n.º **1650,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:72334ABE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.947/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GENY MARCAL BRANDÃO,** Matrícula n.º **365,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **26/01/2013 A 25/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BE944FB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.948/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EUGENIA CORREA AMARILHA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **342,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2013 A 03/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:45284568

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.949/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **YONNE CRISTINE MARAN GALHARINI,** Matrícula n.º **342,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5D3F9803

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.950/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALEXSANDRA MARIA FAUSTINO,** Matrícula n.º **892,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/02/2013 A 21/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3B5A50D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.951/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUELI SABATINE BOCK,** Matrícula n.º **1476,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:058B8149

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.952/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA CLAUDIA DA SILVA LIMA,** Matrícula n.º **1489,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2012 A 01/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BD2BAEBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.953/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DULCINEIA JULIA DO NASCIMENTO,** Matrícula n.º **5799,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8B24919A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.954/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDINA DE OLIVEIRA BARALDI,** Matrícula n.º **885,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE A – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5B77A28A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.955/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIENISLEI MARA MALAQUIAS,** Matrícula n.º **6423,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/08/2012 A 14/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:998F8D9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.956/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARCIA FRANÇA MACIEL,** Matrícula n.º **1502,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FDF6DE29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.957/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADEMIR MOREIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **778,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **08/02/2012 A 07/02/2013, com inicio em 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AC3C5B59

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.958/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DINA VITORINO DE SOUZA,** Matrícula n.º **6293,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **16/04/2012 A 15/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:874674C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.959/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FLORENCIO PEREIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **462,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C1E2BF30

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.960/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LUZIA MOREIRA AGUIAR** Matrícula n.º **150,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/02/2013 A 21/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8674C294

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.961/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MERIAN APARECIDA DIVINO,** Matrícula n.º **5822,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DF5902EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.962/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARCIA APARECIDA BRAZ DE LIMA,** Matrícula n.º **49,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/03/2012 A 28/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D3D508DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.963/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA FATIMA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **5797,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:36E01538

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.964/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA MENDES GALDINO,** Matrícula n.º **6036,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/06/2012 A 21/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:69625C93

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.965/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDIVANI ROSANTE DA SILVA,** Matrícula n.º **6295,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **17/04/2012 A 16/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:56E99BCF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.966/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JUPIRA RANHE,** Matrícula n.º **1360,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR, C/PROF – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **12/09/2012 A 11/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CC2CDC9A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.967/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FABIANA CLAUDIA BANG,** Matrícula n.º **6309,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/05/2012 A 03/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9E719D43

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.968/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDINEIA BARALDI,** Matrícula n.º **1536,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AA719212

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.969/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOMILDA MARIA DE ARAUJO,** Matrícula n.º **5787,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:65B659CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.970/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **REGINA DOMINGAS DE ALMEIDA OLIVEIRA,** Matrícula n.º **5802,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:99E3253C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.971/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SILVANA APARECIDA GABARDO,** Matrícula n.º **5805,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9AAA36DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.972/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDREIA DO NASCIMENTO,** Matrícula n.º **1650,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9DCDE1D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.973/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANE SEHNEM,** Matrícula n.º **5804,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BE8B4678

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.974/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA SOUZA DE ALMEIDA,** Matrícula n.º **352,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2013 A 03/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:39F3B894

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.975/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **HERMINIA MARIA PEIXOTO,** Matrícula n.º **460,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2012 A 10/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4D576573

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.976/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSA CARDOSO MENDES,** Matrícula n.º **5803,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E54E1DB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.977/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA HILDA PANAS,** Matrícula n.º **129,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/02/2013 A 12/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:421D0A08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.978/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ZENILDA FABIANO DA SILVA JESUS,** Matrícula n.º **6439,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/10/2012 A 17/10/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EE98ABAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.979/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARGARIDA DE JESUS SANTANA,** Matrícula n.º **1516,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **08/02/2013 A 07/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8C6954DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.980/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARLY FERREIRA DE SOUZA,** Matrícula n.º **331,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2012 A 03/01/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DD37AD5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.981/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **WANDERLEIA TADEU DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **6108,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/09/2012 A 01/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F7146782

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.982/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SIRLEIA GOMES DE ABREU,** Matrícula n.º **5823,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A85A8418

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.983/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DE FATIMA OLIVEIRA,** Matrícula n.º **6002,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 18/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:427EBD43

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.984/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA BEZERRA BELO MARIANO,** Matrícula n.º **1777,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/06/2012 A 24/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:494AF58A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.985/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **HELENA DO NASCIMENTO VOLTOLINI,** Matrícula n.º **664,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **05/03/2013 A 04/03/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2FE6D0C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.986/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VANESSA RIBEIRO MENDES,** Matrícula n.º **6269,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/03/2013 A 13/03/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FDE6CEBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.987/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JANECLEIA DA SILVA RODRIGUES,** Matrícula n.º **5800,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:061C99F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.988/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LEONICE PEREIRA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6316,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURA MAT. E AMBIENTAL – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **23/05/2012 A 22/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AA53A3C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.989/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **NESIAGUI FLORIANA BORGES,** Matrícula n.º **5872,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/04/2012 A 13/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:24DA48A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.990/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SHIRLEY APARECIDA MORENO,** Matrícula n.º **6292,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **05/04/2012 A 04/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A18F0DC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.991/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA NUNES TOLEDO,** Matrícula n.º **1591,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/04/2012 A 10/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0DE2B97D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.992/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FERNANDA DONATO ISIDORO,** Matrícula n.º **6270,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **05/03/2013 A 04/03/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AC1ABC4C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.993/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSIRENE DA SILVA NOGUEIRA,** Matrícula n.º **6315,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/05/2012 A 17/05/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0871B271

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.994/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOYCE MARA DOS SANTOS BENITES,** Matrícula n.º **6136,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **29/09/2012 A 28/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:86B9F3B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.995/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CRISTIANE SILVA ROCHA,** Matrícula n.º **1621,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/08/2012 A 31/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:85B76776

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.996/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLAUDINEIA DOS SANTOS MATTOS,** Matrícula n.º **6434,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/09/2012 A 13/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:38CB1084

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.997/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IVANI MARTINS DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6028,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C5A81DC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.998/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA IVONE ROCHA VIANA DA SILVA,** Matrícula n.º **5997,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9E1525E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.999/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANGELA RODRIGUES DE PAULA NOGUEIRA,** Matrícula n.º **6003,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C3546D11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.000/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANGELA MERECI PEREIRA,** Matrícula n.º **1473,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 18/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2CCF937A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.001/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANE BEATRIZ DOS SANTOS,** Matrícula n.º **777,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **09/02/2013 A 08/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9DEC0A5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.002/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANA FERREIRA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6058,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **07/07/2012 A 06/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BDBC885D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.003/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA MASCARENHA BATISTA,** Matrícula n.º **473,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2013 A 17/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2BD31997

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.004/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **5794,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D4E16CD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.005/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DORALICE VICENTE DA SILVA PIRAJÃO,** Matrícula n.º **1255,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –4 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **16/07/2012 A 15/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FF5841C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.006/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDINALVA APARECIDA MAGALHÃES DE BASTOS,** Matrícula n.º **6363,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/06/2012 A 12/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1B9FDBB3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.007/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADRIANA TOMAZ MAGALHÃES FERREZ,** Matrícula n.º **5819,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A632DA4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.008/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA IZILDA PRIMILLA VIANA,** Matrícula n.º **341,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2013 A 03/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:661AB515

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.009/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA DE LOURDES MOREIRA MARTINS,** Matrícula n.º **347,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2013 A 03/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CF55ECC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.010/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADRIANA ALVES MAGALHÃES SILVA LIMA,** Matrícula n.º **6430,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/09/2012 A 03/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3F0013EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.011/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELINETE ALVES DOS ANJOS,** Matrícula n.º **6430,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3DEB44E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.012/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MELANIA DE SOUZA,** Matrícula n.º **661,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **12/02/2013 A 11/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8AA66549

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.013/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FRANCISCA LUCIANA VIRINO DOS SANTOS,** Matrícula n.º **6429,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **03/09/2012 A 02/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:67535672

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.014/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **TEREZINHA BATISTA LAGE,** Matrícula n.º **5873,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/04/2012 A 10/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5490B950

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.015/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **TERESA ALVES MOREIRA,** Matrícula n.º **6075,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/07/2012 A 03/07/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C0A7C5FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.016/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALCIENE SABRINA DA SILVA,** Matrícula n.º **705,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/01/2013 A 01/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:59284D88

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.017/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **OTONIEL NACIMENTO DE SOUZA,** Matrícula n.º **705,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR, C/PROF - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **14/09/2012 A 13/09/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5CB967A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.018/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIZANGELA MADALENA DA SILVA,** Matrícula n.º **5815,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2304D1CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.019/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **WILLMA SAMPAIO SILVA,** Matrícula n.º **721,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **15/01/2013 A 14/01/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:45FC8FD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.020/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VERA LUCIA ALVES DE SOUZA SPARVOLI,** Matrícula n.º **1487,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:58ECF996

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.021/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELIZABETH PATRICIA MARIANO,** Matrícula n.º **1479,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B - 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **25/02/2012 A 24/02/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:28151D60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.022/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JANE ELIANE BARBOSA,** Matrícula n.º **5812,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D457CA5F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.023/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SUELI ROSA DE SOUZA,** Matrícula n.º **5824,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B345B93C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.024/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EIDIANE DOS SANTOS CELESTINO,** Matrícula n.º **6035,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/06/2012 A 21/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FB4595B9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.025/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANGELIKA DE OLIVEIRA TEODORO,** Matrícula n.º **5807,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EC3C81CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.026/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **SANDRA PEREIRA FIGUEIREDO,** Matrícula n.º **6005,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6BD6F764

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.027/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **EDNA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **6294,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **17/04/2012 A 16/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:068F66C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.028/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LEILA DE OLIVEIRA SIARA,** Matrícula n.º **6011,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D305F553

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.029/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **WERLA DANGILY TRIGUEIRO CRISPIM,** Matrícula n.º **5827,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AC18ED83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.030/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARINALVA APARECIDA DE FARIA,** Matrícula n.º **6012,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE B – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/06/2012 A 19/06/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C50C6BB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.031/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ADEMILTON MARTINS DOS SANTOS,** Matrícula n.º **1002,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **09/02/2013 A 08/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4AA53FA9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.032/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIVANIR JOSE DOS SANTOS,** Matrícula n.º **5863,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/04/2012 A 17/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2BC5E258

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.033/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANGELA APOLINARIO DE SOUSA CHEMPE,** Matrícula n.º **6291,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **03/04/2012 A 02/04/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F9861ADE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.034/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA DA SILVA,** Matrícula n.º **5870,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8F902672

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.035/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **TEREZINHA FERREIRA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **5826,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:922F2985

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.036/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANGELA RAMOS CORDEIRO,** Matrícula n.º **5820,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2012 A 31/03/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CDCC965B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.037/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARINES TEREZINHA DE SOUZA,** Matrícula n.º **456,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/02/2013 A 01/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BF8222A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.038/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA LUCIA DE OLIVEIRA TEODORO,** Matrícula n.º **1496,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/02/2013 A 10/02/2014, com antecipação do período de gozo para 02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AA802AC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 3.039/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VALDIRENE EBERHARDT,** Matrícula n.º **1497,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL S/PROF – 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **06/08/2012 A 05/08/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1CECC65E

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 2.805/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GERCIEUDO MARIANO DIAS,** Matrícula n.º **6462,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM TRANSPORTE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/12/2012 A 17/12/2013,** com inicio em **02/01/2014** e retorno em **01/02/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **dezembro** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3C932695

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2013

Contrato nº.: 176/2013
Contratado: E2 SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA – ME,
Valor: **R$ 1.106.300,00 (Hum milhão cento e seis mil e trezentos reais)**
Vigência: 01/12/2013 à 31/12/2016
Dotação: Dotações próprias e constantes nos orçamentos de 2013, 2014, 2015 e 2016.
Objeto: Contratação de Empresa para os Serviços de Suporte e Manutenção (dos programas existentes e novas funcionalidades, correções) e Treinamento do sistema integrado de Gestão (ERP), Software Público de Gestão Municipal (livre sob licença GPL), e-cidade, conforme descrição com seus requisitos e anexos. Também faz parte do presente Objeto a contratação de Consultoria Técnica (técnico residente) com exclusividade, para o gerenciamento do contrato, e acompanhamento das funcionalidades, acertos e melhorias, bem como as demais necessidades para o andamento dos serviços contratados com a Prefeitura Municipal de Juína.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:18564D7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2013

Contrato nº.: 177/2013

Contratado: FERREIRA ET RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP
Valor: Correspondente a **20% (vinte por cento)** sobre o valor por aquele efetivamente recebido a título de honorários contratuais, em virtude da sua intervenção jurídica, sem prejuízo de eventuais honorários fixados pelo juízo da execução na forma do art. 23 da Lei nº 8.906/94, ficando estabelecido o valor de R$. 60.000,00 (sessenta mil reais) apenas para efeitos de previsão orçamentária.
Vigência: 05/12/2013 à 31/12/2014
Dotação: 03.03-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Advocatícios com a especialidade em área tributária para a identificação e a tentativa de recuperação, na via administrava e/ou judicial, de eventuais créditos tributários, especificamente de ISS - Imposto sobre Serviços, não lançados pelo **CONTRATANTE**, seja em virtude da falta de capacitação técnica de seus servidores, de divergências interpretativas relacionadas à legislação ou jurisprudência vigentes ou de quaisquer outros motivos que justifiquem a realização de novo ato administrativo de lançamento, assistindo-o em todas as etapas do processo de cobrança, na via administrativa e/ou judicial, até que sobrevenha decisão final de mérito.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:FE0D5296

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2013

Contrato nº.: 178/2013
Contratado: CBS SONORIZACAO LTDA – ME
Valor: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**
Vigência: 12/12/2013 à 03/01/2014
Dotação: 11.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para organização e realização do evento Réveillon que acontecera no dia 31/12/2013, no centro de eventos do Município de Juína-MT.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:D90D1A24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2013

Contrato nº.: 179/2013
Contratado: R C DE ARAUJO -ME
Valor: **R$ 99.200,00 (noventa e nove mil e duzentos reais).**
Vigência: 18/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos de Clínica geral em Urgência e Emergência no SAMU (Plantão sobre aviso de 12 horas) do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, atendendo aos beneficiários vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:E78E753F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2013

Contrato nº.: 180/2013
Contratado: LUIZ FERNANDO CARNEIRO MARAIA - ME.
Valor: **R$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais).**
Vigência: 18/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Médicos de Plantão Clínico na UPA – Unidade de Pronto Atendimento (período Noturno, Feriados e Fins de Semana por 12 horas Presenciais) no Município de Juina, atendendo aos beneficiários vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, encaminhados pelo Contratante.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:EDD053FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2013

Contrato nº.: 181/2013
Contratado: MEDIJU SERVICOS MEDICOS LTDA – ME
Valor: **R$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).**
Vigência: 19/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de atendimento de Cirurgião Geral para o Hospital Municipal de Juína de Segunda a Sexta-Feira no período Matutino por 6 horas.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:BD2922DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 163/2013

Contrato nº: 163/2013
Contratado: H. CAMPOS JUNIOR & CIA. LTDA
Vigência: 09/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 02.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 03.02-3390.30.00 - Material de Consumo / 05.02-3390.30.00 - Material de Consumo / 06.01-3390.30.00 - Material de Consumo / 07.01-3390.30.00 - Material de Consumo / 08.01-3390.30.00 - Material de Consumo / 09.01-3390.30.00 - Material de Consumo / 09.02-3390.30.00 - Material de Consumo.
Objeto: I – ADITAR A CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, referente ao Contrato Administrativo de Aquisição de Combustíveis nº163/2013, quanto ao reajuste dos preços, em decorrência do aumento dos preços dos combustíveis praticados no mercado atualmente, fica concedido o reajuste nos valores unitários, a partir do dia **09** de **dezembro** de **2013,** conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Unidade	Valor Unitário
01	GASOLINA COMUM	**LT**	**R$ 3,17**
02	OLEO DIESEL S10	**LT**	**R$ 3,05**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:E43FECF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 059/2013

Contrato nº: 059/2013
Contratado: H. CAMPOS JUNIOR & CIA. LTDA
Vigência: 09/12/2013 à 31/12/2013

Dotação: 02.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 03.03-3390.30.00 – Material de Consumo / 03.05-3390.30.00 – Material de Consumo / 03.06-3390.30.00 – Material de Consumo / 04.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 05.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 06.01-3390.30.00 – Material de Consumo / 06.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 07.04-3390.30.00 – Material de Consumo / 07.05-3390.30.00 – Material de Consumo / 08.01-3390.30.00 – Material de Consumo / 09.01-3390.30.00 – Material de Consumo / 09.02-3390.30.00 – Material de Consumo / 09.03-3390.30.00 – Material de Consumo / 11.01-3390.30.00 – Material de Consumo

Objeto: I – ADITAR A CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, referente ao Contrato Administrativo de Aquisição de Combustíveis nº 059/2013, quanto ao reajuste dos preços, em decorrência do aumento dos preços dos combustíveis praticados no mercado atualmente, fica concedido o reajuste nos valores unitários, a partir do dia **09** de **dezembro** de **2013,** conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Unidade	Valor Unitário
01	ALCOOL	**LT**	**R$ 2,12**
02	GASOLINA COMUM	**LT**	**R$ 3,26**
03	OLEO DIESEL COMUM	**LT**	**R$ 2,87**
06	OLEO DIESEL S10	**LT**	**R$ 3,08**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:D6F25B85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 076/2013

Contrato nº: 076/2013
Contratado: FOGAÇA & TEIXEIRA LTDA
Vigência: 10/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Setima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 076/2013, acrescentando o valor de **R$ 10.610,00 (dez mil seiscentos e dez reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUANT.	VR. TOTAL
CIRURGIA BUCO-MAXILO	**UN**	**R$ 1.790,00**	**04**	**R$ 7.160,00**
CONSULTA ESPECIALIZADA EM AGIOLOGIA OU CIRURGIA VASCULAR	**UN**	**R$ 69,00**	**50**	**R$ 3.450,00**
Total geral R$ 10.610,00 (dez mil seiscentos e dez reais)				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:69B7CC3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 158/2013

Contrato nº: 158/2013
Contratado: LISEL GOTTFRIEND MALLMANN CLINICA - EPP
Vigência: 23/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I – Aditar a Cláusula Décima Quarta – Da Vigência, referente ao Contrato nº. 158/2013, quanto ao prazo, em decorrência do acréscimo de 8 (oito) dias de prestação de serviços para cumprir com as necessidades da Administração Pública deste Município, tendo a data da vigência prorrogada até o dia **31** de **Dezembro** de **2013.**
II - Aditar a Cláusula Setima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 158/2013, acrescentando o valor de **R$ 3.813,33 (três mil oitocentos e treze reais e trinta e três centavos)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
TABELA DE PROCEDIMENTOS

Procedimento	QTDE	Valor total
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ATENDIMENTO NO PSF RURAL I	8 (dias)	R$ 3.813,33
		R$ 3.813,33

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:6452224E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 082/2013

Contrato nº: 082/2013
Contratado: CIRCLIMED SERVICOS MEDICOS LTDA
Vigência: 10/12/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Sétima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 082/2013, acrescentando o valor de **R$ 24.320,00 (vinte e quatro mil trezentos e vinte reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUANT.	VR. TOTAL
U.S. ABDOMINAL TOTAL com laudo e foto	UN	R$ 76,00	320	R$ 24.320,00
TOTAL GERAL..... R$ 24.320,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:65733251

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 166/2013

Contrato nº: 166/2013
Contratado: PAZ AMBIENTAL LTDA EPP
Vigência: 05/11/2013 à 30/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Segunda – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 166/2013, acrescentando o valor de **R$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT.	QUANT.	VL. TOTAL
Serviços de coleta, transbordo, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de lixo hospitalar e resíduos sólidos das Unidades de Saúde do Município de Juina, Estado de Mato Grosso.	KG	R$ 3,80	625	R$ 2.375,00
TOTAL GERAL..... R$ 2.375,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:E2A0DABF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 080/2013

Contrato nº: 080/2013
Contratado: CEO - CENTRO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA LTDA
Vigência: 25/11/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Objeto: I - Aditar a Cláusula Sétima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 080/2013, acrescentando o valor de **R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUANT.	VR. TOTAL
CIRURGIA DE TRAUMA (URGÊNCIA)	SV	R$ 3.500,00	3	R$ 10.500,00
TOTAL GERAL..... R$ 10.500,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:373E7EE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 084/2013

Contrato nº: 084/2013
Contratado: CLINICA DO CORAÇÃO - DIAGNOSTICOS EM CARDIOLOGIA LTDA
Vigência: 25/11/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Sétima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 084/2013, acrescentando o valor de **R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUANT.	VR. TOTAL
TESTE ERGOMETRICO	SV	R$ 280,00	40	R$ 11.200,00
TOTAL GERAL..... R$ 11.200,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:29B2E3A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 138/2013

Contrato nº: 138/2013
Contratado: R. C. DE ARAUJO – ME
Vigência: 25/11/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Sétima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 138/2013, acrescentando o valor de **R$ 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUAT.	VR. TOTAL
PLANTÃO SOBREAVISO PERÍODO DE 12 HORAS NO SAMU.	SV	R$ 800,00	51	R$ 40.800,00
TOTAL GERAL.....=.. R$ 40.800,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:EF7ACEF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 081/2013

Contrato nº: 081/2013
Contratado: ORTOMEDIC – SERVICOS MEDICOS ORTOPEDICOS LTDA.
Vigência: 19/11/2013 à 31/12/2013
Dotação: 05.02-3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: I - Aditar a Cláusula Setima – Do Valor, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 081/2013, acrescentando o valor de **R$ 98.625,00 (noventa e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais)**, a serem pagos conforme a execução dos serviços.
QUANTIDADE E VALORES DOS ITENS ADITIVADOS.

DESCRIÇÃO	UNID	VR. UNIT.	QUANT.	VR. TOTAL
EXAME ULTRASSOM MUSCULO ESQUELÉTICO	UN	R$ 175,00	5	R$ 875,00
INTERNAÇÕES CIRÚRGICAS	UN	R$ 800,00	50	R$ 40.000,00
PLANTÕES NO UPA SOBRE AVISO 12 HORAS	UN	R$ 400,00	120	R$ 48.000,00
PROCEDIMENTO AMBULATORIAIS	UN	R$ 130,00	75	R$ 9.750,00
TOTAL GERAL..... R$ 98.625,00				

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:9EF11FD4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N.: 015/2013

Av. Pará, Nº 359 E, Bairro Cidade Nova, Lucas do Rio Verde MT.
CEP: 78455-000 – Fone: 65 3548-100
LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
CONTRATADA: EURO ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME
OBJETO: Contratação de empresa para realização de concurso público para suprir a necessidade da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.
VALOR: R$ 8.900,00 (Oito mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA: 120 dias a contar da assinatura do contrato.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:FC26F2C3

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N.: 016/2013

Av. Pará, Nº 359 E, Bairro Cidade Nova, Lucas do Rio Verde MT.
CEP: 78455-000 – Fone: 65 3548-100
LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
CONTRATADA: INNOVARE, ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO LTDA ME
OBJETO: Contratação de Serviços de Arquitetura para elaboração do pré-projeto de arquitetura da nova sede da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde.
VALOR: 14.750,00 (Catorze mil setecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 120 dias a contar da assinatura do contrato.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:DAA88F2E

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N.: 017/2013

LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013
CONTRATO N.: 017/2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
CONTRATADA: PIENZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento e instalação de móveis para mobiliar a nova sala dos setores de contabilidade e financeiro da Câmara Municipal.
VALOR: R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 90 dias a contar da assinatura do contrato.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:A102D780

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N.: 018/2013

LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013
CONTRATO N.: 018/2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
CONTRATADA: VIVIANE REGINA CLAUDINO ME
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT.
VALOR: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)
VIGÊNCIA: 90 dias a contar da assinatura do contrato.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:E08126DC

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADITIVO N.010/2013

LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013

TERMO DE ADITIVO N.010/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.: 010/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
CONTRATADA: AGILI SOFTWARE PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

OBJETO:Contratação de empresa especializada para Migração/Conversão, Treinamento e Fornecimento de Licenças de uso de Locação e Manutenção de Softwares para Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

VIGÊNCIA: Prorroga até 31/03/2014.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:E0C1CC2A

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADITIVO N.011/2013

LUCAS DO RIO VERDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2013

TERMO DE ADITIVO N.011/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.: 011/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

CONTRATADA: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA

OBJETO: Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda visando a prestação de serviços de distribuição de mídia produzida pela Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

VIGÊNCIA: Prorroga até 31/03/2014.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:1AC43A39

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE E A FUNDAÇÃO LUVERDENSE DE SAÚDE

O **Município de Lucas do Rio Verde** - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob número 24.772.246/0001-40, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Miguel Vaz Ribeiro**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.414.189 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 546.125.359-87, residente e domiciliado em Lucas do Rio Verde, na Rua Santo Ângelo, nº189-E, bairro Pioneiro., nesta cidade de Lucas do Rio Verde, de ora em diante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado, a **Fundação Luverdense de Saúde – Hospital São Lucas**, CNPJ nº. 03.178.170/0001-59, sito na Avenida Brasil, nº 120-E, Bairro Rio Verde, Lucas do Rio Verde - MT, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo **Antônio Donizete Cavalaro**, brasileiro, portador do RG nº 307235701 SSP/PR e do CPF nº. 333.924.989-04, residente e domiciliado na Rua Passo Fundo, nº 429-E, Bairro Pioneiro, no Município de Lucas do Rio Verde - MT, doravante denominada **CONVENENTE,** firmam o presente Aditivo do Termo de Convênio nº 01/2013 em conformidade com a Lei Municipal nº 2085, de 24 de abril 2013, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Aditivo do Termo de Convênio tem por objetivo alterar a Cláusula primeira e a Cláusula sétima do Termo de Convênio nº 01/2013 firmado com a Fundação Luverdense de Saúde em 30 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula primeira:
Objeto do convênio: Repasse de auxílio financeiro para pagamento de despesas relacionadas conforme readequação disposta no Plano de Aplicação anexo a este aditivo. (Despesas com materiais e medicamentos, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, energia elétrica, manutenção de sistemas, telefone e internet e material de expediente).

Cláusula sétima:
Este convênio vigorará a partir de sua assinatura, findando-se em 14 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Convênio nº 02/2013, firmado na data de 30 de janeiro de 2013.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente Termo, por seus representantes, na presença de duas testemunhas.

Lucas do Rio Verde-MT, 10 de novembro de 2013.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício
Concedente

ANTÔNIO DONIZETE CAVALARO
Diretor Executivo – Hospital São Lucas
Convenente

Testemunhas:

_____
CPF n°

_____
CPF n.º

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:25854CAF

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADESÃO Nº 10/2013 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2013- FNDE

O Município de Lucas do Rio Verde, vem tornar pública a adesão ao Procedimento Administrativo Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2013, Ata de Registro de Preços Nº 056/2013, lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE o qual objetiva a Contratação de empresa para executar a construção de escola do Programa Pró-infância Tipo B metodologias inovadoras, localizada no Município de Lucas do Rio Verde - MT . A Municipalidade irá executar a referida obra com a empresa CasaAlta Construções Ltda, detentora da Ata de Registro de Preços nº 056/2013, aderida através do procedimento acima mencionado, 01 escola da Proinfância, totalizando R$ 1.734.093,34 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil e noventa e três reais e trinta e quatro centavos). O pagamento será efetuado com recursos do FNDE. A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93(com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 3.931 de 19/09/2001).

Lucas do Rio Verde, 27 de Dezembro de 2013.

ELAINE BENETTI LOVATEL
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:1AFC821E

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2013

Objeto do Pregão: **Contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza urbana em vias e passeios públicos do setor 06 do Município de Lucas do Rio Verde**
Data: 27/12/2013
Empresa Vencedora:Item: Lote 0001 a empresa: MORADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais)

Lucas do Rio Verde MT, 27 de dezembro de 2013.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:3F7852B4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.197

LEI Nº 1.197 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

ISENTA PAGAMENTO DE TAXAS QUE ESPECÍFICA AOS PARTICIPANTES DE PROGRAMAS SOCIAS DE HABITAÇÃO FINANCIADOS PELOS GOVERNOS FEDERAL ESTADUAL E MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de Taxas de Aprovação de Projetos, Alvará de Construção e Habite-se aos integrantes dos programas sociais de habitação geridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, quando financiados com recursos Municipais, Estaduais ou Federais.

Art. 2º - São considerados Integrantes dos Programas Sociais e Habitação aqueles selecionados na forma regulamentar pelo município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Cidadania, e aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social de que trata a Lei 069/2007.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:FA6503C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.198

LEI Nº 1.198 DE 26 DEZEMBRO DE 2013.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE A SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso**,** no uso das suas atribuições;

FAZ SABER, que o Plenário das Deliberações, da Câmara Municipal de Mirassol D' Oeste-MT., APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à Secretaria de Justiça e Segurança Publica do Estado de Mato Grosso, parte ideal de imóvel de sua propriedade, conforme matricula 11458 do Cartório de 1º Oficio desta Comarca, localizada no Bairro Cidade Tamandaré III, conforme Croqui e Memorial descritivo assinados pelo Engenheiro Civil Kleyton Antonio Bessa, Crea -17315APGO, que passam a fazer parte desta lei, assim descrita:
Frente: 50,00m (cinqüenta metros) com a Avenida Almirante Tamandaré e Rua Goiás
Fundos: 50,00m (cinqüenta metros) com área Remanescente de área publica de propriedade do Município de Mirassol D´Oeste.
Lado direito: 90,00m (noventa metros) com área Remanescente de área publica de propriedade do Município de Mirassol D´Oeste.
Lado esquerdo: 90,00m (noventa metros) com área Remanescente de área publica de propriedade do Município de Mirassol D´Oeste.
Perfazendo um total de 4.500,00 (quadro mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 2º - A donatária terá como encargo utilizar o imóvel ora doado, nos termos desta Lei exclusivamente para construção de sede do 17º Batalhão da Policia Militar do estado de ato Grosso, tornando-se nulo o competente instrumento de doação, caso a finalidade seja diversa ao autorizado.

Art. 3º - Igualmente dar-se-á a revogação da doação caso a donatária deixe de dar início à execução das obras de engenharia civil no imóvel doado dentro do prazo de dois anos, contado da doação, na forma desta lei.

Art. 4º - Em quaisquer das hipóteses preconizadas nos artigos 2º e 3º desta lei, a revogação operar-se-á automaticamente, independente de aviso, interpelação ou notificação da donatária, revertendo a propriedade do imóvel doado ao domínio pleno deste município.

Art. 5º - As despesas decorrentes da doação correrão à conta da donatária.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:4EFD2424

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.199

LEI Nº 1.199 DE 26 DEZEMBRO DE 2013.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE A SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso**,** no uso das suas atribuições;

FAZ SABER, que o Plenário das Deliberações, da Câmara Municipal de Mirassol D' Oeste-MT., aprovou em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à Secretaria de Justiça e Segurança Publica do Estado de Mato Grosso, imóvel de sua propriedade parte integrante da Quadra "D" do Bairro Cidade de Deus, conforme Croqui e Memorial descritivo assinado pelo Engenheiro Civil Kleyton Antonio Bessa, CREA 17315-AP/GO,que passam a fazer parte da presente Lei, assim descrita:
Frente: 40,00m (quarenta metros) com a Rua Claudio Alves de Arruda.
Fundos: 18,00m (dezoito metros) com Remanescente de área publica de propriedade do Município de Mirassol D´Oeste e a Rua Fenellon Muller.
Lado direito: 41,80m (quarenta e um metros e oitenta centímetros) com a Rua Hermínia Tamandaré.
Lado esquerdo: 54,00m (cinqüenta e quatro metros) com o lote 09 e Remanescente de área publica de propriedade do Município de Mirassol D´Oeste.
Perfazendo um total de 1.787,67m² (um mil setecentos e oitenta e sete metros e sessenta e sete centímetros quadrados)

Art. 2º - A donatária terá como encargo utilizar o imóvel ora doado, nos termos desta Lei exclusivamente para construção de sede da Delegacia de Policia Judiciária Civil, tornando-se nulo o competente instrumento de doação, caso a finalidade seja diversa ao autorizado.

Art. 3º - Igualmente dar-se-á a revogação da doação caso a donatária deixe de dar início à execução das obras de engenharia civil no imóvel doado dentro do prazo de dois anos, contado da doação, na forma desta lei.

Art. 4º - Em quaisquer das hipóteses preconizadas nos artigos 2º e 3º desta lei, a revogação operar-se-á automaticamente, independente de aviso, interpelação ou notificação da donatária, revertendo a propriedade do imóvel doado ao domínio pleno deste município.

Art. 5º - As despesas decorrentes da doação correrão à conta da donatária.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:10677FEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.200

LEI Nº. 1.200 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, Sr. Elias Mendes Leal Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT., aprovou em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, nos termos da Resolução n° 3.688, de 19.02.2009 do Conselho Monetário Nacional.
Artigo 2°. Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da divida nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Único - No caso de os recursos do Município não serem depositados na Caixa Econômica Federal, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito da Caixa Econômica Federal, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da Divida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput.*

Artigo 3°. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 4°. O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Artigo 5°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:C7635F0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.201

LEI Nº 1.201 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR IMÓVEL DA MUNICIPALIDADE PARA O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas legais atribuições;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar em favor ao Conselho Regional de Engenharia Caixa Econômica Federal, parte de terreno de propriedade do Município, com as seguintes características:

- Imóvel localizado na Rua Bento Alexandre dos Santos, parte integrante da Quadra 42, medindo 450,00m2 com perímetro de 90,00m (noventa metros), com os seguintes limites e confrontações:
Frente: 15,00 metros para a Rua Bento Alexandre dos Santos.
Fundos: 15,00 metros com remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste.
Lado Direito: 30,00 metros com remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste.
Lado Esquerdo: 30,00 metros com remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste.

Parágrafo Único: O imóvel descrito neste artigo destina-se exclusivamente para construção da sede própria da Inspetoria do CREA/MT, não podendo ser mudada a sua destinação e, a construção efetuada num prazo Maximo de 18 meses a contar da sanção da presente Lei.

Art. 2º - A mudança da destinação, ou a não construção da sede no prazo estipulado no artigo anterior invalidará a doação tornando-se completamente nula a escritura, revertendo-se o imóvel ao município sem direito a qualquer indenização.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:C4D097DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI 1.202

LEI Nº 1.202 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o artigo 187 da Lei Orgânica do Município e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2013 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º- O Orçamento Geral do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2014, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a receita total em R$ 38.144.746,23 (Trinta e Oito milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), sendo:

I - R$ 35.958.646,23 (Trinta e cinco milhões, novecentos e cinqüenta e oito mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos) para a Administração Direta e,
II -R$ 2.186.100,00 (Dois milhões, cento e oitenta e seis mil e cem reais) para a Administração Indireta.

Artigo 2º- A receita total estimada em R$ 38.144.746,23 (Trinta e Oito milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), fica desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento Fiscal: no valor de R$ 22.447.944,92 (Vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e novecentos e quarenta e quatro reais, noventa e dois centavos);
II - Orçamento da Seguridade Social: no valor de R$ 11.140.851,31 (Onze milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e cinqüenta e um reais, trinta e um centavos);
III – Orçamento de Investimentos: no valor de R$ 4.555.950,00 (Quatro milhões, quinhentos e cinqüenta e cinco mil, novecentos e cinqüenta reais),

Artigo 3º- A receita orçamentária fixada em igual valor da despesa, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	33.971.743,78
Receitas de Capital	R$	4.173,002,45
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	51.500,00
TOTAL	**R$**	**38.144.746,23**

RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	37.814.331,78
Receitas de Capital	R$	4.173.002,45
Deduções da Receita	R$	(-3.894.088,00)
TOTAL	**R$**	**33.971.743,78**
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	2.134.600,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	51.500,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
2- Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES – Administração Direta		
Receita Tributária	R$	3.721.245,00
Receita de Contribuições	R$	731.500,00
Receita Patrimonial	R$	282.150,00
Receita de Serviços	R$	129.057,50
Transferências Correntes	R$	30.208.111,78
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	(3.894.088,00)
Outras Receitas Correntes	R$	607.667,50
TOTAL	**R$**	**31.785.643,78**
RECEITAS DE CAPITAL – Administração Direta		
Transferência de Capital	R$	4.162.552,45

Alienação de Bens	R$	10.450,00
TOTAL	**R$**	**4.173.002,45**
TOTAL GERAL	**R$**	**35.959.646,23**
RECEITAS CORRENTES – Administração Indireta		
Receita Patrimonial	R$	1.000,00
Receita de Serviços	R$	1.843.600,00
Outras Receitas Correntes	R$	290.000,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	51.500,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**38.144.746,23**

Artigo 4º- A despesa do município é fixada na forma dos anexos em R$ 38.144.746,23 (Trinta e oito milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), sendo:

I - R$ 35.959.646,23 (Trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos) para a Administração Direta e,
II -R$ 2.186.100,00 (Dois milhões, cento e oitenta e seis mil e cem reais) para a Administração Indireta.

Artigo 5º - A despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, com o seguinte desdobramento:

DESPESA CONSOLIDADA		
1- Por Órgãos da Administração		
Poder Legislativo		
Câmara Municipal	R$	1.635.000,00
Poder Executivo		
Gabinete do Prefeito	R$	1.754.390,00
Secretaria de Administração Planejamento e Coord. Geral	R$	2.122.000,00
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Ind. Com.. Tur. M.Amb.	R$	997.000,00
Secretaria de Educação e Cultura	R$	9.974.750,00
Secretaria de Saúde	R$	9.018.851,31
Secretaria de Obras e Infra-estrutura	R$	5.470.000,00
Secretaria de Fazenda	R$	2.645.482,00
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania	R$	1.622.000,00
Reserva de Contingência	R$	719.172,92
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste	R$	2.186.10000
TOTAL	**R$**	**38.144.746,23**
2- Por Categoria Econômica - Administração Direta		
Despesas Correntes	**R$**	**29.133.523,31**
Pessoal e encargos sociais	R$	16.773.690,00
Juros e encargos da dívida	R$	3.000,00
Outras despesas correntes	R$	12.356.833,31
Despesas de Capital	**R$**	**4.470.950,00**
Investimentos	R$	3.970.950,00
Amortização da Dívida	R$	500.000,00
Reserva de Contingência	R$	719.172,92
TOTAL	**R$**	**35.958.646,23**
2- Por Categoria Econômica - Administração Indireta		
Despesas Correntes	**R$**	**2.076.100,00**
Pessoal e encargos sociais	R$	809.300,00
Outras despesas correntes	R$	1.266.800,00
Despesas de Capital	**R$**	**80.000,00**
Investimentos	R$	80.000,00
Reserva de Contingência	R$	30.000,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**38.144.746,23**
3- Por Funções – Administração Direta		
01 – Legislativa	R$	1.635.000,00
04 – Administração	R$	8.352.390,00
06 – Segurança Pública	R$	50.000,00
08 - Assistência Social	R$	1.622.000,00
10 - Saúde	R$	9.018.851,31
11 - Trabalho	R$	359.600,00
12 - Educação	R$	9.050.250,00
13 - Cultura	R$	670.000,00
15 - Urbanismo	R$	1.160.000,00
17 - Saneamento	R$	280.000,00
20 - Agricultura	R$	700.000,00
23 – Comércio e Serviço	R$	30.000,00
25 - Energia	R$	937.000,00
26 - Transportes	R$	550.000,00
27 - Desportos e Lazer	R$	234.500,00
28 - Encargos Especiais	R$	500.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	719.172,92
TOTAL	**R$**	**35.958.646,23**
3- Por Funções – Administração Indireta		
04 - Administração	R$	560.500,00
11 - Trabalho	R$	21.400,00
17 - Saneamento	R$	1.604.200,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
4 – Por Sub-Funções – Administração Direta		
031 – Ação Legislativa	R$	1.585.000,00
099 – Reserva de Contingência	R$	719.172,92
122 – Administração Geral	R$	7.867.290,00
123 – Administração Financeira	R$	1.786.000,00
129 – Administração de Receitas	R$	80.000,00
181 - Policiamento	R$	50.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	320.000,00
244 – Assistência Comunitária	R$	402.000,00
301 – Atenção Básica	R$	7.795.021,31
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	175.000,00
303- Suporte Profilático e Terapêutico	R$	350.000,00
304 – Vigilância Sanitária	R$	136.820,00
305 – Vigilância Epidemiológica	R$	380.710,00
306 – Alimentação e Nutrição	R$	350.000,00
331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	359.482,00
361 – Ensino Fundamental	R$	5.429.900,00
364 – Ensino Superior	R$	240.000,00
365 – Educação Infantil	R$	2.388.050,00
367 – Educação Especial	R$	282.700,00
392 – Difusão Cultural	R$	670.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	R$	1.160.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R$	280.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	R$	330.000,00
602 – Promoção da Produção Animal	R$	280.000,00
607 - Irrigação	R$	60.000,00
695 - Turismo	R$	30.000,00
752 – Energia Elétrica	R$	937.000,00
782 – Transporte Rodoviário	R$	550.000,00
812 – Desporto Comunitário	R$	234.500,00
843 – Serviço da Dívida Interna	R$	500.000,00
TOTAL	**R$**	**35.958.646,23**
4 – Por Sub-Funções – Administração Indireta		
122 - Administração	R$	560.500,00
331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	21.400,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R$	1.604.200,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
5- Por Programas – Administração Direta		
001 – Processo Legislativo	R$	1.635.000,00
002 – Administração e Gerenciamento	R$	7.375.990,00
004 – Apoio à Agropecuária	R$	700.000,00
005 – Melhoria da Produtividade do Ensino Fundamental	R$	5.429.900,00
006 – Alimentação e Nutrição	R$	350.000,00
007 – Incentivo às Atividades Culturais	R$	720.000,00
008 – Melhoria da Produtividade da Educação Infantil	R$	2.388.050,00
009 – Melhoria da Produtividade da Educação Especial	R$	282.700,00
010 – Expansão e Melhoria da Educação Superior	R$	240.000,00
011 – Desenvolvimento do Desporto e Lazer	R$	234.500,00
012 – Edificações Públicas	R$	995.000,00
013 – Pavimentação e Restauração de Vias Públicas	R$	700.000,00
015 – Saneamento Básico	R$	280.000,00
016 – Infra-Estrutura e Desenvolvimento Rodoviário	R$	300.000,00
017 – Energia Elétrica	R$	937.000,00
018 – Gerenciamento do Trânsito	R$	250.000,00
020 – Gestão do SUS	R$	181.300,00
021 – Descentralização das Ações de Assistência Social	R$	1.035.000,00
022 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	50.000,00
023 – Modernização da Administração Fazendária	R$	1.756.000,00
024 – Cont. p/ Prog. Formação de Pat. Servidor Público	R$	359.482,00
028 – Atenção Básica	R$	1.883.410,00
029 – Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	R$	5.171.611,31
030 – Assistência Farmacêutica	R$	350.000,00
031 – Vigilância em Saúde	R$	517.530,00
032 – Apoio a Indústria, Comércio e Turismo	R$	80.000,00
033 – Serviço da Dívida Fundada Interna	R$	500.000,00
035 – Proteção Social Básica	R$	302.000,00
036 – Proteção Social Especial	R$	185.000,00
037 – Segurança Pública	R$	20.000,00
099 – Reserva de Contingência	R$	719.172,92
TOTAL	**R$**	**35.958.646,23**
5- Por Programas – Administração Indireta		
002 – Administração e Gerenciamento	R$	600.500,00
015 – Saneamento Básico	R$	1.564.200,00
024 – Cont. p/ Prog. Formação de Pat. Servidor Público	R$	21.400,00
TOTAL	**R$**	**2.186.100,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**38.144.746,23**

Artigo 6º - Os recursos de Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se como "Outros Riscos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras, não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 30/11/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste

artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, para atender "Outros Riscos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 1º deste artigo, desde que o orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 7º - O Executivo está autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares para atender reforço de dotações insuficientes, efetuando transposição de recursos de um elemento de despesa para outro e de um órgão para outro, dentro da mesma categoria econômica, até o limite de 5 % (cinco por cento) do total de despesas fixadas nesta Lei. (*Redação Alterada pela Emenda Modificativa 007/2013)*

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 8º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 10. – Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, com autorização do Poder Legislativo. (*Redação Alterada pela Emenda Aditiva 008/2013)*

Artigo 11. – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 12. – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Artigo 13. - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:91AD561C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI COMPLEMENTAR

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPALNº. 134 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013..

"INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ELIAS MENDES LEAL FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEIFAZ ,SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, APROVOU EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2013,E EU SANCIONO SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

LIVROPRIMEIRO
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Código tributário do Município, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinente e dandooutras providências, tendo a denominação de **"CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE – MT".**

Art. 2º - Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, bem como a Lei Orgânica Municipal, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL
CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA APLICÁVEL AO MUNICÍPIO
Art. 3º - A expressão **" Legislação Tributária "**, compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º – O executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:
I – as normas constitucionais vigentes;
II – as normas gerais do direito tributário estabelecido na Lei nº. 5.172, de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;
III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.
Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:
I – dispor sobre matéria não tratada em lei;
II – acrescentar ou ampliar disposições legais;
III – suprimir ou limitar disposições legais;
IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º – São normas complementares das leis e decretos:
I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e Segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal.
III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;
IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ou Estadual.

SEÇÃO II
DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR
Art. 6º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:
I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional, ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
III - cobrar tributos:

a) - em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
IV - utilizar tributo, com efeito de confisco;
V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestadual ou intermunicipal, ressalvado a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
VI - instituir imposto sobre:
a) - patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;
b) - templos de qualquer culto;
c) - patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações, das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativos atendido os requisitos da Lei;
d) - livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.
§ 1º - As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas **"a"** a **"d"** da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º5.172/66 - Código Tributário Nacional, e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei ou posteriores.

Art. 7º - Somente a lei pode estabelecer:
I – a instituição de tributos ou a sua extinção;
II – a majoração de tributos ou a sua redução;
III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;
IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;
V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias os seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;
VII - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.
§ 1º - Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC-(Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da correção do valor monetário da respectiva base de cálculo.
§ 2º – A atualização a que se refere o parágrafo primeiro, deste artigo, será determinada pelo parágrafo único do art. 428, desta lei.

SEÇÃO III
PARTE ESPECIAL – TRIBUTOS MUNICIPAIS
Art. 8º - Ficam instituídos Tributos Municipais e Contribuição como seguem**:**
I – TRIBUTOS:
I.I - IMPOSTOS: - A serem cobrados pelo Município são os seguintes:
a) - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano;
b) - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN);
c) - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis "inter-vivos ", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição.

I.II - TAXAS: – A serem cobradas pelo Município são as seguintes:
a) - De Serviços Urbanos:
. Taxa de Coleta de Lixo.
b) – Taxa pelo exercício de Poder de Policia:
. Licença para Localização e/ou Funcionamento deestabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e congêneres;
. Licença para Funcionamento em Horário Especial;
. Licença para Veiculação de Publicidade em Geral;
. Licença para Comércio Eventual e/ou Ambulante;
. Licença para Aprovação, Execução de Obras, Instalação, Arruamentos e Loteamento Particular;
. Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;
. Licença para Abate de Animais;
. Licença para Transporte de Passageiros e Cargas.
I.III – Contribuição de Melhoria decorrente de Obras Públicas.
II – Contribuição para Custeio e Serviço da Iluminação Pública.
§ 1º -Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
§ 3º - Serão instituídos por Decreto do Executivo Municipal, os preços e tarifas públicas, não compreendidas como taxa de prestação de serviços, constante do artigo 8º deste Código.

TÍTULO II
DOS CADASTROS FISCAIS
CAPÍTULO I
SEÇÃO ÚNICA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 9º – O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:
I – Cadastro Fiscal Imobiliário;
§ 1º - O Cadastro Fiscal Imobiliário compreende:
a) – os imóveis edificados, ou não, localizados áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;
b) – os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural.
§ 2º – Todos os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis mencionados parágrafo anterior, e aqueles que, individualmente ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas ou não no Município, estarão sujeitos à inscrição obrigatória do Cadastro Fiscal da Prefeitura.
II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.
§ 1º - O Cadastro Fiscal das Atividades Econômicas compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria, de comércio e os prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais e/ou temporários, lucrativos ou não, existentes no Território do Município.
§ 2º - Entendem-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 10 – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 11 – A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULOII
SEÇÃO ÚNICA
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO
Art. 12 – A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:
I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;
II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e fundacionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.
III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "*in loco*";
IV - a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anteriores.

Art. 13 –A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer titulo, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.
§ 1º - São responsáveis pelo fornecimento das informações complementares:
I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;
II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
III – o compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda;

IV - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;
V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade a compra e a venda de bens imóveis.
§ 2º - As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15(quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código.
§ 3º - Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 14 – O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado peloCadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 15 –Ficam os loteadores ou responsáveis pelos loteamentos, obrigados a fornecer à Prefeitura, até o dia 15 de cada mês, relação nominal com RG e CPF, bem como, os respectivos endereços dos compradores ou promitentes compradores de imóveis de sua responsabilidade.

Art. 16 – Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15(quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 17 – Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 15(quinze) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou contratos de compromisso de compra e venda do mês anterior, com os dados dos outorgantes e respectivos valores.

Art. 18 – Somente será concedido "habite-se" para edificações novas, reconstruções ou reformas, quando o Cadastro Fiscal Imobiliário houver procedido aatualização cadastral do imóvel.
Art. 19 –A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de multas previstas no artigo 53por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

CAPÍTULO III
SEÇÃO ÚNICA
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
Art. 20 – O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de quaisquer documentos, inclusive recibos e notas fiscais.

Art. 21 – A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte em requerimento próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.
§ 1º - A inscrição será efetuada antes do início da atividade do contribuinte;
§ 2º - Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades;

§3º - A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito à inscrição única;
§ 4º - Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicilio do prestador do serviço;
§ 5º - A inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a Licença de Localização e Funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 22 – Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do Imposto.
§ 1º - O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento da atividade;
§ 2º - A Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

Art. 23 – Sem prejuízo da inscrição e respectivas alterações, o poder executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

Art. 24 – A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15(quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.
Parágrafo Único – No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 25 – A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura, por intermédio de requerimento expondo todo o elemento necessário do fato, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados da data da paralisação.
§ 1º - A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02(dois) anos, não permitida sua renovação
§ 2º - A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício da atividade.
§ 3º - Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da inscrição, a transferência e/ou a venda do estabelecimento.

Art. 26 - Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro Econômico, nos seguintes casos:
I – para suspensão:
a)– não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;
b) – não for atendida a convocação para o recadastramento.
II – para cancelamento:
a) – quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Econômico;
b) – não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente.

Art. 27 – Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:
I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam as diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de atividade, esteja localizado em prédios distintos ou locais diversos.
Parágrafo Único – Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

TÍTULO III
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL ETERRITORIAL URBANA
SEÇÃOI
DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIAE DO FATO GERADOR
Art. 28 – O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel**,** pornatureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município.

Art. 29 - A incidência do Imposto Independe:
I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;
II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;
III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 30 - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
§ 1º -O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio eno qual a eventual produção não se destine ao comércio.
§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

Art. 31 –O bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.
§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:
a) - sem edificação;
b) - em que houver construção paralisada ou em andamento;
c) - em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
d) - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.
§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 32 - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 33 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "causa-mortis".
Parágrafo Único - Para a lavratura de escritura pública, relativa à bem imóvel, é obrigatório à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pela Prefeitura Municipal.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 34 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel**.**
§ 1º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.
§ 2º - Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles se tomará o titular do domínio útil.
§ 3º - O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeito passivo da obrigação tributária.

SEÇÃO III
DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES
Art. 35 - A planta genérica de valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Mirassol D´Oeste - MT, através do loteamento dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana, em áreas urbanizáveis, de expansão urbana do Município.
§ 1º - A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais;
I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;
II - Imposto sobre Transmissão "inter-vivos " de bens imóveis e direitos reais a eles relativos;

Art. 36 - Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção serão determinados em função dos elementos seguintes, tomados em conjunto ou separadamente:
I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;
II - características da região onde se situa o imóvel;
III - padrão ou tipo de construção.
§ 1º - Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:
I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;
II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 37 - A planta genérica de valores será atualizada, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidos pela área onde se localizam, bem como, o preço corrente no mercado.

Parágrafo Único - Quando não forem objetos da atualização previstos neste artigo, os valores serão atualizados, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do artigo 428, deste Código.

Art. 38 - Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

SEÇÃOIV
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 39 -A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido, de acordo com a seguinte formula:
VVI =VT + VE
onde:
VVI= Valor venal do imóvel;
VT= Valor do Terreno;
VE= Valor da Edificação.
§1º - Para efeito de determinação do valor venal do terreno, considera-se:
I - O valor venal do terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte formula:
VT = **Vm2t x At x P x T x S**
onde:
VT = Valor venal do terreno;
Vm2t= Valor do metro quadrado do terreno;
At = Área do terreno;
P = Coeficiente corretivo de pedologia;
T = Coeficiente corretivo de topografia;
S = Coeficiente corretivo de situação do terreno.
a. - O valor de metro quadrado do terreno (**Vm2t**) será obtido através da Tabela de valores de terreno- **Anexo-XI**, deste Código, por nome de logradouro e por face de quadra.
b – A área do terreno, referida pela sigla "**At",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.
c - O coeficiente corretivo de situação, referido pela sigla**" S "**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno - **Anexo-XI**, em anexo.
d - O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela sigla **" T "** , consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno - **Anexo-XI**, em anexo.
e – O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela sigla **" P ",** consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno-**Anexo-XI**, em anexo.
§ 2º - Toda chácara terá o seu valor venal calculado de acordo com o constante do anexo XI.
§ 3º - As chácaras serão identificadas no mapa do Município, em zonas urbanizáveis ou de expansão urbana e indicadas no cadastro fiscal imobiliário como "gleba".

§ 4º - Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.
§ 5º - O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:
I - ao da face da quadra onde situada o imóvel;
II - no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra à qual é atribuído maior valor;
III - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terá seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente e de maior valor na referida tabela.
§ 6º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:
FI= **Ae x At**
Ate
Onde:
FI= Fração Ideal.
Ae= Área edificada da unidade;
At= Área do terreno;
Ate = Área total edificada no lote.
§ 7º - Para efeito de determinação do valor venal da Edificação, considera-se:
I – O valor venal da edificação será obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado por faixa de pontuação da edificação, multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente de estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:
Vve= Vm2e x Ae X Ec
onde:
Vve= Valor venal da edificação;
Vm2e = Valor do metro quadrado de edificação é a soma dos coeficientes da característica da edificação e enquadrado por faixa de valor;
Ae =Área edificação;
Ec= Estado de conservação.
a – O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda **Vm2e**, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos das edificações, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribui- dos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados, serão enquadrado por faixa de valores conforme Tabela-Anexa **X**, anexo.
b – A área da edificação, referida pela sigla "**Ae",** será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;
c - O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela sigla**"Ec "**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação - **Anexo-X**, em anexo.

Art. 40 – Quando o Imóvelfor Edificado, soma-se o Valor do Terreno mais o Valor da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 41 – O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:
I -para imóvel construído:0,50% (zero vírgulacinqüenta) por cento, sobre o valor venal;
II -para imóvel não construído (terreno):1,50% (umvírgulacinqüenta) por cento do valor venal.
Parágrafo Único – Visado o escalonamento da recomposição do IPTU, e de forma extraordinária, serão aplicadas as seguintes alíquotas:
a) Para o Exercício de 2014:
I -para imóvel construído: 0,38% (zero vírgula trinta e oito) por cento, sobre o valor venal;
II -para imóvel não construído (terreno): 1,12% (um vírgula doze) por cento do valor venal.
b) Para o Exercício de 2015:
I -para imóvel construído: 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco) por cento, sobre o valor venal;
II -para imóvel não construído (terreno): 1,35% (um vírgula trinta e cinco) por cento do valor venal.

Art. 42 –A Planta Genérica de valores será expressa em Unidades Fiscais do Município (UFMs)atualizadas monetariamente nos termos do parágrafo único do Art. 428, desta lei.

Art. 43 – O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a 0,50% (zero virgulacinqüenta) por cento da UFM.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 44 - O lançamento do Imposto, a ser efetuado pela autoridade administrativa, poderá ser feito em conjunto, com as demais taxas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, tomando por base a situação existente no enceramento doexercício anterior.
Parágrafo Único - Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar o lançamento do Imposto e taxas englobados em uma unidade.

Art. 45 - Far-se-á o lançamento do tributo do imóvel no nome inscrito no cadastro fiscal imobiliário.
§ 1º - No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome dos condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas.
§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.
§ 3º - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.
§ 4º - Quando o imóvel pertencer a espólio, far-se-á o lançamento em nome deste e feita à partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.
§ 5º - O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.
§ 6º - Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em conformidade com o Art. 34, desta lei.

Art. 46 - Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 47 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 48 - O Imposto será pago de uma vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da Administração Pública Municipal, definidos em regulamento.
§ 1º - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do país.
§ 2º -O imposto poderá ser pago:
a) Em Cota Única com desconto de 20%;
b) Em Duas Parcelas com desconto de 15%;
c) Em Três Parcelas com o desconto de 10%e,
d) Em Quatro ou mais parcelas sem desconto.
§ 3º- O imposto poderá ainda ser pago em seu montante, após o vencimento da cota única, sem desconto e sem acréscimo em data a ser definida em regulamento.

Art. 49 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, bem como promovidos lançamentos aditivos, e retificados os lançamentos existentes.

Art. 50 -Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido lançados por falta da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época da ocorrência do fato gerador, desobrigando o contribuinte da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 51 -O contribuinte terá ciência do lançamento através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento, de acordo com o artigo 271deste Código.

SEÇÃO VI
DAS ISENÇÕES

Art. 52 -Fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpra as exigências da legislação tributária do Município o bem imóvel:

I – pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias, desde que homologado em cartório;

II - pertencente à agremiação desportiva licenciada, sem fins lucrativos, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III – pertencente, cedido gratuitamente à sociedade, instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes trabalhadoras, com afinalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

IV – pertencente à sociedade civil sem fins lucrativo e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;

V – os estabelecimentos beneficentes e assistenciais sem fins lucrativos, de atendimento a indigentes, à infância e a velhice desamparada.

VI –ao contribuinte que comprovar receita familiar não superiora 1,5 (um e meio) salário mínimo, quandoproprietário de um único bem imóvel, e nele residir.

VII – os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, com atendimento totalmente gratuito, desde que comprovado;

VIII – a área que constitui reserva florestal, comprovadamente por órgão credenciado.

§ 1º - A isenção será concedida a pedido do proprietário que comprovará ou justificará estas circunstâncias, no período compreendido entre 10 de novembro e 10 de dezembro de cada ano.

§ 2º -O beneficiário conforme previsto no inciso VI deste artigo, além do cumprimento do § 1º, para fazer jus à isenção, deverá requerê-la por escrito diretamente à prefeitura mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – documento expedido pelo órgão previdenciário do valor do beneficio, caso aposentado ou pensionista e demais documentos que, consolidados possam a juízo da municipalidade, comprovar a situação do requerente.

II – cartão de inscrição no CPF;

III – documento de identidade;

IV – comprovante de residência;

V –declaração de baixa renda expedida pelo departamento de assistência social do município ou por qualquer outro órgão público que o substitua.

§ 3º - Os beneficiários conforme previsto nos incisos de I a V, VII e VIII deste artigo, alem do cumprimento do § 1º, para fazer jus à isenção, deverá requerê-la por escrito diretamente à Prefeitura Municipal, mediante apresentação das provas de suas condições, que será definido em regulamento.

SEÇÃO VII
DAS INFRAÇÕESE DAS PENALIDADES

Art. 53 - Serão punidas com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades, as seguintes infrações:

I – multa de 20% (vinte por cento), quando do não comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 20(vinte) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações já existente;

II – multa de 40%(quarenta por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.

III – multa de 100%(cem por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qual quer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento "in loco".

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado ficará sujeito à aplicação dos dispostos nos inciso I, II do art. 346.

CAPÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
SEÇÃO I
DA HIPOTESE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 54 –O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação dos serviços constantes da lista de que trata o artigo 56 deste Código, por empresa, profissionais liberais, com ou sem estabelecimento fixo e osautônomos.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2o - O imposto de que trata este código incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 3o – A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 55 – A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

a) - da existência de estabelecimento fixo;

b) - do resultado financeiro do exercício da atividade;

c) - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

d) - do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

e) - da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º - Para os efeitos de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador no Município;

II – na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador no Município;

III – na falta dos Incisos I e II deste artigo, considera-se o local onde efetuar a prestação de serviço no território do Município.

§ 2º - O imposto será devido no local, quando nas hipóteses prevista nos incisos I a XVIII, como segue:

I – doestabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1o do art. 54 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X– do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;
XI –da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;
XII –da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;
XIII –onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;
XIV–dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;
XV –do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;
XVI –da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;
XVII –do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;
XVIII –do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;
XIX- da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;
XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.
§3º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo, as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§ 4º - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:
I – estrutura organizacional ou administrativa;
II – inscrição nos órgãos previdenciários;
III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;
IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;
V – permanência, ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.
§ 5º - A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora de estabelecimento prestador, desde que seja no território do Município.
§ 6º - São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.
§ 7o - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no município caso haja no seu território extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§ 8o - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em no Município caso haja extensão de rodovia explorada no seu território.

Art. 56 - Se sujeita ao Imposto, os serviços de:
1 – Serviços de informática e congêneres.
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02 – Programação.
1.03 – Processamento de dados e congêneres.
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01 - VETADO
3.02– Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congênere.
4.01 – Medicina e biomedicina.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios econgêneres.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.
4.05 – Acupuntura.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07 – Serviços farmacêuticos.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 – Nutrição.
4.11 – Obstetrícia.
4.12 – Odontologia.
4.13 –Ortóptica.
4.14 – Próteses sob encomenda.
4.15 – Psicanálise.
4.16 – Psicologia.
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro*e congêneres.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 –Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 –Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 – Centros de emagrecimento, **spa**e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 – Demolição.
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 – Calafetação.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11 –Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14 – VETADO
7.15 - VETADO
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20– Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunha- gem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suíte service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06 – Agenciamento marítimo.
10.07 – Agenciamento de notícias.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01 – Espetáculos teatrais.
12.02 – Exibições cinematográficas.
12.03 – Espetáculos circenses.
12.04 – Programas de auditório.
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.
12.07 –Shows, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10 – Corridas e competições de animais.
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12 – Execução de música.
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.01 - VETADO

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02 – Assistência técnica.
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10 – Tinturaria e lavanderia.
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12 – Funilaria e lanternagem.
14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeiras e congêneres.
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestruturaadministrativa e congêneres.
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.
17.05 – Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07 –VETADO
17.08 – Franquia (**franchising**).
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.13 – Leilão e congêneres.
17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.16 – Auditoria.
17.17 – Análise de Organização e Métodos.
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.21 – Estatística.
17.22 – Cobrança em geral.
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03 – Planos ou convênio funerários.
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier**e congêneres.
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier**e congêneres.

27– Serviços de assistência social.
27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01– Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29– Serviços de biblioteconomia.
29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.
36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.
38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01 - Obras de arte sob encomenda.
Parágrafo Único - Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

SEÇÃOII
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 57 - Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço mencionado no artigo 56 deste Código.

§ 1º - Não são contribuintes do Imposto, os que prestem serviço na condição:
I – as exportações de serviços para o exterior do País;
II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
§ 2º - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 58 - Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:
I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;
II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos deserviços de bens sinistrados;
III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;
IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;
V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão de obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;
VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médicas hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultrassonografia, radiologia, tomografia e congêneres;
VII – às construtoras, em relação aos serviços sub-empreitados;
VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;
IX – o prestador de serviço que não comprovar imunidade ou isenção;
X – o Município, inclusive sua autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;
XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagam as empresas corretoras de imóveis;
XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;
XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;
XIV – os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;
XV - os frigoríficos que contratar serviços de terceiros;
XVI - os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:
a) – de pagamento efetuado, sob forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;
b) – pagamento efetuado sob forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município
XVII -a pessoa física, jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, sob firma, nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:
a) – integralmente se alienante cessar a exploração da atividade;
b) – subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.
XVIII - os que sublocarem cederem, transferirem a terceiros a inscrição de sua propriedade, que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;
XIX - a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;
XX – quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviços de terceiros;
§ 1º - O disposto no inciso XVIII, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.
§ 2º - A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.
§ 3º - A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN**,** incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.
§ 4º - Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o dia 15 do mês subseqüente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, das penalidades previstas dos incisos VI, VII do art. 88, deste Código, sem prejuízo da aplicação de multas e juros de mora.
§ 5º - O Substituto Tributário deverá apresentar relatório mensal, contendo nome ou razão social do contribuinte e numero de inscrição no cadastro econômico, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido.

Art. 59 - Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outras atividades sujeitam ao ISSQN, bem como baixar Normas Complementares para aplicação do disposto neste artigo.

Art. 60 – A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

SEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA
Art. 61 - A base de cálculo do imposto é preço bruto do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo do serviço prestado mensal do contribuinte e quando o serviço for prestado em forma estritamente pessoal do próprio contribuinte, será aplicada anualmente em quantidade de UFM (Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste), de conformidade com a Tabela/Anexo-I, deste Código.

Art. 62 - Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.
§ 1o Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território do Município, a base de cálculo será proporcional ao serviço prestado no município.
§ 2o Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, os valores dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta lei;

Art. 63 – Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como, o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como dedutíveis, ainda que a título de sub-empreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.
§ 1º - Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 2º - Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.
§ 3º - Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal.
§ 4º - Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada, pelo mesmo prestador de serviços, em convênio com instituições pública ou privada desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.
§ 5º- Para os casos de prestação de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista, considera-se "Preço dos Serviços" o valor correspondente a 40% do valor total da obra, constatado mediante os preços de mercado publicados pela tabelas SINAPI, SINFRA, SICRO e SINDUSCON.

Art. 64 - O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Código.

Art. 65 – Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, e tendo em vista a facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributaria e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá autorizar a adoção de regime de estimativa para pagamento do Imposto.

Art. 66 - Quando definido o regime de estimativa de que trata o artigo anterior será observado as seguintes normas relativas ao cálculo.
I – com base em informações do sujeito passivo será estimado o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro dependem da aprovação do Secretário Municipal de Finanças;
II – quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, optará pelos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

Art. 67 - Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço quando:
I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;
II – o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
IV – sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
V – o preço seja notadamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 68 – Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada pelo Prefeito Municipal, através de regulamento e que levará em consideração, entre outros, os seguintes elementos:
I – os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;
II – os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;
III – as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:
a) – valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
b) - folha de salários pagos, honorários de direitos retirados de sócio ou gerente;
c) - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;
d) - despesas com fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos do contribuinte.

Art. 69 – Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondente do valor das sub-empreitada, sobre as quais já tenham incidido o imposto.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 70 - O Imposto será lançado:
I – quando na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, poderá ser cobrado em cota única ou até 12(doze) parcelas, correspondendo de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo e a critério da Administração Municipal, conforme regulamento.
II – mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.
Parágrafo único - O contribuinte de conformidade com o inciso I deste artigo, quando optar pelo o pagamento em cota única, terá o beneficio fiscal de 5%(cinco) por cento de desconto.

Art. 71 – Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:
I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;
II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.
§ 1º - Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividade de terceiros.
§ 2º - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:
I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;
II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;
IV - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.
§ 3º - O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.
§ 4º - Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.
§ 5º - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Art. 72 – Os livros fiscais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelo contribuinte durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.
§ 1º - Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional;
§ 2º - A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis;
§ 3º - Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver

incidência do imposto e a exigir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

Art. 73 - Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 74 - A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:
I – quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;
II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
III – quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações previstas na legislação vigente;
IV – quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade, volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;
V – quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 75 - O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:
I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
II – o previsto nos incisos e alíneas do art. 68, deste Código;
III – o local onde se estabelece o contribuinte.
Parágrafo Único – O Fisco poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 76 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 77 - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

Art. 78 - Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 79 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 80 - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser o regulamento.

Art. 81 - As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornar sujeitos à incidência do imposto será lançado a partir do mês em que iniciar as atividades.

Art. 82 - Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 83 - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.
Parágrafo Único - Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 84 - No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:
I – será estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais;
II – findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição ou compensação do Imposto,caso pago a maior;
III – qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto devido por estimativa e o efetivamente recolhido, deverá:
a) –ser recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;
b) –ser restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 85 –Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, o Fisco poderá exigir ou autorizar o recolhimento do imposto por estimativa.

Art. 86 - Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do inciso II do art. 84, independentemente do pagamento do preço ser efetuado a vista ou em prestações.

SEÇÃO VI
DAS IMUNIDADES ISENÇÕES
Art. 87 –A imunidade ou a isenção se aplicam quando:
I – Imune:
a) – as exportações de serviços para o exterior do País;
b) – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
c) – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
d) - oinciso VI do artigo 6º, desta lei.
II – Isento:
a) - os locadores de livros novos e usados;
b) - os promotores de concertos, recitais, shows, avant-première, cinematográficas, exposições, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistências e desportivos sem finalidade lucrativa;
c) - os trabalhadores autônomos e os negócios de rudimentar organização, tal como definidos no regulamento, cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzem renda mensal superior ao valor de 1 ½ (um e meio) Salários Mínimo, definido pelo governo federal;
d) - de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;
e) -as estações rádio-emissoras destinadas a caráter e de interesse da coletividade;
f) - as casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa.
§ 1º - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
§ 2º - Estas concessões serão permitidas a pedido das pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será reformulada, por período fracionário ou anualmente, a critério da Fazenda Municipal.

SEÇÃO VII
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 88 - As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:
I - Multa de importância 3 (três) UFMs:
a) – iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) – deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;
c) – apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;
d) – deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
e) – deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;
f) – deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;
g) – negar-se a exibir livros e documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização;
h) – apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar.
II - multa da importância de6 (seis) UFMs:
a) - falta de livros fiscais;
b) - falta de escrituração do Imposto devido;
c) - dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
d) - falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.
III - multa da importância 9 (nove) UFMs:
a) - falta de declaração de dados;
b) - erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.
IV - multa da importânciade 15 (quinze) UFMs:
a) - falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
b) - falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;
c) - retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;
d) - sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;
e) - embaraço ou impedimento à fiscalização.
V - multa de importância igual a 70% (setenta por cento) sobre diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude;
VI – Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobreo valor imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;
VII - multa de importância igual a 200% (duzentos por vento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.
§ 1º - As penalidades a que se refere o *caput* deste artigo serão aplicadas na ocorrência de 01 (uma) ou mais infrações de que tratam os incisos I a VII.
§ 2º– O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficará sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I e II do art. 346, deste Código.

CAPITULO III
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENSIMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 89 - O imposto sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:
I – a transmissão a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos em Lei Civil;
II – a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto de direitos reais por garantia;
III – a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 90 - Estão compreendidos na incidência do imposto:
I – a compra e venda;
II – a dação em pagamento;
III – a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contínuos;
IV – os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos substabelecimentos;
V – a arrematação, a adjudicação e a remição;
VI – a cessão de direito do arrematante ou adjudicatório, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
VII – a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados no Município;
VIII – a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;
IX – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, Inter-Vivos, por natureza ou acessão física e constitutiva de direitos reais sobre imóveis.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA
Art. 91 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:
I – O adquirente for a União, Distrito Federal, Estados e Municípios e respectivas autarquias e fundações.
II – O adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social para atendimento de suas finalidades essenciais ou dela decorrentes e as entidades sindicais dos trabalhadores.
§ 1º - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
a) - não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
b) - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
c) - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
§ 2º - A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.
Art. 92 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens ou direitos quando:
I – decorrente da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nele subscrito;
II – decorrente da incorporação, fusão, cisão ou de extinção de pessoa jurídica;
III – ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para efeito de receber, o mandatário, a escritura definitiva do imóvel;
IV – decorrente de retrocesso, ao voltarem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado.

Art. 93 - O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.
§ 1º - Considera-se caracterizada atividade preponderantereferida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.
§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.
§ 3º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.
§ 4º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SEÇÃOIII
DOS CONTRIBUINTES
Art. 94 - São contribuintes do imposto:
I – o concessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;
II – na permuta, cada um dos permutantes;
III – os mandatários;
IV – o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 95 - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de Valores, dos bens ou ao direito transmitido, periodicamente atualizada pelo Município, e considerando o de maior valor de base de cálculo.

Art. 96 - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Art. 97 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, à parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 98 - Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

Art. 99 - As alíquotas do imposto são as seguintes:
I – transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se refere à Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação Complementar:
a) - sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);
b) - sobre o valor restante: 2% (dois por cento).
II – transmissão de imóveis situados na zona rural: 1% (um por cento).
III – em quaisquer outras transmissões: 2% (dois por cento).

SEÇÃO V
DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 100 - Excetuados as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato.

Art. 101 - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pagono mês que ocorrer o respectivo ato, sempre antes da assinatura da respectiva carta.
Parágrafo Único - No caso de oferecimento de embargos o prazo que constar da sentença transitada em julgado.

Art. 102 - O imposto será recolhido dentro da data estipulada no documento de arrecadação estabelecido pela Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 103 - O pagamento do imposto far-se-á junto à rede arrecadadora.

Art. 104 - O comprovante do pagamento do imposto terá validade quando acompanhado da guia de informações do ITBI, independente da data desta.

Art. 105 - Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 106 – Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o devido recolhimento.
§ 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.
§ 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

SEÇÃO VI
DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Art. 107 - O imposto só será restituído quando:
I –na nulidade do ato jurídico;
II –anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária e em decisão definitiva;
III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no art. 1.136 do Código Civil;

SEÇÃO VII
DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 108 - O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único - A impugnação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Art. 109 - Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 110 - Reduzido o valor venal proceder-se-á a restituição da diferença do imposto pago em excesso.

Art. 111 - As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria de Economia e Finanças, observados as normas pertinentes à matéria.

SEÇÃO VIII
DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOSDA JUSTIÇA

Art. 112 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, sob pena de pagamento de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo estes solidariamente pelo imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 113 - Os serventuários da justiça deverão facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Art. 114 - Os tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis remeterão, mensalmente, à repartição fiscal do município, relação das averbações, anotações, registros e transações envolvendo bens imóveis ou direitos reais a eles relativos, efetuados no cartório.

Art. 115 – Ocorrendo o embaraço, o Município promoverá as ações necessárias para fazer valer as ações do Fisco.

TÍTULO IV
DAS TAXAS
CAPÍTULO ÚNICO
DA TAXA DE SERVIÇO PÚBLICO
SEÇÃO ÚNICA
DA TAXA DECOLETA DE LIXO
SUBSEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 116 - A hipótese de incidência da Taxa de Coleta de Lixo considera-se o conjunto heterogêneo de materiais sólidos provenientes das atividades humanas.

Art. 117 – O que constitui fato gerador da Taxa é a utilização, efetiva ou potencial do serviço prestado de coleta de lixo pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, compreendendo os serviços de remoção e destinação final do lixo.
Parágrafo Único - Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionado em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e geradas em imóvel edificado.

Art. 118 - A Prefeitura poderá proceder a remoção em horário especial por solicitação do interessado, mediante o pagamento de tarifa fixada por Decreto, no ato da solicitação do Serviço ou a remoção dos seguintes materiais:
I – restos de limpeza e de podação por volume acima de 100 (cem) litros;
II – animais mortos de pequeno, médio e grande porte;
III – móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda de 100 (cem) litros;
IV – entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;
V – sobra de construção, demolição e assemelhados;
VI – resíduo resultante de eventos realizados em vias públicas.

Parágrafo Único - Caso a Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 119 - O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.
Parágrafo Único – Em relação aos incisos I àVI, do Artigo 118 desta Lei, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetivo ou potencialmente, quando solicitado ou não.

SUBSEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA
Art. 120 - A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado da seguinte forma:
I –referente ao parágrafo único do artigo 117 deste Código, por m2 e tipo de utilização do imóvel, multiplicado em percentual da UFM, quantificado no Art. 428, deste Código, de acordo com a formula de cálculo, conforme abaixo:

TCL = M2(TU) x %
ONDE:
TCL = Taxa de Coleta de Lixo;
M2(TU)= Metro quadrado por Tipo de Utilização;
% =percentual sobre a Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;

TABELA DE COLETA DE LIXO	
Discriminação por Tipo de utilização e edificada	**Percentual sobre a UFM**
a) – residência, por m2.....	0,4%
b) – Para demais, por m2.....	0,6%

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 121 - A Taxa será lançada anualmente, quando se trata do inciso I do artigo 120 e em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 122- À Administração Municipal poderá, se lhe for conveniente, delegar por concessão o serviço de coleta de lixo a terceiros, empresas privadas ou sociedades de economia mista, mediante concorrência pública, nos termos da Lei especifica, delegando poderes para exploração e industrialização do lixo, observada a Lei Orgânica do Município.

Art. 123 - O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 124 – A Taxa constante do Art. 120 será paga de uma vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da Administração Pública Municipal, conforme regulamento.

Art. 125 –A Taxa constante do Art. 120 poderá ser paga:
a) Cota Única com desconto de 20%;
b) Duas Parcelas com desconto de 15%;
c) Em TrêsParcelas com o desconto de 10% e,
d) Em Quatro ou mais parcelas sem desconto.
Parágrafo Único - A Taxa poderá ainda ser paga em seu montante, após o vencimento da cota única, sem desconto e sem acréscimo em data a ser definida em regulamento.

SUBSEÇÃO V
DAS ISENÇÕES
Art. 126 – A isenção da Taxa de Coleta de Lixo será concedida com base no contido no Art. 52, com a condição de que o imóvel cumpra as exigências da legislação tributária do Município.

SUBSEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 127 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:
I - multa de importância igual a 3 (três) unidades da UFM, quantificado no Art. 428, neste Código, por cada infração de:
a) - quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento;
b) - quando colocado lixo fora de recipiente apropriado de até 120 (cento e vinte) litros em vias e logradouros públicos.
II - multa de importância igual a 5 (cinco) unidades da UFM, quantificado no Art. 428, neste Código, por cada infração de:
a) - quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros público, especificados nos incisos I àVI do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal;
b) – quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.
Parágrafo Único - As disposições do presente artigo serão aplicadas sem prejuízo de aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 346, deste Código.

CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA
SEÇÃO I
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO
SUBSEÇÃO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR
Art. 128 - A hipótese de incidência da Taxa de Licença para Localização e/ou Funcionamento é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 129 -O fato gerador da taxa é o prévio exame e fiscalização das condições de localização, segurança, higiene, saúde, incolumidade, bem como respeito à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda localizar e fazer funcionar qualquer estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário e de demais atividades, ou ainda manter em funcionamento o estabelecimento previamente licenciado.
§ 1º - Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no **caput** deste artigo poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e funcionamento outorgada pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.
§ 2º - As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

Art. 130 - A licença para localização e/ou funcionamento será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição do Código de Postura, a política urbanística do Município e leis especificas.
§1º - A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, a localização e funcionamento e nos exercícios posteriores, apenas o funcionamento,inclusive pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.
§2º - haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de razão social ou a sua transferência de local.
§3º - No caso de alteração, inclusão ou exclusão de informações no cadastro econômico, será devido o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da atividade mais onerosa, por item alterado, incluso ou modificado.
§4º - A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização quando solicitado.
§ 5º - O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, sendo que o não cumprimento sujeitará as penalidades cabíveis do presente Código.
§ 6º - A taxa de fiscalização para licença de transporte de passageiros e cargas, só será permitida mediante apresentação de laudo de inspeção veicular expedido por empresa credenciada pelo município.
§ 7º - À empresa que exerça atividade com produtos perecíveis, só será liberado o alvará de licença, através de laudo de vistoria sanitária municipal.

§ 8º - Não será concedida Licença a contribuinte inadimplente para com o fisco municipal.
§ 9º - O pagamento da Taxa independente da concessão da Licença.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 131 – O Sujeito Passivo são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 129 e seus parágrafos, deste Código.

SUBSEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA
Art. 132 - A base de cálculo da Taxa será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e da seguinte forma:
I - mediante aplicação em quantidade de UFM, quantificada no art. 428, deste Código, por atividade, número de quarto/apartamentos e outros, de acordo com a Tabela/anexo-II, em anexo.
a.fórmula do cálculo da taxa:
TFLLF = QUFM x UFM
onde:
TLLF= Taxa de Licença paraLocalização, instalação e Funcionamento;
QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;
UFM = Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste
§ 1º - Quando a existência de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço, ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.
§ 2º - Quando for solicitada pelo contribuinte no decorrer do exercício financeiro, em razão de sua localização no Município, far-se-á a cobrança da taxa na proporcionalidade do exercício em vigor e considerando a partir do pedido do inicio da atividade.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 133 - A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal socioeconômico.
Parágrafo Único - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente no mesmo exercício financeiro.

Art. 134 - Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.
Parágrafo Único - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passema inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 135 –O prazo e a forma de recolhimento da Taxa serão definidos em regulamento.

SUBSEÇÃO V
DAS ISENÇÕES
Art. 136 - São isentos de pagamento de Taxas de Licença:
I– os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
II – as associações de classe, templo de qualquer culto, clubes esportivos sem fins lucrativos;
III –os espetáculos circenses sem cobrança de entradas e parques de diversões gratuitos;
IV – as instituições de educação e assistência social quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sendo vedada qualquer forma de isenção tributária, ou fiscal para as atividades de ensino privado;
V – as atividades individuais de rendimento pequeno, destinado, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de seu familiar, desde que, não ultrapassem a 2 (dois) salários mínimos, definidos pelo Governo Federal;
VI – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos.

Art. 137 -A isenção prevista no artigo anterior estará condicionada à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 138 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

SUBSEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 139 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;
I -multa de 1 (uma) UFM, ou 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, prevalecendo aquela com valor maior, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;
II - multa de1 (uma) UFM por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização;
III -multa de 1 (uma) UFM, ou 100% (cem por cento) do valor da Taxa, prevalecendo aquela com valor maior no caso da não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;
III - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;
IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.
Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 346, deste Código.

SEÇÃO II
DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTOEM HORÁRIO ESPECIAL
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 140 - A incidência da Taxa é a existência do funcionamento da atividade no território do Município.

Art. 141 - O fato gerador é o quantificado no art. 129 e seus parágrafos, e poderá ser concedidalicença para funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.
Parágrafo Único - Para efeito desta Taxa, o horário normal de abertura e fechamento inclusive em datas comemorativas, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

SUBSEÇÃOII
DO SUJEITOPASSIVO
Art. 142 - O sujeito passivo da Taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que derem causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 deste Código.

SUBSEÇÃOIII
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 143 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:
I - mediante a aplicação em quantidade deUFM, quantificado no art. 428, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com o Anexo-III, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
TLFHE = PL x QUFM x UPM
onde:
TLFHE = Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;
PL =Período da Licença (dia, mês ou ano);
QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;

UFM =Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 144 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 145 - É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Art. 146 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua solicitação.

Art. 147 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial.

Art. 148 - A licença para funcionamento em horário especial será lançada em moeda vigente do país.

SUBSEÇÃO V
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 149 - As infrações terão as seguintes penalidades:
I - multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença, calculada sobre a duração mínima de 4 horas;
II - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;
III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de serem cumpridas dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercidade maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.
Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

SEÇÃO III
DA TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADEEM GERAL
SUBSEÇÃOI
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 150 - A incidência da Taxa será o prévio exame pela fiscalização municipal.

Art. 151 - O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público.
§ 1º - Inclui-se na obrigatoriedade do "caput" deste artigo:
I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;
II -publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;
III - publicidade colocada em terrenos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação;
IV - publicidade em jornais, revistas e rádios locais;
V - publicidade em televisão local.
§ 2º -Compreendem-se neste artigo os lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis em via pública.

Art. 152 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 153 - O sujeito passivo pelo pagamento da taxa é a pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo Único – Responderá solidariamente como sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

SUBSEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 154- A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia da seguinte forma:
I - mediante aplicação em quantidade do UFM, quantificada no art. 428, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com o Anexo-IV, mediante aplicação da seguinte fórmula:
TLVPG = P x QUFM x UFM
ONDE:
TLVPG = Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade em Geral:
P = Período (dia, mês ou ano);
QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;
UPFM = Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.
Art. 155 - Fica sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 156 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 157 – O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.
Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 158 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.
Parágrafo Único – A transferência do veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 159 – A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretas, a não ser que sua incorreção seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando, entretanto sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competentes.

Art. 160 - A arrecadação da Taxa será feita quando de sua solicitação.

Art. 161 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e Publicidade em geral.

Art. 162 - ATaxa será lançada em moeda vigente do país.

SUBSEÇÃO V
DAS ISENÇÕES
Art. 163 - São isentos os dizeres indicativos relativos à:
I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos e eleitorais;
II - hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
III - os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes, e vitrinas internas.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 164 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I -multa de 1 UFM ou 100% (cem por cento) do valor da Taxa, prevalecendo aquela que for maior, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições do inciso I serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 428, deste Código.

SEÇÃO IV

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE COMÉRCIO EVENTUAL E/OU AMBULANTE

SUBSEÇÃOI

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 165 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame pelo Fisco Municipal.

Art. 166 - O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, ou com instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracas, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º - Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixos que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITOPASSIVO

Art. 167 - O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 168 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, mediante a aplicação em quantidade de UFM, quantificada no art. 428, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com o Anexo-V, observada a seguinte fórmula:

TFLCEA =P x QUFM x UFM

ONDE:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio Eventual e/ou Ambulante:

P =Período (dia, mês ou ano);

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;

UFM = Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.

Parágrafo Único – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico, e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal e acrescida de 10% (dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 169 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro socioeconômico.

§ 1º - O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 2º - A Taxa será arrecadada quando feita a sua solicitação.

§ 3º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 170 - Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos.

Art. 171 - É obrigatória a inscrição dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

Parágrafo Único - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação na característica inicial da atividade por ele exercida.

Art. 172 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 173 -Serão isentos de Taxa de Licença, os ambulante ou os que pratiquem o comércio eventual, que enquadrarem nas seguintes condições:

I - os cegos, os mutilados e os portadores de outra deficiência física que o impossibilitem para o exercício de atividades normais;

II - os vendedores de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

IV - entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V - o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse por mês a 1 ½ (um e meio) salário mínimo definido pelo Governo Federal;

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse por mês a 1 ½ (um e meio) salário mínimo, definido pelo Governo Federal;

VII – as pessoas com a idade superior a 60(sessenta) anos que comprovadamente não possuam condições físicas para o exercício de outra atividade e que não ultrapasse por mês a 1 ½ (um e meio) salário mínimo por mês, definido pelo Governo Federal.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Fazenda instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 174 -As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 2 (duas) UFMs quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal;

II - multa de 2½ (duas e meia)UFMs, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;

III - multa de 1 (uma) UFM, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casosde reincidência;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando deixar de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes;

VI - o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 328, deste Código.

SEÇÃO V

DA TAXA DELICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DEOBRAS, INSTALAÇÕES, ARRUAMENTO E/OU LOTEAMENTO.
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 175 - A incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização.

Art. 176 - A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 177 - Nenhuma atividade, conforme artigo anterior poderá ser iniciada sem prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa devida.
I - a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;
II - a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

Parágrafo Único - A análise do pedido assim instruído será feito pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, obedecidas às disposições da Lei especifica, devendo a licença ser concedida ou indeferida por despacho fundamentado do engenheiro civil.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 178 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

SUBSEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 179 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia mediante aplicação em quantidade de UFM, quantificada no art. 428 deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com o Anexo-VI, com base na seguinte fórmula:
TLAEOIAL = TS x QUFM x UFM
ONDE:
TFLAEOIAL= Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:
TS = Tipo de Serviço e por porte;
QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;
UPFM = Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 180 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art. 181 - A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art. 182 - A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 183 - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.
Parágrafo Único - Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50%(cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 184 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua solicitação.

SUBSEÇÃO V
DAS ISENÇÕES
Art. 185 - São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:
I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;
II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;
III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras jádevidamente licenciadas;
IV - a construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO VI
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 186 -As infrações terão as seguintes penalidades:
I - multa de 10 (dez) UFMs, quando iniciar a construção sem a respectiva Licença;
II - multa de 2 (duas) UFMs, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;
III - multa de 5 (cinco) UFMs, quando alterar o projeto sem devida Licença;
IV – multa em dobro nos casos dos itens I a III, quando ocorrer reincidência;
V - cassação da licença a qualquer tempo, quando deixar existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.
Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

SEÇÃO VI
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLONAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DOFATO GERADOR
Art. 187 - A incidência da Taxa é o prévio exame pela fiscalização.

Art. 188 - O fato gerador é a ocupação de solo nas vias e logradouros públicos, à titulo precário e oneroso.
§ 1º - A Permissão de uso de espaços públicos se fará nos seguintes casos:
I - para fins comerciais ou de prestação de serviços mediante depósito de materiais, instalação provisória de barracas, mesas, tabuleiros, quiosque, aparelho e qualquer móvel ou utensílios;
II -para estacionamento privativo ou habitual de veículos de aluguel e de serviços de transporte coletivos;
III –para instalação de circos, parques de diversões, rodeios ou assemelhados;
IV –para o estacionamento de veículo para exercício de comércio ou prestação de serviços de qualquer natureza.
§ 2º - Os locais e a forma para ocupação de solo serãodeterminados em regulamento.

Art. 189 - É obrigatória a inscrição no cadastro fiscal de atividades socioeconômico, conforme em regulamento.
Parágrafo Único - Se inclui na exigência deste artigo, o comerciante com estabelecimento fixo, que por ocasião de festejos ou comemorações explore a ocupação do solo.

Art. 190 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará de licença habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 191 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições previstas nos incisos do artigo 188.

SUBSEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 192 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, no exercício regular do poder de policia, mediante aplicação em quantidade de UFM, quantificada no art. 428, deste

Código, por dia, mês ou ano, de acordo o Anexo-VII, observada a seguinte fórmula:
TLOSVLP = P x QUFM x UFM
ONDE:
TLOSVP = Taxa de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:
P = Período (dia, mês ou ano);
QUFM= Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;
UPFM = Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.
Parágrafo Único - Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devida em dobro.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 193 - O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, ou constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 194 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua solicitação.

SUBSEÇÃO V
DAS ISENÇÕES
Art. 195 - São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrarem em um dos incisos do Artigo 173.
Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃOVI
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 196 - As infrações terão penalidades conforme cada caso especifico, e serão quantificadas de acordo no disposto nos incisos e parágrafo único do artigo 174:
Art. 197 – O Município, por seu órgão competente apreenderá eremoverá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixada em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos, sem prejuízo dos tributos e multas a serem atribuídas à pessoa física ou jurídica não licenciada.

SEÇÃO VII
DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 198 - A incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização sanitário.
Art. 199 - O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 200 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que requerer o serviço.

SUBSEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 201 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:
I - mediante aplicação em quantidade da UFM,quantificada no art. 428, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com o Anexo-VIII, aplicando-se a seguinte fórmula:
TLAA = U x QUFM x UFM
ONDE:
TLAA = Taxa de Licença para Abate de Animais:
U = Unidade abatida e inspecionada;
QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste;
UFM= Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 202 - A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art. 203 - O abate de animais destinados ao consumo público só poderá ser feito em Matadouro licenciados pelo município.

Art. 204 - A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes fiscalizados pelo serviço federal ou estadual competente.

Art. 205 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da solicitação da respectiva licença.

SUBSEÇÃO VI
DA ISENÇÃO
Art. 206 - São isentos de pagamento da Taxa de Abate quando para a distribuição em caráter gratuito à comunidade, não isentando a espécie abatida da inspeção sanitária.

SUBSEÇÃO VII
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
Art. 207 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:
I - multa de 5 (cinco) UFMs no caso da não inspeção sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado.
II – multa de 10 (dez) UFMs, nos casos de reincidência, sem prejuízo da perca da especie não fiscalizada;
III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de serem cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.
Parágrafo Único - As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

SEÇÃO VIII
DA TAXA DE LICENÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 208 - A incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art. 209 - O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e/ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria nos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.
Art. 210 – Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.
Parágrafo Único – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis e ou moto taxis.

Art. 211 – Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis e moto taxis, e respectivas vagas e prazos, não contrariando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, sempre que esta medida se mostrar conveniente e necessária.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 212 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer a atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

SUBSEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 213 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizado pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia mediante aplicação em quantidade de UFM, quantificada no art. 428, deste Código, por portee espécie de veiculo e atividades de acordo com o Anexo-IX, observada a seguinte fórmula

TLTPC = PSE x QUFM x UFM

ONDE:

TFLTPC = Taxa de Licença para Transporte de Passageiros e Cargas:

PSE = Por porte de espécie e/ou atividade;

QUFM = Quantidade de Unidade Fiscal deMirassol D'Oeste;

UFM= Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 214- A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dadosde vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas.

Art. 215 - O Município realizará por si ou por licenciadas, vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 216 - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 217 - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 218 - O pedido de licença para exercício da atividade será acompanhado da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 219 - A taxa será recolhida em única parcela.

Art. 220 - A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa serão definidos em regulamento.

SUBSEÇÃO V

DA ISENÇÃO

Art. 221 – A isenção será concedida através de Lei Especifica.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 222 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 2 (duas) UFMs no caso de fixar-se em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 4(quatro) UFMs, quando o condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal;

III – multa de 2 (duas) UFMs, quando constatados acessórios de segurança inapropriados para o uso, e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito Nacional, sem prejuízo da apreensão do veículo até a sua regularização.

IV - multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo;

V - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de serem cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

TÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 223 – A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipal.

Art. 224 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único - Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) - abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) - serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) – instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

e) – proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;

f) – construção de funiculares ou ascensores;

g) – instalações de comodidades públicas**;**

h) – construção de aeródromos e aeroportos;

i) - quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 225 - As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior poderãoser enquadras em dois programas distintos, que são:

I - prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa daprópria administração;

II - secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 226 - As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º - O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º - A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50%(cinquenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º - Não sendo prestadastodas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º - Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º - Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 227 - O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º - Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 228 - Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil**.**

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 229 - A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.
Parágrafo Único – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-á por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 230 - No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 231 - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.
§ 1º - A redução de superfície ocupada por bens de uso comum e situada dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.
§ 2º - Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 232 - Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:
I - memorial descritivo do projeto;
II - orçamento do custo da obra;
III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;
V - o valor a ser pago pelo proprietário.
§ 1º - O proprietário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.
§ 2º - A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral deste Código.
§ 3º - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderá o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administraçãona prática dos atos necessários ao lançamento do tributo.
§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 232 – Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.
Parágrafo Único - A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 233 - A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme regulamento.

Art. 234 - Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade às áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 235 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 236 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros internos de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

SEÇÃO V
DA INFRAÇÃO E DA PENALIDADE
Art. 237 - O atraso no pagamento das prestações sujeitará ao contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 346, deste Código.

SEÇÃO IV
DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO E SERVIÇO DE ILÚMINAÇÃO PÚBLICA
SUBSEÇÃO I
DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
Art. 238 - A hipótese de incidência da Contribuição de Iluminação Pública, que será identificada como **CIP,** é a prestação de serviço pelo Município e com a regularidade necessária.
§ 1º - O serviço previsto no "caput" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas, assim compreendendo:
I – Implantação de rede de iluminação pública compreende a construção ou instalação de infraestrutura necessária para a iluminação pública nas vias, logradouros públicos de uso comum;
II – Ampliação compreende a expansão de infraestrutura de iluminação pública;
III – Manutenção abrange a troca, substituição de peças, equipamentos ou partes destes, no sentido de restabelecer os serviços de iluminação pública por estarem danificados ou defeituosos, ou para melhorar a qualidade do serviço;
IV – Iluminação das vias e logradouros públicos compreende pela realizaçãoatravés da aquisição de energia fornecida pela concessionária de energia elétrica local, utilizando-se lâmpadas, com tipo e potência adequada às características das vias, logradouros públicos e demais bens públicos de uso comum;
V -Outras atividades correlatas compreendem a serviços relacionados a atividades que não estejam especificadas nos itens anteriores.

Art. 239 – Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrativa.
Parágrafo Único - Compete ao Município, planejar, desenvolver, regulamentar, fiscalizar, executar, manter e operar o serviço de iluminação pública.

Art. 240 – A remuneração do serviço de iluminação pública, executado pelo Município, será por meio de valor de contribuição próprio para custear esse serviço e de conformidade com o estabelecido no Inciso 1° do artigo 243.
Art. 241 - O fato gerador é o fornecimento de iluminação nas vias, logradouros públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

SUBSEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 242 - Sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde é mantido o serviço e que esteja ou não cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

SUBSEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA
Art. 243 - A base de cálculo e alíquota da prestação de serviço da **CIP** será da seguinte forma:
I – tratando-se de prédio cadastrado junto à concessionária de energia elétrica será aplicado o rateio da Contribuição, observando a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, poder público e rural, de forma em percentual sobre o valor do kWh no período, este observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la, de conformidade com a formula e tabela, como segue:
a. – Formula de cálculo da Taxa:
VCIP =VKWH x %FC
LOGO

VCIP = Valor da Contribuição de Iluminação Pública;
VKWH = Valor em Real doKilowatsHora definida pela ANEEL no período;
%FC =Percentual por faixa de consumo

TABELAI	
CLASSE INDUSTRIA E COMERCIAL	
CONSUMO MENSAL	**ALIQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0 ATÉ 30	4%
31 ATÉ 200	6%
201 até 800	8%
801 até 1200	9%
Acima de 1200	10%

CLASSE RESIDÊNCIAL	
CONSUMO MENSAL	**ALIQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0 até 50	ISENTO
51 até 200	2%
201 até 400	4%
401 até 600	6%
601 até 800	8%
801 até 1200	10%
Acima de 1200	12%
CLASSE RURAL	
CONSUMO MENSAL	**ALIQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0 até 50	ISENTO
51 até 200	2%
201 até 400	4%
401 até 600	6%
601 até 800	8%
801 até 1200	10%
Acima de 1200	12%
CLASSE PODER PÚBLICO	
CONSUMO MENSAL	**ALIQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0 até 300	3%
301 até 500	6%
501 até 1000	9%
Acima de 1000	12%
CLASSE PRÓPRIA (concessionária)	
CONSUMO MENSAL	**ALIQUOTA SOBRE O VALOR DO KWH**
0 até 300	3%
301 até 500	6%
501 até 1000	9%
Acima de 1000	12%

I – tratando-se de imóvel, não cadastrada junto à concessionária de energia elétrica, será por metro de testada linear, mediante aplicação da alíquota de 4,5%(quatro vírgula cinco) por cento, sobre o valor da Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste.
Parágrafo Único - A determinação da classe/categoria e do valor do kWH, observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

SUBSEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO
Art. 244 - A **CIP,** será lançada para pagamento da seguinte forma:
I - quando se tratar de prédio cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, a data de vencimento será mesma da fatura de consumo mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária.
II - quando se tratar de imóvel não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, será anualmente e conforme regulamento.

Art. 245 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Rede Cemat (Concessionária de Energia Elétrica) o convênio ou contrato a que couber para atendimentos deste serviço.
§ 1º - O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.
§ 2º - O convênio ou contrato que se refere o caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, ficando proibida a retenção de qualquer valor seja a que titulo for.

Art. 246 - O montante devido e não pago da **CIP,** será inscrito em dívida ativa nos termos da legislação tributária municipal.

SUBSEÇÃO V
DA ISENÇÃO
Art. 247 – Estão isentos do pagamento da **CIP** os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 kw/h;

SUBSEÇÃO VI
DAS PENALIDADES
Art. 248 –O não pagamento da **CIP** na data estabelecidaficará sujeito a aplicação dos dispostos nos inciso I, II do art. 346.

LIVROSEGUNDO
PARTE GERAL
TÍTULOI
DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES
CAPÍTULOI
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 249 - Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartição a eles hierárquica ou funcionamento subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.
Parágrafo Único – Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a "denominação" Fisco ou Fazenda Municipal "**.**

CAPÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I
DAS MODALIDADES
Art. 250 – A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:
I – obrigação tributária principal;
II – obrigação tributária acessória.
§ 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§ 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou a obtenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.
§ 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

SEÇÃO II
DO FATO GERADOR
Art. 251 - Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 252 – Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe a prática ou a abstenção de o que não configure obrigação principal.

SEÇÃOIII
DO SUJEITO ATIVO
Art. 253 – Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.
§ 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária a outra pessoa de direito público.
§ 2º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.
§ 3º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo.
§ 4º - Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art. 254 – O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado, deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

SEÇÃO IV
DO SUJEITO PASSIVO
Art. 255 - O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:
I -contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II -responsável: quando, não se revestir da condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas nesta Lei.

Art. 256 - São pessoalmente responsáveis:
I - o adquirente, pelos débitos relativos a bem imóvel existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;
II - o espólio, pelos débitos tributários do "*de cujus*" existentes à data de abertura da sucessão;
III - o sucessor a qualquer título e o conjuge meeiro pelos débitos tributários do "*de cujus*" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 257 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.
Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 258 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e ou profissional que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devido até a data do respectivo ato:
I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;
II - subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data de alienação nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 259 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimentoda obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:
I - os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;
II - os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;
III - os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;
IV - o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;
V - o síndico e o comissário, pelos débitos da massa a falida ou do concordatário;
VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;
VII - os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Art. 260 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I - as pessoas referidas no artigo anterior;
II - os mandatários, os prepostos e empregados;
III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 261 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa; quando estas as julgam insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.
§ 1º - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código.
§ 2º - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20(vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

SEÇÃO V
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO
Art. 262 – Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.
§ 1º - Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-á como tal:
I –quanto às pessoas naturais: a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
II – quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento.
§ 2º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte, responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem a obrigação tributária.
§ 3º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando sua localização, acesso quaisquer outras características que impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 263 – O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO III
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 264 – O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 265 – As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 266 – O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadasa sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei.

SEÇÃOII
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Art. 267 – Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:
I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
II – determinar a matéria tributável;
III – calcular o montante do tributo devido;
IV –identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

SEÇÃO III
DO LANÇAMENTO
Art. 268 –A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
§ 1º O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 2º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrida.

Art. 268 – O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
I – impugnação do sujeito passivo;
II – recurso de ofício;

Art. 269 – O lançamento compreende as seguintes modalidades:
I – lançamento direto, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;
II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;
III – lançamento por declaração, quando efetuado pelo fisco com base nas informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação prestadas pelo sujeito passivo, na forma da legislação tributária.
§ 1º - A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.
§ 2º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.
§ 3º - Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.
§ 4º - É de 5(cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
§ 5º - Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro devidamente fundamentada e antes da notificação do lançamento.
§ 6º - Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurado quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir à revisão.

Art. 270 – As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas de oficio, quando:
I –não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.
II –a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestadodeclaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, o pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
III –se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
IV –se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;
V –se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
VI –se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
VII –deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
VIII –se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
IX - nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subseqüente.

Art. 271 – O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas e seqüência:
I – por notificação direta;
II – remessa de aviso por via postal;
III – por publicação em órgão oficial do município ou estado e afixado na Prefeitura Municipal;
VI – publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento, devendo observar, o meio de comunicação que no seu todo não torna oneroso para o município.
§ 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerar-se-á feita com a remessa do aviso por via postal.
§ 2º - Na recusa do recebimento ou na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de ente pessoal da notificação quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:
I – mediante comunicação publicada na imprensa em umdos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência;
a) – no órgão oficial do Município;
b) – em qualquer órgão da imprensa local e de comprovada circulação no território do Município;
c) – no órgão oficial do Estado;
II – mediante afixação de edital na Prefeitura Municipal.

Art. 272 - Será sempre de 20(vinte)dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

Art. 273 – A Notificação Fiscal de lançamento conterá:
I - o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
III - o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
IV - o prazo para o recolhimento;
V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 274 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 275 - Até o dia 10(dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarãoao fisco Municipal informação a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações**.**

Art. 276 – A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária e para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art. 277 – É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.
§ 1º - O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presuntiva.
§ 2º - O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

SEÇÃO IV
DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO
Art. 278 – O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma

prevista para as intimações e de conformidade com o previsto no Art. 397.

Art. 279 – A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 280 – A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

SEÇÃO V
DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO
Art. 281 – A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ána forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 282 – Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização dispostasnos incisos I e II do art. 346, deste Código.

Art. 283 – Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária poderá ser efetuado sem que se expeça a competente guia de recolhimento, na forma estabelecida em regulamento.
§ 1º - Para os débitos inscritos em Divida Ativa, já ajuizados, independentes de penhoras ou garantias, não serão emitidas guias de recolhimento, administrativamente, devendo ser pago somente pela via judicial.
§ 2º – No caso de expedição fraudulenta de guias, responderão civil, criminal e administrativamente, aqueles que as houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 284 – O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 285 – Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro, quando comprovado o dolo, e o sujeito passivo.
Parágrafo Único – Quando a cobrança for a menor motivada por falhas no sistema de processamento de dados, responde solidariamente com o sujeito passivo a empresa fornecedora do software.

Art. 286 – O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

SEÇÃO VI
DA RESTITUIÇÃO
Art. 287 – O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:
I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável de natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;
II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III –reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
§ 1º - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
§ 2º - A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art. 288 - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 289 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 287, da data de extinção do crédito tributário;
II -na hipótese do inciso III do art. 287, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 290 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.
Parágrafo Único - o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 291- O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 292 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.
Parágrafo Único - A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, na atualização do valor conforme disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

Art. 293 - Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

SEÇÃO VII
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DE SUAS MODALIDADES
Art. 294 – Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
I - a moratória;
II – o depósito do seu montante integral;
III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;
IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
Parágrafo Único – A suspensão da exigibilidadedo crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 295 – Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.
§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à datada lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 296 – A moratória somente poderá ser concedida:
I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;
II - em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 297 – A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
I – o prazo de duração do favor;
II – as condições de concessão do favor em caráter individual;
III – sendo caso:
a) – os tributos a que se aplica;
b) – o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir à fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;
c) – as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 298 – A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquiridoa e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:
I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.
§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.
§ 2º - No caso do inciso II deste artigo a renegociaçãosó poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 299 – Do depósito, o sujeito passivo poderá efetuar o montante integral da obrigação tributária:
I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no art. 323 deste Código;
II – para atribuir efeito suspensivo:
a) – a consulta formulada na forma dos artigos 347 a 353 deste Código;
b) – a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;
c) – a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 300 – A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:
I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;
II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 301 – A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:
I – pelo fisco, nos casos de:
a) – lançamento direto;
b) – lançamento por declaração;
c) – alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido as suas modalidades;
d) – aplicação de penalidades pecuniárias.
II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
a) – lançamento por homologação;
b) – retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
c) – confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.
III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo.
IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 302 – Conceder-se-á suspensão à exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito em conta da fazenda pública municipal, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 303 – O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:
I – em moeda corrente no país;
II – em cheque.
Parágrafo Único - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com a liquidação do mesmo em favor ao município.

Art. 304 – Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, notificar o fisco municipal qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único – A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:
I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 305 –A Cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário ocorre:
I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 306;
II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 325;
III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO VIII
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES
Art. 306 – Extinguem o crédito tributário:
I – o pagamento;
II – a compensação;
III – a transação;
IV – a remissão;
V – a prescrição e a decadência;
VI – a conversão do depósito em renda;
VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;
VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;
IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

Art. 307 – Do pagamento, o regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art. 308 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 309 - No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.
Parágrafo Único: Para verificação da responsabilidade, toda e qualquer documento de arrecadação será emitido mediante senha, inclusive daqueles servidores ocupantes de Cargo em Comissão.

Art. 310 - Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 311 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 312 – Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código, sem prejuízo:
I – da imposição das penalidades cabíveis;
II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art. 313 – O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:
I – em moeda corrente no país;
II – em cheque.
Parágrafo Único - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com a sua liquidação em favor ao Município.

Art. 314 – O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:
I – quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 315 –Na Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que ointeresse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidas ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Art. 316 – Na Transação, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Art. 317 –Na remissão, Lei especifica poderá autorizar o executivo municipal, mediante despacho fundamentado, conceder, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:
I - ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
II –a diminuta importância do crédito tributário;
III - às considerações de equidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;
IV - às condições peculiares a determinada região do territóriomunicipal.
Parágrafo Único - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.
Art. 318 –Na prescrição, a ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
Parágrafo Único – A prescrição se interrompe:
I –pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
II – pelo protesto judicial;
III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconhecimento de débito pelo devedor.

Art. 319 – Ocorrendo à prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.
§ 1º - Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.
§ 2º - O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributário sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art. 320 –Na Decadência, o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se em 5(cinco) anos, contados:
I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
II – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado;
§ 1º - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
§ 2º - Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 318 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

Art. 321 –Na Conversão do Depósito em Renda, extingue o crédito tributário com o depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:
§ 1º - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído da seguinte forma:
a – a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
b – o saldo a favor do contribuinte será restituído de oficio independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.
§ 2º - Aplica-se à conversão do depósito em renda às regras de imputação do pagamento, estabelecidas no art. 305 deste Código.

Art. 322 –Na Homologação do Lançamento, extingue o crédito tributário na forma do inciso II do art. 269, observado as disposições dos seus parágrafos 1º, 3º e 4º.

Art. 323 –Na Consignação em Pagamento, é facultado ao sujeito passivo, consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:
I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
II– de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.
§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.
§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
§ 3º - Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se normas dos parágrafos 1º e 2º do art. 321.

Art. 324 – Das demais modalidades de extinção, o crédito tributário se extingue com a decisão administrativa ou judicial que expressamente:
I – declare a irregularidade de sua constituição;
II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.
§ 1º - Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.
§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

SEÇÃO IX
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES
Art. 325 – Excluem o crédito tributário:
I – a isenção;
II – a anistia.
Parágrafo Único – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Art. 326 – Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art. 327 - A isenção poderá ser:
I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região e/ou no todo do território do Município;
II – em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 1º - Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadrar-se nas situações exigidas pela lei concedente.
§ 2º -Quando deixarem de ser cumpridas asexigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentalmente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício, não gerando direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 295.

Art. 328 – A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo Único – Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 329 - A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:
I – em caráter geral;
II – limitadamente:
a) – às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
b) – às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugada ou não com penalidades de outra natureza;
c) – a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
d) –sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.
§ 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.
§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 296.

Art. 330 - A concessão da anistia implica em perdão da infração, não constituindo estas para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüente cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO IV
DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 331 – Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.
Art. 332 – Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:
I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;
II - aplicação da atualização monetária, multa e juros;
III –ao regime especial de fiscalização;
IV – proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 333 – A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto dos incisos I e II do art. 346, deste Código.

Art. 334 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão em qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação.

Art. 335 – A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.
§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão do pagamento.
§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude à reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 336 – A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código implicam os que praticarama responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.
Parágrafo Único – Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica.

Art. 337 - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração**.**
§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.
§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios ao fisco não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto nesteartigo.

Art. 338 - Serão punidas:
I - com multa de 100 (cem) vezes a UFM (Unidade Fiscal deMirassol D'Oeste) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem iludirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;
II - com multa de 50 (cinqüenta) vezes a UFM (Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste, quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias).

Art. 339 - São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:
I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei;
II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;
III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;
IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 340 – A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 341 - Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova rescendência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte) por cento.

Art. 342 – O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 343 - Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiverem em débito e/ou respondendo por processo de sonegação fiscal.

Art. 344 – Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código ficarão privadas da mesma.

Art. 345 – O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornara exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

SEÇÃO II
DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, MULTAS E DOS JUROS DE MORA.

Art. 346 - O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação da variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) compreendido entre o mêsseguinte ao do vencimento e omes imediatamente anterior ao mês em que se efetivar o pagamento;

II -sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) - Multas de:

1) - 4% (quatro) por cento, quando o pagamento for efetuado até 30(trinta) dias após vencimento.

2) – 8% (oito)por cento, quando o pagamento for efetuado após decorrido 30(trinta) dias e até 60(sessenta) dias do vencimento.

3) - 12% (doze) por cento, quando o pagamento for efetuado após de decorridos mais de 60(sessenta) dias do vencimento.

b) - Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devido a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor atualizado.

TÍTULO II
DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I
DA CONSULTA

Art. 347 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 348 - A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 349 - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 350 - A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 351 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procedeu de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo Único - Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 352 - A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único - O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 353 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta noprazo de 60(sessenta) dias.

Parágrafo Único - Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

SEÇÃO II
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 354 - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder a exames ou diligências, lavrar termo circunstanciado do que houver apurado constantes das datas iniciais do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º - O Termo de que trata o "caput" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º -Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentesfazendários o prazo de 10 (dez) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º - Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 355 - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 356 - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e/ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II - apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável.

Art. 357 - A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 358 - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art. 359 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

IIOOOO OOooooo - os bancos e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado guardar segredo em razão do cargo.

Art. 360 - Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício

sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.
§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.
§ 2º - A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 361 – A Administração Municipal poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.
Parágrafo Único – O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art. 362 – A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.
Parágrafo Único - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art. 363 - As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

SEÇÃO III
DAS CERTIDÕES
Art. 364 - A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art. 365 - A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.
Parágrafo Único – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não tributária.

Art. 366 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:
I - não vencidos;
II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;
III - cuja exigibilidade esteja suspensa.
§ 1º - Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.
§ 2º - Constando na certidão negativa observação quando a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.
§ 3º - Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 367 - A certidão negativa fornecida tem validade determinada e não excluem o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 368– As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, ficam impedidas de celebrar contrato, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habites nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Art. 369– As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

Art. 370 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário e ou a quem der causa a sua expedição, pelo pagamento do crédito tributário acrescido do juro de mora.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a tantos quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

SEÇÃO IV
DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
Art. 371 – Constitui Divida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.
Parágrafo Único – A execução fiscal refere-se pela Lei N.º6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art. 372 – Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como as provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, despesas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas, atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 373 -A Fazenda Municipal inscreverá em Divida ativa o débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo 346ficando a Procuradoria Fiscal, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Procuradoria Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 374 - O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;
III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;
IV - a indicação de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
V - a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;
VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.
§ 2º - O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 375 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 376 – A divida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite.

Art. 377 – Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 378 – A Procuradoria Municipal opinará sobre os processos que julgar que devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará para publicação no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.
Parágrafo Único - O processo de cada contribuinte, cujos débitos somados não ultrapassam o valor de 02 (duas) UFMs, depois de decorrido o prazo 60 (sessenta) dias da notificação da cobrança amigável, serão encaminhados ao Secretário de Finanças para arquivamento e lançamento de baixa.

Art. 379 – Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo o funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.
Parágrafo Único – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas a redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandado Judicial.

Art. 380 - O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II do artigo 346, poderá ser quitado em até 12(doze) parcelas mensais, sucessivas não devendo ultrapassar o exercício do requerimento do parcelamento, e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:
I –nenhuma parcela será inferior a 0,78 (zero,setenta e oito), da UFM;
II – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento;
III - a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento, não podendo ser inferior a 30% (trinta por cento) do valor total da dívida;
IV – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, independentemente de notificação, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibidos sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito;
V – Encerrada a fase administrativa da cobrança, em não satisfeito o débito, e, sem prejuízo da execução fiscal, poderá o município encaminhar os valores a protesto.
§ 1º - Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Procuradoria Municipal para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.
§ 2º - As Dividas ajuizadas e que não foram objeto de parcelamento administrativo, até a data da aprovação desta Lei, e as que forem ajuizadas a partir desta data, deverão ser quitadas somente em juízo.
§ 3º - As dividas ajuizados até a aprovação desta lei e que foram objeto de parcelamento e não satisfeitos submete-se ao disposto no inciso IV deste artigo, sem prejuízo da aplicação do constante do artigo 346.
§ 4º- Os critérios e normativas para encaminhamento de valores a protesto serão definidos em lei específica.

Art. 381 – Mediante a liquidação total do débito, o Departamento competente requererá imediata baixa do processo.

Art. 382 – O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade da Procuradoria Municipal, subordinado ao Gabinete do Prefeito, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 383 – A Procuradoria Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 384 – Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, o Departamento competente, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel depositário em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 385 – O Departamento competente, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, promoverá leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 386 – Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça, mediante convênio.
Parágrafo Único – Dependendo do volume de processos a serem analisados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 387 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.
Art. 388 – Poderão ser protestados, débitos regularmente inscritos na dívida ativa, inclusive aqueles que já estejam sendo objeto de execução fiscal.
§ 1° - O protesto extrajudicial dos débitos tributários e não tributários, inscritos na Divida Ativa, deverá ser utilizado preferencialmente nos seguintes casos:
a) Acordos rompidos;
b) Créditos em fase extra-judicial de cobrança, com valores superiores a 1,5 UFM (uma e meia unidade fiscal do município).
§ 2° - A Certidão de Divida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos na Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados: Nome completo do devedor, número de inscrição no CPF ou CNPJ e endereço completo.
§ 3° - Considera-se praça de pagamento para fins de protesto, para todo e qualquer débito oriundo da Dívida Ativa do Município, o próprio Município de Mirassol D´Oeste.
§ 4° - A apresentação a protesto deverá ser realizada via eletrônica, se possível.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DA IMPUGNAÇÃO
Art. 389 - A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.
Parágrafo Único - A impugnação do lançamento mencionará:
a) - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
b) - a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
c) - osmotivos de fato e de direito em que se fundamenta;
d) - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
e) - o objetivo visado.

Art. 390 - O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 391 - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.
§ 1º - O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo,

em conta bancária a ser definida pelatesouraria do Município, da quantia total exigida.
§ 2º - Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com custas processuais que houver.

Art. 392 - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

SEÇÃO II
DA NOTIFICAÇÃO FISCAL-AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
Art. 393 - As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.
§ 1º - A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.
§ 2º - O termo de que trata o "caput " deste artigo poderá ser:
a) - de fiscalização orientativa;
b) - de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.
I - O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.
§ 3º - O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaços em branco.
§ 4º - Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.
§ 5º - A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.
§ 6º - Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 394 - Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.
§ 1º - Lavrado o auto, terá os autuante o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (Quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.
§ 2º - A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário a multa equivalente a até 30 dias do respectivo vencimento ou remuneração, sem prejuízo das penalidades cíveis e criminais.

Art. 395 - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:
I - o local, o dia e à hora da lavratura;
II - o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;
III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;
IV - a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;
V - a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função.
Parágrafo Único - As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 396 – A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.
Parágrafo Único – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "caput" deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 397 – Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:
I –pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;
III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.
Parágrafo Único – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-á como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 398 – Esgotado o prazo de 30(trinta) dias concedido para a defesa docontribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para liquidar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.
Parágrafo Único – Se razões não dispuser em contrário e conhecido o ato de infração pelo sujeito passivo, o Fisco lavrará de plano o Auto de Infração, dispensada a Notificação Fiscal.

Art. 399 - Após 30(trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 400 – É facultado ao contribuinte requerer aliquidação dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos do artigo 380.

Art. 401 - Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

SEÇÃO III
TERMO DE APREENSÃO
Art. 402 - Poderão ser apreendidos bens moveis inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município.
Parágrafo Único – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, será promovido à busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 403 - A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo a juízo do autuante, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 404 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 405 – Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 406 - Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributaria. Preenchendo os requisitos, cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.
§ 1º - Findo o prazo estipulado no "caput" deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenham cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.
§ 2º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável, sem que haja deterioração, depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação à instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.
§ 3º - Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

SEÇÃO IV
DEFESA
Art. 407- O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 30(trinta) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
Parágrafo Único – Quando se tratar de apreensão de bens de fácil deterioração aplicar-se-á os mandamentos do § 2º do art. 406.

Art. 408 - O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 409 - A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhado de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 410 - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 411 -Conformando-se o sujeito passivo com o ato de fiscalização, sem interposição de recurso, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo, o valor das multas exceto a moratória, será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento fiscal arquivado**.**

Art. 412 - Aplica-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

SEÇÃO V
DAS DILIGÊNCIAS
Art. 413 - A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único - A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 414 - O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 415 - As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 416 – Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VI
DOS PRAZOS
Art. 417 – Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

SEÇÃO VII
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
Art. 418 - As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

Art. 419 – A autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante à lavratura de Termo Aditivo.

Art. 420 - Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 421 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

SEÇÃO VIII
SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
Art. 422 - Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:
I - voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;
II - de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediata-mente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 5 (cinco) da UFM, definido no art. 428, neste Código.
§ 1º - O recurso terá efeito suspensivo.
§ 2º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 423 - A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 424 - A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 425 - O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 426 – É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

SEÇÃO IX
DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS
Art. 427 – As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:
I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;
II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;
III - pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância;
IV – pela liberação dos bens, mercadorias, documentos apreendidos ou depositados, pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação;
V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 428- A UFM - Unidade Fiscal de Mirassol D'Oeste, fica fixada em R$ 80,00 (oitenta reais),que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais.
Parágrafo Único – A UFM - Unidade Fiscal Mirassol D'Oeste mencionado neste artigo e demais tributos serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 429 - Consideram-se integrantes a presente Lei astabelas dos Anexos I à XI, que a acompanha.

Art. 430 – O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessária à execução deste Código.

Art. 431 - Esta Lei Complementar entrará em vigor em....., revogando-se em especial as seguintes Leis Complementares 046/2005, 050/2006, 055/2006, 064/2007, 085/2009, 099/2010, 109/2010 e 133/2013 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho,em 23 de dezembro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:C0D57B63

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e que surjam os efeitos legais, que **NÃO HOUVE NENHUM RECURSO INTERPOSTO CONTRA O EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** – Edital nº 014/2013, para Contratação Temporária para Professores da rede municipal para o ano letivo de 2014, conforme Lei Municipal nº 299/2013, de 13/11/2013 e Edital nº 007/2013, de 14/11/2013.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente DECLARAÇÃO.

Nortelândia – MT, 27 de Dezembro de 2013.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT
Secretaria Municipal de Educação

EDINÉIA CARVALHO DIAS DA SILVA
Presidente da Comissão

VALDINA ASCARI
Presidente do Cme

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:2B82E009

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 213, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Sr. Neurilan Fraga, no uso de suas atribuições legais e, com fundamentos no Artigo 10º e seus Parágrafos, Incisos e Alíneas, da Lei Municipal nº 061/2007, de 16 de fevereiro de 2007, que dispõe da Criação no âmbito do Município de Nortelândia – MT, do Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a **Portaria nº 212/2013, de 16 de dezembro de 2013**, que trata da Nomeação dos Membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, representando os seguintes Segmentos, Órgãos e Entidades:

a) (....)
f) dois representantes dos pais de alunos da educação básica da rede pública municipal;
Titular: Robson Douglas de Souza e Valéria Rocha Lobo
Suplentes: Maria de Lourdes Cavalcante Casado e Darley Aparecido Lobo

(...)
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 27° dia do mês de Dezembro de 2013, 60º da Emancipação Político-Administrativa.27.12.2013

NEURILAN FRAGA
Prefeito municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA
Sec. Mun. de Administração, Planej. e Gestão

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:4A65E920

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 303/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 091/2013** - Empresa Impacto - ME.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 08 de Outubro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:7360E83F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 304/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 092/2013** - Empresa Vieira Felipe e Cia Ltda.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Outubro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:D7E017D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 305/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Assistência Social, **JOCINEIA CONCEIÇÃO MIRANDA**, brasileira, RG:03318818 SSP/MT, CPF: 267.448.991-04, residente na Avenida Princiapl Distrio de Ribeirão dos Cocais, Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 093/13** – Empresa JAA Queluz.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23de Outubro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:F6B14F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 306/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Educação, **JOAQUIM RAMOS NETO**, brasileiro, RG: 23284480 SSP/PR, CPF: 037.479.368-90, residente na Rua Av. Gov. Julio Campos, Bairro:Centro em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 094/2013** - Empresa Associação Pequenos Produtores Rurais.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Outubro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:DE9BC8AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 307/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor engenheiro civil **JOSÉ ORLANDO LEHR**, funcionário da Empresa L. F. Construções Civis Ltda., brasileiro, portador do RG: 1239037 SSP/PR, CPF: 362.929.741-20, domiciliado na Rua: La Paz, nº 02, Quadra 2, Bairro: Jardim Tropical, Cuiabá-MT**,** como fiscal da obras objeto deste contrato:

Contrato nº 095/2011, Execução de obra de **Construção de Alambrados, pinturas em geral e reparos na Escola Municipal Eliete Pedrosa da Costa – Comunidade Pedro.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 04 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:E4766C3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 308/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor engenheiro civil **JOSÉ ORLANDO LEHR**, funcionário da Empresa L. F. Construções Civis Ltda., brasileiro, portador do RG: 1239037 SSP/PR, CPF: 362.929.741-20, domiciliado na Rua: La Paz, nº 02, Quadra 2, Bairro: Jardim Tropical, Cuiabá-MT**,** como fiscal da obras objeto deste contrato:

Contrato nº 096/2013, Execução de obra de **Construção de Alambrados, pinturas em geral e reparos na Escola Municipal Ana Antonia de Almeida - Comunidade Tanque Fundo.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 04 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:A8C685C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 309/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 098/2013** - Empresa ADM. Oeste Construtora e Locação Ltda.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:B2027B29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 310/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Assistência Social, **JOCINEIA CONCEIÇÃO MIRANDA**, brasileira, RG:03318818 SSP/MT, CPF: 267.448.991-04, residente na Avenida Princiapl Distrio de Ribeirão dos Cocais, Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 099/13** .

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 04 de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:3E9F1AC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 311/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Assistência Social, **JOCINEIA CONCEIÇÃO MIRANDA**, brasileira, RG:03318818 SSP/MT, CPF: 267.448.991-04, residente na Avenida Princiapl Distrio de Ribeirão dos Cocais, Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 100/13** .

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 04 de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:A10B3055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 312/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Administração e Finanças, **OTARCI NUNES DA ROSA**, brasileiro, RG: 14181088 SSP/MT, CPF: 100.722.251-49, residente na Comunidade de Faval, Bairro: Zona Rural, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 101/2013** – Empresa AGILI.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 13 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:1B1B22EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 313/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal de Transporte, **JOÃO BOSCO DE MIRANDA**, brasileiro, RG: 006215 SSP/MT, CPF: 005.682.468-88, residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 102/2013** – Empresa José de Almeida, Serviço de Transporte Escolar.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 07 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:59191F5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 314/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 103/2013** - Empresa Equacional.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:8487D8CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 315/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49, residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 104/2013,** Empresa A.C Araujo de Noticias e Publicações.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:74182578

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 316/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Administração e Finanças, **OTARCI NUNES DA ROSA**, brasileiro, RG: 14181088 SSP/MT, CPF: 100.722.251-49, residente na Comunidade de Faval, Bairro: Zona Rural, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 105/2013** – Empresa Enivaldo de Campos Almeida.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de Novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:72C13E72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 317/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 106/2013** - Empresa Viecili e Silva Ltda.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:FB785F8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 318/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretario Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 107/2013** - Empresa Regiane Dores do Nascimento ME.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de novembro de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:4F504022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE DOACAO

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

Aos vinte de dezembro de 2013, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 33683798/0001-72, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 55, Centro, Nova Bandeirantes/MT, doravante denominado DOADOR, neste ato representado pelo Presidente, José Sidnei de Souza e, do outro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ n.º 33683822/0001-73, sediada na Avenida Lázaro Moreira dos Santos, s/n.º, Centro, Nova Bandeirantes/MT, neste ato representada pela Excelentíssima Prefeita Srª Solange de Sousa Kleidroro doravante denominada DONATÁRIA celebram, de comum acordo, o presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL** consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a doação gratuita, de três Bens Móveis abaixo delineado:

1.1.1. Uma Motocicleta HONDA NXR 125 BROS KS, ano de fabricação 2013, modelo 2013, cor vermelha, placa n.º OBP1955, chassi n.º 9C2JD2310DR502664, RENAVAM n.º 00537208038, com inscrição no patrimônio da Câmara sob o n.º 373

1.1.2. Um veículo automotor FIAT UNO ECONOMY, ano de fabricação 2013, modelo 2014, cor prata, placa n.º OBM6452, chassi n.º 9BD195173E0488844, RENAVAM n.º 00546989705, com inscrição no patrimônio da Câmara sob o n.º 374

1.1.3. Dois Sofás, dois e três lugares, em perfeito estado de conservação, com inscrição no patrimônio da Câmara sob o n.º 337;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

2.1. A doação está autorizada através da Resolução n.º 007/2013, 008/2013 e 009/2013 com supedâneo no art. 17, I, "b", da Lei Federal n° 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE DA DOAÇÃO
3.1 A doação tem por finalidade exclusiva atender o interesse público, haja vista que esta Casa de Leis, ora doadora não vem utilizando os referidos bens descritos na cláusula anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. A DONATÁRIA assumirá inteira e exclusivamente as responsabilidades civil, penal e administrativa decorrentes do uso dos referidos bens a partir da data de publicação deste termo;

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. O presente Termo de Doação deverá ser publicado no Diário Oficial, dentro de 10 dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO

6.1. Pela não utilização do bem doado para o fim previsto na cláusula terceira deste Termo, pela DONATÁRIA, o bem será revertido ao patrimônio público da Câmara Municipal..

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir qualquer questão relativa à presente doação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e avençados, assinam o presente termo DOADOR e DONATÁRIO, na presença das testemunhas infrafirmadas, para que se originem os seus efeitos legais e jurídicos.

Nova Bandeirantes, 20 de dezembro de 2013.

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes
Cedente
JOSÉ SIDNEI DE SOUZA
Presidente

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Cessionário
SOLANGE DE SOUSA KLEIDRORO
Prefeita Municipal

TESTEMUNHAS:

1. _____
Joaquim Schmoeller
CPF: 409.691.779-68
2. _____
Rosana Alves dos Santos Nascimento
CPF: 266.236.068-23

Publicado por:
Andreia Cristina da Silva Della Rosa
Código Identificador:9A049641

CÂMARA MUNICIPAL
ATA 003-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2013.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 55, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada CÂMARA, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Sr. **JOSÉ SIDNEY DE SOUZA**, brasileiro, portador da C.I. RG n.º 0500561 SSP/MT e CPF/MF n.º 580.967.791-68, residente e domiciliado no Distrito de Japuranã nesta cidade de Nova Bandeirantes-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa OSVALDO DE SOUZA – COMÉRCIO ME, CNPJ 09.132.265/0001-18, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de equipamentos de informática com entrega parcelada para atender as necessidades da Municipal de Nova Bandeirantes**, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Câmara a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Administração, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: OSVALDO DE SOUZA – COMÉRCIO ME
CNPJ: 09.132.265/0001-18
ENDEREÇO: AVENIDA ARIOSTO DA RILVA – SALA 38, CENTRO
ALT FLORESTA – MT

Descrição : 09 NOTEBOOK COM AS SEGUINTES CONFIGURAÇÕES:V HD CAPACIDADE MINIMA 500 GB, PROCESSADOR CORE I3, LEITO E GRAVADOR DVD, TELA 14.1 LED, PLACA DE REDE 10/100/100, PLACA DE REDE WIRELESS 150 MBS, TECLADO ABNT PORTUGUÊS, MOUSE TOUTPCHAD, ALIMENTAÇÃO TIPO BATERIA, COM CONEXÕES USB, LEITOR DE CARTÃO MULTIMIDIA. PREÇO UNITÁRIO 1.830,00 , PREÇO TOTAL R$ 16.470,00, MARCA N3 .

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Câmara Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes-MT da forma como forem solicitados pelo setor competente no **prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Ordem de Entrega, não havendo valores ou número de itens mínimos para os pedidos, sendo os mesmos feitos de acordo com as necessidades do município.**

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Câmara Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Câmara em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;
7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a CÂMARA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a CÂMARA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CÂMARA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
9.6. Caso a CÂMARA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Câmara e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:
00l - Câmara Municipal
01- Legislativa
01- Ação Legislativa
01 Ação do Legislativo
1.001-Implementar o Instrumental e Equipa. Em geral
44.90.52.00.00.00 - Equipamento e material permanente

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

14. DO FORO
Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes-MT, 19 de dezembro de 2.013.

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-mt
JOSÉ SIDNEY DE SOUZA
Presidente

OSVALDO DE SOUZA – COMÉRCIO – ME
Cnpj 09.132.265/0001-18

Publicado por:
Andreia Cristina da Silva Della Rosa
Código Identificador:0DDF361E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: ARAÚJO ROCHA & CIA LTDA
OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 06 (seis) dias, vigorando de 25 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.
VALOR: R$ 3.593,41 (Três Mil Quinhentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Reais).
VIGENCIA: 25/12/2013 a 31/12/2013
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:F82F60B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: E. J. A . ANFFE – ME
OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 06 (seis) dias, vigorando de 25 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.
VALOR: R$ 3.593,41 (Três Mil Quinhentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Reais).
VIGENCIA: 25/12/2013 a 31/12/2013
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:39C4110A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: **G.A.A. MONTANO – ME**
OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 06 (seis) dias, vigorando de 25 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.
VALOR: R$ 3.593,41 (Três Mil Quinhentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Reais).
VIGENCIA: 25/12/2013 a 31/12/2013
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:FC51548F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DA ATA DE P.P/ REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2013

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: NELO UHDE
VALOR: R$ 13.430,00 (Treze Mil Quatrocentos e Trinta Reais),
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:8FD45AFC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL

2°Termo Aditivo ao Contrato Nº 023/2013.
Contratada: Marinez Godoy de Almeida
Aditamento: Fica aditada, nos termos da Súmula 244 - TST, até 05 (cinco) meses após o parto da gestante o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/13/SMA/PMNG, que passa a vigorar a partir de 20 de Dezembro de 2013.
Data: 20/12/2013.

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:DD6DF028

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 670/2013

EMENTA: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município para 2014, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração para 2014;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2014;

III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – Projeção da Receita e da Despesa;

II - Anexo de metas e prioridades para 2014;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 2o Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO EALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2014

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 3o O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4o Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1o As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em sub-titulos (subprojetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2o As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 5o A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 6o O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 7o Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 10 de Agosto de 2013, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º. A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, dois por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

§1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o **caput**, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§2º. A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não

estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

I - à previsão do Anexo de riscos fiscais; e

II – o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.

§3º. A reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 9º. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2014, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2014.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidasos Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2014, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete pontos percentuais) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidas em 2013, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 12. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal,inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2013.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;
b) as taxas;
c) a contribuição de melhoria;
d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;
e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96 (Icms-Exportação);
j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;
l) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação;
m) o valor arrecadado da Cota-parte da CIDE;

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. A Câmara Municipal enviará até o dia 15 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da AdministraçãoIndireta

Art. 19. – O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Município e suas aplicações.

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167,VIII:

I – a fundos,fundações e consórcios públicos, inclusive as instituídas e mantidas pela administração pública,

II – a empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2014, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, mediante determinação em lei complementar que disciplinara as formas de critérios de prestação de contas dos recursos repassados, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 24. A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos de disporá em lei municipal especifica.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e
jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros
de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que
dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 26. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias deCaráter Continuado

Art.27. A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art.28 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.

Art.29 - O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art.30 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal até 31 de agosto do corrente exercício projeto de Lei, definindo o percentual de reposição salarial e índice a ser utilizado.

Art.31 - Ficam autorizados as concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observado o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art.32 - No exercício de 2014, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I -	Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo desta lei;
II-	Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III -	Forem observados os limites previstos no artigo 21 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art.33 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Concurso Público desde que seja observado o disposto no artigo 24 desta Lei.

Art. 34 - No exercício de 2014, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 21 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no ***caput*** deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art.35 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art.36 - O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101 de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do ***caput***, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I –	Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
II –	Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro

	de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;
III –	Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIADO MUNICÍPIO

Art. 37. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2014, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – a revisão na alíquota da contribuição social cobrada dos servidores para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

II – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:
1. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
2. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
c) a alteração na alíquota e na base de cálculo sobre o Serviço de Captação, tratamento e adução de água.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser
considerado os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art.40. Os orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento do serviço da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Art. 41. – Os recursos liberados pelo Poder Executivo, para viagem serão a título de diárias em nome do servidor, com posterior prestação de contas (ou relatório de viagem).

Art. 42 – Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I –	Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II –	Não alterem dotações referentes a despesas de custeio e serviços da dívida;
III –	Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 43 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal.

Art. 44 – Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I –	Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;
II –	Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;
III –	Limitação de empenhos de despesas gráficas;
IV –	Limitação de empenhos de despesas relativas a veiculação institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade previstas na Lei Complementar 101/00;
V –	Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços de saúde e educação.

Parágrafo Único – Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais n.º 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Dezembro de 2013.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

Publicado por:
Devanira da Silva Leite
Código Identificador:84FF278F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 671/2013

EMENTA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Marilândia – MT, para o exercício de 2014.

O Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT, Sr. Wener Klesley dos Santos, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art 2° - O Orçamento Fiscal do Município de Nova Marilândia – MT, para o exercício financeiro de 2014, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita Bruta em R$ 14.722.100,00 (quatorze milhões setecentos e vinte e dois mil e cem reais), Dedução da Receita para formação do FUNDEB em R$ 1.722.100,00 (Hum milhão setecentos e vinte e dois mil e cem reais) e a Receita Líquida em R$ 13.000.000,00 (Treze Milhões de Reais) para a Administração direta, descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Receitas Correntes	**R$**	**13.122.014,50**
Receita Tributaria	R$	1.196.500,00
Receita de Contribuições	R$	136.200,00
Receita Patrimonial	R$	99.500,00
Receita de Serviços	R$	161.000,00
Transferências Correntes	R$	11.453.414,50
Outras Receitas Correntes	R$	59.600,00
Receitas Intra-orçamentárias	R$	303.600,00
(-)Dedução da Receita Corrente p/ Formação FUNDEB	R$	(1.722.100,00)
Receitas de Capital	**R$**	**1.812.285,50**
Transferência de Capital	R$	1.812.285,50
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

Art. 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ 13.500.000,00 (Treze Milhões de Quinhentos Mil Reais), para a Administração Direta e Indireta, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, e a Fundação em seu respectivo orçamento aprovado por decreto executivo, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	R$	10.453.900,00
Despesas de Capital	R$	2.596.100,00
Reserva do R.P.P.S	R$	200.000,00
Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	600.000,00
Gabinete do Prefeito	R$	489.500,00
Procuradoria Publica Municipal	R$	202.750,00
Controladoria Municipal	R$	88.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento	R$	1.070.000,00
Secretaria Municipal de Administração	R$	846.500,00
Secretaria Municipal de Fazenda	R$	683.500,00
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	R$	1.853.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R$	769.600,00
Secretaria Municipal de Ação Social	R$	796.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	R$	2.513.480,00
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo	R$	3.336.670,00
Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

III – POR FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 - Legislativa	R$	600.000,00
04 - Administração	R$	2.959.250,00
06 – Segurança Pública	R$	15.000,00
08 - Assistência Social	R$	746.500,00
09 - Previdência Social	R$	500.000,00
10 - Saúde	R$	2.513.480,00
11 - Trabalho	R$	130.000,00
12 - Educação	R$	2.879.170,00
13 - Cultura	R$	234.000,00
15 - Urbanismo	R$	345.000,00
16 - Habitação	R$	50.000,00
17 - Saneamento	R$	635.500,00
18 – Gestão Ambiental	R$	57.000,00
20 - Agricultura	R$	233.600,00
21- Organização Agrária	R$	50.000,00
23 – Comercio e Serviços	R$	100.000,00
25 - Energia	R$	85.000,00
26 - Transporte	R$	884.500,00
27 – Desporto e Lazer	R$	217.000,00
28 – Encargos Especiais	R$	15.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 Ação Legislativa	R$	600.000,00
121 Planejamento e Orçamento	R$	276.500,00
122 Administração Geral	R$	1.919.000,00
123 Administração Financeira	R$	590.500,00
124 Controle Interno	R$	88.000,00
128 Formação de Recursos Humanos	R$	10.000,00
181Policiamento	R$	15.000,00
241 Assistência ao Idoso	R$	340.800,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	257.400,00
244 Assistência Especial	R$	148.300,00
272 Previdência do Regime Estatutário	R$	500.000,00
301 Atenção Básica	R$	2.128.500,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	126.780,00
303 Suporte Profilático e Terapeutico	R$	152.200,00
304 Vigilância Sanitária	R$	60.000,00
305 Vigilância Epidemiológica	R$	46.000,00
306 Alimentação e Nutrição	R$	144.670,00
331 Proteção e Beneficios ao Trabalhador	R$	130.000,00
361 Ensino Fundamental	R$	1.903.000,00
365 Educação Infantil	R$	798.000,00
366 Educação de Jovens e Adultos	R$	40.000,00
392 Difusão Cultural	R$	234.000,00
451 Infra-Estrutura Urbano	R$	345.000,00
452 Serviços Urbanos	R$	68.000,00
482 Habitação Urbana	R$	50.000,00
512 Saneamento Básico Urbano	R$	635.500,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R$	57.000,00
602 Promoção da Produção Animal	R$	100.000,00
606 Extensão Rural	R$	133.600,00
631 Reforma Agrária	R$	50.000,00
691 Promoção Comercial	R$	100.000,00
695 Turismo	R$	72.000,00
752 Energia Elétrica	R$	85.000,00
782 Transporte Rodoviário	R$	884.500,00
812 Desporto Comunitário	R$	145.000,00
843 Serviço da Divida Interna	R$	15.000,00
999 Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

V – POR PROGRAMAS:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0001 Melhoramento do Processo Legislativo	R$	117.400,00
0002 Processo Legislativo	R$	532.600,00
0003 Divulgação Oficial	R$	15.000,00
0004 Apoio Administrativo	R$	2.083.750,00
0005 Planejamento e Administração Geral	R$	825.500,00
0007 Fiscalização e Controle	R$	229.000,00
0008 Proteção de Beneficios ao Trabalhador	R$	130.000,00
0009 Operações Especiais	R$	15.000,00
0010 Previdência no Serviço Público	R$	500.000,00
0011 Transporte	R$	884.500,00
0012 Recuperação do Meio Ambiente	R$	57.000,00
0013 Promover a Econômica	R$	383.600,00
0014 Eletrificação Rural	R$	30.000,00
0016 Melhorar a Qualidade da Água	R$	450.000,00
0019 Proteção Social Básica	R$	746.500,00
0022 Alimentação Escolar – Alimentação Saúdavel	R$	144.670,00
0023 Ensino Fundamental – Aprender com Qualidade	R$	627.000,00
0024 Transporte Escolar com Segurança	R$	470.000,00
0025 Ensino Infantil – Aprendendo Desde Cedo	R$	371.000,00
0026 Educação Básica Fundeb 60%	R$	767.000,00
0027 Educação Basica Fundeb 40%	R$	433.000,00
0028 Apoio a Cultura	R$	234.000,00
0029 Incentivo ao Esporte e Turismo	R$	217.000,00
0030 Edificações Públicas	R$	400.000,00
0031 Setor Administrativo da Saúde – Gestão SUS	R$	642.500,00
0032 Vigilância em Saúde	R$	106.000,00
0033 Atenção Básica	R$	1.336.000,00
0034 Assistência Hospitalar e Ambulatorial – MAC	R$	126.780,00
0035 Assistência Farmaceutica – Suporte Profilático e Tera	R$	152.200,00
0036 Bloco de Ivestimento	R$	150.000,00
0037 Salário Educação	R$	73.000,00
9999 Reserva de Contingência	R$	250.000,00
Total Geral	**R$**	**13.500.000,00**

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ 3.309.980,00 (Três milhões trezentos e nove mil novecentos e oitenta reais).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Saúde	R$	2.513.480,00
Assistência Social	R$	796.500,00
Total Geral	**R$**	**3.309.980,00**

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento), no curso da execução orçamentária, bem como o remanejamento e transposição de recursos de uma categoria econômica para outra, conforme necessidades orçamentárias e disponibilidade de recursos, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de

1964 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT, 27 de Dezembro de 2013.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

Publicado por:
Devanira da Silva Leite
Código Identificador:8550E7AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO Nº 041/2013.

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 041/2013.
Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18
Contratada: ANASTÁCIO MOLINAS
Data Assinatura: 24/12/2013
Motivo: Rescisão sem justificativa por iniciativa do servidor.
Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:029FF1EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO Nº 032/2013.

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 032/2013.
Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18
Contratada: PEDRO FRANCISCO DE ALCÂNTARA NETO
Data Assinatura: 24/12/2013
Motivo: Rescisão sem justificativa por iniciativa do servidor.
Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:64607E01

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO Nº 040/2013.

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 040/2013.
Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18
Contratada: RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA
Data Assinatura: 24/12/2013
Motivo: Rescisão sem justificativa por iniciativa do servidor.
Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:6908BE89

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA DE Nº 5.948 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Interna para a realização de Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear Comissão Interna para realizar *Processo Seletivo Simplificado* para suprir as necessidades da **Secretaria Municipal de Educação,** composta pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
- Eni Maria Triches Nunes – Membro Titular - Presidente
Professora – Matrícula Funcional n.º 818
- Daniella Sehnem – Membro Suplente
Assistente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 3579 – GF-62

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- Carla Beatriz Pereira – Secretária
Assistente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 765 – GF-62
- Maria Messias Ribeiro dos Santos – Membro Suplente
Professora – Matrícula Funcional n.º 3109– GF-62

III – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
- Eva Rodrigues Barros – Membro Titular
Auxiliar de Escritório – Matrícula Funcional n.º 087 – GF-62
- Maria Mendonça de Oliveira – Membro Suplente
Professora – Matrícula Funcional n.º 1390 – GF-62

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de dezembro de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:E1A0B5C4

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 5.939 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Interna para a realização de Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear Comissão Interna para realizar *Processo Seletivo Simplificado* para suprir as necessidades da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, composta pelos seguintes membros:

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- Adelcimeire Bispo Sirqueira - Presidente
Secretaria Municipal de Administração – Matricula Funcional n.º 3712
- Eni Maria Triches Nunes – Membro Titular
Professora – Matrícula Funcional n.º 818

- Daniella Sehnem – Membro Suplente -
Assistente Administrativa – Matrícula Funcional n.º 579 – GF-62
Secretária

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- Fabrícia Pinto Galindo - Membro Titular
Psicóloga - Matrícula Funcional n.º 3692 – GF-62
- Edivaldo Celestino Barbosa - Membro Suplente
Assistente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 79

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
- Wander da Silva Guerreiro - Membro titular
Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula Funcional n.º 215
- Cleusa Mara Kasper - Membro suplente
Assistente Administrativa – Matrícula Funcional n.º 10

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 17 de dezembro de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:3B6C98A2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CARTA CONVITE N° 018/2013 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT torna público aos interessados que o processo licitatório Carta Convite n° 018/2013, com o convite as empresas e aviso afixado no dia 18/12/2013, no Mural da Prefeitura Municipal, com o objeto de **Locação e manutenção de software de Sistemas de Gestão para Administração Pública Municipal Direta e Indireta de acordo com a Lei 4.320/64 através de empresa especializada em Tecnologia da Informação, Conversão de dados, Customização, Manutenção Corretiva e Atendimento Técnico Especializado, atendendo as características e especificações técnicas legais junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, compreendendo os departamentos de Contabilidade, Recursos Humanos, Patrimônio, Controle Interno, Compras, Licitação, Almoxarifado, Controle de Frotas, Tributação, Água e Esgoto**, conforme Anexo I - Termo de referencia do edital, cuja abertura das propostas se deu às 11h00min do dia 27/12/2013, onde a empresa vencedora foi **L. C. Bachega MB Assessoria EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 00.871.509/0001-00,** com proposta no valor total de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, conforme anexo I – Termo de referencia do edital. Portanto a presente Comissão Permanente de Licitação recomenda à adjudicação a empresa vencedora, acima citada, que cumpriu todas as exigências do edital.

Novo Horizonte do Norte-MT, em 27 de dezembro de 2013.

JULIANO GAMBA
Presidente Comissão Licitação

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:04223233

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 022/2013 DO CONTRATO Nº 034/2013

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado a Sra. **INDIANARA CRISTINA MESNEROVICZ**, brasileira, maior, portadora do RG. 1994224-9SSP/MT, e do CPF n º: 026.319.411-60,Contratadana função de **ORIENTADORA DO PETI,** residente no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato de prestação de Serviço nº. 034/2013, datado de 07/03/2013, com término previsto para 20/12/2013, Aditado para 27/12/2013, torna-se rescindido pelo termino do Contratado, a partir desta data**: 27/12/2013.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do Término que se rescinde.
E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 27 de dezembro de 2013.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

INDIANARA CRISTINA MESNEROVICZ
Contratada

VERA LUCIA SANCHES SANTOS
Assessora Jurídica
Oab/mt15.811-b

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:D7BE1010

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM - MT
EDITAL

EDITAL COMPLEMENTAR N° 012/2013

Divulgação do Resultado Final Definitivo para Homologação pelo Presidente da Câmara

O Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim e de acordo com o Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal e a Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital de Concurso Público Nº 001/2013.

I. Que não houve Recursos Interpostos por Candidatos (as) quanto à Divulgação do Resultado Final da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova de Títulos;

II. Divulgar o Resultado Final Definitivo (Anexo I) deste Edital para Homologação pelo Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim – MT, referente ao Concurso Público, Edital Nº 001/2013;

III. O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: **www.amm.org.br**, **www.sydcon.com.br** e **www.camaranovosaojoaquim.com.br** e afixada no Mural da Câmara Municipal de Novo São Joaquim – MT.

Novo São Joaquim - MT, **27 de Dezembro de 2013**.

OUILIS JOSÉ DA SILVA
Presidente da Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização

ROBSON CORREA FARIA
Presidente em Exercício

Publicado por:
Belª. Lucelma Carvalho da Silva
Código Identificador:5C39848C

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM - MT
ANEXO I

CNPJ Nº. 00.965.301/0001-50

RESULTADO FINAL

CARGO: CONTADOR – (CONCORENCIA PLENA)

INSCRICAO	CANDIDATO	RESULTADO	CLASSIF./SITUACAO
05	LUCELMA CARVALHO DA SILVA	86,00	APROVADO
15	HEDIANE ANFRADE GUIMARAES RIBEIRO	54,00	CALSSIFICADO
09	VANUZA LEOCADIO DE OLIVEIRA	50,00	CLASSIFICADO
19	ELIANDRO DOS SANTOS REZENDE	-	AUSENTE

Publicado por:
Belª. Lucelma Carvalho da Silva
Código Identificador:63086C6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2013

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor **VALBER KENEDY BARBOZA SANDES** torna público para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 47/2013, com o objeto **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA USO NO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM DURANTE O EXERCÍCIO DE 2.014.,** obteve o seguinte resultado a empresa; **R.P DE ARAÚJO & CIA LTDA,** Sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 718.150,00; ITEM 02: R$ 59.600,00; Com o valor total de **R$ 777.750,00 (Setecentos e setenta e sete mil e setecentos e Cinquenta Reais);** e a empresa **AUTO POSTO LK LTDA-ME,** Sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 263.070,00; ITEM 02: R$ 42.300,00; Com o valor total de **R$ 305.370,00 (Trezentos e cinco mil trezentos e setenta Reais);**
Foram recebidos os documentos deve Habilitação das empresas **R.P DE ARAÚJO & CIA LTDA** e **AUTO POSTO LK LTDA-ME,** Vencedoras, onde foram julgadas e Consideradas devidamente HABILITADAS as Empresas. O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua cachoeira da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 20 de Dezembro de 2013.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 59/2013.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:59290C18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor **VALBER KENEDY BARBOZA SANDES** torna público para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 48/2013, com o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM,** obteve o seguinte resultado a empresa; **SANDRO BUENO MARTHINS 73043680120,** Sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 6.085,00; ITEM 02: R$ 3.195,00; Com o valor total de **R$ 67.240,00 (Sessenta e Sete Mil Duzentos e Quarenta Reais);** Foram recebidos os documentos deve Habilitação da empresa **SANDRO BUENO MARTHINS 73043680120;** Vencedora, onde foram julgados e Considerada devidamente HABILITADA a Empresa. O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua cachoeira da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 23 de Dezembro de 2013.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 60/2013.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:E3F5C32E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor **VALBER KENEDY BARBOZA SANDES** torna público para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 49/2013, com o objeto **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA GERAL DA ESCOLA MUNICIPAL OSCAR ZAIDEM DE MENZES NO PA SANTO IDELFONSO NESTE MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM,** obteve o seguinte resultado **a empresa; ROGERIO ALVES SANTANA 02059350107,** Sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 17.500,00; Com o valor total de **R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais);** Na mesma Sessão Foram recebidos os documentos de Habilitação da empresa **H. ROGERIO ALVES SANTANA 02059350107;** Vencedora, onde foram julgadas e Consideradas devidamente HABILITADA a Empresa. O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua cachoeira da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 61/2013.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:6CFFC51E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 58/2013

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, no exercício de suas

atribuições que lhe confere a Portaria nº. 7/2013, de 02/01/2013, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 58/2013, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital de Licitação Processo nº 58/2013 – Tomada de Preços nº. 3/2013 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM RODRIGUES SOTO NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.

As firmas que apresentaram melhor preço entre as concorrentes e foram vencedoras, foram as Empresa/Pessoa**:**

EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA

R$ 295.155,73 (duzentos e noventa e cinco mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos);

Novo São Joaquim-MT, 27 de Dezembro de 2.013.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Processo Nº. 58/2013

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:DF697BBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2013

O Presidente da Comissão Organizadora de Processos Seletivos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, senhor Leandro de Souza Silva**,** no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº. 675/2013 de 23 de dezembro de 2013, face aos dispositivos constitucionais do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal CF/88, em conformidade com as demais normas aplicáveis, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas inscrições junto a Secretaria Municipal de Administração, para o Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação temporária de profissionais para atendimento às necessidades de excepcional interesse público nas áreas Administrativas, Infra Estrutura, Educação, Esporte, Turismo e Lazer, Agricultura e Saúde do município de Novo São Joaquim – MT, de acordo com o que segue:

1. LOCALIZAÇÃO DO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES

As funções indicadas no presente Edital são para atendimento às necessidades de excepcional interesse público do Município de Novo São Joaquim – MT para atuar em todos os órgãos da Administração Pública, no perímetro urbano ou em qualquer unidade pública do município. (Sede do Município, Distritos e Projeto de Assentamento).

Período: 18/01/2014 à 31/12/2014.

2. DO OBJETO DE PROCESSO SELETIVO

As funções, requisitos, carga horária semanal de trabalho, vencimento mensal e número de vagas por função encontram-se discriminadas conforme Quadro abaixo:

Cargo/Função	Requisitos	Carga Horária	Vencimento	Nº de Vagas
Agente Administrativo AA7 – (Recepcionista)	Ensino Médio	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	04
Médico	Ensino Superior Medicina	40 horas semanais	Salário previsto na Lei 455/2007	04
Contador	Ensino Superior em Ciências Contábeis	40 horas semanais	Salário previsto na Lei 608/2011	01
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio (Curso Profissionalizante	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	10
Operador de Máquinas	Ensino Fundamental/ incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	05
Agente de Serviços Gerais – AG5 (guarda)	Ensino Fundamental/incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	04
Agente de Serviços Gerais AG2 – (Copeira)	Ensino Fundamental	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	01
Agente de Serviços Gerais – AG11 (Coletor de Lixo)	Ensino Fundamental incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	10
Cargo/Função	**Requisitos**	**Carga Horária**	**Vencimento**	**Nº de Vagas**
Professor	Formação em Magistério	25 horas semanais	R$: 979,37	01- Sede do Município
Professor	Formação: Pedagogia	25 horas semanais	R$: 1,469,05	02 – Sede do município
Motorista	Ensino Fundamental CNH Categoria D	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	03 – Distrito de Itaquerê
Motorista	Ensino Fundamental CNH Categoria C	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	01 – Distrito de Cachoeira da Fumaça
Nutricionista	Formação em Nível Superior	20 horas semanais	R$: 1.150,00	01

3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

O preenchimento do requerimento de inscrição será em formulário próprio, que deverá ser preenchido em letra legível ou digitalizado, não podendo haver rasuras ou emenda, nem omissão de dados nele solicitados, sob total responsabilidade do candidato.

3.1 O Preenchimento do requerimento de Inscrição de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implica na eliminação sumária do candidato do Processo Seletivo Simplificado 003/2013.

3.1.2 É vedada inscrição condicional ou por correspondência; contudo será permitida a inscrição por procuração, mediante a apresentação do respectivo mandato acompanhado de cópia de identidade do procurador.

3.1.3 As inscrições serão presenciais e poderão ser feitas na Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT cito a Rua Cachoeira da Fumaça, Nº 77, Jardim Palmeiras, com o acompanhamento de um funcionário público no período de 30**/12/2013 a 10/01/2014,** das 13hs00min às 17hs00min.

3.1.4 – No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocopia (Xerox) da seguinte documentação:

I – Documento de Identidade – RG
II – Cadastro de Pessoa Física – CPF
III – Titulo de Eleitor

4. DOS REQUISITOS

4.1 São requisitos para a inscrição no Processo Seletivo Simplificado 003/2013:

a) – Ser brasileiro ou naturalizado conforme Legislação vigente;
b) – Possuir Nível Escolar conforme exigido no quadro de vagas;
c) – Ter, na data de encerramento das inscrições a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
d) – Não ter contratos temporários anteriormente rescindidos junto a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT por justa causa.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1 A aceitação da inscrição não desobriga o candidato de comprovar, a qualquer tempo quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidas neste Edital. O Candidato que não atender a solicitação terá a sua inscrição **cancelada,** sendo **eliminado** do Processo Seletivo Simplificado 003/2013.

5.1.2 A inscrição do candidato implicará no reconhecimento do presente Edital e seu compromisso de aceitar plena e integralmente as condições determinadas por legislação pertinente.

6. DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

6.1 o Processo Seletivo Simplificado tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos habilitados aqueles aptos, na forma da legislação vigente.

O perfil do profissional a ser selecionado deve, portanto, ser o mais adequado possível para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

6.1.1 O Processo Seletivo Simplificado consistirá em análise curricular efetuada pela Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado nomeado Pela Portaria Nº. 001/2013.

6.1.2 Aplicação de Provas Objetivas será no dia **12 de Janeiro de 2014**, das 19hs00min às 21hs00min na Escola Municipal Joaquim Rodrigues Soto situada na Rua Tiradentes, Nº. 131, Jardim Boa Esperança, Novo São Joaquim – MT.

6.1.3 Em caso de empate será observado o Anexo III deste Edital.

6.1.4 Haverá prova prática no dia **12 de Janeiro de 2014** às **08 horas** da manhã na Secretaria Municipal de Infraestrutura localizada na Avenida Oscar Zaidem de Menezes, centro, antiga oficina do Armando para os seguintes cargos:

Agente de Serviços Gerais – AG11
Operador de Máquinas
Motorista

7. DA CLASSIFICAÇÃO, RESULTADOS E PRAZO DE VALIDADE
7.1 Os candidatos inscritos serão classificados de acordo com a inscrição requerida e avaliação curricular.
7.1.2 O resultado final será divulgado mediante publicação no quadro de publicação oficial da Prefeitura Municipal e no site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.
7.1.3 Este processo terá validade de 01 (um) ano, a partir da data de homologação, podendo ser prorrogado por igual período.
8. RECURSOS
8.1 Os pedidos de recursos relativos ao resultado final deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humanos, no prazo definido no anexo I deste Edital.
8.2 Os recursos que não tiverem devidamente fundamentados serão imediatamente indeferidos.

9. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES
9.1 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.
9.1.2 A aprovação neste processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser contratado, seguindo ordem de classificação, ficando a concretização deste ato condicionada ao excepcional interesse e conveniência do Município.
9.1.3 Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e Secretaria Municipal de Administração, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

Novo São Joaquim, estado de Mato grosso aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA SILVA
Presidente Comissão de Processos Seletivos

PREFEITURA MUN. DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

ANEXO I

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, tendo em vista o Edital 003/2013, torna público que estão abertas inscrições para Candidatos ao Processo Seletivo Simplificado 003/2013, destinado à contratação temporária para o atendimento às necessidades de excepcional interesse público nas áreas de Administração Pública do município de Novo São Joaquim-MT

Data/Período	Horário	Atividades/Inscrições	Local
30/12/2013 à 10/01/2014	13hs00min às 17hs00min	Inscrição	Prefeitura Municipal - RH
12/01/2014	19hs00min às 21hs00min	Provas Objetivas	Escola Municipal Joaquim R. Soto
13/01/2014	17hs00min	Divulgação Resultado Parcial	Prefeitura Municipal - Mural
14/01/2014	13hs00min às 17hs00min	Recursos	Prefeitura Municipal – RH
16/01/2014	17hs00min	Resultado Final	Prefeitura Municipal - Mural

ANEXO II CONTEÚDOS PROGRAMATICOS
O conteúdo programático das provas para o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013, da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Operador de Máquinas
- Principais crimes e contravenções no volante;
- Noções de infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;
- Noções básicas de mecânica de veículo automotor e maquinários;
- Escavação de remoção e carga de terra, pedra, areia e cascalho.

Agente de Serviços Gerais AG11 – Coletor de Lixo Urbano
- Função de um Coletor de Lixo Urbano;
- Ética profissional;
- Prevenção de acidente no trabalho;
- Cuidado e higiene necessários.

Agente de Serviços Gerais – AG2 – (copeira)
- Principais funções no desempenho do cargo
- Ética Profissional
- Cuidado e higiene necessários

Agente de Serviços Gerais AG5 (guarda)
- Função de um guarda;
- Ética profissional;
- Prevenção de acidente no trabalho;
- Cuidado e higiene necessários.

Conhecimentos Gerais – Ensino Fundamental Incompleto
- História do município de Novo São Joaquim, aspectos históricos e geográficos, aspectos econômicos e sociais, Executivo, Legislativo – Personalidades políticas e artísticas.

Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Incompleto
- Interpretação de texto simples
- Sinônimos e Antônimos
- Tipos de frases: Afirmativa, negativa e interrogativa
- Gênero, número e grau de substantivo e adjetivo
- Divisão silábica

Matemática – Ensino Fundamental Incompleto
- Operações aritméticas fundamentais (adição, subtração, divisão e multiplicação)
- Números naturais inteiros e racionais, propriedades, operações e problema de aplicação
- Sistema legal de unidade de medida, comprimento, superfície, volume, tempo, distância e peso

ENSINO MÉDIO – Curso Profissionalizante (Técnico em enfermagem)
Conhecimentos Gerais – Ensino Médio
- História Política e econômica de Mato Grosso
- Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá
- Ocupação do Território
- Aspectos da população de Mato Grosso
- Atualidades gerais (política, econômico, social e ambiental

Língua Portuguesa – Ensino Médio
- Interpretação de texto
- Uso informal e formal da língua e adequação ao contexto, norma culta
- Elementos de comunicação e funções da linguagem
- Ortografia
- Classes de palavra
- Acentuação gráfica e tônica

Matemática – Ensino Médio
- Radicais, operações, simplificação, propriedade, racionalização de denominadores, equação de 2º grau, resolução das equações completas, incompletas
- Problemas de 2º grau, equação de 1º grau
- Resolução de problemas
- Regra de três
- Porcentagem
- Juros

ENSINO MÉDIO - Conhecimentos Específicos
Agente Administrativo AA7
- Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo;
- Noções de funcionamento de Leis, Resoluções, Decretos e Portarias;
- Atitudes no serviço, cortesia, interesse, eficiência, qualidade de voz, dicção, naturalidade para comunicar;
- Fluxo de informações.

CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE
Técnico de Enfermagem
- Ética profissional;
- Equipe de enfermagem;
- Tipos de Unidade de Saúde: unidade do paciente;
- Prevenção e controle de infecção hospitalar, medidas de assepsia: higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização;

- Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto.

NIVEL SUPERIOR – CONTADOR

- Contabilidade Pública
- Contabilidade Privada
- Execução Orçamentária
- Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO
- Lei Orçamentária Anual – LOA
- Plano Plurianual – PPA

Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000
Licitações e Contratos Lei nº. 8.666/93

Língua Portuguesa – Ensino Superior

- Interpretação de texto
- Uso informal e formal da língua e adequação ao contexto, norma culta
- Elementos de comunicação e funções da linguagem
- Ortografia
- Classes de palavra
- Acentuação gráfica e tônica

Matemática – Ensino Superior

- Radicais, operações, simplificação, propriedade, racionalização de denominadores, equação de 2º grau, resolução das equações completas, incompletas
- Problemas de 2º grau, equação de 1º grau
- Resolução de problemas
- Regra de três
- Porcentagem
- Juros

Conhecimentos Gerais – Ensino Superior

- História Política e econômica de Mato Grosso
- Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá
- Ocupação do Território
- Aspectos da população de Mato Grosso
- Atualidades gerais (política, econômico, social e ambiental

NIVEL SUPERIOR – MÉDICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, tromboses venosas, hipertensão arterial, choque; pulmonares: insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar; sistema digestivo: neoplasias, gastrite e ulcera péptica, colecistopatias, diarréia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon; renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolítico e do sistema ácida-base, nefro litíase, infecções urinárias; metabólicas e sistema endócrinos: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes Mellitus, hipo e hipertiroidismo, doenças da hipófise e da adrenal; hematológicos: anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplásticas, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão; reumatologias: orteoartrose, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias; psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de chagas, esquistossomose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilocócicas, doença meningocócica, infecção por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitose, eczema, dermatite de contato, onicomicose, infecção bacteriana; imunológicas: doença do soro, edema, urticária, anafilaxia; ginecológicas: doença inflamatória da pelve, leucorreias, intercorrências no ciclo gravídico puerperal; intoxicações exógenas: barbitúricos, entorpecentes. Conhecimento da legislação e normas clínicas que norteiam as transferências interhospitalares. Código de Ética médica. Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011.

Língua Portuguesa – Ensino Superior

- Interpretação de texto
- Uso informal e formal da língua e adequação ao contexto, norma culta
- Elementos de comunicação e funções da linguagem
- Ortografia
- Classes de palavra
- Acentuação gráfica e tônica

Matemática – Ensino Superior

- Radicais, operações, simplificação, propriedade, racionalização de denominadores, equação de 2º grau, resolução das equações completas, incompletas
- Problemas de 2º grau, equação de 1º grau
- Resolução de problemas
- Regra de três
- Porcentagem
- Juros

Conhecimentos Gerais – Ensino Superior

- História Política e econômica de Mato Grosso
- Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá
- Ocupação do Território
- Aspectos da população de Mato Grosso
- Atualidades gerais (política, econômico, social e ambiental.

NÍVEL SUPERIOR – NUTRICIONISTA

Língua Portuguesa – Ensino Superior

- Interpretação de texto
- Uso informal e formal da língua e adequação ao contexto, norma culta
- Elementos de comunicação e funções da linguagem
- Ortografia
- Classes de palavra
- Acentuação gráfica e tônica

Matemática – Ensino Superior

- Radicais, operações, simplificação, propriedade, racionalização de denominadores, equação de 2º grau, resolução das equações completas, incompletas
- Problemas de 2º grau, equação de 1º grau
- Resolução de problemas
- Regra de três
- Porcentagem
- Juros

Conhecimentos Gerais – Ensino Superior

- História Política e econômica de Mato Grosso
- Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá
- Ocupação do Território
- Aspectos da população de Mato Grosso
- Atualidades gerais (política, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definação, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição protéico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemologia da desnutrição protéico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, prepara e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema

Único de Saúde-SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde %u2013 princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

PREFEITURA MUN. DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

ANEXO III

CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Em caso de empate entre os candidatos, serão considerados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
A) – Candidato que obter maior pontuação prova objetiva específica sobre conhecimento da função.
B) – Candidato que obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa
C) – Candidato que tiver o maior tempo de experiência no serviço público
D) – Candidato que tiver o maior tempo de experiência na iniciativa privada.
E) – Candidato que tiver maior idade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013
ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO

Cargo:_____

1 - Dados pessoais do Candidato (a)
Nome:_____
RG:____ Órgão emissor:___
CPF:_____Sexo:_____
Data Nas:____Estado Civil:_____
End.:____
Bairro:____
Cidade:____CEP:____
UF:__Fone:__

2 – Entrega de Documentos Obrigatórios
( ) Documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor, Comprovante de residência, Certidão de Nascimento ou Casamento.

( ) Certificado (Diploma, Histórico Escolar, Curso Técnico Profissionalizante

( ) Certificado (Diploma Nível Superior)

DECLARAÇÃO
Todas as informações aqui prestadas são verdadeiras e por elas assumo integral responsabilidade comprometendo-me a comprová-las sempre que necessário. Fico ciente de que a presente inscrição será tomada sem efeito caso se demonstre a falsidade das declarações, ou deixe de fazer provas delas.

Data:_/___/__

Assinatura do Candidato:_____

Publicado por:
Andeburgo Franklin da Silva
Código Identificador:CAB3592C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO RESUMIDO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

AVISO DE EDITAL
O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, Senhor **Leonardo Farias Zampa,** no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no Artigo 37 da Constituição Federal e demais normas aplicáveis, **torna público** que estarão abertas entre os dias **30/12/2013 à 10/01/2014** das 13hs00min às 17hs00min, na sede da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim – MT, as inscrições para o processo Seletivo Simplificado 003/2013 destinado a contratação temporária de profissionais para atendimento as necessidades de excepcional interesse nas Administrativas, Infra Estrutura, Educação e Saúde, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº. 003/2013.

Cargo/Função	Requisitos	Carga Horária	Vencimento	Nº de Vagas
Agente Administrativo AA7 – (Recepcionista)	Ensino Médio	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	04
Médico	Ensino Superior Medicina	40 horas semanais	Salário previsto na Lei 455/2007	04
Contador	Ensino Superior em Ciências Contábeis	40 horas semanais	Salário previsto na Lei 608/2011	01
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio (Curso Profissionalizante	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	10
Operador de Máquinas	Ensino Fundamental/ incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	05
Agente de Serviços Gerais – AG5 (guarda)	Ensino Fundamental/incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	04
Agente de Serviços Gerais AG2 – (Copeira)	Ensino Fundamental	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	01
Agente de Serviços Gerais – AG11 (Coletor de Lixo)	Ensino Fundamental incompleto	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	10
Cargo/Função	**Requisitos**	**Carga Horária**	**Vencimento**	**Nº de Vagas**
Professor	Formação em Magistério	25 horas semanais	R$: 979,37	01- Sede do Município
Professor	Formação: Pedagogia	25 horas semanais	R$: 1,469,05	02 – Sede do município
Motorista	Ensino Fundamental CNH Categoria D	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	03 – Distrito de Itaquerê
Motorista	Ensino Fundamental CNH Categoria C	40 horas semanais	Salário Mínimo Vigente	01 – Distrito de Cachoeira da Fumaça
Nutricionista	Formação em Nível Superior	20 horas semanais	R$: 1.150,00	01

O Edital com as exigências, critérios de avaliação e demais informações encontra-se afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e no site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt

Novo São Joaquim – MT, aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2013.

LEONARDO FARIAS ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andeburgo Franklin da Silva
Código Identificador:02E1F274

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 550/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora **ROZENILDA MEYER PEREIRA**, no cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Obras.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 02 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:D29394D3

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 551/2013

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.008/2012, QUE COMPOE O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 1º do Decreto Municipal nº 523/20013, que passará conter a seguinte redação;

"Art. 1º - Ficam Nomeados os Membros do Conselho do **FUNDEB** (**Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**), o qual será composto como segue:

NOME	CARGO	REPRESENTANTE
Daiane Lucy de Souza Almeida	Titular	Segmento de Professores
Ildo de Oliveira da Silva	Suplente	Segmento de Professores
Eunice Aparecida Rado Vasconcelos	Titular	Diretora de Escola
Claudionor Dias Pereira	Suplente	Diretor de Escola
Sonia Aparecida Elias	Titular	Secretaria Municipal de Educação
Edinei Wilczak	Suplente	Secretaria Municipal de Educação
Andreia Fabiana dos Reis	Titular	Servidor Público/Executivo
Arlei Camargo	Suplente	Servidor Público/Executivo
Delvair Ferreira dos Santos	Titular	Estudante da Educação Básica
Angela Maria Amorim	Suplente	Estudante da Educação Básica
Maria Mendes dos Santos	Titular	Segmento de Pais
Marcia Rosana Cavalher	Suplente	Segmento de Pais
Jandira Pereira dos Santos	Titular	Segmento de Pais
Luiz Custodio Vieira Neto	Suplente	Segmento de Pais
Tereza Niza de Jesus Coutinho	Titular	Conselho Tutelar
Sonia Conceição de Souza	Suplente	Conselho Tutelar
Maria Aparecida de Moura Gonçales	Titular	Técnico Administrativo
Fabiana Katielli Meireles do Nascimento	Suplente	Técnico Administrativo

.....

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:6DE66BEA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 552/2013.

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 545/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições:

DECRETA:

Art.1º - Altera o 14º (décimo quarto) Considerando do Decreto Municipal nº 545/2013, que passará a ter a seguinte redação:

"...
Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o fornecimento de água tratada em m3 aumentou entre o ano de 2009 para o ano de 2013 em 70% (setenta por cento), passando de 173.505 m3 para 295.068 m3;
..."

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a proceder a reedição do Decreto Municipal nº 545/2013, de acordo com as alterações do presente Decreto, permanecendo em vigor os demais dispositivos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 13 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:EB6103DE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 553/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o afastamento no período de Ferias da Servidora Marina Meneguelli da Hora;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGANDO** a Senhora Cleusa Terezinha K. da Cruz responsável pelo Departamento de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 09 de Dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:56577387

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 554/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **JAQUELINE MOREIRA DE JESUS**, no cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 06 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:6DDCAF8E

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 555/2013.

SÚMULA: "ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 017/2013, QUE NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS PARA FINS DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DO I.T.B.I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o período de afastamento em férias da Servidora Iraci Zeczkoski,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal nº 017/2013, que passará conter a seguinte redação;
".....
Artigo 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis Rurais e Urbanos para fins de incidência e cobrança de I.T.B.I. do **município de Paranaita/MT,** para o ano de 2013**, que será na seguinte composição:**

I - PRESIDENTE: EDUARDO LUIZ ELIAS;
II - SECRETÁRIO: ANGELICA SCATOLA;
III - MEMBRO: OSMAR ANTONIO MOREIRA.
....."

Artigo 2º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 10 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:A30F5A75

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 556/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **ERICO GERONIMO**, no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Laser, a partir da data de 13 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 11 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:FC7C1AAF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 557/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **FABIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 11 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:DEF3DF3F

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 558/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - A pedido, fica **EXONERADA** a Senhora **ISLANDIA SILVA PERREIRA** do cargo de Agente Comunitária de Saúde,

lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:E10BDE18

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 559/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **LINDAMIR BORGES DE BRITO OLIVEIRA** do cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:839EC630

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 560/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **LUZINETE DA CONCEIÇÃO SERGIO MENEZES** do Cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:FE16A063

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 561/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **JANDIRENE TEIXEIRA RIATO** do Cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:A00E0270

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 562/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **VERONICA SANTANA GOMES** do Cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:2E8DEF84

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 563/2013.

SÚMULA: "ALTERA A EQUIPE DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO DO MUNICIPIO DE PARANAITA/MT".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

"Considerando o afastamento dos membros em suas atividades normais;

DECRETA:

Art. 1º - Designar servidores para compor a equipe do Município de Paranaita/MT, responsável por licitação na modalidade pregão, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:
ANTONIO DOMINGO RUFATTO - Prefeito Municipal

II – Pregoeira:
LIZANDRA BERTOLINI

III – Equipe de Apoio:
ELIANE SCHMOELLER DE ALMEIDA
SANDRA APARECIDA DOS SANTOS VARGAS
MARIANA CAMPAGNOLI FRANÇA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:882C3D5A

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 564/2013.

SÚMULA: "DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

"Considerando o retorno de membro em suas atividades normais;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica temporariamente alterada a Comissão Permanente de Licitação do **município de Paranaita/MT,** para o exercício de 2013, **os seguintes servidores:**

PRESIDENTE	LIZANDRA BERTOLINI
SECRETÁRIA	ELIANE SCHMOELLER DE ALMEIDA
MEMBRO	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS VARGAS

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:4AEC45BF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 565/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **ROMÁRIO PIMENTEL DA SILVA** do Cargo de **ASSESSOR DE LIMPEZA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:A5B2BABD

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 566/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **ROGÉRIO DAMASCENO GOMES** do cargo de **CHEFE DE ODONTOLOGIA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 18 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:D360DC62

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 567/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **FRANCIELE MOREIRA DA SILVA** do cargo de **CHEFE DE ODONTOLOGIA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data do dia 20 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 18 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:AE5A5CEE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 569/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Paranaita/MT no período de 23 a 31 de dezembro 2013, será das 07:00 as 12:00 horas par atendimento ao público e das 14:00 as 17:00 horas para trabalhos interno.

Artigo 2º - Fica suspenso o expediente da Prefeitura Municipal de Paranaita/MT, nos dias 24 e 26 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 e 02 de janeiro de 2014.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 23 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:62A3EC48

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 570/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - A pedido, fica **EXONERADA** a Servidora **ILSE MARIA MEZZALIRA SIGNORATI**, do cargo de Secretária Municipal de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:279FFAEE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 172/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor José Marcos Rodrigues, lotado no cargo de Borracheiro, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:A9F8BC3A

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 171/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Paulo Faustino Rodrigues, lotado no cargo de Oficial de Manutenção, na Secretaria Municipal de Obras, o

afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:0340A8CF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 173/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Jose Honorato, lotado no cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:DA6D2122

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 174/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Joaquim de Jesus Teodoro, lotado no cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:0E9DAE95

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 175/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Gilmar de Souza Maia, lotado no cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:FC134F4D

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 176/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor João Inácio Vasconcelos, lotado no cargo de Coletor de Lixo, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:5A02B8F7

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 178/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Maria Darlene Rodrigues, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:73783BC6

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 179/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Valdir Abreu Lopes, lotado no cargo de Operador de Máquinas I, lotado na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:352B3420

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 180/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor José Santana Paz Lopes, lotado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, o afastamento por Licença Prêmio no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:ABCAFECA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 181/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Edite Maria Kramer, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:F39E3F2C

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 182/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Maria do Carmo Vieira, lotada no cargo de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:72A99EF6

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 183/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Hermínia Guilherme, lotada no cargo de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:F466CB52

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 184/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Vera Inez Fernandes Rosa, lotada no cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:F8DB2A34

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 185/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Sirley Rocha, lotada no cargo de Agente Administrativo de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:F88DD237

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 186/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Irislene Andrade Ferreira, lotada no cargo de Agente de Conservação e Manutenção, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 13 de janeiro a 11 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:239867B0

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 187/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Rosilda Ramos Ferreira, lotada no cargo de Agente Administrativo de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 13 de janeiro a 11 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:26BAAB44

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 188/2013.

SÚMULA: “CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionado, do quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Paranaita/MT.

Qtd. MAT.	Funcionário		CLASSE NIVEL	MÊS
101	CRISTINA RENATE GRAFF	Agente Administrativo	A - 5	DEZEMBRO

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de Dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:630125FB

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 189/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 014/2010, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Ennes Soares Viana, lotado no cargo de Condutor de Veiculo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, movimentado para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Função Gratificada de 45%, em função do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando em disposição em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:FD103FF7

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 190/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Debora de Souza Farias, lotada no cargo de Agente Comunitária, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:6F3458ED

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 191/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Girlei Mirta Matter, lotada no cargo de Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação, o afastamento por Licença Prêmio no período de 26 de dezembro a 25 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:B7B83031

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 192/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Ivo Sabino Pires, lotado no cargo de Operador de maquinas II, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 02 de dezembro a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:0F88FAF1

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 193/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Luciene Ribeiro de Oliveira, lotada no cargo de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 05 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 16 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:323D2635

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 194/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Marco Antonio Chagas da Cunha, lotado no cargo de Dentista, na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 20 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 18 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:9ABB65DA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 195/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INTERESSE PARTICULAR A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a prorrogação da Licença de Interesse Particular no prazo de 02 (dois) anos ao Servidor João Dioraci Serpa Melo, lotado no cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 19 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:D9943A30

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 196/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Aparecida de Fátima Daguana Teodoro, lotado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Agricultura, o afastamento por Licença Prêmio no período de 01 a 30 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 23 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:1333AECE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 162/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Valdecir Correia Paz, lotada no cargo de Auditor em Saúde Pública, na Secretaria Municipal de Saúde, a Função Gratificada com o adicional de 50%, sobre seu vencimento base, pelo desempenho das atividades do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:686AC137

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 163/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Edinei Wilczak, lotada no cargo de Condutor de Veiculo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o afastamento por Licença Prêmio no período de 05 de dezembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:A13CF3BF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 163/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Edinei Wilczak, lotada no cargo de Condutor de Veiculo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o afastamento por Licença Prêmio no período de 05 de dezembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:120E9C89

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 164/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:
Art. 1º - Dispõe sobre o gozo de Férias dos Servidores Municipais abaixo relacionados:

MAT.	NOME	PERIODO	PERIODO AQUISITIVO
1793	ADRIANA DA SILVA PEREIRA	21/12/13 a 20/01/14	2012/2013
1237	ALBERTINA DE SOUZA DA SILVA	16/12/13 A 15/01/14	2012/2013
1227	ARLAN DIAS LEITE	16/12/13 A 31/15/14	2011/2012
344	CLAUDECIR PEREIRA DE LIMA	15/12/13 A 15/01/14	2012/2013
1760	CLAUDIA MIYAZIMA TANAKA	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
2015	CLEONICE SOUZA DO CARMO	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
1252	ELIANDRA MARIA ROVEDA	01/12/13 A 31/12/13	2011/2012
1272	IRANY PEREIRA DOS SANTOS	09/12/13 A 07/01/14	2012/2013
361	IVO SABINO PIRES	01/12/13 A 20/12/13	2012/2013
104	JOÃO ABREU LOPES	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
2051	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
127	JOSE TENORIO CAVALCANTE	09/12/13 A 07/01/14	2011/2012
1911	JULIANE TENUTI GOTTARDI	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
1868	LUCIANE RAQUEL BRAUWERS	16/12/13 A 31/12/13	2011/2012
32	MARIA CELIA ARANTES SIEGRIST	16/12/13 A 14/01/13	2012/2013
343	MARIA JANDIRA DA SILVA LOPES	15/12/13 A 15/01/14	2012/2013
206	MARILDA DA SILVA	21/12/13 A 20/01/14	2012/2013
1904	MARINA MENEGUELLI DA HORA	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
1467	MARINEZ BELTRAME	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
376	MARIO TAKEHIKO ISSAKA	16/12/13 A 15/01/14	2011/2012
2022	NELSI MACIEL DA LUZ	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
2012	NOEMI BARTZIKI DOS SANTOS	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
103	ODAIR JOSÉ MARCONDES LOPES	20/12/13 A 19/01/13	2012/2013
503	OSMAR FELIX	11/12/13 A 31/12/13	2012/2013
2070	PATRICIA BOLZANE DE ALMEIDA CORREIA	01/12/13 A 31/12/13	2012/2013
1260	SERGIO PEREIRA BONALUMI	01/12/13 A 31/12/13	2011/2012
402	SILVIO NICACIO	20/12/13 A 20/01/13	2012/2013
1815	SOLANGE GRANDER DE AVILA	16/12/13 A 14/01/14	2012/2013
2048	VALTEMIR DE SOUZA	20/12/13 A 19/10/14	2012/2013
1930	WILSON JOSE GORINI	20/12/13 A 19/01/14	2012/2013
71	WILSON PEREIRA	09/12/13 A 07/01/14	2011/2012

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:02955736

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 165/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Antonio Batista Sobrinho, lotado no cargo de Agente de Fiscalização e Arrecadação, na Secretaria Municipal de Finanças, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:9B78C2E2

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 166/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Edson Rizzi, lotado no cargo de Operador de Maquinas III, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:68314C0D

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 167/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Manoel Josué da Silva, lotado no cargo de Coletor do Lixo, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:74D61CE9

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 168/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Claudinei de Oliveira, lotado no cargo de Operador de Maquinas II, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:290244CD

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 169/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Jose dos Reis Nogueira, lotado no cargo de Coletor de Lixo, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:D92EADC9

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 169/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Rodinaldo Soares de Oliveira, lotado no cargo de Eletricista de Veículos Automotores, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:741CD2AF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 169/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Rodinaldo Soares de Oliveira, lotado no cargo de Eletricista de Veículos Automotores, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:05BEF830

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 177/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Neli Georg, lotada no cargo de Jardineira, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:265BB9AA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 177/2013.

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos na Lei Complementar nº. 012/2010, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Neli Georg, lotada no cargo de Jardineira, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por Licença Prêmio no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 05 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:FC52FF14

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 571/2013.

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO INTERINAMENTE** o Senhor **OSMAR ANTONIO MOREIRA**, no cargo de Secretário Municipal de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT Em, 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:5A19E4B2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.121/2013

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º186/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Pregoeiro Oficial, regido pelo Decreto n.º 142/2013 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2013**, cujo certame se deu às 10h do dia 27/12/2013; sagrou vencedora a empresa **RIVELINO COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA,** vencedora do item 01, com valor total de R$123.000,00 (cento e vinte e tres mil reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 27 de dezembro de 2013.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:B51FFD8D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL DO VALE DO ARINOS, no uso de suas atribuições legais, e com referência a ampla divulgação, vem a público informar que encontra-se afixado no mural do átrio da sede do Consórcio, a **Resolução nº 005/2013 de 03/12/2013, que "Dispõe sobre** o **Plano Plurianual para o período de 2014 e 2017, a Resolução nº 006/2013 de 03/12/2013, que "Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração do Orçamento para 2014, e a Resolução 007/2013 de 03/12/2013, que "Estima a Receita e Fixa a Despesas para o Exercício de 2014, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental do Vale do Arinos sediado nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT".**

Porto dos Gaúchos/MT, 20 de dezembro de 2013

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Presidente

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida
Código Identificador:65750315

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO 005/2013 - PROC. ADM. 063/2013 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇO 005/2013 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 063/2013 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS
A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado do Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE UBS – NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 340, DE 04 DE MARÇO DE 2013 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (REDEFINE A COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS).** Sendo declarada como vencedora a empresa: **C. SILVA CONSTRUÇÕES-ME. CNPJ: 04.411.032.0001-30. C**om a proposta de **menor preço global por empreitada** de **R$. 427.546,06 (Quatrocentos e Vinte e Sete Mil Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Seis Centavos).**Intima ainda aos interessados do resultado acima para que, se desejarem, interponha recurso administrativo nos termo do Art. 109 da Lei 8.666/93. Informa também que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados

Porto Esperidião – MT, 27de Dezembro de 2013

RONEY BATISTA CARDOSO
Presidente da Cpl

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:868A1F5E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 108 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI N.º 001/2013 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA A SER REALIZADO PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, NAS DIVERSAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA.

BENEDITO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ATUALIZADA EM 12/2008 ART. 72 INCISO IV, E PARA DAR CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO ART. 31 DA CF/88 E ART. 59 DA LRF/2000; OBJETIVANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA.

DECRETA:

Art. 1 º Ficam aprovados os termos da Instrução Normativa ***SCI N.º 001/2013 – Versão nº001/2013, do Sistema de Controle Interno***, de responsabilidade da unidade de Controle Interno, que ***dispõe sobre o plano anual de auditoria interna – PAAI, para o exercício de 2014***, objetivando o melhoramento dos pontos de controle.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela - MT, 18 de Dezembro de 2013.

MAURO ANDRÉ BUSINARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:DD62F7BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 107/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 489/2012 (Que estima a receita e fixa as despesas do Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2013).

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais)**,** para atender as seguintes dotações :

Suplementação:

01 – Poder Legislativo
01.122 – Administração Geral
0010 – Modernização do Poder Legislativo
010.0.2.01.122.0010.2002 - Manter as Atividades da Secretaria da Câmara Municipal
3.3.90.39.00.00-999 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Juridica..... R$ 1.148,11
3.1.90.92.00.00-999 – Despesa Exercício Anterior .....R$ 1.851,89

TOTAL .....R$ 3.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43,§ 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Anulação:

01 – Poder Legislativo
01.010 – Gabinete do Presidente
01.031 – Ação Legislativa

0010 – Modernização do Poder Legislativo
01.122.0010.2002 – Manter as Atividades da Secretaria da Câmara Municipal
3.1.90.11.00.00-999 – Vencimento e Vant. Fixas Pessoal .....R$ 2.000,00
3.1.91.11.00.00-999 – Obrigações Patronais .....R$ 1.000,00

TOTAL .....R$ 3.000,00

Artigo 3º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, 18 de Dezembro de 2013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:ED737B93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
II ADITIVO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 013/2013

Por este instrumento particular, que celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA**, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº. 24.740.268/0001-28, com sede a Av. Jose Antonio de Faria, Bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MAURO ANDRE BUSINARO**, brasileiro, portador do RG nº. 7.812.168-1 SSP/SP e CPF nº. 684.024.148-34, residente e domiciliado na Av. Beira Rio, s/n, nesta cidade de Porto Estrela/MT, denomindao simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o(a) **Srª NERILAINE BERTOLDO ,** brasileira, solteira, portadora do CPF nº. 019.307.271-96 e do RG nº: 1885034-0SSP/MT, inscrita no CRM nº. 3659-P/RO, residente e domiciliada na Av. Marechal Rondon nº 660 - Centro, na cidade de Barra do Bugres/MT, neste ato denominado **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O objeto do presente termo, consiste na Prorrogação do prazo do contrato original de nº: 013/2013, conforme clausula segunda e conforme Lei Complementar 001/2006 e Lei Complementar 003/2006 (PCCS), ficando assim prorrogado o Contrato original pelo prazo de mais 12 (doze) meses, com termino previsto para 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – RETIFICA A CLAUSULA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO -
– As viagens de acompanhamento emergencial, serão pagas conforme dispõe o Decreto Municipal nº
030/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES – Permanecem inalteradas as demais condições do Contrato Original nº 013/2013, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, nas presenças de 02 (duas) testemunhas.

Porto Estrela - MT, 26 de Dezembro de 2013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal CPF. 019.307.271-96
Contratante CRM/RO 3659-P

NERILAINE BERTOLDO
Contratada

TESTEMUNHA:
Valdinei Natalino Correa de Souza
CPF. 02662859105

Lourival Magalhães Costa
CPF. 00397848196

d) – As viagens de acompanhamento emergencial, serão pagas conforme dispõe o Decreto Municipal nº 030/2013.

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:E7CDF889

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1.652

LEI N° 1.652/2013 Poxoréu – MT, 18 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Poxoréu para o quadriênio 2014/2017.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU**, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ela sanciona a seguinte:

L E I :

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, no cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, constituído pelos anexos integrantes desta lei, que será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 2º - A Lei de diretrizes Orçamentária de cada Exercício Financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 3º - Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo poderá fazer alteração do Plano Plurianual com inclusão, exclusão ou alteração de programas, indicadores, resultados esperados, projetos, metas e montante de investimentos autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de dezembro de 2013.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que a Lei nº 1.652, de 18 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Poxoréu para o quadriênio 2014/2017", foi devidamente publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu no dia 18 de dezembro de 2013, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Poxoréu/MT, 18 de dezembro de 2013.

JAILTON COSTA XAVIER
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:36EEB074

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1.653 LOA 2014

LEI N° 1.653/2013 Poxoréu – MT, 18 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU**, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte:

L E I :

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2014 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2014 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4° da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);
IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);

IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2014/2017.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2014 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Orçamento de 2014.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2014, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a

programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível na ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal, devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;
II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;
III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;
IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;
IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer
II – Policias Civil e Militar
III – Indea
IV – Fema
V – Tribunal Regional Eleitoral
VI – Exatoria Estadual
VII – IBAMA.
VIII - Outros

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, incluindo os créditos adicionais suplementares.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas

extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 2 % (Dois por cento) da receita corrente líquida.

Parágrafo Único - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2014 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2014, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 31/12/2013, o Executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;
e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 23 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2014, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 24 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu-MT, 18 de dezembro de 2013.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que a Lei nº 1.653, de 18 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 e dá outras providências", foi devidamente publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu no dia 18 de dezembro de 2013, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Poxoréu/MT, 18 de dezembro de 2013.

JAILTON COSTA XAVIER
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:AF0E2AEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1.605 - LOA 2014

LEI N° 1.605 Poxoréu – MT, 08 de Julho de 2013

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, no uso de suas prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3°, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2014 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2014 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4° da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);

IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2014/2017.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2014 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Orçamento de 2014.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2014, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível na ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal, devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;
II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;
III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;
IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;
IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas

e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer
II – Policias Civil e Militar
III – Indea
IV – Fema
V – Tribunal Regional Eleitoral
VI – Exatoria Estadual
VII – IBAMA.
VIII - Outros

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, incluindo os créditos adicionais suplementares.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 2 % (Dois por cento) da receita corrente líquida.

Parágrafo Único - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2014 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2014, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 31/12/2013, o Executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;
e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 23 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2014, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 24 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 08 de julho de 2013.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, em 08 de julho de 2013, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica de Poxoréu e Lei n° 1.041/2006.

CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que a Lei nº 1.605, de 08 de julho de 2013, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 e dá outras providências", foi devidamente publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu no dia 08

de julho de 2013, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Poxoréu/MT, 08 de julho de 2013.

WILLIAN XAVIER SOARES
Secretário Executivo

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:0C038B0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1651-2014

LEI Nº 1.651/2013 Poxoréu-MT, 18 de dezembro de 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício de 2014 do Município de Poxoréu.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU**, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ela sanciona a seguinte:

L E I :

Art. 1º - o Orçamento fiscal do município de Poxoréu, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 29.864.982,24 (vinte e nove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais, vinte e quatro centavos), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, conforme especificação constante do Anexo 2 da Lei de 17 de Março de 1964:

1- RECEITAS CORRENTES	**R$**	**35.069.768,18**
1.1- RECEITA TRIBUTÁRIA	R$	1.424.773,85
1.2- RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R$	477.252,00
1.3- RECEITA PATRIMONIAL	R$	617.181,54
1.6- RECEITA DE SERVIÇOS	R$	473.322,92
1.7- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R$	31.608.818,64
1.9- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$	468.419,23
7.0- RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R$	799,200,00
2- RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**703.216,79**
2.2- ALIENAÇÃO DE BENS	R$	0,00
2.4- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R$	703.216,79
9.0- DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	R$	6.707.202,73
TOTAL DA RECEITA	**R$**	**29.864,982,24**

Art. 3º - A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por Decreto executivo.

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Administração Direta			
01	Legislativa	R$	1.442,000,00
04	Administração	R$	5.808.000,00
08	Assistência Social	R$	1.475.000,00
10	Saúde	R$	6.220,982,24
12	Educação	R$	6.950,000,00
13	Cultura	R$	160.000,00
15	Urbanismo	R$	2.821.000,00
17	Saneamento	R$	940.000,00
18	Gestão Ambiental	R$	170.000,00
20	Agricultura	R$	850.000,00
21	Organização Agrária	R$	100.000,00
22	Indústria	R$	200.000,00
23	Comércio e Serviços	R$	210.000,00
26	Transporte	R$	500.000,00
99	Reserva de Contingência	R$	235.000,00
Total da Administração Direta		**R$**	**28.081.982,24**
09	Previdência Social	R$	1.783.000,00
Total da Administração Indireta		**R$**	**1.783.000,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**29.864.982,24**

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta			
031	Ação Legislativa	R$	1.442,000,00
122	Administração Geral	R$	7.108.000,00
129	Administração de Receitas	R$	70.000,00
241	Assistência ao Idoso	R$	60.000,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	255.000,00
244	Assistência Comunitária	R$	360.000,00
301	Atenção Básica	R$	5.400.982,24
303	Suporte Profilático e Terapêutico	R$	150.000,00
304	Vigilância Sanitária	R$	150.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R$	200.000,00
331	Proteção e Benefícios do Trabalhador	R$	290.000,00
361	Ensino Fundamental	R$	5.950.000,00
365	Educação Infantil	R$	610.000,00
367	Educação Especial	R$	30.000,00
392	Difusão Cultural	R$	160.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R$	1.180.000,00
452	Serviços Urbanos	R$	1.641.000,00
482	Habitação Urbana	R$	50.000,00
511	Saneamento Básico Rural	R$	10.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	R$	930.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R$	110.000,00
661	Promoção Industrial		200.000,00
663	Mineração		60.000,00
695	Turismo		210.000,00
782	Transporte Rodoviário		500.000,00
812	Desporto Comunitário		150.000,00
843	Serviço da Dívida Interna		570.000,00
999	Reserva de Contingência		235.000,00
Total da Administração Direta		**R$**	**28.081.982,24**
272	Previdência do Regime Estatutário		1.783.000,00
Total da Administração Indireta		**R$**	**1.783.000,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**29.864.982,24**

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R$	24.369.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	R$	4.763.982,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	732.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**29.864.982,24**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta			
01	Câmara Municipal	R$	1.442.000,00
02	Gabinete do Prefeito	R$	1.140.000,00
03	Secretaria de Administração e Fazenda	R$	3.175.000,00
04	Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente	R$	1.828.000,00
05	Secretaria Mun. de Saúde	R$	6.120.982,24
06	Secretaria de Educação	R$	7.060.000,00
07	Secretaria de Viação e Obras Públicas	R$	4.081.000,00
08	Secretaria Mun. de Assistência Social	R$	1.395.000,00
09	Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração	R$	200.000,00
10	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	R$	500.000,00
11	Assessoria Especial de Receitas Municipais	R$	70.000,00
12	Controladoria Geral	R$	230.000,00
13	Departamento de Água e Esgoto	R$	840.000,00
Total da Administração Direta		**R$**	**28.081.982,24**
17	Poxoréu-Previ	R$	1.783.000,00
Total da Administração Direta		**R$**	**1.783.000,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**29.864.982,24**

Art. 4º - Durante a Execução Orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operação de Crédito, inclusive por antecipação de Receita até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar remanejamento, transposição ou transferência de recursos de uma categoria de programação para a outra ou de um órgão para outro.

Art. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º- Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos, para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT, em 18 de dezembro de 2013.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES
Prefeita Municipal

CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que a Lei nº 1.651, de 18 de dezembro de 2013, que "Estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício de 2014 do Município de Poxoréu", foi devidamente publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu no dia 18 de dezembro de 2013, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Poxoréu/MT, 18 de dezembro de 2013.

JAILTON COSTA XAVIER
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:BC417B17

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2013

TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 034/2013 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa COPLAN- Consultoria e Planejamento LTDA- EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 034/2013, de 29 de Maio de 2013, referente ao processo licitatório nº 035/2013.

Ao vigésimo sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo como partes: de um lado o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, inscrito no CNPJ sob nº 37.465.002/0001-66, com sede na Av. Cuiabá, quadra 01, lote 09, Setor C, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa COPLAN-Consultoria e Planejamento LTDA- EPP, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o n. 07.281.368/0001-14, estabelecida na Avenida Isaac Póvoas, nº 1331, Edifício Milão, 7º Andar, Sala 72, Bairro Popular, Cuiabá-MT , representada neste ato por seu sócio-administrador Arlindo Lenzi, portador da Cédula de Identidade RG n. 795.304 SSP/MT, inscrito no CPF sob n. 401.381.607-59, doravante denominado, simplesmente de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para execução de Serviços do Contrato Originário n. 034/2013.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais **365** dias corridos a partir do dia 31 de dezembro de 2013, **vencendo no dia 31 de dezembro de 2014**.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL.

3.1 A necessidade deste Termo de prorrogação de prazo de execução da obra justifica-se devido ao período chuvoso que ocorre na região e demora de entrega de material para continuidade da obra, encontrando-se embasamento legal no Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOMICÍLIO E FORO.

4.1 As demais Cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas.

4.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Querência MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Querência – MT, 26 de dezembro de 2013.

Município de Querência - MT
GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeitura Municipal

COPLAN- CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA- EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

Elizabeth de Souza Amaral
CPF n.: 048.245.051-78

Sintia Raquel Rauber
CPF n.: 059.974.949-00

Publicado por:
Ellen Mayara Silva Gomes
Código Identificador:0507DFD5

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 775/2013

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2.014.

O Sr.º **Gilmar Reinoldo Wentz**, Prefeito Municipal de Querência do Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2.014, compreendendo:
I. O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II. O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art. 2º - O Orçamento Fiscal do Município de Querência - MT, para o exercício financeiro de 2.014, estima à receita em R$ 43.000.000,00 (Quarenta e Três Milhões de Reais), para Administração Direta, descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
RECEITAS CORRENTES	**45.439.500,00**
Receita Tributária	6.254.000,00
Receita de Contribuições	818.000,00
Receita de Patrimonial	429.800,00
Receita de Serviços	1.200.000,00
Transferências Correntes	35.756.000,00
Outras Receitas Correntes	981.700,00
RECEITAS DE CAPITAL	**2.350.000,00**
Transferências de Capital	2.350.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**368.500,00**
Receitas de Contribuições	368.300,00
Multas e Juros da Contribuição Patronal	200,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**(5.158.000,00)**
Deduções da Receita Corrente P/Formação do Fundeb	(5.158.000,00)
Total da Administração Direta	**43.000.000,00**
TOTAL GERAL	**43.000.000,00**

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º - A despesa do município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ 43.000.000,00 (Quarenta e Três Milhões de Reais), para a Administração Direta e será realizada segundo a descriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I – Por categoria econômica**:**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Despesas Correntes	35.501.800,00
Despesas de Capital	7.068.200,00
Reserva de Contingência	430.000,00
TOTAL GERAL	**43.000.000,00**

II – Por órgãos de governo:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Câmara Municipal	2.400.000,00
Gabinete do Prefeito	1.200.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	4.100.000,00
Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	8.870.000,00
Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura	11.550.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	9.900.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social	1.400.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	1.260.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	2.320.000,00
TOTAL GERAL	**43.000.000,00**

III – Por funções

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01. Legislativa	2.400.000,00
04. Administração	6.992.000,00
08. Assistência Social	1.400.000,00
09. Previdência Social	705.000,00
10. Saúde	9.900.000,00
11. Trabalho	430.000,00
12. Educação	8.430.000,00
13. Cultura	500.000,00
14. Direitos da Cidadania	12.000,00
15. Urbanismo	3.540.000,00
16. Habitação	140.000,00
17. Saneamento	1.090.000,00
20. Agricultura	1.260.000,00
25. Energia	420.000,00
26. Transporte	4.516.000,00
27. Desporto E Lazer	795.000,00
28. Encargos Especiais	40.000,00
99. Reserva De Contingência	430.000,00
TOTAL GERAL	**43.000.000,00**

IV – Por Sub-funções:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
031. Ação Legislativa	2.400.000,00
122. Administração Geral	4.782.000,00
123. Administração Financeira	1.405.000,00
241.Assistência ao Idoso	50.000,00
243.Assistência à Criança e ao Adolescente	270.000,00
244. Assistência Comunitária	1.080.000,00
272.Previdência ao Regime Estatutário	705.000,00
301. Atenção Básica	9.700.000,00
306. Alimentação e Nutrição	415.000,00
331.Proteção e Benefícios ao Trabalhador	430.000,00
361. Ensino Fundamental	7.274.000,00
365. Educação Infantil	1.721.000,00
366. Educação de Jovens e Adultos	10.000,00
392. Difusão Cultural	500.000,00
422. Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.000,00
451. Infra-Estrutura Urbana	740.000,00
452. Serviços Urbanos	2.800.000,00
482. Habitação Urbana	140.000,00
512. Saneamento Básico Urbano	1.090.000,00
606. Extensão Rural	1.260.000,00
752. Energia Elétrica	420.000,00
782.Transportes Rodoviários	4.516.000,00
812. Desporto Comunitário	795.000,00
841. Refinanciamento da Dívida Interna	40.000,00
846. Outros Encargos Especiais	15.000,00
999. Reserva de Contingência	430.000,00
Total Geral	**43.000.000,00**

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da Administração Direta é de R$ 12.005.000,00 (Doze Milhões e Cinco Mil Reais), conforme discriminação:

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Saúde	9.900.000,00
Assistência Social	1.400.000,00
Previdência Social	705.000,00
TOTAL GERAL	**12.005.000,00**

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares até o limite de 10**%** (Dez por Cento) do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a reserva de contingência para a cobertura de créditos suplementares, caso não utilize para cobertura de passivos contingentes ou outros riscos fiscais.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2.014, revogadas as disposições em contrário.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:24CAFB64

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 777/2013

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO À PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, à pessoa física e/ou jurídica de direito privado, a concessão de direito real de uso de bem público, por um período de cinco anos, para exploração de estabelecimentos comerciais denominados:

I - Quiosque da Praça Central, localizada no Setor “C”,
II - Cantina do Ginásio "Nilo Perin";
III – Cantina do Estádio Municipal “Osvaldo Gorgen”;
IV – Quiosque da Praça no Setor “F”, ladeada das Quadras 26, 27, 28 e 29.

Parágrafo único. A escolha do concessionário será feita por meio de licitação na modalidade de Concorrência, do Tipo Maior Oferta pelo valor da outorga, nos termos do edital para seleção, em obediência às Leis nº 8.666/93 e nº 8.987/95 e suas atualizações.

Art. 2° Os concessionários terão o prazo de até 60 (sessenta) dias para ocupar as instalações do local e dar início a sua exploração.

Art. 3º Será dada carência de até 06 (seis) meses para o pagamento do valor da outorga, que poderá ser integral ou parcelada, na forma estabelecida no edital da licitação.

Art. 4° No final do período da concessão os imóveis cedidos serão revertidos ao município, que poderá prorrogar o seu prazo por igual período, uma única vez, no interesse da Administração, ou deflagrar processo licitatório visando à outorga de nova concessão pelo mesmo prazo.

Art. 5° Todos os demais atos necessários à execução desta Lei serão objetos de regulamentação por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se quaisquer disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 17 de dezembro de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:D71207C8

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 778/2013

Inclui e Altera Projetos e Programas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Período de 2014, aprovado pela Lei Municipal Nº 746/2013 do dia 19.07.2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência do Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições conferidas em lei:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam incluídos e Alterados na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, aprovado pela Lei Municipal Nº 746/2013 de 19 de Julho de 2013, os programas a seguir, detalhados pelo Anexo I integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Querência/MT, 17 de Dezembro de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Órgão: 01 – Câmara Municipal				
Unidade: 01 – Câmara Municipal				
Programa: 0001 – Processo Legislativo				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
01. Legislativa 031.Ação Legislativa	Ampliação e Reforma da Câmara Municipal	Ampliar e Reformar o Prédio do Poder Legislativo.	Conforme Necessidades	157.200,00
01. Legislativa 031.Ação Legislativa	Verbas Indenizatórias	Manter as atividades necessárias à manutenção do Poder Legislativo com as verbas indenizatórias destinadas ao exercício da função dos vereadores durante seu mandato.	Publicações	343.800,00

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito				
Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito				
Programa: 0003 – Administração Geral				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
04. Administração 131. Comunicação Social	Despesas com Publicidade	Manter os serviços de divulgação oficial dos atos praticados pelo poder executivo no exercício de suas atribuições constitucionais e legais.	Conforme as necessidades de custeio das despesas de divulgação oficial.	40.000,00
04. Administração 131. Comunicação Social	Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito	Manter as atividades necessárias à manutenção do Gabinete do Prefeito no exercício de suas atribuições constitucionais e Legais.	Conforme Necessidades	1.100.000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento				
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento				
Programa: 0003 – Administração Geral				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
04. Administração 122. Administração Geral	Construção do Prédio Municipal	Construir o Prédio da Prefeitura para dinamizar os serviços dos colaboradores e melhorar o atendimento à população.	33,33%	450.000,00
04. Administração 122. Administração Geral	Concurso Público	Realizar Concurso Público para o Ingresso de novos colaboradores à administração municipal.	Conforme Necessidades	50.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas				
Unidade: 02 – Setor de Serviços Urbanos				
Programa: 0060 – Urbanismo				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
15 . Urbanismo 452. Serviços Urbanos	Construção da Casa Mortuária	Construir a Casa Mortuária para atender o nosso município.	Construção de 01 Unidade	50.000,00
15 . Urbanismo 451.Infra-Estrutura Urbana	Manutenção do Setor de Serviços Urbanos	Manter as atividades essenciais necessárias à manutenção do Setor de Serviços Urbanos no exercício de suas atribuições legais.	Conforme Necessidades	2.640.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas				
Unidade: 03 – Setor de Obras e Estradas				
Programa: 101 – Transportes Rodoviários				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
26 . Transportes 722. Transportes Rodoviários	Manutenção e Reformas de Pontes	Manutenção de Pontes no espaço territorial do município.	Conforme Necessidades	80 000,00
26 . Transportes 722. Transportes Rodoviários	Aquisição de Maquinários para o Setor de Obras e Estradas	Adquirir Maquinários para a realização das atividades do Setor de Obras e Estradas.	Conforme Necessidades	1.130 000,00
26 . Transportes 722. Transportes	Manutenção e Encargos com o Setor	Manter as atividades essenciais e	Conforme Necessidades	3.066 000,00

Rodoviários	de Obras e Estradas	necessárias à manutenção do Setor de Obras e Estradas.		

Órgão:05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Unidade: 02 – Setor Pré-Escolar e Creche				
Programa: 0039 – Expansão e Melhoria do Ensino Infantil				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
12 . Educação 365. Educação Infantil	Construção e Ampliação de Creche	Construir salas de aula e outras dependências para atender a demanda para o setor pré-escolar e creche.	Conforme Necessidades	195.000,00

Órgão:05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Unidade: 02 – Setor Pré-Escolar e Creche				
Programa: 0039 – Expansão e Melhoria do Ensino Infantil				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
12 . Educação 365. Educação Infantil	Apoio Financeiro Suplementar à Educação Infantil	Atendimento a creches de crianças de zero a quarenta e oito meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Conforme Necessidades	20.000,00

Órgão:05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Unidade: 03 – Setor de Ensino Fundamental				
Programa: 0035– Transporte Escolar				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
12. Educação 361. Ensino Fundamental	Aquisição de Ônibus para Transporte Escolar	Adquirir Ônibus para Transporte Escolar para o Setor de Ensino Fundamental.	Conforme Necessidades	100.000,00

Órgão:05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Unidade: 03 – Setor de Ensino Fundamental				
Programa: 0040– Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
12. Educação 361. Ensino Fundamental	Construção da Escola Municipal	Construir Unidades de ensino proporcionando melhorias nas estruturas físicas das unidades escolares condicionado um melhor aprendizado.	Conforme Necessidades	50.000,00

Órgão:06 – Secretaria Municipal de Saúde				
Unidade: 02 – Setor de Saúde				
Programa: 0079 – Saúde				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
10. Saúde 301. Atenção Básica	Construção do Hospital Municipal	Construir um Hospital Municipal para atender o município de Querencia.	30%	550.000,00
10. Saúde 301. Atenção Básica	Ampliação do Centro de Saúde	Ampliação do Centro de Saúde para melhorar o atendimento à população.	100%	100.000,00

Órgão:08 – Secretaria Municipal de Agricultura , Pecuária e Meio Ambiente				
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Agricultura , Pecuária e Meio Ambiente				
Programa: 0015 – Apoio à Produção Vegetal				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
20. Agricultura 606. Extensão Rural	Aquisicao de Implementos para as Patrulhas Mecanizadas	Aquisicao de Implementos para as Patrulhas Mecanizadas	Equipamentos e Material Permanente	169.000,00
20. Agricultura 606. Extensão Rural	Fundo Municipal do Meio Ambiente	Manutencao com o Fundo Municipal do Meio Ambiente .	Custeio de Consumo e Serviços	43.000,00
20. Agricultura 606. Extensão Rural	Aquisição de Tanque Isotérmico para Coleta de Leite	Adquirir Tanque Isotérmico para Coleta e Transporte de Leite para atender principalmente à população dos assentamentos querencianos.	01 Tanque Isotérmico	60.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Finanças
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Finanças
Programa: 007 – Formação do Patrimônio do Servidor Público

FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
11. Trabalho 331. Proteção e Benefícios ao Trabalhador	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor - PASEP	Contribuir para a formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP conforme estabelecido na lei.	12 parcelas	430.000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Finanças				
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Finanças				
Programa: 0000 – Encargos Especiais				
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	**AÇÕES**	**METAS**	**METAS FÍSICAS**	**METAS FINANCEIRAS**
99.Reserva de Contingência 999.Reserva de Contingência	Reserva de contingência	Contingenciamento referente aos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes conforme previsto no art. 5º, III, "b" da L.C. 101/2000.	1% da R.C.L.	430.000,00

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:49D23B77

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 780/2013

Dispõe sobre a regulamentação e a autorização para o exercício da atividade privada de transporte individual de passageiros por meio de motocicletas de aluguel (moto-táxis) no âmbito do Município Querência/MT.

Gilmar Reinoldo Wentz, Prefeito Municipal de Querência/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o serviço de transporte individual de passageiros denominado de "Moto Táxi".

CAPITULO I
DA DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Art. 2º - Define-se como "MotoTáxi" o serviço de transporte individual de passageiros em veículo automotor de espécie motocicleta, nos termos do art. 96, II, "a", "4", do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).

§ 1º - O número máximo de motocicletas que operacionalizarão o serviço de que trata o caput deste artigo será limitado a 01 veículo para cada 500 (quinhentos) habitantes ou fração, de acordo com a certidão oficial pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º - Além do transporte de passageiro, o serviço também abarcará a entrega de pequenas mercadorias.

§ 3º - Não estão incluídos nos serviços de que trata o caput deste artigo, a entrega promovida por lojas, bares, restaurantes e similares que possuem sistema próprio.

Art. 3º - A exploração dos serviços de que trata esta lei, será executada exclusivamente por profissionais autônomos, mediante autorização do Município, de conformidade como os interesses da população nos termos do respectivo regulamento.

§ 1º - A autorização de que trata o caput possuem caráter personalíssimo, precário, impenhorável e incomunicável e serão instransferíveis, retornando ao órgão do serviço aqueles provenientes de desligamento dos autorizatários, e seu prazo de duração será de 12 (doze) meses.

I- Poderá a autorização ser transferida por prazo determinado, desde que o beneficiário cumpra todos os requisitos elencados no artigo 7º, e obtenha devida autorização da secretaria municipal de finanças.

§ 2º - Os autorizatários não poderão deter qualquer outra concessão, permissão ou autorização outorgada pela Secretaria Municipal de Finanças, bem como de outro serviço público Municipal, Estadual ou Federal.

§ 3º - Os autorizatários que desejarem renunciar a autorização junto a Secretaria de Finanças deverão formalizar sua intenção através de requerimento próprio.

§ 4º - A baixa dos cadastros dos autorizatários será efetuada mediante:
I – Quitação geral de débitos vencidos e a vencer perante a Secretaria Municipal de Finanças;
II – Devolução do Certificado de Condutor (alvará);
III – Baixa do veículo vinculado à autorização.

Art. 4º - Para a prestação do serviço, os mototaxistas serão agrupados em 01(uma) única central, com número máximo estabelecido no §1º do artigo 2º.

Art. 5º - Na prestação do serviço, o condutor deverá atender às seguintes obrigações:

I - transportar um só passageiro por deslocamento;
II - possuir proteção interna (touca) descartável para capacete de segurança de uso do passageiro;
III - possuir colete de segurança dotado de dispositivo retro refletivo com o número do prefixo para a identificação da pessoa física autorizada, bem como com alças laterais para apoio do passageiro, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
IV - possuir capacete com dispositivo retro refletivo e fazer o passageiro também utilizá-lo, observado o prazo de validade dos mesmos e devida certificação;
V - estabelecer seguro de vida e acidentes pessoais para o condutor, passageiro e terceiros, que cubra despesas médico-hospitalares cujos valores serão regulamentados na forma da Lei.

Parágrafo Único. É de uso facultativo aos passageiros o item constante no inciso II.

CAPITULO II
DOS VEÍCULOS

Art. 6º - Os veículos destinados ao serviço deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sem prejuízo de outras estabelecidas por lei:

I – satisfazer as exigências do Código de Trânsito Brasileiro;
II - contar com, 07 (sete) anos de fabricação;
III - ter potência mínima de 125 (cento e vinte e cinco) cilindradas e máxima de 500 (quinhentas) cilindradas;
IV - possuir protetores de isolamento do escapamento, para evitar queimaduras;
V - possuir protetores metálicos afixados na parte lateral e posterior do veículo, destinados à sustentação e apoio do passageiro;
VI - possuir aparador de linha corta-pipas, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
VII - possuir emplacamento no município de Querência;
VIII – estar devidamente caracterizado conforme dispuser regulamento.

§ 1º - Dento de 02 (dois) anos da data da publicação desta Lei, o prazo de que trata o inciso I passará a ser de 05 (cinco) anos.

§ 2º - No caso de substituição da motocicleta, está deverá contar com no máximo três anos de fabricação.

§ 3º - Os veículos em operação deverão ser submetidos a cadastro junto a Secretaria Municipal de Finanças e apresentados à vistoria pelo próprio autorizatário.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Finanças, após análise dos documentos apresentados pelo condutor, certificará se este encontra-se apto ou não a receber a autorização.

§ 5º - Recebida a certificação, os condutores deverão apresentar o veículo para vistoria no prazo improrrogável de 02 (dois) meses, contados da data da expedição do certificado, sob pena de perda do direito à autorização.

CAPITULO III
DOS CONDUTORES

Art. 7º - As pessoas físicas prestadoras dos serviços de que trata esta Lei deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sem prejuízo de outras estabelecidas por Lei:

I - ter o veículo registrado em seu nome, e estar com a documentação completa e atualizada;
II - estar inscrito junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal;
III - ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
IV - ter habilitação, na categoria do veículo, expedida há pelo menos 02 (dois) anos da data da solicitação;
V - apresentar certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pelo Cartório Distribuidor Criminal da Comarca de Querência, bem como da Justiça Federal, com as devidas certidões explicativas quando houver anotação;
VI – Apresentar 02 (duas) fotos 3x4;
VII – apresentar comprovante de endereço no Município de Querência/MT;
VIII – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
IX – apresentar extrato de pontuação expedido pelo DETRAN/MT, em que conste as infrações de trânsito e correspondente pontuação referente ao ano da requisição do cadastro, não podendo este conter mais de 20 (vinte) pontos;
X – certidão comprobatória perante INSS;
XI – apresentar o cadastro de atividade econômica, expedido pela Secretaria de Finanças;
XII – apresentar certidão negativa de débitos perante o Município de Querência/MT;
XIII – dirigir de forma a garantir a segurança e o conforto do usuário;
XIV – tratar os passageiros com urbanidade e respeito;
XV - possuir sempre consigo o competente alvará de licença da atividade;
XVI – o autorizado não está obrigado a associar-se a sindicato ou associação da categoria.

CAPITULO IV
DAS TARIFAS

Art. 8º - O sistema tarifário do serviço de Moto-Táxi será estabelecido e fixado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com base em planilha tarifária, observando-se o Regulamento.

Parágrafo Único - O poder público municipal, ao fixar as tarifas, deverá assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço, para que possa ser prestado de forma contínua, adequada e eficiente.

Art. 9º - Os reajustes tarifários serão realizados pelo Executivo Municipal, tendo como critério a variação do custo do quilômetro rodado desde a fixação ou último reajuste, o que será verificado através de cálculos e parecer técnico da Secretaria de Finanças ou órgão municipal competente.

Parágrafo Único - O reajuste poderá ser diferenciado para as tarifas de viagens dentro da zona e que ultrapassem seu limite, bem como para as tarifas de viagens em horário noturno, domingos e feriados.

CAPITULO V
DAS INFRAÇÕES

Art. 10 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei, respondendo o infrator civil e administrativamente, nos termos desta Lei.

Art. 11 - O Município ajuizará ação regressiva contra os prestadores de serviço demoto-táxi que, com culpa ou dolo, causarem prejuízo aos cofres públicos.

Art. 12 - As infrações a qualquer dos dispositivos desta Lei sujeitam as pessoas operadoras do serviço, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

I - advertência;
II - penalidade pecuniária;
III - suspensão temporária da autorização;
IV - cassação da autorização.

Art. 13 - A advertência será sempre por escrito e será imputada pelo Secretário Municipal de Finanças do Município toda vez que o prestador de serviços:

I - infringir os regulamentos, portarias e outras exigências impostas por normas ditadas pelo órgão gestor do transporte e trânsito do Município;
II - tiver contra si comprovadas denúncias de prestação de serviço de forma atentatória ou perigosa a passageiros e pedestres.

Parágrafo único – O infrator, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, poderá requerer ao Secretário Municipal de Finanças ao qual estiver vinculado, a reconsideração da penalidade imposta.

Art. 14 - A penalidade pecuniária consistirá em multa correspondente a 50 UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), vigente à época da autuação, e será inscrita em dívida ativa caso não seja paga no prazo regulamentar.

§ 1º - A penalidade pecuniária de que trata o caput será aplicada nos casos de infração aos incisos I, II, III e IV do artigo 5º e incisos IV, V e VI do artigo 6º.

Art. 15 - A reincidência em infração apenada com penalidade pecuniária dá ensejo à sua cominação em dobro.

Parágrafo Único - No caso de mais de uma reincidência a aplicação de outras sanções deverá considerar a gravidade da infração cometida.

Art. 16 - Será imposta pena de suspensão ao prestador de serviços que:

I - descaracterizar amoto, retirando-lhe os equipamentos de segurança exigidos pela presente Lei e seu regulamento;
II - não regularizar o veículo apreendido no prazo estabelecido;
III - reincidir na prática de infrações apenadas com advertência ou penalidade pecuniária.

Art. 17 - A pena de cassação será imposta ao prestador de serviço que, por qualquer forma, transferir, ceder, emprestar, comercializar, ou permitir que alguém utilize o veículo para exploração da atividade, de forma ilegal e sem autorização.
Parágrafo único – A mesma pena será imposta ao prestador de serviço que for flagrado violando o disposto na Lei Federal nº. 11.705 de 19 de junho de 2008 e suas alterações.

Art. 18 - O prestador de serviços que cobrar valor maior que a tarifa regulamentar estará sujeito à aplicação de uma pena de 25 (vinte e cinco) UPFMs.

CAPITULO VI
DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 19 - Constatada a infração pela autoridade, será lavrado o respectivo auto, em duas vias, onde conste:
I - o dia, o mês, o ano, a hora e o lugar em que foi lavrado;
II - o nome de quem lavrou;
III - o relato do fato constante da infração;
IV - o nome de infrator e a placa do veículo;
V - a disposição infringida:
VI - a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver;
VII - o endereço das testemunhas.

§ 1º - A segunda via do auto será entregue ao atuado.

§ 2º - Recusando-se o infrator a assinar o auto, o autuante certificará a recusa, colhendo a assinatura de duas testemunhas.

CAPITULO VII
DA DEFESA

Art. 20 - O infrator poderá apresentar defesa em requerimento dirigido a Secretária Municipal de Finanças ou o órgão municipal competente, de forma fundamentada e com todas as provas do auto de infração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do autor de infração.

Art. 21 - Julgada improcedente a defesa, ou não sendo apresentada no prazo previsto, será imposta a penalidade ao infrator.

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, o Executivo Municipal editará decreto regulamentando a matéria.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, principalmente a Lei Municipal nº. 332/2004, de 30 de dezembro de 2004.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Dezembro de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:86098512

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 781/2013

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA – MT.

GILMAR REINOLDO WENTZ, prefeito municipal de Querência-MT., no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil "Crescer e Aprender", a ser instalado na Rua F3, Quadra F5, nº. 103, Setor F, no município de Querência-MT.
Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT., em 18 de Dezembro de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:B78EC613

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 782/2013

Autoriza a Prefeitura Municipal de Querência a receber, em comodato, um terreno com a área de 2.001 m² de propriedade de CIRINEU DE

AGUIAR/FAZENDA LIBERDADE para a construção da Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade" destinada a atividades escolares.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Querência aprova e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em comodato de CIRINEU DE AGUIAR, uma área de 2.001 m² (dois mil e um metros quadrados), parte da matriculado sob o nº. 88, no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Querência, com coordenadas NORTE ESQUERDA 12º40'26'' S e 52º49'23'' O, NORTE DIREITA 12º40'28'' S e 52º49'23'' O, SUL ESQUERDA 12º40'23'' S e 52º49'22'' O, SUL DIREITA 12º40'27'' S e 52º49'22'' O, para nele reformar/construir uma Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade" destinada a atividades escolares para atender os alunos que moram em várias fazendas próximas a Fazenda Liberdade.

Parágrafo único – Caso CIRINEU DE AGUIAR pretender rescindir o presente comodato antes de seu término, deverá ressarcir a Prefeitura Municipal de Querência/MT por todas a**s** despesas decorrentes da construção/reforma a que se refere este artigo.

Art. 2º - O comodato far-se-á por escritura pública, observadas as seguintes condições:

a) A cessão de uso será graciosa;
b) A duração de comodato será pelo prazo de 20 anos e a comodatária somente poderá utilizar a área ora cedida para as finalidades constantes da presente lei;
c) A área ora cedida em comodato está inteiramente livre e desembaraçada de quaisquer ônus;
d) A comodatária obriga-se a reformar, construir e instalar na referida área, no prazo mínimo de 12 meses e máximo de 02 (dois) anos a constar da data da escritura, imóvel destinado a uma Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade", obrigando-se a conservá-lo durante todo período do comodato, promovendo as medidas necessárias para tal fim.

Art. 3º - Competem às partes, além do previsto no artigo anterior, observar as seguintes condições:

I. A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERENCIA
a) Reformar, construir, instalar, equipar e mobiliar a Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade";
b) dotar a Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade" de recursos humanos para a assistência e o apoio Administrativo, conforme consta no memorial descritivo;
c) garantir a manutenção do prédio, das instalações e dos equipamentos da Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade";
d) Garantir o material de consumo e despesas necessários para assistência da Escola;
II. A CIRINEU DE AGUIAR
a) Ceder o imóvel descrito e caracterizado no Art. 1º em comodato, pelo prazo de 20 anos, possível a prorrogação, no qual será erigido para funcionamento da Escola Municipal de Educação Básica "Fazenda Liberdade" em Querência.

Art. 4º - As benfeitorias introduzidas no imóvel pela comodatária reverterão ao patrimônio da comodante, quando da entrega e devolução do mesmo, no caso de a escola ser extinta, não cabendo à comodatária qualquer indenização ou ressarcimento;

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 18 de dezembro de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:63F2C6FF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA
ANEXOS LDO 01

Natureza Jurídica não encontrada				Data: 18/10/2013
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014				
Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas				
Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)				
As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:				
Programa		R$ 1,00		
		2014	2015	2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA				
0100	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA	715.000,00	803.446,00	902.823,92
0101	GESTÃO DE GOVERNO	2.190.000,00	2.460.804,00	2.765.079,39
0102	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS	40.000,00	44.974,00	50.562,79
0103	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	120.000,00	134.838,00	151.509,98
0104	AMORTIZAÇAO DE PARCELAMENTOS	230.000,00	258.446,00	290.407,92
0105	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	146.074,00	164.134,75
0106	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.175.000,00	2.444.160,00	2.746.588,18
0107	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	95.000,00	106.784,00	120.024,51
0108	URBANISMO	10.000,00	11.254,00	12.663,00
0109	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	820.000,00	921.412,00	1.035.358,52
0110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO-DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	3.421.000,00	3.844.081,60	4.319.456,09
0111	TRANSPORTE ESCOLAR	518.100,00	582.155,16	654.127,53
0112	TRASPORTE UNIVERSITÁRIO	150.000,00	168.558,00	189.409,76
0113	MERENDA ESCOLAR	150.000,00	168.546,00	189.384,28
0114	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL	90.000,00	101.172,00	113.724,88
0115	ESPORTE E LAZER-INCENTIVO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	80.000,00	90.014,00	101.265,77
0116	PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	2.451.000,00	2.754.141,60	3.094.751,49
0117	SANEAMENTO	102.000,00	114.709,20	128.989,27
0118	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORTALECIMENTO DA REDE DE PRO	598.000,00	672.158,80	755.483,63
0119	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR	390.000,00	438.348,00	492.671,83
0120	CIDADE VERDE E LIMPA	155.000,00	171.816,00	145.401,48
Total da entidade:		14.630.100,00	16.437.892,36	18.423.818,97
Total geral:		14.630.100,00	16.437.892,36	18.423.818,97

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:18EAFA94

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/PGM/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA –MT
CONTRATADO: EMPRESA DE TRANPORTE COLETIVO ÁGUIA DE FERRO LTDA – EPP, com sede à Rua Cinta Larga, nº 1.000, Bairro São José, Município de Espigão d´Oeste – RP, CNPJ sob o nº 02.718.227/0001-00;
OBJETO: Prestação de Serviços de transporte de Idoso até o Hotel Mato Grosso - Águas Quentes - MT
Valor: 10.519,20 (dez mil e quinhentos e dezenove reais e vinte centavos)
Modalidade: Pregão Presencial

Rondolândia – MT, 14 de Novembro de 2013.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:E084EBD3

GABINETE DA PREFEITA
ANEXOS LDO 05

Natureza Jurídica não encontrada				Data: 18/10/2013
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014				
Discriminação das Despesas				
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)				
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	13.434.100,00	15.096.180,76	16.963.694,79
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	6.211.000,00	6.978.919,60	7.841.754,04
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.096.000,00	6.849.699,60	7.696.556,45
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	497.200,00	558.707,92	627.818,22
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	3.000,00	3.376,80	3.800,17
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.618.300,00	5.189.211,88	5.830.688,45
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	977.500,00	1.098.403,00	1.234.249,61
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti	115.000,00	129.220,00	145.197,59
3.1.91.04.00.00.00.00	Contratação Por Tempo Determinado	115.000,00	129.220,00	145.197,59
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	61.000,00	68.557,60	77.049,32
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	61.000,00	68.557,60	77.049,32
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	30.000,00	33.714,00	37.887,05
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	30.000,00	33.714,00	37.887,05
3.2.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	1.000,00	1.129,60	1.275,22
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.162.100,00	8.048.703,56	9.044.891,43
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.161.100,00	8.047.573,96	9.043.616,21
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratações Por Tempo Determinado	32.000,00	35.973,20	40.437,49
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	292.000,00	328.181,20	368.834,40
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	2.783.000,00	3.127.374,80	3.514.314,34
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	37.000,00	41.615,20	46.800,84
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00	1.129,60	1.275,22
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	856.000,00	962.167,60	1.081.457,55
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.783.100,00	3.127.487,16	3.514.440,61
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	120.000,00	134.838,00	151.509,98
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	1.000,00	1.129,60	1.275,22
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	256.000,00	287.677,60	323.270,56
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic Dire Decor De Operaç Entre Org,Fundos E Enti	1.000,00	1.129,60	1.275,22
3.3.91.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00	1.129,60	1.275,22
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.066.000,00	1.195.637,60	1.295.989,43
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	896.000,00	1.004.619,60	1.081.355,61
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferências Ao Estado	25.000,00	28.102,00	31.587,41
4.4.30.61.00.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	25.000,00	28.102,00	31.587,41
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	871.000,00	976.517,60	1.049.768,20
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	583.000,00	652.740,80	685.792,57
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	251.000,00	282.173,60	317.200,27
4.4.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	25.000,00	28.102,00	31.587,41
4.4.90.92.93.00.00.00	Indenizações E Restituições	25.000,00	28.102,00	31.587,41
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	12.000,00	13.501,20	15.187,95
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	170.000,00	191.018,00	214.633,82
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta	170.000,00	191.018,00	214.633,82
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	170.000,00	191.018,00	214.633,82
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	146.074,00	164.134,75
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	146.074,00	164.134,75
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva De Contingencia	130.000,00	146.074,00	164.134,75
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva De Contingencia	130.000,00	146.074,00	164.134,75
	Total geral:	14.630.100,00	16.437.892,36	18.423.818,97

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:07BBF31F

GABINETE DA PREFEITA
ANEXOS LDO 06

Natureza Jurídica não encontrada				Data: 18/10/2013
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014				
Discriminação das Receitas				
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)				
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	14.630.100,00	16.419.880,21	18.428.933,54
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	16.584.000,00	18.616.241,75	20.897.822,60
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	264.500,00	293.766,60	326.290,80
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00	Impostos	198.500,00	219.908,60	243.638,58
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	133.500,00	148.129,60	164.372,56
4.1.1.1.2.01.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.1.1.2.01.01.00.00.00.00	Imposto s/ propr. territ. rural - ITR	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	13.500,00	15.174,60	17.056,18
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	13.500,00	15.174,60	17.056,18
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	90.000,00	99.235,00	109.416,59
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	80.000,00	88.205,00	97.251,01
4.1.1.1.2.04.32.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos de Capital	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	22.478,00	25.262,28
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	65.000,00	71.779,00	79.266,02
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	65.000,00	71.779,00	79.266,02
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00	66.155,00	72.940,89
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00.00	Simples Nacional - Imposto Sobre Serviços	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00	Taxas	66.000,00	73.858,00	82.652,22
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	56.000,00	62.716,50	70.239,05
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00.00	Tx de Apreensão e Depósito	1.000,00	1.107,50	1.226,02
4.1.1.2.1.33.00.00.00.00.00	Taxa de Iluminação Pública	40.000,00	44.950,00	50.511,82
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00.00	Tx de Expediente	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	15.000,00	16.765,50	18.738,30
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc.Royalties	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos não Vinculados	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00.00	Serv. Administrativos	10.000,00	11.242,00	12.637,51
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.214.500,00	18.205.610,75	20.441.458,09
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	16.214.500,00	18.205.610,75	20.441.458,09
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.159.000,00	6.909.861,30	7.752.443,63
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	5.393.000,00	6.059.528,30	6.808.428,57
4.1.7.2.1.01.01.00.00.00.00	Rec. P/Form. do FUNDEB - I.T.R	350.000,00	393.266,00	441.879,68
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.900.000,00	5.505.646,00	6.186.149,84
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00.00	Transf. de Recuso CEX	30.000,00	33.714,00	37.887,05
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.2.1.01.09.00.00.00.00	Transferencia PSF Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	46.000,00	51.691,60	58.086,68
4.1.7.2.1.01.30.00.00.00.00	Cota Parte Salario Educação Federal	2.000,00	2.253,20	2.537,70
4.1.7.2.1.01.31.00.00.00.00	Transporte Escolar PNATE	20.000,00	22.478,00	25.262,28
4.1.7.2.1.01.32.00.00.00.00	Cota-Parte Imp.s/Oper.Crédito, Câmbio e Seguro	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.01.35.00.00.00.00	Cota Parte Recursos PNAE	20.000,00	22.478,00	25.262,28

4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	90.000,00	100.080,00	111.297,64
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	40.000,00	44.950,00	50.511,82
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	50.000,00	55.130,00	60.785,82
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	422.000,00	465.358,20	513.165,99
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transferencia Rec. PAB FIXO	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transferencia Rec PSF - Federal	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transferencia Rec. PACS	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transferencia Rec. ECD	45.000,00	49.617,50	54.708,29
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transferencia Rec. Carencias Nutricionais	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transferencia Rec. Farmacia Básica	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transferencia Rec. Vigilancia Sanitária	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transferencia Rec. Incentivo Saúde Bucal	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transferencia Rec. Federal - PEJA	2.000,00	2.253,20	2.537,70
4.1.7.2.1.33.20.00.00.00	Estruturação Tecnológica da Vigil em Saúde da UF	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Compensação de Especificidades Regionais	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Media Alta Complex Ambulatorial e Hospitalar	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transferencia de Conv.	10.000,00	11.035,00	12.176,08
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transferencia de Conv. IGDBF	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transferencia de Recursos do FNAS - PBV II	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	159.000,00	178.448,30	200.276,41
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	90.000,00	101.130,00	113.635,67
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.000,00	14.612,80	16.424,94
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	45.000,00	50.568,00	56.824,20
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferencia Diretas do FNDE - PNAE CRECHE	1.000,00	1.107,50	1.226,02
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transferencia Diretas do FNDE - PNAEI INDIGENA	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.000,00	89.894,00	101.010,90
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.515.500,00	7.318.193,45	8.219.820,54
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	6.425.000,00	7.218.377,20	8.109.733,12
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	6.741.606,00	7.574.874,50
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	42.000,00	47.197,20	53.036,77
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.07.00.00.00	Incentivo SAÚDE BUCAL	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.08.00.00.00	Transferencia PPC Diabetes Melitus	2.000,00	2.210,00	2.441,52
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.15.00.00.00	Transporte Escolar do Estado - MT	340.000,00	382.030,00	429.254,91
4.1.7.2.2.01.36.00.00.00	Convenio Correio	6.000,00	6.620,00	7.303,55
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%)	4.000,00	4.415,00	4.872,54
4.1.7.2.2.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	4.000,00	4.415,00	4.872,54
4.1.7.2.2.22.30.01.00.00	Cota-Parte - FEP Estado	4.000,00	4.415,00	4.872,54
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	81.500,00	89.883,75	99.126,84
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado-Farmacia Basic	15.000,00	16.542,50	18.243,11
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado-Saúde Bocal	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transferencia de Rec. do Estado-I A Metas A Basica	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transferencia de Rec. do Estado - Diabetes Militus	500,00	556,25	618,26
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado - PSF	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado- SUS FAE	6.000,00	6.620,00	7.303,55
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	3.540.000,00	3.977.556,00	4.469.193,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.040.000,00	2.292.150,00	2.575.465,74
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transferencia Recursos (Fundef)	2.040.000,00	2.292.150,00	2.575.465,74
4.1.7.2.4.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEB	1.500.000,00	1.685.406,00	1.893.728,18
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	44.751,90	50.067,14
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	7.000,00	7.883,20	8.875,57
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.259,20	2.550,44
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.000,00	1.129,60	1.275,22
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.000,00	1.129,60	1.275,22
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	12.000,00	13.489,20	15.162,46
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	12.000,00	13.489,20	15.162,46
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	12.000,00	13.489,20	15.162,46
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa	11.000,00	12.137,50	13.391,60
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	11.000,00	12.137,50	13.391,60
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.000,00	1.107,50	1.226,02
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	265.000,00	296.842,50	332.523,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	265.000,00	296.842,50	332.523,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	260.000,00	291.218,50	326.197,87
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. da União	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	250.000,00	280.077,00	313.784,70
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos p/ SUS	230.000,00	258.022,00	289.464,06
4.2.4.2.2.01.03.00.00.00	Construção de Unidades Habitacionais 274	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.2.4.2.2.01.07.00.00.00	Transferencia de Convenio Construção de Creche	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.2.4.2.2.01.08.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	210.000,00	235.962,00	265.132,90
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas de Educaç	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.218.900,00	-2.493.204,04	-2.801.412,06
4.9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.000,00	-1.129,60	-1.275,22
4.9.1.1.0.00.00.00.00.00	Deduções da Receita Tributária.	-1.000,00	-1.129,60	-1.275,22
4.9.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-1.000,00	-1.129,60	-1.275,22
4.9.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano	-1.000,00	-1.129,60	-1.275,22
4.9.1.1.2.02.99.00.00.00	Outras Deduções do IPTU	-1.000,00	-1.129,60	-1.275,22
4.9.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-2.217.900,00	-2.492.074,44	-2.800.136,84
4.9.7.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais	-2.217.900,00	-2.492.074,44	-2.800.136,84
4.9.7.2.1.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências da União	-1.009.500,00	-1.134.304,20	-1.274.534,20
4.9.7.2.1.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita da União	-993.500,00	-1.116.320,60	-1.254.321,83
4.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-980.000,00	-1.101.134,00	-1.237.240,16
4.9.7.2.1.01.03.00.00.00	Dedução Rec. P/Form. do FUNDEB - I.T.R	-1.500,00	-1.691,40	-1.906,46
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	-2.000,00	-2.253,20	-2.537,70
4.9.7.2.1.01.12.00.00.00	Deduçao de Rece para FormçÇ FUNDEF/FUNDEB - IPI	-10.000,00	-11.242,00	-12.637,51
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	-16.000,00	-17.983,60	-20.212,37
4.9.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	-1.208.400,00	-1.357.770,24	-1.525.602,64
4.9.7.2.2.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita do Estado	-1.208.400,00	-1.357.770,24	-1.525.602,64
4.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-1.200.000,00	-1.348.326,00	-1.514.985,09
Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	-8.400,00	-9.444,24	-10.617,55
	Total geral:	14.630.100,00	16.419.880,21	18.428.933,54

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:15BDFB9C

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 310, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Estima a receita e fixa a despesa do orçamento programa do exercício financeiro de 2014 do

Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2014, que estima receita e fixa despesa em **R$ 14.630.100,00 (quatorze milhões e seiscentos e trinta mil e cem reais)**, descriminados pelos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo 02 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, discriminados conforme segue:

1 – CONSOLIDADA

RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES.....	**R$ 14.630.000,00**
RECEITAS DE CAPITAL.....	**R$ 265.000,00**
TOTAL GERAL:.....	**R$ 14.630.100,00**

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" (Adendo V à Portaria SOF nº 08 de 04.02.82 com alterações introduzidas pelo anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4/5/2001 que apresentam o seguinte desdobramento sintético:

1 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	Legislativa.....	R$	1.735.000,00
	Judiciária.....	R$	10.000,00
	Administração.....	R$	3.860.000,00
	Assistência Social.....	R$	598.000,00
	Saúde.....	R$	2.451.000,00
	Trabalho.....	R$	120.000,00
	Educação.....	R$	4.238.100,00
	Cultura.....	R$	105.000,00
	Urbanismo.....	R$	140.000,00
	Saneamento.....	R$	102.000,00
	Gestão Ambiental.....	R$	155.000,00
	Agricultura	R$	105.000,00
	Indústria.....	R$	30.000,00
	Comunicações.....	R$	15.000,00
	Trasnportes.....	R$	500.000,00
	Desporto e Lazer.....	R$	106.000,00
	Encargos Especiais.....	R$	230.000,00
	Reserva de Contingência.....	R$	130.000,00
TOTAL		**R$**	**14.630.100,00**

2 – POR SUBFUNÇÕES

	Ação Legislativa.....	R$	715.000,00
	Ação Judiciária.....	R$	10.000,00
	Administração Geral.....	R$	6.500.000,00
	Administração Financeira.....	R$	290.000,00
	Ordenamento Territorial.....	R$	40.000,00
	Formação de Recursos Humanos.....	R$	5.000,00
	Comunicação Social.....	R$	15.000,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente.....	R$	50.000,00
	Assistência Comunitária.....	R$	148.000,00
	Atenção Básica.....	R$	810.000,00
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....	R$	720.000,00
	Suporte Profilático e Terapêutico.....	R$	136.000,00
	Alimentação e Nutrição.....	R$	150.000,00
	Proteção e Benefícios ao Trabalhador.....	R$	120.000,00
	Ensino Fundamental.....	R$	2.998.100,00
	Educação Infantil.....	R$	115.000,00
	Educação Básica.....	R$	100.000,00
	Difusão Cultural.....	R$	90.000,00
	Infra-Estrutura Urbana.....	R$	165.000,00
	Serviços Urbanos.....	R$	40.000,00
	Habitação Rural.....	R$	5.000,00
	Habitação Urbana.....	R$	50.000,00
	Saneamento Básico Rural.....	R$	10.000,00
	Saneamento Básico Urbano.....	R$	47.000,00
	Preservação e Conservação Ambiental.....	R$	50.000,00
	Controle Ambiental.....	R$	25.000,00
	Recuperação de Áreas Degradadas.....	R$	10.000,00
	Promoção da Produção Vegetal.....	R$	80.000,00
	Promoção da Produção Animal.....	R$	20.000,00
	Promoção Industrial.....	R$	30.000,00
	Transporte Rodoviário.....	R$	650.000,00
	Desporto Comunitário.....	R$	35.000,00
	Lazer.....	R$	41.000,00
	Refinanciamento da Dívida Interna.....	R$	230.000,00
	Reserva de Contingência.....	R$	130.000,00
TOTAL		**R$**	**14.630.100,00**

3 – POR PROGRAMA

	Desenvolvimento e Modernização legislativa.....	R$	715.000,00
	Gestão de Governo.....	R$	2.190.000,00
	Encargos Públicos Diversos.....	R$	40.000,00
	Formação do Patrimônio do Servidor Público.....	R$	120.000,00
	Amortização de Parcelamentos.....	R$	230.000,00
	Reserva de Contigência.....	R$	130.000,00
	Administração Geral.....	R$	2.175.000,00
	Desenvolvimento Habitacional.....	R$	95.000,00
	Urbanismo.....	R$	10.000,00
	Serviços de Utilidade Pública.....	R$	820.000,00
	Gestão da Educação e Desenvolvimento e ED.....	R$	3.421.000,00
	Transporte Escolar.....	R$	518.100,00
	Transporte Universitário.....	R$	150.000,00
	Merenda Escolar.....	R$	150.000,00
	Desenvolvimento de Programação Cultural.....	R$	90.000,00
	Esporte e Lazer, Incentivo e Infra-Estrutura.....	R$	80.000,00
	Promoção à Saúde de Qualidade.....	R$	2.451.000,00
	Saneamento.....	R$	102.000,00
	Gestão da Assistência Social e Fortalecimento.....	R$	598.000,00
	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor.....	R$	390.000,00
	Cidade Verde e Limpa.....	R$	155.000,00
TOTAL		**R$**	**14.630.100,00**

4 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

	Despesas Correntes.....	R$	13.434.100,00
	Pessoal e Encargos Sociais.....	R$	6.211.000,00
	Juros e Encargos da Dívida.....	R$	61.000,00
	Outras Despesas Correntes....	R$	7.162.100,00
	Despesas de Capital.....	R$	1.066.000,00
	Investimentos.....	R$	896.000,00
	Amortização de Dívida.....	R$	170.000,00
	Reserva de Contingência.....	R$	130.000,00
	Reserva de Contingência.....	R$	130.000,00
	TOTAL GERAL.....	**R$**	**14.630.100,00**

5- POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	Câmara Municipal.....	**R$**	**720.000,00**
	Gabinete da Prefeita.....	**R$**	**1.400.000,00**
	Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento	**R$**	**1.310.000,00**
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....	**R$**	**4.404.100,00**
	Secretaria Municipal de Saúde.....	**R$**	**2.553.000,00**
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços.....	**R$**	**1.895.000,00**
	Secretaria Municipal de Assistência Social.....	**R$**	**598.000,00**
	Secretaria Municipal de Administração.....	**R$**	**764.000,00**
	Secretaria Municipal de Agricultura.....	**R$**	**395.000,00**
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	**R$**	**155.000,00**
	Secretaria Municipal de Arrecadação.....	**R$**	**385.000,00**
	Secretaria Municipal de Governo.....	**R$**	**51.000,00**
TOTAL		**R$**	**14.630.100,00**

Art. 4º. Fica o Poder Executivo, no decorrer do exercício, autorizado a:

I – abrir créditos suplementares, através de Decreto, até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada, utilizando-se como recurso, anulações de dotações do próprio orçamento;

II – a promover o detalhamento do orçamento sintético, desdobrando os elementos de despesa até o nível que desejar, a fim de permitir uma melhor análise dos gastos públicos.

III – abrir créditos à conta de recursos proveniente de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.
IV - abrir Créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Art. 5º. O Poder Executivo adotará os procedimentos adequados para o enquadramento do presente orçamento, no Plano Plurianual de Investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Art. 6º. O valor previsto no orçamento, como reserva de contingência, será utilizado, pelos Poderes Legislativo e Executivo para cobrir as previsões insuficientes das despesas correntes e de capital, sem alteração de seu total e, ainda atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios, até o valor da respectiva Operação Especial.

Art. 7º. Caso haja inflação oficial o valor do presente orçamento poderá ser reajustado em 1º de janeiro de 2014, nos mesmos índices, tomando-se como base o mês de novembro de 2013.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Especiais ou Suplementares no Orçamento vigente para atender programas não contemplados ou contemplados de forma insuficiente na programação para o exercício de 2014, respeitados os limites do inciso I do art. 5º desta Lei, nas seguintes classificações:

I - inclusão dos valores dos Convênios devidamente firmados;

II - inclusão de programas que visem a dar cobertura de contrapartida de Convênios;

III - inclusão de programas que visem atender programas decorrentes de proposta de Convênio a ser firmado em conformidade com as exigências dos órgãos concedentes;

Parágrafo Único - Os Créditos Suplementares Especiais decorrentes dos incisos I e II serão abertos com recursos provenientes de Redução Parcial de Dotações Orçamentárias e/ou Excesso de Arrecadação.

Art. 9º. A transferência, transposição ou remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, acima do limite estabelecido no inciso I do art. 4º desta Lei, dependerá de prévia autorização legislativa.

Parágrafo único. Esta autorização compreende a transposição parcial ou total de recursos de um elemento de despesa para outro dentro do mesmo projeto ou atividade.

Art. 10º. Durante a execução do orçamento, se houver inflação oficial, os saldos orçamentários serão corrigidos nos mesmos índices, trimestralmente, tomando-se como base o trimestre vencido.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2014.

Art. 12º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita aos 20 dias do mês de Dezembro de 2013.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:349A832D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 307/2013

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de Pensão por Morte em favor da Sra. Luiza Pereira Luz, em decorrência do falecimento do servidor Sr. Raimundo Nonato Pereira Luz."

O Prefeito do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 27, inciso II da Lei Municipal n.º 387/2004, que dispõe sobre a alteração da Lei 354/2003 que rege a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Terezinha / MT e, dá outras providências, Lei 551/2012 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da educação básica do Município de Santa Terezinha;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr**. **Raimundo Nonato Pereira Luz**, brasileiro, casado, portadora do RG n.º 334.788 - SSP/MT e do CPF n.º 288.811.411-91, efetivo, devidamente matriculado sob o n.º 122, com proventos Integrais, o equivalente a 100% (cem por cento) em favor da **Sra. Luiza Pereira Luz**, brasileira, viúva, portadora do RG n.º 0334880-6 – SSP/MT, e CPF n.º 720.645.361-91, residente e domiciliado no município de Santa Terezinha, esposa do "*de cujos"*, conforme processo administrativo do **PREVIST**, n.º **2013.07.00036P**, a partir de 04/08/2013, data de óbito do segurado, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SANTA TEREZINHA - MT, 18 de dezembro de 2013.

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:AA763D56

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 546/2013

São José do Xingu, 17 de Dezembro de 2013

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprova e a Prefeita Municipal de São José do Xingu / MT, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º do artigo 37 e no § 2º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na Lei nº 12.527/2011.

Art. 2º. A informação pública deverá estar acessível a todos, adotando este Município as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPITULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

§ 1º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 2º. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Prefeita(o) Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 3º. Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

Art. 4º. É dever do Município promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.

§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I **–** registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II **–** registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros de despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e,

VI – respostas a perguntas mais freqüentes da sociedade.

§ 2º As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência do Município.

Art. 5º. O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I **–** criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria do Município de São José do Xingu, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Do Pedido de Acesso

Art. 6º. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações ao Município por qualquer meio legítimo.

§ 1º. O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:

I – ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria do Município de São José do Xingu - MT;

II – conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;

III – ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência do Município; e

IV – alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.

§ 2º. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 3º. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 7º. O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.

§ 1º. Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/ 2011.

§ 2º. A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.

§ 3º. A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.

§ 4º. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade
de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe
indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 8º. Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:

I – genéricos;

II – desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do *caput*, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção II
Da Tramitação Interna

Art. 9º. O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria do Município de São José do Xingu, o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III
Dos Recursos

Art. 10. Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Controladoria-Geral do Município, se:

I - o acesso a informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º. O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral do Município depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

§ 2º. Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral
do Município determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

Art. 11. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei no 7.692, de 1º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 12. Não poderá ser negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 13. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou
entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

Seção II
Das Informações Pessoais

Art. 14. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.

§ 3º. O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento
médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial; ou

IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º. Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso a informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

Art. 16. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São José do Xingu, 17 de Dezembro de 2013

RAQUEL CAMPOS COELHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vandete Araujo Lima Oliveira
Código Identificador:3652E9B6

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 548/2013

Lei Municipal nº 548/2013 São José do Xingu - MT, 17 de dezembro de 2013.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São José do Xingu–MT para o exercício de 2014, e dá outras providências."

Raquel Campos Coelho, Prefeita Municipal de São José do Xingu-MT, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de São José do Xingu – MT para o exercício de 2014, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima à receita Bruta em R$ 20.232.850,42 (Vinte milhões duzentos e trinta e dois mil oitocentos e cinqüenta reais e quarenta e dois centavos), deduzidos a receita para formação do FUNDEB no valor de R$ 2.152.443,42, (dois milhões cento e cinqüenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), totalizando uma Receita Liquida de **R$ 18.080.407,18** (Dezoito milhões oitenta mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos).
Parágrafo Único - A Administração Direta totaliza R$ 17.899.603,11 (Dezessete milhões oitocentos e noventa e nove mil seiscentos e três reais e onze centavos) e para Reserva de Contingência R$ 180.804,07 (Cento e oitenta mil oitocentos e quatro reais e sete centavos), totalizando uma despesa total orçada no valor de **R$ 18.080.407,18 (Dezoito milhões oitenta mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos)**.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos rendas e outras fontes, de receita corrente e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei com o seguinte desdobramento.

01 RECEITAS CORRENTES	**R$ 15.467.491,44**
Receitas Tributarias	R$ 949.900,00
Receitas de Contribuição	R$ 52.500,00
Receitas de Serviços	R$ 34.650,00
Receitas Patrimoniais	R$ 78.750,00
Transferência Corrente	R$ 16.339.984,86
Dedução de receitas	R$ -2.152.443,42
Outras Receitas Correntes	R$ 171.150,00

02 RECEITAS DE CAPITAL	**R$ 2.612.915,74**
Transferência de Capital	R$ 2.591.915,74
Alienação de Bens	R$ 21.000,00
Total	***R$ 18.080.407,18***

Art. 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros de Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei.

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01-Legislativa	R$ 774.750,95
04-Administração	R$ 2.439.672,98
06 – Segurança Pública	R$ 43.000,00
08-Assistência Social	R$ 969.082,28
10-Saúde	R$ 5.640.181,05
11 - Trabalho	R$180.804,07
12-Educação	R$ 3.657.499,37
13-Cultura	R$ 199.133,23
14 – Direitos da Cidadania	R$ 280.000,00
15-Urbanismo	R$ 803.445,34
16-Habitação	R$ 94.500,00
17-Saneamento	R$ 613.376,20
20-Agricultura	R$ 323.577,80
25-Energia	R$ 25.283,62
26-Transporte	R$ 1.529.725,03
27-Desporto e Lazer	R$ 195.571,19
28 – Encargos Especiais	R$ 130.000,00
99-Reserva de Contingência	R$ 180.804,07
TOTAL	R$ 18.080.407,18

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 CAMARA MUNICIPAL	R$ 774.750,95
02 GABINETE DO PREFEITO	R$ 915.217,24
03 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO	R$ 1.212.032,43
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R$ 3.856.632,60
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 5.640.181,05
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R$ 3.066.330,19
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R$ 323.577,80
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	R$ 969.082,28
09 SECRETARIA MUNICIPAL DEFINANÇAS	R$ 847.031,45
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INDIGENAS	R$ 280.000,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R$ 195.571,19
TOTAL	R$ 18.080.407,18

PROGRAMAS

0001	Processo Legislativo	774.750,92
0002	Atenção de Média e Alta Complexidade	2.173.613,34
0003	Administração Geral	1.999.249,67
0004	Vigilância em Saúde	189.203,47
0006	Administração Financeira	485.423,31
0007	Formação do Patrimônio do Servidor Público	180.804,07
0009	Assistência Farmacêutica	23.000,00
0010	Gestão do SUS	21.000,00
0015	Apoio a Produção Vegetal	23.763,90
0016	Abastecimento	299.813,90
0035	Transporte Escolar	382.000,00
0036	Merenda Escolar	44.357,72
0039	Expansão e Melhoria do Ensino Infantil	160.609,35
0040	Melhoria e Expansão do Ensino Fundamental	1.118.057,23
0043	Educação Básica Pública	1.952.475,07
0044	Incentivo ao Desporto Amador e Lazer	195.571,07
0046	Difusão Cultural	129.133,23
0048	Incentivo as Atividades Culturais	70.000,00
0058	Energia Elétrica	25.283,62
0059	Habitação	94.500,00
0060	Urbanismo	750.000,00
0063	Limpeza Urbana	53.445,34
0079	Atenção Básica	2.570.203,47
0080	Saneamento Básico	613.376,20
0090	Assistência Social em Geral	1.212.082,28
0092	Assistência ao Idoso	37.000,00
0101	Transportes Rodoviários	1.529.725,03
0104	Atividade a Cargo do Controle Interno	128.000,00
0105	Investimento em Saúde	663.160,77
9999	Reserva de Contingência	180.804,07
TOTAL		18.080.407,18

Art. 4º - A Despesa fixada, observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA

Despesas Correntes	R$ 15.166.686,37
Despesas de Capital	R$ 2.732.916,74
Reserva de Contingência	R$ 180.804,07
Total.....	R$ 18.080.407,18

Art. 5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 10.266.762,70 (Dez Milhões duzentos e sessenta e seis mil setecentos e sessenta e dois reais e setenta centavos).

08	Assistência Social	R$ 969.082,28
10	Saúde	R$ 5.640.181,05
12	Educação	R$ 3.657.499,37
Total		R$ 10.266.762,70

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:
I - abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze) por cento do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I,II e IV, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

II - fica o Poder Executivo autorizado a remanejar e transpor recursos entre órgãos e categorias econômicas, nos termos do artigo167, VI da Constituição Federal.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal
São José do Xingu/MT, 17 de dezembro de 2013.

RAQUEL CAMPOS COELHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vandete Araujo Lima Oliveira
Código Identificador:A671D9D1

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 547/2013

LEI MUNICIPAL nº 547/2013 De 17 DE dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CONCURSADOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

A Excelentíssima Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Senhora RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.
Art. 1º - **Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, concursados e contratados do Município de São José do Xingu - MT, constantes na folha de pagamento, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre os atuais vencimentos básicos, na forma estabelecida nesta Lei.**
Parágrafo primeiro **– A recomposição salarial tratada no *caput* será aplicada a partir do mês de janeiro de 2014.**

Parágrafo segundo **– A recomposição prevista no *caput* será aplicada somente sobre o salário base do servidor.**

Art. 2º - **Fica autorizado a atualização das tabelas de vencimentos de todos os Planos de Cargos, Carreira e Salários existentes no Município de acordo com as suas especificidades.**

Art. 3º - **As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas para o exercício de 2014.**

Art. 4º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 01 de Janeiro do ano de 2014.**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM, 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

RAQUEL CAMPOS COELHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vandete Araujo Lima Oliveira
Código Identificador:BC6EF7D8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL
1 BIM RREO 2013 AN II

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AFEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Dez 2012 (b)	Em 28Fev 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	116.741,84
DEDUÇÕES (II)	978,71	978,71	-
Ativo Disponivel	978,71	978,71	1.752,97
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	137.658,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-978,71	-978,71	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	116.741,84
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-978,71	-978,71	-116.741,84
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)		Jan a Fev 2013 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-115.763,13		-115.763,13
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL			VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Dez 2012 (b)	Em 28Fev 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:83E99A60

PREFEITURA MUNICIPAL
1 QUAD ANEXO II

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a ABRIL/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				LRF Cidadão 9.31 - 30/10/13
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	978,71	-	-	-
Ativo Disponível	978,71	2.987,47	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	123.753,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA(DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	7.953.019,13	8.140.832,29	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	120,00	120,00	120,00	120,00

FEDERAL - <%>				
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:847EEC5A

PREFEITURA MUNICIPAL
1 QUAD ANEXO III

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	7.953.019,13	8.140.832,29	8.629.465,41	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:76AA87F8

PREFEITURA MUNICIPAL
1 QUAD ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.629.465,41
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:FB3E01EE

PREFEITURA MUNICIPAL
2 QUAD 2013 ANEXO I

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 30/10/13
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	2.984.082,98
Pessoal Ativo	2.984.082,98
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	2.984.082,98
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	8.629.465,41
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	34,58
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	4.659.911,32
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	4.426.915,76
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:165B50A4

PREFEITURA MUNICIPAL
2 QUA RGF 2013 ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.631.710,74
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:B35C93CD

PREFEITURA MUNICIPAL
3 BIM 2013 ANEXO II

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AJUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO.

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Abr 2013 (b)	Em 30 Jun 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	978,71	-	-
Ativo Disponivel	978,71	2.987,47	5.592,90
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	123.753,00	119.987,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-978,71	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-978,71	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Jan a Jun 2013 (c - a)	
RESULTADO NOMINAL	0,00	978,71	
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL			VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Abr 2013 (b)	Em 30 Jun 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:702F2445

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013
AVISO DE FORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ADESÃO

Tendo em vista o Procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 009/2013 – para a aquisição de cestas de alimentos para atender o Projeto Natal da Família 2013, vinculado ao Convênio nº 172/2013 da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS, torna público a formalização do contrato com o fornecedor W. RIBEIRO CASCALHO-ME, conforme autorização do órgão licitante da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, para conhecimento dos interessados e efetivação do Ato. 18 de dezembro de 2013.

MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:4FF20966

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DE BENS

Relação dos lotes disponibilizados – sem garantia – no estado em que se encontram:

Lote 01 – SUCATA SEM DOCUMENTO:
- 01 Veículo Fiat Uno Mille, 2 portas, placa **GTD-4625**, sem rodas/pneus, etc. Avaliação **R$ 300,00**

Lote 02 – 01 Moto Honda XLR 125, ano 2000/01, placa **JZQ-3144**, chassis 9C2JD17101R001592, vermelha, parada. Avaliação **R$ 700,00**

Lote 03 – 01 Veículo Volks Gol, 4 portas, ano 2001, placa **KED-9088**, prata, parado. Avaliação **R$ 3.000,00**

Lote 04 – 01 Caminhão Ford F-600, ano 1976, placa **IBR-9675**, chassis LA7CRU67334, sem caixa de câmbio, motor faltando peças, com as rodas/pneus velhos, com tanque d´água. Avaliação **R$ 5.000,00**

Lote 05 – 01 Camionete MMB L-200 outdoor, cabina dupla, ano 2007, placa **KAR-2533**,
chassis 93XHNK7407C730466, vermelha, com as rodas faltando pneus. Avaliação **R$ 9.300,00**

Lote 06 – 01 Camionete MMB L-200, Triton, cabina dupla, ano 2008/09, placa **NJF-8563**,
chassis 93XJRKB8T9C809516, preta, problema eletrônico, bomba injetora etc. Avaliação **R$ 21.000,00**

Lote 07 – 01 Trator New Holand TL 80, ano 2001, série 88832, chassis 290018, funcionando, escapando marcha. Avaliação **R$ 11.000,00**

AVALIAÇÃO TOTAL DE 07 LOTES PARA LEILÃO ..... R$ 50.300,00
(importa a presente avaliação de 07 lotes para leilão em cinquenta mil e trezentos reais)

KLEIBER LEITE PEREIRA
Leiloeiro Público Oficial – Avaliador

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:A5EAA519

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 631/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. MARIA LUCIA DA SILVA TREVISAN DE OLIVEIRA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. MARIA LUCIA DA SILVA TREVISAN DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS C/POS 40HS, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 29 de Outubro de 2013 e término em 25 de Fevereiro de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000068P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 29 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 12 DE NOVEBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:0E8A0D58

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 632/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. ANDREIA VIARO FENNER SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ANDREIA VIARO FENNER SILVA, efetiva no cargo de ZELADORA, lotada na SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE, com vencimentos integrais, a partir de 21 de Outubro de 2013 e término em 17 de Fevereiro de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000066P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 21 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 12 DE NOVEBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:BF420A27

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 629/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. EDILENE ALVES DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. EDILENE ALVES DA SILVA, efetiva no cargo de agente de serviços de saúde, lotada na SEC. MUN. DE SAÚDE com vencimentos integrais, a partir de 29 DE Outubro de 2013 e término em 25 de Fevereiro de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000067P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 12 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 12 DE NOVEBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:8C1BD750

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 630/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. ELIANE APARECIDA CICILIATI"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ELIANE APARECIDA CICILIATI, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 28 de Outubro de 2013 e término em 24 de Fevereiro de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000065P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 28 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 12 DE NOVEBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:6C68CFAE

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 627/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. JOSANIA VASCONCELOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. JOSANIA VASCONCELOS, efetiva no cargo de agente de serviço de saúde, lotada na SEC. MUN. DE saúde com vencimentos integrais, a partir de 11 de Novembro de 2013 e término em 10 de Março de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000069P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 11 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 31 DE OUTUBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:4D602AF9

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 628/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. KENIA JANAINA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de Setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. KENIA JANAINA SILVA, efetiva no cargo de agente de serviços de saúde, lotada na SEC. MUN. DE SAÚDE com vencimentos integrais, a partir de 12 de Novembro de 2013 e término em 11 de Março de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.08.0000000070P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 12 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 12 DE NOVEBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:0328BA0D

PREVI SINOP
PORTARIA N.614/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora EDNA BALBINO FERREIRA DOS SANTOS (2)"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. EDNA BALBINO FERREIRA DOS SANTOS, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS C/POS 40HS lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 08 de Novembro de 2013 e término em 17 de Novembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000437P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 08 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:1DF4DA69

PREVI SINOP
PORTARIA Nº 605/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ADIR DO CARMO PEREIRA BARROS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidor Sr. ADIR DO CARMO PEREIRA BARROS, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/POS 40HS lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 29 de Novembro de 2013 e término em 28 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000443P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 29 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:F97D4944

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 595/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a ANTONIA VIANA DA CONCEIÇÃO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ANTONIA VIANA DA CONCEIÇÃO, efetiva no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO lotada na SEC. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Outubro a 29 de Novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000477P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data retroativa a 31 de Outubro de 2013 de revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop/mt

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:031DE2BD

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 602/2013

Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidor ANTONIO RIDRIGUES PINHEIRO''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidor Sr. ANTONIO RIDRIGUES PINHEIRO, efetivo no cargo de

MOTORISTA II lotado na SEC. MUN. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, com vencimentos integrais, a partir de 30 de Outubro 2013 e término em 31 de Janeiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000415P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 30 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 03 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:6125F9AC

PREVI SINOP
PORTARIA N 584/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora APARECIDA DE FATIMA MORENO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª APARECIDA DE FATIMA MORENO, efetivo no cargo de ZELADORA, lotada na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Outubro 2013 e término em 29 de Novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000407P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 31 de Outubro de 2013 de, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:62F30A9D

PREVI SINOP
PORTARIA N.º593/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor BIBIANO RIBEIRO DOS SAMNTOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. BIBIANO RIBEIRO DOS SAMNTOS, efetivo no cargo de GARI lotado na SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com vencimentos integrais, a partir de 05 de Novembro de 2013 e término em 01 de Janeiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000439P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 05 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:8FB05045

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 580/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a CICERA MARIA DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª CICERA MARIA DA SILVA, efetivo no cargo de cozinheira, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 07 de novembro de 2013 e término em 04 de Fevereiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000474P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 07 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:16C76E51

PREVI SINOP
PORTARIA Nº 582/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora CLAUDIANE RODRIGUES GOME"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. CLAUDIANE RODRIGUES GOMES, efetivo no cargo de FISIOTERAPEUTA lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 14 de Novembro de 2013 e término em 11 de Fevereiro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000398P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa 14 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:F10D3BA3

PREVI SINOP
PORTARIA N.579/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora CLEUNICE MAFORTE DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. CLEUNICE MAFORTE DA SILVA, efetivo no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃ, com vencimentos integrais, a partir de 28 de novembro de 2013 e término em 27 de dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000434P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 28 de novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:2B07FBCB

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 624/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a DANIELE FABIANA FREITAS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. DANIELE FABIANA FREITAS, efetiva no cargo de TECNICO DE LABORATORIO, lotada na SEC. DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 30 Outubro de2013 e término em 28 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.08.0000000438P

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 30 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:B056F15A

PREVI SINOP
PORTARIA N.601/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora DEBORA ALEXANDRA PINHO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. DEBORA ALEXANDRA PINHO, efetivo no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 03 de Novembro de 2013 e término em 02 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000450P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 03 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D1A874D3

PREVI SINOP
PORTARIA N.619/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora EDICLEIA CASTILHO FAGNANI"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. EDICLEIA CASTILHO FAGNANI, efetivo no cargo de SECRETARIO ESCOLAR lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 22 de Novembro de 2013 e término em 21 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000435P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 22 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:64FC84CB

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 589/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora LECIR GASPARINA RODRIGUES FARAH."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei

Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª LECIR GASPARINA RODRIGUES FARAH, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/POC 20HS, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 11 de Novembro de 23013 e término em 25 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000451P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 11 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:4A18C7D3

PREVI SINOP
PORTARIA Nº 596/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ZENILDA DA CONCEIÇÃO DE MARCO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidor Sr. ZENILDA DA CONCEIÇÃO DE MARCO, efetivo no cargo de ZELADORA lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 20 de novembro de 2013 e término em 04 de dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000479P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 20 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 DE Dezembro de2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:1C560537

PREVI SINOP
PORTARIA N.476/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ELIANE LUZIA GRANJA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. ELIANE LUZIA GRANJA, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAUDE lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 26 de Novembro de 2013 e término em 04 de Janeiro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000427P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 26 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:3331569B

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 604/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a ESTER FRANCO DO NASCIMENTO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª ESTER FRANCO DO NASCIMENTO, efetivo no cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM lotada na Secretaria de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 10 de Novembro de 2013 e término em 24 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000459P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 10 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:F749DC18

PREVI SINOP
PORTARIA N.621/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora FABIANA MACHADO BALKE''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. FABIANA MACHADO BALKE, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAUDE lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 28 de Outubro 2013 e término em 26 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000412P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa 28 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:7FECC495

PREVI SINOP
PORTARIA N.591/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidor GENICEIA PERICIM"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª GENICEIA PERICIM, efetivo no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Sec. Mun. De Educação com vencimentos integrais, a partir de 13 de Novembro de 2013 e término em 11 de Janeiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000449P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa de 13 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:98D8E217

PREVI SINOP
PORTARIA N.586/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora GEOVANE EDINARA MAGGONI LINKOSK"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. GEOVANE EDINARA MAGGONI LINKOSKI, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/ POS 40HS lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 20 de Outubro de 2013 e término em 18 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000429P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 20 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:209A42E8

PREVI SINOP
PORTARIA N.572/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora GISELE SOUZA DO CARMO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. GISELE SOUZA DO CARMO, efetivo no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Outubro de 2013 e término em 29 de Novembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.0000423P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:6E0F0816

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 585/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora GLORIA FURLANETO OLIVA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, e suas alterações resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª GLORIA FURLANETO, efetivo no cargo de ZELADORA lotada na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 27 de Outubro de 2013 e término em 24 de Abril de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000149P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 27 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop/mt

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:951ACC2D

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 583/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor JORGE AUGUSTO DE PAULA BEVILAQUIA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidor Sr. JOSE JORGE AUGUSTO DE PAULA BEVILAQUIA, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAUDE lotada na SEC. DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 20 de novembro de 2013 e término em 29 de novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.0000000424P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 20 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:3A01C794

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 609/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a JOSE ALVES MIRANDA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª JOSE ALVES MIRANDA, efetivo no cargo de OPERARIO BRAÇAL lotada na Sec. Mun. De Obras e Serviços Urbanos, com vencimentos integrais, a partir de 09 de Novembro 2013 e termino em 07 de Maio de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000455P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 09 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Julho de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:4B40EA0C

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 576/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor JOSE VANDERLEI DOS SANTOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidor Sr. JOSE VANDERLEI DOS SANTOS, efetivo no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO lotada na SEC. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 21 de novembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.0000000466P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 21 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D77B979C

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 590/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora LECIR GASPARINA RODRIGUES FARAH."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª LECIR GASPARINA RODRIGUES FARAH, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/POC 20HS, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 11 de Novembro de 23013 e término em 25 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000462P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 11 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:69676900

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 615/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. MARIA FRANCISCA DOS SANTOS SOILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARIA FRANCISCA DOS SANTOS SOILVA, efetivo no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTUTURA lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 19 de Novembro de 2013 e término em 28 de dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000467P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:B4497477

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 607/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. LEDA MARIA DOS SANTOS PRADO"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª LEDA MARIA DOS SANTOS PRADO, efetivo no cargo de técnico de enfermagem lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Outubro de 2013 e término em 29 de Novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000375P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 31 DE OUTUBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:0841328A

PREVI SINOP
PORTARIA N.608/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora LIONETE APARECIDA FERNANDES DE MOURA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. LIONETE APARECIDA FERNANDES DE MOURA, efetivo no cargo de ZELADORA lotado na SEC. MUN, DE PLANEJAMENTO, CIENCIA E TECNOLOGIA, com vencimentos integrais, a partir de 03 de Novembro de 2013 e término em 16 de Janeiro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000442P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:B5CA467C

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 626/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora LUCIANA RODRIGUES KNOLL''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª LUCIANA RODRIGUES KNOLL, efetivo no cargo de CIRURGIÃ DENTISTA 20HRS lotada na SEC. MUN. DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 21 de Novembro de 2013 e término em 18 de Fevereiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000445P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 21 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:6D88E17A

PREVI SINOP
PORTARIA N.º625/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora LUCIANA RODRIGUES KNOLL''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª LUCIANA RODRIGUES KNOLL, efetivo no cargo de CIRURGIÃ DENTISTA 20HRS lotada na SEC. MUN. DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 21 de Novembro de 2013 e término em 18 de Fevereiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000446P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 21 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:15C74D48

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 581/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a LUZIA DE SOUZA MATOS DA SILVA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei

Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. LUZIA DE SOUZA MATOS DA SILVA, efetiva no cargo de OPERARIO BRAÇAL, lotada na SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL, com vencimentos integrais, a partir de 03 de novembro de 2013 e término em 01 de janeiro de 2013 forme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000451P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data retroativa a de 03 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:80AF7A5B

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 575/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARCIA CRISTINA FREITAS CERVAN''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARCIA CRISTINA FREITAS CERVAN, efetivo no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 23 de outubro de 2013 e término em 21 de novembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000363P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 23 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 29DE NOVEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:FBE6CFE6

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 599/2013

Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARCIA REGINA CHIMIT."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARCIA REGINA CHIMIT, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, com vencimentos integrais, a partir de 05 de Novembro de 2013 e término em 06 de Janeiro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000452P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 05 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 03 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:7CF5A8BD

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 598/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora KATIA FIDELIS DA SILVA''

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª KATIA FIDELIS DA SILVA, efetivo no cargo de AUXILIAR INFRA DE MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 15 de novembro de 2013 e término em 13 de abril de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000468P

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 15 de novembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:295CF333

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 623/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARIA APARECIDA MAIA PIMENTEL"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARIA APARECIDA MAIA PIMENTEL, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 27 de Outubro de 2013 e término em 25 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000441P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 27 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D097E06A

PREVI SINOP
PORTARIA 571/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARIA CRISPIM QUEIROZ"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. MARIA CRISPIN QUEIROZ, efetivo no cargo de ZELADOR lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 16 de Novembro de 2013 e término em 13 de fevereiro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000425P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 16 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:03B905C5

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 616/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARIA DA LUZ DOMINGOS TODESCATO."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARIA DA LUZ DOMINGOS TODESCATO, efetivo no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 16 de Novembro de 2013 e término em 13 DE FEVEREIRO de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.00000470P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 16 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:8C894115

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 577/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. MARIA ELENA DIAS DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARIA ELENA DIAS DA SILVA, efetivo no cargo de técnico de enfermagem lotada na Secretaria de saúde, com vencimentos integrais, a partir de 02 de novembro de 2013 e término em 11 de dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000463P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a de 02 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:ABC2B67D

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 574/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. MARIA ELENA DIAS DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª MARIA ELENA DIAS DA SILVA, efetivo no cargo de técnico de enfermagem lotada na Secretaria de saúde, com vencimentos integrais, a partir de 03 de outubro de 2013 e término em 01 de novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000376P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVI-SINOP

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:38763AA1

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 597/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor PAULO VIEIRA DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de

MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. PAULO VIEIRA DA SILVA, efetivo no cargo de GARI lotado na SAAES SERVIÇOS E AGUA E ESGOTO, com vencimentos integrais, a partir de 02 de novembro de 2013 e término em 01 de dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000453P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:1F0A6316

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 569/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a MARIA HELENA CARDOSO."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. MARIA HELENA CARDOSO, efetiva no cargo de ZELADORA lotada na SEC. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 01 de Novembro a 31 de Janeiro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000416P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data retroativa a 01 de Novembro de 2013 de revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop/mt

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:74FA72C0

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 606/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. NAIR APARECIDA DOS SANTOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª NAIR APARECIDA DOS SANTOS, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/POS 20HS, lotada na Sec. Mun. De Educação, com vencimentos integrais, a partir de 11 de Novembro de 2013 e termino em 10 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000444P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 11 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 03 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:775CB7A9

PREVI SINOP
PORTARIA N.º578 /2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA DOS SANTOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA DOS SANTOS, efetivo no cargo de OPERARIO BRAÇAL lotada na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 07 de novembro de 2013 e término em 20 de janeiro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000428P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data de 07 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previsinop/mt

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:88DF96D5

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 584/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora NEUSA DE OLIVEIRA SILVA FREITTAG"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª NEUSA DE OLIVEIRA SILVA FREITTAG, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/POS 40HS, com vencimentos integrais, a partir de 05 de Outubro de 2013 e término em 02 de Fevereiro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000421P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 05 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:CA4E8212

PREVI SINOP
PORTARIA N.588/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora NOEMIA MONSO ARDUINI"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. NOEMIA MONSO ARDUINI, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM GEOGRAFIA 40HS lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 16 de Novembro de 2013 e término em 20 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000426P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa 16 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:9BE577B1

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 622/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. OLINDA CARVALHO SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. OLINDA CARVALHO SILVA, efetivo no cargo de técnico de desenvolvimento infantil lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 31 de Outubro de 2013 e término em 29 de Novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000460P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de Outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D277908E

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 620/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. OLINDA CARVALHO SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. OLINDA CARVALHO SILVA, efetivo no cargo de técnico de desenvolvimento infantil lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 30 de Novembro de 2013 e término em 31 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000475P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 30 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:BF493782

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 600/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ONEY BARBOSA VIEIRA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. ONEY BARBOSA VIEIRA, efetivo no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM lotada na SEC. MUN. DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 06 de Outubro de 2013 e término em 04 de Dezembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000404P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa de 06 de Outubro de 2013 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:20884895

PREVI SINOP
PORTARIA N.618/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora VILMA APARECIDA LEITE"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. VILMA APARECIDA LEITE, efetivo no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 30 de Outubro de 2013 e término em 28 de Novembro de 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000430P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 30 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:A4CC337C

PREVI SINOP
PORTARIA N 611/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidor PLINIO SALTON"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidora Sr. PLINIO SALTON, efetivo no cargo de motorista III lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 14 de Dezembro de 2013 e término em 11 de fevereiro de 2014 conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000478P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 19 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:85639903

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 617/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ROSANA DOS SANTOS"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª ROSANA DOS SANTOS, efetivo no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, com vencimentos integrais, a partir de 20 de Novembro de 2013 e término em 19 de Dezembro de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.000000431P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com data retroativa 20 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 11 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:A3D2308E

PREVI SINOP
PORTARIA N.573/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ROSANGELA DE LUCIA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. ROSANGELA DE LUCIA, efetivo no cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 29 de Outubro de 2013 e término em 29 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000456P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 29 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:3CFEA746

PREVI SINOP
PORTARIA N.º 594/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a SEBASTIANA DA CONCEIÇAO DE OLIVEIRA"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. SEBASTIANA DA CONCEIÇAO DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de AGENTE CDE SERVIÇOS DE SAUDE lotada na SEC. DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 08 de Novembro de 2013 e término em 07 de Março de 2014, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2012.05.000000436P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data 08 de Novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 02 DE AGOSTO DE 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:017A933E

PREVI SINOP
PORTARIA N.587/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora SIDIMARA RIGOTTI"

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. SIDIMARA RIGOTTI, efetivo no cargo de ATENDENTE DE CRECHE lotado na SEC. MUN, DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 13 de Novembro de 2013 e término em 12 de Dezembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000427P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 13 de Novembro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 02 de Dezembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:6363D6DF

PREVI SINOP
PORTARIA N.570/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora TANIA MARIA KAVASKI'

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal nº. 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. TANIA MARIA KAVASKI, efetivo no cargo de ZELADOR lotado na SEC. MUN, DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 21 de Outubro de 2013 e término em 19 de Novembro 2013, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º 2013.05.00000406P.

Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 21 de Outubro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP – MT, 29 de Novembro de 2013.

CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do Previ-sinop

Publicado por:
Flaviane Pauli Gonçalves
Código Identificador:D3560312

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 590, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia a servidora, Senhora SANDRA ORDAKOWSKI para exercer a função de diretora no Cemeis Bom Jesus, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Sandra Ordakowski para o exercício da função de diretora no Cemeis Bom Jesus para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:7E829B0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 592, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia a servidora, Senhora KÉSIA EVANGELISTA DE LIMA BREIER para exercer a função de diretora no Cemeis Antonio Santo Cappelari, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Késia Evangelista de Lima Breier para o exercício da função de diretora no Cemeis Antonio Santo Cappelari para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.

Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6D2CD355

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 593, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia a servidora, Senhora GECELDA LEMES GOMES para exercer a função de diretora no Cemeis Criança Esperança, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Gecelda Lemes Gomes para o exercício da função de diretora no Cemeis Criança Esperança para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:32C65C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 594, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia a servidora, Senhora CLAUDILENE ANDREIA BARRETO DA SILVA para exercer a função de diretora no Cemeis Flor do Amanhã, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Claudilene Andreia Barreto da Silva para o exercício da função de diretora no Cemeis Flor do Amanhã para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:80B61F14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 595, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ODETE MARIA TURRA STEFANELLO para exercer a função de diretora no Cemeis Francisco Wilmar Garcia, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Odete Maria Turra Stefanello para o exercício da função de diretora no Cemeis Francisco Wilmar Garcia para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:8F059A01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 596, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora DORCA FERNANDES BARBOSA para exercer a função de diretora no Cemeis Jardim Amazônia, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Dorca Fernandes Barbosa para o exercício da função de diretora no Cemeis Jardim Amazônia para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:530D104A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 597, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ILUIR LORENSETTI TIECHER para exercer a função de diretora no Cemeis Pingo de Amor, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Iluir Lorensetti Tiecher para o exercício da função de diretora no Cemeis Pingo de Amor para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:48809B16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 599, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora LISANDRA BARBOSA DA SILVA para exercer a função de diretora no Cemeis São José, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Lisandra Barbosa da Silva para o exercício da função de diretora no Cemeis São José para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:7904BA84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 600, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA para exercer a função de diretora no Cemeis Sonho Encantado, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Maria do Socorro Pereira da Silva para o exercício da função de diretora no Cemeis Sonho Encantado para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:5BA9E79F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 601, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a Servidora, Senhora Aldria Maria Fragoso Gabanha Para Exercer a Função de Diretora na Escola Municipal Caravágio, e Dá Outras Providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Aldria Maria Fragoso Gabanha para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Caravágio para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:5448568B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 602, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora VALCILENE COELHO LIMA MOURA MARINHO para exercer a função de diretora na Escola Municipal Flor do Amanhã, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Valcilene Coelho Lima Moura Marinho para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Flor do Amanhã para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E4E76AAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 603, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora LAÍSE CECÍLIA SLOBODA para exercer a função de diretora na Escola Municipal Francisco Donizete de Lima, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Laíse Cecília Sloboda para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Francisco Donizete de Lima para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:8C8704E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 604, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARCIA SIBILA PICOLI DA SILVA para exercer a função de diretora na Escola Municipal Gente Sabida, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Marcia Sibila Picoli da Silva para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Gente Sabida para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6D8BC7E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 605, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARCILENE LOPES DE OLIVEIRA COUTINHO SCÁRDUA para exercer a função de diretora na Escola Municipal Jardim Amazônia, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Marcilene Lopes de Oliveira Coutinho Scárdua para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Jardim Amazônia para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E498DC70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 606, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARIA APARECIDA LACERDA ARAÚJO para exercer a função de diretora na Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações:Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Maria Aparecida Lacerda Araújo para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:86F2A361

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 607, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

PORTARIA Nº 607, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora JASSANAN PEREIRA DE SOUZA para exercer a função de diretora na Escola Municipal Leonel de Moura Brizola, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Jassanan Pereira de Souza para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Leonel de Moura Brizola para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:F1B87D41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 608, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ALEXIMARA ANDRASKI para exercer a função de diretora na Escola Municipal Papa João Paulo II, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Aleximara Andraski para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Papa João Paulo II para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:5DBB7F44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 609, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ELKE NATÁLIA AMORIN SOUZA LAUXEN para exercer a função de diretora na Escola Municipal Geni Terezinha Forgiarini, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Elke Natália Amorin Souza Lauxen para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Geni Terezinha Forgiarini para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:A93C8267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 610, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ROSIMEIRE APARECIDA TORRES para exercer a função de diretora na Escola Municipal Ivete Lourdes Arenhardt, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Rosimeire Aparecida Torres para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Ivete Lourdes Arenhardt para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.

Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:C7A27A85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 611, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora DENISE ESTEVES STELLATO para exercer a função de diretora na Escola Municipal Rui Barbosa, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Denise Esteves Stellato para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Rui Barbosa para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:90FCF7B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 612, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora DANIELA DOS SANTOS para exercer a função de diretora na Escola Municipal Valter Leite Pereira, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Daniela dos Santos para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Valter Leite Pereira para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B2806EF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 613, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor MARCOS DA SILVA BREVE para exercer a função de diretor na Escola Municipal Primavera, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Professor Marcos da Silva Breve para o exercício da função de diretor na Escola Municipal Primavera para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:0B88BC8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 614, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor RODRIGO DE VARGAS HAHN para exercer a função de diretor na Escola Municipal São Domingos, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Professor Rodrigo de Vargas Hahn para o exercício da função de diretor na Escola Municipal São Domingos para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:A5F0B521

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 068/2013

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE- MÃEZINHA DO CÉU

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 2.298/2013
OBJETO: Repasse de recursos financeiros para custear despesas com manutenção da Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente-Mãezinha do Céu.
VALOR TOTAL: R$ 17.000,00
VIGÊNCIA: 20/12/2013 a 31/12/2013
DATA DE ASSINATURA: 20/12/2013

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:46CD4457

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 069/2013

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SORRISO- PARÓQUIA SÃO PEDRO

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 2.298/2013
OBJETO: Repasse de recursos financeiros para custear despesas com manutenção da Associação dos Amigos da Criança e do Adolescente De Sorriso- Paróquia São Pedro.
VALOR TOTAL: R$ 6.832,54
VIGÊNCIA: 20/12/2013 a 31/12/2013
DATA DE ASSINATURA: 20/12/2013

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:62A4B78B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 068/2013

CENTRO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 2.298/2013
OBJETO: Repasse de recursos financeiros para custear despesas com manutenção da Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente-Mãezinha do Céu.
VALOR TOTAL: R$ 28.600,00
VIGÊNCIA: 20/12/2013 a 31/12/2013
DATA DE ASSINATURA: 20/12/2013

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6DDE6186

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 615, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor AGNALDO DA SILVA para exercer a função de diretor na Escola Municipal Aureliano Pereira da Silva, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Professor Agnaldo da Silva para o exercício da função de diretor na Escola Municipal Aureliano Pereira da Silva para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:57DA2093

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 616, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor JOSÉ CARLOS PENARIOL para exercer a função de diretor no CEMEB Sorriso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Professor José Carlos Penariol para o exercício da função de diretor no CEMEB Sorriso para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:57926EE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 617, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor WELLINGTON ANGELO PADUAN para exercer a função de diretor na Escola Municipal Boa Esperança, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Professor Wellington Angelo Paduan para o exercício da função de diretor na Escola Municipal Boa Esperança para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B6284D08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 618, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia o servidor, Senhor EDSON JOSÉ DOS SANTOS para exercer a função de diretor na Escola Municipal Jardim Bela Vista, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Professor Edson José dos Santos para o exercício da função de diretor na Escola Municipal Jardim Bela Vista para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E4AC8E79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 619, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora RITA CÁSSIA DE BARROS E SILVA para exercer a função de diretora na Escola Municipal Vila Bela, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Rita de Cássia de Barros e Silva para o exercício da função de diretora na Escola Municipal Vila Bela para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:06A2A9F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 620, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora SIRLENE MARTINS para exercer a função de diretora no Cemeis Espaço Criança, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Sirlene Martins para o exercício da função de diretora no Cemeis Espaço Criança para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º A Direção é o órgão responsável pela organização geral do Estabelecimento de Ensino, bem como pelo planejamento e avaliação de todos os serviços escolares.
Art. 3º É o cargo a quem compete à efetiva orientação dos trabalhos técnicos, perante os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais e a comunidade.
Art. 4º As demais competências para o exercício do cargo de Diretor(a) estão especificadas no Art. 4º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:C3E6D474

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 621, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora SIMONE APARECIDA RUOTOLO para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Caminhos do Saber, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Simone Aparecida Ruotolo para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Caminhos do Saber para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:5EE04FA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 622, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ROBERTA NOVELLO DE BEM para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Antonio Santo Cappelari, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Roberta Novello de Bem para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Antonio Santo Cappelari para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B2732C67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 623, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARIZANE BRUNETTO TURMINA para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Pingo de Amor, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Marizane Brunetto Turmina para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Pingo de Amor para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6B91443B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 624, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora SOLANGE FERREIRA DE SOUZA MORAES para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Sonho Encantado, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Solange Ferreira de Souza Moraes para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no Cemeis Sonho Encantado para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:2F411123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 625, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARILIVIA APARECIDA VARGAS CARDOSO para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no CEMEB Sorriso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Marilivia Aparecida Vargas Cardoso para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no CEMEB Sorriso para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:1B581DB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 626, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora SALETE GAMBETA FURLAN para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no CEMEB Sorriso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Salete Gambeta Furlan para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica no CEMEB Sorriso para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:A82E8426

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 627, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARIA IVONETE DA MOTA para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Aureliano Pereira da Silva, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Maria Ivonete da Mota para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Aureliano Pereira da Silva para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:49F263F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 628, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora NORMÉLIA SCHIEFELBEIN COMELI para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Aureliano Pereira da Silva, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Normélia Schiefelbein Comeli para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Aureliano Pereira da Silva para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:2CE5640C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 629, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora AMANDA DE ANDRADE para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Caravágio, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Amanda de Andrade para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Caravágio para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:757E9BD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 630, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora APARECIDA ALVES BRITO SOARES para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Gente Sabida, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Aparecida Alves Brito Soares para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Gente Sabida para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:890A3993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 631, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora FLORDELI PACÍFICO para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Gente Sabida, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Flordeli Pacífico para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Gente Sabida para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:9AA56558

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 632, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora LISETE BERNADETE NUNES para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Jardim Bela Vista, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Lisete Bernadete Nunes para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Jardim Bela Vista para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:F87643D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 633, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARY CLEUSA ANTONIA BORTOLAIA CARMONA para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Jardim Bela Vista, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Mary Cleusa Antonia Bortolaia Carmona para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Jardim Bela Vista para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:49F8435F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 634, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora NILZA MORENO DOS SANTOS para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Jardim Bela Vista, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Nilza Moreno dos Santos para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Jardim Bela Vista para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:38AE8BA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 635, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ELEIDA MARANGON DEBASTIANI para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Eleida Marangon Debastiani para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:05A556CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 636, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora CLEONICE MARIA BERTOTTI DA COSTA para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Leonel Moura Brizola, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Cleonice Maria Bertotti da Costa para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Leonel Moura Brizola para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:76AD4195

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 637, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ISA CALIL para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Leonel Moura Brizola, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Isa Calil para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Leonel Moura Brizola para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6CE202ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 638, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARIA JANE ALVES MOURA DE NOVAIS para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Papa João Paulo II, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;
Ø
Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Maria Jane Alves Moura de Novais para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Papa João Paulo II para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:FA5A84E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 639, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora MARLETE FRIGO BAUMGRATZ para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Papa João Paulo II, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Marlete Frigo Baumgratz para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Papa João Paulo II para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:DD63E59E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 640, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia a servidora, Senhora ANDRÉIA APARECIDA BERTACINI LUCAS para exercer a função de Coordenadora Pedagógica na escola Municipal Primavera, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Ø Considerando o que estabelece as legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 9.394/1996 – LDB, o Decreto Federal nº. 6.094/2007, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nºs 139/2011; 162/2012; 164/2013 e 165/2013, com relação a gestão democrática nas unidades escolares;

Ø Considerando o Edital nº 001/2013, de 09 de julho de 2013;

Ø Considerando o cumprimento do que estabelecem as legislações e o Edital acima citados pelos candidatos, bem como a aprovação pela comunidade escolar em processo eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Professora Andréia Aparecida Bertacini Lucas para o exercício da função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Primavera para o mandato no biênio 2014/2015.
Art. 2º O serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo garantir a unidade de planejamento pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos da Escola.
Art. 3º As demais competências para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica estão especificadas no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para o exercício do cargo acima especificado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:136348E5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 152/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Auto Posto Luizão Ltda- C.N.P.J nº 36.881.605/0001-86
OBJETO: Aquisição de Combustível para manutenção da frota de veiculos da Prefeitura Municipal, conforme Pregão Presencial nº06 e Ata de RSP 02/2013.
Valor Contr. R$ 54.984,00- Assinatura de Contrato em, 18/12/2013.

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:7D5B8B91

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 153/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Bertamafe Supermercado Ltda- C.N.P.J nº 09.677.050/0001-82
OBJETO: Aquisição de 300 (trezentas) cestas de natal 2013. Conforme convenio 175/2013 e convite 22/2013.
Valor Contr. R$ 12.000,00- Assinatura de Contrato em, 23/12/2013.

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:4FC16660

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 572/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 19/12*/2013, com término em 17/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 17/04/2012 à 16/04/2013, a*o servidor ***CARLOS ANTONIO ROBERTO*****,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.917.498-5 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 028.211.081.09, servidor com matricula no RH nº. 1365, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5DBC01E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 573/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder ***"FÉRIAS",*** *aos* servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, Art. 52, Inciso I, alínea "b" da Lei 836/2011 e ainda, com a Constituição Federal.

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Donizete Lamera	16/04/2012 a 15/04/2013	19/12/2013 a 17/01/2014
Gerson Fernandes da Silva	28/05/2012 a 27/05/2013	19/12/2013 a 17/01/2014
Marcelo da Silva Nascimento	08/05/2012 a 07/05/2013	19/12/2013 a 17/01/2014
Maria Ivone de Melo Laranja	04/03/2012 a 03/03/2013	19/12/2013 a 17/01/2014
Maria Cristiane Maximiano	02/04/2011 a 01/04/2012	19/12/2013 a 02/01/2014

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:1DE14FDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 574/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ALEXANDRA STOCKMAM LUDWIG, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 7.164.614-9 SSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 044.685.269.47, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:75C9732F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 575/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **AMANDA BEZERRA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.330.114-7 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 042.166.811.31, no cargo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:9F084FE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 576/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ANA PAULA FERNANDES BORGES, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.322.545-6 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 942.974.441.00, no cargo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:A74E2AC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 577/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ANA PAULA MOURA FERREIRA DA SILVA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.426.934-1 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 996.103.961.00, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:55F6FABB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 578/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **CLEUNICE MARIA PEREIRA LOPES, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.065.147-3 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 841.931.071.91, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:AD20A2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 579/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO do Senhor **EDIMAR EBERSON BORGES, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 1.874.627-6 SJSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 028.402.671.95, no cargo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EF64BE4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 580/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ELIZETE DOS SANTOS MACENO, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.382.607-7 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 927.887.181.87, no cargo de **PROFESSORA SEM FORMAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:6EF469E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 581/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **FRANCIELY SILVA LIMA ALVES DE SOUZA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.833.975-1 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 019.989.731.07, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:64BBEF43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 582/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **GISELE TEIXEIRA ALVES LOPES, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 001.381.035 SSP/MS, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 000.137.231.97, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:0E742F48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 583/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ITANIA PATRICIA DOS SANTOS CRUZ, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 5.871.479 SDS/PE, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 032.781.564.71, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:96597B03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 584/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **IVANI DOS REIS SCHAEDLER, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.556.818-0 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 008.629.231.58, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO NÃO PROFISSIONALIZADO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:8CB4F8CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 585/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **IVANILZA RUFATTO, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 7.009.667-6 SSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 004.558.039.19, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:D25C6AFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 586/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO do Senhor **JOSE GERALDO COUTINHO DE ANDRADE, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 3.766.972 SSP/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 683.870.754.34, no cargo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:F61D71BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 587/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **JOSIMAR ALVES DE SOUZA ROVARI, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.708.368-0 SJSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 012.140.691.18, no cargo de **TÉCNICO DE**

DESENVOLVIMENTO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:8040D7DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 588/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **LEILA RICKEN DO NASCIMENTO, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.212.063-7 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 035.094.631.02, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:AA2C3A80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 589/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **LINDSAY RIBEIRO ALVES DA COSTA TEIXEIRA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 41.751.415-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 011.211.911.50, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO NÃO PROFISSIONALIZADO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:21C0B4A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 590/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **LIZIANE LIMA DA SILVA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.874.653-5 SJSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 027.492.251.75, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO NÃO PROFISSIONALIZADO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:50A97EDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 591/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **LORAINE CAROLINA BARBOSA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 8.660.268-7 SSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 046.232.139.86, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:BFF27C81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 592/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **MARLENI TREUHERZ GIROTO, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 146.111 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 116.647.890.49, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2ED2ED84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 593/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **REGIANE BARROS DOS SANTOS, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 826.475 SSP/MS, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 009.208.141.07, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:44F171FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 594/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **RONILDA WESTPHAL, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 828.445 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 840.396.981.34, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipa

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:6F6E086F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 595/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ROSANA ALVES DE SOUZA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.102.684-0 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 029.622.341.78, no cargo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:298E002F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 596/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **TANIA PEREIRA DA ROCHA, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.072.320-2 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 031.544.041.47, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3583284F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 597/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **VANIA FERNANDA HARDT STOCKMANN, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 8.734.780-0 SSP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 050.150.629.23, no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:18205196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 598/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20/12*/2013, com término em 18/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 21/05/2012 à 20/05/2013*, a servidora ***ANTONIA DOMINGOS DA SILVA RIBEIRO RODRIGUES*,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.217.948-5 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 987.010.021.04, servidora com matricula no RH nº. 1110, no cargo de **Agente de Apoio à Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:CB40324F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 599/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias****, aos* servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, Art. 52, Inciso I, alínea "b" da Lei 836/2011 e ainda, com a Constituição Federal.

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Douglas Stockmann	19/04/2013 a 18/04/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
Elival José Maximiano	12/06/2012 a 11/06/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
José Carlos Alves de Souza	02/07/2013 a 01/07/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
José Maria da Silva	10/03/2012 a 09/03/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
Mauri Ângelo Ribeiro	23/04/2012 a 22/04/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
Norival Bertinati	25/04/2012 a 24/04/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
Olemes Thomas Bertogna	01/06/2013 a 31/05/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
Oretides Siqueira Sobrinho	16/04/2013 a 15/04/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
Romildo Vieira da Silva	13/04/2013 a 12/04/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
Valmir Luiz Ludwig	24/04/2013 a 23/04/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
Walter César Soares Souza	11/07/2012 a 10/07/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
Wanderley Moura do Nasc.	05/06/2012 a 04/06/2013	23/12/2013 a 21/01/2014

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:95814259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 600/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 19/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 17/06/2012 à 16/06/2013*, a servidora ***GEISA DIAS TAVARES DA SILVA PEREIRA*,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.601.732-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 012.266.701.80, servidora com matricula no RH nº. 1293, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipa

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:668DBDDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 601/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 03/09/2012 à 02/09/2013*, ao servidor ***JOSE RICARDO RODRIGUES*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 29.982.902-9 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 267.255.168.58, servidor com matricula no RH nº. 1036, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:51D3161F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 602/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 21/07/2011 à 20/08/2012, a*o servidor ***JURANDYR DA SILVA,*** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.067.942 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 007.174.188.71, servidor com matricula no RH nº. 63, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipa

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B2DD1CF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 603/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 05/05/2012 à 04/05/2013,* a servidora ***KEINE MARTINS DE SOUZA,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.732.268-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 024.392.071.79, servidora com matricula no RH nº. 1285, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3FB7ED33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 604/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 20 (Vinte) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 11/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 25/11/2011 à 24/11/2012,* a servidora ***LUCIANA ALANIS CLEMENTE DE LAET,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.097.999-9 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 697.678.151.04, servidora com matricula no RH nº. 1145, no cargo de **Técnico de Nível Superior III – Auditor Público Interno**, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:D746B076

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 605/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 16/07/2012 à 15/07/2013,* a servidora ***LUCINETE TEODORO DA CRUZ,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.217.325-8 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 021.352.431.75, servidora com matricula no RH nº. 1413, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:025ECE38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 606/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 à 31/07/2013,* a servidora ***MARILANGE DE FREITAS SIQUEIRA,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.504.053-4 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 986.238.501.49, servidora com matricula no RH nº. 1349, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:960B00AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 607/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 à 31/12/2012*, a servidora ***MARLI ALVINA MUSSKOPF*,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3.205.617-2 SSP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 694.550.661.49, servidora com matricula no RH nº. 943, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:28C4B108

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 608/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 à 31/12/2012*, a servidora ***MARLI CORREA RODRIGUES*,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 6.464.103-4 SSP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 004.625.289.44, servidora com matricula no RH nº. 1037, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3E30DE97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 609/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 à 31/12/2012*, a servidora ***VERA LUCIA BENTO DE LIMA FRANCO*,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.083.283-1 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 007.443.891.35, servidora com matricula no RH nº. 946, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:DFD95451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 611/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **ELICA APARECIDA DOS SANTOS, na data de 19 de Dezembro de 2013**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 2.452.559-6 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 048.357.061.37, no cargo de **PROFESSORA SEM FORMAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:14B713F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 610/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias***, *aos* servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, Art. 52, Inciso I, alínea "b" da Lei 836/2011 e ainda, com a Constituição Federal.

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Adair José Schneider	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Ademir Giroto Junior	03/03/2012 a 02/03/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Adriana Leite dos Santos	23/04/2013 a 22/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Adriana Sutero Lançone	13/04/2013 a 12/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Adriane Kochhann Graviraghi	25/05/2013 a 24/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Agostinha Ferreira Cardoso	10/09/2012 a 09/09/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Aliane Alves de Almeida	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Alysson Denardi Antoniassi	26/05/2013 A 25/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Andréia Camilo de Souza	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Angelica Sabrina Coelho	20/04/2013 a 19/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Anilton da Silva Pereira	19/04/2013 a 18/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Carla Cristina Rohenkohl	02/05/2013 a 01/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Célia Apª Alvarenga da Silva	05/04/2012 a 04/04/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Celina Fernandes de Souza	14/03/2013 a 13/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Celma Alves Vieira	01/02/2013 a 31/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Clarice Isabel Shneider	01/07/2012 a 30/06/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Cristiane Romagna Ferreira	20/03/2013 a 19/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Devair de Oliveira Souza	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Dolores Rodrigues Ricieri	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Doreni de Brito Maximiano	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Dulcineia Apª Barbosa Melo	15/02/2013 a 14/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Eliane da S Banci Bassiquete	21/05/2012 a 20/05/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Eliciane da Silva Banci	02/05/2013 a 01/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Elisangela Apª M. Cavalieri	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Elizangela Calado M Ferreira	30/04/2013 a 29/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Ester Moreira de Moraes	01/06/2013 a 31/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014

Ester Moreira de Moraes	17/04/2013 a 16/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Fabiane Gisele Santin	22/03/2012 a 21/03/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Flavia Ferreira Fraga Belo	26/05/2013 a 25/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Genita Zanon	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Gislene G. Vargas M. Souza	01/03/2013 a 28/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Glaucia Mª Santos Teixeira	07/11/2012 a 06/11/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Greisival Pereira da Silva	22/05/2013 a 21/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Iraci Santos G. da Silva	26/05/2013 a 25/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Iraci Siqueira	09/04/2012 a 08/04/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Irani Apª Semensato A. Silva	13/04/2013 a 12/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Ires Freese	05/04/2012 a 04/04/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Isolde Frey	01/06/2013 a 31/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Janete R. Vieira de Carvalho	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Jocineia Ferreira de Lima	02/05/2012 a 01/05/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
José Luzia M. da Fonseca	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Lidia Ribeiro Borges	16/11/2012 a 15/11/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Lucia Maristela Spohr Justen	10/09/2013 a 09/09/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Lúcia Teles Pintor	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Lucineia de Souza Braga	07/04/2012 a 06/04/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Lucinéia Decibio Cordeiro	02/05/2013 a 01/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Lucinett Adélia R. dos Santos	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Madalena Batista Treuherz	01/02/2013 a 31/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Márcia Elaine Toso	25/01/2013 a 24/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Márcia Helena Vieira Borges	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marcilene de Melo Souza	25/04/2013 a 24/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Margarete Apª B. Santos	01/02/2013 a 31/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Aparecida de Melo	17/05/2012 a 16/05/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Apª Rodrigues Ricieri	01/04/2012 a 31/03/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Apª Teodoro Tavares	08/06/2012 a 07/06/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Brasilina T. Pereira	01/02/2013 a 31/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Fernandes Francolino	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria José Souza Bessa	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Madalena Souza Silva	12/04/2013 a 11/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Maria Suely M. Gomes	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marli da Rocha L. Aiolfi	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marli de F Sparvolli Santaella	19/04/2013 a 18/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marli Gottardi Silva	01/03/2013 a 28/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marli T de Amorim Contreiras	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Marly Pereira de Oliveira	26/02/2013 a 25/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Meire Van Alves	23/01/2013 a 22/01/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Mirian Garcia de Andrade	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Mirian T. Viturião Coelho	01/04/2012 a 31/03/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Nadir Teixeira de Souza	09/10/2012 a 08/10/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Neidiana Petry Agustini	24/05/2013 a 23/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Neusa Isabel Dilallo Razine	19/02/2012 a 18/02/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Nilda de Souza Silva	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Nilton José da Silva	13/04/2013 a 12/04/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Rakel Vieira Streg	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Renata da S. Fleury Ribeiro	02/05/2013 a 01/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Rosa Maria Santos	21/06/2012 a 20/06/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Rosane de Fª Pinto Cortes	12/06/2012 a 11/06/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Rosane Rodrigues da Silva	02/05/2013 a 01/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Roseli Pereira da Cunha	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Rozana Candia de Brito	29/02/2013 a 28/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Seloi Terezinha Welter	21/05/2013 a 20/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Silvana Andreu Barbi Gomes	01/08/2012 a 30/09/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Silvana Maria C. de Souza	06/02/2013 a 05/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Simone de Araujo Souza	12/05/2013 a 11/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Siomara Muller Pereira	01/06/2013 a 31/05/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Sonia Aparecida Garcia	27/11/2012 a 26/11/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Suely Soares da Silva	15/02/2013 a 14/02/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Tatiana da Silva	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Valdirene Ferreira da Silva	01/04/2013 a 31/03/2014	26/12/2013 a 24/01/2014
Vilma Pereira Rupolo	10/06/2012 a 09/06/2013	26/12/2013 a 24/01/2014
Zilda Júlia M. dos Santos	12/03/2012 a 11/03/2013	26/12/2013 a 24/01/2014

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:053F8193

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 612/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **Licença por motivo de Falecimento em família,** pelo período de 07 (Sete) dias consecutivos, de acordo com a Certidão de Óbito nº. 061796 01 55 2013 4 00073 279 0038771 51, sem prejuízo de suas remunerações às senhoras **MARGARETE APARECIDA BAESSO** (Professora) e **LUZIA RAMOS DE MELO** (Técnica da Saúde I – Escriturariа) ambas servidoras efetivas desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 94 - IV e, de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a data de 16/12/2013, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:99D67646

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 613/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 10/10/2012 à 09/10/2013*, a servidora ***VENILDA FLORES DE OLIVEIRA,*** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.065.166-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 029.721.751.82, servidora com matricula no RH nº. 1044, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B6B90309

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 614/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER ADICIONAL DE 25 % a senhora **SILVANA GONCALVES GODINHO,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.215.799-6 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 003.147.821.25 servidora estável no cargo de **TECNICO DA SAÚDE I – AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, cadastrada no RH sob o nº. 773, **devido a mesma estar responsável pelo Sistema Informatizado da Central de Regulação,** no mês de Dezembro/2013, nos moldes do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:F920E868

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 615/2013

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE a partir do dia 26/12/2013, *a* senhora **ANGELITA APARECIDA LIMA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.363.850-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 727.285.231.34, servidora **ESTÁVEL**, com matricula no RH nº. 282 no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, amparado pelo Art. 26, § 1º, da Lei Municipal nº. 482/2004 e de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 77 e a Constituição Federal.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:AB07930F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 616/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 18/12*/2013, com término em 16/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 27/05/2011 à 26/05/2012*, ao servidor **LEANDRO ALUISIO MARQUES DE MELO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.115.751-6 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 956.979.691.04, servidor **estável**, com matricula no RH Nº. 1117, admitido em 27/05/2008, no cargo de **ESPECIALISTA DA SAÚDE II – FISIOTERAPEUTA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:AF4589D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 617/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23/12*/2013, com término em 21/01/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013*, ao servidor ***CLAUDIO MACEDO DOS SANTOS*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 793 265 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 884.562.421.87, servidor com matricula no RH nº. 1448, no cargo de **SECRETARIO DA JUNTA DE GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2013.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:0345959D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO N° 180/ADM/2013

CONTRATO Nº 180/ADM/2013	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ TAPEÇARIA MATO GROSSO – JOÃO MARTINS TAPEÇARIA - ME** / SERVIÇOS DE TAPEÇARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO / R$11.668,00 / DATA DA ASSINATURA: 23/12/2013.

Publicado por:
Claudia Filippin
Código Identificador:CD90ABC4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ERRATA DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 396/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PESSOAL N°. 396/2013
ERRATA N.º 003/2013

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, por meio do Departamento de Pessoal, no uso de suas atribuições, em decorrência da contratação por tempo determinado municipal, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" ao Extrato do Contrato de pessoal em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

1. Altera-se o objeto:
Onde se lê:
"Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 14/12/2013 à 16/12/2014, podendo ser rescindido no término da data em que findar a Estabilidade Provisória prevista no Art. 10 inciso II, alínea B do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias à critério da Administração Municipal, permanecendo inalterada a carga horária.".
Leia-se:
"Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 14/12/2013 à 13/02/2014, conforme determinação do mandado de cumprimento de liminar e intimação expedido por determinação do MM. Juiz André Luciano Costa Gahyva sob número 8346-35.2013.811.0055, permanecendo inalterada a carga horária**".**

2. Altera-se a vigencia:
Onde se lê:
"14/12/2013 à 16/12/2014"
Leia-se:
"14/12/2013 à 13/02/2014"

Tangará da Serra, 27 de dezembro de 2013.

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:41221C33

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR N°. 010/2013 - CONCURSO 001/2013

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010
HOMOLOGÃO DA INSCRIÇÃO A VAGA DE PNE

A **Prefeitura Municipal de Tangará da Serra,** Estado de Mato Grosso, por meio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **Prof. Fábio Martins Junqueira** e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT, nos termos dos itens 2.8 e 2.9 do Edital de Abertura nº 001/2013, visando atender aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da publicidade,

RESOLVE:

II - Homologar a inscrição da candidata à vaga de Portadores de Necessidades Especiais PNE conforme Edital de Abertura e Edital Complementar 002/2013, divulgado em 29/11/2013.

Inscrição: 01802 – Luciara Lamenha Cavalcante Garcias – Cargo: Professor de Anos Iniciais.

Tangará da Serra – MT, 26 de dezembro de 2013.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal de Tangará da Serra

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 001/2013

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:8F5F2FD8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
LEI 987.2013 ABRE CREDITO SUPLEMENTAR - EXECESSO DE ARRECADAÇÃO

LEI MUNICIPAL N.°987/2013
DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Credito Suplementar por Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, e da outras providencias.

O prefeito municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Umberto Eickhoff, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte lei.
Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), conforme parágrafo II e § 3° do Art. 43 da Lei 4.320/64 Considerando-se ainda a tendência do Exercício.
Art. 2° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar por Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, no valor de R$ 1.400.000,00 (Hum Milhão e Quatrocentos Mil, Reais), conforme parágrafo I e § 2° do Art. 43 da Lei 4.320/64, conforme dotações a seguir.

Códigos	Descrição	Valores
02	Gabinete do Prefeito	
001	Gabinete do prefeito	
04	Administração	
122	Administração Geral	
0202	Gestão da Política da Administração Municipal	
2004	Manutenção e Encargos do Gabinete do Gabinete	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		60.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		20.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		30.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 110.000,00
Total do	Gabinete do Prefeito	R$ 110.000,00
Códigos	Descrição	Valores
03	Sec. Mun. Administração, Gestão Finanças e Planejamento.	
001	Gabinete do Secretario Adm Gestão Finanças e Planejamento.	
04	Administração	
122	Administração Geral	
0205	Gestão da Política Financeira e Administrativa	
2004	Manutenção e Encargos do Gabinete do Gabinete	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		400.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		40.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		60.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades R$	500.000,00
Total da Sec. De Adm Gestão Finanças e Planejamento.		R$500.000,00

Códigos	Descrição	Valores
04	Sec. Municipal de Educação Esportes, Lazer e Cultura	
001	Gabinete do Secretario de Educação Esp. Lazer e Cultura	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0208	Gestão das Políticas de Educação e Cultura	
2016	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação.	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		10.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		30.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		42.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 82.000,00
Códigos	Descrição	Valores
04	Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	
003	Fundo Manut Desenv. Educação Básica Fundeb 60%.	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0210	Educação Básica de Qualidade	
2026	Manutenção e Encargos FUNDEB-60%.	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		221.000,00
3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – INSS		12.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 233.000,00
Códigos	Descrição	Valores
04	Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	
004	Fundo Manut Desenv. Educação Básica Fundeb 40%.	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0210	Educação Básica de Qualidade	
2027	Manutenção e Encargos FUNDEB-40%.	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		235.000,00
3.1.91.13.00.00 – Obrigações Patronais – Previdência Própria		15.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 250.000,00
Códigos	Descrição	Valores
04	Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	
004	Fundo Manut Desenv. Educação Básica Fundeb 40%.	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0210	Educação Básica de Qualidade	
2115	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB-40%.	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		20.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 20.000,00
Total da	Sec. Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	R$585.000,00
Códigos	Descrição	Valores
05	Secretaria Municipal de Saúde	
002	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0229	Gestão das Políticas do Fundo Municipal de Saúde	
2060	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		1.150.000,00
3.1.91.13.00.00 – Obrigações Patronais – Previdência Própria		90.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		180.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		210.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 1.630.000,00

Total da Secretaria de Saúde		R$ 1.630.000,00
Códigos	Descrição	Valores
06	Sec. Munic. De Meio Ambiente Desenv. E Turismo	
001	Gabinete do Secretario	
18	Gestão Ambiental	
542	Controle Ambiental	
0221	Gestão da Política Agropecuária e Ambiental	
2058	Manut. Encargos da Sec. De Ambiente e Desenv. E Turismo	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		40.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 40.000,00
Total Sec. Munic. Meio Ambiente Desenv. E Turismo		R$ 40.000,00
Códigos	Descrição	Valores
08	Secretaria Municipal de Assistencia Social	
001	Gabinete do Secretario	
08	Assistencia Social	
244	Assistencia Comunitária	
0234	Gestão da Política de Assistencia Social	
2070	Manutenção das Atividades da Sec. De Assistencia Social	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		80.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 80.000,00
Total da Secretaria Municipal de Assistencia Social		R$ 80.000,00
Códigos	Descrição	Valores
09	Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Obras	
001	Gabinete do Secretario	
04	Administração	
122	Administração Geral	
0216	Gestão da Política de Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura.	
2041	Manutenção e Encargos da Sec. De Infraestrutura e Obras.	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		370.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		200.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		200.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades R$	770.000,00
Códigos	Descrição	Valores
09	Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Obras	
001	Gabinete do Secretario	
15	Urbanismo	
451	Infraestrutura Urbana	
0219	Cidade Urbanizada	
2048	Manutenção da Coleta Destinação e Limpeza Urbana	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		70.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 70.000,00
Códigos	Descrição	Valores
09	Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Obras	
003	Departamento de Águas e Esgoto - DAE	
17	Saneamento	
512	Saneamento Ambiental Urbano	
0233	Saneamento Básico Urbano.	
2014	Manutenção e Estruturação do - DAE	
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas		25.000,00
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo		30.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		60.000,00
	Soma das dotações do Projeto/Atividades	R$ 115.000,00
Total da	Secretaria Munic. Infraestrutura e Obras.	R$ 955.000,00

Art. – 3° O Excesso de Arrecadação descrito no Art. 1° deverá ser usado na sua totalidade se a tendência de arrecadação se confirmar, conforme parágrafo II e § 3° Art. 43 da Lei 4.320/64.
Art. – 4º Os recursos para cobertura do Crédito Suplementar disponibilizados para atender os Arts. 1° e
Art. 2º desta lei serão oriundos dos parágrafos I e II, Incisos 2° e 3° do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320/64.
Art. – 5° Fica autorizado a Atualização do PPA-2010/2013, LDO-2013 e inclusão na LOA- 2013, dos programas relacionados acima, conforme determina o art. 04 da Lei 101-2000 LRF.
Art. – 6º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e treze.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:50BF1691

GABINETE DO PREFEITO
LEI 988.2013 ALTERA O ART DA LEI 937-2012

LEI MUNICIPAL N.° 988/2013
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Altera o Parágrafo I do Art. 4 da Lei 937/2012 LOA-2013 incluir 5% de Suplementação e da outras providencias.

O prefeito municipal de Tapurah, estado de mato grosso, **Sr. Luiz Umberto Eickhoff,** no uso de suas atribuições legais, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1° - Fica Alterado o parágrafo I do Art. 4 da Lei 937/2012 incluindo mais **5% de suplementação,** no valor de R$ 1.573.750,00 (Hum Milhão, Quinhentos e Setenta e Três Mil, Setecentos e cinquenta reais).
Art. - 2º Os recursos para cobertura do Crédito Suplementar serão disponibilizados conforme o Art. 43 parágrafos III da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. – 3° Fica autorizado a Atualização do PPA-2010/2013, LDO-2013 e inclusão na LOA-2013, dos programas relacionados acima, conforme determina o art. 04 da Lei 101-2000 LRF.

Art. – 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tapurah-MT, 30 de Setembro de 2013.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:9BB6F806

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1001.2013 ALTERAÇÃO NA LDO 2014

LEI MUNICIPAL Nº 1001/2013 De 18 de dezembro de 2013.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI 982/2013 LDO-2014 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o na Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1.964, as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo de Previdência – TAPURAH-PREVI, compreendendo:

I. as prioridades e metas da administração pública municipal;
II. a estrutura e organização dos orçamentos;
III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;
IV. as diretrizes gerais para a execução dos orçamentos;
V. as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;
VII. o Anexo de Metas Fiscais;
VIII. o Anexo de Riscos Fiscais;
IX. as disposições gerais.
CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2o. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2014", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3o. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II. *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. *Operação Especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1o. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2o. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4o. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 6o. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I. às ações relativas à saúde e assistência social;

II. ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III. ao atendimento às ações de alimentação escolar;

IV. às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

V. ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7o. O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I. mensagem;

II. texto da lei;

III. quadros orçamentários consolidados;

IV. anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de ABRIL de 1964, são os seguintes:

I. evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;

II. evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;

III. demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas

IV. demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;

V. resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;

VI. despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;

VII. programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

VIII. despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

IX. despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo;

Art. 8o. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I. quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2009 a 2011 e previsão para 2013 a 2015;

II. metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;

III. reserva de contingência;

IV. montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1o. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2o. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9o. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Administração e Finanças Município, até 31 de agosto de 2013, sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2013 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2014, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art.15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de

caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art.16. Serão incluídas no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo e ainda

I. A abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 20% (vinte por cento) da proposta orçamentária para 2014, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

II. Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art.17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2o desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III. estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos:

I. por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II. que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 20. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único - A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art.21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II. sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III. sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2014.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º.O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art.22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 23. O Poder Executivo poderá conceder Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio a entidades desde autorizadas em Lei específica e que atendam as condições previstas na Complementar 101/2000.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo, 5% (cinco por cento), da receita total, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 25. A Lei Orçamentária para 2014 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Parágrafo Único. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 26 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria de Finanças - e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2014, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

a) Órgão Devedor;
b) Numero de processos;
c) Numero do Precatório
d) Data de Expedição do Precatório;
e) Nome do Beneficiário;
f) Valor do Precatório a ser pago.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 29. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I. elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II. reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III. aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV. atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art.30. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 31. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 33. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2013 somente poderão ser admitidos servidores se:

I. existirem cargos vagos a preencher;
II. houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III. forem observados os limites previstos no artigo anterior;
IV. for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 34. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria de Finanças.

§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§3º. O Poder Executivo e Legislativo poderão realizar concursos públicos e testes seletivos para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:
I. eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
II. exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
III. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 39. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.

§ 1o. O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre e sessenta dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem assim as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

§ 2o. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 40. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2013, excetuando:
I. as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e
II. as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

§ 1º. Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:
I. redução de investimentos programados com recursos próprios.
II. eliminação de despesas com horas-extras;
III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV. eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
V. redução de gastos com combustíveis;

§ 2o. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 41. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 45. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2014, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 46 – O Poder Executivo encaminhará até o dia 30/09/2013 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2014, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de TAPURAH.

Art. 47. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I. pessoal e encargos sociais;
II. pagamento do serviço da dívida; e
III. transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.
IV. 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezoitos dias do mês de dezembro de 2013.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:195F3AFA

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1005.2013 P.P.A. 2014_2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Luiz Umberto Eickhoff**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei.

O SENHOR LUIZ EICKHOFF, PREFEITO MUNICIPAL DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Art.165, § 1º, da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I a VII.

Parágrafo único. Os valores constantes do Plano Plurianual 2014/2017 são referenciais, estimados com base nos preços médios de 2013 e não se constituirão em limites à programação das despesas anuais, expressas nas Leis Orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

Art. 2º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão elaborados em compatibilidade com os objetivos, diretrizes e metas dos programas constantes do presente plano, e observará as normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício seguinte, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 4º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e as normas para a elaboração e execução do orçamento anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária, conterá disposições sobre a administração da dívida pública, estabelecerá a política de pessoal relacionada aos planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, reajuste salarial, bem como da alteração da estrutura administrativa, do aumento do número de vagas no quadro funcional da administração direta, a realização de concursos ou processos seletivos públicos, e demais exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. A expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa observará obrigatoriamente, a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, de acordo com o demonstrativo integrante do Anexo de Metas Fiscais, da LDO Anual.

Art. 5º. Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e os resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da dívida ativa.

Art. 6º. A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Parágrafo único. No caso de inclusão de novo programa, o projeto de lei deverá estabelecer a completa identificação, mencionando o nome de Programa, o seu objetivo, indicadores e público-alvo.

Art. 7º. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias, no Plano Plurianual, poderá ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único. De acordo com o disposto no caput, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa, através de Lei específica.

Art. 9º. Os programas integrantes do presente Plano Plurianual serão monitorados e avaliados, devendo ser elaborado o Relatório de Avaliação Anualmente.

§ 1º. Para atendimento ao disposto neste artigo, o Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação, sob a coordenação da Unidade de Controle Interno, a quem caberá definir as diretrizes e orientações técnicas para a avaliação.

§ 2º. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal até o dia 15 de abril de cada exercício, Relatório de Avaliação dos resultados da execução dos Programas deste Plano.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro de 2013.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:76C677FE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 002/2013

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 2° TIPO DE ADITIVO: VALOR
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADO: L. V. COMBUSTÍVEIS LTDA - ME.
OBJETO O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO ADITIVAR 25% DO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO 02/2013
DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 20/12/2013
DATA DE VENCIMENTO DO ADITIVO: 28/02/2014
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:7D97EC34

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO / HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO LEILÃO Nº 003/2013

O Leiloeiro e Comissão Permanente de Licitação **TORNAM** PÚBLICO o resultado e a homologação do Leilão nº 003/2013, cujo objeto é a alienação de bens móveis inservíveis para o Município. Foi vencedor do item 08 do certame: o Sr. *ELCIO LUIZ BRUNELLI*

PASSERINI, com o valor de R$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais), os demais itens não foram arrematados.

Torixoréu – MT, 27 de dezembro de 2013.

VALDENI ALVES DE FIGUEIREDO
Leiloeiro

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:1F09A949

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013

A Pregoeira e Comissão de Apoio em atendimento ao interesse público e devido ao não comparecimento de interessados, **TORNA PÚBLICO o cancelamento** do referido Pregão, referente fornecimento de cestas básicas, publicado com data de abertura para 20/12/2013, prorrogado para 27/12/2013 e cancelado por falta de interessados ao certame. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 27 de dezembro de 2013.

EURICE DOS SANTOS DE FREITAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:E5450461

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 892 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado de Nº 01/2013, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito em Exercício do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 437, de 27 de fevereiro de 2012, combinada com o disposto na Lei Municipal nº 521, de 25 de novembro de 2013;
Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2013, de que trata o Edital nº 01/2013, para seleção de pessoal para contratação temporária, publicado no mural do Paço Municipal e no "sítio" oficial do município (www.uniaodosul.mt.gov.br) no dia 27/11/2013, bem como publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – AMM;
Considerando o Resultado Provisório do Teste Seletivo, cuja publicação se deu na data de 20 de dezembro de 2013 no mural do Paço Municipal e no "sítio" oficial do município, bem ainda publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – AMM;
Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013, consoante o Edital Complementar Nº 01/2013 de 26/12/2013, cuja publicação se dá nesta data de 27 de dezembro de 2013, no "sítio" oficial do município, e no Mural desta Prefeitura Municipal; bem como enviado para publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – AMM;
Considerando ainda a transparência na tramitação do processo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2013, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, para seleção de pessoal para contratação temporária de excepcional interesse público, apresentado pela Comissão de Teste Seletivo, publicado nesta data (27/dezembro/2013), na forma do Anexo integrante deste Decreto.
Art. 2º - Fica a Secretaria Municipal de Administração / Departamento de Recursos Humanos, incumbida de dar prosseguimento às demais medidas necessárias, relativas ao Processo Seletivo supra mencionado, notadamente às atividades relativas às convocações e respectivas contratações dos candidatos aprovados e classificados, à partir do mês de janeiro do ano de 2014, dentro da necessidade de admissão de pessoal pela Administração Municipal.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 27 de dezembro de 2013.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO – Decreto nº 892 de 27/12/2013.
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

CARGO: ZELADORA Assentamento Rural Olga Benário (20Hs)

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
206	Rosineia da Costa Oliveira	9,50	1°	Aprovado

CARGO: GARI

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
230	João Carlos Alves	8,00	1°	Aprovado
051	Robson Moraes	6,75	2°	Aprovado
024	Leopoldo Correa	5,75	3°	Aprovado
064	Marceli Maas	5,50	4°	Aprovado
005	Moacir Viana Ferreira	5,25	5°	Aprovado
118	Osvaldo Francisco Rezende	5,00	6°	Classificado

CARGO: ZELADORA – Secretaria de Assistência Social

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
040	Rosilda da Silva	9,00	1°	Aprovado
101	Elaine Rosa dos Santos	8,00	2°	Classificado
033	Maria Madalena de Souza Lima	7,50	3°	Classificado
027	Maria de Fatima Saraiva de Souza	6,50	4°	Classificado
150	Cremilda Lucia Silverio	6,25	5°	Classificado
238	Simone Moraes Alves	6,25	6°	Classificado
034	Arcilene Custódio Nascimento Santos	6,00	7°	Classificado
059	Rosilene Francisca Ortiz da Conceição	5,75	8°	Classificado
100	Aparecida Matildes Trabuco de Souza	5,50	9°	Classificado
087	Alessandra Costa de Souza	5,00	10°	Classificado

CARGO: MOTORISTA

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
086	José Carlos Morelato	8,75	1°	Aprovado
055	Claudemir Francisco de Oliveira	8,25	2°	Aprovado
191	Claudimir Botão dos Santos	8,25	3°	Aprovado
103	Arnaldo Lima da Silva	7,50	4°	Aprovado
260	Alex de Souza	6,25	5°	Classificado
129	Claudio Pereira	5,25	6°	Classificado
050	Juarez Pereira Borges	5,25	7°	Classificado

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
202	Leonir Harnisch	7,50	1°	Aprovado
138	Leonardo Harnisch	6,75	2°	Classificado
229	Luiz Henrique Serena	6,00	3°	Classificado
203	Douglas Miranda de Carvalho	5,00	4°	Classificado

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS – Secretaria de Fazenda

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
114	Luciano Muniz dos Santos	5,50	1°	Aprovado
216	Cesar Itamar Sarinho Guergoleti	5,50	2°	Classificado
166	Douglas Fischer Mocellin	5,00	3°	Classificado

CARGO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
072	Alceu dos Santos Siqueira	5,25	1°	Aprovado
207	Lucineia Batista do N. Pereira Rocha	5,25	2°	Aprovado
228	Raiane Alves Larsson	5,00	3°	Classificado

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 01

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
127	Rasana Claudia Costa	5,25	1°	Aprovado

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 03

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
075	Gislene Ferreira da Silva Costa	5,00	1°	Aprovado

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 06

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
047	Lindinalva da Silva	5,50	1°	Aprovado

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 09

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
176	Elaine Prado da Cruz	5,75	1°	Aprovado
126	Cristiane Driele Moresco da Silva	5,50	2°	Classificado
007	Diane da Silva Damascena	5,00	3°	Classificado

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
261	Eliete Oliveira da Silva	5,00	1°	Aprovado
068	Marisa Maas	5,00	2°	Classificado

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
255	Thineza Souza Santos	5,00	1°	Aprovado

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – Secretaria de Administração

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
165	Marcilene Maas	6,25	1°	Aprovado
067	Edilene Campos dos Santos	6,25	2°	Aprovado
058	Simone Nunes de Oliveira	6,00	3°	Classificado
226	Alesandro da Costa	5,50	4°	Classificado

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – Secretaria de Assistência Social

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
111	Sirlene Morelato	5,75	1°	Aprovado
247	Pedro Ferreira de Oliveira	5,50	2°	Classificado

CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO ESCOLAR

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
048	Eziquiel Dias dos Santos	9,25	1°	Aprovado
084	Amauri Pereira Miranda	9,00	2°	Aprovado
090	Willian Varela dos Santos	7,50	3°	Aprovado
049	João Maria Franco Saldanha	7,25	4°	Aprovado
077	João Eder Barholomeu	7,00	5°	Classificado
245	Giovani Dezavoniarkievicz	6,50	6°	Classificado
169	Luciano Andre Silva de Lima	6,25	7°	Classificado
026	Rodrigo Helfenstein da Cruz	5,00	8°	Classificado

CARGO: INSPETOR DE ALUNOS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
178	Zeni Vieira Saldanha	9,00	1°	Aprovado
095	Jessica Gomes dos Santos	5,75	2°	Classificado
097	Maria Divina Alves Feitosa	5,50	3°	Classificado
221	Demair Pereira da Silva	5,50	4°	Classificado

CARGO: MERENDEIRA

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
041	Francisca Neta Silva Souza	6,75	1°	Aprovado
167	Marlene Fischer	6,75	2°	Aprovado
096	Elisangela Lima de Moraes	5,75	3°	Aprovado

CARGO: ZELADORA – Secretaria de Educação

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
038	Cristiane do Livramento Silva	5,75	1°	Aprovado
220	Raquel Alves de Souza	5,75	2°	Aprovado
019	Débora Cristina Helfenstein da Cruz	5,75	3°	Aprovado
123	Divanir de Fátima Moresco da Silva	5,75	4°	Aprovado
017	Katia Aparecida Moro	5,50	5°	Aprovado
107	Eliane da Silva Maia	5,50	6°	Aprovado
187	Lourdes Toniello Zanardi	5,25	7°	Classificado
039	Arlitissa Gonçalves da Silveira	5,25	8°	Classificado
056	Lucileude da Conceição	5,25	9°	Classificado
074	Evanilde Aparecida da Silva	5,00	10°	Classificado
082	Elenice Apareida Silva de Lima	5,00	11°	Classificado
122	Adrieli de Sales	5,00	12°	Classificado

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
137	Franciel Gimenes Feitosa	5,00	1°	Aprovado

CARGO: TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
016	Ana Paula Cantele Romão	5,00	1°	1º Aprovado

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
185	Tatiane Baldiserra dos Santos	6,25	1°	Aprovado
157	Rozeli Larsson de Lima	5,50	2°	Aprovado
158	Raimunda Souza Lima	5,00	3°	Aprovado
112	Kelly Cristina de Araujo Santos	5,00	4°	Aprovado

CARGO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
219	Leandro da Costa	6,75	1°	Aprovado
209	Jovenil Lima dos Santos	5,00	2°	Classificado

CARGO: TÉCNICO OPERACIONAL DE SISTEMAS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
006	Marcos Alves Faleiro	9,50	1°	Aprovado
037	Rosiane Aparecida Pereira	9,25	2°	Classificado
252	Leiliane Ximendes Batista	9,25	3°	Classificado
065	Patricia Aparecida Alves de Mello	5,50	4°	Classificado

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
217	Iara Bedin Lourenço	7,25	1°	Aprovado

156	Jessica Adrieli Zambonin	**7,00**	2°	Classificado
145	Andre Julio Azevedo Silva	**6,25**	3°	Classificado
042	Joice de Souza Almeida	**5,00**	4°	Classificado

CARGO: FACILITADOR DE OFICINAS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
253	Jefferson Silva Freitas	**5,75**	1°	Aprovado
018	Fernanda Camila de March	**5,00**	2°	Aprovado

CARGO: AUXILIAR DO MAGISTÉRIO 40HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
094	Dowglas Ribeiro Scarpim	**6,50**	1°	Classificado
044	Cinthia dos Santos Rocha	**5,50**	2°	Classificado

CARGO: AUXILIAR DO MAGISTÉRIO 20HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
141	Angela Camila Bulla	**8,25**	1°	Classificado
181	Joice Ferareze Consorte	**7,25**	2°	Classificado
135	Minéia Spanholi	**7,25**	3°	Classificado
179	Milene Maria dos Santos	**7,00**	4°	Classificado
070	Elisena Lins Marcon	**7,00**	5°	Classificado
028	Elisiane Theodoro da Silva	**7,00**	6°	Classificado
168	Marilene dos Santos Rosa	**6,75**	7°	Classificado
153	Elizangela Lemes de Almeida	**6,75**	8°	Classificado
237	Rosemeri Aparecida Tonial	**6,75**	9°	Classificado
208	Rosilene Aparecida de Campos	**6,50**	10°	Classificado
173	Ariela Talita dos Santos	**6,25**	11°	Classificado
124	Cleidiana Aparecida Pereira	**6,00**	12°	Classificado
081	Roseli Bueno	**5,75**	13°	Classificado
171	Valeria dos Santos Palhao Tonial	**5,75**	14°	Classificado
125	Denise das Neves Alves	**5,75**	15°	Classificado
062	Joana Ferreira Silva	**5,50**	16°	Classificado
244	Crislaine Larsson Barcellos Farias	**5,25**	17°	Classificado
241	Gracielle dos Santos F. Debarba	**5,00**	18°	Classificado
061	Ana Carolina Vieira Danian	**5,00**	19°	Classificado
149	Poliana Pinho Nogueira	**5,00**	20°	Classificado

CARGO: PROFESSOR MAGISTÉRIO 20HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: PROFESSOR GRADUADO 20HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
043	Barbara Bueno	**8,25**	1°	Classificado
066	Dircon Marques de Oliveira	**7,75**	2°	Classificado
182	Jessica Francieli G. Duarte Guarda	**7,75**	3°	Classificado
200	Vera Maria Zanin	**7,50**	4°	Classificado
133	Ana Paula Araujo dos Reis	**7,50**	5°	Classificado
045	Luciane Varela de Matia	**7,25**	6°	Classificado
117	Fabiani Bolson Zambonin	**7,25**	7°	Classificado
194	Marli Aparecida Camargo	**7,25**	8°	Classificado
099	Ivanete Stieler	**7,00**	9°	Classificado
199	Adilse Bedin Tonial	**7,00**	10°	Classificado
140	Jussara Luiza D'Agostini Bulla	**7,00**	11°	Classificado
234	Banner Bagatini	**7,00**	12°	Classificado
078	Maria Sirley de Oliveira Carvalho	**6,75**	13°	Classificado
162	Maristela de Carvalho Rezende	**6,75**	14°	Classificado
089	Bruna de Miranda Zampieri	**6,50**	15°	Classificado
180	Lucimar Gomes Paiao	**6,50**	16°	Classificado
248	Moacir Lino de Carvalho	**6,50**	17°	Classificado
046	Simonni Cristina Serraglio	**6,50**	18°	Classificado
080	Cleide de Souza Lourenço de Lima	**6,50**	19°	Classificado
142	Susamar Grisa	**6,25**	20°	Classificado
079	Vilma Ausec Peres	**5,75**	21°	Classificado
195	Helena de Fatima Souza	**5,75**	22°	Classificado
211	Viviane dos Santos Fernandes	**5,50**	23°	Classificado
190	Luciane Terezinha Armani	**5,25**	24°	Classificado
120	Leonor Teixeira Damian	**5,00**	25°	Classificado

CARGO: NUTRICIONISTA – Secretaria de Educação

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: PSICÓLOGO – Secretaria de Assistência Social

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: NUTRICIONISTA – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: PSICÓLOGO – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: FONOAUDIÓLOGO – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: FARMACÊUTICO – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação

CARGO: FISIOTERAPEUTA (15Hs)

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
215	Ana Carla Bulla	**6,75**	1°	Aprovado

CARGO: ODONTÓLOGO – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
170	Leticia Chagas Curcine	**5,00**	1°	Aprovado

CARGO: ENFERMEIRO 20HS – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
130	Priscila Bispo Golo	**5,25**	1°	Aprovado
159	Claudia Fidelcina dos Santos	**5,25**	2°	Classificado

CARGO: ENFERMEIRO 40HS – Secretaria de Saúde

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
192	Dabilla de Oliveira	**5,75**	1°	Aprovado
093	Claudineia Mariano de Souza	**5,00**	2°	Classificado

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
262	Allan Fagundes Pacheco	**6,25**	1°	Aprovado

Classificação com Contagem de Títulos

CARGO: AUXILIAR DE MAGISTÉRIO 40 HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
044	Cinthia dos Santos Rocha	**7,04**	1°	Aprovado
094	Dowglas Ribeiro Scarpim	**6,50**	2°	Classificado

CARGO: AUXILIAR DE MAGISTÉRIO 20 HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
141	Angela Camila Bulla	**9,29**	1°	Aprovado
135	Minéia Spanholi	**8,45**	2°	Aprovado
168	Marilene dos Santos Rosa	**8,35**	3°	Aprovado
181	Joice Ferareze Consorte	**8,25**	4°	Aprovado
028	Elisiane Theodoro da Silva	**8,11**	5°	Aprovado
208	Rosilene Aparecida de Campos	**7,84**	6°	Classificado
153	Elizangela Lemes de Almeida	**7,50**	7°	Classificado

237	Rosemeri Aparecida Tonial	**7,35**	8°	Classificado
081	Roseli Bueno	**7,10**	9°	Classificado
179	Milene Maria dos Santos	**7,00**	10°	Classificado
070	Elisena Lins Marcon	**7,00**	11°	Classificado
173	Ariela Talita dos Santos	**6,85**	12°	Classificado
241	Gracielle dos Santos F. Debarba	**6,60**	13°	Classificado
171	Valeria dos Santos Palhao Tonial	**6,45**	14°	Classificado
124	Cleidiana Aparecida Pereira	**6,00**	15°	Classificado
244	Crislaine Larsson Barcellos Farias	**5,85**	16°	Classificado
125	Denise das Neves Alves	**5,75**	17°	Classificado
061	Ana Carolina Vieira Danian	**5,74**	18°	Classificado
149	Poliana Pinho Nogueira	**5,60**	19°	Classificado
062	Joana Ferreira Silva	**5,50**	20°	Classificado

CARGO: PROFESSOR MAGISTÉRIO 20 HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
			1°	

CARGO: PROFESSOR GRADUADO 20 HS

Inscrição	Candidato	Total Pontos	Ordem	Classificação
199	Adilse Bedin Tonial	**12,70**	1°	Aprovado
194	Marli Aparecida Camargo	**12,55**	2°	Aprovado
140	Jussara Luiza D'Agostini Bulla	**12,40**	3°	Aprovado
162	Maristela de Carvalho Rezende	**12,05**	4°	Aprovado
182	Jessica Francieli G. Duarte Guarda	**11,95**	5°	Aprovado
099	Ivanete Stieler	**11,70**	6°	Aprovado
200	Vera Maria Zanin	**11,50**	7°	Aprovado
080	Cleide de Souza Lourenço de Lima	**11,40**	8°	Aprovado
043	Barbara Bueno	**11,35**	9°	Aprovado
045	Luciane Varela de Matia	**11,35**	10°	Aprovado
195	Helena de Fatima Souza	**11,35**	11°	Aprovado
079	Vilma Ausec Peres	**10,75**	12°	Aprovado
117	Fabiani Bolson Zambonin	**10,55**	13°	Aprovado
089	Bruna de Miranda Zampieri	**10,10**	14°	Aprovado
046	Simonni Cristina Serraglio	**10,00**	15°	Aprovado
180	Lucimar Gomes Paiao	**9,70**	16°	Classificado
066	Dircon Marques de Oliveira	**9,65**	17°	Classificado
078	Maria Sirley de Oliveira Carvalho	**9,45**	18°	Classificado
142	Susamar Grisa	**8,95**	19°	Classificado
234	Banner Bagatini	**8,00**	20°	Classificado
133	Ana Paula Araujo dos Reis	**7,50**	21°	Classificado
248	Moacir Lino de Carvalho	**7,00**	22°	Classificado
211	Viviane dos Santos Fernandes	**7,00**	23°	Classificado
120	Leonor Teixeira Damian	**6,90**	24°	Classificado
190	Luciane Terezinha Armani	**6,25**	25°	Classificado

União do Sul – MT, 27 de dezembro de 2013.

Comissão de Teste Seletivo

MARCELO CORREA
Presidente

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:4FDB0DA6

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 163/2013.

Data: 24/12/2013.

Dispõe sobre exoneração "de ofício" do servidor JOSE AMADO GUERGOLET, em decorrência de falecimento, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 46, inciso IV, da Lei Complementar nº 015, de 16/11/2011, bem como do art. 49, inciso VII, da Lei nº 419, de 16/11/2011;

Considerando a vacância do cargo de Fiscal de tributos – jornada de 40 horas semanais, em decorrência do trágico falecimento de seu ocupante, abaixo identificado;

Considerando ainda o teor da Declaração de Óbito, datada de 24/12/2013;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, nesta data, *de ofício*, o servidor JOSE AMADO GUERGOLET, portador do RG nº 8.507.308 SSP/MT e do CPF nº 205.737.829-20, do cargo efetivo de Fiscal de tributos – jornada de 40 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 209, de 07 de maio de 1999, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 24 de dezembro de 2013.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:56D66449

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013 REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 052/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2013, de 02/01/2013, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº. 593/2010 e do Decreto nº 594, ambos de 12/01/2010, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 052/2013, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Medicamentos, Materiais de Procedimentos Odontológico e Materiais de Procedimentos Médicos, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I(07 lotes), II (03 lotes) e III (06 lotes) - Termo de Referência (Folheto Descritivo) do Edital da licitação.
Data de Expedição do Edital: 27/12/2013.
Data de abertura/julgamento: 13/01/2014
Horário: 09:00 horas.
Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 92924781 0xx 66 92302649.

União do Sul – MT, 27 de dezembro de 2013.

JULIANI F. G. DUARTE DE GIOVANI
Pregoeira

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:8ABCF44A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 02/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: ADENILSON ALVES FEITOSA. OBJETO: Prestação de serviços especializados de execução orçamentária com responsabilidade técnica contábil para o período de Janeiro a Dezembro. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT;19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:BA7FCCD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 04/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADA: A. A. DA SILVA ASSESSORIA. OBJETO: Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria no envio dos sistemas, SISTN, SIOPS, SIOPE E LRF CIDADÃO E Prestação de serviços técnicos especializados sobre a modalidade de assessoria e consultoria e administrativa e contábil. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT;19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:44A26490

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 05/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADA: SILCOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL. OBJETO: Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria para envio das cargas mensais do APLIC bem como tempestivas e assessoria tributaria e patrimonial. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT;19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:CF86D8AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 06/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: L. C. DE SOUZA FRANCA-ME. OBJETO: prestação de serviços para Elaboração de Prestação de Contas de Convênios. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT;19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B108C22D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 07/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. OBJETO: Prestação de serviços técnicos e especializados, sob a modalidade de Assessoria tributária com execução indireta, envolvendo a realização de estudos e a conseqüente execução de trabalhos de levantamento, conferência e acompanhamento das informações econômico-fiscais do Município com o objetivo de melhorar o índice de participação do Município na distribuição do ICMS (IPM). Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT;19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:492FCE2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 10/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: JUSSEMAR REBULI PINTO-ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de informática, com aquisição de licença de uso ou cessão de uso, de treinamento do usuário, manutenção, suporte e atualizações dos Softwares: Contabilidade Pública e Execução Orçamentária, Gerenciamento de Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras, Licitação, Patrimônio e Frotas e tributos. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:3BE5D5D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 10/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: JUSSEMAR REBULI PINTO-ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de informática, com aquisição de licença de uso ou cessão de uso, de treinamento do usuário, manutenção, suporte e atualizações dos Softwares: Contabilidade Pública e Execução Orçamentária, Gerenciamento de Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras, Licitação, Patrimônio e Frotas e tributos. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:FF661C0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 20/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: L. C. DE SOUZA FRANCA-ME. OBJETO: Contratação de Serviços de Assessoria em Captação de recursos para financiamentos de Programas ou Ações junto ao Governo Federal e Estadual, elaboração de Projetos, Planos de Trabalho, Termo de Referência, Projetos Básicos e cadastros dos mesmos nos Sistemas SICONV e SIGCON. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:879307DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 07/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. OBJETO: prestação dos serviços de gestão e organização da sistemática de arrecadação municipal de tributos, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos necessários a execução dos serviços, bem como da metodologia técnica para a racionalização da fiscalização e cobrança, e o conseqüente incremento na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 19 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B11A99C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: A. G. DE OLIVEIRA SANCORE -ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 20 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:9ED697A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: W. S. VALADÃO-ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA VEICULOS LEVES. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 20 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:19747429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT - CONTRATADO: BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-ME E A EMPRESA DISTRIBUIDORA BRASIL COML. DE PROD. MEDICOS HOSPIT. LTDA. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL ODONTOLOGICO, MATERIAL HOSPITALAR E PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO**. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato ate 31/12/2014.

Vale de São Domingos-MT; 20 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:46636197

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento da Proposta apresentada à Licitação realizada nesta data na Modalidade Tomada de Preço de nº. 02/2013, com objetivo "**CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIARIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADA – MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS**". teve como "VENCEDORA", a Empresa **CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA** vencedora do certame foi no valor Global de R$ 475.867,03,

Vale de são domingos-MT., 27 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Presidente CPL.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:8062257C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 24/2013;**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E DERIVADOS DE PETROLIO..**DATA DE ABERTURA**:13/01/2014 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1066 / 1067.

Vale de São Domingos – MT, 27 de Dezembro de 2013.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Presidente Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:F715027D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	813.343.171,00	02 - Judiciária	100.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	421.127.848,00	03 - Essencial à Justiça	8.493.005,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	423.514.368,00	04 - Administração	50.482.510,00
49 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.299.045,00	06 - Segurança Pública	5.771.355,77
		08 - Assistência Social	13.434.921,36
		10 - Saúde	133.904.647,20
		11 - Trabalho	160.000,00
		12 - Educação	119.241.364,00
		13 - Cultura	590.000,00
		14 - Direitos da Cidadania	155.500,00
		15 - Urbanismo	414.507.027,69
		16 - Habitação	13.280.000,00
		18 - Gestão Ambiental	2.787.400,00
		20 - Agricultura	105.600,00

		22 - Indústria	1.831.050,00
		23 - Comércio e Serviços	274.000,00
		25 - Energia	6.220.000,00
		26 - Transporte	200.000,00
		27 - Desporto e Lazer	2.438.000,00
		28 - Encargos Especiais	25.445.189,98
		99 - Reserva de Contingência	100.000,00
Subtotal:	813.343.171,00	Subtotal:	799.521.571,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	813.343.171,00	Total:	799.521.571,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	24.349.283,00	09 - Previdência Social	16.989.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	14.943.583,00	99 - Reserva de Contingência	7.360.283,00
47 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.405.700,00		
Subtotal:	24.349.283,00	Subtotal:	24.349.283,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	24.349.283,00	Total:	24.349.283,00
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	24.715.313,00	17 - Saneamento	24.715.313,00
41 - RECEITAS CORRENTES	24.715.313,00		
Subtotal:	24.715.313,00	Subtotal:	24.715.313,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	24.715.313,00	Total:	24.715.313,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	13.821.600,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	13.821.600,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	0,00	Total:	13.821.600,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7B7FC9DD

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	460.786.744,00	DESPESAS CORRENTES	394.404.607,11
RECEITA TRIBUTARIA	70.607.705,00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	255.917.497,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.905.349,00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	9.036.605,33
RECEITA PATRIMONIAL	7.215.560,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	129.450.504,75
RECEITA DE SERVIÇOS	24.718.240,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	322.206.205,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.133.685,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.405.700,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.405.700,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.299.045,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.075.467,00		
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-30.223.578,00		
		Superavit	44.488.791,89
Total	438.893.399,00	Total	438.893.399,00
Superavit do orçamento corrente	44.488.791,89		
RECEITAS DE CAPITAL	423.514.368,00	DESPESAS DE CAPITAL	460.542.876,89
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	423.514.368,00	INVESTIMENTOS	444.056.686,91
		AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	16.486.189,98
Deficit	37.028.508,89		
Total	460.542.876,89	Total	460.542.876,89

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	429.487.699,00	49,80 %	DESPESAS CORRENTES	394.404.607,11	45,73 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.405.700,00	1,09 %	DESPESAS DE CAPITAL	460.542.876,89	53,40 %
RECEITAS DE CAPITAL	423.514.368,00	49,11 %	RERSEVA DO RPPS	7.360.283,00	0,85 %
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,01 %
Total	862.407.767,00	100,00 %	Total	862.407.767,00	100,00 %

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:09E08477

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			340.462.694,11
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS		227.101.688,36	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		211.375.502,94	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	52.878.193,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.317.118,58		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	16.931.176,36		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.687.950,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	161.105,00		
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	111.435,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	288.525,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti		15.726.185,42	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	15.709.185,42		
3.1.91.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.000,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA		8.985.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		8.985.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	8.000.000,00		
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	985.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		104.376.005,75	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu		2.223.156,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	60.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	2.163.156,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		102.150.849,75	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	10.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	628.450,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	29.416.041,34		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	90.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.741.406,03		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	781.398,32		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	1.846.501,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	4.641.265,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação De Mão-De-Obra	10.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	52.214.788,06		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	4.180.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	4.267.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	257.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	67.000,00		

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic Dire Decor De Operaç Entre Org,Fundos E Enti		2.000,00	
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias E Contributivas	2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			458.958.876,89
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		442.500.686,91	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		442.500.686,91	
4.4.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	27.509.064,90		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	980.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	274.637.085,64		

4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	137.241.070,75		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	2.133.465,62		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA		16.458.189,98	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta		16.458.189,98	
4.6.90.77.00.00.00.00	Principal Corrigido Da Dívida Contratual Refinanci	16.458.189,98		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		100.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva De Contingencia		100.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva De Contingencia	100.000,00		
9.9.99.99.99.00.00.00	Reserva De Contingencia	100.000,00		
			Total das despesas:	799.521.571,00
			Total da entidade:	799.521.571,00
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			16.279.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS		12.130.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		12.050.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias,Reformas e Reserva Remuner	7.600.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	3.000.000,00		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	300.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	90.000,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	60.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti		80.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	80.000,00		

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA		44.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		44.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	22.000,00		
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	22.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.105.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.105.000,00	
3.3.90.05.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciario	3.200.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	90.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	60.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	30.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	450.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	250.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	10.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			710.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		685.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		685.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	550.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	135.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA		25.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta		25.000,00	
4.6.90.77.00.00.00.00	Principal Corrigido Da Dívida Contratual Refinanci	25.000,00		
7.0.00.00.00.00.00.00	RERSEVA DO RPPS			7.360.283,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		7.360.283,00	
7.7.99.00.00.00.00.00	Reserva Do Rpps		7.360.283,00	
7.7.99.99.00.00.00.00	Reserva Do Rpps	7.360.283,00		
		Total das despesas:		24.349.283,00
		Total da entidade:		24.349.283,00
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			24.061.313,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS		7.589.707,67	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		7.345.707,67	

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				

3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	10.000,00		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	20.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.173.707,67		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.022.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.000,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	100.000,00		
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	5.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	5.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti		244.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	244.000,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA		7.605,33	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		7.605,33	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	3.605,33		
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	4.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		16.464.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		16.464.000,00	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	6.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	14.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	2.405.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	25.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	13.376.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	228.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	5.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	400.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			654.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		651.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		651.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	301.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	250.000,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição De Imóveis	100.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA		3.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta		3.000,00	

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	3.000,00		
			Total das despesas:	24.715.313,00
			Total da entidade:	24.715.313,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			13.601.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS		9.096.101,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		8.603.333,00	
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	20.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.433.541,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.149.792,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti		492.768,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	492.768,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.505.499,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.505.499,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	200.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	7.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	25.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.235.999,00		
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	6.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	650.000,00		
3.3.90.95.00.00.00.00	Indenização Pela Execução De Trabalho De Campo	2.376.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			220.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		220.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		220.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	150.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	70.000,00		
			Total das despesas:	13.821.600,00

		Total da entidade:	13.821.600,00
		Total geral:	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C821103A

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	13.821.600,00		13.821.600,00
01.031	Ação Legislativa	13.821.600,00		13.821.600,00
01.031.0001	Gestão Legislativa	13.821.600,00		13.821.600,00
02	Judiciária	100.000,00		100.000,00
02.123	Administração Financeira	100.000,00		100.000,00
02.123.0002	Apoio Administrativo	100.000,00		100.000,00
03	Essencial à Justiça	8.493.005,00		8.493.005,00
03.091	Defesa da Ordem Jurídica	35.000,00		35.000,00
03.091.0002	Apoio Administrativo	35.000,00		35.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	4.488.505,00		4.488.505,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	4.488.505,00		4.488.505,00
03.122	Administração Geral	3.969.500,00		3.969.500,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	3.969.500,00		3.969.500,00
04	Administração	50.482.510,00		50.482.510,00
04.121	Planejamento e Orçamento	1.750.000,00		1.750.000,00
04.121.0007	Sistema Municipal de Planejamento	1.750.000,00		1.750.000,00
04.122	Administração Geral	36.910.510,00		36.910.510,00
04.122.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	10.792.500,00		10.792.500,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	26.118.010,00		26.118.010,00
04.123	Administração Financeira	6.667.000,00		6.667.000,00
04.123.0010	Modernização da Administração Fiscal	4.867.000,00		4.867.000,00
04.123.0002	Apoio Administrativo	1.800.000,00		1.800.000,00
04.124	Controle Interno	1.480.000,00		1.480.000,00
04.124.0002	Apoio Administrativo	1.480.000,00		1.480.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	150.000,00		150.000,00
04.128.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	150.000,00		150.000,00
04.131	Comunicação Social	3.525.000,00		3.525.000,00
04.131.0032	Comunicação Social e Marketing Público	3.525.000,00		3.525.000,00
06	Segurança Pública	5.771.355,77		5.771.355,77
06.122	Administração Geral	5.627.955,77		5.627.955,77
06.122.0002	Apoio Administrativo	5.627.955,77		5.627.955,77
06.181	Policiamento	141.400,00		141.400,00
06.181.0035	Segurança Pública Municipal	141.400,00		141.400,00
06.182	Defesa Civil	2.000,00		2.000,00
06.182.0035	Segurança Pública Municipal	2.000,00		2.000,00
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	7.799.000,36	5.635.921,00	13.434.921,36
08.122	Administração Geral	6.524.000,36	73.480,00	6.597.480,36
08.122.0002	Apoio Administrativo	6.524.000,36	73.480,00	6.597.480,36
08.241	Assistência ao Idoso	650.000,00		650.000,00
08.241.0042	Proteção Social Especial	650.000,00		650.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	625.000,00	3.221.845,00	3.846.845,00
08.243.0041	Proteção Social Básica	47.000,00	1.988.502,00	2.035.502,00
08.243.0042	Proteção Social Especial	578.000,00	1.233.343,00	1.811.343,00
08.244	Assistência Comunitária		2.340.596,00	2.340.596,00
08.244.0041	Proteção Social Básica		2.065.696,00	2.065.696,00
08.244.0042	Proteção Social Especial		274.900,00	274.900,00
09	Previdência Social	16.989.000,00		16.989.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	16.989.000,00		16.989.000,00
09.272.0037	Assistência Previdenciária	16.989.000,00		16.989.000,00
10	Saúde	47.274.906,11	86.629.741,09	133.904.647,20
10.122	Administração Geral	31.514.523,23	100.000,00	31.614.523,23
10.122.0015	Gestão em Saúde	31.514.523,23	100.000,00	31.614.523,23
10.301	Atenção Básica	10.349.500,00	42.626.607,28	52.976.107,28
10.301.0003	Atenção Primaria	1.659.500,00	22.567.012,06	24.226.512,06
10.301.0004	Atenção Secundária	8.690.000,00	20.059.595,22	28.749.595,22
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.773.382,88	35.629.629,46	37.403.012,34
10.302.0011	Atenção Terciária	1.773.382,88	35.629.629,46	37.403.012,34
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.731.500,00	2.148.406,03	3.879.906,03
10.303.0020	Assistência Farmaceutica	1.731.500,00	2.148.406,03	3.879.906,03
10.304	Vigilância Sanitária	71.000,00	558.000,00	629.000,00
10.304.0021	Vigilância em Saúde	71.000,00	558.000,00	629.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	1.835.000,00	5.567.098,32	7.402.098,32
10.305.0021	Vigilância em Saúde	1.835.000,00	5.567.098,32	7.402.098,32
11	Trabalho	160.000,00		160.000,00
11.332	Relação Trabalho	160.000,00		160.000,00
11.332.0008	Trabalho e Renda	160.000,00		160.000,00
12	Educação	27.260.000,00	91.981.364,00	119.241.364,00
12.122	Administração Geral	14.490.500,00		14.490.500,00
12.122.0002	Apoio Administrativo	14.490.500,00		14.490.500,00
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	27.260.000,00	91.981.364,00	119.241.364,00
12.361	Ensino Fundamental	8.870.500,00	48.123.576,00	56.994.076,00
12.361.0103	Ensino Fundamental	8.870.500,00	48.123.576,00	56.994.076,00
12.363	Ensino Profissional	500.000,00		500.000,00
12.363.0105	Educação Tecnológica e Profissional	500.000,00		500.000,00
12.364	Ensino Superior	50.000,00		50.000,00
12.364.0106	Ensino Superior	50.000,00		50.000,00
12.365	Educação Infantil	3.066.000,00	42.817.188,00	45.883.188,00
12.365.0104	Educação Infantil	3.066.000,00	42.817.188,00	45.883.188,00
12.367	Educação Especial	283.000,00	1.040.600,00	1.323.600,00
12.367.0102	Educação Especial	283.000,00	1.040.600,00	1.323.600,00
13	Cultura	590.000,00		590.000,00
13.392	Difusão Cultural	590.000,00		590.000,00
13.392.0014	Apoio e Incentivo a Cultura	590.000,00		590.000,00
14	Direitos da Cidadania	155.500,00		155.500,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	155.500,00		155.500,00
14.422.0002	Apoio Administrativo	155.500,00		155.500,00
15	Urbanismo	34.248.395,00	380.258.632,69	414.507.027,69
15.122	Administração Geral	15.978.395,00		15.978.395,00
15.122.0002	Apoio Administrativo	15.978.395,00		15.978.395,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	9.005.933,91	380.258.632,69	389.264.566,60
15.451.0022	Infra Estrutura Urbana	4.995.933,91	380.258.632,69	385.254.566,60
15.451.0024	Sistema Viário Municipal	4.010.000,00		4.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos	9.264.066,09		9.264.066,09
15.452.0022	Infra Estrutura Urbana	920.000,00		920.000,00
15.452.0023	Gestão de Transporte	854.066,09		854.066,09
15.452.0031	Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos	7.490.000,00		7.490.000,00
16	Habitação	930.000,00	12.350.000,00	13.280.000,00
16.482	Habitação Urbana	930.000,00	12.350.000,00	13.280.000,00
16.482.0025	Habitação Popular	930.000,00	12.350.000,00	13.280.000,00
17	Saneamento	24.715.313,00		24.715.313,00
17.122	Administração Geral	359.000,00		359.000,00
17.122.0040	Saneamento Básico	359.000,00		359.000,00
17.123	Administração Financeira	10.605,33		10.605,33
17.123.0040	Saneamento Básico	10.605,33		10.605,33
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento	24.715.313,00		24.715.313,00
17.511	Saneamento Básico Rural	90.000,00		90.000,00
17.511.0040	Saneamento Básico	90.000,00		90.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	24.255.707,67		24.255.707,67
17.512.0040	Saneamento Básico	24.255.707,67		24.255.707,67
18	Gestão Ambiental	2.787.400,00		2.787.400,00
18.122	Administração Geral	2.256.400,00		2.256.400,00
18.122.0002	Apoio Administrativo	2.255.400,00		2.255.400,00
18.122.0005	Gestão Ambiental	1.000,00		1.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	531.000,00		531.000,00
18.541.0002	Apoio Administrativo	1.000,00		1.000,00
18.541.0005	Gestão Ambiental	530.000,00		530.000,00
20	Agricultura	105.600,00		105.600,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00		30.000,00
20.541.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	30.000,00		30.000,00
20.606	Extensão Rural	75.600,00		75.600,00
20.606.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	75.600,00		75.600,00
22	Indústria	1.831.050,00		1.831.050,00
22.122	Administração Geral	1.449.050,00		1.449.050,00
22.122.0002	Apoio Administrativo	1.449.050,00		1.449.050,00
22.661	Promoção Industrial	382.000,00		382.000,00
22.661.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00		75.000,00
22.661.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	307.000,00		307.000,00
23	Comércio e Serviços	274.000,00		274.000,00
23.691	Promoção Comercial	199.000,00		199.000,00
23.691.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	199.000,00		199.000,00
23.695	Turismo	75.000,00		75.000,00
23.695.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00		75.000,00
25	Energia	6.220.000,00		6.220.000,00
25.752	Energia Elétrica	6.220.000,00		6.220.000,00
25.752.0026	Energia Urbana e Rural	6.220.000,00		6.220.000,00
26	Transporte	200.000,00		200.000,00
26.453	Transportes Coletivos Urbanos	200.000,00		200.000,00
26.453.0023	Gestão de Transporte	200.000,00		200.000,00
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
26	Transporte	200.000,00		200.000,00
26.453	Transportes Coletivos Urbanos	200.000,00		200.000,00
26.453.0023	Gestão de Transporte	200.000,00		200.000,00
27	Desporto e Lazer	2.438.000,00		2.438.000,00
27.122	Administração Geral	2.228.000,00		2.228.000,00
27.122.0002	Apoio Administrativo	2.228.000,00		2.228.000,00
27.812	Desporto Comunitário	210.000,00		210.000,00
27.812.0033	Desenvolvimento do Esporte e Lazer	145.000,00		145.000,00
27.812.0034	Desporto Estudantil	65.000,00		65.000,00
28	Encargos Especiais			25.445.189,98
28.846	Outros Encargos Especiais			25.445.189,98
28.846.0002	Apoio Administrativo			25.445.189,98
99	Reserva de Contingência			7.460.283,00
99.997	Reserva do RPPS			7.360.283,00
99.997.0099	Reserva de Contingência			7.360.283,00

99.999	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999.0099	Reserva de Contingência			100.000,00
	Total:	285.552.108,22	576.855.658,78	862.407.767,00
	Total geral:	285.552.108,22	576.855.658,78	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:78E966B4

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada
Seleção: Exibir legislação; Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	862.407.767,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	429.487.699,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	69.532.238,00
C T M		
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos	57.388.156,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	24.031.153,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	8.836.250,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	8.995.662,00
Lei Municipal Nº 1.178/91 - CTM-VG		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	9.477.149,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	9.477.149,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	5.717.754,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imp.s/Transm Int.Vivos d B.Imoveis e D.Reais s/im	5.717.754,00
Lei Municipal Nº 1.178/91 - CTM-VG		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	33.357.003,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	33.357.003,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	33.357.003,00
Lei Municipal Nº 1.178/91 - CTM-VG		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas	12.144.082,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	6.481.665,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	644.315,00
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Tx de Controle e Fiscalização Ambiental	81.328,00
4.1.1.2.1.21.01.00.00.00	Taxas de Vistoria, Corte e Poda de Arvores	23.434,00
4.1.1.2.1.21.02.00.00.00	Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental	57.894,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	5.167.513,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	72.077,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	338.101,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	178.331,00
4.1.1.2.1.99.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	178.331,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	5.778.472,00
4.1.1.2.2.02.00.00.00.00	Taxa de Habite-se	188.031,00
4.1.1.2.2.03.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento	16.000,00
4.1.1.2.2.04.00.00.00.00	Taxa de Desmembramento de área	10.000,00
4.1.1.2.2.05.00.00.00.00	Taxa de Consulta Previa	8.000,00
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa Averbação de Títulos	1.000,00
4.1.1.2.2.07.00.00.00.00	Taxa de Certidão de Endereçamento	1.000,00
4.1.1.2.2.08.00.00.00.00	Taxa de Req. Nº Imóvel	1.000,00
4.1.1.2.2.09.00.00.00.00	Taxa de Autorização Demolição	1.000,00
4.1.1.2.2.10.00.00.00.00	Taxa de Certidão Rural e Urbana	1.000,00
4.1.1.2.2.11.00.00.00.00	Taxa de Aprovação de Loteamento	1.000,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	2.373.016,00
4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Taxas de Serv. da Sec. de Obras	57.644,00
4.1.1.2.2.12.02.00.00.00	Taxas de Emolumentos	2.062.493,00
4.1.1.2.2.12.03.00.00.00	Taxas de Certidões Diversas	120.879,00
4.1.1.2.2.12.04.00.00.00	Taxa de Emolumentos da Agência de Habitação	132.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	3.085.987,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	91.438,00
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	91.438,00
Lei Federal	Nº 9.717/98 e Lei Federal 10887/2004	
Lei Municipal Nº 2.719/2004 - CTM-VG		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.905.349,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	6.324.400,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	6.324.400,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	6.279.400,00
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuições Servidor Ativo	200.000,00
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contribuições do Servidor Ativo da Câmara	130.000,00
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contribuições do Servidor Ativo da Prefeitura	5.900.000,00
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contribuições do Servidor Ativo do DAE	38.000,00
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contribuições do Servidor Ativo TRT	3.500,00
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contribuições do Servidor Ativo Assemb.	1.000,00
4.1.2.1.0.29.07.09.00.00	Contribuições de Servidor Afastados	6.000,00
4.1.2.1.0.29.07.10.00.00	Contribuições do Servidor Ativo Proc. Geral	900,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições do Servidor Inativo Civil	45.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio dp Ser de Iluminação Pública	14.580.949,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	7.215.560,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	Receitas Imobiliárias	42.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	Aluguéis	42.000,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguel	42.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	7.173.560,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.673.560,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	2.159.342,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	54.209,00
4.1.3.2.5.01.02.36.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 60%	31.829,00
Lei Federal	Nº 11.494/2007	
4.1.3.2.5.01.02.37.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 40%	22.380,00
Lei Federal	Nº 8.080/90	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo	250.821,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	101,00
CF Art. 159 Inciso III		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – FNAS	31.065,00
Lei Federal	Nº 8.742/93	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	1.823.146,00
IN 001/2007	STN	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos não Vinculados	514.218,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. de Poupança	29.655,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	484.563,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	4.500.000,00
Lei Municipal Nº 2.719/2004 - CTM-VG		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	4.500.000,00
4.1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remun dos Inv. do Regime Próp Prev em Renda Fixa	4.500.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	24.718.240,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	2.927,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	2.927,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	24.715.313,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	291.982.627,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	267.957.998,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	121.248.506,00
CF 1988 Art. 159, Inciso - b e Art. 158, Inciso III		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	48.683.897,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	48.588.735,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25.004,00
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	-5.001,00
4.1.7.2.1.01.32.00.00.00	Cota-Parte Imp.s/Oper.Crédito, Câmbio e Seguro	75.159,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	845.509,00
4.1.7.2.1.22.01.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec. Nat	39.349,00
Lei Federal	Nº 9.478, Art. 50 e 10.848/2009	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	806.160,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	57.138.605,00
Lei Federal	Nº 8.080/90	
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	SUS PA FIXO -Piso Atend Bás Fixo-c/c 58.042-2	6.602.197,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	SUS PAB(ACS) - Agente Com. Saude - c/c 58.42	2.024.273,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	SUS PABV(SF) - Saúde da Fam. - c/c 58.042-2	1.040.077,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	SUS BAF - Prog. Assist. Farm. Básica - 40.811-5	1.309.153,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	SUS VEAS-Cam.Vacin Polio-c/c 14.181-X(TETO FINANC)	30.419,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	SUS VEAs-Camp Vacin Idoso-c/c14.181-X(TETO FINANC)	4.046,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	SUS VEAS-Inc. Amb.Prog. NAc. HIV - c/c 21.901-0	809.252,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	SUS VISA-Ações Est Vig. Sanitária-c/c 43.141-9	374.918,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	SUS prog. Fra. Popular do Brasil - c/c 41.554-5	217.317,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SUS - Prog. Fin. Ações Alim. e Nutrição-FAN-46.23	181.522,00
4.1.7.2.1.33.19.00.00.00	SUS - Saúde Bucal - 58.042-2	575.586,00
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	SUS - Piso Fixo Vigl. Prom. da Saúde - PF	3.963.003,00
4.1.7.2.1.33.35.00.00.00	SUS-PBFV-PMAQ-Melhoria do Acs. Qua	306.000,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	SUS - Inc. Qualif. das Ações da Dengue	358.844,00
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00	SUS - Upas	4.632.888,00

4.1.7.2.1.33.40.00.00.00	SUS - Consultório de Rua	225.720,00
4.1.7.2.1.33.41.00.00.00	SUS - Rede Cegonha	2.784.627,00
4.1.7.2.1.33.42.00.00.00	SUS-MAC- Média Alta Compl. Ambulat e Hosp.624004-1	13.699.446,00
4.1.7.2.1.33.45.00.00.00	SUS - Unidade de Saúde - UBS	9.488.220,00
4.1.7.2.1.33.46.00.00.00	SUS -Teto Munic. Rede Urgência (RAU-HOSP) 624004-1	6.590.954,00
4.1.7.2.1.33.47.00.00.00	SUS - Teto Financeiro Psicossocial - 57.794-4	1.235.526,00
4.1.7.2.1.33.48.00.00.00	SUS - Ações Vog. Pr Saúde Hepatite/Virais 624000-9	512.617,00
4.1.7.2.1.33.49.00.00.00	SUS - Núcleos Hosp de Epidem.-NHE 624005-0	72.000,00
4.1.7.2.1.33.50.00.00.00	SUS - Prog. Nac.Reorien. Prof. Pro Saúde 624003-3	100.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.634.921,00
Lei Federal Nº 8.742/93		Lei Federal Nº 8.742
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf.Rec. FNAS/PBF-Piso Básico Fixo/40.334 CRAS	456.365,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PREF.VG FMAS/PFMC (Piso Fixo Média Compl) CREAS	283.960,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PREF.VG FMAS/IGD-Bolsa Família - 41.509-X	898.175,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PREF.VG FMAS/PTMC(Piso trans. Méd Complex) CREAS	4.580,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	PREF.VG FMAS/PAC I (casa de amparo o de passagem)	130.390,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PREF.VG FMAS/PRO JOVEM ADOLESCENTE-47.837-7	136.502,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	PREF.VG FMAS/PETI - PMVMC	583.156,00
4.1.7.2.1.34.24.00.00.00	FNAS/Piso Básico Variável-PBVII	175.860,00
4.1.7.2.1.34.26.00.00.00	FUMIS (Fundo Municipal de Investimento Social)	276.453,00
4.1.7.2.1.34.28.00.00.00	FNAS-Projovem Trabalhador - 55.033-7	1.852.000,00
4.1.7.2.1.34.29.00.00.00	PMVG/FMAS-IGD SUAS - 55.557-6	73.480,00
4.1.7.2.1.34.30.00.00.00	FEAS - 45.442-7	128.000,00
4.1.7.2.1.34.31.00.00.00	CENTRO DIA REFERÊNCIA	480.000,00
4.1.7.2.1.34.32.00.00.00	CREAS - POP	156.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.407.939,00
Lei Federal Nº 9.766/1998		
Resolução Nº 004/2003		
Lei Federal Nº 11.947/2009		
Lei Federal Nº 10.880/2004		
Constituição Federal		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	4.367.447,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.291.375,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Creche	367.265,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Pré-Escolar	650.428,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	1.754.897,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE EJA	35.992,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf Diretas do FNDE ref. ao PNAE- Mais Educação	436.763,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Quilombola	8.000,00
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE-Penae E. Especial	38.030,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	53.974,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	695.143,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf. Rec. FNDE - Projovem Urbano-48.424-5	685.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Transf. Rec. FNDE - Brasil Alfabetizado	10.143,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	672.044,00
Lei Candir Nº 87/96		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	77.486.813,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	71.958.701,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	57.640.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS	72.050.000,00
CF Art. 158, Inciso IV		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	16.994.265,00
CF Art. 158,	Inciso III	
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	640.656,00
CF Art. 159,	Inciso I	
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	146.683,00
CF Art. 159,	Inciso III	
4.1.7.2.2.01.14.00.00.00	Fundo Especial do Petróleo - FEP	64.081,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	5.215.686,00
Lei Federal Nº 8.080/90		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Tranf. de Rec. Estado - SUS-FAE-107.743-0	3.103.998,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf de Rec Estado p/Prog. Saúde-PSF Estadual	1.454.640,00
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Transf de Rec. Estado Saúde Bucal - 49.407-5	35.112,00
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Rec. Est. Prog. Farm. Básica 9.843-4	496.516,00
4.1.7.2.2.33.10.00.00.00	Transf. de Rec. Estado Insumos Diabetes - 49.155-1	125.420,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	312.426,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Programas de Educação Manut. Escolar PNATE	312.426,00
4.1.7.2.2.99.01.01.00.00	Programas de Educ. Manut. Escolar PNATE	296.537,00
4.1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. Secret Est e Cultura de MT	15.889,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	69.222.679,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	69.222.679,00
Lei Federal Nº 11.494/2007		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	24.024.629,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	24.024.629,00
Constituição	Federal	
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	24.024.629,00
4.1.7.6.2.01.03.00.00.00	Transf. Conv.Estado-SUS-(Média Alta Comp)-52.236-8	24.024.629,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.133.685,00
Lei Municipal Nº 1.178/91 - CTM-VG		
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.617.722,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	395.692,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	46.399,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	5.166,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	278.518,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	65.609,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	65.609,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	835.240,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	479.497,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	8.685,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	347.058,00
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.254.070,00
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Dív. Ativ. de Outras Contrib	1.254.070,00
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.254.070,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	12.265,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	12.265,00
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	12.265,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.120.455,00
4.1.9.1.9.10.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	299.091,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	643.618,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	177.537,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	209,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	255.183,00
Lei Municipal Nº 2.717/2004		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	255.183,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	255.183,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Restituíções e Devoluções Diversas	255.183,00
Art. 11 da Lei 4.320 e Cod. Tributário Municipal		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa	11.246.741,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	7.169.558,00
Lei Municipal Nº 1.178/91 CTM - VG		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.346.294,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	59.577,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	2.763.687,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	681.466,00
4.1.9.3.1.99.03.00.00.00	Receita da Div. Ativa Taxa de Limpeza Publica	1.378.209,00
4.1.9.3.1.99.04.00.00.00	Rec. Div.Ativa Taxa de Func. Est/Com/Ind/Prest Ser	704.012,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	4.077.183,00
4.1.9.3.2.16.00.00.00.00	Receita de Dívida Ativa de Outras Contribuições	4.077.183,00
4.1.9.3.2.16.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contrib - Princ	4.077.183,00
Lei Municipal Nº 2.719/2004		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	14.039,00
Constituição	Federal	
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	10.493,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	10.493,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.546,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas Diversas	3.546,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	423.514.368,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	423.514.368,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	16.905.735,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	16.905.735,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	16.905.735,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	406.608.633,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	406.608.633,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	406.608.633,00
4.2.4.7.1.99.07.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Sinfra	380.258.633,00
4.2.4.7.1.99.08.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Desnv. Urbano	12.350.000,00
4.2.4.7.1.99.09.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Educação	14.000.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.405.700,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.405.700,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	9.405.700,00

4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	9.405.700,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil	9.405.700,00
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo Intra-Orçam - Pref	9.100.000,00
Lei Municipal Nº 2.719/2004		
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Câmara	190.000,00
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - DAE	60.000,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - TRT	5.000,00
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Assembleia	1.600,00
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Senado	8.000,00
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Previvag	40.000,00
4.7.2.1.0.29.01.10.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Proc. Geral	1.100,00
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.294.044,00
4.9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.294.044,00
Art . 11 da Lei 4.320/64		
Lei Federal Nº 11.494/2007		
4.9.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano-Descon	-159.412,00
4.9.1.2.2.00.00.00.00.00	Deduções de Taxas Pela Prestação de Serviços	-116.055,00
4.9.1.1.3.05.01.01.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat-Renúncia	-800.000,00
4.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedu de Receit do FPM-FUNDEF/FUNDEB	-12.147.184,00
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	-134.409,00
4.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-14.410.000,00
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	-3.398.853,00
4.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded de Receita para Formaç do FUNDEF/FUNDEB - IPI	-128.131,00
	Total	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A410D3CA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031	Ação Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031.0001	Gestão Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
02	Judiciária	100.000,00			100.000,00
02.123	Administração Financeira	100.000,00			100.000,00
02.123.0002	Apoio Administrativo	100.000,00			100.000,00
03	Essencial à Justiça	285.000,00	3.859.500,00		8.493.005,00
03.091	Defesa da Ordem Jurídica	35.000,00			35.000,00
03.091.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	140.000,00			4.488.505,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	140.000,00			4.488.505,00
03.122	Administração Geral	110.000,00	3.859.500,00		3.969.500,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	110.000,00	3.859.500,00		3.969.500,00
04	Administração	9.240.500,00	41.242.010,00		50.482.510,00
04.121	Planejamento e Orçamento	160.000,00	1.590.000,00		1.750.000,00
04.121.0007	Sistema Municipal de Planejamento	160.000,00	1.590.000,00		1.750.000,00
04.122	Administração Geral	8.108.500,00	28.802.010,00		36.910.510,00
04.122.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	5.232.500,00	5.560.000,00		10.792.500,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	2.876.000,00	23.242.010,00		26.118.010,00
04.123	Administração Financeira	712.000,00	5.955.000,00		6.667.000,00
04.123.0010	Modernização da Administração Fiscal	612.000,00	4.255.000,00		4.867.000,00
04.123.0002	Apoio Administrativo	100.000,00	1.700.000,00		1.800.000,00
04.124	Controle Interno		1.480.000,00		1.480.000,00
04.124.0002	Apoio Administrativo		1.480.000,00		1.480.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	150.000,00			150.000,00
04.128.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	150.000,00			150.000,00
04.131	Comunicação Social	110.000,00	3.415.000,00		3.525.000,00
04.131.0032	Comunicação Social e Marketing Público	110.000,00	3.415.000,00		3.525.000,00
06	Segurança Pública	61.400,00	5.709.955,77		5.771.355,77
06.122	Administração Geral		5.627.955,77		5.627.955,77
06.122.0002	Apoio Administrativo		5.627.955,77		5.627.955,77

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
06	Segurança Pública	61.400,00	5.709.955,77		5.771.355,77
06.181	Policiamento	61.400,00	80.000,00		141.400,00
06.181.0035	Segurança Pública Municipal	61.400,00	80.000,00		141.400,00
06.182	Defesa Civil		2.000,00		2.000,00
06.182.0035	Segurança Pública Municipal		2.000,00		2.000,00
08	Assistência Social	4.369.729,00	9.065.192,36		13.434.921,36
08.122	Administração Geral	411.480,00	6.186.000,36		6.597.480,36
08.122.0002	Apoio Administrativo	411.480,00	6.186.000,36		6.597.480,36
08.241	Assistência ao Idoso		650.000,00		650.000,00
08.241.0042	Proteção Social Especial		650.000,00		650.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.972.193,00	874.652,00		3.846.845,00
08.243.0041	Proteção Social Básica	1.899.000,00	136.502,00		2.035.502,00
08.243.0042	Proteção Social Especial	1.073.193,00	738.150,00		1.811.343,00
08.244	Assistência Comunitária	986.056,00	1.354.540,00		2.340.596,00
08.244.0041	Proteção Social Básica	711.156,00	1.354.540,00		2.065.696,00
08.244.0042	Proteção Social Especial	274.900,00			274.900,00
09	Previdência Social	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
09.272.0037	Assistência Previdenciária	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
10	Saúde	24.869.327,79	108.935.319,41		133.904.647,20
10.122	Administração Geral	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122.0015	Gestão em Saúde	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.301	Atenção Básica	20.484.792,22	32.391.315,06		52.976.107,28
10.301.0003	Atenção Primaria	11.560.197,00	12.666.315,06		24.226.512,06
10.301.0004	Atenção Secundária	8.924.595,22	19.725.000,00		28.749.595,22
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.780.629,46	35.622.382,88		37.403.012,34
10.302.0011	Atenção Terciária	1.780.629,46	35.622.382,88		37.403.012,34
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.665.500,00	2.214.406,03		3.879.906,03
10.303.0020	Assistência Farmaceutica	1.665.500,00	2.214.406,03		3.879.906,03
10.304	Vigilância Sanitária	199.000,00	430.000,00		629.000,00
10.304.0021	Vigilância em Saúde	199.000,00	430.000,00		629.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	130.000,00	7.272.098,32		7.402.098,32
10.305.0021	Vigilância em Saúde	130.000,00	7.272.098,32		7.402.098,32

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
11	Trabalho		160.000,00		160.000,00
11.332	Relação Trabalho		160.000,00		160.000,00
11.332.0008	Trabalho e Renda		160.000,00		160.000,00
12	Educação	19.347.643,00	99.893.721,00		119.241.364,00
12.122	Administração Geral	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122.0002	Apoio Administrativo	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.361	Ensino Fundamental	1.485.143,00	55.508.933,00		56.994.076,00
12.361.0103	Ensino Fundamental	1.485.143,00	55.508.933,00		56.994.076,00
12.363	Ensino Profissional	500.000,00			500.000,00
12.363.0105	Educação Tecnológica e Profissional	500.000,00			500.000,00
12.364	Ensino Superior		50.000,00		50.000,00
12.364.0106	Ensino Superior		50.000,00		50.000,00
12.365	Educação Infantil	15.120.000,00	30.763.188,00		45.883.188,00
12.365.0104	Educação Infantil	15.120.000,00	30.763.188,00		45.883.188,00
12.367	Educação Especial	283.000,00	1.040.600,00		1.323.600,00
12.367.0102	Educação Especial	283.000,00	1.040.600,00		1.323.600,00
13	Cultura	440.000,00	150.000,00		590.000,00
13.392	Difusão Cultural	440.000,00	150.000,00		590.000,00
13.392.0014	Apoio e Incentivo a Cultura	440.000,00	150.000,00		590.000,00
14	Direitos da Cidadania		155.500,00		155.500,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		155.500,00		155.500,00
14.422.0002	Apoio Administrativo		155.500,00		155.500,00
15	Urbanismo	392.858.632,69	21.648.395,00		414.507.027,69
15.122	Administração Geral	1.500.000,00	14.478.395,00		15.978.395,00
15.122.0002	Apoio Administrativo	1.500.000,00	14.478.395,00		15.978.395,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	389.264.566,60			389.264.566,60
15.451.0022	Infra Estrutura Urbana	385.254.566,60			385.254.566,60
15.451.0024	Sistema Viário Municipal	4.010.000,00			4.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.094.066,09	7.170.000,00		9.264.066,09
15.452.0022	Infra Estrutura Urbana	920.000,00			920.000,00
15.452.0023	Gestão de Transporte	854.066,09			854.066,09
15.452.0031	Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos	320.000,00	7.170.000,00		7.490.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16	Habitação	13.280.000,00			13.280.000,00
16.482	Habitação Urbana	13.280.000,00			13.280.000,00
16.482.0025	Habitação Popular	13.280.000,00			13.280.000,00
17	Saneamento	411.000,00	24.304.313,00		24.715.313,00
17.122	Administração Geral	131.000,00	228.000,00		359.000,00
17.122.0040	Saneamento Básico	131.000,00	228.000,00		359.000,00
17.123	Administração Financeira		10.605,33		10.605,33
17.123.0040	Saneamento Básico		10.605,33		10.605,33
17.511	Saneamento Básico Rural	90.000,00			90.000,00
17.511.0040	Saneamento Básico	90.000,00			90.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	190.000,00	24.065.707,67		24.255.707,67
17.512.0040	Saneamento Básico	190.000,00	24.065.707,67		24.255.707,67
18	Gestão Ambiental	557.000,00	2.230.400,00		2.787.400,00
18.122	Administração Geral	26.000,00	2.230.400,00		2.256.400,00
18.122.0002	Apoio Administrativo	25.000,00	2.230.400,00		2.255.400,00

18.122.0005	Gestão Ambiental	1.000,00			1.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	531.000,00			531.000,00
18.541.0002	Apoio Administrativo	1.000,00			1.000,00
18.541.0005	Gestão Ambiental	530.000,00			530.000,00
20	Agricultura	104.000,00	1.600,00		105.600,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00			30.000,00
20.541.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	30.000,00			30.000,00
20.606	Extensão Rural	74.000,00	1.600,00		75.600,00
20.606.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	74.000,00	1.600,00		75.600,00
22	Indústria	75.000,00	1.756.050,00		1.831.050,00
22.122	Administração Geral		1.449.050,00		1.449.050,00
22.122.0002	Apoio Administrativo		1.449.050,00		1.449.050,00
22.661	Promoção Industrial	75.000,00	307.000,00		382.000,00
22.661.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00			75.000,00
22.661.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar		307.000,00		307.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
23	Comércio e Serviços	274.000,00			274.000,00
23.691	Promoção Comercial	199.000,00			199.000,00
23.691.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	199.000,00			199.000,00
23.695	Turismo	75.000,00			75.000,00
23.695.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00			75.000,00
25	Energia	6.220.000,00			6.220.000,00
25.752	Energia Elétrica	6.220.000,00			6.220.000,00
25.752.0026	Energia Urbana e Rural	6.220.000,00			6.220.000,00
26	Transporte		200.000,00		200.000,00
26.453	Transportes Coletivos Urbanos		200.000,00		200.000,00
26.453.0023	Gestão de Transporte		200.000,00		200.000,00
27	Desporto e Lazer	145.000,00	2.293.000,00		2.438.000,00
27.122	Administração Geral	20.000,00	2.208.000,00		2.228.000,00
27.122.0002	Apoio Administrativo	20.000,00	2.208.000,00		2.228.000,00
27.812	Desporto Comunitário	125.000,00	85.000,00		210.000,00
27.812.0033	Desenvolvimento do Esporte e Lazer	125.000,00	20.000,00		145.000,00
27.812.0034	Desporto Estudantil		65.000,00		65.000,00
28	Encargos Especiais				25.445.189,98
28.846	Outros Encargos Especiais				25.445.189,98
28.846.0002	Apoio Administrativo				25.445.189,98
99	Reserva de Contingência				7.460.283,00
99.997	Reserva do RPPS				7.360.283,00
99.997.0099	Reserva de Contingência				7.360.283,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.0099	Reserva de Contingência				100.000,00
	Total:	473.981.139,48	351.072.649,54	0,00	862.407.767,00
	Total geral:	473.981.139,48	351.072.649,54	0,00	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:94CCFF6A

PREFEITURA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM O ANEXO DE METAS FISCAIS

(Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)				
ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS DA LDO 2014		PROGRAMAÇÃO DO PLOA 2014	
	Valor Corrente (a)	% PIB (a / PIB x 100)	Valor Corrente (a)	% PIB (a / PIB x 100)
Receita Total	362.825	0,5335	862.408	1,2682
Receitas Primárias (I)	348.846	0,5130	855.234	1,2576
Despesa Total	365.226	0,5371	871.813	1,2820
Despesas Primárias (II)	338.057	0,4971	845.922	1,2439
Resultado Primário (III) = (I–II)	10.789	0,0159	9.313	0,0137
Resultado Nominal	-12.744	-0,0187	-12.744	(0,0187)
Dívida Pública Consolidada	77.475	0,1139	77.475	0,1139
Dívida Consolidada Líquida	77.475	0,1139	77.475	0,1139
Nota: Exceto receitas e despesas previdenciárias, e receitas e despesas do DAE				
PIB-MATO GROSSO (SEFAZ MT)			R$ 68.002.915,50	

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:3CAFF890

PREFEITURA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DO AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V	R$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	5.972.000
(-) Aumento referente a Transferências Constitucionais	
(-) Aumento referente a transferências do FUNDEB	(1.346.000)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.626.000
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.626.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP's	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	4.626.000

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:27B4EF16

PREFEITURA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014

ANEXO V - PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	RECEITA ESTIMADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS		
Impostos	58.347.568	27%
Multas, Juros e Dívida Ativa de Impostos	8.400.490	4%
Tranferências de Impostos	151.117.888	69%
TOTAL RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	217.865.946	100%
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (Mínimo 25% - art. 212 da CF)	54.466.487	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DO FUNDEB	69.222.679	
(-) Retenção para Formação do Fundeb	(30.223.578)	
APLICAÇÃO NO ENSINO	DESPESA FIXADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
TOTAL APLICADO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO	119.241.364,00	100,0%
(-) Projovem	685.000	0,6%
(-) Despesas com recursos de convênios destinados ao ensino	306.680	0,3%
(-) Merenda Escolar parte custeada pela União	3.291.375	2,8%
(-) Investimentos (PAC)	14.000.000	11,7%
(-) Salário Educação - União	4.367.447	3,7%
(-) PNAT	53.974	0,0%
(-) Ganho com o FUNDEB	38.999.101	32,7%
TOTAL APLICADO NO ENSINO	57.537.787	48,3%
PERCENTUAL APLICADO	26,4%	
DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	DESPESA FIXADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
Transferências Recebidas do FUNDEB	69.222.679	99,9%
Receita de Aplicação Financeira do FUNDEB	54.209	0,1%
TOTAL DA RECEITA DO FUNDEB	69.276.888	100%
Remuneração do Magistério - Fundamental - 60%	21.112.648	30,5%
Remuneração do Magistério - Infantil - 60%	18.444.188	26,6%
Remuneração do Magistério - EJA - 60%	1.075.800	1,6%
Remuneração do Magistério - Especial - 60%	932.800	1,3%
TOTAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	41.565.436	
Outras despesas - FUNDEB 40%	27.711.452	40,0%
TOTAL APLICADO DO FUNDEB	69.276.888	100,00%

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9D8F6CA1

PREFEITURA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014

ANEXO VI - PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	RECEITA ESTIMADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS		
Impostos	58.347.568	27%

Multas, Juros e Dívida Ativa de Impostos	8.400.490	4%
Tranferências de Impostos	151.117.888	69%
TOTAL RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	217.865.946	100%
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (Mínimo 15% - ADCT art. 77)	32.679.892	
APLICAÇÃO NA SAÚDE	DESPESA FIXADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
	133.904.647,20	
Receitas do SUS - União	57.389.425,63	42,9%
Receitas do SUS - Estado	5.215.686,00	3,9%
Receitas de Convênios da Saúde	24.024.629,46	17,9%
Aplicação Recursos Próprios	47.274.906,11	35,3%
PERCENTUAL APLICADO	21,7%	
PROGRAMA POR SUBFUNÇÃO	DESPESA FIXADA EM R$ 1,00	
	LOA 2014	(%)
Atenção Básica	52.976.107	39,6%
Assistência Médico Hospitalar	37.403.012	27,9%
Suporte Profilático e Terapêutico	3.879.906	2,9%
Vigilância Sanitária	629.000	0,5%
Vigilância Epidemiológica	7.402.098	5,5%
Administração Geral	31.614.523	23,6%
TOTAL DE APLICADO NA SAÚDE	133.904.647,20	100,0%

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A95A8B1D

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA/2014

Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e treze, no Auditório da Câmara Municipal de Várzea Grande foi dado inicio a Audiência Pública para apresentação dos programas contemplados na Proposta de Lei Orçamentária Anual PLOA/2014, o Secretário Municipal de Planejamento Sr. José Augusto de Moraes, iniciou a audiência agradecendo a participação dos Senhores Vereadores, Secretários, Técnicos, agradecendo aos demais presentes e enaltecendo a importância da participação social no processo orçamentário, visando levar ao conhecimento da sociedade as ações previstas para o município de Várzea Grande, para o exercício de 2014. Na sequência fez-se uso da palavra o Sec. de Governo Ismael Alves que explanou sobre a importância da audiência e como os munícipes podem contribuir no processo de elaboração e acompanhamento da PLOA, mostrou também dados das principais ações previstas na PLOA 2014, e em seguida, apresentou o valor total do Orçamento Geral do Município de Várzea Grande, que estima a receita e fixa a despesa em R$ 862.407.767,00(oitocentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais), sendo os recursos distribuídos em ações governamentais do Poder Legislativo e do Poder Executivo. A seguir a Superintendente de Orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal detalhou o valor do orçamento de cada órgão, bem como as demais informações que compõe o PLOA. Em seguida a Sra. Márcia Françoso Técnica da Prefeitura demonstra a composição da receita municipal em termos percentuais, sendo 16% receita tributária, 74% receita de transferências intergovernamental, 3% receita de contribuição, 1% receita patrimonial, e 4% de receitas de serviços. Ressaltando a receita com IPTU, ISSQN, ITBI e TAXAS, encerrando a apresentação salientando o aumento da inadimplência do IPTU a cada ano. Na seqüência a Sra. Ely Graci Nazário Barden, técnica representante da Secretaria de Saúde apresenta os programas previstos no orçamento para 2014, quais sejam Gestão em Saúde, Atenção Primária, Atenção Secundária, Vigilância em
Saúde, Atenção Terciária e Assistência Farmacêutica enfocando as atribuições e objetivos de cada programa. A seguir faz uso da palavra a Sra. Meiry Evaldete Alves Rondon técnica representante da Secretaria de Educação apresentando os programas previstos no orçamento para 2014 - Apoio Administrativo, Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Superior/Técnico ressaltando as atribuições e objetivos de cada programa. Na seqüência os representantes da Secretaria de Assistência Social o Sr. Marilson Damião Ferreira (Secretario) e a Sra. Mona Carvalho (Técnica) apresentam aos presentes os programas que integram o orçamento da secretaria: Apoio Administrativo, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial como também atribuições de cada programa. Prosseguindo com a audiência os Técnicos Sr. Antonio Roberto Possas de Carvalho e a Sra. Eliete do Bondespacho representando neste ato a Secretaria de Administração demonstram o papel da SAD no tocante a analise e proposição de soluções referente à gestão de pessoas. Posteriormente o comandante da Guarda Municipal Sr. Louriney dos Santos Silva apresenta as atividades e projetos: Manutenção das atividades da Guarda Municipal, Implantação de 05 (cinco) postos operacionais em Várzea Grande, Operações integradas de ações ao meio ambiente, Atendimento a acidentes de trânsito, Ações de defesa Civil, Proteção das Instalações e serviços municipais, Controle e segurança no trafego urbano, Educação para o transito seguro, Política de prevenção a violência urbana, Plano Municipal de Participação Comunitária e Trabalho Social. Dada por encerradas às onze horas e trinta minutos, foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo secretario de Planejamento e pela Superintendente de orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal, ressaltando que o registro dos presentes nesta audiência encontra-se em livro próprio.

Várzea Grande, dezesseis de setembro de dois mil e treze.

JOSÉ AUGUSTO DE MORAES
Secretario de Planejamento

SONIA DE OLIVEIRA LEAL
Superintendente de Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:F84BF523

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA/2014

Às nove horas do dia dezessete de setembro de dois mil e treze, no Centro Educacional Oscar Ribeiro localizado no bairro São Mateus foi dado inicio a Audiência Pública para apresentação dos programas contemplados na Proposta de Lei Orçamentária Anual PLOA/2014, o Secretário Municipal de Planejamento Sr. José Augusto de Moraes, iniciou a audiência agradecendo a participação dos Senhores Vereadores, Secretários, Técnicos, agradecendo aos demais presentes e enaltecendo a importância da participação social no processo orçamentário, visando levar ao conhecimento da sociedade as ações previstas para o município de Várzea Grande, para o exercício de 2014. Na seqüência a Superintendente de Orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal fez uso da palavra explicando a fundamentação do processo de elaboração da PLOA, mostrou também dados das principais ações previstas na PLOA 2014, em seguida apresentou o valor total do Orçamento Geral do Município de Várzea Grande, que estima a receita e fixa a despesa em R$ 862.407.767,00(oitocentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais), sendo os recursos distribuídos em ações governamentais do Poder Legislativo e do Poder Executivo. A Sra. Márcia Françoso Técnica da Prefeitura apresenta a composição da receita municipal de formas percentuais assim divididas: 74% Transferências Intergovernamentais (união e estado) no valor de R$282.512.077,00(duzentos e oitenta e dois milhões quinhentos e doze mil e setenta e sete reais), 16% Receitas Tributárias, no valor de R$70.302.599,00 (setenta milhões trezentos e dois mil quinhentos e noventa e nove reais); 4% de Receita de Serviços no valor de R$24.718.240,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e quarenta reais); 3% de Receita de Contribuições no valor de R$20.905.349,00 (vinte milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais); 1% de Receitas Patrimoniais no valor de R$7.215.560,00 (sete milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e sessenta reais).
Ressaltando a receita com IPTU, ISSQN, ITBI e TAXAS, encerrando a apresentação falando da inadimplência do IPTU que cada ano que passa fica maior. Na seqüência a Sra. Ely Graci Nazário Barden, técnica representante da Secretaria de Saúde, apresenta os programas previstos no orçamento para 2014, quais sejam Gestão em Saúde, Atenção Primária, Atenção Secundária, Vigilância em Saúde, Atenção Terciária e Assistência Farmacêutica enfocando as atribuições e objetivos de cada programa. A seguir faz uso da palavra a Sra. Meiry Evaldete Alves Rondon técnica representante da Secretaria de Educação apresentando os programas previstos no orçamento para 2014 - Apoio Administrativo, Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Superior/Técnico ressaltando as atribuições e objetivos de cada programa. Prosseguindo com a audiência os Técnicos Sr. Antonio Roberto Possas de Carvalho e a

Sra. Eliete do Bondespacho representando neste ato a Secretaria de Administração demonstram o papel da SAD no tocante a analise e proposição de soluções referente à gestão de pessoas. Posteriormente fez uso da palavra o Sr. Gonçalo Aparecido - Secretário de Infra Estrutura que evidenciou a composição , evolução e implemento do orçamento para 2014 que deverá ser oferecido a população várzea-grandense dando prosseguimento o Técnico Waldisney Moreno continua apresentando as metas anuais: Fiscalizar as obras civis, Pavimentar e drenar vias publicas, construir unidades habitacionais, Regularização fundiária, desapropriar, lotes, construir equipamentos comunitários melhorando a qualidade de vida do munícipe . Elaborar projetos básicos e executivos, Implantar um (01) plano de transporte público rural, Conversão de pista dupla para sentido único Salim Nadaf, Alzira Santana e adjacências, Padronização da frota de táxi de Várzea Grande, Aumentar frota de ônibus adaptando para cadeirantes, de 50% para 100%, Fiscalizar Itinerário dos ônibus coletivos escolares pro amostragem, Instituir transporte alternativo, Construir (02) duas pontes de concreto, Construir galerias pluviais, recuperar, duplicar, Serviços rotineiros de perenização de vias publicas, Construir ciclovias, calçadas. Revitalizar duas (02) vias urbanas, Construir 01(um trevo, Atingir 15% de cobertura de domicílios atendidos pelo serviço de iluminação pública, Implementar e manter em 20% a Eletrificação Rural, Construir 25 km de rede de Distribuição de Gás Natural, Recolher e processar 2000 toneladas de lixo dia, Limpeza de córregos, varreduras nas vias centrais, Realizar reparos das vias publicas (tapa buraco), Elaborar 100% dos Estudos de Projetos para captação de recursos, Implantar 5000 novas luminárias completas para atendimento de demandas sociais, Fiscalizar 100% das atividades comerciais de acordo com o Plano Diretor e Código de Postura, Ampliar em 01(um) hectare o cemitério público, implantando o cemitério vertical e ossário publico, Elaborar o plano municipal de saneamento para o município de Várzea Grande contendo 04 (quatro) áreas:Drenagem de água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Resíduos, Revitalizar 02(dois) córregos, Ampliar em 15% o Prédio da Prefeitura, Revitalizar e urbanizar 100% das vias urbanas e espaços públicos em toda área central da cidade de Várzea Grande, Reformar e revitalizar as seguintes praças Aquidaban (centro sul) – Áurea Braz (Cristo Rei) – Igreja Matriz (centro sul), Refomar 02 (dois) de esportes Fiotão e Ferreirão, 02 (dois) mini estádios, Disponiblizar 25% de acessibilidade ao usuário portador de necessidades especiais, Urbanizar 100% das áreas identificadas como áreas de interesse social, Dar condições de infraestrutura e integração social, Assessoramento e fiscalização de obras em 100%,Dar 100% de condições aos munícipes de habitar em lugar que lhe ofereças mínimas condições de infraestrutura física e social, Pavimentar 110Km de passeios com acessibilidade, Sinalização viária, rede coletora de águas fluviais, rede de abastecimento de água e drenagem superficial, Assessoramento e fiscalização das obras em 100%. Dada por encerradas as onze horas e quarenta minutos, foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo secretario de Planejamento e pela Superintendente de orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal, ressaltando que o registro dos presente nesta audiência encontra-se em livro próprio.

Várzea Grande, dezessete de setembro de dois mil e treze.

JOSÉ AUGUSTO DE MORAES
Secretario de Planejamento

SONIA DE OLIVEIRA LEAL
Superintendente de Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:97EE6076

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N° 3.973/2013

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Várzea Grande para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.

Walace Santos Guimarães, Prefeito do Município Várzea Grande, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O orçamento Geral do Município para o exercício de 2014, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em **R$ 893.706.811,60** que após a dedução da receita tributária, bem como, para a formação do FUNDEB, no total de **R$ 31.299.044,60**, resulta na Receita estimada de **R$ 862.407.467,00** e fixa a Despesa em igual importância, assim distribuída:

I – Orçamento Fiscal: **R$ 690.718.915,44**
II – Orçamento da Seguridade Social: **R$ 171.688.851,56**, compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social.

Parágrafo único: O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal integrante do Orçamento da Seguridade Social foi fixado em **R$ 24.349.283,00**.

Art. 2° - A Receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação vigente, de acordo com o desdobramento abaixo especificado.

Parágrafo único: As fontes de receitas da Administração Indireta, composta dos recursos do Departamento de Água e Esgoto (DAE) e do Instituto dos Servidores Municipais de Várzea Grande (PREVIVAG) são provenientes das tarifas

pelo fornecimento de água e das contribuições calculadas sobre os vencimentos dos servidores municipais, rendimentos de aplicações financeiras e outras receitas, conforme o desdobramento abaixo especificado:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR
I - Administração Direta	
1 - Por Categoria Econômica	**844.642.215,60**
1.1 - Receitas Correntes	421.127.847,60
1.2 - Receitas de Capital	423.514.368,00
2 - Por Fonte	**844.642.215,60**
2.1 - Receitas Correntes	**421.127.847,60**
2.1.1 - Receita Tributária	70.607.705,00
2.1.2 - Receita de Contribuições	14.580.949,00
2.1.3 - Receita Patrimonial	2.673.560,00
2.1.4 - Receita de Serviços	2.927,00
2.1.5 - Transferências Correntes	322.206.204,60
2.1.6 - Outras Receitas Correntes	11.056.502,00
2.2 - Receitas de Capital	**423.514.368,00**
2.2.1 - Transferência de Capital	423.514.368,00
9 - Deduções Receitas Correntes	**(31.299.044,60)**
9.1 - Dedução da Receita Tributária	(1.075.467,00)
9.2 - Retenção para o FUNDEB	(30.223.577,60)
II - Administração Indireta	
1 - Por Categoria Econômica	**49.064.596,00**
1.1 - Receitas Correntes	39.658.896,00
1.2 - Receita Intraorçamentária	9.405.700,00
2 - Por Fontes	**49.064.596,00**
2.1 - Receitas de Contribuições	6.324.400,00
2.1.1 - Receita Patrimonial	4.542.000,00
2.1.2 - Receita de Serviços	24.715.313,00
2.1.3 - Outras Receitas Correntes	4.077.183,00
2.2 - Receita Intraorçamentária	9.405.700,00
TOTAL DA RECEITA (I + II)	**862.407.767,00**

Art. 3°- A despesa do Município será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
I - Administração Direta	
1 - Por Órgão	**813.343.171,00**
01 - Câmara Municipal	13.821.600,00
02 - Gabinete do Prefeito	3.923.510,00
03 - Procuradoria Geral do Município	4.300.000,00
04 - Secretaria Municipal de Administração	20.000.000,00
05 - Secretaria Municipal de Planejamento	1.750.000,00
07 - Secretaria Municipal de Meio Amb. e Agricultura	3.200.000,00
08 - Secretaria Municipal de Educação	119.241.364,00
09 - Secretaria Municipal de Saúde	133.904.647,47
10 - Secretaria Viação Obras e Urbanismo	397.863.764,10

11 - Secretaria Municipal de Assistência Social	13.434.921,36
12 – Secretaria Serviços Públicos e Transportes	22.373.263,59
13 - Secretaria Municipal de Comunicação Social	4.900.000,00
14 - Secretaria Municipal de Esporte Lazer Cultura	3.028.000,00
15 - Secretaria Municipal da Guarda Municipal	5.771.355,77
16 - Secretaria Municipal Desenv. Econômico	1.958.050,00
21 - Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos	1.700.000,00
23 - Encargos Gerais do Município	33.973.694,71
24 - Reserva de Contingência	100.000,00
25 - Secretaria Municipal de Finanças	1.900.000,00
27 - Secretaria Municipal de Receita	7.760.000,00
28 - Controladoria Geral do Município	1.480.000,00
30 - Secretaria Municipal de Desenv. Urbano	16.359.000,00
31 - Gabinete do Vice - Prefeito	600.000,00
2 - Por Categoria Econômica	**813.343.171,00**
01- Despesas Correntes	354.804.294,45
02 - Despesas de Capital	458.438.876,55
03 - Reserva de Contingência	100.000,00
3 - Por Função de Governo	**813.343.171,00**
01 - Legislativa	13.821.600,00
02 - Judiciária	100.000,00
03 - Essencial à Justiça	8.493.005,00
04 - Administração	51.931.560,00
06 - Segurança Pública	5.771.355,77
08 - Assistência Social	13.434.921,36
10 - Saúde	133.904.647,20
11 - Trabalho	160.000,00
12 - Educação	119.241.364,00
13 - Cultura	590.000,00
14 - Direitos da Cidadania	155.500,00
15 - Urbanismo	414.507.027,69
16 - Habitação	13.280.000,00
18 - Gestão Ambiental	2.787.400,00
20 - Agricultura	105.600,00
22 - Indústria	382.000
23 - Comércio e Serviços	274.000,00
25 - Energia	6.220.000,00
26 - Transporte	200.000,00
27 - Desporto e Lazer	2.438.000,00
28 - Encargos Especiais	25.445.189,98
99 - Reserva de Contingência	100.000,00
3 - Por Programa	**813.343.171,00**
001- Gestão Legislativa	13.821.600,00
002 - Apoio Administrativo	112.219.485,84
003 - Atenção Primária	24.226.512,06
004 - Atenção Secundária	28.749.595,22
005 - Gestão Ambiental	531.000,00
006 - Desenv. Agricultura Familiar	412.600,00
007 - Sistema Mun. de Planejamento	1.750.000,00
008 - Trabalho e Renda	160.000,00
0010 - Modernização da Adm Fiscal	4.867.000,00
0011 - Atenção Terciária	37.403.012,34
0014 - Apoio e Incentivo a Cultura	590.000,00
0015 - Gestão em Saúde	31.614.523,23
0020 - Assistência Farmacêutica	3.879.906,30
0021 - Vigilância em Saúde	8.031.098,32
0022 - Infraestrutura Urbana	386.174.566,60
0023 – Gestão de Transporte	1.054.066,09
0024 - Sistema Viário Municipal	4.010.000,00
0025 - Habitação Popular	13.280.000,00
0026 – Energia Urbana e Rural	6.220.000,00
0031 - Coleta e Tratamento do Aterro Sanitário	7.490.000,00
0032 - Comunicação Social e Marketing Público	3.525.000,00
0033 - Desenvolvimento do Esporte e Lazer	145.000,00
0034 - Desporto Estudantil	65.000,00
0035 - Segurança Pública Municipal	143.400,00
0036 - Apoio ao Empreendedorismo Municipal	349.000,00
0041 - Proteção Social Básica	4.101.198,00
0042 - Proteção Social Especial	2.736.243,00
0101 - Gestão da Adm Pública voltada p/ Resultados	10.942.500,00
0102 - Educação Especial	1.323.600,00
0103 - Educação Fundamental	56.994.076,00
0104 - Educação Infantil	45.883.188,00
0105 - Educação Tecnológica e Profissional	500.000,00
0106 - Ensino Superior	50.000,00
9999 - Reserva de Contingência	100.000,00
I - Administração Indireta	
1 - Por Órgão	**49.064.596,00**
18 - DAE - Depto de Água e Esgoto	24.715.313,00
19 - PREVIVAG - Inst. de Seg. dos Serv. Mun. VG	16.989.000,00
19.01 - Reserva do RPPS	7.360.283,00
2 - Por Categoria Econômica	**49.064.596,00**
01 - Despesas Correntes	40.110.313,00
02 - Despesas de Capital	1.594.000,00
77 - Reserva Legal	7.360.283,00
3 - Por Função de Governo	**49.064.596,00**
09 - Previdência Social	16.989.000,00
17 - Saneamento	24.715.313,00
77 - Reserva Legal	7.360.283,00
3 - Por Programa	**49.064.596,00**
0037 - Assistência Previdenciária	16.989.000,00
0040 – Saneamento Básico	24.715.313,00
7799 - Reserva Legal do RPPS	7.360.283,00
TOTAL GERAL DA DESPESA (I + II)	**862.407.767,00**

Art. 4° - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, transpor e transferir recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, obedecendo ao limite definido nesta Lei e de acordo com os incisos V e VI do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 5° - O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Abrir créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, utilizado como fonte de recursos:

a) O excesso ou provável excesso de arrecadação;
b) A anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;
c) Superávit financeiro do exercício anterior.

II – Abrir créditos suplementares á conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

§ 1º - Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - O limite autorizado no inciso I deste artigo não será onerado quando se tratar de transferências ou remanejamentos de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos, bem como, para suplementar insuficiência de dotações no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos.

Art. 6° - O valor das Metas Fiscais estabelecidas na Lei nº 3.911/2013, de 31 de julho de 2013, passam a vigorar com os valores atualizados de acordo com o Anexo IV, integrante desta Lei.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2014.

Art. 8° - Revogam-se as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães" em Várzea Grande – MT, 26 de setembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:63614156

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA/2014

Às nove horas do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, no Centro de Referência da Assistência Social localizado no bairro Cristo Rei foi dado inicio a Audiência Pública para apresentação dos programas contemplados na Proposta de Lei Orçamentária Anual PLOA/2014, o Secretário Municipal de Planejamento Sr. José Augusto de Moraes, iniciou a audiência agradecendo a participação dos Senhores Vereadores, Secretários, Técnicos, agradecendo aos demais presentes e enaltecendo a importância da participação social no processo orçamentário, visando levar ao conhecimento da sociedade as ações previstas para o município de Várzea Grande, para o exercício de 2014. Na seqüência a Superintendente de Orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal fez uso da palavra explicando a fundamentação do processo de elaboração da PLOA, mostrou também dados das principais ações previstas na PLOA 2014, em seguida apresentou o valor total do Orçamento Geral do Município de Várzea Grande, que estima a receita e fixa a despesa em R$ 862.407.767,00 (oitocentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais), sendo distribuído o referente

recurso para ações governamentais com o Poder Legislativo e o Poder Executivo e distribuições de recursos por órgão e todas as informações para elaboração do PLOA. Em seguida a Sra. Márcia Françoso Técnica da Prefeitura demonstra a composição da receita municipal em termos percentuais, sendo 16% receita tributaria 74% receita de transferências intergovernamental, 3% receita de contribuição, 1% receita patrimonial, e 4% de receitas de serviços. Ressaltando a receita com IPTU, ISSQN, ITBI e TAXAS, encerrando a apresentação salientando o aumento da inadimplência do IPTU a cada ano. A seguir faz uso da palavra a Sra. Meiry Evaldete Alves Rondon técnica representante da Secretaria de Educação apresentando os programas previstos no orçamento para 2014 - Apoio Administrativo, Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Superior/Técnico ressaltando as atribuições e objetivos de cada programa. Dando continuidade o Sr. Versides Sebastião de Moraes - Secretário de Meio Ambiente e Agricultura apresenta as metas para o exercício de 2014 - Iniciar a recuperação de 100%dos corpos hídricos urbanos, Demarcar e preservar 100% das APP`s na área urbana no município, Neutralizar 100%das emissões de gases de efeito estufa, Implantação de 100% do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Criar o Parque Linear do Pari no trecho entre a BR-163 até o Rio Cuiabá, Viabilizar a implantação de um (01) Parque na região de Carrapicho, Viabilizar a implantação do Parque Zoo-Botânico na comunidade de Bom Sucesso, Inspeção sanitária em 100% das agroindústrias que solicitem certificado municipal, Aumentar a participação da agricultura familiar no PIB municipal em 400%, Atender em até 90% aos produtores por meio de assistência técnica, Atender 100% dos produtores por meio de assistência técnica em conjunto com a EMPAER, Elevar para 60% produção agrícola familiar do Município, Orientar 100% dos produtores assentados na Criação de cooperativas e/ou associações, Capacitar 80% do pequeno produtor em gerenciamento de propriedade rural de sua produção. Durante a apresentação o senhor vereador Pery Taborelli da Silva Filho solicitou a inclusão dos projetos de implantação do programa Passe Livre, Construção da Feira Municipal, Reestruturação da Praça Aquidaban para a realização de Feira de Artes, e a transformação da Rua 24 de Outubro – Centro Norte em calçadão. O senhor Vereador Taborelli faz menção a importância da inclusão do Projeto do PCCS, o qual já esta contemplada no orçamento do município sob a responsabilidade da secretaria de administração. Dada por encerradas às onze horas e cinquenta minutos, foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo secretario de Planejamento e pela Superintendente de orçamento a Sra. Sonia de Oliveira Leal, ressaltando que o registro dos presente nesta audiência encontra-se em livro próprio.

Várzea Grande, dezoito de setembro de dois mil e treze.

JOSÉ AUGUSTO DE MORAES
Secretario de Planejamento

SONIA DE OLIVEIRA LEAL
Superintendente de Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B74D222B

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Relatório dos Campos de Atuação dos Órgãos e Unidades Orçamentárias
Seleção: Entidade = 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Orgão / Unidade

01.00 - CÃMARA MUNICIPAL
01.01 - Câmara Municipal
02.00 - GABINETE DO PREFEITO
02.01 - Gabinete do Prefeito
02.02 - Gabinete do Vice Prefeito
02.03 - Gabinete do Vice Prefeito
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL
03.01 - Procuradoria Municipal
03.02 - Coord. Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON
03.03 - Procuradoria Patrimonial
03.04 - Procuradoria Judicial
03.05 - Procuradoria Administrativa
03.06 - Procuradoria de Licitação e Contrato
03.07 - Procuradoria Legislativa
03.08 - Procuradoria da Dívida Píblica
03.09 - Procuradoria Fiscal
03.10 - Fundo da Procuradoria
03.11 - Fundo do Procon
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.01 - Gabinete do Secretário
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
07.01 - Gabinete do Secretário
04.02 - Coordenadoria de Recursos Humanos
04.03 - Coordenadoria de Administração
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
05.01 - Gabinete do Secretário
05.02 - Superintêndencia de Execução Orçamento
05.04 - Superintendência de Planejamento e Orçamento
07.02 - Coordenadoria do Meio Ambiente
07.03 - Coordenadoria de Agricultura
07.04 - Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.01 - Gabinete do Secretário
08.02 - Coordenadoria de Cultura
08.03 - Desenvolvimento do Ensino da Educação Básica
08.04 - Desenvolvimento do Ensino Superior
08.05 - FUNDEB
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - Gabinete do Secretário
09.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO
10.01 - Gabinete do Secretario
10.08 - Coordenadoria de Obras e Tráfego
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01 - Gabinete da Secretária
11.02 - Fundo Muinicipal de Assistência Social
11.03 - Fundo da Infancia e Adolescente
11.04 - Fundo Municipal de Assistência ao Idoso
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE
12.01 - Gabinete do Secretario
12.05 - Superintendência de Trânsito e Transp Urbanos-STU
12.09 - Coordenadoria de Serviços Urbanos
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
13.01 - Gabinete do Secretário
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
14.01 - Gabinete do Secretário
14.02 - Coordenadoria de Esporte e Lazer
14.03 - Coordenadoria de Cultura
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL
15.01 - Gabinete do Secretário
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO
16.01 - Gabinete do Secretário
16.02 - Coordenadoria do Sine
16.03 - Superintendência de Habit. e Regulariz.Fundiária
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
21.01 - Gabinete do Secretário
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
18.01 - DAE - Departamento de Agua e Esgoto
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

19.01 - Inst. Prev. Social dos Serv. Mun. de Varzea Grande
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
28.01 - Gabinete do Secretário
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
27.01 - Gabinete do Secretário
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
23.01 - Encargos Gerais do Município
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA
24.01 - Reserva de Contigência
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
25.01 - Gabinete do Secretário
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO
31.01 - GABINETE DO SECRETARIO
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
30.01 - Gabinete do Secretario
30.03 - Superintendência de Habitação e Regularização Fund
30.04 - Sup. Politica Hab.(Fundo Mun Hab Interesse Social)
30.05 - Superintendência de Desenvolvimento Urbano
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO
31.01 - GABINETE DO SECRETARIO

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C4DA8B95

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013 / 2013 / PMVG/MT

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2011/PMVG e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 03 de fevereiro de 2012, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.
RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme item 2 do Edital nº. 001/2011/PMVG, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Administração (**Comissão Permanente de Concurso)**
Endereço: Av. Castelo Branco, 2.500 – Água Limpa – Várzea Grande-MT.
Horário: 13h30m às 17h00.
Prazo: 31/12/2013 à 30/01/2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARGO : M28 – GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE - FEMININO

Inscrição	Nome	Class. Final	Defic.	Situação
4312007	RAFAELA FERRAZ SOARES	12º	Não	Classificado
4328230	CELIA CRISTINA DE SIQUEIRA BRAGA	13º	Não	Classificado
4497910	MARIANNY GOMES PORTELLA	14º	Não	Classificado
4512430	SILVANA RAZE	15º	Não	Classificado
4525248	FERNANDA FERREIRA DE ARAUJO	16º	Não	Classificado
4693744	DANYELE PATRICIA CARDOSO BEZERRA	17º	Não	Classificado
4390733	LÍVIA MARA BORGES NOHAMA	18º	Não	Classificado
4076150	VANESSA DE SOUZA	19º	Não	Classificado
4088379	SUELLEN DE BARROS FERREIRA	20º	Não	Classificado
4419812	BRUNA LORAYNE ALMEIDA HAENISCH	21º	Não	Classificado

CARGO : M27 – GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE - MASCULINO

Inscrição	Nome	Class. Final	Defic.	Situação
4300610	JULIO CESAR DE SOUZA	13º	Não	Classificado
4365437	EUDSON GUSMÃO DE ALMEIDA	14º	Não	Classificado
4477324	MAURO DE OLIVEIRA ALVES	15º	Não	Classificado
4437195	JACKSON ROSA DO NASCIMENTO GONÇALVES	16º	Não	Classificado
4004191	CARLOS ANTONIO FELIX DE OLIVEIRA	17º	Não	Classificado
4673360	ERONALDO DA SILVA GUEDES	18º	Não	Classificado
4300327	ANDRÉ SOUZA DOS SANTOS	19º	Não	Classificado
4675290	DEJANIR GONÇALO DE ALMEIDA	20º	Não	Classificado
4557875	ADELSON EVANGELISTA DE SOUZA	21º	Não	Classificado
4328744	CLAUDINEY ALVES MARTINS	22º	Não	Classificado
4670485	PAULO CEZAR LEMES	23º	Não	Classificado
4585208	JANSEN GOMES SOUDRE	24º	Não	Classificado
4541502	NELSON LARA DE MELLO	25º	Não	Classificado
4324749	SONGIR ROSANIO ALVES DA CUNHA	26º	Não	Classificado
4488946	ILSON FRANCISCO DE PAULO SILVA	27º	Não	Classificado
4100239	WANDER LUIZ SILVA FONSECA	28º	Não	Classificado
4412230	LEONARD NICOLLAS DE OLIVEIRA	29º	Não	Classificado
4629248	JARBAS SANTANA DE AMORIM	30º	Não	Classificado
4317700	GETULIO DA SILVA PEREIRA	31º	Não	Classificado
4633334	GABRIEL HENRIQUE ROCHA ROSSI	32º	Não	Classificado
4509510	VANDOILSON BENEDITO DE CARVALHO	33º	Não	Classificado
4064003	LEONARDO ARAUJO CORTES	34º	Não	Classificado
4506316	ELIAKUIM DE ARAUJO BARROS	35º	Não	Classificado
4440110	RAPHAEL DIAS DA CONCEIÇÃO	36º	Não	Classificado
4629990	BRUNO DO AMARAL MOTA	37º	Não	Classificado
4321596	ALLESON JEAN MAGALHAES	38º	Não	Classificado
4013182	JEAN DE SOUZA GONÇALVES	39º	Não	Classificado
4462220	JOSE ROBERTO DELGADO FILHO	40º	Não	Classificado
4397037	ANDERSON MORAES DE SOUZA	41º	Não	Classificado
4369769	MARCIO JOSÉ DA SILVA	42º	Não	Classificado
4388364	PAULO SERGIO ALVES DA SILVA	43º	Não	Classificado
4688325	HERBERT FERNANDO PADILHA	44º	Não	Classificado
4552458	FLAVIO VIEIRA DE BRITO MOREIRA	45º	Não	Classificado
4026110	EURICO DEBRITO CORREA DA ROCHA	46º	Não	Classificado
4547691	JOELITON LEMES FERREIRA	47º	Não	Classificado
4622782	GUSTAVO TERTULIANO RIBEIRO	48º	Não	Classificado
4352084	WELLINGTON SIMILLI SOUZA	49º	Não	Classificado
4552636	PAULO RICARDO ALVES DA SILVA	50º	Não	Classificado
4627334	FABIO RODRIGO RUBINHO	51º	Não	Classificado
4113101	MARCEL SOUZA DA SILVEIRA	52º	Não	Classificado
4356225	ENTONI CONCEIÇÃO DA SILVA	53º	Não	Classificado
4028384	CID CAMACHO JUNIOR	54º	Não	Classificado
4560795	BRUNO ALEXSANDER GARCIA	55º	Não	Classificado
4438272	MARCELO DA SILVA LOPES	56º	Não	Classificado
4561627	ODNIS GONÇALVES RAMOS	57º	Não	Classificado

ANEXO I
2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS:

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes:
a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal;
c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;
d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;
g) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o **ANEXO I** deste Edital;
h) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, por Perícia Médica Oficial;
i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal;
k) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;
l) Comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso;
m) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de Abertura do Concurso Público;
n) apresentar declaração de bens.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:
1 – RG; (Cópia Autenticada).
2 – CPF; (Cópia Autenticada).
3 – PIS/PASEP; (Cópia Autenticada).
4 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).
5 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).
6 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável; (Cópia Autenticada).
7 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).
8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).
9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).
11 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes. (Redigida e Reconhecido Firma)
12 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4
13 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:
- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)
- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)
14 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)
15 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)
16 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).
17 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).
18 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.
19 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:
A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Avaliação Osteomuscular (Com Laudo de Ortopedista, avaliando membros superiores, inferiores, e coluna total);
2 - Exames de Imagem**:** RX de tórax (com laudo);
3 - Laudo Oftalmológico;
4- Exames Laboratoriais: Glicemia
5 - Exames Laboratoriais: VDRL
6 - Exames Laboratoriais: Grupo Sanguíneo
7 - Exames Laboratoriais: Hemograma Padrão
8 – Exames Laboratoriais: VHS
9 - Exames Laboratoriais: Gama Glutamil Transferase
10 - Exames Laboratoriais: Parcial de Urina
11 - Exames Laboratoriais: Ureia
12 - Exames Laboratoriais: Creatinina
13 - Exames Laboratoriais: Ácido Úrico
14 - Exames Laboratoriais: Colesterol Total
15 - Exames Laboratoriais: Colesterol HDL
16 - Exames Laboratoriais: Colesterol LDL
17 - Exames Laboratoriais: Triglicerídeos
18 - Exames Laboratoriais: Hbs-Ag
19 - Exames Laboratoriais: Anti-Hbc
20 - Exames Laboratoriais: Anti-Hbs
21 - Exames Laboratoriais: Anti-Hcv
22 - Comprovante de vacina Antitetânica **atualizada** (Cópia Autenticada da carteira ou Atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde).
23 – PSA - Para candidatos com idade acima de 39 anos – Prova do Antígeno Prostático (Masculino)
24 - **Eletrocardiograma** – Para candidatos com idade acima de 39 anos
25 - **Eletroencefalograma** – Para candidatos com idade acima de 39 anos
26 - **Avaliação Psiquiátrica** – (**Quando o candidato apresentar alteração no Teste Psicológico).**
27 – Ultrassonografias de ombro, punho e/ou cotovelo – **(Quando o candidato apresentar alteração na Avaliação Osteomuscular).**
28 – Teste Psicológico (Focado no perfil do cargo avaliado).

Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2013.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:51405B5C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 1099/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que consta no processo nº 214029/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Sandra Maria da Silva Miranda, do cargo de Concurso de Técnico Suporte Administrativo Educacional – Merendeira, matrícula 82216, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de dezembro de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 23 de dezembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:50EFA8AC

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 1098/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que consta no processo nº 214038/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Sueli Rodrigues Damaceno, do cargo de Concurso de Técnico Suporte Administrativo Educacional – Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 82160, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de dezembro de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 23 de dezembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:AA2390EF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 1088/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que consta no processo nº 212192/13,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Andréa Regina Kaneko Kobasyashi, do cargo de Concurso de Gestor Municipal, matrícula 86665, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a partir de 11 de dezembro de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de dezembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1525D591

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 1100/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

EXONERAR Marcos Rodrigues da Silva, do cargo de Assessor Especial, da Secretaria Municipal de Controladoria Geral do Município, a partir de 30 de dezembro de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de dezembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:DC689E3C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 1092/2013

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

NOMEAR Luis Felipe Monteiro da Silva, no cargo em comissão de Assessor Especial, da Secretaria Municipal de Controladoria Geral do Município, a partir de 30 de dezembro de 2013.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de dezembro de 2013.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:36C488C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO/2013

Exercício: 201								
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643, CENTRO, ARAGUAIANA/MT						20/12/2013 - 09:32:3		
Mês atual: Dezembr								
Balancete Financeiro - Anexo 13								
Receitas				Despesas				
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior		Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA				
RECEITAS CORRENTES				Legislativa		0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	489.091,11	45.352,14	534.443,25	Administração		1.252.836,98	92.491,86	1.345.328,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.546,61	2.043,32	28.589,93	Segurança Pública		10.000,00	0,00	10.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	41.884,69	5.012,20	46.896,89	Relações Exteriores		0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	60.485,83	10.830,27	71.316,10	Assistência Social		423.562,00	50.508,92	474.070,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.546.385,31	778.723,12	7.325.108,43	Saúde		1.381.885,66	137.457,86	1.519.343,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.491,11	49.642,23	106.133,34	Trabalho		91.608,91	0,00	91.608,91
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.025.397,40	-106.545,94	-1.131.943,34	Educação		2.068.124,87	216.009,88	2.284.134,75
TOTAL RECEITAS CORRENTES	6.195.487,26	785.057,34	6.980.544,60	Cultura		2.796,09	0,00	2.796,09
				Urbanismo		861.968,56	246.197,14	1.108.165,70
RECEITAS DE CAPITAL				Habitação		0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	Saneamento		154.119,20	16.528,58	170.647,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Agricultura		46.407,20	2.103,79	48.510,99
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Organização Agrária		0,00	0,00	0,00
				Comércio e Serviços		35.831,52	0,00	35.831,52
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	Transporte		41.496,05	0,00	41.496,05
				Desporto e Lazer		54.841,79	1.271,21	56.113,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.228.487,26	785.057,34	7.013.544,60	Encargos Especiais		98.419,09	0,00	98.419,09
				CONTROLE INTERNO		0,00	0,00	0,00
				Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00
				TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		6.523.897,92	762.569,24	7.286.467,16

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	935.128,48	-106.711,10	828.417,38	CONTRIBUICAO SINDICAL		8.237,40	0,00	8.237,40
CONTRIBUICAO SINDICAL	8.237,40	0,00	8.237,40	EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF		474,60	71.598,99	72.073,59
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	98.113,01	11.203,33	109.316,34	EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA		0,00	79.382,27	79.382,27
EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	142.953,28	26.251,63	169.204,91	I.N.S.S		111.933,79	12.863,64	124.797,43
I.N.S.S	114.322,12	13.362,57	127.684,69	I.N.S.S. EDUCAÇÃO		29.328,92	2.274,02	31.602,94
I.N.S.S. EDUCAÇÃO	29.026,70	2.690,92	31.717,62	I.N.S.S. FUNDEB		73.349,07	11.522,48	84.871,55
I.N.S.S. FUNDEB	78.647,60	12.035,18	90.682,78	I.N.S.S. SAÚDE		37.879,27	6.929,45	44.808,72
I.N.S.S. SAÚDE	41.386,32	7.136,87	48.523,19	PENSÃO ALIMENTÍCIA		17.184,89	2.542,50	19.727,39
PENSÃO ALIMENTÍCIA	20.263,18	2.542,50	22.805,68	RESTOS A PAGAR		69.180,48	4.000,00	73.180,48
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.468.078,09	-31.488,10	1.436.589,99	TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		347.568,42	191.113,35	538.681,77
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS				
TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	REPASSE DUODECIMO CAMARA		386.870,16	48.358,77	435.228,93
				TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS		386.870,16	48.358,77	435.228,93
Receitas				Despesas				
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior		Valor no mês	Total
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
Caixa	108,37	322,40	108,37	Caixa		322,40	22,40	22,40
Banco Conta Movimento	602.892,07	801.361,66	602.892,07	Banco Conta Movimento		801.361,66	688.202,36	688.202,36
Banco Conta Vinculada	327.565,37	551.413,42	327.565,37	Banco Conta Vinculada		551.413,42	424.629,82	424.629,82
Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00	Banco Conta RPPS		0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	15.697,18	0,00	Aplicações Financeiras		15.697,18	7.467,96	7.467,96
Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00	Aplicações do RPPS		0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	1.368.794,66	930.565,81	TOTAL DISPONÍVEL		1.368.794,66	1.120.322,54	1.120.322,54
Total	8.627.131,16	2.122.363,90	9.380.700,40	Total		8.627.131,16	2.122.363,90	9.380.700,40

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:CE96B8AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2013

Balancete Financeiro - Anexo 13							Exercício: 2013 Mês atual: Dezembro
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES				Legislativa	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	534.443,25	60.086,65	594.529,90	Administração	1.345.328,84	129.008,74	1.474.337,58
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	28.589,93	2.342,72	30.932,65	Segurança Pública	10.000,00	0,00	10.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	46.896,89	5.519,30	52.416,19	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	71.316,10	12.435,59	83.751,69	Assistência Social	474.070,92	43.040,39	517.111,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.325.108,43	1.174.886,87	8.499.995,30	Saúde	1.519.343,52	185.481,87	1.704.825,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.133,34	939,06	107.072,40	Trabalho	91.608,91	0,00	91.608,91
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.131.943,34	-198.787,45	-1.330.730,79	Educação	2.284.134,75	187.514,33	2.471.649,08
TOTAL RECEITAS CORRENTES	6.980.544,60	1.057.422,74	8.037.967,34	Cultura	2.796,09	0,00	2.796,09
				Urbanismo	1.108.165,70	98.114,74	1.206.280,44
RECEITAS DE CAPITAL				Habitação	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	Saneamento	170.647,78	17.669,00	188.316,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Agricultura	48.510,99	2.879,49	51.390,48
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00
				Comércio e Serviços	35.831,52	0,00	35.831,52
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	Transporte	41.496,05	0,00	41.496,05
				Desporto e Lazer	56.113,00	4.065,52	60.178,52
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.013.544,60	1.057.422,74	8.070.967,34	Encargos Especiais	98.419,09	0,00	98.419,09
				CONTROLE INTERNO	0,00	0,00	0,00
				Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
				TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.286.467,16	667.774,08	7.954.241,24
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	828.417,38	-141.874,64	686.542,74	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	0,00	15.500,00	15.500,00
CONTRIBUICAO SINDICAL	8.237,40	0,00	8.237,40	CONTRIBUICAO SINDICAL	8.237,40	0,00	8.237,40
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	109.316,34	8.196,39	117.512,73	EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	72.073,59	11.203,33	83.276,92
EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	169.204,91	29.973,24	199.178,15	EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	79.382,27	0,00	79.382,27
I.N.S.S	127.684,69	14.694,38	142.379,07	I.N.S.S	124.797,43	12.669,99	137.467,42
I.N.S.S. EDUCAÇÃO	31.717,62	2.172,52	33.890,14	I.N.S.S. EDUCAÇÃO	31.602,94	2.690,92	34.293,86
I.N.S.S. FUNDEB	90.682,78	11.295,81	101.978,59	I.N.S.S. FUNDEB	84.871,55	12.035,18	96.906,73
I.N.S.S. SAÚDE	48.523,19	7.404,52	55.927,71	I.N.S.S. SAÚDE	44.808,72	7.136,87	51.945,59
PENSÃO ALIMENTÍCIA	22.805,68	2.542,50	25.348,18	PENSÃO ALIMENTÍCIA	19.727,39	2.542,50	22.269,89
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.436.589,99	-65.595,28	1.370.994,71	RESTOS A PAGAR	73.180,48	42.920,20	116.100,68
				TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	538.681,77	106.698,99	645.380,76
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL DE	0,00	0,00	0,00	REPASSE DUODECIMO CAMARA	435.228,93	48.358,77	483.587,70

INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS							
				TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	435.228,93	48.358,77	483.587,70
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Caixa	108,37	22,40	108,37	Caixa	22,40	22,51	22,51
Banco Conta Movimento	602.892,07	688.202,36	602.892,07	Banco Conta Movimento	688.202,36	867.203,63	867.203,63
Banco Conta Vinculada	327.565,37	424.629,82	327.565,37	Banco Conta Vinculada	424.629,82	415.785,75	415.785,75
Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00	Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	7.467,96	0,00	Aplicações Financeiras	7.467,96	6.306,27	6.306,27
Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00	Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	1.120.322,54	930.565,81	TOTAL DISPONÍVEL	1.120.322,54	1.289.318,16	1.289.318,16
Total	9.380.700,40	2.112.150,00	10.372.527,86	Total	9.380.700,40	2.112.150,00	10.372.527,86

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:4FDA1492

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO/2013

Balancete Financeiro - Anexo 13							Exercício: 2013 20/12/2013 - 09:33:39 Mês atual: Dezembro
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES				Legislativa	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	594.529,90	84.854,19	679.384,09	Administração	1.474.337,58	99.412,68	1.573.750,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	30.932,65	2.346,14	33.278,79	Segurança Pública	10.000,00	0,00	10.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	52.416,19	5.618,03	58.034,22	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	83.751,69	11.092,39	94.844,08	Assistência Social	517.111,31	49.011,41	566.122,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.499.995,30	892.489,15	9.392.484,45	Saúde	1.704.825,39	134.980,21	1.839.805,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	107.072,40	2.949,90	110.022,30	Trabalho	91.608,91	0,00	91.608,91
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.330.730,79	-141.285,71	-1.472.016,50	Educação	2.471.649,08	189.449,01	2.661.098,09
TOTAL RECEITAS CORRENTES	8.037.967,34	858.064,09	8.896.031,43	Cultura	2.796,09	0,00	2.796,09
				Urbanismo	1.206.280,44	66.968,68	1.273.249,12
RECEITAS DE CAPITAL				Habitação	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	Saneamento	188.316,78	15.041,65	203.358,43
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Agricultura	51.390,48	895,47	52.285,95
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	0,00	33.000,00	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00
				Comércio e Serviços	35.831,52	0,00	35.831,52
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	Transporte	41.496,05	0,00	41.496,05
				Desporto e Lazer	60.178,52	-470,08	59.708,44
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.070.967,34	858.064,09	8.929.031,43	Encargos Especiais	98.419,09	0,00	98.419,09
				CONTROLE INTERNO	0,00	0,00	0,00
				Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
				TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.954.241,24	555.289,03	8.509.530,27
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	686.542,74	-146.314,94	540.227,80	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	15.500,00	0,00	15.500,00
CONTRIBUICAO SINDICAL	8.237,40	0,00	8.237,40	CONTRIBUICAO SINDICAL	8.237,40	0,00	8.237,40
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	117.512,73	6.185,36	123.698,09	EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANIF	83.276,92	16.532,85	99.809,77
EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	199.178,15	28.221,31	227.399,46	EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA	79.382,27	0,00	79.382,27
I.N.S.S	142.379,07	11.377,18	153.756,25	I.N.S.S	137.467,42	14.617,60	152.085,02
I.N.S.S. EDUCAÇÃO	33.890,14	2.932,39	36.822,53	I.N.S.S. EDUCAÇÃO	34.293,86	2.172,52	36.466,38
I.N.S.S. FUNDEB	101.978,59	10.348,58	112.327,17	I.N.S.S. FUNDEB	96.906,73	11.295,81	108.202,54
I.N.S.S. SAÚDE	55.927,71	6.978,05	62.905,76	I.N.S.S. SAÚDE	51.945,59	7.404,52	59.350,11
PENSÃO ALIMENTÍCIA	25.348,18	2.542,50	27.890,68	PENSÃO ALIMENTÍCIA	22.269,89	2.542,50	24.812,39
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.370.994,71	-77.729,57	1.293.265,14	RESTOS A PAGAR	116.100,68	0,00	116.100,68
				TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	645.380,76	54.565,80	699.946,56
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	REPASSE DUODECIMO CAMARA	483.587,70	48.358,77	531.946,47
				TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	483.587,70	48.358,77	531.946,47
Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Caixa	108,37	22,51	108,37	Caixa	22,51	22,51	22,51
Banco Conta Movimento	602.892,07	867.203,63	602.892,07	Banco Conta Movimento	867.203,63	957.829,25	957.829,25
Banco Conta Vinculada	327.565,37	415.785,75	327.565,37	Banco Conta Vinculada	415.785,75	448.339,57	448.339,57
Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00	Banco Conta RPPS	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	6.306,27	0,00	Aplicações Financeiras	6.306,27	5.247,75	5.247,75
Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00	Aplicações do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPONÍVEL	930.565,81	1.289.318,16	930.565,81	TOTAL DISPONÍVEL	1.289.318,16	1.411.439,08	1.411.439,08
Total	10.372.527,86	2.069.652,68	11.152.862,38	Total	10.372.527,86	2.069.652,68	11.152.862,38

Publicado por:
Edivan da Silva Menezes
Código Identificador:08F1184C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 1.586/2013

LEI N.º 1.586/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a incluir parágrafo único no Artigo 2º e fixar novas faixas de valores na Tabela I da Lei Municipal nº. 924/2005 de 08 de Dezembro de 2005 que "Dispõe sobre a fixação de tarifas de fornecimento de água e serviços em conformidade com a Lei 504/2001 e dá outras providências".

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. - O Artigo 2º. da Lei Municipal nº. 924/2005 passará a vigorar com a seguinte redação:

*"**ARTIGO 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar o valor da tarifa de fornecimento de água, e taxas sobre serviços de água, no percentual de 10% (dez por cento), conforme os anexos que passam a ser parte integrante desta Lei.*

***Parágrafo Único** - As tarifas de fornecimento de água e taxas sobre serviços de água serão reajustadas anualmente baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ".*

ARTIGO 3º. - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

TABELA I

CONSUMO MEDIDO

I-I - TARIFAS SOBRE CONSUMO CONFORME LEITURA DE HIDRÔMETRO

RESIDENCIAL - CATEGORIA 1

FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA PREÇO POR M³	FATOR DE DEDUÇÃO	VALORES	
TIPO	INTERV.				DAFAIXA	ACUMULADO
R 1	0 a 10	10	0,88	0,00	8,80	8,80
R 2	11 a 20	10	1,24	3,60	12,40	21,20
R 3	21 a 30	10	1,86	16,00	18,60	39,80
R 4	31 a 40	10	2,66	40,00	26,60	66,40
R 5	Acima 40	-	3,95	91,60	-	-

COMERCIAL - CATEGORIA 2

FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA PREÇO POR M³	FATOR DE DEDUÇÃO	VALORES	
TIPO	INTERV.				DAFAIXA	ACUMULADO
C 1	0 a 10	10	2,00	-	20,00	20,00
C 2	ACIMA 10	-	2,90	29,00	-	-

INDUSTRIAL - CATEGORIA 3

FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA PREÇO POR M³	FATOR DE DEDUÇÃO	VALORES	
TIPO	INTERV.				DAFAIXA	ACUMULADO
R 1	0 a 10	10	2,14	0,00	21,40	21,40
R 2	Acima 10	-	3,15	10,10	31,50	-

PODER PÚBLICO - CATEGORIA 4

FAIXA M³		VOLUME POR FAIXA	ALÍQUOTA PREÇO POR M³	FATOR DE DEDUÇÃO	VALORES	
TIPO	INTERV.				DAFAIXA	ACUMULADO
R 1	0 a 10	10	2,86	-	28,60	28,60
R 2	Acima 10	-	3,85	90,90	-	-

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

CONSUMO NÃO MEDIDO

I-II - Tarifas sobre consumo por área coberta (onde não há Hidrômetro)

RESIDENCIAL - CATEGORIA 1

FAIXA M³		ÁREA COBERTA M²	PADRÃO DE CONSTRUÇÃO	VALORES ACUMULADOS
TIPO	INTERV.			
R 1	1	ATÉ 40	3-POPULAR	8,80
R 2	2	DE 41 A 120	2-MÉDIO	21,20

R 3	3	DE 120 ACIMA	1-ESPECIAL	39,80

COMERCIAL - CATEGORIA 2

FAIXA M³		ÁREA COBERTA M²	PADRÃO DE CONSTRUÇÃO	VALORES ACUMULADOS
C 1	1	ATÉ 80	3- POPULAR	20,00
C 2	2	DE 81 ACIMA	2-MÉDIO	49,00

INDUSTRIAL - CATEGORIA 3

FAIXA M³		ÁREA COBERTA M²	PADRÃO DE CONSTRUÇÃO	VALORES ACUMULADOS
TIPO	CLASSE			
R 1	1	ATÉ 80	3- POPULAR	21,40
R 2	2	DE 81 ACIMA	2-MÉDIO	52,90

PODER PÚBLICO - CATEGORIA 4

FAIXA M³		ÁREA COBERTA M²	PADRÃO DE CONSTRUÇÃO	VALORES ACUMULADOS
TIPO	CLASSE			
R 1	1	ATÉ 80	3- POPULAR	28,60
R 2	2	DE 81 ACIMA	2-MÉDIO	67,10

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:931B98F9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2013

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779.991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 060/2013**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SUPERMERCADO TEODORO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.854.126/0001-72, com sede à Rua Araucária, s/nº, Bairro Novo Diamantino em Diamantino-MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Valdemir Teodoro da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.036.309-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 602.489.989-00, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto N° 3.931** de 19 de setembro de 2001 e **Decreto 7892** de 23 de Janeiro de 2013 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, GENEROS ALIMENTICIOS E DERIVADOS, PARA ATENDer As DEMANDAs DAs SECRETARIAs DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 02

ITEM	CARNES EM GERAL	MARCA	QTDE	UNID	PREÇO UNIT.	PREÇO. TOTAL
86	APRESUNTADO	EXCELÊNCIA	1.000	KILO	10,99	10.990,00
87	BACON	EXCELÊNCIA	200	KILO	10,29	2.058,00
88	CARNE BOVINA - ACEM	IN NATURA	1.500	KILO	10,48	15.720,00
89	CARNE BOVINA - COSTELA	IN NATURA	1.000	KILO	6,99	6.990,00
90	CARNE BOVINA - PALETA	IN NATURA	200	KILO	9,48	1.896,00
91	CARNE BOVINA - PATINHO	IN NATURA	800	KILO	11,49	9.192,00
92	CARNE BOVINA COCHÃO DURO KG	IN NATURA	1.500	KILO	12,47	18.705,00
93	CARNE BOVINA DE 2ª EM PEDAÇOS KG	IN NATURA	1200	KILO	7,99	9.588,00
94	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª KG	IN NATURA	2.000	KILO	7,99	15.980,00
95	CARNE BOVINA TIPO COCHÃO MOLE DE 1ª KG	IN NATURA	1.500	KILO	14,99	22.485,00
96	CARNE SUÍNA - COSTELA	IN NATURA	100	KILO	11,99	1.199,00
97	CARNE SUÍNA 1ª EM PEDAÇO	IN NATURA	300	KILO	8,99	2.697,00
98	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO	FRANGO BOM	2.000	KILO	5,29	10.580,00
99	FRANGO CONGELADO	FRANGO BOM	1100	KILO	5,69	6.259,00
100	LINGUIÇA CALABRESA	EXCELÊNCIA	580	KILO	10,99	6.374,20
101	LINGÜIÇA MISTA	EXCELÊNCIA	750	KILO	10,48	7.860,00
102	PEITO DE FRANGO CONGELADO	FRANGO BOM	1500	KILO	6,99	10.485,00

103	PEIXE – PACU LIMPO	IN NATURA	2.000	KILO	8,49	16.980,00
					TOTAL:	**R$ 176.038,20**

LOTE 03

ITEM	PAES	MARCA	QTDE	UNID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
104	PÃO DE FORMA	IN NATURA	700	PACOTE	8,90	6.230,00
105	PÃO PARA CACHORRO QUENTE (GRANDE)	IN NATURA	7600	UND	0,69	5.244,00
106	PÃO SÍRIO	IN NATURA	500	PACOTE	8,99	4.495,00
107	PÃO TIPO FRANCÊS	IN NATURA	20.000	KILO	6,99	139.800,00
					TOTAL:	**R$ 155.769,00**

LOTE 04

ITEM	GENEROS ALIMENTÍCIOS	MARCA	QTDE	UNID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
108	ABACAXI PÉROLA	IN NATURA	200	KILO	3,74	748,00
109	ABÓBORA CABOTIÃ	IN NATURA	325	KILO	2,19	711,75
110	ABOBORA MENINA (GRANDE E MADURA)	IN NATURA	500	KILO	2,69	1.345,00
111	ABÓBORA PAULISTA	IN NATURA	216	KILO	2,13	460,08
112	ABOBRINHA VERDE	IN NATURA	255	KILO	2,49	634,95
113	AÇAFRÃO EM PO 10GR	DOLENCE	50	UND	0,89	44,50
114	ACELGA	IN NATURA	50	KG	4,12	206,00
115	ACHOCOLATADO EM PÓ PACOTE 400 G	MUKI	1.300	PCTE	4,74	6.162,00
116	AÇÚCAR CRISTAL PCT 2 KG	DOCE DIA	9000	PCTE	3,69	33.210,00
117	AÇÚCAR REFINADO 01 KG	UNIÃO	200	PCTE	2,46	492,00
118	ADOÇANTE 100 ML	ZERO CAL	120	UND	3,98	477,60
119	ALFACE CRESPA	IN NATURA	720	PCTE	1,92	1.382,40
120	ALFACE LISA	IN NATURA	312	PACOTE	1,92	599,04
121	ALHO GRAÚDO	IN NATURA	400	KILO	13,99	5.596,00
122	AMEIXA EM CALDA, SEM CAROÇO, EMBALAGEM 850G	PREDILETA	50	LATA	6,25	312,50
123	AMENDOIM 500 GR	MASSOM	1.500	PACOTE	4,85	7.275,00
124	AMIDO DE MILHO CX C/ 500 GR	MAISENA	100	CAIXA	5,71	571,00
125	AMIDO DE MILHO PCTE C/ 500 GR	YOKI	200	PACOTE	3,10	620,00
126	ANELINA CORES VARIADAS 10 ML	JUNCO	50	UND	2,47	123,50
127	ARROZ AGULHINHA 5 KG POLIDO, CLASSE LONGO FINO TIPO 1.	AMELIA	1.000	PCTE	10,14	10.140,00
128	AZEITE DE OLIVA 500 ML	VILA REAL	50	UNIDADE	9,98	499,00
129	AZEITONA 500ML	RIVIOLI	50	UNIDADE	7,22	361,00
130	BALA DE LEITE PCTE DE 1 KG	DORI	1.000	PACOTE	7,98	7.980,00
131	BALAS DURAS SABORES VARIADOS COM 1 KG	DORI	1.000	PACOTE	9,98	9.980,00
132	BALAS IOGURTE, EMBALAGEM COM 1 KG	DORI	500	PACOTE	3,65	1.825,00
133	BALAS MOLES SABORES VARIADOS COM 1 KG	DORI	1.000	PACOTE	6,40	6.400,00
134	BANANA DA TERRA	IN NATURA	500	KILO	3,42	1.710,00
135	BANANA MAÇÃ	IN NATURA	340	KILO	3,00	1.020,00
136	BANANA NANICA	IN NATURA	800	KILO	1,95	1.560,00
137	BATATA DOCE	IN NATURA	100	KILO	2,38	238,00
138	BATATA INGLESA	IN NATURA	1100	KILO	3,99	4.389,00
139	BERINJELA	IN NATURA	150	KILO	3,09	463,50
140	BETERRABA	IN NATURA	250	KILO	2,68	670,00
141	BICARBONATO DE SODIO 30GR	DOLENCE	50	PACOTE	0,98	49,00
142	BOLACHA DE LEITE 400G	DALLAS	400	PACOTE	3,84	1.536,00
143	BOLACHA DE MAIZENA 400 G	DALLAS	900	PACOTE	3,84	3.456,00
144	BOLACHA DE NATA 400G	DALLAS	200	PACOTE	4,48	896,00
145	BOLACHA RECHEADA SABORES DIVERSOS, 135 GR	DALLAS	500	PACOTE	1,75	875,00
146	BOLACHA ROSCA SABOR COCO - PACOTE 800 GRAMAS	DALLAS	600	PACOTE	6,68	4.008,00
147	BOLACHA SALGADA PCTE 400 GR	DALLAS	118	PACOTE	3,61	425,98
148	BOLACHA TIPO CREAM CRAKER PCT DE 800 G	DALLAS	1000	PACOTE	7,15	7.150,00
149	BOMBOM COM 50 UND	SONHO DE VALSA	500	PACOTE	23,99	11.995,00
150	BRÓCOLIS	IN NATURA	80	KILO	8,79	703,20
151	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500 G C/ SELO ABIC	TANSERRA	3.500	UNIDADE	7,21	25.235,00
152	CALDO DE CARNE, EMBALAGEM COM 19G	ARISCO	80	UNIDADE	0,69	55,20
153	CALDO DE GALINHA, EMBALAGEM COM 19G	ARISCO	60	UNIDADE	0,69	41,40
154	CANELA EM CASCA	DOLENCE	40	UNIDADE	0,89	35,60
155	CANELA EM PO 50GR	DOLENCE	30	UNIDADE	0,89	26,70
156	CAT CHUP, EMBALAGEM COM 400G	D AJUDA	40	UNIDADE	3,49	139,60
157	CEBOLA NACIONAL	IN NATURA	1200	KILO	2,82	3.384,00
158	CEBOLINHA	IN NATURA	216	MAÇO	1,82	393,12
159	CENOURA	IN NATURA	1000	KILO	2,94	2.940,00
160	CEREAL DE ARROZ , EMBALAGEM 400G INDICADO COMO ALIMENTO INFANTIL, A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, CONTÉM SAIS MINERAIS E É FONTE DE 9 VITAMINAS	NESTLE	200	LATA	10,15	2.030,00
161	CEREAL DE ARROZ E AVEIA, EMBALAGEM 400G INDICADO COMO ALIMENTO INFANTIL, A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, CONTÉM SAIS MINERAIS E É FONTE DE 9 VITAMINAS	NESTLE	200	LATA	10,15	2.030,00
162	CEREAL DE MILHO, EMBALAGEM 400G INDICADO COMO ALIMENTO INFANTIL, A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, CONTÉM SAIS MINERAIS E É FONTE DE 9 VITAMINAS	NESTLE	200	LATA	10,15	2.030,00
163	CHÁ MATE DE 250 GR	LEÃO	500	CX	4,49	2.245,00
164	CHÁ MATE DE 500 GR	LEÃO	1.500	CX	10,78	16.170,00
165	CHEIRO VERDE – SALSINHA	IN NATURA	150	UNIDADE	1,83	274,50
166	CHOCOLATE EM PO 500GR	ZAELI	2.000	PCTE	4,61	9.220,00
167	CHOCOLATE GRANULADO DE 500G	DOLENCE	50	PCTE	5,19	259,50
168	CHUCHU	IN NATURA	180	KILO	2,55	459,00
169	COALHO, EMBALAGEM COM 200 ML	HÁ LA	50	UND	3,18	159,00
170	COCO RALADO 100 GR SEM AÇUCAR	MAIS COCO	500	UNIDADE	3,66	1.830,00
171	COCO RALADO PCT 100 G	MAIS COCO	500	PACOTE	3,61	1.805,00
172	COLORAU PCTE C/ 500 GR	DOLENCE	590	PACOTE	1,98	1.168,20
173	CONDIMENTO CANELA EM PÓ C/ 50 GR	DOLENCE	100	PCTE	0,89	89,00
174	CONDIMENTO CANELA EM CASCA C/ 50 GR	DOLENCE	100	CX	0,89	89,00
175	CONDIMENTO DE CAMOMILA C/ 50 G	DOLENCE	300	PCTE	0,89	267,00

176	CONDIMENTO DE ERVA DOCE C/ 50 GR	DOLENCE	400	PCTE	0,89	356,00
177	COUVE (FOLHA)	IN NATURA	100	PCTE	1,99	199,00
178	CRAVO DA ÍNDIA, EMBALAGEM COM 10 G	DOLENCE	300	PACOTE	0,89	267,00
179	CREME DE LEITE DE LATA 300 GR	ITAMBE	500	UNIDADE	3,92	1.960,00
180	DOCE DE LEITE PASTOSO - 250 GRAMAS	DALACASA	80	UNIDADE	2,97	237,60
181	DOCE DE LEITE PASTOSO, EMBALAGEM COM 400G	FRIMESA	50	UNIDADE	4,25	212,50
182	ESSENCIA P/ BOLO 30 ML	JUNCO	50	UNIDADE	4,54	227,00
183	EXTRATO DE TOMATE - COPO DE VIDRO 180 GRAMAS	QUERO	200	UNIDADE	2,08	416,00
184	EXTRATO DE TOMATE 350 GR	PREDILETA	400	UNIDADE	2,68	1.072,00
185	EXTRATO DE TOMATE TRAD. CONCENTRADO 800 G	C AJUDA	100	UNIDADE	6,29	629,00
186	FARINHA DE MANDIOCA DE 1 KG	MASSOM	1.000	KILO	4,99	4.990,00
187	FARINHA DE ROSCA DE 500 GR	YOK	100	UNIDADE	3,51	351,00
188	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	BELARINA	2.000	KILO	2,72	5.440,00
189	FAROFA TEMPERADA 500G	YOK	100	PCTE	2,79	279,00
190	FEIJÃO CARIOCA TIPO 01 PCT 1 KG	KUMBUCA	1000	KILO	4,92	4.920,00
191	FEIJÃO PRETO TIPO 1 1KG	KUMBUCA	100	KILO	4,19	419,00
192	FEIJÃO TIPO 1 DE 1 KG	KUMBUCA	2000	KILO	5,10	10.200,00
193	FERMENTO BIOLOGICO 500 GR (P/PÃO)	SAFT	500	UNIDADE	11,78	5.890,00
194	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO 500 G	SAFT	100	UNIDADE	11,99	1.199,00
195	FERMENTO EM PO QUIMICO 100GR	ROYAL	200	UNIDADE	3,10	620,00
196	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 500 G	ROYAL	60	UNIDADE	4,99	299,40
197	FILTRO DE PAPEL 103 CX C/ 30 UNIDADES	MELITA	200	CAIXA	2,70	540,00
198	FOLHA DE LOURO, EMBALAGEM COM 05 G	DOLENCE	100	PACOTE	0,89	89,00
199	FRUTAS CRISTALIZADAS, EMBALAGEM COM 200G	DIZA	50	PACOTE	1,89	94,50
200	FUBÁ DE MILHO 500 G	MASSOM	1000	PACOTE	1,29	1.290,00
201	GELATINA DE FRUTAS 85 G SABORES VARIADOS	FRUTOP	1.500	UNIDADE	0,89	1.335,00
202	GENGIBRE EM RAIZ	IN NATURA	50	KILO	5,99	299,50
203	GOIABADA 300G	PREDILETA	100	UNIDADE	2,99	299,00
204	GORDURA VEGETAL 500GR	PRIMOR	100	PCTE	5,99	599,00
205	GRÃO DE BICO EMBALAGEM COM 50 G	YOK	50	PACOTE	5,99	299,50
206	GUARANÁ EM PÓ, EMBALAGEM COM 120G	DORI	100	UNIDADE	6,98	698,00
207	LARANJA PERA	IN NATURA	1260	KILO	1,27	1.600,20
208	LEITE CONDENSADO LATA 395 G	ITAMBE	800	UNIDADE	2,82	2.256,00
209	LEITE DE COCO 200ML	MENINA	150	UNIDADE	2,34	351,00
210	LEITE DESNATADO 1000 ML	VENCEDOR	500	LITRO	2,87	1.435,00
211	LEITE EM CAIXINHA INTEGRAL 1000 ML	VENCEDOR	1000	LITRO	2,87	2.870,00
212	LEITE EM PÓ, COM FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES COM PROBIÓTICOS E LACTOBACILOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES (TIPO NAN 2)	NESTLE	400	LATA	20,70	8.280,00
213	LEITE EM PÓ, FÓRMULA INFANTIL COM FERRO P/ LACTANTES, COM NUCLEOTIDEOS, 400 G PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES (TIPO NAN)18,96	NESTLE	500	LATA	24,99	12.495,00
214	LEITE EM PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO COM FERRO, VITAMINAS A, C E D, EMBALAGEM 400 G	VENCEDOR	500	LATA	9,98	4.990,00
215	LEITE EM PÓ, RICO EM CÁLCIO, FERRO E ZINCO 3 VITAMINAS COM PRÉBIO 3 A PARTIR DOS 3 ANOS DE IDADE , EMBALAGEM 400 G	NESTLE	200	LATA	13,24	2.648,00
216	LEITE EM PÓ, RICO EM CÁLCIO, FERRO E ZINCO E MAIS 8 VITAMINAS COM PRÉBIO 1 A PARTIR DE 1 ANO , EMBALAGEM 400 G	NESTLE	200	LATA	21,21	4.242,00
217	LEITE EM PÓ, SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇA DE 0 A 6 MESES COM PREDOMINÂNCIA PROTÉICA DE CASEÍNA; É ACRESCIDA DE ÓLEOS VEGETAIS, MALTODEXTRINA E ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS, EMBALAGEM COM 400 G (TIPO NESTOGENO)	NESTLE	100	LATA	22,41	2.241,00
218	LENTILHA, EMBALAGEM COM 500G	YOKI	100	PACOTE	3,90	390,00
219	LIMÃO TAITI	IN NATURA	700	KILO	3,99	2.793,00
220	LINHAÇA, EMBALAGEM COM 200G	ZAELI	100	PACOTE	6,93	693,00
221	MAÇÃ VERMELHA, NACIONAL, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO.	IN NATURA	2.000	KILO	3,74	7.480,00
222	MACARRÃO ESPAGUETE PCTE DE 1 KG, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	DALLAS	1032	PACOTE	4,55	4.695,60
223	MACARRÃO SÊMOLA ESPAGUETE PCT 500 G, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	DALLAS	720	PACOTE	2,15	1.548,00
224	MACARRÃO TIPO CONCHA DE 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	DALLAS	1400	PACOTE	2,98	4.172,00
225	MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, -ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS E-STRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES D-O FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	DALLAS	1600	PACOTE	2,98	4.768,00
226	MAIONESE DE 500 GR	D AJUDA	500	PACOTE	3,99	1.995,00
227	MAMÃO FORMOSA	IN NATURA	250	KILO	1,94	485,00
228	MANDIOCA DESCASCADA	IN NATURA	1.000	KILO	3,08	3.080,00
229	MARACUJA MADURO	IN NATURA	80	KILO	3,99	319,20
230	MARGARINA BALDE 15 KG	AMELIA	24	UNIDADE	64,80	1.555,20
231	MARGARINA COM SAL DE 1 KG	MESA	300	UNIDADE	4,69	1.407,00
232	MARGARINA COM SAL DE 500 GR	MESA	374	UNIDADE	2,11	789,14
233	MASSA C/ SÊMOLA P/ LASANHA 500G	LIANE	200	UNIDADE	4,70	940,00
234	MAXIXE	IN NATURA	30	KILO	2,99	89,70
235	MELANCIA	IN NATURA	1000	KILO	1,06	1.060,00
236	MILHARINA, EMBALAGEM COM 500 G	QUAKER	50	UNIDADE	2,15	107,50
237	MILHO BRANCO P/ CANJICA DE 500 GR	YOKI	1.000	PACOTE	2,09	2.090,00

238	MILHO DE PIPOCA DE 500 GR	MASSON	3.000	PACOTE	1,81	5.430,00
239	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 G	QUERO	400	UNIDADE	1,72	688,00
240	MOLHO SHOYO 500 ML	PREDILETA	50	UNIDADE	4,69	234,50
241	MORTADELA	SADIA	500	KILO	7,49	3.745,00
242	MOSTARDA, EMBALAGEM COM 180G	PREDILETA	100	UNIDADE	2,98	298,00
243	MUSSARELA EM BARRA	QUEIJO BOM	3.000	KILO	20,15	60.450,00
244	MUSSARELA FATIADA	QUEIJO BOM	600	KILO	22,45	13.470,00
245	NOSMOSCADA, EMBALAGEM COM 5G	DOLENCE	30	PCTE	0,85	25,50
246	ÓLEO DE SOJA 900 ML	CONCORDIA	2500	UNIDADE	3,04	7.600,00
247	ORÉGANO, FOLHAS SECAS E TRITURADAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 10 GR.	DOLENCE	50	PACOTE	0,86	43,00
248	OVOS DE GALINHA, COR BRANCA, TIPO A (GRANDE).	ZIANE	360	DÚZIA	3,68	1.324,80
249	PALMITO EM CONSERVA, EMBALAGEM COM 550 G	CHEF	100	VIDRO	11,90	1.190,00
250	PATÊ VARIADO, EMBALAGEM COM 170G	COQUEIRO	200	UNIDADE	4,64	928,00
251	PEPINO CAIPIRA KG	IN NATURA	96	KILO	2,49	239,04
252	PEPINO PEQUENO (CONSERVA)	CARPELO	50	UNIDADE	4,89	244,50
253	PESSEGO EM CALDA, SEM CAROÇO, EMBALAGEM 850G	GB	50	UNIDADE	5,20	260,00
254	PIMENTA DO REINO MOIDA - PCT 200 GRAMAS	DOLENCE	25	UNIDADE	7,81	195,25
255	PIMENTA DO REINO MOIDA - PCT 50 GRAMAS	DOLENCE	30	UNIDADE	0,87	26,10
256	PIMENTAO VERDE	IN NATURA	90	KILO	3,99	359,10
257	PIRULITO PCT COM 50 UND	DORI	900	PACOTE	6,69	6.021,00
258	POLPA DE FRUTAS SABORES DIVERSOS	BRASFRUT	1.000	PCTE	1,59	1.590,00
259	POLVILHO AZEDO 500 G	MASSOM	30	UNIDADE	3,92	117,60
260	POLVILHO DOCE TIPO 01 KG	MASSOM	200	UNIDADE	2,98	596,00
261	POMAROLA 340 G	POMAROLA	300	UNIDADE	3,09	927,00
262	QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO DE 50 GR	RENATA	385	UNIDADE	3,48	1.339,80
263	QUIABO	IN NATURA	80	KILO	5,49	439,20
264	RAPADURA SIMPLES	DOCE CASEIRO	20	UNIDADE	3,50	70,00
265	REPOLHO ROXO	IN NATURA	80	KILO	3,69	295,20
266	REPOLHO VERDE	IN NATURA	351	KILO	2,17	761,67
267	REQUEIJÃO, EMBALAGEM COM 200G	BATAVO	80	UNIDADE	4,92	393,60
268	RÚCULA	IN NATURA	70	UNIDADE	1,99	139,30
269	SAL GROSSO - 1 KG	LEBRE	30	PACOTE	1,93	57,90
270	SAL, REFINADO, IODADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	LEBRE	310	KILO	0,95	294,50
271	SALSICHA	ESTRELA	4400	KILO	5,49	24.156,00
272	SARDINHA LATA EM ÓLEO 130 G	88	500	UNIDADE	3,84	1.920,00
273	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS, COM EMBALAGEM DE 500ML, COM CAPACIDADE DE 4,5 L	CAFRUTA	100	UND	4,26	426,00
274	SUCO DE CAIXINHA PRONTO LIQUIDO, EMBALAGEM DE 01 L	PREDILETA	24000	UNIDADE	3,73	89.520,00
275	SUCO EM PÓ - PACOTE COM NO MÍNIMO 50GR E CAPACIDADE PARA 2 LT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM ESPECIFICAÇÕES DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	REFRESCANT	700	UNIDADE	0,73	511,00
276	SUCO EM PÓ, EMBALAGEM DE 01 KG, SABORES VARIADOS	QUALIMAX	90	UNIDADE	3,90	351,00
277	TEMPERO COMPLETO DE 300 GR	TIO JONAS	250	UNIDADE	1,79	447,50
278	TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA 1 KG	TIO JONAS	250	KILO	7,02	1.755,00
279	TOMATE, TAMANHO MÉDIO A GRANDE	IN NATURA	1500	KILO	2,15	3.225,00
280	UVA PASSA EMBALAGEM COM 200G	LAVIOLETERA	60	PCTE	4,99	299,40
281	VAGEM	IN NATURA	150	KILO	6,44	966,00
282	VINAGRE, DE VINHO, TINTO OU BRANCO 750ML	CASTELO	1200	UNIDADE	1,55	1.860,00
					TOTAL:	**R$ 576.499,82**

LOTE 05

ITEM	REFRIGERANTES	MARCA	QTDE	UNID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
283	REFRIGERANTE DE COLA 6X2 L, ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, CORANTE CARAMELO IV, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL.	MARAJA	2.000	FARDO	17,23	34.460,00
284	REFRIGERANTE DE LARANJA DE 6X2 L, ÁGUA GASEIFICADA, CONTÉM 10% DE SUCO DE LARANJA, EDULCORANTES ARTIFICIAIS CICLAMATO (64MG), SACARINA (8MG) POR 100ML, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR BEZOATO DE SÓDIO, AROMA SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL, ANTIOXIDANTE ÁCIDO ASCÓRBICO, ESTABILIZANTE ACETATO ISOBUTIRATO DE SACAROSE E DIOCTILSULFOSSUCCINATO DE SÓDIO, CORANTE ARTIFICIAL AMARELO CREPÚSCULO.	MARAJA	2.000	FARDO	17,22	34.440,00
285	REFRIGERANTE DE LIMÃO DE 6X2 L, ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO 2,5%, AROMA NATURAL, ACIDULANTE INS 330, E CONSERVADOR INS 211.	MARAJA	2.000	FARDO	17,22	34.440,00
286	REFRIGERANTE GUARANÁ DE 6X2 L, ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SEMENTE DE GUARANÁ, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO; CORANTE CARAMELO TIPO IV - NÃO CONTÉM GLÚTEN.	MARAJA	3.000	FARDO	17,22	51.660,00
					TOTAL:	**R$ 155.000,00**

Valor total da proposta: **R$ 1.063.307,20** (um milhão sessenta e três mil trezentos e sete reais e vinte centavos).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 060/2013 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de **24 (Vinte e quatro) horas**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os ou os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos ou produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos e produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos ou produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da dos e entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos devolvida pela mesma, no prazo de **24 horas**, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;
II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:
I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.
II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;
IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produto foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;
II) Multa
III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;
IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;
b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;
c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 060/2013** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 27 de dezembro de 2013.

Município de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal
Contratante

Supermercado Teodoro Ltda
SR. VALDEMIR TEODORO DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

LEANDRO APARECIDO BATALHA BICHO
RG: 105.816-93 SSP/MT
CPF: 559.445.971-04

LAURO JOSNEY CORREA
RG: 1099500-5 SJ/MT
CPF: 693.215.071-91

Publicado por:
Sandra Berenice Wagner da Silva
Código Identificador:F8305068

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATORIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO ENCAMINHADOS AO PODER LEGISLATIVO

ANEXO IX – RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (Art. 45 da LC 101/2000).
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Especificação	Realização				Fonte de Recurso	Previsão de Término
	Valor Executado	(%)	Valor a Executar	(%)		
Execução de Obras de Esgotamento Sanitário	1.701.068,42	69,42	749.641,82	30,58	Convenio nº 1019/2009, firmado com o Governo Federal por intermédio da FUNASA.	Indeterminado
Construção do Terminal de Integração	89.770,48	40,09	134.144,40	59,91	Convenio nº 096/2010, firmado com o Governo Estadual por intermédio da Secretaria do Estado das Cidades – SECID.	Indeterminado
Construção do Sistema de Abastecimento de Água	297.619,46	15,72	1.893.378,41	84,28	Convenio nº 099/2012, firmado com o Governo Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Saúde	Indeterminado
Recuperação de Pavimento – Lama Asfáltica	60.048,00	29,58	203.010,24	100,00	Convenio nº 074/2011, firmado com o Governo do Estado, através da SETPU.	Indeterminado

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS PADOVAM JÚNIOR
CRC/ MT014827/P-7

WALDEMIR APARECIDO SZUBRIS
Secretário de Finanças

Publicado por:
Douglas Ribeiro Machado
Código Identificador:E6B95C15

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 68/2013

PREGÃO ELETRONICO nº. 100/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 100/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 68/2013/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 100/2013/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO: Nº. 100/2013/ADMINISTRAÇÃO

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **R. C. BUENO LICITAÇÕES – ME**, inscrita no CNPJ: 16.752.591/0001-93, localizada na Rua José Joaquim Pereira, 363, Centro, CEP: 87.175-000, Telefone (44) 8456-1495, e-mail: rcblicitacoes@gmail.com no município de Itambé – PR, representada pelo Sr. Reinaldo Carlos Bueno, portador do RG: 4.543.256-4 SSP/PR e CPF: 601.234.519-49, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para a Futura e Eventual Aquisição de Mobiliários e Equipamentos – PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR n. 8448/2013/FNDE e especificações e condições constantes no edital e seus anexos e especificações constantes neste Ata de Registros de Preços.
1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA
2.1. A Ata terá validade de**12 (doze) meses,**contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS
4.1 OS ITENS, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	ESPECIFICACOES TECNICAS	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	MARCA
01	80946	GANGORRA DUPLA DE POLIETILENO 02 LUGARES (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	330,00	660,00	XALINGO
02	80947	ESCORREGADOR EM POLIETILENO – ES (MODELO PROINFANCIA).	UND	01	890,00	890,00	XALINGO
03	80948	CASINHA DE BONECA – CS (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.900,00	1.900,00	XALINGO
04	80949	GIRA – GIRA – CARROSSEL – CR (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	835,00	835,00	XALINGO
05	80950	TUNEL LUDICO EM POLIETILENO – TL (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.790,00	1.790,00	FRESO
06	80951	BALANCO COM 4 LUGARES – BA (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.045,00	1.045,00	REIFLEX
15	80960	PLACAS EM TATAME DE E..V.A DE ENCAIXE (100X100X20MM) – TA1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	28	50,00	1.400,00	HAITI
16	80961	MESA RETANGULAR EM MDF PARA 4 CRIANCAS DE 03 A 05 ANOS – M1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	06	265,00	1.590,00	REIFLEX
17	80962	BANCO RETANGULAR EM MDF PARA 4 CRIANCAS DE 3 A 5 ANOS – B1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	12	199,00	2.388,00	REIFLEX

19	80964	MESA INDIVIDUAL – CRIANCAS DE 5 A 6 ANOS – M4 (MODELO PROINFANCIA)	UND	48	65,00	3.120,00	REIFLEX
20	80965	CADEIRA CRIANCA 5 E 6 ANOS – C5 (MODELO PROINFANCIA)	UND	48	49,00	2.352,00	REIFLEX
21	80966	MESA COLETIVA QUADRADA – CRIANCAS DE 4 E 6 ANOS – M3 (MODELO PROINFANCIA)	UND	13	125,00	1.625,00	REIFLEX
22	80967	CADEIRA EM FERRO P/ CRIANCAS DE 2 A 4 ANOS – C2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	52	49,00	2.548,00	REIFLEX
23	80968	KIT COLCHONETES (1,85X0,65X0,05M) – CO3 (MODELO PROINFANCIA)	UND	44	98,00	4.312,00	ORTOBOM
24	80969	KIT C OLCHONTES (100X60CM) – ESPESSURA 03CM – CO2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	06	28,00	168,00	ORTOBOM
25	80970	COLCHAO DE BERCO 130X60CM – ESPESSURA 10CM	UND	16	62,00	992,00	ORTOBOM
26	80971	CADEIRA ESTOFADA COM BRACO – C7	UND	10	167,00	1.670,00	REIFLEX
29	80974	CADEIRA ALTA DE ALIMENTACAO PARA BEBE EM FERRO – C1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	06	130,00	780,00	WS
30	80975	BERCO DE MADEIRA SEM GAVETAS – BC1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	16	450,00	7.200,00	HENN
31	80976	BANHEIRA PARA BEBE DE PLASTICO PVC OU FIBRA DE VIDRO – BN1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	04	39,00	156,00	BURIGOTTO
32	80977	SOFA 2 LUGARES – SF1	UND	01	390,00	390,00	PHOENIX
36	80981	POLTRONA ACOLCHOADA PARA AMAMENTAR – PO (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	349,00	698,00	PHOENIX
37	80982	LIXEIRA 50L COM PEDAL E TAMPA – LX2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	05	85,00	425,00	SL
38	80983	CONJUNTO LIXERIA COLETA SELETIVA CAP. 50L – LX1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	480,00	960,00	SL
39	80984	CARROS COLETORES DE LIXO – CAP. 120L – CL (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	195,00	390,00	SL

EQUIPAMENTOS - PROINFANCIA

ITEM	COD.	ESPECIFICACOES TECNICAS	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	MARCA
40	80985	VENTILADOR DE TETO – VT (MODELO PROINFANCIA)	UND	09	94,00	846,00	VENTI DELTA
41	80986	TV LCD 32" – TV (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	1.180,00	2.160,00	AOC
42	80987	PURIFICADOR DE AGUA REFRIGERADO – PR (MODELO PROINFANCIA)	UND	03	420,00	1.260,00	LIBELL
43	80988	MULTIPROCESSADOR – 1 VELOCIDADE – MT - (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	215,00	215,00	FUN KITCHEN
44	80989	MICROONDAS 27 LITROS – MI (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	399,00	798,00	MIDEA
46	80991	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS CAPACIDADE DE 8KG – MQ (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.190,00	1.190,00	ELECTROLUX
47	80992	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL – 8L – LQ1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	650,00	650,00	VITALEX
48	80993	LIQUIDIFICADOR COM 02 VELOCIDADES – LQ2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	03	75,00	225,00	MONDIAL
49	80994	GEALDEIRA FROSTFREE – CAPACIDADE 250 L – RF2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.385,00	1.385,00	CONSUL
50	80995	GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROSTFREE 410 L – RF1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	2.015,00	2.015,00	CONTINENTAL
51	80996	FOGAO INDUSTRIAL – 6 BOCAS – FG1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.590,00	1.590,00	FROGAS
52	80997	FOGAO 4 BOCAS DE USO DOMESTICO – FG2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	350,00	350,00	CLARICEQ
53	80998	FERRO ELETRICO A SECO – FR (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	45,00	90,00	MONDIAL
55	81000	ESTERERIZADOR – 6 MAMADEIRAS MICROONDAS – ES (MODELO PROINFANCIA)	UND	03	85,00	255,00	DOUBLE DREAM
61	81006	BEBEDOURO ELETRICO INDIVIDUAL POT. 125 – BB2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	640,00	1.280,00	LIBELL
62	81007	BEBEDOURO ELETRICO CONJUGADO POT. 125-145 – BB1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	730,00	1.460,00	LIBELL
64	81009	BALANCA DE PRATO – CAPACIDADE 15 KG – BL (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	590,00	590,00	RAMUZA
65	81010	APARELHO DE SOM MICROSYSTEM – MS (MODELO PROINFANCIA)	UND	08	340,00	2.720,00	BRITANIA
69	81014	FREEZER 420 L HORIZONTAL – FZ (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.745,00	1.745,00	FRICON

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;
4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
5.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

9. DO PAGAMENTO
9.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.
10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.
10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;
b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do item.
11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
12.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

13. DAS PENALIDADES
13.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS
14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

06.001.12.365.0006.1632.449052 – 1165 – MOBILIARIOS
06.001.12.365.0006.1631.449052 – 1164 - EQUIPAMENTOS

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 100/2013, seus anexos e as propostas das classificadas.
c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 - DO FORO
17.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, em 27 de dezembro de 2013.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

R. C. Bueno Licitações – Me
CNPJ: 16.752.591/0001-93
SR. REINALDO CARLOS BUENO
RG: 4.543.256-4 SSP/PR
CPF: 601.234.519-49
Representante Legal

Assessor Jurídico
LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES
Oab-mt N° 14143

Testemunhas:

Wilson Jacob
FISCAL DE CONTRATOS

José Roberto Pereira Alves
CPF: 581.067.821-15
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:15501A74

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 68-A/2013

PREGÃO ELETRONICO nº. 100/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 100/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 68-A/2013/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 100/2013/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO: Nº. 100/2013/ADMINISTRAÇÃO

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ: 12.358.170/0001-21, localizada na Av. Brasil n. 1.200-W, Sala 4, 1º Andar, Bairro Chácara Urbana, CEP: 78.300-000, Telefone (65) 3925-5300, email: vendas@dismeq.com.br; quesiadourado@hotmail.com no município de Tangará da Serra - MT, representada pela Sra. Quésia Dourado Silva, portadora do RG: 136.323-02 SSP/MT e CPF: 708.896.941-68, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para a Futura e Eventual Aquisição de Mobiliários e Equipamentos – PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR n. 8448/2013/FNDE e especificações e condições constantes no edital e seus anexos. E especificações constantes neste Ata de Registros de Preços.
1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 – DA VIGÊNCIA
2.1. A Ata terá validade de**12 (doze) meses,**contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS
4.1 OS ITENS, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	ESPECIFICACOES TECNICAS	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	MARCA
07	80952	ARMARIO SUSPENSAO DE ACO – PRIMEIROS SOCORROS – AM3	UND	01	585,00	585,00	GUEDES
08	80983	ESTACAO/MESA DE TRABALHO EM 1,20 X 0,60	UND	04	225,00	900,00	VANDAFLEX
09	80954	MESA DE REUNIAO – 8 LUGARES (200 X 80CM) – M5 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	385,00	385,00	VANDAFLEX
10	80955	ROUPEIRO DE ACO – 04 CORPOS E 16 PORTAS – AM1 (MODELO PROINFANCIA)	UND	04	648,00	2.592,00	LUNASA
11	80956	ROUPEIRO DE ACO – 03 CORPOS E 12 PORTAS – AM2 (MODELO PROINFANCIA)	UND	04	600,00	2.400,00	LUNASA
12	80957	ARQUIVO DE ACO – 4 GAVETAS PASTA SUSPENSA – AQ2	UND	01	349,00	349,00	LUNASA
13	80958	ARMARIO ALTO EM ACO, 2 PORTAS E 4 PRATELEIRAS C/CHAVE – AQ1	UND	03	500,00	1.500,00	LUNASA
14	80959	CADEIRA COM BRACO, RODINHAS E ALTURA REGULAVEL – C6 (MODELO PROINFANCIA)	UND	04	178,00	712,00	VANDAFLEX
18	80963	MESA REDONDA ADULTO – 100 CM – C7 (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	230,00	230,00	VANDAFLEX
27	80972	CADEIRA INDIVIDUAL PARA COMPUTADOR	UND	24	122,00	2.928,00	VANDAFLEX
28	80973	CADEIRA DE REFEICAO PARA ADULTOS – C8 (MODELO PROINFANCIA)	UND	04	70,00	280,00	VANDAFLEX
33	80978	QUADRO MURAL DE FELTRO 0,90 X 1,20M – QM (MODELO PROINFANCIA)	UND	09	85,00	765,00	GUEDES
34	80979	QUADRO DE AVISOS CORTICA 100 X 150 CM – QC (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	125,00	250,00	GUEDES
35	80980	QUADRO BRANCO 0,90 X 1,20M – GB (MODELO PROINFANCIA)	UND	09	105,00	945,00	GUEDES

EQUIPAMENTOS - PROINFANCIA

ITEM	COD.	ESPECIFICACOES TECNICAS	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	MARCA
45	80990	MAQUINA SECADORA – 10KG – SC (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.499,00	1.499,00	ELECTROLUX
54	80999	COIFA INDUSTRIAL EXAUSTAO – CO (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	1.450,00	1.450,00	FISCHER
56	81001	ESPREMEDOR DE FRUTAS SEMI-INDUSTRIAL – EP (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	170,00	170,00	TRON
57	81002	DVD PLAYER – DVD (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	130,00	260,00	MONDIAL
59	81004	CENTRIFUGA DE FRUTAS – 800W – CT (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	210,00	210,00	BRITANIA
60	81005	CAFETEIRA ELETRICA – CF (MODELO PROINFANCIA)	UND	01	86,00	86,00	BRITANIA
63	81008	BATEDEIRA – CINCO VELOCIDADES – BT (MODELO PROINFANCIA)	UND	02	153,00	306,00	WALITA
66	81011	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS – MODELOS SPLIT HIGH WALL	UND	03	1.600,00	1.600,00	KOMECO
67	81012	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS – MODELOS SPLIT HIGH WALL	UND	01	1.175,00	1.175,00	KOMECO
68	81013	APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS – MODELOS SPLIT HIGH WALL	UND	01	3.198,00	3.198,00	KOMECO

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;
4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
5.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

9. DO PAGAMENTO
9.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.
10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.
10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;
b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do item.
11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
12.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

13. DAS PENALIDADES
13.1. Serão inseridas todas as obrigações do EDITAL.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS
14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

06.001.12.365.0006.1632.449052 – 1165 – MOBILIARIOS
06.001.12.365.0006.1631.449052 – 1164 - EQUIPAMENTOS

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 100/2013, seus anexos e as propostas das classificadas.
c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 - DO FORO
17.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, em 27 de Dezembro de 2013.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Wanda Comercio de Moveis e Equipamentos Para Escritorio Ltda – Epp
CNPJ: 12.358.170/0001-21
SRA. QUÉSIA DOURADO SILVA
RG: 136.323-02 SSP/MT
CPF: 708.896.941-68
Representante Legal

Assessor Jurídico
LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES
Oab-mt N° 14143

Testemunhas:

Wilson Jacob
FISCAL DE CONTRATOS

José Roberto Pereira Alves
CPF: 581.067.821-15
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:5119CB00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 104/2013

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 108/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 18 dias do mês de Dezembro do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **PASQUALOTTO & PASQUALOTTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.478.007/0001-77, com sede a Av. Gabriel Muller, s/nº, Módulo 1 em Juína/MT , neste ato, representada pelo Sr. **MAURO CESAR PASQUALOTTO**, brasileiro, separado, empresário, portador da Cédula de identidade RG nº 1099883-7-SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 876.073.951-72, residente e domiciliado na cidade de Juína/MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PRA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO E OUTROS ITENS QUE COMPÕEM CESTAS BÁSICAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CAMPANHA NATAL SEM FOME.**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2013** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DOS PREÇOS

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão alterados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE(NS)

LOTE 01: GENEROS DE ALIMENTAÇÃO E OUTROS ITENS QUE COMPÕEM CESTA BÁSICA "NATAL SEM FOME"							
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	41328	AÇUCAR 02 KG	BARRA	PACOTE	1140	R$ 3,47	R$ 3.955,80
2	62722	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 PCTE 5 KG	RANCHO	PACOTE	570	R$ 9,99	R$ 5.694,30
3	98917	BOLACHA AGUA E SAL 400 GR	ZABET	PACOTE	570	R$ 2,89	R$ 1.647,30
4	99679	CREME DENTAL 120 GRS	SORRISO	UNIDADE	570	R$ 2,89	R$ 1.647,30
5	41324	EXTRATO DE TOMATE 190 GRS	BONARE	UNIDADE	1140	R$ 1,38	R$ 1.573,20
6	99678	FARINHA DE MANDIOCA PCTE 1 KG	CAIPIRA	PACOTE	570	R$ 4,79	R$ 2.730,30
7	41329	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 PCTE 1 KG	KUMBUCA	UNIDADE	1140	R$ 3,39	R$ 3.864,60
8	83636	MACARRÃO ESPAGUETE N2 PCTE 1 KG	LIANE	PACOTE	570	R$ 4,35	R$ 2.479,50
9	41327	OLEO SOJA 900 ML – EMBAL PLAST	SOYA	UNIDADE	1140	R$ 2,99	R$ 3.408,60
10	45861	PAPEL HIGIENICO ROLO 30 MTS PCT C/ 4 ROLOS	LISSE	PACOTE	570	R$ 1,56	R$ 889,20
11	45854	SABAO EM BARRA PCT 5 UNID DE 200 GRS	SOL	PACOTE	570	R$ 3,98	R$ 2.268,60
12	45862	SABONETE 90 GRS	FONTANA	UNIDADE	1140	R$ 0,59	R$ 672,60
13	41325	SAL REFINADO PCT 1 KG	ITA	PACOTE	570	R$ 0,99	R$ 568,70
					TOTAL		**R$ 31.400,00**

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em até 2 (dois) dias os produtos/serviços solicitados, nas quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Juína, situado na Travessa Emmanuel, 605, centro, Juína,sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas diariamente no Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria interessada, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras(quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas relativas às aquisições decorrentes, desta licitação, serão suportadas, pelos recursos do Orçamento Municipal exercício de **2013**. A unidade orçamentária e o elemento de despesa específico constarão quando da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente "Ata de Registro de Preços" será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína, de 18 de Dezembro de 2013 .

Município de Juína - mt
Cnpj/mf Nº 15.359.201/0001-57
HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Pasqualotto & Pasqualotto Ltda Cnpj/mf Nº 10.478.007/0001-77
MAURO CESAR PASQUALOTTO
Cpf/mf Nº 876.073.951-72
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF nº 771.046.411-49

Antônio de Oliveira
CPF/MF nº 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:A6E1A9AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17/2013 - PREGÃO PRESENCIAL 045/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL: N°045/2013 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°017/2013 VALIDADE: 12(doze) meses oficiais
VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2014.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS CONVENCIONAIS E ÓLEO DÍESEL BS - 10, FILTROS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAUDE E SECRETARIAS VINCULADAS A ESTA MUNICIPALIDADE, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.
EMPRESAS VENCEDORAS:
A.D DE OLIVEIRA E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 10.697.030/0001-52

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	953	ALCOOL	LITRO	23.000,00	R$ 2,11	R$ 48.530,00
2	9907	FILTRO ARS 2869	UNIDADE	8	R$ 32,50	R$ 260,00
3	9884	FILTRO CAV 2/255	UNIDADE	16	R$ 7,54	R$ 120,64
4	18431	FILTRO COMBUSTIVEL WK853/22	UNIDADE	15	R$ 82,16	R$ 1.232,40
5	9872	FILTRO H1275	UNIDADE	16	R$ 18,33	R$ 293,28
6	4799	GASOLINA COMUM	LITRO	69.000,00	R$ 3,10	R$ 213.900,00
7	18417	LUBRIFICANTE 85W140 BALDE 20LT	UNIDADE	15	R$ 210,60	R$ 3.159,00
8	18415	LUBRIFICANTE CAIXA CAMBIO EATON 50W	UNIDADE	5	R$ 197,00	R$ 985,00
		BALDE 20LT				
9	882	OLEO DIESEL	LITRO	253.000,00	R$ 2,65	R$ 670.450,00
10	17963	OLEO DIESEL BS - 10	LITRO	30.000,00	R$ 2,85	R$ 85.500,00
11	9821	PAR DE BOSCHINHO(FC161)	UNIDADE	188	R$ 5,33	R$ 1.002,04
					TOTAL	R$ 1.025.432,36

ADM COMÉRCIO VAREJISTA DE PARAFUSOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 08.488.111/0001-09

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	9823	FILTRO AP 2710 AR	UNIDADE	20	R$ 41,00	R$ 820,00
2	9869	FILTRO AP 4650 /1 AR	UNIDADE	36	R$ 88,00	R$ 3.168,00
3	9874	FILTRO AP 9834	UNIDADE	40	R$ 37,00	R$ 1.480,00
4	9818	FILTRO AS 801	UNIDADE	36	R$ 14,00	R$ 504,00
5	9895	FILTRO AS 805	UNIDADE	16	R$ 15,00	R$ 240,00
6	9830	FILTRO AS 840	UNIDADE	36	R$ 30,00	R$ 1.080,00
7	9822	FILTRO PH 364 LUBRIFICANTE	UNIDADE	20	R$ 9,50	R$ 190,00
8	9879	FILTRO PSA 331	UNIDADE	42	R$ 31,00	R$ 1.302,00
9	9842	FILTRO PSL 280	UNIDADE	16	R$ 20,00	R$ 320,00
10	9845	FILTRO PSL 280	UNIDADE	16	R$ 20,00	R$ 320,00
11	9828	FILTRO PSL 281	UNIDADE	20	R$ 44,00	R$ 880,00
12	9908	FILTRO PSL 619	UNIDADE	8	R$ 8,50	R$ 68,00
13	18427	FILTRO RACOR PSD 97011	UNIDADE	15	R$ 30,00	R$ 450,00

14	18422	FILTRO RACOR WK950/14	UNIDADE	30	R$ 15,00	R$ 450,00
15	18418	LUBRIFICANTE 80W90 BALDE 20LT	UNIDADE	235	R$ 40,00	R$ 9.400,00
16	9814	LUBRIFICANTE ATF BALDE 20LT	UNIDADE	102	R$ 10,00	R$ 1.020,00
17	9889	LUBRIFICANTE ATF BALDE 20LT	UNIDADE	215	R$ 30,00	R$ 6.450,00
18	9887	LUBRIFICANTE BALDE POLI 6/8 20LT	UNIDADE	102,00	R$ 60,00	R$ 6.120,00
19	9813	LUBRIFICANTE EP 140 BALDE 20LT	UNIDADE	180	R$ 40,00	R$ 7.200,00
20	9812	LUBRIFICANTE EP 90 BALDE 20LT	UNIDADE	170	R$ 70,00	R$ 11.900,00
21	9892	LUBRIFICANTE ISA FLUIDO 434 10W30 BALDE 20LT	UNIDADE	190,00	R$ 20,00	R$ 3.800,00
22	9898	LUBRIFICANTE OLEO 90 BALDE 20LT	UNIDADE	178,00	R$ 5,00	R$ 890,00
23	9890	LUBRIFICANTE ULTRAMO 20 W 30 BALDE 20LT	UNIDADE	185,06	R$ 20,00	R$ 3.701,20
24	18419	LUBRIFICANTE URANIA TURBO LD 4L	UNIDADE	45	R$ 15,00	R$ 675,00
25	9811	LUBRIFICANTE URSA 15 W 40 BALDE 20LT	UNIDADE	153,73	R$ 115,00	R$ 17.678,95
26	9810	LUBRIFICANTE URSA 40 BALDE 20LT	UNIDADE	149	R$ 73,00	R$ 10.877,00
27	9871	UNIDADE BOSCHON (FC 165)	UNIDADE	8	R$ 50,00	R$ 400,00
		TOTAL				R$ 91.384,15

AMARAL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº. 33.697.095/0001-01

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	18433	FILTRO CARTER PL364	UNIDADE	11,6	R$ 15,00	R$ 174,00
2	9906	FILTRO AG 618	UNIDADE	4,5	R$ 8,00	R$ 36,00
3	9858	FILTRO AP 4440	UNIDADE	72	R$ 16,00	R$ 1.152,00
4	9894	FILTRO AP 7108	UNIDADE	31	R$ 16,00	R$ 496,00
5	9834	FILTRO AP 7996 AR	UNIDADE	44	R$ 12,00	R$ 528,00
6	9867	FILTRO AP 7997 AR (C1726211)	UNIDADE	48,65	R$ 12,00	R$ 583,80
7	9848	FILTRO AP 7998	UNIDADE	47,25	R$ 32,00	R$ 1.512,00
8	9852	FILTRO AP 8528	UNIDADE	26,5	R$ 36,00	R$ 954,00
9	9904	FILTRO AR 9620	UNIDADE	11,35	R$ 8,00	R$ 90,80
10	18423	FILTRO AR EXTERNO C27830	UNIDADE	66	R$ 15,00	R$ 990,00
11	18424	FILTRO AR INTERNO S0129620C	UNIDADE	39,6	R$ 15,00	R$ 594,00
12	9909	FILTRO ARL 6091	UNIDADE	9,4	R$ 8,00	R$ 75,20
13	9903	FILTRO ARL4147	UNIDADE	9,45	R$ 8,00	R$ 75,60
14	9899	FILTRO ARS 2868	UNIDADE	21	R$ 8,00	R$ 168,00
15	9824	FILTRO AS 810AR	UNIDADE	23	R$ 20,00	R$ 460,00
16	9832	FILTRO AS 820 AR	UNIDADE	22,5	R$ 40,00	R$ 900,00
17	9859	FILTRO AS 830	UNIDADE	23,8	R$ 16,00	R$ 380,80
18	9880	FILTRO ASR 839	UNIDADE	29,00	R$ 16,00	R$ 464,00
19	9902	FILTRO C2496	UNIDADE	11,4	R$ 24,00	R$ 273,60
20	18420	FILTRO COMBUSTIVEL WK950/21	UNIDADE	35	R$ 15,00	R$ 525,00
21	18426	FILTRO COMBUSTIVEL WK 1124	UNIDADE	32,85	R$ 15,00	R$ 492,75
22	18432	FILTRO DE AR C17308	UNIDADE	43,00	R$ 15,00	R$ 645,00
23	18428	FILTRO DE AR EXTERNO C17308	UNIDADE	43	R$ 15,00	R$ 645,00
24	18435	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 655	UNIDADE	40	R$ 15,00	R$ 600,00
25	18425	FILTRO LUBRIFICANTE W962	UNIDADE	17,80	R$ 15,00	R$ 267,00
26	18421	FILTRO LUBRIFICANTE W962	UNIDADE	18	R$ 15,00	R$ 267,00
27	9851	FILTRO PH 346	UNIDADE	6,5	R$ 55,00	R$ 357,50
28	9833	FILTRO PL 366 LUBRIFICANTE	UNIDADE	9	R$ 40,00	R$ 360,00
29	9819	FILTRO PL 442	UNIDADE	15,1	R$ 31,00	R$ 468,10
30	9855	FILTRO PL 519	UNIDADE	15	R$ 16,00	R$ 240,00
31	9826	FILTRO PSC 410	UNIDADE	21,9	R$ 30,00	R$ 657,00
32	9825	FILTRO PSC 72/2	UNIDADE	8,8	R$ 36,00	R$ 316,80
33	9897	FILTRO PSC 999	UNIDADE	25	R$ 16,00	R$ 400,00
34	9901	FILTRO PSC498/3	UNIDADE	45	R$ 8,00	R$ 360,00
35	9877	FILTRO PSD 460/1	UNIDADE	27	R$ 16,00	R$ 432,00
36	9883	FILTRO PSL 123	UNIDADE	13	R$ 50,00	R$ 650,00
37	9876	FILTRO PSL 301	UNIDADE	25,6	R$ 16,00	R$ 409,60
38	9860	FILTRO PSL 418	UNIDADE	24,5	R$ 16,00	R$ 392,00
39	9911	FILTRO PSL 55	UNIDADE	9,5	R$ 8,00	R$ 76,00
40	9850	FILTRO PSL 962	UNIDADE	15,5	R$ 35,00	R$ 542,50
41	18430	FILTRO RACOR WK1060/4	UNIDADE	33	R$ 15,00	R$ 495,00
42	9878	FILTRO TB 1374 X	UNIDADE	75,6	R$ 10,00	R$ 756,00
43	9900	FILTRO W 1323	UNIDADE	45	R$ 8,00	R$ 360,00
44	9912	FILTRO W713/16	UNIDADE	9,8	R$ 8,00	R$ 78,40
45	9905	FILTRO W719/5	UNIDADE	11,9	R$ 16,00	R$ 190,40
46	9891	FLUIDO DE FREIO 500ML	UNIDADE	8,65	R$ 90,00	R$ 778,50
47	9815	FLUIDO DE FREIO VARGAS DOT 4 500ML	UNIDADE	13,9	R$ 100,00	R$ 1.390,00
48	18414	LUBRIFICANTE CAIXA CAMBIO ZF 80W BALBE 20LT	UNIDADE	206	R$ 5,00	R$ 1.030,00
49	9913	LUBRIFICANTE HAVOLINE 1LT	UNIDADE	9,4	R$ 110,00	R$ 1.034,00
50	9914	LUBRIFICANTE HAVOLINE SEMI SINTETICO 1LT	UNIDADE	18	R$ 60,00	R$ 1.080,00
51	9873	PAR CAV CURTO PC2/155	UNIDADE	6,95	R$ 40,00	R$ 278,00
52	4486	TAMBOR DE GRAXA PARA ROLAMENTO - 170KG	UNIDADE	1092	R$ 5,00	R$ 5.460,00
		TOTAL				R$ 31.941,35

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO: 1.148.757,86 (Hum milhão cento e quarenta e oito mil setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).
Nova Santa Helena - MT, 20 de dezembro de 2013.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:7DE19C98

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA – SCI N.º 001/2013 – VERSÃO 02/2013

DISPÕE SOBRE O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA A SER REALIZADO PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, NAS DIVERSAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT, DURANTE O EXERCÍCIO 2.014.

VERSÃO: 002
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2013
ATO DE APROVAÇÃO: DECRETO MUNICIPAL N.º 108/2013
UNIDADE RESPONSÁVEL: Unidade de Controle Interno
SETORES ENVOLVIDOS / UNIDADES EXECUTORA: Todas as Secretarias, Departamentos, Setores, Seções e Controle Interno.
SISTEMA ADMINISTRATIVO: SCI – Sistema de Controle Interno

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1° - Dispor sobre o Plano Anual de Auditoria Interna a ser realizado pela unidade de Controle Interno, durante o exercício de 2.014, nas diversas unidades da estrutura organizacional do município de Porto Estrela-MT.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2° - Abrange todos os órgãos do poder executivo e legislativo do município de Porto Estrela, quanto à observância e operacionalização dos procedimentos de controle, nos diversos sistemas administrativos implantados.

CAPÍTULO III

CONCEITO

Art. 3° - A auditoria interna consiste na análise e verificação sistemática, no âmbito da organização, dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Art. 4º - A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade, do Chefe do Poder Executivo, no sentido da avaliação e execução das atividades do Sistema de Controle Interno, em atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º - A normativa que se apresenta padroniza os procedimentos e estabelece cronograma do Plano Anual de Auditoria Interna para o ano de 2.014, a ser cumprido pela Unidade de Controle Interno, encontra-se amparo na:

I. **Constituição Federal,** em geral e especificamente os art. 37, art. 70, art. 165, incisos I, II e III;

II. **Lei Complementar n° 269/2007**, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e da outras providências;

III. **Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964**, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal;

IV. **Lei complementar n° 101 de 4 de maio de 2000**, que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

V. **Lei Municipal N.º 359 de 17 de Dezembro de 2007**, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal, cria a Unidade de Controle Interno e dá outras providências;

VI. **Decreto Municipal N.º 37 de 30 de Abril de 2008**, que regulamenta a aplicação da Lei Municipal N.º 359/2007;

VII. **Decreto Municipal Nº. 072 de 22 de Setembro de 2010** cria e aprova os Sistemas Administrativo das Rotinas e procedimentos de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Porto Estrela, em obediência a **resolução nº 01/2007 do TCE/MT** e da outras providências;

VIII. **Resolução Normativa nº 33/2012-TP, de 11 de Dezembro de 2.012**, Aprova padrões e prazos de envio dos pareceres da Unidade Central de Controle Interno das organizações municipais sobre as contas anuais de gestão e de governo ao TCE/MT estabelece diretrizes para o sistema de controle interno e dá outras providências.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º - Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I. - Entende-se por Unidade Responsável por esta Instrução Normativa a ***Unidade Central de Controle Interno nº 01 – SCI – Sistema de Controle Interno***, prescrita nos anexos I, II e III do Decreto Municipal nº 072/2010, na qual tem as seguintes atribuições entre outras que fizerem necessárias nos termos legais:

a) Avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerente ao departamento;

b) Promover discussões técnicas com as unidades auditadas, para definir as rotinas de trabalho;

c) Determinar e chefiar as atividades do Sistema de Controle Interno, entre outras atividades afins;

d) Distribuir tarefas sobre as rotinas de trabalhos a ser executado pelo Sistema de Controle Interno as unidades auditadas;

e) Planejar, orientar e assegurar as atividades de rotinas do Sistema de Controle Interno;

Art. 7º - Das Unidades Auditadas:

I. - Entende-se por Unidades Auditadas, dessa Instrução Normativa todas as Secretarias Municipais, Departamentos, Setores, Seções e Divisões, vinculados ao Sistema organizacional do município, as quais terão as seguintes atribuições, entre outras que se fizerem necessárias nos termos legais:

a) Prestar o apoio por ocasião das auditorias, em especial no que tange à disposição de todos os documentos e papeis necessários para a execução dos trabalhos;

b) Proceder com as recomendações feitas pela Unidade de Controle Interno;

CAPÍTULO VI

DOS OBJETIVOS

Art. 8º - Acompanhar a aplicação das normas vigentes quanto aos procedimentos de execução das rotinas dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela.

Art. 9º - Averiguar o cumprimento da legalidade, legitimidade, efetividade economicidade quanto ao cumprimento à execução dos procedimentos normativos.
Art. 10º - Verificar os resultados nas recomendações das auditorias anteriores e dos relatórios do TCE-MT.
Art. 11º - Recomendar correções de acordo com as verificações realizadas.

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI

Art. 12º - Os trabalhos de auditoria interna serão realizados no exercício de 2.014, no período de **01 de Abril a 31 de Dezembro de 2.014**, conforme cronograma de atividade, **anexo I**; Terão como destaque os seguintes pontos:
I. A correta aplicação dos recursos públicos;
II. A proteção sistemática do patrimônio público;
III. A constatação de que a legislação atinente ao setor público está sendo observadas pelos diversos setores, bem como as normas internas;
IV. Apresentação de sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes, e em não havendo implantá-los.

Art. 13º - Tipo de procedimento:
I. Auditoria Operacional: Serão analisados os procedimentos adotados nos processos licitatórios; Aos procedimentos adotados pelo Setor de compras; Na elaboração de contratos; Aos convênios celebrados pela administração; Analisar o gerenciamento do uso de frotas de veículos e seus equipamentos; O controle de estoques de combustível, peças, pneus, acessórios dos veículos e equipamentos; Os procedimentos de manutenção preventivas e corretivas da frota de veículos e equipamentos; procedimentos adotados quanto à locação de veículos, equipamentos e maquinários; Procedimentos adotados ao controle e administração do Patrimônio; Procedimentos adotados ao controle de Previdência Própria.
Art. 14º - A auditoria interna poderá utilizar de procedimentos complementares que se ajustem as características de cada órgão ou entidade auditada, e produzir os seguintes documentos:
a) Relatório de Auditoria;
b) Relatório de Visita Técnica;
c) Ofício informativo e recomendatório;
Art. 15º - O plano anual de auditoria interna obedecerá aos procedimentos previstos na legislação vigente.
Art. 16º - A recusa de informações ou embaraço dos trabalhos da UCI deverá ser comunicada oficialmente ao Prefeito municipal, e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 17º - Os trabalhos de auditoria serão executados pelo Auditor de Controle Interno Municipal, e se caso necessário, poderá solicitar servidor municipal para auxiliar, bem como a contratação de auditor externo para realização dos trabalhos, em observância ao plano anual de auditoria interna.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - Os prazos previstos poderão ser alterados de acordo com a necessidade da Unidade de Controle Interno.

Art. 19º - A Unidade de Controle Interno poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente dos prazos previstos no PAAI-2014.

Art. 20º - Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Unidade de Controle Interno, que por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 21º - Aplica-se no que couberem aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações pertinentes.

Art. 22º - A presente Instrução Normativa deverá no que couber ser adaptada a realidade do município, bem como observar a legislação municipal e instruções do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso – TCE-MT.

Art. 23º - Integram esta Instrução Normativa os seguintes anexos:

I. Anexo I – Cronograma de Atividades de Auditoria da Unidade de Controle Interno;

Art. 24º - Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto Estrela - MT, 18 de Dezembro de 2013.

MAURO ANDRÉ BUSINARO
Prefeito Municipal

GENIVALDO GOMES DA SILVA
Auditor de Controle Interno
Portaria de Nomeação Nº 017/2011 De
01/03/2011 – Concurso Nº 001/2010

LUIS VIERIA DE SOUSA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO – I
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE AUDITORIA DO CONTROLE INTERNO
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA-2.014

Item	Mês/ Ano	Sistema	Atividade	Equipe	Dias - úteis	Inicio	Fim
1	**Janeiro e Fevereiro/2014**	**SIC – Sistema de Controle Interno**	**Parecer Conclusivo Sobre as Contas Anuais de Gestão/2013 – Prefeitura/ Câmara e Previdência**	**C. I**	**30 dias**	**06/01/2014**	**14/02/2014**
2	**Fevereiro e Março/2014**	**SIC – Sistema de Controle Interno**	**Parecer Conclusivo Sobre as Contas Anuais de Governo/2013 – Prefeitura**	**C. I**	**28 Dias**	**17/02/2014**	**28/03/2013**
3	Abril, Maio e Junho 2.014	SCLC – Sist. de Compras Licit. e Contratos	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	20 dias	01/04/2014	30/04/2014
4		SCV – Sistema de Convênios e Consórcios	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	02/05/2014	22/05/2014
5		SCA – Sist. de Controle de Almoxarifado.	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	23/05/2014	12/06/2014
6	**Junho e Julho/2014**	**SIC – Sistema de Controle Interno**	**Parecer Parcial Sobre as Contas Anuais de Gestão/2014 – Prefeitura/ Câmara e Previdência**	**C. I**	**25 dias**	**13/06/2014**	**18/07/2014**
7	Julho, Agosto, Setembro e Outubro 2.014	SCO – Sistema de Contabilidade	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	21/07/2014	08/08/2014
8		SRH – Sistema de Recursos Humanos	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	11/08/2014	29/08/2014
9		STR – Sistema de Transportes	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	01/09/2014	19/09/2014
10		SPA – Sistema de Controle Patrimonial	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	22/09/2014	10/10/2014
11	Outubro, Novembro e Dezembro 2.014	SFI – Sistema Financeiro	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	15 dias	13/10/2014	31/10/2014
12		STAS – Sistema de Trabalho e Ação Social	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	10 dias	03/11/2014	14/11/2014
13		SEC – Sistema de Educação	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	10 dias	17/11/2014	28/11/2014
14		SMS – Sistema Municipal de Saúde	Auditoria – Visita Técnica	C. I.	10 dias	01/12/2014	12/12/2014
15	**Dezembro/2.014**	**SCI – Sistema de Controle Interno**	**Elaboração do PAAI-2.015**	**C. I.**	**10 dias**	**15/12/2014**	**30/12/2014**

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:E94E64A8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA
ANEXOS LDO 02

Natureza Jurídica não encontrada				Data: 18/10/2013
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas				
Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)				
As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:				
Especificação		Previsão - R$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	14.630.100,00	16.419.880,21	18.428.933,54
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	16.584.000,00	18.616.241,75	20.897.822,60
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	264.500,00	293.766,60	326.290,80
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos	198.500,00	219.908,60	243.638,58
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	133.500,00	148.129,60	164.372,56
4.1.1.1.2.01.00.00.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.1.1.2.01.01.00.00.00	Imposto s/ propr. territ. rural - ITR	10.000,00	11.242,00	12.637,51

4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	13.500,00	15.174,60	17.056,18
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	13.500,00	15.174,60	17.056,18
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	90.000,00	99.235,00	109.416,59
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	80.000,00	88.205,00	97.251,01
4.1.1.1.2.04.32.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos de Capital	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	22.478,00	25.262,28
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	65.000,00	71.779,00	79.266,02
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	65.000,00	71.779,00	79.266,02
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00	66.155,00	72.940,89
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Simples Nacional - Imposto Sobre Serviços	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas	66.000,00	73.858,00	82.652,22
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	56.000,00	62.716,50	70.239,05
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00	Tx de Apreensão e Depósito	1.000,00	1.107,50	1.226,02
4.1.1.2.1.33.00.00.00.00	Taxa de Iluminação Pública	40.000,00	44.950,00	50.511,82
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Expediente	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	55.000,00	60.870,50	67.369,06
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	15.000,00	16.765,50	18.738,30
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc.Royalties	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos não Vinculados	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.214.500,00	18.205.610,75	20.441.458,09
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	16.214.500,00	18.205.610,75	20.441.458,09
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.159.000,00	6.909.861,30	7.752.443,63
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	5.393.000,00	6.059.528,30	6.808.428,57
4.1.7.2.1.01.01.00.00.00	Rec. P/Form. do FUNDEB - I.T.R	350.000,00	393.266,00	441.879,68
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.900.000,00	5.505.646,00	6.186.149,84
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Transf. de Recuso CEX	30.000,00	33.714,00	37.887,05
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.2.1.01.09.00.00.00	Transferencia PSF Rural	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	46.000,00	51.691,60	58.086,68
4.1.7.2.1.01.30.00.00.00	Cota Parte Salario Educação Federal	2.000,00	2.253,20	2.537,70

Especificação		Previsão - R$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA				
4.1.7.2.1.01.31.00.00.00	Transporte Escolar PNATE	20.000,00	22.478,00	25.262,28
4.1.7.2.1.01.32.00.00.00	Cota-Parte Imp.s/Oper.Crédito, Câmbio e Seguro	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.01.35.00.00.00	Cota Parte Recursos PNAE	20.000,00	22.478,00	25.262,28
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	90.000,00	100.080,00	111.297,64
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	40.000,00	44.950,00	50.511,82
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	50.000,00	55.130,00	60.785,82
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	422.000,00	465.358,20	513.165,99
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transferencia Rec. PAB FIXO	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transferencia Rec PSF - Federal	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transferencia Rec. PACS	90.000,00	99.230,00	109.406,08
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transferencia Rec. ECD	45.000,00	49.617,50	54.708,29
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transferencia Rec. Carencias Nutricionais	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transferencia Rec. Farmacia Básica	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transferencia Rec. Vigilancia Sanitária	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transferencia Rec. Incentivo Saúde Bucal	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transferencia Rec. Federal - PEJA	2.000,00	2.253,20	2.537,70
4.1.7.2.1.33.20.00.00.00	Estruturação Tecnológica da Vigil em Saúde da UF	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Compensação de Especificidades Regionais	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Media Alta Complex Ambulatorial e Hospitalar	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transferencia de Conv.	10.000,00	11.035,00	12.176,08
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transferencia de Conv. IGDBF	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transferencia de Recursos do FNAS - PBV II	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	159.000,00	178.448,30	200.276,41
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	90.000,00	101.130,00	113.635,67
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.000,00	14.612,80	16.424,94
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	45.000,00	50.568,00	56.824,20
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferencia Diretas do FNDE - PNAE CRECHE	1.000,00	1.107,50	1.226,02
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transferencia Diretas do FNDE - PNAEI INDIGENA	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.000,00	89.894,00	101.010,90
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.515.500,00	7.318.193,45	8.219.820,54
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	6.425.000,00	7.218.377,20	8.109.733,12
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	6.741.606,00	7.574.874,50
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	42.000,00	47.197,20	53.036,77
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.07.00.00.00	Incentivo SAÚDE BUCAL	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.08.00.00.00	Transferencia PPC Diabetes Melitus	2.000,00	2.210,00	2.441,52
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.01.15.00.00.00	Transporte Escolar do Estado - MT	340.000,00	382.030,00	429.254,91
4.1.7.2.2.01.36.00.00.00	Convenio Correio	6.000,00	6.620,00	7.303,55
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%)	4.000,00	4.415,00	4.872,54

4.1.7.2.2.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	4.000,00	4.415,00	4.872,54
4.1.7.2.2.22.30.01.00.00	Cota-Parte - FEP Estado	4.000,00	4.415,00	4.872,54
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	81.500,00	89.883,75	99.126,84
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado-Farmacia Basic	15.000,00	16.542,50	18.243,11
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado-Saúde Bocal	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transferencia de Rec. do Estado-I A Metas A Basica	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transferencia de Rec. do Estado - Diabetes Militus	500,00	556,25	618,26
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado - PSF	40.000,00	44.105,00	48.630,76
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transferencia de Recursos do Estado- SUS FAE	6.000,00	6.620,00	7.303,55

Especificação		Previsão - R$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA				
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	3.540.000,00	3.977.556,00	4.469.193,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.040.000,00	2.292.150,00	2.575.465,74
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transferencia Recursos (Fundef)	2.040.000,00	2.292.150,00	2.575.465,74
4.1.7.2.4.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEB	1.500.000,00	1.685.406,00	1.893.728,18
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	44.751,90	50.067,14
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	7.000,00	7.883,20	8.875,57
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.259,20	2.550,44
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.000,00	1.129,60	1.275,22
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.000,00	1.129,60	1.275,22
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	12.000,00	13.489,20	15.162,46
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	12.000,00	13.489,20	15.162,46
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	12.000,00	13.489,20	15.162,46
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa	11.000,00	12.137,50	13.391,60
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	11.000,00	12.137,50	13.391,60
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.000,00	1.107,50	1.226,02
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	10.000,00	11.242,00	12.637,51
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	265.000,00	296.842,50	332.523,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	265.000,00	296.842,50	332.523,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	260.000,00	291.218,50	326.197,87
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	10.000,00	11.141,50	12.413,17
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. da União	5.000,00	5.517,50	6.088,04
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	250.000,00	280.077,00	313.784,70
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos p/ SUS	230.000,00	258.022,00	289.464,06
4.2.4.2.2.01.03.00.00.00	Construção de Unidades Habitacionais 274	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.2.4.2.2.01.07.00.00.00	Transferencia de Convenio Construção de Creche	10.000,00	11.030,00	12.165,58
4.2.4.2.2.01.08.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	210.000,00	235.962,00	265.132,90
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas de Educaç	20.000,00	22.055,00	24.320,64
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	5.000,00	5.624,00	6.325,13
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.218.900,00)	(2.493.204,04)	(2.801.412,06)
4.9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.000,00)	(1.129,60)	(1.275,22)
4.9.1.1.0.00.00.00.00.00	Deduções da Receita Tributária.	(1.000,00)	(1.129,60)	(1.275,22)
4.9.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	(1.000,00)	(1.129,60)	(1.275,22)
4.9.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano	(1.000,00)	(1.129,60)	(1.275,22)
4.9.1.1.2.02.99.00.00.00	Outras Deduções do IPTU	(1.000,00)	(1.129,60)	(1.275,22)
4.9.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	(2.217.900,00)	(2.492.074,44)	(2.800.136,84)
4.9.7.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais	(2.217.900,00)	(2.492.074,44)	(2.800.136,84)

Especificação		Previsão - R$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA				
4.9.7.2.1.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências da União	(1.009.500,00)	(1.134.304,20)	(1.274.534,20)
4.9.7.2.1.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita da União	(993.500,00)	(1.116.320,60)	(1.254.321,83)
4.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(980.000,00)	(1.101.134,00)	(1.237.240,16)
4.9.7.2.1.01.03.00.00.00	Dedução Rec. P/Form. do FUNDEB - I.T.R	(1.500,00)	(1.691,40)	(1.906,46)
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	(2.000,00)	(2.253,20)	(2.537,70)
4.9.7.2.1.01.12.00.00.00	Deduçao de Rece para FormçÇ FUNDEF/FUNDEB - IPI	(10.000,00)	(11.242,00)	(12.637,51)
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	(16.000,00)	(17.983,60)	(20.212,37)
4.9.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	(1.208.400,00)	(1.357.770,24)	(1.525.602,64)
4.9.7.2.2.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita do Estado	(1.208.400,00)	(1.357.770,24)	(1.525.602,64)
4.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	(1.200.000,00)	(1.348.326,00)	(1.514.985,09)
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	(8.400,00)	(9.444,24)	(10.617,55)
Total entidade:		14.630.100,00	16.419.880,21	18.428.933,54
Total geral:		14.630.100,00	16.419.880,21	18.428.933,54

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:507983CE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013 - DIVULGA ALTERAÇÃO NA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DIVULGA ALTERAÇÃO NA RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013, visando atender aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade,

RESOLVE:

Divulgar no **ANEXO ÚNICO** deste Edital, nova relação das **INSCRIÇÕES** para o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013.

São Félix do Araguaia-MT, em 27 de dezembro de 2013.

LEILA CRISTINA DOS SANTOS SOUSA
Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2013

ANEXO ÚNICO AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 2, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ALTERAÇÃO DA RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013

1.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL LOTAÇÃO	NUMERO DE INSCRITOS	INSCRIÇÃO NUMERO	NOME	DATA INSCRIÇÃO	Portador de Necessidade Especiais (PNE)
Agente Operacional Motorista	Escola Alberto Nunes da Silveira	01	51	Junio José da Costa	19/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Agente Operacional Motorista	Secretaria Municipal de Educação	02	56	Carlos Alexandre Brito	19/12/13	
		03	57	Rubem Barbosa da Silva	19/12/13	
		04	139	Leonaldo da Costa	20/12/13	
SUBTOTAL		**03**				
Agente Operacional Motorista	Escola Vila São Sebastião Sede e Extensões	05	129	Cícero Gaspar Gonzaga	20/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Apoio Administrativo Educacional - Limpeza e nutrição	Escola Vila São Sebastião Sede	06	15	Rute Martins Barbosa da Silva	17/12/13	
		07	64	Maria de Fátima Azevedo de Aquino	19/12/13	
		08	75	Tereza Tavares dos Santos Vasconcelos	19/12/13	
		09	78	Luzirene Pereira Araujo	19/12/13	
		10	83	Cristiane Maria da Silva	19/12/13	
SUBTOTAL		**05**				
Apoio Administrativo Educacional - Limpeza e nutrição	Escola Pontinópolis / Extensão Sebastião Marques	11	13	Leia da Costa Soares	17/12/13	
		12	92	Keylla Alves Gomes	19/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Apoio Administrativo Educacional- Limpeza e nutrição	Escola Alberto Nunes da Silveira	13	01	Francisca Miranda das Chagas Sousa	16/12/13	
		14	36	Alcioneide Oracio de Souza	18/12/13	
		15	126	Valdineis Pereira Gama	20/12/13	
		16	138	Erondina Ferreira Coelho	20/12/13	
SUBTOTAL		**04**				
Apoio Administrativo Educacional –(Limpeza)	(Creches, Dona Tunica, Dona Elza e Pré Escola)	17	03	Tatiane Gomes dos Santos	16/12/13	
		18	07	Cleonice Pequeno Bertagnoli	17/12/13	
		19	08	Edvania Menezes Ferreira	17/12/13	
		20	11	Jaci Pereira Aquino	17/12/13	
		21	16	Joseni Alves da Silva	17/12/13	
		22	17	Gleide Rossi da Silva	17/12/13	
		23	19	Lindamara da Silva Araujo	17/12/13	
		24	20	Jaqueline Lima Castro	17/12/13	
		25	22	Maria de Fátima dos Santos	17/12/13	
		26	24	Dalzivan dos Santos Melo	18/12/13	
		27	25	Rivania Oliveira Lopes	18/12/13	
		28	29	Natalia Oliveira Canuto	18/12/13	
		29	40	Maria Aurenice Pereira Aguiar	18/12/13	
		30	41	Lucirene Pires dos Santos	18/12/13	
		31	46	Joelma Nascimento Rezende	18/12/13	
		32	48	Maria Patrícia Dantas Arruda	19/12/13	
		33	66	Adriana dos Santos de Souza	19/12/13	
		34	70	Patrícia Oliveira de Jesus	19/12/13	
		35	74	Patrícia Alves Brito	19/12/13	
		36	76	Flávia Lacerda Ferreira	19/12/13	
		37	85	Regina Carvalho da Silva	19/12/13	
		38	87	Ionara Abreu da Silva	19/12/13	
		39	88	Luciana de Melo Silva	19/12/13	
		40	89	Márcia Alves Gomes	19/12/13	
		41	99	Susley Sousa Alves	20/12/13	
		42	100	Célia Pinto Barbosa	20/12/13	
		43	101	Reginá Carvalho da Silva	20/12/13	
		44	111	Welma Leite da Costa	20/12/13	
		45	114	Denize Miranda Souza	20/12/13	
		46	116	Nildes Luz Menezes	20/12/13	
		47	118	Joana Pereira de Brito dos Santos	20/12/13	
		48	124	Fernanda Soares da Silva	20/12/13	
		49	131	Marineide da Silva Santos	20/12/13	
SUBTOTAL		**33**				

Nutricionista	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Educação.	50	38	Ana Paula Barbosa	18/12/13	
		51	98	Ivana de Moraes Vieira	20/12/13	
		52	108	Marilya Barroso dos Santos	20/12/13	
		53	65	Vanessa Dias da Silva	20/12/13	
SUBTOTAL		**04**				
Professor de Educação Básica	Educação Infantil (Creches, Dona Tunica, Dona Elza e Pré Escola)	54	04	Maria José Ferreira Araujo	16/12/13	
		55	O5	Selma da Silva	16/12/13	
		56	09	Kássia dos Santos Cardos	17/12/13	
		57	10	Wellias Alves dos Santos	17/12/13	
		58	18	Selma Gomes da Silva Sales	17/12/13	
		59	21	Camila Luz Maciel	17/12/13	
		60	23	Kátia Dantas da Silva Sousa	17/12/13	
		61	39	Stephanny Rita Alves de Melo Rodrigues	18/12/13	
		62	42	Cássia Vieira Santana	18/12/13	
		63	43	Terezinha Ribeiro da Silva	18/12/13	
		64	44	Dalila Celestino da Silva Vieira	18/12/13	
		65	53	Silvania Pereira Javaé	19/12/13	
		66	54	Micaellei Quetlei Martins da Silva	19/12/13	
		67	59	Safira Milhomem Silva Costa	19/12/13	
		68	63	Alice Fogaça Karajá	19/12/13	
		69	65	Rosa de Lima Rodrigues de Souza	19/12/13	
		70	67	Núbia Lafaete Pinheiro Pinto	19/12/13	
		71	68	Maria do Carmo dos Anjos Souza	19/12/13	
		72	69	Doraneides Ribeiro Arruda	19/12/13	
		73	72	Ana Paula Rodrigues de Souza	19/12/13	
		74	73	Sara Silva Cruz	19/12/13	
		75	79	Raícia Martins Rocha	19/12/13	
		76	81	Domingas Pereira Gomes	19/12/13	
		77	84	Jeová Gomes Ferreira	19/12/13	
		78	86	Sidia Rocha Costa	19/12/13	
		79	91	Evoneth Ribeiro de Souza	19/12/13	
		80	93	Danilo de AlmeidaMoreira	19/12/13	
		81	102	Marivan Moraes Miranda	20/12/13	
		82	106	Aracelli Rodrigues de Araújo	20/12/13	
		83	107	Fernanda Henke Vieira	20/12/13	
		84	109	Karoline Antônio Gonçalves	20/12/13	
		85	110	Olga Rodrigues Brito	20/12/13	
		86	112	Deusila Mariano da Silva	20/12/13	
		87	117	Adriana Pereira da Silva	20/12/13	
		88	119	Leyka Ferreira Santos	20/12/13	
		89	120	Lucilene Rodrigues Pereira	20/12/13	
		90	125	Adoni Pereira Maranhão Junior	20/12/13	
		91	130	Ana Paula Ribeiro da Costa	20/12/13	
		92	132	Kátia Cruz Ferreira	20/12/13	
		93	133	Thaís Rezende Reindel Coelho	20/12/13	
		94	134	Arlene Oliveira Braga	20/12/13	
		95	135	Kesia Crispím de Souza	20/12/13	
		96	136	Luzimeire Ferreira Maranhão	20/12/13	
SUBTOTAL		**43**				
Professor de Educação Básica	Escola Vila São Sebastião/Extensão Serra do Magalhães	97	80	Tamara Cavalcante Neres	19/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Professor de Educação Básica	Escola Pontinópolis / Sebastião Marques	98	52	Joana Gomes de Sousa	19/12/13	
		99	54	Iara Silva Cruz	19/12/13	
		100	90	Rogério Gomes Braga	19/12/13	
		101	96	Ana Claudia Timoteo Barbosa	19/12/13	
		102	97	Ivone Alves da Silva	19/12/13	
		103	105	Creusa Aguiar Campos	20/12/13	
		104	137	Adriana Divina de Matos	20/12/13	
SUBTOTAL		**07**				
Professor de Educação Básica	Escola Vila São Sebastião/Extensão Carnaúba	105	12	Ediane Melo Vasconcelos	17/12/13	
		106	61	Cleudes Silva Pimentel Rodrigues	19/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Professor de Educação Básica	Escola de Pontinópolis /Extensão Imbú					
SUBTOTAL		**0**				
Professor de Educação Básica	Escola de Pontinópolis / Extensão Farandú	107	95	Fabiana Martins Nunes de Faria Mota	19/12/13	
		108	49	Debora Katia dos Santos Silva	19/12/13	
		109	50	Raimunda Martins Aguiar	19/12/13	
		110	60	Jerusalém Pereira dos Santos	19/12/13	
		111	94	João Bosco Silva de Sousa	19/12/13	
		112				
SUBTOTAL		**06**				
Professor de Educação Básica	Escola Alberto Nunes da Silveira	113	32	Jackeline Feitosa de Paula	17/12/13	
		114	26	Rejane Alves Araújo Espanhol	18/12/13	
		115	27	Iraildes Curvina Alves	18/12/13	
		116	30	Maria de Lourdes Gonçalves de Andrade Santos	18/12/13	
		117	33	Sueli Kutz	18/12/13	
		118	34	Cleota Rodrigues da Silva	18/12/13	
		119	35	Elza Pereira de Brito	18/12/13	
		120	37	Aquecia Lima da Silva	18/12/13	
		121	39	Stephanny Tita Alves de Melo Rodrigues	18/12/13	
		122	127	Ronildo Coelho dos Santos	20/12/13	
		123	128	Rejania Aparecida Camargo Pereira	20/12/13	
SUBTOTAL		**11**				
Professor de Educação Básica	Escola Pontinópolis – extensão Rio Preto.	124	47	Luana Hellen Dias Wasconcelos	18/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Professor-Instrutor	Secretaria Municipal de Educação	125	45	Diogo Ribeiro da Silva	18/12/13	

de Musica		126	113	Willian Divino dos Santos Oliveira	20/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Técnico Administrativo Educacional	Escola Pontinópolis Sede	127	55	Zilda Barbara Oliveira Silva	19/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Técnico administrativo Educacional	Escola Alberto Nunes da Silveira	128	31	Aldenira Abreu de Sousa	18/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Técnico administrativo Educacional	Escola Vila São Sebastião Sede	129	02	Lilian de Jesus Alves	16/12/13	
		130	103	Jilsânia Lins Lima	20/12/13	
		131	104	Jania Carllette Lins Querubino	20/12/13	
		132	121	Aline Aguiar Amorim	20/12/13	
SUBTOTAL		**04**				

1.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL LOTAÇÃO	NUMERO DE INSCRITOS	INSCRIÇÃO NUMERO	NOME	DATA INSCRIÇÃO	Portador de Necessidade Especiais (PNE)
Agente Administrativo (Recepcionista)	CAPS (Centro de Apoio Psíquico e social).	133	02	João Batista Ribeiro Dias	16/12/13	
		134	03	Maria Jacy Pereira Lima	16/12/13	
		135	04	Maria Luísa Ribeiro Luz Borges	16/12/13	
		136	13	Neuzirene Oliveira da Silva	17/12/13	
		137	14	Simone Pereira Luz	17/12/13	
		138	16	Deuzélia Abreu Barbosa Reis	17/12/13	
		139	22	Ezivania Nunes Costa	17/12/13	
		140	21	Adriana Ferreira Filho	18/12/13	
		141	24	José Jair da Silva Barros	18/12/13	
		142	25	Diva dos Santos Silva	18/12/13	
		143	31	Leandro Azevedo Barros	18/12/13	
		144	33	Elizabete Nunes Ribeiro	18/12/13	
		145	47	Luciana Ferreira Lopes	19/12/13	
		146	48	Rosimeire Ribeiro da Silva	19/12/13	
		147	52	Teltiana da Silva Siqueira	19/12/13	
		148	53	Ellen Caroline Alves de Souza	19/12/13	
		149	55	Renata de Carvalho Lima	19/12/13	
		150	60	Nayara Lorrana Ferreira Santos	20/12/13	
		151	64	Layane Ferreira Wanderley	20/12/13	
		152	66	Maria de Lurdes Coelho Pinto	20/12/13	
		153	67	Sílvia Helena Martins Rocha	20/12/13	
		154	68	Michele de Araújo Lima	20/12/13	
		155	69	Terezinha Batista de Araújo	20/12/13	
		156	72	Andréia de Araújo	20/12/13	
		157	73	Ailla Siany Alves Crisostomo	20/12/13	
		158	78	Dione Hanna Vieira dos Santos	20/12/13	
		159	81	Cileuda Vieira de França	20/12/13	
		160	82	Cristiano Souza Matos	20/12/13	
		161	83	Advailson Souza Barbosa	20/12/13	
		162	90	Ana Paula Ferreira Maranhão	20/12/13	
SUBTOTAL		**30**				
Agente da Administração Pública (Serviços Gerais)	CAPS, PSF Rural, PSF II, Centro de Diagnóstico, Secretaria Municipal de Saúde e a Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.	163	05	Luciana Dias Pires	16/12/13	
		164	09	Maglene Ferreira da Silva	16/12/13	
		165	34	Isabel Rodrigues Melo	16/12/13	
		166	17	Wilma Ribeiro Dias	17/12/13	
		167	19	Eva Alves Teixeira	17/12/13	
		168	23	Eunice Rodrigues de Araujo	18/12/13	
		169	27	Elizabeth Mota Regio	18/12/13	
		170	28	Lorena Jordania Martins Araújo	18/12/13	
		171	29	Elizabeth Delgado da Silva	18/12/13	
		172	30	Elivania Ferreira da Silva	18/12/13	
		173	37	Cleudiane Monteiro dos Santos	19/12/13	
		174	38	Rosilene Martins da Trindade	19/12/13	
		175	42	Ivoneide Ribeiro de Souza	19/12/13	
		176	43	Jane Ribeiro Carvalho	19/12/13	
		177	44	Edileusa Monteiro dos Santos	19/12/13	
		178	45	Aline Monteiro da Silva	19/12/13	
		179	50	Betúlia Talita Soares Burjack	19/12/13	
		180	52	Júlia Barros de Santana	19/12/13	
		181	61	Élida Sandra da Silva Santos	19/12/13	
		182	76	Eunice Ribeiro Mota	20/12/13	
		183	80	Leidiane Gomes Barbosa	20/12/13	
		184	85	William Mendes Barbosa	20/12/13	
		185	87	Selma Carvalho	20/12/13	
		186	88	Jucilei Tavares de Carvalho	20/12/13	
SUBTOTAL		**24**				
Agente Operacional (Motorista Categoria D)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.	187	06	Geuvanilde Pereira dos Santos	16/12/13	
		188	12	João Sesostes Neto	17/12/13	
		189	32	Manoel Ferreira Jorge	18/12/13	
		190	39	Luiz Marcelo Rodrigues de Sousa	19/12/13	
		191	49	Usmar Batista de Araujo	19/12/13	
		192	56	Edson Coutinho dos Reis	19/12/13	
		193	59	Carlos Santana Marques Dias	20/12/13	
		194	70	Júlio Cesar Silva	20/12/13	
		195	77	Flávio Davi Pires Burjack	20/12/13	
		196	86	João Batista Araújo	20/12/13	
SUBTOTAL		**10**				
Enfermeira (o)	CAPS (Centro de Apoio Psíquico e social).	197	18	Silvana Maria Calaça	17/12/13	
		198	39	Rosane de Faria Maciel	19/12/13	

		199	75	Paulo Henrique Braga Maranhão	20/12/13	
SUBTOTAL		**03**				
Enfermeira (o)	PACS (Programa de Agente Comunitário de Saúde).	200	26	Juliana Cristina Donato Fernandes	18/12/13	
		201	35	Angelica Sousa Milhomem	19/12/13	
		202	63	Luana Joyce Amorim Peters	20/12/13	
		203	79	Tatiane Cintia Torres da Silva Aguiar	20/12/13	
SUBTOTAL		**04**				
Enfermeira (o)	PSF I (Vila Santo Antônio)	204	01	Viviene de Sousa Gonçalves	16/12/13	
		205	11	Elaine Cristina Serafim da Silva	17/12/13	
		206	41	Eliane Lopes Pereira Moraes	19/12/13	
		207	46	Denair Nunes Barbosa Oliveira	19/12/13	
		208	62	Renata dos Santos Milhomem	19/12/13	
		209	57	Ana Paula Ferreira Vilela	20/12/13	
		210	58	Kainã Jerônimo Rodrigues	20/12/13	
		211	71	Priscila Nara de Castro	20/12/13	
		212	74	Jade Borges Amaro	20/12/13	
		213	84	Sheyla Kallyanny Rodrigues Morais	20/12/13	
SUBTOTAL		**10**				
Enfermeira (o)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.	214	92	Debora Alves Farias	20/12/13	
		215	89	Ana Carolina V. Oliveira	20/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Farmacêutico	Farmácia Básica	216	51	Rodrigo Sousa Martins	19/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Fisioterapeuta	CAPS (Centro de Apoio Psíquico e social).	217	91	Jastueny Moura Leal	20/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Fisioterapeuta	Unidade Reabilitação Telesphoro Aguiar Moreira	218	20	Ozana Pereira de Araujo Silva	17/12/13	
		219	36	Many Chuery Medeiros de Andrade	19/12/13	
		220	40	Pablo Fernandes Ferreira	19/12/13	
SUBTOTAL		**03**				
Médico	PSF RURAL	221	07	Dr Cláudio Oliveira do Nascimento	16/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Médico	CAPS, (Centro de Apoio Psíquico e social).					
TOTAL		**0**				
Médico Ultrassonografista	Centro de Diagnostico e Especialidades, ou Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.	222	15	Dr Márcio Alves Duarte	17/12/13	
SUBTOTAL		**01**				

1.3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL LOTAÇÃO	NUMERO DE INSCRITOS	INSCRIÇÃO NUMERO	NOME	DATA INSCRIÇÃO	Portador de Necessidade Especiais (PNE)
Agente da Administração Pública (Cozinheira (o) para os grupos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	223	01	Giany Andrades Milhomem	16/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Agente da Administração Pública (Cozinheira (o), SCVF de 06 a 15 anos, CREAS(Serviço Medida Socioeducativa)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	224	42	Laura Renata Araújo	19/12/13	
		225	81	Rosair Souza da Silva	20/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Agente da Administração Pública (Serviços Gerais – CRAS/CREAS – interno e externo)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	226	07	Valquiria Alves Martins	16/12/13	
		227	11	Alice Sousa Dantas	17/12/13	
		228	25	Luzimar Pinheiro Pinto	18/12/13	
		229	34	Maria Silva Muniz	18/12/13	
		230	38	Edilene Pereira de Azevedo	18/12/13	
		231	39	Elza Monteiro dos Santos	18/12/13	
		232	40	Oscarina Guimarães Sales	18/12/13	
		233	43	Benildes Gomes da Silva	19/12/13	
		234	68	Bruna Pires Lima	20/12/13	
		235	82	Dinamar Ferreira dos Santos	20/12/13	
SUBTOTAL		**10**				
Agente da Administração Pública (Serviços Gerais – CREAS e Centro de Convivência)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	236	04	Evaldete Ferreira Wanderley	16/12/13	
		237	49	Raquel Rodrigues Martins	19/12/13	
SUBTOTAL		**02**				
Agente Administrativo (Recepcionista)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	238	05	Pedro Alex Ferreira Erkert	16/12/13	
		239	16	Marlene Moraes Pereira	17/12/13	
		240	17	Sueli da Silva Cunha	17/12/13	
		241	18	Bruna Pereira dos Santos Souza	17/12/13	
		242	19	Murilo Brito da Silva	17/12/13	
		243	26	Mateus Pinheiro Aguiar	18/12/13	
		244	28	Alex Junior de Souza	18/12/13	
		245	29	Jessyca Dias de Brito	18/12/13	
		246	35	Cleonilda Pereira Silva	18/12/13	
		247	36	Luanara Dianne Araujo Lima	18/12/13	
		248	45	Marcilene Silva Borges	19/12/13	
		249	47	Lilian Aparecida Mendes Barbosa	19/12/13	
		250	48	Maeli Jemima R. de Souza	19/12/13	
		251	53	Usneibia Pereira Abreu Paiva	19/12/13	
		252	54	Vilzilene Alves de Souza	19/12/13	
		253	56	Erica Souza Morais	19/12/13	
		254	58	Genilson Vieira de França	19/12/13	
		255	62	Silvia Kelly Costa Santos	20/12/13	
		256	67	Elieth Pinto da Silva Luz	20/12/13	
		257	70	Luma Lorrane dos Reis Carvalho	20/12/13	

		258	71	Amanda Rodrigues da Silva	20/12/13	
		259	78	Rabuwenona Karajá	20/12/13	
		260	79	Atauylma da Silva Pereira	20/12/13	
		261	80	Rozilene Alves Pereira	20/12/13	
		262	83	Cleude Pereira Barros Costa	20/12/13	
		263	85	Sergio Aguiar Araújo	20/12/13	
		264	89	Ítalo Bruno Cardoso Silva	20/12/13	
		265	93	Bárbara Mariana Alves Abreu de Souza	20/12/13	
		266	95	Jovelina de Souza Muniz	20/12/13	
		267	96	Marcelo Silva Rodrigues	20/12/13	
		268	98	Debora Evelim Rodrigues Karajá	20/12/13	
SUBTOTAL		**31**				
Agente da Administração Pública (Vigia – Guarda)	CRAS, CREAS e Centro de Convivência, Atribuição serão feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	269	03	José Paixão Pereira Rodrigues	16/12/13	
		270	08	Antônio Alencastro Menezes de Araujo	17/12/13	
		271	10	Dionísio Moreira da Rocha	17/12/13	
		272	12	Cairo Roberto Fernandes de Oliveira	17/12/13	
		273	15	Antônio Marcos de Sousa Marinho	17/12/13	
		274	20	Francisco Gaspar da Conceição	17/12/13	
		275	21	Nilson Araujo de Melo	18/12/13	
		276	24	Ubiratan Silva Carmo	18/12/13	
		277	27	Amissia Daia Rodrigues Nunes	18/12/13	
		278	30	Vanda Brito dos Santos	18/12/13	
		279	31	Selma Brito dos Santos	18/12/13	
		280	33	Helia Maria Pereira Vieira	18/12/13	
		281	37	Isake Wasconcelos de Araujo	18/12/13	
		282	41	Fábio Junior Carvalho	18/12/13	
		283	44	José Lucas Gama de Souza	19/12/13	
		284	46	Daiane Ribeiro Jorge	19/12/13	
		285	50	Cristiano Ribeiro Rocha	19/12/13	
		286	51	Eliene Pereira Abreu Máximo	19/12/13	
		287	57	Diego Fernandes Farias	19/12/13	
		288	75	Roberto Fernandes Mendes de Souza	19/12/13	
		289	59	Cláudio Rocha Martins	20/12/13	
		290	60	José Rodrigues da Silva	20/12/13	
		291	63	Frankislei Martins da Silva	20/12/13	
		292	65	Magnon Ferreira da Silva	20/12/13	
		293	66	Diogo Pereira Aguiar	20/12/13	
		294	69	Daniel Jefferson de Aragão Custódio	20/12/13	
		295	72	Wellington Henrique da Cruz Silva	20/12/13	
		296	73	Marcelo Pereira Mendes	20/12/13	
		297	74	Walque de Sousa Lopes	20/12/13	
		298	76	Cleidimar Carvalho Siqueira	20/12/13	
		299	77	Mário Fernando Martins Rocha	20/12/13	
		300	86	Alceni Barbosa Almeida	20/12/13	
		301	87	Maria Coelho Pinto	20/12/13	
		302	88	Elizete Maria Polita	20/12/13	
		303	90	Adilio Martins do Nascimento	20/12/13	
		304	92	Valdines Rodrigues dos Santos	20/12/13	
		305	99	Baltazar Pereira de Brito	20/12/13	
		306	100	Mauríco Rogélo Alves Berto	20/12/13	
		307	106	Miguel José Oliveira Fernandes	20/12/13	
SUBTOTAL		**39**				
Agente Operacional (Motorista Categoria D)	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.	308	09	Lusio de Sousa Barros	17/12/13	
		309	55	Flaviano Mota Americo	19/12/13	
		310	91	Maruzam da Silva Araujo	20/12/13	
SUBTOTAL		**03**				
Professor de Educação Física	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	311	06	Leonor Alves dos Santos	16/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Educador Social 0 a 6 anos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	312	02	Aldenira Silva Setubal	16/12/13	
		313	23	Sônia dos Reis Pinto Mota	18/12/13	
		314	64	Euraides Dias Montel Vasconcelos	20/12/13	
		315	84	Leandro Teixeira de Souza	20/12/13	
SUBTOTAL		**04**				
Educador Social 6 a 15 anos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social					
SUBTOTAL		**0**				
Educador Social SCVF (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) pessoa Idosa	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	316	32	Muriel Ferreira Jeronimo	18/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Educador Social SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) de 15 e 17 anos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social					
SUBTOTAL		**0**				
Educador Social SCVF (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) de 06 e 15anos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social					
SUBTOTAL		**0**				
Educador Social CREAS	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	317	14	Cleidiane Melo Vasconcelos	17/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
Educador - Orientador Social Gestante	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social					
SUBTOTAL		**0**				
Professor – Instrutor de Musica para todos os grupos	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	318	47	Rosimar Gomes Bispo	19/12/13	
		319	97	Iago Brito de Faria	20/12/13	

SUBTOTAL		**02**				
Nutricionista	Atribuição será feita de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	320	61	Gleksane Liell	20/12/13	
SUBTOTAL		**01**				
TOTAL		**320**				

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:368ED827

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL
2 BIM ANEXO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTREMARÇO-ABRIL.

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR(a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Abr 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	7.472.174,53	7.474.060,48	1.091.445,26	14,60	2.354.849,51	31,51	5.119.210,97
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	6.962.462,28	6.964.348,23	1.091.445,26	15,67	2.354.849,51	33,81	4.609.498,72
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	245.018,47	245.018,47	20.938,35	8,55	38.169,25	15,58	206.849,22
1.1.1.0.00.00- Impostos	236.914,43	236.914,43	20.538,65	8,67	37.124,45	15,67	199.789,98
1.1.2.0.00.00- Taxas	8.104,04	8.104,04	399,70	4,93	1.044,80	12,89	7.059,24
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	2.799,45	10,77	23.200,55
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	2.799,45	10,77	23.200,55
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	27.500,00	27.500,00	3.268,73	11,89	5.951,98	21,64	21.548,02
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00- Receitas De Valores Mobiliários	27.500,00	27.500,00	3.268,73	11,89	5.951,98	21,64	21.548,02
1.3.3.0.00.00- Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00- Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00- Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.642.993,03	6.644.878,98	1.061.908,86	15,98	2.292.940,89	34,51	4.351.938,09
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	6.642.993,03	6.644.878,98	1.061.908,86	15,98	2.292.940,89	34,51	4.351.938,09
1.7.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências De Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.7.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.950,78	20.950,78	5.329,32	25,44	14.987,94	71,54	5.962,84
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00- Receita Da Dívida Ativa	7.856,53	7.856,53	645,06	8,21	704,78	8,97	7.151,75
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	13.094,25	13.094,25	4.684,26	35,77	14.283,16	109,08	-1.188,91
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	0,00	0,00	509.712,25
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00- Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00- Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00- Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00- Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00- Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	0,00	0,00	509.712,25
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências De Convênios	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	0,00	0,00	509.712,25
2.4.8.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.5.9.0.00.00- Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.472.174,53	7.474.060,48	1.091.445,26	14,60	2.354.849,51	31,51	5.119.210,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	7.472.174,53	7.474.060,48	1.091.445,26	14,60	2.354.849,51	31,51	5.119.210,97
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	7.472.174,53	7.474.060,48	1.091.445,26	14,60	2.354.849,51	31,51	5.119.210,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	8.133.701,85	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Abr 2013 (e)	No Bimestre (f)	Jan a Abr 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.472.174,53	338.500,98	7.810.675,51	1.699.712,45	3.893.925,46	1.560.140,97	2.327.756,01	29,80	5.482.919,50
DESPESAS CORRENTES	6.957.474,53	62.180,00	7.019.654,53	1.548.715,67	3.587.212,68	1.460.927,33	2.183.304,76	31,10	4.836.349,77
Pessoal eEncargos Sociais	3.083.192,50	-87.830,00	2.995.362,50	550.791,65	1.133.754,52	802.378,82	1.131.543,63	37,78	1.863.818,87
Juros eEncargos daDívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.874.282,03	150.010,00	4.024.292,03	997.924,02	2.453.458,16	658.548,51	1.051.761,13	26,14	2.972.530,90
DESPESAS DE CAPITAL	429.700,00	276.320,98	706.020,98	150.996,78	306.712,78	99.213,64	144.451,25	20,46	561.569,73
Investimentos	429.700,00	251.320,98	681.020,98	150.996,78	306.712,78	99.213,64	144.451,25	21,21	536.569,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	85.000,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	7.472.174,53	338.500,98	7.810.675,51	1.699.712,45	3.893.925,46	1.560.140,97	2.327.756,01	29,80	5.482.919,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	3.940,98	5.886,67	3.940,98	5.886,67	0,00	-5.886,67
Amortização daDívida Interna	0,00	0,00	0,00	3.940,98	5.886,67	3.940,98	5.886,67	0,00	-5.886,67
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	3.940,98	5.886,67	3.940,98	5.886,67	0,00	-5.886,67
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.472.174,53	338.500,98	7.810.675,51	1.703.653,43	3.899.812,13	1.564.081,95	2.333.642,68	29,88	5.477.032,83
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	21.206,83	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	7.472.174,53	338.500,98	7.810.675,51	1.703.653,43	3.899.812,13	1.564.081,95	2.354.849,51	30,15	5.455.826,00
FONTE:									

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:FF20A937

PREFEITURA MUNICIPAL
3 BIM 2013 ANEXO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTREMAIO-JUNHO.

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR(a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Jun 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.586.847,86	21,23	3.941.697,37	52,74	3.532.820,47
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	6.962.462,28	6.964.805,59	1.501.635,34	21,56	3.856.484,85	55,37	3.108.320,74
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	245.018,47	245.018,47	56.961,28	23,25	95.130,53	38,83	149.887,94
1.1.1.0.00.00- Impostos	236.914,43	236.914,43	56.961,28	24,04	94.085,73	39,71	142.828,70
1.1.2.0.00.00- Taxas	8.104,04	8.104,04	0,00	0,00	1.044,80	12,89	7.059,24
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.000,00	26.000,00	3.990,46	15,35	6.789,91	26,12	19.210,09
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	3.990,46	15,35	6.789,91	26,12	19.210,09
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	27.500,00	27.500,00	2.957,15	10,75	8.909,13	32,40	18.590,87
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00- Receitas De Valores Mobiliários	27.500,00	27.500,00	2.957,15	10,75	8.909,13	32,40	18.590,87
1.3.3.0.00.00- Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00- Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00- Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.642.993,03	6.645.336,34	1.436.256,45	21,61	3.729.197,34	56,12	2.916.139,00
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	6.642.993,03	6.645.336,34	1.175.381,66	17,69	3.468.322,55	52,19	3.177.013,79
1.7.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.7.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências De Convênios	0,00	0,00	260.874,79	0,00	260.874,79	0,00	-260.874,79
1.7.7.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.950,78	20.950,78	1.470,00	7,02	16.457,94	78,56	4.492,84
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00- Receita Da Dívida Ativa	7.856,53	7.856,53	0,00	0,00	704,78	8,97	7.151,75
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	13.094,25	13.094,25	1.470,00	11,23	15.753,16	120,31	-2.658,91
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	85.212,52	16,72	85.212,52	16,72	424.499,73
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00- Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00- Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00- Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00- Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00- Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	85.212,52	16,72	85.212,52	16,72	424.499,73
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	85.212,52	0,00	85.212,52	0,00	-85.212,52
2.4.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências De Convênios	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	0,00	0,00	509.712,25
2.4.8.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00- Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.586.847,86	21,23	3.941.697,37	52,74	3.532.820,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.586.847,86	21,23	3.941.697,37	52,74	3.532.820,47
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.586.847,86	21,23	3.941.697,37	52,74	3.532.820,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	8.133.701,85	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	No Bimestre (f)	Jan a Jun 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.635.504,84	5.529.430,30	1.411.978,20	3.739.734,21	46,42	4.315.941,30
DESPESAS CORRENTES	6.957.474,53	308.180,00	7.265.654,53	1.400.000,95	4.987.213,63	1.181.512,94	3.364.817,70	46,31	3.900.836,83
Pessoal eEncargos Sociais	3.083.192,50	-73.630,00	3.009.562,50	568.883,72	1.702.638,24	547.515,80	1.679.059,43	55,79	1.330.503,07
Juros eEncargos daDívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.874.282,03	381.810,00	4.256.092,03	831.117,23	3.284.575,39	633.997,14	1.685.758,27	39,61	2.570.333,76
DESPESAS DE CAPITAL	429.700,00	275.320,98	705.020,98	235.503,89	542.216,67	230.465,26	374.916,51	53,18	330.104,47
Investimentos	429.700,00	250.320,98	680.020,98	235.503,89	542.216,67	230.465,26	374.916,51	55,13	305.104,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	85.000,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.635.504,84	5.529.430,30	1.411.978,20	3.739.734,21	46,42	4.315.941,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	3.987,10	9.873,77	3.987,10	9.873,77	0,00	-9.873,77
Amortização daDívida Interna	0,00	0,00	0,00	3.987,10	9.873,77	3.987,10	9.873,77	0,00	-9.873,77
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	3.987,10	9.873,77	3.987,10	9.873,77	0,00	-9.873,77
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.639.491,94	5.539.304,07	1.415.965,30	3.749.607,98	46,55	4.306.067,53
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	192.089,39	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.639.491,94	5.539.304,07	1.415.965,30	3.941.697,37	48,93	4.113.978,14
FONTE:									

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:76436113

PREFEITURA MUNICIPAL
4 BIM 2013 ANEXO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTREJULHO-AGOSTO.

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							LRF-Cidadão - 9.31 - 30/10/13
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR(a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.130.075,40	15,12	5.071.772,77	67,85	2.402.745,07
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	6.962.462,28	6.964.805,59	1.130.075,40	16,23	4.986.560,25	71,60	1.978.245,34
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	245.018,47	245.018,47	36.825,84	15,03	131.956,37	53,86	113.062,10
1.1.1.0.00.00- Impostos	236.914,43	236.914,43	36.825,84	15,54	130.911,57	55,26	106.002,86
1.1.2.0.00.00- Taxas	8.104,04	8.104,04	0,00	0,00	1.044,80	12,89	7.059,24
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.000,00	26.000,00	3.126,55	12,03	9.916,46	38,14	16.083,54
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	3.126,55	12,03	9.916,46	38,14	16.083,54
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	27.500,00	27.500,00	2.652,36	9,64	11.561,49	42,04	15.938,51
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00- Receitas De Valores Mobiliários	27.500,00	27.500,00	2.652,36	9,64	11.561,49	42,04	15.938,51
1.3.3.0.00.00- Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00- Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00- Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.642.993,03	6.645.336,34	1.085.314,43	16,33	4.814.511,77	72,45	1.830.824,57
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	6.642.993,03	6.645.336,34	1.083.057,92	16,30	4.551.380,47	68,49	2.093.955,87
1.7.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências De Convênios	0,00	0,00	2.256,51	0,00	263.131,30	0,00	-263.131,30
1.7.7.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.950,78	20.950,78	2.156,22	10,29	18.614,16	88,85	2.336,62
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros De Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00- Receita Da Dívida Ativa	7.856,53	7.856,53	0,00	0,00	704,78	8,97	7.151,75
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	13.094,25	13.094,25	2.156,22	16,47	17.909,38	136,77	-4.815,13
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	85.212,52	16,72	424.499,73
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00- Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00- Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00- Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00- Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00- Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	85.212,52	16,72	424.499,73
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	85.212,52	0,00	-85.212,52
2.4.3.0.00.00- Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências De Convênios	509.712,25	509.712,25	0,00	0,00	0,00	0,00	509.712,25
2.4.8.0.00.00- Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00- Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.130.075,40	15,12	5.071.772,77	67,85	2.402.745,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.130.075,40	15,12	5.071.772,77	67,85	2.402.745,07
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	408.658,48	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	7.472.174,53	7.474.517,84	1.130.075,40	15,12	5.480.431,25	67,85	2.402.745,07
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	8.133.701,85	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	No Bimestre (f)	Jan a Ago 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.190.060,55	6.719.490,85	1.726.786,76	5.466.520,97	67,86	2.589.154,54
DESPESAS CORRENTES	6.957.474,53	427.089,68	7.384.564,21	1.150.224,36	6.137.437,99	1.621.722,84	4.986.540,54	67,53	2.398.023,67
Pessoal e Encargos Sociais	3.083.192,50	-33.290,00	3.049.902,50	564.682,94	2.267.321,18	571.626,38	2.250.685,81	73,80	799.216,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.874.282,03	460.379,68	4.334.661,71	585.541,42	3.870.116,81	1.050.096,46	2.735.854,73	63,12	1.598.806,98
DESPESAS DE CAPITAL	429.700,00	241.411,30	671.111,30	39.836,19	582.052,86	105.063,92	479.980,43	71,52	191.130,87
Investimentos	429.700,00	216.411,30	646.111,30	39.836,19	582.052,86	105.063,92	479.980,43	74,29	166.130,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.190.060,55	6.719.490,85	1.726.786,76	5.466.520,97	67,86	2.589.154,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	4.036,51	13.910,28	4.036,51	13.910,28	0,00	-13.910,28
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	4.036,51	13.910,28	4.036,51	13.910,28	0,00	-13.910,28
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	4.036,51	4.036,51	4.036,51	4.036,51	0,00	-4.036,51
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	9.873,77	0,00	9.873,77	0,00	-9.873,77
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.194.097,06	6.733.401,13	1.730.823,27	5.480.431,25	68,03	2.575.244,26
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	7.472.174,53	583.500,98	8.055.675,51	1.194.097,06	6.733.401,13	1.730.823,27	5.480.431,25	68,03	2.575.244,26
FONTE:									

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:F54A0D9A

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE JANEIRO 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado							Mês/Ano : Janeiro/2013
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	0,00	578.910,36	578.910,36	Despesa Orçamentária	0,00	986.890,08	986.890,08
RECEITAS CORRENTES	0,00	692.743,92	692.743,92	Administração	0,00	317.017,80	317.017,80
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	13.138,42	13.138,42	Assistência Social	0,00	58.399,55	58.399,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.799,45	2.799,45	Saúde	0,00	238.001,06	238.001,06
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	883,70	883,70	Trabalho	0,00	37.360,87	37.360,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	667.042,44	667.042,44	Educação	0,00	127.745,05	127.745,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	8.879,91	8.879,91				
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-113.833,56	-113.833,56	Saneamento	0,00	3.254,40	3.254,40
				Agricultura	0,00	7.201,97	7.201,97
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	-113.833,56	-113.833,56	Comunicações	0,00	49.200,00	49.200,00
Receita Extra - Orçamentária	0,00	989.248,44	989.248,44	Transporte	0,00	148.520,00	148.520,00
				Desporto e Lazer	0,00	189,38	189,38
DEPÓSITOS	0,00	2.358,36	2.358,36				
CONSIGNAÇÕES	0,00	2.358,36	2.358,36	Despesa Extra - Orçamentária	0,00	106.955,66	106.955,66
DE TERCEIROS	0,00	2.358,36	2.358,36	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	0,00	69.389,81	69.389,81
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	0,00	73.737,18	73.737,18	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO	0,00	63.598,26	63.598,26
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO	0,00	73.737,18	73.737,18	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	0,00	63.598,26	63.598,26
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	0,00	73.737,18	73.737,18	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 0,00		5.791,55	5.791,55
Despesas Empenhadas a Liquidar*	0,00	913.152,90	913.152,90	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚLTIM	0,00	5.330,75	5.330,75
Saldos anteriores	0,00	463.627,86	463.627,86	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	0,00	460,80	460,80
				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	37.565,85	37.565,85
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	841,58	841,58	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	37.565,85	37.565,85
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	408.961,66	408.961,66	REPASSES PASSIVOS	0,00	37.565,85	37.565,85
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	8.667,31	8.667,31				
				Saldos atuais	0,00	937.940,92	937.940,92
TESOURARIA GERAL	0,00	45.157,31	45.157,31				
				APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	843,65	843,65
Total	0,00	2.031.786,66	2.031.786,66	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	788.609,53	788.609,53
				BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	89.982,43	89.982,43
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	0,00	58.505,31	58.505,31
				Total	0,00	2.031.786,66	2.031.786,66

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 30/10/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador Crc
Mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:17418BF6

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE ABRIL 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado	Mês/Ano : Abril/2013
Receita	Despesa

Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	1.807.379,61	549.355,85	2.356.735,46	Despesa Orçamentária	2.841.606,83	868.129,45	3.709.736,28
RECEITAS CORRENTES	2.151.628,49	647.301,01	2.798.929,50	Administração	850.474,66	156.791,97	1.007.266,63
RECEITA TRIBUTARIA	21.914,49	16.254,76	38.169,25	Assistência Social	155.630,02	44.898,21	200.528,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.799,45	0,00	2.799,45	Saúde	1.037.980,68	53.793,64	1.091.774,32
RECEITA PATRIMONIAL	4.429,79	1.522,19	5.951,98	Trabalho	37.360,87	0,00	37.360,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.111.141,25	625.879,63	2.737.020,88	Educação	512.259,00	409.566,86	921.825,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.343,51	3.644,43	14.987,94	Cultura	7.303,00	0,00	7.303,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-344.248,88	-97.945,16	-442.194,04	Urbanismo	0,00	179.500,00	179.500,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORREN	-344.248,88	-97.945,16	-442.194,04	Saneamento	3.254,40	0,00	3.254,40
Receita Extra - Orçamentária	3.004.727,32	932.661,96	3.937.389,28	Agricultura	26.921,70	8.360,01	35.281,71
DEPÓSITOS	161.741,09	61.532,51	223.273,60	Comunicações	52.700,00	3.970,00	56.670,00
CONSIGNAÇÕES	161.741,09	61.532,51	223.273,60	Transporte	148.520,00	900,00	149.420,00
DE TERCEIROS	161.741,09	61.532,51	223.273,60	Desporto e Lazer	5.291,67	8.372,92	13.664,59
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.561.716,69	620.588,54	2.182.305,23	Encargos Especiais	3.910,83	1.975,84	5.886,67
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECU	1.560.337,29	620.588,54	2.180.925,83	Despesa Extra - Orçamentária	1.585.611,75	647.810,29	2.233.422,04
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	1.560.337,29	620.588,54	2.180.925,83	DEPÓSITOS	83.940,63	34.176,04	118.116,67
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.379,40	0,00	1.379,40	CONSIGNAÇÕES	83.940,63	34.176,04	118.116,67
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.210,00	0,00	1.210,00	DE TERCEIROS	83.940,63	34.176,04	118.116,67
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	169,40	0,00	169,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.388.973,57	576.068,40	1.965.041,97
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.281.269,54	250.540,91	1.531.810,45	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXEC	1.316.048,05	573.335,77	1.889.383,82
Saldos anteriores	463.627,86	0,00	463.627,86	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	1.316.048,05	573.335,77	1.889.383,82
				OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	72.925,52	2.732,63	75.658,15
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	841,58	0,00	841,58	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ANOS	40.969,975	2.732,63	43.702,60
BANCO C/ MOVIMENTO	408.961,66	0,00	408.961,66	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.420,00	0,00	2.420,00
BANCOS C/ VINCULADAS	8.667,31	0,00	8.667,31	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTER	29.535,55	0,00	29.535,55
TESOURARIA GERAL	45.157,31	0,00	45.157,31	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	112.697,55	37.565,85	150.263,40
Total	5.275.734,79	1.482.017,81	6.757.752,60	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCED	112.697,55	37.565,85	150.263,40
				REPASSES PASSIVOS	112.697,55	37.565,85	150.263,40
				Saldos atuais	848.516,21	-33.921,93	814.594,28
				APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	847,27	2,18	849,45
				BANCO C/ MOVIMENTO	734.776,00	-24.610,15	710.165,85
				BANCOS C/ VINCULADAS	47.931,01	228,39	48.159,40
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	64.961,93	-9.542,35	55.419,58
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
				Saldos atuais	848.516,21	-33.921,93	814.594,28
				TESOURARIA GERAL	64.961,93	-9.542,35	55.419,58
				Total	5.275.734,79	1.482.017,81	6.757.752,60

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 30/10/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador
Crc mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:30792B3E

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE JUNHO 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado				Mês/Ano : Junho/2013			
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	2.999.778,49	948.491,45	3.948.269,94	Despesa Orçamentária	4.580.993,10	697.603,51	5.278.596,61
RECEITAS CORRENTES	3.569.509,60	971.835,89	4.541.345,49	Administração	1.312.189,15	210.729,84	1.522.918,99
RECEITA TRIBUTARIA	38.568,38	56.562,15	95.130,53	Assistência Social	239.304,76	27.958,52	267.263,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.789,91	0,00	6.789,91	Saúde	1.206.928,49	77.207,85	1.284.136,34
RECEITA PATRIMONIAL	7.517,14	1.391,99	8.909,13	Trabalho	37.360,87	0,00	37.360,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.500.911,23	913.146,75	4.414.057,98	Educação	1.083.256,76	141.799,53	1.225.056,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.722,94	735,00	16.457,94	Cultura	7.303,00	228.041,00	235.344,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	85.212,52	85.212,52	Urbanismo	413.718,43	0,00	413.718,43
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	85.212,52	85.212,52				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-569.731,11	-108.556,96	-678.288,07	Saneamento	3.254,40	0,00	3.254,40
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORREN	-569.731,11	-108.556,96	-678.288,07	Agricultura	46.989,90	7.766,12	54.756,02
				Comunicações	56.670,00	0,00	56.670,00
Receita Extra - Orçamentária	4.908.202,73	815.836,86	5.724.039,59	Transporte	149.420,00	0,00	149.420,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	20.202,42	22.756,12	42.958,54	Desporto e Lazer	16.722,96	2.101,26	18.824,22
CRÉDITOS A RECEBER	20.202,42	22.756,12	42.958,54	Encargos Especiais	7.874,38	1.999,39	9.873,77
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	20.202,42	22.756,12	42.958,54	Despesa Extra - Orçamentária	2.990.609,07	915.029,98	3.905.639,05
DEPÓSITOS	282.425,39	72.721,11	355.146,50	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	20.202,42	22.756,12	42.958,54
CONSIGNAÇÕES	282.425,39	72.721,11	355.146,50	CRÉDITOS A RECEBER	20.202,42	22.756,12	42.958,54
DE TERCEIROS	282.425,39	72.721,11	355.146,50	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	20.202,42	22.756,12	42.958,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.792.782,00	730.929,92	3.523.711,92	DEPÓSITOS	169.323,88	79.197,91	248.521,79

OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUORÇAMENTÁRIA	2.791.402,60	730.929,92	3.522.332,52	CONSIGNAÇÕES	169.323,88	79.197,91	248.521,79
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	2.791.402,60	730.929,92	3.522.332,52	DE TERCEIROS	169.323,88	79.197,91	248.521,79
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.379,40	0,00	1.379,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.613.253,52	775.510,10	3.388.763,62
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.210,00	0,00	1.210,00	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXEC	2.535.567,79	773.772,19	3.309.339,98
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	169,40	0,00	169,40	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	2.535.567,79	773.772,19	3.309.339,98
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	20.202,42	22.756,12	42.958,54	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	77.685,73	1.737,91	79.423,64
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	20.202,42	22.756,12	42.958,54	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	45.730,18	1.737,91	47.468,09
INCORPORAÇÃO/DESINCORPORAÇÃO DE SALDOS	20.202,42	22.756,12	42.958,54	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.420,00	0,00	2.420,00
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.792.590,50	-33.326,41	1.759.264,09	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTER	29.535,55	0,00	29.535,55
Saldos anteriores	463.627,86	0,00	463.627,86	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	187.829,25	37.565,85	225.395,10
				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCED	187.829,25	37.565,85	225.395,10
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	841,58	0,00	841,58	REPASSES PASSIVOS	187.829,25	37.565,85	225.395,10
BANCO C/ MOVIMENTO	408.961,66	0,00	408.961,66	Saldos atuais	800.006,91	151.694,82	951.701,73
BANCOS C/ VINCULADAS	8.667,31	0,00	8.667,31				
COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	851,64	2,39	854,03
TESOURARIA GERAL	45.157,31	0,00	45.157,31	BANCO C/ MOVIMENTO	707.084,27	127.492,22	834.576,49
Total	8.371.609,08	1.764.328,31	10.135.937,39	BANCOS C/ VINCULADAS	42.358,98	15.120,81	57.479,79
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
				Saldos atuais	800.006,91	151.694,82	951.701,73
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	49.712,02	9.079,40	58.791,42
				Total	8.371.609,08	1.764.328,31	10.135.937,39

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 19/11/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador Crc mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:02113F6F

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE AGOSTO 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado				Mês/Ano : Agosto/2013			Página : 1 de 2
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	4.488.459,05	594.572,91	5.083.031,96	Despesa Orçamentária	5.966.078,75	441.605,77	6.407.684,52
RECEITAS CORRENTES	5.173.305,14	701.875,39	5.875.180,53	Administração	1.776.807,20	236.261,81	2.013.069,01
RECEITA TRIBUTARIA	121.092,78	10.863,59	131.956,37	Assistência Social	299.971,91	44.166,11	344.138,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.113,30	803,16	9.916,46	Saúde	1.358.380,21	-9.854,62	1.348.525,59
RECEITA PATRIMONIAL	10.249,79	1.311,70	11.561,49	Trabalho	74.721,74	0,00	74.721,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.015.656,33	687.475,72	5.703.132,05	Educação	1.384.129,54	140.509,54	1.524.639,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.192,94	1.421,22	18.614,16				
				Cultura	348.908,80	3.000,00	351.908,80
RECEITAS DE CAPITAL	85.212,52	0,00	85.212,52				
				Urbanismo	413.718,43	0,00	413.718,43
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	85.212,52	0,00	85.212,52				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-770.058,61	-107.302,48	-877.361,09	Saneamento	7.322,40	11.325,06	18.647,46
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORREN-	770.058,61	-107.302,48	-877.361,09	Agricultura	64.266,69	9.824,99	74.091,68
				Comunicações	56.670,00	2.000,00	58.670,00
Receita Extra - Orçamentária	6.549.671,20	512.099,65	7.061.770,85	Transporte	149.420,00	0,00	149.420,00
				Desporto e Lazer	19.876,81	2.347,62	22.224,43
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	63.958,54	0,00	63.958,54				
				Encargos Especiais	11.885,02	2.025,26	13.910,28
CRÉDITOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54				
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54				
				Despesa Extra - Orçamentária	4.953.064,18	702.391,31	5.655.455,49
DEPÓSITOS	450.975,97	70.493,88	521.469,85	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	63.958,54	0,00	63.958,54
CONSIGNAÇÕES	450.975,97	70.493,88	521.469,85	CRÉDITOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54
DE TERCEIROS	450.975,97	70.493,88	521.469,85	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.542.390,23	633.773,81	5.176.164,04	DEPÓSITOS	324.996,09	44.056,17	369.052,26
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECU ORÇAMENTÁRIA	4.542.390,23	633.773,81	5.174.784,64	CONSIGNAÇÕES	324.996,09	44.056,17	369.052,26
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	4.541.010,83	633.773,81	5.174.784,64	DE TERCEIROS	324.996,09	44.056,17	369.052,26
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.379,40	0,00	1.379,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.301.148,60	620.769,29	4.921.917,89
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.210,00	0,00	1.210,00	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXEC ORÇAMENTÁ	4.220.258,95	619.303,28	4.839.562,23
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	169,40	0,00	169,40	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	4.220.258,95	619.303,28	4.839.562,23
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	63.958,54	0,00	63.958,54	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	80.889,65	1.466,01	82.355,66
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	63.958,54	0,00	63.958,54	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	48.934,10	1.466,01	50.400,11
INCORPORAÇÃO/DESINCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	63.958,54	0,00	63.958,54	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.420,00	0,00	2.420,00
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.428.387,92	-192.168,04	1.236.219,88	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTER	29.535,55	0,00	29.535,55
Saldos anteriores	463.627,86	0,00	463.627,86	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	262.960,95	37.565,85	300.526,80
				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCED	262.960,95	37.565,85	300.526,80
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	841,58	0,00	841,58	REPASSES PASSIVOS	262.960,95	37.565,85	300.526,80
BANCO C/ MOVIMENTO	408.961,66	0,00	408.961,66				
				Saldos atuais	582.615,18	-37.324,52	545.290,66

BANCOS C/ VINCULADAS	8.667,31	0,00	8.667,31				
COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	857,04	2,96	860,00
TESOURARIA GERAL	45.157,31	0,00	45.157,31	BANCO C/ MOVIMENTO	494.136,83	-58.095,77	436.041,06
				BANCOS C/ VINCULADAS	33.797,01	12.226,91	46.023,92
Total	11.501.758,11	1.106.672,56	12.608.430,67				
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
				Saldos atuais	582.615,18	-37.324,52	545.290,66
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	53.824,30	8.541,38	62.365,68
				Total	11.501.758,11	1.106.672,56	12.608.430,67

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 19/11/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador Crc mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:02CFBC78

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE SETEMBRO 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado				Mês/Ano : Setembro/2013 Página : 1 de 2			
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	5.083.031,96	676.598,05	5.759.630,01	Despesa Orçamentária	6.407.684,52	380.144,49	6.787.829,01
RECEITAS CORRENTES	5.875.180,53	683.854,12	6.559.034,65	Administração	2.013.069,01	199.646,18	2.212.715,19
RECEITA TRIBUTARIA	131.956,37	18.132,62	150.088,99	Assistência Social	344.138,02	30.699,06	374.837,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.916,46	650,54	10.567,00	Saúde	1.348.525,59	68.110,79	1.416.636,38
RECEITA PATRIMONIAL	11.561,49	1.567,44	13.128,93	Trabalho	74.721,74	0,00	74.721,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.703.132,05	661.731,12	6.364.863,17	Educação	1.524.639,08	159.857,87	1.684.496,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.614,16	1.772,40	20.386,56				
				Cultura	351.908,80	5.524,00	357.432,80
RECEITAS DE CAPITAL	85.212,52	81.600,00	166.812,52				
				Urbanismo	413.718,43	-139.645,68	274.072,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	85.212,52	81.600,00	166.812,52				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-877.361,09	-88.856,07	-966.217,16	Saneamento	18.647,46	40.347,37	58.994,83
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORREN-	877.361,09	-88.856,07	-966.217,16	Agricultura	74.091,68	9.691,54	83.783,22
				Comunicações	58.670,00	2.000,00	60.670,00
Receita Extra - Orçamentária	7.061.770,85	458.238,33	7.520.009,18	Transporte	149.420,00	0,00	149.420,00
				Desporto e Lazer	22.224,43	1.874,28	24.098,71
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	63.958,54	0,00	63.958,54				
				Encargos Especiais	13.910,28	2.039,08	15.949,36
CRÉDITOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54				
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	63.958,54	0,00	63.958,54				
				Despesa Extra - Orçamentária	5.655.455,49	794.476,93	6.449.932,42
DEPÓSITOS	521.469,85	78.093,84	599.563,69	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	63.958,54	45.157,31	109.115,85
CONSIGNAÇÕES	521.469,85	78.093,84	599.563,69	CRÉDITOS A RECEBER	63.958,54	45.157,31	109.115,85
DE TERCEIROS	521.469,85	78.093,84	599.563,69	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	63.958,54	45.157,31	109.115,85
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.176.164,04	725.998,66	5.902.162,70	DEPÓSITOS	369.052,26	72.283,48	441.335,74
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECU ORÇAMENTÁRIA	5.176.164,04	725.998,66	5.900.783,30	CONSIGNAÇÕES	369.052,26	72.283,48	441.335,74
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	5.174.784,64	725.998,66	5.900.783,30	DE TERCEIROS	369.052,26	72.283,48	441.335,74
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.379,40	0,00	1.379,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.921.917,89	639.470,29	5.561.388,18
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.210,00	0,00	1.210,00	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXEC ORÇAMENTÁ	4.839.562,23	639.470,29	5.479.032,52
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	169,40	0,00	169,40	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	4.839.562,23	639.470,29	5.479.032,52
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	63.958,54	0,00	63.958,54	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	82.355,66	0,00	82.355,66
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	63.958,54	0,00	63.958,54	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS	50.400,11	0,00	50.400,11
INCORPORAÇÃO/DESINCORPORAÇÃO DE SALDOS4FINANCEIROS	63.958,54	0,00	63.958,54	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.420,00	0,00	2.420,00
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.236.219,88	-345.854,17	890.365,71	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTER	29.535,55	0,00	29.535,55
Saldos anteriores	463.627,86	0,00	463.627,86	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	300.526,80	37.565,85	338.092,65
				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCED	300.526,80	37.565,85	338.092,65
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	841,58	0,00	841,58	REPASSES PASSIVOS	300.526,80	37.565,85	338.092,65
BANCO C/ MOVIMENTO	408.961,66	0,00	408.961,66				
				Saldos atuais	545.290,66	-39.785,04	505.505,62
BANCOS C/ VINCULADAS	8.667,31	0,00	8.667,31				
COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	860,00	3,16	863,16
TESOURARIA GERAL	45.157,31	0,00	45.157,31	BANCO C/ MOVIMENTO	436.041,06	22.654,47	458.695,53
				BANCOS C/ VINCULADAS	46.023,92	-10.322,91	35.701,01
Total	12.608.430,67	1.134.836,38	13.743.267,05				
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês

				Saldos atuais	545.290,66	-39.785,04	505.505,62
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	62.365,68	-52.119,76	10.245,92
				Total	12.608.430,67	1.134.836,38	13.743.267,05

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 19/11/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador Crc mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:656BF934

PREFEITURA MUNICIPAL
BALANCETE FINANCEIRO MAIO 2013

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado				Mês/Ano : Maio/2013			
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
Receita Orçamentária	2.356.735,46	643.043,03	2.999.778,49	Despesa Orçamentária	3.709.736,28	871.256,82	4.580.993,10
RECEITAS CORRENTES	2.798.929,50	770.580,10	3.569.509,60	Administração	1.007.266,63	304.922,52	1.312.189,15
RECEITA TRIBUTARIA	38.169,25	399,13	38.568,38	Assistência Social	200.528,23	38.776,53	239.304,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.799,45	3.990,46	6.789,91	Saúde	1.091.774,32	115.154,17	1.206.928,49
RECEITA PATRIMONIAL	5.951,98	1.565,16	7.517,14	Trabalho	37.360,87	0,00	37.360,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.737.020,88	763.890,35	3.500.911,23	Educação	921.825,86	161.430,90	1.083.256,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.987,94	735,00	15.722,94	Cultura	7.303,00	0,00	7.303,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-442.194,04	-127.537,07	-569.731,11	Urbanismo	179.500,00	234.218,43	413.718,43
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORREN-442.194,04		-127.537,07	-569.731,11	Saneamento	3.254,40	0,00	3.254,40
Receita Extra - Orçamentária	3.937.389,28	970.813,45	4.908.202,73	Agricultura	35.281,71	11.708,19	46.989,90
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	20.202,42	20.202,42	Comunicações	56.670,00	0,00	56.670,00
CRÉDITOS A RECEBER	0,00	20.202,42	20.202,42	Transporte	149.420,00	0,00	149.420,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	20.202,42	20.202,42	Desporto e Lazer	13.664,59	3.058,37	16.722,96
DEPÓSITOS	223.273,60	59.151,79	282.425,39	Encargos Especiais	5.886,67	1.987,71	7.874,38
CONSIGNAÇÕES	223.273,60	59.151,79	282.425,39	Despesa Extra - Orçamentária	2.233.422,04	757.187,03	2.990.609,07
DE TERCEIROS	223.273,60	59.151,79	282.425,39	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	20.202,42	20.202,42
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.182.305,23	610.476,77	2.792.782,00	CRÉDITOS A RECEBER	0,00	20.202,42	20.202,42
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUO RÇAMENTÁRIA	2.180.925,83	610.476,77	2.791.402,60	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	20.202,42	20.202,42
DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	2.180.925,83	610.476,77	2.791.402,60	DEPÓSITOS	118.116,67	51.207,21	169.323,88
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.379,40	0,00	1.379,40	CONSIGNAÇÕES	118.116,67	51.207,21	169.323,88
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.210,00	0,00	1.210,00	DE TERCEIROS	118.116,67	51.207,21	169.323,88
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	169,40	0,00	169,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.965.041,97	648.211,55	2.613.253,52
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	20.202,42	20.202,42	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXEC1.889.3ORÇAMENTÁ646.183,97			2.535.567,79
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	20.202,42	20.202,42	DESPESA LIQUIDADAA PAGAR	1.889.383,82	646.183,97	2.535.567,79
INCORPORAÇÃO/DESINCORPORAÇÃO DE SALD FINANCEI	0,00	20.202,42	20.202,42	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	75.658,15	2.027,58	77.685,73
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.531.810,45	260.780,05	1.792.590,50	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	43.702,60	2.027,58	45.730,18
Saldos anteriores	463.627,86	0,00	463.627,86	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.420,00	0,00	2.420,00
				CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTER	29.535,55	0,00	29.535,55
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	841,58	0,00	841,58	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	150.263,40	37.565,85	187.829,25
BANCO C/ MOVIMENTO	408.961,66	0,00	408.961,66	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCED	150.263,40	37.565,85	187.829,25
BANCOS C/ VINCULADAS	8.667,31	0,00	8.667,31	REPASSES PASSIVOS	150.263,40	37.565,85	187.829,25
TESOURARIA GERAL	45.157,31	0,00	45.157,31				
				Saldos atuais	814.594,28	-14.587,37	800.006,91
Total	6.757.752,60	1.613.856,48	8.371.609,08	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	849,45	2,19	851,64
				BANCO C/ MOVIMENTO	710.165,85	-3.081,58	707.084,27
				BANCOS C/ VINCULADAS	48.159,40	-5.800,42	42.358,98
				COMPENSAÇÃO INSS	0,00	0,00	0,00
Receita				Despesa			
Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês	Títulos	Até Mês Anterior	No Mês	Até o Mês
				Saldos atuais	814.594,28	-14.587,37	800.006,91
				INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
				TESOURARIA GERAL	55.419,58	-5.707,56	49.712,02
				Total	6.757.752,60	1.613.856,48	8.371.609,08

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

SERRA NOVA DOURADA, 19/11/2013

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

HENRIQUE H. YAMAMURA
Contador Crc
Mt 006027/o-4

MARLENE INÊS CRACO
Secretário de Finanças

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:0AAB516E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.284, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Seção I
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto:
I - em 1º de janeiro de cada exercício;
II - no primeiro dia do mês subsequente àquele que ocorrer:
a) construção ou modificação de edificação que implique alteração do valor venal do imóvel;
b) constituição de novo terreno, sobre o qual haja edificação incorporada;
c) instituição de condomínio edilício em planos horizontais ou em planos verticais.

§ 2º Ocorridas as hipóteses previstas no inciso II do § 1º:
I - caso as alterações no imóvel não resultem em desmembramento, englobamento ou remembramento do bem, o eventual acréscimo de valor do imposto em relação ao lançamento anterior, será cobrado proporcionalmente ao número de meses ainda restantes do exercício;
II - caso as alterações no imóvel resultem em desmembramento, englobamento ou remembramento do bem:
a) serão efetuados lançamentos do imposto referentes aos novos imóveis, de forma proporcional ao número de meses ainda restantes do exercício; e
b) os eventuais lançamentos do imposto referente à situação anterior serão proporcionais ao número de meses já decorridos desde a data da ocorrência do respectivo fato gerador em relação à situação anterior até o mês da ocorrência do novo fato gerador.

§ 3º Para efeito de contagem do número de meses restantes do exercício, a que se refere o § 2º, será incluído o mês da ocorrência do novo fato gerador a que se refere o inciso II do § 1º.

§ 4º A ocorrência do novo fato gerador referido no inciso II do § 1º implica a constituição de créditos tributários complementares, com eventuais abatimentos ou devoluções de indébitos, na forma estabelecida no regulamento do imposto.

§ 5º Para a unidade imobiliária construída ou alterada sem comunicação à Administração Tributária, o fato gerador será considerado ocorrido no mês e ano da conclusão ou alteração da obra, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

Art. 2º Para os efeitos deste imposto considera-se zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos executados ou mantidos pelo Poder Público, indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes:
I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.
Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto consideram-se urbanas as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, a seguir enumeradas, destinadas à habitação, inclusive a residencial de recreio, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora da zona urbana:
I - as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;
II - as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;
III - as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;
IV - as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

Art. 3º A incidência do imposto alcança:
I - quaisquer imóveis localizados na zona urbana do Município, independentemente de sua forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização;
II - as edificações contínuas das povoações e as suas áreas adjacentes, bem como os sítios e chácaras de recreio ou lazer, ainda que localizados fora da zona urbana e nos quais a eventual produção não se destine ao comércio;
III - os terrenos arruados ou não, sem edificação ou em que houver edificação interditada, paralisada, condenada, em ruínas ou em demolição;
IV - os imóveis construídos em desacordo com as normas regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 4º Para fins da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - as edificações presumem-se concluídas ou modificadas na mais antiga das seguintes datas:
a) aquela informada na declaração apresentada pelo profissional responsável pelo serviço de execução de obras de construção civil, demolição, reparação, conservação e reforma de edifícios, ou pelo sujeito passivo do imposto, como sendo a data de finalização da obra;
b) aquela informada, pelo sujeito passivo do imposto, como sendo a data de conclusão ou modificação da edificação, na declaração de atualização de dados do imóvel;
c) aquela em que se tornar possível a sua potencial utilização, para os fins a que se destina;
d) aquela em que se verificar qualquer efetiva utilização, desde que a título não precário;
II - os terrenos presumem-se constituídos na mais antiga das seguintes datas:
a) aquela da abertura de novas matrículas, no Cartório de Registro de Imóveis;
b) aquela reconhecida judicialmente como a do início da posse que ensejou a ação referente à sentença de usucapião que declarou nova área ou novos limites de confrontação do imóvel;
c) aquela referente à aquisição de posse, com "animus domini", relativa à fração de área de imóvel;
III - os condomínios edilícios presumem-se constituídos na data do registro de sua especificação no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 5º A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das cominações cabíveis.

Art. 6º Para os efeitos deste imposto, os imóveis são considerados:
I - construído; ou
II - não construído.

§ 1º Considera-se construído o imóvel no qual exista edificação que possa servir para habitação, ou para o exercício de quaisquer atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços.

§ 2º Considera-se não construído o terreno:
I - em que não existir edificação como definida no § 1º;
II - em que houver obra paralisada ou em andamento, edificações condenadas ou em ruínas, ou construções de natureza temporária;
III - cuja área exceder de 3 (três) vezes a ocupada pelas edificações quando situado na zona urbana e 10 (dez) vezes, quando além do perímetro desta;
IV - ocupados por construção de qualquer espécie, inadequada à sua situação, dimensões, destino ou utilidade.

Seção II
SUJEITO PASSIVO

Art. 7º O sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o contribuinte ou o responsável.

Art. 8º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

§ 1º Respondem pelo imposto os promitentes compradores, os cessionários, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, imune ou isenta do imposto.

§ 2º São ainda responsáveis o espólio e a massa falida pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao "de cujus" e ao falido, respectivamente.

§ 3º Sem prejuízo das responsabilidades atribuídas nos parágrafos anteriores, são também responsáveis pelo imposto as pessoas que se enquadrarem em quaisquer das hipóteses de responsabilidade tributária previstas no Código Tributário do Município.

Seção III
BASE DE CÁLCULO

Art. 9º A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal do imóvel alcançado pela tributação.

Parágrafo único. O valor venal guardará equivalência com o valor que o imóvel alcançaria na compra e venda à vista, segundo as condições usuais do mercado de imóveis na data da apuração.

Art. 10 Na determinação do valor venal do imóvel, a autoridade fazendária levará em consideração os dados e informações constantes do cadastro imobiliário, concernentes ao imóvel considerado.

Art. 11 O cálculo do valor venal do imóvel efetuado com base nos dados e informações constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal levará em conta o valor do terreno e, quando for o caso, cumulativamente o da edificação.

Subseção I
Valor Venal do Terreno

Art. 12 O valor venal do terreno resultará da multiplicação de sua área tributável total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno, constante da Planta de Valores Genéricos, e pela aplicação dos fatores de correção das Tabelas II, III e IV, do Anexo I, aplicáveis conforme as características do imóvel.

Parágrafo único. Em relação à aplicação dos fatores de correção previstos nas Tabelas II, III e IV do Anexo I desta Lei, prevalecerá, em cada situação, a característica predominante no imóvel.

Art. 13 A área tributável do terreno de que trata o “caput” do art. 13 será determinada pela aplicação do correspondente fator de profundidade fixado na Tabela I do Anexo I, sobre a área total do terreno.

§ 1º Para fins de apuração da área tributável do imóvel, a profundidade corresponderá ao coeficiente que resultar da divisão entre a área total do terreno pela testada principal.
§ 2º Tratando-se de terreno encravado a área tributável será determinada na forma do "caput", tendo por base a testada correspondente a 20% (vinte por cento) da extensão da lateral que dá acesso ao imóvel.

§ 3º Na hipótese de condomínio horizontal, a área tributável corresponderá à área total, sendo a testada principal aquela que faz frente com uma das vias de acesso do condomínio.

§ 4º No caso de imóvel com mais de uma construção, a área tributável do terreno será rateada entre todas as edificações, proporcionalmente à fração ideal de cada uma das unidades autônomas.

Art. 14 O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:
I - ao da face de quadra da situação do imóvel;
II - no caso de imóvel não construído, com duas ou mais esquinas ou com duas ou mais frentes: ao do logradouro da frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao do logradouro de maior valor;
III - no caso de imóvel construído em terreno com as características do inciso anterior, ao do logradouro relativo à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal;
IV - no caso de terreno encravado: ao do logradouro correspondente à servidão de passagem.

Art. 15 A profundidade equivalente do terreno, para aplicação do fator de profundidade de que trata a Tabela I, do Anexo I, é obtida mediante a divisão da área total do terreno considerado pela testada ou, no caso de terrenos de duas ou mais frentes, pela soma das testadas, desprezando-se, no resultado, a fração de metro linear.

§ 1º No caso de terrenos com uma esquina, será adotada:
I - a testada correspondente à frente efetiva ou principal do imóvel, quando construído;
II - a testada correspondente à frente indicada no título de propriedade ou, na sua falta, a correspondente ao maior valor unitário de metro quadrado de terreno, quando não construído.

§ 2º Para os terrenos com duas ou mais esquinas, será aplicado o fator de profundidade igual a 1,0000.

Art. 16 Para os efeitos do disposto nesta Lei, consideram-se:
I - terreno de esquina, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, determinam ângulos internos inferiores a 135º (cento e trinta e cinco graus) e superiores a 45º (quarenta e cinco graus);
II - terreno de duas ou mais frentes, aquele que possui mais de uma testada para logradouros públicos, sem estar localizado na sua confluência;
III - terreno encravado, aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel.

Art. 17 No cálculo do valor venal de terreno, no qual exista prédio em condomínio, além dos fatores de correção aplicáveis, será utilizada, como fator, a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

Setor I
Planta de Valores Genéricos

Art. 18 Os valores unitários básicos dos terrenos são os fixados na Planta de Valores Genéricos constante do Anexo III desta Lei.

Art. 19 Os valores unitários básicos dos terrenos, estabelecidos na Planta de Valores Genéricos, serão definidos em função dos seguintes elementos, considerados em conjunto ou separadamente:
I - características da região em que se situa o imóvel;
II - oferta de serviços e equipamentos urbanos;
III - preços praticados no mercado imobiliário;
IV - diretrizes definidas no Plano Diretor e na Lei do Uso e Ocupação do Solo;
V - outros critérios técnicos utilizados nas avaliações imobiliárias.

Parágrafo único. Os valores fixados na Planta de Valores Genéricos serão atualizados, anualmente, no mês de janeiro, com base na variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulada no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao ano do lançamento.

Art. 20 Na aplicação da Planta de Valores Genéricos, observar-se-á:
I - o terreno que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele que apresentar maior valor;
II - para terrenos situados em vias ou logradouros não especificados na Planta de Valores Genéricos utilizar-se-á:
a) o coeficiente resultante da média aritmética dos valores de metro quadrado das vias ou logradouros públicos em que começa e termina a via ou logradouro considerado;
b) em se tratando de via de acesso, o valor do metro quadrado da via principal, com redução de 20% (vinte por cento);
c) quando o terreno for encravado, considera-se situado no logradouro que lhe dá acesso, ou, na falta deste o mais próximo de seu perímetro.

Art. 21 As alterações e correções da Planta de Valores Genéricos serão realizadas por comissão especial designada para essa finalidade.

Parágrafo único. A Planta de Valores Genéricos alterada na forma do "caput" deste artigo será fixada em lei.

Subseção II
Valor Venal da Edificação

Art. 22 Para fins de determinação do valor as construções serão enquadradas segundo o tipo, como casa, apartamento, sala, loja, garagem, galpão, telheiro, edícula, prédio público e templo, segundo as definições do §1º deste artigo, e seu valor venal resultará da multiplicação da área construída total pelo valor unitário de metro quadrado de construção, constante da Tabela X, e pelos fatores de correção constantes das Tabelas V, VI, VII, VIII e IX, do Anexo I.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, considera-se:
I - casa: edificação de formatos e tamanhos variados, geralmente de um ou dois andares, quase sempre destinada à habitação;
II - apartamento: unidade residencial autônoma em edificação residencial multifamiliar;
III - sala: unidade autônoma em edificação não residencial, geralmente destinada a escritórios e prestação de serviços;
IV - loja: tipo de edificação ou compartimento destinado, basicamente, à ocupação comercial varejista e à prestação de serviço, geralmente com vitrine e mercadorias expostas à venda e/ou demonstração de serviços;
V - garagem: local coberto da edificação onde são estacionados ou guardados veículos, constituindo unidade autônoma com economia independente, em edifícios residenciais ou não residenciais, galerias e centros comerciais;
VI - galpão: construção constituída de cobertura de telha, palha ou folha de zinco, entre outros materiais, utilizada para depósito e/ou abrigo de produtos agrícolas ou máquinas, ou ainda utilizada como oficina de veículos, máquinas ou equipamentos, geralmente com pé direito alto;
VII - telheiro: edificação rudimentar fechada somente em uma face ou, no caso de encostar-se nas divisas do lote, somente nestes lados, tendo no mínimo uma face completamente aberta, em qualquer caso;
VIII - edícula: edificação pequena, localizada no fundo ou lateral da casa principal utilizada como área de serviços, dependência de empregada, quarto de hóspedes, lavanderia ou churrasqueira;
IX - prédio público: imóvel especialmente construído ou adaptado para albergar serviços administrativos ou outros destinados a servir o público;
X - templo: edificação especial construída para fins de atividades religiosas.

§2º Para fins de incidência do imposto as edificações não especificadas no §1º deste artigo serão enquadradas, segundo suas características:
I – pavimento garagem: será enquadrada como edificação do tipo Telheiro;
II – edifício garagem: será enquadrada como edificação tipo Garagem;
III – estacionamento coberto: será cadastrado como edificação tipo Telheiro;
IV – posto de abastecimento, lavagem e lubrificação: será cadastrada como edificação do tipo Loja;
VI – indústria: será cadastrada como edificação tipo Galpão.

§3º Para fins do disposto no §2º deste artigo, considera-se:
I – pavimento garagem: pavimento de edifício destinado a abrigar veículos em área coberta, constituindo unidade autônoma com economia independente, em edifícios residenciais ou não residenciais, edifícios-garagem, galerias e centros comerciais, ou, quando se tratar de unidade cadastrada com inscrição individualizada;
II – edifício garagem: edificação de um ou mais pavimentos destinado a abrigar veículos;
III – estacionamento: local descoberto destinado à guarda de veículos;
IV – posto de abastecimento, lavagem e lubrificação: tipo de edificação destinada às atividades de abastecimento, lubrificação, limpeza e lavagem de veículos, que podem ser exercidas em conjunto ou isoladamente;
V – indústria: edificação destinada ao uso industrial.

Art. 23 A área construída total será obtida por meio das seguintes medições da situação fática do imóvel:
I - nas áreas cobertas, pelas medidas de seus contornos externos das paredes ou pilares;
II - nas áreas pavimentadas descobertas de terraços, sacadas, quadras esportivas, helipontos e heliportos, pelas medidas de seus contornos externos;
III - nas coberturas de postos de serviços e assemelhados, pelas medidas de sua projeção vertical sobre o terreno;
IV - nas piscinas, pelas medidas dos contornos internos de suas paredes.
Parágrafo único. Quando a área construída bruta for representada por número que contenha fração de metro quadrado, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.

Art. 24 No cálculo da área construída bruta das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua quota parte.

Art. 25 Para os efeitos desta Lei, as obras paralisadas ou em andamento, as edificações condenadas ou em ruína, as construções de natureza temporária e as construções, de qualquer espécie, inadequadas à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, não serão consideradas como área construída.

Art. 26 O valor unitário de metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela X, em função da sua área predominante, e no padrão de construção previsto na Tabela IX, segundo as características que mais se assemelhem às suas.

§ 1º Nos casos em que a área predominante não corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração Tributária.

§ 2º Para fins de enquadramento de unidades autônomas de prédio em condomínio em um dos tipos de construção previstos na Tabela X, será considerada a área construída correspondente à área total da unidade autônoma acrescida da respectiva área da garagem, quando esta não constitua unidade autônoma sujeita ao lançamento do imposto separado.

§ 3º A unidade autônoma poderá ser enquadrada em padrão diverso daquele atribuído ao conjunto a que pertença, desde que apresente benfeitorias que a distingam, de forma significativa, das demais unidades autônomas.

Art. 27 A idade de cada edificação, para aplicação do fator de depreciação de que trata a Tabela VIII, corresponderá à diferença entre o exercício a que se refere o lançamento tributário e o ano do término da construção ou, quando anterior, o de sua efetiva ocupação.

§ 1º A idade de cada edificação será:
I - reduzida de 20% (vinte por cento), nos casos de pequena reforma ou reforma parcial;
II - contada a partir do ano da conclusão da reforma, quando esta for substancial.

§ 2º Será adotada a média das idades apuradas, ponderada de acordo com as respectivas áreas, nos casos:
I - de ampliação da área construída;
II - de reconstrução parcial;
III - de lançamento tributário que abranja dois ou mais prédios, concluídos em diferentes exercícios.

§ 3º No cálculo da média ponderada, a que se refere o parágrafo anterior, serão consideradas as eventuais alterações na idade dos prédios, resultantes da ocorrência de reformas, na forma do § 1º.

§ 4º Quando o acréscimo de área edificada em imóvel residencial resultar da construção de abrigo para veículos ou de piscina, não será alterada a idade do prédio.

§ 5º No resultado do cálculo da idade da edificação será desprezada a fração de ano.

Art. 28 O valor venal de imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma desta Lei.

Art. 29 Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos previstos nesta Lei possa conduzir a tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado, a requerimento do interessado, processo de avaliação especial, sujeito à aprovação do órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 30 Os valores unitários de metro quadrado de terreno e de metro quadrado de construção serão expressos em números de VRF (Valor de Referência Fiscal) e, no processo de cálculo para obtenção do valor venal do imóvel, o valor do terreno e o da construção serão convertidos em reais e arredondados para a unidade monetária imediatamente superior.

Art. 31 As disposições constantes desta Seção são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizáveis e de expansão urbana, referidas no artigo 2º e 3º desta Lei.

Art. 32 O valor básico do metro quadrado de construção a ser considerado na determinação do valor venal da edificação é o fixado na Tabela X do Anexo I, estabelecido em razão dos diferentes tipos de edificação.

Subseção III
Valor Venal do Imóvel

Art. 33 O valor venal do imóvel será determinado pela soma do valor venal do terreno e do valor venal da edificação, apurados segundo as disposições dos artigos 19 e 23 desta Lei.

Art. 34 Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:
I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;
II - custos de reprodução;
III - locações correntes;
IV - características da região em que se situa o imóvel;
V - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Parágrafo único. Os valores unitários, definidos como valores médios para o cálculo do valor venal dos terrenos e das edificações, serão atribuídos:
I - a faces de quadras, a quadras ou quarteirões, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos;
II - a cada um dos tipos de edificação indicados na Tabela X, do Anexo I, relativamente às construções.

Art. 35 Na determinação do valor venal não serão considerados:
I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
II - as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

Subseção IV
Da Avaliação Especial

Art. 36 Aplica-se o critério da avaliação especial para a fixação do valor venal, mediante requerimento do contribuinte, exclusivamente nos casos de:
I - lotes desvalorizados devido a formas extravagantes ou conformações topográficas muito desfavoráveis;
II - terrenos alagadiços, pantanosos ou sujeitos a inundações periódicas;
III - terrenos que, pela natureza do solo, se tornem desfavoráveis á edificação ou construção.

Parágrafo único. Constatado que o contribuinte efetuou obra de construção, ampliação, reforma, demolição, aterro, terraplanagem, contenção, ou qualquer outra que importe em alteração das características físicas do imóvel, sem o devido licenciamento urbanístico e ambiental, a avaliação especial somente será apreciada após a comprovação da regularização da situação perante o órgão municipal competente.

Seção IV
ALÍQUOTAS

Art. 37 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o valor venal do imóvel.

§ 1º As alíquotas do imposto são diferenciadas em relação ao uso do imóvel, e progressivas de acordo com o valor da propriedade.

§ 2º As alíquotas do imposto são as fixadas na Tabela II do Anexo II.

Art. 38 Para fins do disposto no artigo 38 considera-se:
I - não edificado, o solo sem construção, com construção paralisada ou em andamento, interditada, condenada ou em ruínas, bem como edificação a título precário.
II - subutilizado, o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.

Seção V

LANÇAMENTO, NOTIFICAÇÃO E PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 39 O lançamento do imposto será efetuado e revisto de ofício pela autoridade fazendária.

§ 1º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado com base nos dados do Cadastro Imobiliário Fiscal.

§ 2º Efetuado o lançamento, será expedida notificação ao contribuinte contendo obrigatoriamente os critérios e os elementos considerados no lançamento.

§ 3º As alterações cadastrais do imóvel que importem em fracionamento de unidade, construção ou modificação da base de cálculo do imposto implicam na revisão do lançamento pela autoridade administrativa.

§ 4º Na ocorrência de quaisquer das hipóteses a que se refere o § 3º, o imposto será lançado proporcionalmente ao número de meses restantes.

§ 5º Na hipótese de condomínio indiviso, o lançamento será feito em nome de um, de alguns ou de todos os condôminos, mas só se arrecadará o crédito fiscal globalmente.

§ 6º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados por unidade isolada, em nome de seus proprietários condôminos, considerada também a respectiva quota ideal do terreno.

§ 7º Todo imóvel habitado ou em condições de o ser poderá ser lançado, independentemente da concessão do habite-se.

Art. 40 O lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, bem como suas alterações, será cientificado ao sujeito passivo mediante:
I - edital de lançamento;
II - notificação direta.

§ 1º A notificação de lançamento do imposto conterá as seguintes informações:
I - a identificação do imóvel com suas características e dados cadastrais;
II - a identificação e qualificação do sujeito passivo;
III - a determinação da(s) base(s) de cálculo e da(s) alíquota(s) aplicável (eis);
IV - o valor do imposto apurado;
V - a sua fundamentação legal, bem como o ano a que se refere o lançamento.

§ 2º Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

§ 3º A notificação do imposto será encaminhada:
I - para o endereço do domicílio tributário do sujeito passivo;
II - sendo este recusado, para o endereço do imóvel.

§ 4º O Município fará publicar antes da notificação de que trata o inciso I do "caput", e pelo menos uma vez, nos jornais de circulação local, o edital de lançamento do imposto com as seguintes informações:
I - data da efetivação do lançamento;
II - prazo e forma de distribuição dos documentos de arrecadação;
III - forma e condições de pagamento;
IV - prazo para interposição de reclamação.

Art. 41 O imposto lançado nos termos desta Seção será pago anualmente, nas datas fixadas em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§1º O Chefe do Poder Executivo poderá anualmente, mediante Decreto, conceder parcelamento do imposto para pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas;

§ 2 º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder desconto de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto, para pagamento integral até a data do vencimento da primeira parcela.

§ 3º O atraso no pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento das vincendas, procedendo-se à imediata inscrição do saldo devedor em dívida ativa para cobrança judicial, hipótese em que será considerada data do vencimento o da primeira parcela.

§ 4° Não será aceito o pagamento de uma parcela sem a prova de recebimento das vencidas.

§ 5° As convenções particulares relativas ao pagamento do imposto são inoponíveis à Fazenda Municipal.

Art. 42 O imposto pago fora do prazo fixado no artigo anterior será acrescido dos seguintes encargos:
I - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, nos primeiros trinta dias; e 20% (vinte por cento) a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia.
II - atualização monetária e juros de mora em percentual equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais.

Art. 43 Observado o disposto no § 3º deste artigo, decorrido o prazo fixado para pagamento da última prestação, o débito poderá ser encaminhado para a inscrição na Dívida Ativa e posterior ajuizamento.

§ 1º Enquanto o débito relativo ao imposto não ser inscrito na Dívida Ativa poderá ser efetuado o pagamento de quaisquer parcelas.

§ 2º Para fins de inscrição na Dívida Ativa, o débito será considerado integralmente vencido à data da primeira prestação não paga.

§ 3º Para fins de inscrição em Dívida Ativa consideram-se vencidas as parcelas do imposto ainda não pagas, sempre que ocorrer o vencimento de até três parcelas consecutivas, hipótese em que será considerado, como valor total do crédito a soma dos valores das parcelas vencidas e vincendas, e, como data termo inicial para a atualização monetária e a aplicação dos adicionais de multa e juros, a data do vencimento da primeira parcela do lançamento.

Seção VI
ADMINISTRAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 44 Compete à Secretaria Municipal de Fazenda, a administração e o controle das atividades inerentes ao Cadastro Imobiliário Fiscal e ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sobretudo as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização.

Seção VII
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

Art. 45 Todos os imóveis, construídos ou não, situados na zona urbana do Município, inclusive os que gozem de imunidade ou isenção, devem ser inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal.

§ 1º Da inscrição, feita em formulário próprio, além de outros dados que venham a ser exigidos, deverão constar:
I - nome, qualificação e endereço do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título;
II - dados do título de aquisição da propriedade ou do domínio útil, ou qualidade em que a posse é exercida;
III - localização do imóvel;
IV - área do terreno;
V - área da edificação;
VI - endereço para entrega de notificações de lançamento, no caso de o proprietário não residir no imóvel.

§ 2º Ocorrendo modificações de quaisquer dos dados constantes da inscrição, deverá ela ser atualizada, em formulário próprio, observadas as demais condições regulamentares.

Art. 46 A inscrição e respectivas atualizações serão promovidas pelo sujeito passivo, nas hipóteses de:
I - ocorrência de circunstância que determine a inclusão do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, nos termos do artigo 46, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias;
II - convocação por edital, no prazo nele fixado;
III - intimação, em função de ação fiscal, na forma e prazo regulamentares;
IV - modificação de quaisquer dos dados constantes dos incisos I, II, IV e V do § 1º do artigo 46, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias;
V - modificação dos dados constantes do inciso VI do § 1º do art.46, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. A entrega do formulário de inscrição ou atualização não presume a aceitação, pela Administração, dos dados nele declarados.

Art. 47 Consideram-se sonegados à inscrição os imóveis cuja inscrição e respectivas atualizações não forem promovidas na forma desta Lei, e aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento de declaração obrigatória, ou complementar, quando expressamente exigido.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, o lançamento dos tributos imobiliários será efetivado com base nos elementos de que dispõe a Administração.

Art. 48 Além da inscrição e respectivas alterações, o sujeito passivo dos tributos imobiliários fica obrigado à apresentação de quaisquer declarações de dados, inclusive por meio magnético ou eletrônico, na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo único. Aplicam-se às declarações instituídas pela Administração Tributária, na forma do "caput" deste artigo, as infrações e penalidades estabelecidas no artigo 64.

Art. 49 As concessionárias de serviço público deverão enviar à Secretaria Municipal de Fazenda os dados cadastrais dos seus usuários, localizados no Município de Sorriso, por meio magnético ou eletrônico, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Para fins do disposto no "caput" deste artigo, as concessionárias deverão compatibilizar os dados relativos ao endereço do imóvel por ela atendido com os do Cadastro Imobiliário Fiscal da Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção VIII
DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS

Art. 50 As pessoas físicas ou jurídicas arroladas no § 1º deste artigo, mesmo sem se constituírem em contribuintes ou responsáveis pela obrigação principal, ficam obrigadas a informar à Administração Tributária, mediante declaração, na forma do regulamento, a ocorrência de atividades imobiliárias, entendidas essas como a venda e locação de unidades imobiliárias, bem como a sua intermediação.

§ 1º A declaração é obrigatória para:
I - construtoras ou incorporadoras que comercializarem unidades imobiliárias por conta própria;
II - imobiliárias e administradoras de imóveis que realizarem intermediação de compra e venda e aluguéis de imóveis;
III – leiloeiros oficiais no caso de arrematação de imóveis em hasta pública;
IV - quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que venham a realizar atividades imobiliárias.

§ 2º O cartório de registro de imóveis enviará, sempre que solicitado pela Fazenda Municipal, comunicação dos atos relativos a imóveis, inclusive as de cessão de direito de superfície (art. 1369 do Código Civil), anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transcrições procedidas no mês anterior, através de cópias, relatórios ou extratos, na forma fixada pela Administração Municipal.

§ 3º Os responsáveis por loteamentos são obrigados, sempre que houver alterações, a fornecer ao Cadastro Imobiliário:
I - o título de propriedade da área loteada;
II - a planta completa do loteamento, contendo a anotação dos logradouros, quadras, lotes, área total e áreas cedidas ao Patrimônio Público Municipal;
III - comunicação quanto às alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes, inclusive CPF ou CNPJ, conforme o caso; telefone e endereço completo para correspondência e informações relativas às unidades alienadas.

§ 4º Aplicam-se à declaração de atividades imobiliárias as infrações e penalidades estabelecidas no artigo 64.

Seção IX
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS

Art. 51 A devolução dos tributos indevidamente pagos, ou pagos a maior, será feita pelo seu valor corrigido monetariamente de acordo com os índices oficiais adotados para atualização dos débitos fiscais, até a regular intimação do interessado para receber a importância a ser devolvida.

Seção X
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 52 Ficam instituídos no Município de Sorriso os instrumentos para que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova o seu adequado aproveitamento nos termos estabelecidos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal, nos artigos 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e no Plano Diretor do Município.

Subseção II
Notificação para Parcelamento, Edificação ou Utilização, Compulsórios

Art. 53 Os proprietários dos imóveis tratados nesta Seção serão notificados pela Prefeitura do Município de Sorriso para promover o adequado aproveitamento dos imóveis.
§ 1º A notificação far-se-á:
I - por funcionário do órgão competente, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração e será realizada:
a) pessoalmente para os proprietários que residam no Município de Sorriso;
b) por carta registrada com aviso de recebimento quando o proprietário for residente fora do território do Município de Sorriso;
II - por edital, quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I deste artigo.

§ 2º A notificação referida no "caput" deste artigo deverá ser averbada na matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, pela Prefeitura do Município de Sorriso.

§ 3º Uma vez promovido, pelo proprietário, o adequado aproveitamento do imóvel na conformidade do que dispõe esta lei, caberá à Prefeitura do Município de Sorriso efetuar o cancelamento da averbação tratada no § 2º deste artigo.

Art. 54 Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, comunicar à Prefeitura do Município de Sorriso uma das seguintes providências:
I - início da utilização do imóvel;
II - protocolamento de um dos seguintes pedidos:
a) alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo;
b) alvará de aprovação e execução de edificação.

Art. 55 As obras de parcelamento ou edificação referidas no art. 55 deverão iniciar-se no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da expedição do alvará de aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação.
Art. 56 O proprietário terá o prazo de até 5 (cinco) anos, a partir do início de obras previsto no artigo 56, para comunicar a conclusão do parcelamento do solo, ou da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão de obras no caso de empreendimentos de grande porte.

Art. 57 A transmissão do imóvel, por ato "inter vivos" ou "causa mortis", posterior à data da notificação prevista no art. 54, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização sem interrupção de quaisquer prazos.

Subseção III
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo

Art. 58 Em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, será aplicado sobre os imóveis notificados o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo, mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos, até o limite máximo de 15% (quinze por cento).

§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será acrescido de 15% (quinze por cento) ao valor da alíquota do ano anterior.

§ 2º Será adotado o valor da alíquota de 15% (quinze por cento) a partir do ano em que o valor calculado venha a ultrapassar o limite estabelecido no "caput" deste artigo.

§ 3º Será mantida a cobrança do imposto pela alíquota majorada até que se cumpra a obrigação de parcelar, edificar, utilizar o imóvel ou que ocorra a sua desapropriação.

§ 4º É vedada a concessão de isenções, anistias, incentivos ou benefícios fiscais relativos ao IPTU Progressivo de que trata esta lei.

§ 5º Os proprietários que possuírem apenas 01(um) imóvel não edificado ficam isentos da tributação progressiva.

§ 6º Os instrumentos de promoção do adequado aproveitamento de imóveis, nos termos desta Lei, aplicam-se, inclusive, àqueles que possuem isenção da incidência do IPTU.

§ 7º Observadas às alíquotas previstas neste artigo, aplica-se ao IPTU Progressivo a legislação tributária vigente no Município de Sorriso.

§ 8º Comprovado o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ocorrerá o lançamento do IPTU sem a aplicação das alíquotas previstas nesta Lei no exercício seguinte.

Subseção IV
Áreas de Aplicação de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória

Art. 59 As áreas sujeitas à aplicação das regras estabelecidas por esta Lei para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, serão definidas em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Seção XI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 60 As infrações às normas relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sujeitam o infrator às seguintes penalidades:
I - infrações relativas à apresentação das declarações de inscrição imobiliária, atualização cadastral e demais declarações estabelecidas pela Administração Tributária:
a) multa de 2 VRFs (duas unidades de Valores de Referencia Fiscal), por declaração, aos que a apresentarem fora do prazo previsto na lei ou no regulamento;
b) multa de 10 VRFs (dez unidades de Valores de Referencia Fiscal), por declaração, aos que deixarem de apresentá-la;
c) multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função de dados não declarados ou declarados de modo inexato ou incompleto, na forma do regulamento, observada a imposição mínima de 10 VRFs (dez unidades de Valores de Referencia Fiscal), por declaração, sem prejuízo do lançamento de ofício da diferença de imposto devido;
d) multa equivalente a 10 VRFs (dez Valores de Referência Fiscal), por ocorrência, aos que deixarem de atender solicitação da Fazenda Municipal no prazo fixado em notificação ou termo de início de fiscalização.
II - infrações relativas à ação fiscal: multa de 20 VRFs (vinte unidades de Valores de Referência Fiscal), aos que recusarem a exibição de documentos necessários à apuração de dados do imóvel, embaraçarem a ação fiscal ou não atenderem às convocações efetuadas pela Administração Tributária.

§ 1º Na reincidência da infração a que se refere o inciso II, a penalidade será aplicada em dobro e, a cada reincidência subsequente, será imposta multa correspondente à reincidência anterior.

§ 2º Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 5 (cinco) anos contado da data em que se tornar definitiva, administrativamente, a penalidade relativa à infração anterior.

§ 3º No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

§ 4º As importâncias fixas, previstas neste artigo, serão atualizadas na forma da legislação tributária municipal.

§ 5º As infrações e penalidades constantes deste artigo não elidem as demais previstas na legislação tributária específica.
Art. 61 Constatada a ocorrência das infrações previstas no artigo anterior, lavrar-se-á Auto de Infração, na forma regulamentar.

Art. 62 A prática de ato doloso com o objetivo de suprimir ou reduzir o valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana– IPTU constitui ilícito administrativo tributário, tipificado pelas seguintes condutas:
I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades tributárias;
II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operações de qualquer natureza em documento;
III - falsificar ou alterar documento;
IV - utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

§ 1º Sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis, a prática dos atos de que trata este artigo sujeita o agente à multa de 10% sobre o valor venal do imóvel.

§ 2º A penalidade prevista no §1º deste artigo poderá ser excluídas mediante denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do imposto devido e dos acréscimos moratórios, realizado antes do início da ação fiscal.

Seção XII
ISENÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS EM RELAÇÃO AO IPTU

Subseção I
Normas Gerais

Art. 63 A concessão de isenções, descontos e benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana dependem de requerimento do interessado, na forma, condições e prazos estabelecidos no regulamento do imposto.

Parágrafo único. O requerimento a que se refere o "caput" deste artigo é condição para obter a isenção ou benefício fiscal, e a inobservância, pelo sujeito passivo, da forma, condições e prazos estabelecidos pela administração implica renúncia à vantagem fiscal.

Art. 64 Deferido o pedido de isenção, o benefício será válido pelo período de até três anos a contar daquele do requerimento, devendo o contribuinte ser convocado pela Administração Fazendária para a renovação do pedido de isenção com as provas do cumprimento das exigências legais para sua concessão.

§ 1º Para os exercícios em que o contribuinte não comprovar o cumprimento das exigências legais para a concessão do benefício, deverá ser efetuado o lançamento de ofício.

§ 2º As isenções ou descontos não exoneram os beneficiários do cumprimento das obrigações acessórias a que estão sujeitos.
§ 3º Cabe ao contribuinte informar à Administração Tributária que o benefício tornou-se indevido, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do momento em que as condições que justificaram a sua concessão deixarem de ser preenchidas.

Art. 65 Ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana, a saber:
I - o imóvel cedido gratuitamente para o funcionamento de serviços de caráter público, enquanto ocupado para esta finalidade;
II - o imóvel de propriedade de instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, desde que utilizados para a prestação de serviços vinculados aos objetivos da entidade;
III – o proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título de um só imóvel, com área territorial de até 900,00 m2 (novecentos metros quadrados), utilizado para sua residência permanente, com renda mensal de até dois e meio salários mínimos, enquadrado em uma das seguintes condições:
a) aposentado ou pensionista, por qualquer regime previdenciário;
b) idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos completos até o último dia do exercício anterior ao do lançamento;
c) portador de deficiência física ou mental, incapacitante para o trabalho.
§ 1° Para fins do disposto no inciso III deste artigo, considera-se:
I – salário mínimo, o valor de referência nacional, vigente à época do pedido do benefício ou da sua renovação;
II – renda mensal, toda e qualquer remuneração percebida pelo contribuinte.

§ 2° As isenções concedidas na forma deste artigo serão renovadas anualmente.

Art. 66 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU para os proprietários de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de Sorriso.

§ 1º A isenção prevista no "caput" deste artigo será concedida, até o final do exercício seguinte ao da emissão da Certidão de Liberação para Construção, emitida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Sorriso.

§ 2º A isenção prevista no "caput" será interrompida antes do prazo de que trata o §1º em relação às unidades comercializadas.

§ 3º O loteador deverá apresentar à Fazenda Municipal até o último dia de cada mês, a relação das unidades comercializadas durante o período com a identificação dos respectivos adquirentes.

§ 4º O não cumprimento da obrigação prevista no § 3º sujeitará o loteador à incidência de multa, no valor de 100 VRFs (cem unidades de Valores de Referencia Fiscal) por lote vendido, não informado à Fazenda Municipal.

§ 5º Na hipótese de reincidência a multa a ser aplicada corresponderá ao dobro da anterior.

§ 6º O descumprimento da obrigação tributaria prevista no §3º deste artigo, implicará no cancelamento da isenção.

Art. 67 O Chefe do Poder Executivo baixará os atos necessários para a regulamentação da forma, documentos e procedimentos necessários à obtenção ou renovação das isenções relativas ao IPTU, previstas nesta Lei, ou em lei específica vigente anterior ou posterior a vigência desta.

Art. 68 Permanecem em vigor as disposições das leis isentivas de números 1.476/2006 e 1.484/2006, até que outra lei as modifique ou as revoguem.

Art. 69 As normas desta Lei serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo, em até 180 dias da sua publicação.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

ANEXO I
DETERMINAÇAO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL

TABELA I
FATORES DE PROFUNDIDADE DO TERRENO

I – Fator de profundidade do terreno (Fp):

Profundidade Equivalente	Fator	Profundidade Equivalente	Fator
Até 10	0,7071	69	0,7614
11	0,7416	70	0,7559
12	0,7746	71	0,7506
13	0,8062	72	0,7454

14	0,8367	73	0,7402
15	0,8660	74	0,7352
16	0,8944	75	0,7303
17	0,9220	76	0,7255
18	0,9487	77	0,7207
19	0,9747	78	0,7161
de 20 a 40	1,0000	79	0,7116
41	0,9877	80	0,7071
42	0,9759	81 e 82	0,6984
43	0,9645	83 e 84	0,6901
44	0,9535	85 e 86	0,6820
45	0,9428	87 e 88	0,6742
46	0,9325	89 e 90	0,6667
47	0,9225	91 e 92	0,6594
48	0,9129	93 e 94	0,6523
49	0,9035	95 e 96	0,6455
50	0,8944	97 e 98	0,6389
51	0,8856	99 e 100	0,6325
52	0,8771	101 a 105	0,6172
53	0,8687	106 a 110	0,6030
54	0,8607	111 a 115	0,5898
55	0,8528	116 a 120	0,5774
56	0,8452	121 a 125	0,5657
57	0,8377	126 a 130	0,5547
58	0,8305	131 a 135	0,5443
59	0,8234	136 a 140	0,5345
60	0,8165	141 a 145	0,5252
61	0,8098	146 a 150	0,5164
62	0,8032	151 a 160	0,5000
63	0,7968	161 a 170	0,4851
64	0,7906	171 a 180	0,4714
65	0,7845	181 a 190	0,4588
66	0,7785	191 a 200	0,4472
67	0,7727	acima de 200	0,4472
68	0,7670		

TABELA II
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO À SITUAÇÃO DO TERRENO NA QUADRA

II – Fator de correção quanto à situação do terreno na quadra (Ks):

SITUAÇÃO NA QUADRA	ÍNDICE
a) Esquina / Mais de uma frente	1,1
b) Meio de quadra	1,0
c) Vila	0,8
c) Encravado	0,9
e) Condomínio horizontal	1,5
f) Aglomerado	1,0
g) Gleba	1,0

TABELA III
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO À TOPOGRAFIA DO TERRENO

III – Fator de correção quanto à topografia (Kt):

TOPOGRAFIA	ÍNDICE
a) Plano	1,00
b) Aclive	0,95
c) Declive	0,95
d) Irregular	0,90

TABELA IV
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO À PEDOLOGIA DO TERRENO

IV – Fator de correção quanto à pedologia (Kp):

PEDOLOGIA	ÍNDICE
a) Inundável	1,0
b) Firme	1,0
c) Alagado	1,0
d) Arenoso	1,0
e) Rochoso	1,0

TABELA V
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO À LOCALIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO NO LOTE

V – Fator de correção quanto à localização da edificação no lote (Kl):

APROVEITAMENTO	ÍNDICE
a) Frente	1,0

b) Fundos	0,9

TABELA VI
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO AO ALINHAMENTO DA EDIFICAÇÃO

VI – Fator de correção quanto ao alinhamento da edificação (Ka):

APROVEITAMENTO	ÍNDICE
a) Alinhado	1,10
b) Recuado	1,00

TABELA VII
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO À ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO

VII – Fator de correção quanto à estrutura da edificação (Ke):

ESTRUTURA	ÍNDICE
a) Madeira	0,80
b) Metálica	1,00
c) Alvenaria / Concreto	1,00
d) Mista	0,90
e) Outros	0,85

TABELA VIII
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO A DEPRECIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

VIII – Fator de correção quanto à depreciação da edificação (Kd):

IDADE	ÍNDICE
a) Até 02 anos	1,00
b) Acima de 02 até 03 anos	0,98
c) Acima de 03 até 04 anos	0,96
d) Acima de 04 até 05 anos	0,94
e) Acima de 05 até 06 anos	0,92
f) Acima de 06 até 08 anos	0,88
g) Acima de 08 até 10 anos	0,86
h) Acima de 10 até 15 anos	0,84
i) Acima de 15 até 20 anos	0,82
j) h) Acima de 20 até 25 anos	0,80
k) Acima de 25 até 35 anos	0,75
l) Acima de 35 anos	0,70

TABELA IX
FATORES DE CORREÇÃO QUANTO AOS COMPONENTES DE CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO

IX – Fator de correção quanto aos componentes da edificação (Kc):

Especificação	Casa	Apto	Sala / Loja	Garagem	Galpão	Telheiro	Edícula	Prédio Público	Templo
POSICIONAMENTO									
Isolada	25	25	25	10	05	00	25	25	25
Conjugada	10	10	25	08	00	00	10	25	25
Geminada	08	08	25	06	00	00	08	25	25
COBERTURA									
Zinco/Metálica	20	25	20	20	20	20	10	25	25
Telha de Fibrocimento	15	25	15	15	10	10	05	25	25
Telha de Barro	18	25	18	18	15	15	18	25	25
Laje	25	25	25	25	20	20	20	25	25
Telha de Concreto	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Telha de Barro Esmaltada	25	25	25	25	20	25	25	25	25
Outros	20	25	20	20	18	18	18	25	25
PAREDES									
Alvenaria	25	25	25	20	25	00	25	25	25
Madeira	20	20	20	20	20	00	20	25	25
Mista	20	20	20	20	20	00	20	25	25
Sem	12	00	12	12	12	00	12	25	25
Fibrocimento	25	25	25	22	22	00	20	25	25
Outros	25	25	25	20	25	00	25	25	25
REVESTIMENTO DA FACHADA PRINCIPAL									
Sem	12	12	12	12	12	00	12	15	15
Reboco	10	10	10	10	10	00	10	15	15
Material cerâmico	12	12	12	12	12	00	12	15	15
Madeira	12	12	12	12	12	00	12	15	15
Pintura	12	12	12	12	12	00	12	15	15
Pedra Natural	15	15	15	15	15	00	15	15	15
Grafiato/Textura	15	15	15	15	15	00	15	15	15
Vidro	15	15	15	15	15	00	15	15	15
ESQUADRIAS									
Madeira	07	07	07	07	07	00	07	10	10
Sem	04	04	04	04	04	00	04	10	10
Vidro	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Ferro	05	05	05	05	10	00	10	10	10
Alumínio	08	08	08	08	10	00	10	10	10

PVC	10	10	10	10	10	00	10	10	10
Pontuação Máxima	**100**	**100**	**100**	**80**	**80**	**40**	**80**	**100**	**100**
Pontos/100	**1,0**	**1,0**	**1,0**	**0,8**	**0,8**	**0,4**	**0,8**	**1,0**	**1,0**

TABELA X
VALOR UNITÁRIO BÁSICO DO METRO QUADRADO DAS EDIFICAÇÕES

TIPO DE EDIFICAÇÃO	VALOR DO M² (R$)	VALOR DO M² (VRF)
a) Casa	**1.180,11**	**19,67**
b) Apartamento	**984,45**	**16,41**
c) Sala	**988,33**	**16,47**
d) Loja	**988,33**	**16,47**
d) Garagem	**531,56**	**8,86**
e) Galpão	**531,56**	**8,86**
f) Telheiro	**531,56**	**8,86**
g) Edícula	**531,56**	**8,86**
h) Prédio Público	**1.452,18**	**24,20**
i) Templo	**1.452,18**	**24,20**

ANEXO II
CÁLCULO DO IPTU

TABELA I - DETERMINAÇÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL

Para fins do disposto no art. 13 da Lei .... /2013, os valores venais dos imóveis serão apurados mediante a aplicação das seguintes fórmulas matemáticas:

I - Valor Venal do Imóvel:

$$VVI = VVT + VVE$$

Onde:
VVI = Valor venal do imóvel
VVT = Valor venal do terreno
VVE = Valor venal da edificação

II - Valor Venal do Terreno

$$VVT = [(At \cdot Fp) \cdot VUt] \cdot Ks \cdot Kt \cdot Kp$$

Onde:
VVT = Valor venal do terreno
At = Área territorial
Fp = Fator de profundidade do terreno
VUt = Valor unitário básico do metro quadrado do terreno
Ks = Fator de correção quanto à situação do terreno na quadra
Kt = Fator de correção quanto à topografia
Kp = Fator de correção quanto à pedologia

III - Valor Venal da Edificação

$$VVE = (Ac \cdot Ve) \cdot Kl \cdot Ka \cdot Ke \cdot Kd \cdot Kc$$

Onde:
VVE = Valor venal da edificação
Ac = Área construída da edificação
Ve = Valor básico do metro quadrado da edificação
Kl = Fator de correção quanto à localização da edificação no lote
Ka = Fator de correção quanto ao alinhamento da edificação
Ke = Fator de correção quanto à estrutura da edificação
Kd = Fator de correção quanto à depreciação da edificação
Kc = Fator de correção quanto aos componentes da edificação

TABELA II

Para fins de apuração do valor do IPTU serão aplicadas sobre o valor venal do imóvel (VVI), as seguintes alíquotas, diferenciadas quanto ao uso e progressivas segundo a capacidade contributiva do contribuinte.
A capacidade contributiva do contribuinte é definida pelo valor venal do imóvel.

I - IMÓVEL CONSTRUÍDO

FAIXA DE VALOR VENAL DO IMÓVEL (EM R$ 1.000,00)	ALÍQUOTA (%)
Até 50	**0,10**
Acima de 50 até 100	**0,15**
Acima de 100 até 200	**0,20**
Acima de 200 até 300	**0,25**

Acima de 300	**0,30**
TOTAL	

II - IMÓVEL NÃO CONSTRUÍDO

FAIXA DE VALOR VENAL DO IMÓVEL (EM R$ 1.000,00)	ALÍQUOTA (%)
Até 50	**0,50**
Acima de 50 até 100	**0,55**
Acima de 100 até 200	**0,60**
Acima de 200 até 300	**0,70**
Acima de 300	**0,80**
TOTAL	

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:B978CDF5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
LEI 982_2013 L.D.O_2014

LEI MUNICIPAL Nº 982/2013 14 de agosto de 2013.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Tapurah – MT aprovou e sanciona a seguinte lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1o.São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o na Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1.964, as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo de Previdência – TAPURAH-PREVI, compreendendo:

I. as prioridades e metas da administração pública municipal;
II. a estrutura e organização dos orçamentos;
III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;
IV. as diretrizes gerais para a execução dos orçamentos;
V. as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;
VII. o Anexo de Metas Fiscais;
VIII. o Anexo de Riscos Fiscais;
IX. as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2o. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2014", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.
§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.
§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.
§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.
Art. 3o. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
IV. Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1o. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2o. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4o. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.
Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.
Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
Art. 6o. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:
I. às ações relativas à saúde e assistência social;
II. ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
III. ao atendimento às ações de alimentação escolar;
IV. às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
V. ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
Art. 7o. O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:
I. mensagem;
II. texto da lei;
III. quadros orçamentários consolidados;
IV. anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de ABRIL de 1964, são os seguintes:
I. evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;
II. evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;
III. demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas
IV. demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
V. resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;
VI. despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;
VII. programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
VIII. despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
IX. despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo;
Art. 8o. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:
I. quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2009 a 2011 e previsão para 2013 a 2015;
II. metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;
III. reserva de contingência;
IV. montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;
§ 1o. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.
§ 2o. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.
Art. 9o. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Administração e Finanças Município, até 31 de agosto de 2013, sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.
Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2013 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101/00.
Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2014, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.
Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.
Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.
Art.15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.
Art.16. Serão incluídas no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo e ainda
I. A abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 20% (vinte por cento) da proposta orçamentária para 2014, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

II. Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.
Art.17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2o desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:
I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;
II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;
III. estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.
Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos:
I. por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
II. que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.
Art. 19. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.
Art. 20. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.
Parágrafo único - A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.
Art.21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
II. sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
III. sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;
IV. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;
§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2014.
§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.
§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.
§ 4º.O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.
Art.22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.
Art. 23. O Poder Executivo poderá conceder Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio a entidades desde autorizadas em Lei específica e que atendam as condições previstas na Complementar 101/2000.
Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo, 5% (cinco por cento), da receita total, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados Anexo de Riscos Fiscais.
Art. 25. A Lei Orçamentária para 2014 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.
Parágrafo Único. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.
Art. 26 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria de Finanças - e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2014, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:
a) Órgão Devedor;
b) Numero de processos;
c) Numero do Precatório
d) Data de Expedição do Precatório;
e) Nome do Beneficiário;
f) Valor do Precatório a ser pago.

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.
Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.
Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.
Art. 29. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:
I. elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;
II. reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
III. aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
IV. atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.
Art.30. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 31. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.
Art. 33. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2013 somente poderão ser admitidos servidores se:
I. existirem cargos vagos a preencher;
II. houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III. forem observados os limites previstos no artigo anterior;
IV. for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.
Art. 34. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.
§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria de Finanças.
§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.
§3º. O Poder Executivo e Legislativo poderão realizar concursos públicos e testes seletivos para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.
Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.
Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.
Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:
I. eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
II. exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
III. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.
Art. 39. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.
§ 1o. O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre e sessenta dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem assim as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.
§ 2o. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.
Art. 40. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2013, excetuando:
I. as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e
II. as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;
§ 1º. Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:
I. redução de investimentos programados com recursos próprios.
II. eliminação de despesas com horas-extras;
III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV. eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
V. redução de gastos com combustíveis;
§ 2o. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.
Art. 41. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.
Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.
§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.
Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.
Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.
Art. 45. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2014, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.
Art. 46 – O Poder Executivo encaminhará até o dia 30/09/2013 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2014, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de TAPURAH.
Art. 47. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I. pessoal e encargos sociais;
II. pagamento do serviço da dívida; e
III. transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.
IV. 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas
Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2013.

LUIZ EICKHOFF
Prefeito Municipal

EQUIPE DE GOVERNO

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

SÉRGIO BORGES DE MELO
Vice-Prefeito

FERNANDO PASINI
Assessor Jurídico

VALMIR FOGAÇA DOS SANTOS
Secretário de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

MARUSAN FERREIRA BARBOSA
Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo.

ANILSON MARTINS
Secretário de Assistência Social

ODAIR CESAR NUNES
Secretário de Infraestrutura e Obras

JONAS MARQUINHO CHAPARINI
Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

VALMOR DE OLIVEIRA
Secretário de Saúde

SÉRGIO LUIZ BENETTI
Diretor do Departamento de Esporte

ELENICE A. FERREIRA LOPES
Gerencia do Departamento de Água e Esgoto – DAE

CÂMARA MUNICIPAL

ALCIONE JOSÉ BIASE
Presidente

Vereadores

ROSIMAR PASTORIO DA COSTA LEITE

OLENDINO ANTONIO CASTELAN

LUIZ CARLOS COZER

EMERSON DE JESUS ROCHA

DIEGO RAFAEL GRENDENE

ATILIO KIRNEV

AELTON ANTONIO FIGUEREDO

ADRIEL MARTINI

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

TOTTUM CONSULTORIA E ASSESSORIA
Edson Juliano Maestro
Marcos Antônio Maia
Crc mt 007431/0-5

SUMÁRIO
AMF - Anexo de Metas Fiscais.....13
1 Introdução.....13
1.1 Demonstrativo 1 - Metas Anuais.....14
1.2 Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.....24
1.3 Demonstrativo 3 - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores.....25
1.4 Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido.....26
1.5 Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.....27
1.6 Demonstrativo 6a - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.....28
1.7 Demonstrativo 6a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores ...30
1.8 Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.....32
1.9 Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado 33
Anexo de Riscos Fiscais.....34
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.....36

AMF - Anexo de Metas Fiscais

1 Introdução
O Anexo de Metas Fiscais, que integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, representa os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo município quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, à elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. Este anexo é composto pelos seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;
b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
f) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
g) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
h) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

1.1 Demonstrativo 1 - Metas Anuais

O demonstrativo tem por objetivo, além de dar transparência sobre as metas fiscais relativas ao município, dando base à avaliação da política fiscal estabelecida pelo chefe do Poder Executivo para o triênio, orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual de forma a permitir o alcance das metas conforme planejado.

MUNICÍPIO DE TAPURAH - MT
LEI DEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DEMETASFISCAIS
METAS ANUAIS
2014

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4o, § 1o)									(em R$)
ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100

Receita Total	38.236.080	36.311.567	0,046%	41.883.298	37.737.393	0,046%	46.513.333	39.761.968	0,049%
Receitas Primárias (I)	37.650.680	35.755.632	0,045%	41.245.298	37.162.547	0,045%	45.817.893	39.167.471	0,048%
Despesa Total	38.236.080	36.311.567	0,046%	41.883.298	37.737.393	0,046%	46.513.333	39.761.968	0,049%
Despesas Primárias (II)	37.956.080	36.045.660	0,046%	41.603.298	37.485.109	0,045%	46.253.333	39.539.707	0,049%
Resultado Primário (III) = (I – II)	(305.400)	(290.028)	0,000%	(358.000)	(322.563)	0,000%	(435.440)	(372.236)	0,000%
Resultado Nominal	(388.701)	(369.136)	0,000%	(395.636)	(356.473)	0,000%	(365.701)	(312.620)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	462.784	439.491	0,001%	212.784	191.721	0,000%	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(2.449.928)	(2.326.617)	-0,003%	(2.845.563)	(2.563.889)	-0,003%	(3.211.264)	(2.745.152)	-0,003%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: Anexo III e IV da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Fiscais da LDO 2014.									
Notas Explicativas:									
a) Dados consolidados considerando administração direta e indireta (fundação, fundos especiais e autárquica) nas receitas e despesas totais e primárias;									
b) Dados consolidados para a projeção do resultado nominal, com exceção da entidade previdenciária;									
c) Resultado nominal, dívida consolidada e líquida de 2014, 2015 e 2016 foram projetados com base no demonstrativo do Anexo IV;									
d) Os resultados primários foram projetados conforme valores estimados de receita e despesa constantes no Anexo III;									
e) As receitas e despesas de 2014 a 2016 foram estimadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Anexos I e II e demonstrativos dos Anexos V e VIII;									

1.1.1 Metodologia de Cálculo das Metas Anuais

1.1.1.1 Cenário Macroeconômico

O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB Brasil	2,70%	0,90%	3,50%	4,50%	5,00%	4,50%
PIB MT	5,00%	3,50%	1,05%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de Preços - IPCA/IBGE	6,50%	5,84%	5,70%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação Média(% anual) projetada com Base em índice oficial de inflação	6,50%	5,84%	5,70%	5,30%	5,40%	5,40%
Projeção do PIB do Estado – R$ milhares	64.299.000	71.682.000	75.553.000	83.296.000	91.831.000	95.164.465
Notas explicativas:						
a) Inflação média(% anual)com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.						
b) Para o ano de2013 a 2016 utilizou-se a taxa de Inflação projetada pelo BACEN.						
c)No relatório divulgado pelo BACEN até o mês de março/13 não havia projeção para o ano de 2016. Foi, então, utilizado o mesmo percentual de 2015.						

1.1.1.2 Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

As colunas de “Valor Constante” equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando-se os índices de inflação ou deflação, aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.1.1.3 Índice para Inflação e Deflação

{1+(TAXA DE INFLAÇÃO DO ANO DE REFERÊNCIA/100)}

2011
Valor corrente * {1+(5,84/100)} * {1+(5,70/100)}
Valor corrente * 1,0584 * 1,057
Valor corrente * 1,1187288

2012
Valor corrente * {1+(5,70/100)}
Valor corrente * 1,057

2013
Valor corrente

2014
Valor corrente / {1+(5,30/100)}
Valor corrente / 1,053

2015
Valor corrente / {1+(5,30/100)} * {1+(5,40/100)}
Valor corrente / 1,053 * 1,054
Valor corrente / 1,109862

2016
Valor corrente / {1+(5,30/100)} * {1+(5,40/100)} * {1+(5,40/100)}
Valor corrente / 1,053 * 1,054 * 1,054
Valor corrente / 1,169794548

1.1.1.4 Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas

As metas anuais de receitas do município foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

TOTAIS DAS RECEITAS						
ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADO 2011/2012 E PROJETADO 2013/2016 - R$					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016

RECEITAS CORRENTES	25.431.357,39	28.880.505,86	28.580.367,00	31.909.080,00	34.939.298,31	38.909.333,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.574.099,94	3.771.759,79	3.895.970,00	4.076.746,05	4.466.065,00	4.842.660,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.354.327,48	2.032.440,50	717.256,00	1.764.000,00	1.926.820,00	2.103.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	734.418,18	1.399.887,83	673.441,00	585.400,00	638.000,00	695.440,00
RECEITA DE SERVIÇOS	558.742,42	572.153,08	667.176,00	726.430,00	791.866,00	863.134,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.570.257,85	20.376.305,38	21.822.765,00	23.790.390,00	25.944.575,00	28.976.620,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	639.511,52	727.959,28	803.759,00	966.113,94	1.171.972,31	1.428.179,48
RECEITAS DE CAPITAL	743.400,29	3.703.313,36	5.777.727,00	6.327.000,00	6.944.000,00	7.604.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	201.680,00	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	743.400,29	3.501.633,36	5.777.727,00	6.327.000,00	6.944.000,00	7.604.000,00
TOTAL	26.174.757,68	32.583.819,22	34.358.094,00	38.236.080,00	41.883.298,31	46.513.333,48
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah						

1.1.1.5 Anexo Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITA TRIBUTÁRIA		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	3.574.099,94	-
2012	3.771.759,79	5,53%
2013	3.895.970,00	3,29%
2014	4.076.746,05	4,64%
2015	4.466.065,00	9,55%
2016	4.842.660,00	8,43%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) A evolução desta receita tem apresentado uma performance positiva, situando-se na média dos índices de inflação e crescimento da economia.

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	6.242.138,27	-
2012	6.426.748,71	2,96%
2013	7.000.000,00	8,92%
2014	7.630.000,00	9,00%
2015	8.316.700,00	9,00%
2016	9.065.000,00	9,00%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	1.688.655,73	-
2012	1.881.970,48	11,45%
2013	2.100.000,00	11,59%
2014	2.289.000,00	9,00%
2015	2.495.010,00	9,00%
2016	2.720.000,00	9,02%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) O crescimento das transferências de recursos do SUS decorre da ampliação dos serviços básicos na área de saúde.
b) A projeção de arrecadação para 2013 foi baseada na arrecadação até a data base de junho/2013.
c) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico.

COTA PARTE DO ICMS		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	7.905.836,00	-
2012	9.118.443,98	15,34%
2013	9.840.000,00	7,91%
2014	10.725.000,00	8,99%
2015	11.700.000,00	9,09%
2016	12.750.000,00	8,97%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) A projeção de arrecadação para 2013 foi baseada na arrecadação até a data base de junho/2013.
b) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico.

COTA PARTE DO IPVA		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	540.203,61	-
2012	609.910,70	12,90%
2013	700.000,00	14,77%
2014	763.000,00	9,00%
2015	831.000,00	8,91%
2016	906.500,00	9,09%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) A projeção de arrecadação para 2013 foi baseada na arrecadação até a data base de junho/2013.
b) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	3.034.303,88	-
2012	3.071.608,43	1,23%
2013	3.399.146,00	10,66%
2014	3.722.000,00	9,50%
2015	4.085.000,00	9,75%
2016	4.473.000,00	9,50%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) A projeção de arrecadação para 2013 foi baseada na arrecadação até a data base de junho/2013.
b) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico.

1.1.1.6 Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Despesas

As metas anuais de Despesas do Município de Tapurah foram calculadas a partir das despesas orçamentárias. Seguem, abaixo, memória e metodologia de cálculo:

TOTAIS DAS DESPESAS						
ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADO 2011/2012 E PROJETADO 2013/2016 - R$					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS CORRENTES (I)	9.872.385,17	12.092.996,08	22.472.565,28	25.596.761,00	29.003.843,00	30.018.597,40
Pessoal e Encargos Sociais	4.778.603,66	5.864.049,59	12.699.980,48	12.829.470,00	15.014.490,00	15.128.943,00
Juros e Encargos da Dívida	10.964,44	57.274,10	80.968,80	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Outras Despesas Correntes	5.082.817,07	6.171.672,39	9.691.616,00	12.737.291,00	13.959.353,00	14.859.654,40
DESPESAS DE CAPITAL (II)	3.000.423,46	2.193.892,33	2.079.243,00	11.790.319,00	11.907.255,31	15.385.196,08
Investimentos	2.962.373,74	2.068.892,35	1.829.247,00	11.540.319,00	11.657.255,31	15.155.196,08
Inversões Financeiras			-	-	-	-
Amortização Financeira	38.049,72	124.999,98	249.996,00	250.000,00	250.000,00	230.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA/RPPS (III)				849.000,00	972.200,00	1.109.540,00
TOTAL	12.872.808,63	14.286.888,41	24.551.808,28	38.236.080,00	41.883.298,31	46.513.333,48
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah						

1.1.1.7 Anexo IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	4.778.603,66	-
2012	5.864.049,59	22,71%
2013	12.699.980,48	116,57%
2014	12.829.470,00	1,02%
2015	15.014.490,00	17,03%
2016	15.128.943,00	0,76%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) O aumento da despesa em 2013 decorre da ampliação dos serviços de saúde, com a contratação de profissionais e contratações em demais áreas para melhorias do serviço público;
b) Para 2013 foram projetados o crescimento da economia, juntamente com a expectativa de reajuste salarial;

Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	5.082.817,07	-
2012	6.171.672,39	21,42%
2013	9.691.616,00	57,03%
2014	12.737.291,00	31,43%
2015	13.959.353,00	9,59%
2016	14.859.654,40	6,45%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) O aumento da despesa de 2013 decorre da ampliação dos serviços públicos;
b) Para o período de 2014 a 2016, foi projetada uma evolução dessa despesa considerando o cenário macroeconômico.

Investimentos		
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R$	VARIAÇÃO %
2011	2.962.373,74	-
2012	2.068.892,35	-30,16%
2013	2.079.243,00	0,50%
2014	11.540.319,00	455,03%
2015	11.657.255,31	1,01%
2016	15.155.196,08	30,01%
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah		

Notas Explicativas:
a) O aumento previsto para a despesa em 2014 decorre da expectativa de investimentos em toda a infraestrutura do município.

1.1.1.8 Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. Em atendimento ao artigo 4o, § 2o, inciso II da LRF,

fazemos a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO						
ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	25.431.357,39	28.514.744,77	28.580.367,00	31.909.080,00	34.939.298,31	38.909.333,48
Receita Tributária	3.574.099,94	3.771.759,79	3.895.970,00	4.076.746,05	4.466.065,00	4.842.660,00
Receita de Contribuição	1.354.327,48	1.666.679,41	717.256,00	1.764.000,00	1.926.820,00	2.103.300,00
Receita Patrimonial	734.418,18	1.399.887,83	673.441,00	585.400,00	638.000,00	695.440,00
Aplicações Financeiras (II)	734.418,18	1.399.887,83	673.441,00	585.400,00	638.000,00	695.440,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	558.742,42	572.153,08	667.176,00	726.430,00	791.866,00	863.134,00
Transferências Correntes	18.570.257,85	20.376.305,38	21.822.765,00	23.790.390,00	25.944.575,00	28.976.620,00
Demais Receitas Correntes	639.511,52	727.959,28	803.759,00	966.113,94	1.171.972,31	1.428.179,48
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	24.696.939,21	27.114.856,94	27.906.926,00	31.323.680,00	34.301.298,31	38.213.893,48
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	743.400,29	3.703.313,36	5.777.727,00	6.327.000,00	6.944.000,00	7.604.000,00
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	-	201.680,00	-	-	-	-
Transferência de Capital	743.400,29	3.501.633,36	5.777.727,00	6.327.000,00	6.944.000,00	7.604.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	743.400,29	3.501.633,36	5.777.727,00	6.327.000,00	6.944.000,00	7.604.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	25.440.339,50	30.616.490,30	33.684.653,00	37.650.680,00	41.245.298,31	45.817.893,48
DESPESAS CORRENTES (X)	9.872.385,17	12.092.996,08	22.472.565,28	25.596.761,00	29.003.843,00	30.018.597,40
Pessoal e Encargos Sociais	4.778.603,66	5.864.049,59	12.699.980,48	12.829.470,00	15.014.490,00	15.128.943,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	10.964,44	57.274,10	80.968,80	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Outras Despesas Correntes	5.082.817,07	6.171.672,39	9.691.616,00	12.737.291,00	13.959.353,00	14.859.654,40
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	9.861.420,73	12.035.721,98	22.391.596,48	25.566.761,00	28.973.843,00	29.988.597,40
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.000.423,46	2.193.892,33	2.079.243,00	11.790.319,00	11.907.255,31	15.385.196,08
Investimentos	2.962.373,74	2.068.892,35	1.829.247,00	11.540.319,00	11.657.255,31	15.155.196,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	38.049,72	124.999,98	249.996,00	250.000,00	250.000,00	230.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	2.962.373,74	2.068.892,35	1.829.247,00	11.540.319,00	11.657.255,31	15.155.196,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA/RPPS (XVI)	-	-	-	849.000,00	972.200,00	1.109.540,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	12.823.794,47	14.104.614,33	24.220.843,48	37.956.080,00	41.603.298,31	46.253.333,48
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	12.616.545,03	16.511.875,97	9.463.809,53	(305.400,00)	(358.000,00)	(435.440,00)
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah						
Notas Explicativas:						
a) Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.						
b) O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.						

1.1.1.9 Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Em atendimento ao artigo 4o, § 2o, inciso II da LRF, fazemos a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL						
ESPECIFICAÇÃO	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.212.783,67	962.783,71	712.783,71	462.783,71	212.783,71	-
DEDUÇÕES (II)	2.796.756,69	2.641.915,14	2.774.010,90	2.912.711,44	3.058.347,01	3.211.264,36
Ativo Disponível	2.925.123,65	2.944.467,35	3.091.690,72	3.246.275,25	3.408.589,02	3.579.018,47
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(128.366,96)	(302.552,21)	(317.679,82)	(333.563,81)	(350.242,00)	(367.754,10)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(1.583.973,02)	(1.679.131,43)	(2.061.227,19)	(2.449.927,73)	(2.845.563,30)	(3.211.264,36)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(1.583.973,02)	(1.679.131,43)	(2.061.227,19)	(2.449.927,73)	(2.845.563,30)	(3.211.264,36)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
VALOR	(296.677,83)	(95.158,41)	(382.095,76)	(388.700,54)	(395.635,57)	(365.701,06)
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah						
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2011.						
Notas Explicativas:						
a) Dados são consolidados, incluindo a administração direta e indireta (fundacional, fundos especiais e autarquia) à exceção da entidade previdenciária.						
b) Os dados da dívida consolidada, ativo disponível, restos a pagar processados e passivos reconhecidos do exercício de 2013 projetados conforme 2012 e servem somente de base para a projeção do resultado nominal de 2014;						
c) Os valores da dívida consolidada foram estimados considerando a amortização da operação de crédito PRÓ VIAS.						
d) Considerando a dificuldade de mensuração do ativo disponível, por depender das receitas arrecadadas e despesas realizadas no exercício optamos por estimar nos mesmos patamares de 2012. O mesmo foi previsto nos restos a pagar processados.						
e) Os dados informados para os exercícios de 2010 a 2012 foram extraídos do sistema Contágil em 11 de junho de 2013 e referem-se aos valores executados até 31 de dezembro de cada exercício.						

1.2 Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O Demonstrativo visa ao cumprimento do inciso I do § 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que determina:

"O anexo conterá, ainda:
I – avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior."

A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

MUNICÍPIO DE TAPURAH - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2014

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4o, § 2o, inciso I)						(em R$)
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.830.000	0,037%	32.583.819	0,045%	5.753.819	21%
Receitas Primárias (I)	26.634.000	0,037%	30.616.490	0,043%	3.982.490	15%
Despesa Total	26.830.000	0,037%	14.286.888	0,020%	(12.543.112)	-47%
Despesa Primárias (II)	26.445.000	0,037%	14.104.614	0,020%	(12.340.386)	-47%
Resultado Primário (III) = (I–II)	189.000	0,000%	16.511.876	0,023%	16.322.876	8636%
Resultado Nominal	-	-	(95.158)	0,000%	(95.158)	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	962.784	0,001%	962.784	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	(1.679.131)	-0,002%	(1.679.131)	-
FONTE: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012 (Balanço Orçamentário, Demonstrativo do Resultado Nominal e Demonstrativo de Resultado Primário) e Anexo de Metas Fiscais LDO 2012.						

1.3 Demonstrativo 3 - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

MUNICÍPIO DE TAPURAH - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2014

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, § 2o, inciso II)											(em R$)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	26.174.758	32.583.819	24,49%	34.358.094	5,45%	38.236.080	11,29%	41.883.298	9,54%	46.513.333	11,05%
Receitas Primárias (I)	25.440.340	30.616.490	20,35%	33.684.653	10,02%	37.650.680	11,77%	41.245.298	9,55%	45.817.893	11,09%
Despesa Total	12.872.809	14.286.888	10,99%	24.551.808	71,85%	38.236.080	55,74%	41.883.298	9,54%	46.513.333	11,05%
Despesa Primárias (II)	12.823.794	14.104.614	9,99%	24.220.843	71,72%	37.956.080	56,71%	41.603.298	9,61%	46.253.333	11,18%
Resultado Primário (III) = (I–II)	12.616.545	16.511.876	30,87%	9.463.810	-42,68%	(305.400)	-103,23%	(358.000)	17,22%	(435.440)	21,63%
Resultado Nominal	(296.678)	(95.158)	-67,93%	(382.096)	301,54%	(388.701)	1,73%	(395.636)	1,78%	(365.701)	-7,57%
Dívida Pública Consolidada	1.212.784	962.784	-20,61%	712.784	-25,97%	462.784	-35,07%	212.784	-54,02%	-	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida	(1.583.973)	(1.679.131)	6,01%	(2.061.227)	22,76%	(2.449.928)	18,86%	(2.845.563)	16,15%	(3.211.264)	12,85%
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	29.282.455	34.441.097	17,62%	34.358.094	-0,24%	40.262.592	17,19%	46.484.681	15,45%	54.411.044	17,05%
Receitas Primárias (I)	28.460.840	32.361.630	13,71%	33.684.653	4,09%	39.646.166	17,70%	45.776.589	15,46%	53.597.522	17,09%
Despesa Total	14.401.182	15.101.241	4,86%	24.551.808	62,58%	40.262.592	63,99%	46.484.681	15,45%	54.411.044	17,05%
Despesa Primárias (II)	14.346.348	14.908.577	3,92%	24.220.843	62,46%	39.967.752	65,01%	46.173.920	15,53%	54.106.897	17,18%
Resultado Primário (III) = (I–II)	14.114.492	17.453.053	23,65%	9.463.810	-45,78%	(321.586)	-103,40%	(397.331)	23,55%	(509.375)	28,20%
Resultado Nominal	(331.902)	(100.582)	-69,70%	(382.096)	279,88%	(409.302)	7,12%	(439.101)	7,28%	(427.795)	-2,57%
Dívida Pública Consolidada	1.356.776	1.017.662	-24,99%	712.784	-29,96%	487.311	-31,63%	236.161	-51,54%	-	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida	(1.772.036)	(1.774.842)	0,16%	(2.061.227)	16,14%	(2.579.774)	25,16%	(3.158.183)	22,42%	(3.756.520)	18,95%
FONTE: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Balanço Orçamentário, Demonstrativo do Resultado Nominal e Demonstrativo do Resultado Primário) de 2011 E 2012, Anexo de Metas Fiscais LDO 2013 e Anexo III e IV da Metodologia e Memória de Cálculo da LDO 2014.											
Notas Explicativas:											
a) A posição dos saldos de 2011 e 2012 é de 31 de dezembro;											
c) Os resultados primários foram projetados conforme valores estimados de receita e despesa constantes no Anexo III;											
d) As receitas e despesas de 2014 a 2016 foram estimadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Anexos I e II e demonstrativos dos Anexos V e VIII;											

1.4 Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido

De acordo com o inciso III do § 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve conter, também, a demonstração da evolução do Patrimônio Líquido – PL dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido deve trazer em conjunto uma análise dos valores apresentados, com as causas das variações do PL como, por exemplo, fatos que venham a causar
desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou a diminuição da situação líquida patrimonial.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2014

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						(em R$)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	27.124.061	100%	24.383.424	100%	20.665.063	100%
Reservas	-		-		-	
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	27.124.061	100%	24.383.424	100%	20.665.063	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	(583.703)	100%	988.422	100%	717.467	100%
Reservas	-		-		-	
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	(583.703)	100%	988.422	100%	717.467	100%

FONTE: APLIC - TCE-MT

1.5 Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

O objetivo do Demonstrativo é assegurar a transparência da forma como o ente utilizou os recursos obtidos com a alienação de ativos, com vistas à preservação do patrimônio público, tendo em vista o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedadoà aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou aos RPPS.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2014

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)			(em R$)
RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	201.680	-	-
Alienação de Bens Móveis	201.680	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	201.680	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	201.680	-	-
Investimentos	201.680	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2012 (g)=((Ia– IId)+IIIh)	2011 (h)=((Ib – IIe)+IIIi)	2010 (i)=(Ic – IIf)
VALOR (III)	-	-	-
FONTE: APLIC - TCE-MT			

1.6 Demonstrativo 6a - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

O demonstrativo tem por objetivo demonstrar a avaliação da situação financeira e atuarial RPPS.

MUNICÍPIO DETAPURAH-MT
LEI DEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS
ANEXODEMETASFISCAIS
RECEITAS EDESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIADOS SERVIDORES
2014

AMF- Demonstrativo VI (LRF,art.4º,§2º,inciso IV,alínea"a")			(em R$)
RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	641.076,07	985.201,59	2.006.023,63
RECEITAS CORRENTES	641.076,07	985.201,59	2.006.023,63
Receita de Contribuições dos Segurados	217.366,07	430.104,27	715.376,82
Pessoal Civil	217.366,07	430.104,27	715.376,82
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	423.710,00	554.932,32	1.289.701,31
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	165,00	945,50
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	165,00	945,50
RECEITAS DECAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(–)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	286.436,30	658.839,03	1.024.600,12
RECEITAS CORRENTES	286.436,30	658.839,03	1.024.600,12
Receita de Contribuições	286.436,30	658.839,03	1.024.600,12
Patronal	286.436,30	658.839,03	1.024.600,12
Pessoal Civil	286.436,30	658.839,03	1.024.600,12
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DECAPITAL	-	-	-
(–)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I +II)	927.512,37	1.644.040,62	3.030.623,75
DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	215.474,68	378.672,93	547.256,95
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	14.667,07	-	467.299,28
Pessoal Civil	14.667,07	-	467.299,28
Pessoal Militar	-	-	-

Outras Despesas Previdenciárias	200.807,61	378.672,93	79.957,67
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	79.957,67
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	445,00	-	6.500,08
ADMINISTRAÇÃO	445,00	-	6.500,08
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	445,00	-	6.500,08
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV +V)	215.919,68	378.672,93	553.757,03
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)= (III– VI)	711.592,69	1.265.367,69	2.476.866,72
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	472.384,00	503.000,00	767.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	6.362,08	7.129,00	9.247,41
FONTE: Sistema Contagil, Prefeitura Municipal de Tapurah, Dem. das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS RREO Anexo V.			

1.7 Demonstrativo 6a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

O demonstrativo tem por objetivo demonstrar a avaliação da situação financeira e atuarial RPPS.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DEDIRETRIZESORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DEMETASFISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIADOS SERVIDORES
2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")				(em R$)
EXERCICIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIARIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO EXERCICIO (d) = (d Exer. Ant.)+(c)
2012				7.402.206,19
2013	2.887.629,07	537.423,15	2.350.205,92	9.752.412,11
2014	2.964.069,23	587.745,77	2.376.323,46	12.128.735,57
2015	3.148.923,81	608.747,21	2.540.176,60	14.668.912,17
2016	3.273.329,14	849.864,71	2.423.464,43	17.092.376,60
2017	3.392.765,01	1.085.296,96	2.307.468,05	19.399.844,65
2018	3.523.216,90	1.265.821,38	2.257.395,52	21.657.240,17
2019	3.668.482,13	1.392.635,39	2.275.846,74	23.933.086,91
2020	3.845.267,35	1.428.128,11	2.417.139,24	26.350.226,15
2021	3.996.580,20	1.565.894,09	2.430.686,11	28.780.912,26
2022	4.113.468,51	1.811.435,32	2.302.033,19	31.082.945,45
2023	4.201.921,15	2.016.505,25	2.185.415,90	33.268.361,35
2024	4.259.733,37	2.301.767,73	1.957.965,64	35.226.326,99
2025	4.306.863,17	2.568.761,83	1.738.101,34	36.964.428,33
2026	4.377.469,98	2.731.858,61	1.645.611,37	38.610.039,70
2027	4.414.742,15	2.982.404,27	1.432.337,88	40.042.377,58
2028	4.421.520,77	3.257.133,32	1.164.387,45	41.206.765,03
2029	4.377.671,31	3.663.714,14	713.957,17	41.920.722,20
2030	4.354.835,88	3.930.561,63	424.274,25	42.344.996,45
2031	4.318.633,69	4.169.297,27	149.336,42	42.494.332,87
2032	4.277.459,02	4.375.272,59	(97.813,57)	42.396.519,30
2033	4.185.249,13	4.692.790,22	(507.541,09)	41.888.978,21
2034	4.097.931,75	4.907.869,13	(809.937,38)	41.079.040,83
2035	4.010.971,49	5.092.465,87	(1.081.494,38)	39.997.546,45
2036	3.887.237,81	5.309.099,57	(1.421.861,76)	38.575.684,69
2037	3.704.218,49	5.628.667,84	(1.924.449,35)	36.651.235,34
2038	3.554.875,55	5.778.950,13	(2.224.074,58)	34.427.160,76
2039	3.311.440,05	6.145.997,53	(2.834.557,48)	31.592.603,28
2040	3.027.318,83	6.508.190,91	(3.480.872,08)	28.111.731,20
2041	2.740.478,04	6.862.960,59	(4.122.482,55)	23.989.248,65
2042	2.423.034,88	7.003.362,56	(4.580.327,68)	19.408.920,97
2043	1.988.581,68	7.356.939,27	(5.368.357,59)	14.040.563,38
2044	1.559.291,00	7.796.937,13	(6.237.646,13)	7.802.917,25
2045	1.137.906,03	7.863.855,38	(6.725.949,35)	1.076.967,90
2046	1.041.291,36	7.811.939,85	(6.770.648,49)	(5.693.680,59)
2047	1.013.777,86	7.907.583,18	(6.893.805,32)	(12.587.485,91)
2048	98.709,22	8.086.469,41	(7.987.760,19)	(20.575.246,10)
2049	69.233,44	7.893.581,60	(7.824.348,16)	(28.399.594,26)
2050	55.718,57	7.874.221,32	(7.818.502,75)	(36.218.097,01)
2051	22.789,59	7.887.160,01	(7.864.370,42)	(44.082.467,43)
2052	12.552,27	7.940.312,74	(7.927.760,47)	(52.010.227,90)
2053	4.791,81	7.766.013,30	(7.761.221,49)	(59.771.449,39)
2054		7.641.388,25	(7.641.388,25)	(67.412.837,64)
2055		7.248.596,53	(7.248.596,53)	(74.661.434,17)
2056		7.070.815,32	(7.070.815,32)	(81.732.249,49)
2057		6.916.623,03	(6.916.623,03)	(88.648.872,52)
2058		6.775.138,81	(6.775.138,81)	(95.424.011,33)
2059		6.228.368,02	(6.228.368,02)	(101.652.379,35)
2060		6.030.840,69	(6.030.840,69)	(107.683.220,04)
2061		5.724.196,05	(5.724.196,05)	(113.407.416,09)

2062		5.519.778,91	(5.519.778,91)	(118.927.195,00)
2063		5.211.420,71	(5.211.420,71)	(124.138.615,71)
2064		5.034.963,02	(5.034.963,02)	(129.173.578,73)
2065		4.727.297,85	(4.727.297,85)	(133.900.876,58)
2066		4.458.187,49	(4.458.187,49)	(138.359.064,07)
2067		4.000.491,51	(4.000.491,51)	(142.359.555,58)
2068		3.772.853,93	(3.772.853,93)	(146.132.409,51)
2069		3.228.711,11	(3.228.711,11)	(149.361.120,62)
2070		2.891.643,78	(2.891.643,78)	(152.252.764,40)
2071		2.655.978,22	(2.655.978,22)	(154.908.742,62)
2072		2.433.063,06	(2.433.063,06)	(157.341.805,68)
2073		1.754.246,02	(1.754.246,02)	(159.096.051,70)
2074		1.416.165,49	(1.416.165,49)	(160.512.217,19)
2075		1.292.123,05	(1.292.123,05)	(161.804.340,24)
2076		1.037.989,76	(1.037.989,76)	(162.842.330,00)
2077		996.238,05	(996.238,05)	(163.838.568,05)
2078		966.690,26	(966.690,26)	(164.805.258,31)
2079		781.859,05	(781.859,05)	(165.587.117,36)
2080		788.234,94	(788.234,94)	(166.375.352,30)
2081		794.674,58	(794.674,58)	(167.170.026,88)
2082		801.178,62	(801.178,62)	(167.971.205,50)
2083		578.275,77	(578.275,77)	(168.549.481,27)
2084		582.615,82	(582.615,82)	(169.132.097,09)
2085		586.999,27	(586.999,27)	(169.719.096,36)
2086		565.732,14	(565.732,14)	(170.284.828,50)
2087		569.946,76	(569.946,76)	(170.854.775,26)
2088		574.203,52	(574.203,52)	(171.428.978,78)

1.8 Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária, disposto no art. 14 da LRF.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2014

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						(em R$)
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
REFIS – Programa de recuperação fiscal	Concessão de isenção de Juros, Multas e Correções da Dívida Ativa.	Contribuintes inadiplentes junto ao setor de tributário	130.000,00	139.100,00	148.837,00	Aumento permanente na receita tributária e expansão da receita.
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não geral	Proprietário de único imóvel pertencente a aposentados, pensionistas, cegos e inválidos, conforme Código Tributário Municipal.	117.423	125.642	134.437	Aumento permanente na receita tributária e expansão da receita.
TOTAL			247.423	264.742	283.274	

1.9 Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado – DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.
O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2014

AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)	(em R$)
EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah	

Anexo de Riscos Fiscais

Nos termos do § 1º do art. 1º da LRF, “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...)”, razão pela qual o planejamento é essencial à gestão fiscal responsável.O demonstrativo tem por objetivo dar transparência sobre os possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do ente da Federação, descrevendo as providências a serem tomadas caso se concretizem.

MUNICÍPIO DE TAPURAH-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2014

ARF (LRF, art 4o, § 3o)			(em R$)
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-	Para o exercício de 2014 não há Riscos Fiscais	-
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	-		-
Outros Passivos Contingentes	-		-
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	-		-
Restituição de Tributos a Maior	-		-
Discrepância de Projeções	150.000	Recuperação de receita própria através de REFIS.	150.000
Outros Riscos Fiscais	20.000	Reserva de Contingência	20.000
SUBTOTAL	170.000	SUBTOTAL	170.000
TOTAL	170.000	TOTAL	170.000
FONTE: Prefeitura Municipal de Tapurah			

LDO 2014
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:9BAD709B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			421.127.848,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		70.607.705,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos		58.347.568,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	24.190.565,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	8.995.662,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	8.995.662,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	9.477.149,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	9.477.149,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	5.717.754,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imp.s/Transm Int.Vivos d B.Imoveis e D.Reais s/im	5.717.754,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	34.157.003,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	34.157.003,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	34.157.003,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas		12.260.137,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	6.481.665,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	644.315,00		
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Tx de Controle e Fiscalização Ambiental	81.328,00		
4.1.1.2.1.21.01.00.00.00	Taxas de Vistoria, Corte e Poda de Arvores	23.434,00		
4.1.1.2.1.21.02.00.00.00	Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental	57.894,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	5.167.513,00		
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	72.077,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	338.101,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	178.331,00		
4.1.1.2.1.99.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	178.331,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	5.778.472,00		
4.1.1.2.2.02.00.00.00.00	Taxa de Habite-se	188.031,00		
4.1.1.2.2.03.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento	16.000,00		
4.1.1.2.2.04.00.00.00.00	Taxa de Desmembramento de área	10.000,00		
4.1.1.2.2.05.00.00.00.00	Taxa de Consulta Previa	8.000,00		
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa Averbação de Títulos	1.000,00		

4.1.1.2.2.07.00.00.00.00	Taxa de Certidão de Endereçamento	1.000,00		
4.1.1.2.2.08.00.00.00.00	Taxa de Req. Nº Imóvel	1.000,00		
4.1.1.2.2.09.00.00.00.00	Taxa de Autorização Demolição	1.000,00		
4.1.1.2.2.10.00.00.00.00	Taxa de Certidão Rural e Urbana	1.000,00		
4.1.1.2.2.11.00.00.00.00	Taxa de Aprovação de Loteamento	1.000,00		

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	2.373.016,00		
4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Taxas de Serv. da Sec. de Obras	57.644,00		
4.1.1.2.2.12.02.00.00.00	Taxas de Emolumentos	2.062.493,00		
4.1.1.2.2.12.03.00.00.00	Taxas de Certidões Diversas	120.879,00		
4.1.1.2.2.12.04.00.00.00	Taxa de Emolumentos da Agência de Habitação	132.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	3.085.987,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	91.438,00		
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	91.438,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		14.580.949,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio dp Ser de Iluminação Pública		14.580.949,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		2.673.560,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios		2.673.560,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.673.560,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	2.159.342,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	54.209,00		
4.1.3.2.5.01.02.36.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 60%	31.829,00		
4.1.3.2.5.01.02.37.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 40%	22.380,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo	250.821,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	101,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – FNAS	31.065,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	1.823.146,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos não Vinculados	514.218,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. de Poupança	29.655,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	484.563,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		2.927,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	2.927,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	2.927,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		322.206.205,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		298.181.576,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	133.535.100,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	60.836.082,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	60.735.919,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25.004,00		
4.1.7.2.1.01.32.00.00.00	Cota-Parte Imp.s/Oper.Crédito, Câmbio e Seguro	75.159,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	845.509,00		
4.1.7.2.1.22.01.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec. Nat	39.349,00		

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	806.160,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	57.138.605,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	SUS PA FIXO -Piso Atend Bás Fixo-c/c 58.042-2	6.602.197,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	SUS PAB(ACS) - Agente Com. Saude - c/c 58.42	2.024.273,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	SUS PABV(SF) - Saúde da Fam. - c/c 58.042-2	1.040.077,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	SUS BAF - Prog. Assist. Farm. Básica - 40.811-5	1.309.153,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	SUS VEAS-Cam.Vacin Polio-c/c 14.181-X(TETO FINANC)	30.419,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	SUS VEAs-Camp Vacin Idoso-c/c14.181-X(TETO FINANC)	4.046,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	SUS VEAS-Inc. Amb.Prog. NAc. HIV - c/c 21.901-0	809.252,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	SUS VISA-Ações Est Vig. Sanitária-c/c 43.141-9	374.918,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	SUS prog. Fra. Popular do Brasil - c/c 41.554-5	217.317,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SUS - Prog. Fin. Ações Alim. e Nutrição-FAN-46.23	181.522,00		
4.1.7.2.1.33.19.00.00.00	SUS - Saúde Bucal - 58.042-2	575.586,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	SUS - Piso Fixo Vigl. Prom. da Saúde - PF	3.963.003,00		
4.1.7.2.1.33.35.00.00.00	SUS-PBFV-PMAQ-Melhoria do Acs. Qua	306.000,00		
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	SUS - Inc. Qualif. das Ações da Dengue	358.844,00		
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00	SUS - Upas	4.632.888,00		
4.1.7.2.1.33.40.00.00.00	SUS - Consultório de Rua	225.720,00		
4.1.7.2.1.33.41.00.00.00	SUS - Rede Cegonha	2.784.627,00		
4.1.7.2.1.33.42.00.00.00	SUS-MAC- Média Alta Compl. Ambulat e Hosp.624004-1	13.699.446,00		
4.1.7.2.1.33.45.00.00.00	SUS - Unidade de Saúde - UBS	9.488.220,00		
4.1.7.2.1.33.46.00.00.00	SUS -Teto Munic. Rede Urgência (RAU-HOSP) 624004-1	6.590.954,00		
4.1.7.2.1.33.47.00.00.00	SUS - Teto Financeiro Psicossocial - 57.794-4	1.235.526,00		
4.1.7.2.1.33.48.00.00.00	SUS - Ações Vog. Pr Saúde Hepatite/Virais 624000-9	512.617,00		
4.1.7.2.1.33.49.00.00.00	SUS - Núcleos Hosp de Epidem.-NHE 624005-0	72.000,00		
4.1.7.2.1.33.50.00.00.00	SUS - Prog. Nac.Reorien. Prof. Pro Saúde 624003-3	100.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.634.921,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf.Rec. FNAS/PBF-Piso Básico Fixo/40.334 CRAS	456.365,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PREF.VG FMAS/PFMC (Piso Fixo Média Compl) CREAS	283.960,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PREF.VG FMAS/IGD-Bolsa Família - 41.509-X	898.175,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PREF.VG FMAS/PTMC(Piso trans. Méd Complex) CREAS	4.580,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	PREF.VG FMAS/PAC I (casa de amparo o de passagem)	130.390,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PREF.VG FMAS/PRO JOVEM ADOLESCENTE-47.837-7	136.502,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	PREF.VG FMAS/PETI - PMVMC	583.156,00		
4.1.7.2.1.34.24.00.00.00	FNAS/Piso Básico Variável-PBVII	175.860,00		

4.1.7.2.1.34.26.00.00.00	FUMIS (Fundo Municipal de Investimento Social)	276.453,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.34.28.00.00.00	FNAS-Projovem Trabalhador - 55.033-7	1.852.000,00		
4.1.7.2.1.34.29.00.00.00	PMVG/FMAS-IGD SUAS - 55.557-6	73.480,00		
4.1.7.2.1.34.30.00.00.00	FEAS - 45.442-7	128.000,00		
4.1.7.2.1.34.31.00.00.00	CENTRO DIA REFERÊNCIA	480.000,00		
4.1.7.2.1.34.32.00.00.00	CREAS - POP	156.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.407.939,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	4.367.447,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.291.375,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Creche	367.265,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Pré-Escolar	650.428,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	1.754.897,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE EJA	35.992,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf Diretas do FNDE ref. ao PNAE- Mais Educação	436.763,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Quilombola	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE-Penae E. Especial	38.030,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	53.974,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	695.143,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf. Rec. FNDE - Projovem Urbano-48.424-5	685.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Transf. Rec. FNDE - Brasil Alfabetizado	10.143,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	672.044,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	95.423.797,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	89.895.685,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	72.050.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS	72.050.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	16.994.265,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	640.656,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	146.683,00		
4.1.7.2.2.01.14.00.00.00	Fundo Especial do Petróleo - FEP	64.081,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	5.215.686,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Tranf. de Rec. Estado - SUS-FAE-107.743-0	3.103.998,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf de Rec Estado p/Prog. Saúde-PSF Estadual	1.454.640,00		
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Transf de Rec. Estado Saúde Bucal - 49.407-5	35.112,00		
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Rec. Est. Prog. Farm. Básica 9.843-4	496.516,00		
4.1.7.2.2.33.10.00.00.00	Transf. de Rec. Estado Insumos Diabetes - 49.155-1	125.420,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	312.426,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Programas de Educação Manut. Escolar PNATE	312.426,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.99.01.01.00.00	Programas de Educ. Manut. Escolar PNATE	296.537,00		
4.1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. Secret Est e Cultura de MT	15.889,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	69.222.679,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	69.222.679,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		24.024.629,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	24.024.629,00		
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	24.024.629,00		
4.1.7.6.2.01.03.00.00.00	Transf. Conv.Estado-SUS-(Média Alta Comp)-52.236-8	24.024.629,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		11.056.502,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		3.617.722,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	395.692,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	46.399,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	5.166,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	278.518,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	65.609,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	65.609,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	835.240,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	479.497,00		
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	8.685,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	347.058,00		
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.254.070,00		
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Dív. Ativ. de Outras Contrib	1.254.070,00		
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.254.070,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	12.265,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	12.265,00		
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	12.265,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.120.455,00		
4.1.9.1.9.10.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	299.091,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	643.618,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	177.537,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	209,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições		255.183,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	255.183,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	255.183,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Restituíções e Devoluções Diversas	255.183,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa		7.169.558,00	
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	7.169.558,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.346.294,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	59.577,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	2.763.687,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	681.466,00		

4.1.9.3.1.99.03.00.00.00	Receita da Div. Ativa Taxa de Limpeza Publica	1.378.209,00		
4.1.9.3.1.99.04.00.00.00	Rec. Div.Ativa Taxa de Func. Est/Com/Ind/Prest Ser	704.012,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas		14.039,00	
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	10.493,00		
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	10.493,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.546,00		
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas Diversas	3.546,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			423.514.368,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		423.514.368,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		16.905.735,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	16.905.735,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	16.905.735,00		
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios		406.608.633,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	406.608.633,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	406.608.633,00		
4.2.4.7.1.99.07.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Sinfra	380.258.633,00		
4.2.4.7.1.99.08.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Desnv. Urbano	12.350.000,00		
4.2.4.7.1.99.09.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Educação	14.000.000,00		
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-31.299.045,00
4.9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.075.467,00	
4.9.1.1.0.00.00.00.00.00	Deduções da Receita Tributária.		-959.412,00	
4.9.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-159.412,00		
4.9.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano	-159.412,00		
4.9.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano-Descon	-159.412,00		
4.9.1.1.3.00.00.00.00.00	Deduç do Imposto sobre a Produção e a Circulação	-800.000,00		
4.9.1.1.3.05.00.00.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat	-800.000,00		
4.9.1.1.3.05.01.00.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat	-800.000,00		
4.9.1.1.3.05.01.01.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat-Renúncia	-800.000,00		
4.9.1.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Taxas		-116.055,00	
4.9.1.2.2.00.00.00.00.00	Deduções de Taxas Pela Prestação de Serviços	-116.055,00		
4.9.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES		-30.223.578,00	
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.9.7.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais		-30.223.578,00	
4.9.7.2.1.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências da União	-12.286.594,00		
4.9.7.2.1.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita da União	-12.152.185,00		
4.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-12.147.184,00		
4.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedu de Receit do FPM-FUNDEF/FUNDEB	-12.147.184,00		
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	-5.001,00		
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	-134.409,00		
4.9.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	-17.936.984,00		
4.9.7.2.2.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita do Estado	-17.936.984,00		
4.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-14.410.000,00		
4.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-14.410.000,00		
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	-3.398.853,00		
4.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded de Receita para Formaç do FUNDEF/FUNDEB - IPI	-128.131,00		
			Total das receitas:	813.343.171,00
			Total por entidade:	813.343.171,00
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			14.943.583,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		6.324.400,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais		6.324.400,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	6.324.400,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	6.279.400,00		
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuições Servidor Ativo	200.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contribuições do Servidor Ativo da Câmara	130.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contribuições do Servidor Ativo da Prefeitura	5.900.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contribuições do Servidor Ativo do DAE	38.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contribuições do Servidor Ativo TRT	3.500,00		
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contribuições do Servidor Ativo Assemb.	1.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.09.00.00	Contribuições de Servidor Afastados	6.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.10.00.00	Contribuições do Servidor Ativo Proc. Geral	900,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições do Servidor Inativo Civil	45.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		4.542.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	Receitas Imobiliárias		42.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	Aluguéis	42.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguel	42.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios		4.500.000,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	4.500.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	4.500.000,00		
4.1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remun dos Inv. do Regime Próp Prev em Renda Fixa	4.500.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		4.077.183,00	
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa		4.077.183,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	4.077.183,00		
4.1.9.3.2.16.00.00.00.00	Receita de Dívida Ativa de Outras Contribuições	4.077.183,00		
4.1.9.3.2.16.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contrib - Princ	4.077.183,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			9.405.700,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		9.405.700,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais		9.405.700,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	9.405.700,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil	9.405.700,00		
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo Intra-Orçam - Pref	9.100.000,00		

4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Câmara	190.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - DAE	60.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - TRT	5.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Assembleia	1.600,00		
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Senado	8.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Previvag	40.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.10.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Proc. Geral	1.100,00		
			Total das receitas:	24.349.283,00
			Total por entidade:	24.349.283,00
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			24.715.313,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		24.715.313,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	24.715.313,00		
			Total das receitas:	24.715.313,00
			Total por entidade:	24.715.313,00
			Total geral:	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:DAEC1631

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		350.000,00	3.573.510,00	0,00	3.923.510,00
Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		350.000,00	3.573.510,00	0,00	3.923.510,00
04	Administração	350.000,00	3.573.510,00		3.923.510,00
04.122	Administração Geral	350.000,00	3.573.510,00		3.923.510,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	350.000,00	3.573.510,00		3.923.510,00
04.122.0002.1.346	Implantar sub-prefeitura na região do grande Glória para uma gestão e planejamento descentralizado	350.000,00			350.000,00
04.122.0002.2.081	Manutenção do Sistema "Alô Prefeito"		40.000,00		40.000,00
04.122.0002.2.082	Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo		1.094.300,00		1.094.300,00
04.122.0002.2.083	Manutenção das Atividades do Gabinete		1.968.210,00		1.968.210,00
04.122.0002.2.154	Alistamento Militar		150.000,00		150.000,00
04.122.0002.2.155	Manter Administração Regional do Cristo Rei		71.000,00		71.000,00
04.122.0002.2.204	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		150.000,00		150.000,00
04.122.0002.2.205	Manutenção das Ações de Atos, Decretos e Legislação		100.000,00		100.000,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA MUNICIPAL		285.000,00	4.015.000,00	0,00	4.300.000,00
Unidade: 03.01 Procuradoria Municipal		10.000,00	3.849.000,00	0,00	3.859.000,00
03	Essencial à Justiça	10.000,00	3.849.000,00		3.859.000,00
03.122	Administração Geral	10.000,00	3.849.000,00		3.859.000,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	10.000,00	3.849.000,00		3.859.000,00
03.122.0002.1.325	Concurso Público	10.000,00			10.000,00
03.122.0002.2.006	Manutenção das Atividades da Procuradoria		3.849.000,00		3.849.000,00
Unidade: 03.02 Coord. Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON		0,00	142.500,00	0,00	142.500,00
14	Direitos da Cidadania		142.500,00		142.500,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		142.500,00		142.500,00
14.422.0002	Apoio Administrativo		142.500,00		142.500,00
14.422.0002.2.090	Manutenção das Atividades do PROCON		142.500,00		142.500,00
Unidade: 03.03 Procuradoria Patrimonial		85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
03	Essencial à Justiça	85.000,00			85.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	35.000,00			35.000,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.092.0002.1.326	Defesa dos Bens Imóveis do Município	35.000,00			35.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA MUNICIPAL		285.000,00	4.015.000,00	0,00	4.300.000,00
Unidade: 03.03 Procuradoria Patrimonial		85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
03	Essencial à Justiça	85.000,00			85.000,00
03.122	Administração Geral	50.000,00			50.000,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	50.000,00			50.000,00
03.122.0002.1.327	Apoio a Regularização Fundiária do Município	35.000,00			35.000,00
03.122.0002.1.347	Aluguel de Imóveis	15.000,00			15.000,00
Unidade: 03.04 Procuradoria Judicial		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
03	Essencial à Justiça	35.000,00			35.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	35.000,00			35.000,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.092.0002.1.328	Defesa em Juízo dos Interesses do Município	35.000,00			35.000,00
Unidade: 03.05 Procuradoria Administrativa		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
03	Essencial à Justiça	15.000,00			15.000,00
03.122	Administração Geral	15.000,00			15.000,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	15.000,00			15.000,00
03.122.0002.1.329	Assegurar o cumprimento normativo e legal dos processos no âmbito da Administração Pública Municipal	15.000,00			15.000,00
Unidade: 03.06 Procuradoria de Licitação e Contrato		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
03	Essencial à Justiça	35.000,00			35.000,00
03.122	Administração Geral	35.000,00			35.000,00
03.122.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.122.0002.1.330	Promover Controle Interno da Legalidade e Moralidade nas Licitações e Contratos Realizados pelo Mun.	35.000,00			35.000,00

Unidade: 03.07 Procuradoria Legislativa		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
03	Essencial à Justiça	35.000,00			35.000,00
03.091	Defesa da Ordem Jurídica	35.000,00			35.000,00
03.091.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.091.0002.1.348	Garantir a integridade e o cumprimento da Legislação Municípal.	35.000,00			35.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA MUNICIPAL		285.000,00	4.015.000,00	0,00	4.300.000,00
Unidade: 03.08 Procuradoria da Dívida Pública		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
03	Essencial à Justiça	35.000,00			35.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	35.000,00			35.000,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.092.0002.1.333	Levantamento e Regularização da Divida Pública do Município	35.000,00			35.000,00
Unidade: 03.09 Procuradoria Fiscal		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
03	Essencial à Justiça	35.000,00			35.000,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial	35.000,00			35.000,00
03.092.0002	Apoio Administrativo	35.000,00			35.000,00
03.092.0002.1.335	Promover legalidade, eficiência e efetividade na cobrança de créditos inscritos em Dívida Ativa.	35.000,00			35.000,00
Unidade: 03.10 Fundo da Procuradoria		0,00	10.500,00	0,00	10.500,00
03	Essencial à Justiça		10.500,00		10.500,00
03.122	Administração Geral		10.500,00		10.500,00
03.122.0002	Apoio Administrativo		10.500,00		10.500,00
03.122.0002.2.190	Manter as Atividades do Fundo da Procuradoria		10.500,00		10.500,00
Unidade: 03.11 Fundo do Procon		0,00	13.000,00	0,00	13.000,00
14	Direitos da Cidadania		13.000,00		13.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		13.000,00		13.000,00
14.422.0002	Apoio Administrativo		13.000,00		13.000,00
14.422.0002.2.206	Manutenção das Atividades do Fundo do PROCON		13.000,00		13.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		7.382.500,00	12.617.500,00	0,00	20.000.000,00
Unidade: 04.01 Gabinete do Secretário		7.382.500,00	12.617.500,00	0,00	20.000.000,00
04	Administração	7.382.500,00	12.617.500,00		20.000.000,00
04.122	Administração Geral	7.232.500,00	12.617.500,00		19.850.000,00
04.122.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	5.232.500,00	5.560.000,00		10.792.500,00
04.122.0101.1.009	Concurso Público	200.000,00			200.000,00
04.122.0101.1.010	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas	100.000,00			100.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		7.382.500,00	12.617.500,00	0,00	20.000.000,00
Unidade: 04.01 Gabinete do Secretário		7.382.500,00	12.617.500,00	0,00	20.000.000,00
04	Administração	7.382.500,00	12.617.500,00		20.000.000,00
04.122	Administração Geral	7.232.500,00	12.617.500,00		19.850.000,00
04.122.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	5.232.500,00	5.560.000,00		10.792.500,00
04.122.0101.1.012	Gestão dos Veículos da Prefeitura	1.200.000,00			1.200.000,00
04.122.0101.1.135	Gestão de Patrimônio da Prefeitura	1.700.000,00			1.700.000,00
04.122.0101.1.274	Processo Seletivo	150.000,00			150.000,00
04.122.0101.1.277	Gestão Tecnologica de Informação	1.250.000,00			1.250.000,00
04.122.0101.1.280	Gestão de Documentos	110.000,00			110.000,00
04.122.0101.1.343	Implantar a Central de Atendimento Especializado em serviço ao Publico	422.500,00			422.500,00
04.122.0101.1.344	Implementar o Programa Qualidade de Vida	100.000,00			100.000,00
04.122.0101.2.171	Manutenção do Arquivo Central		1.000.000,00		1.000.000,00
04.122.0101.2.203	Manutenção de Gestão de Material da Prefeitura		4.560.000,00		4.560.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	2.000.000,00	7.057.500,00		9.057.500,00
04.122.0002.1.345	Implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).Exceto Saúde, Educação e Procuradoria Ger	2.000.000,00			2.000.000,00
04.122.0002.2.007	Manutenção e Encargos das Atividades da Administração Pública Municipal		7.057.500,00		7.057.500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	150.000,00			150.000,00
04.128.0101	Gestão da Administração Pública Voltada para resul	150.000,00			150.000,00
04.128.0101.1.011	Capacitação e Formação dos Servidores Públicos Municipais	150.000,00			150.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		160.000,00	1.590.000,00	0,00	1.750.000,00
Unidade: 05.01 Gabinete do Secretário		0,00	1.585.000,00	0,00	1.585.000,00
04	Administração		1.585.000,00		1.585.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		1.585.000,00		1.585.000,00
04.121.0007	Sistema Municipal de Planejamento		1.585.000,00		1.585.000,00
04.121.0007.2.199	Atividades da Secretaria de Planejamento		1.585.000,00		1.585.000,00
Unidade: 05.02 Superintêndencia de Execução Orçamento		0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04	Administração		5.000,00		5.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		5.000,00		5.000,00
04.121.0007	Sistema Municipal de Planejamento		5.000,00		5.000,00
04.121.0007.2.178	Manutenção da Superintendência de Execução Orçamentária		5.000,00		5.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		160.000,00	1.590.000,00	0,00	1.750.000,00
Unidade: 05.04 Superintendência de Planejamento e Orçamento		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
04	Administração	160.000,00			160.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	160.000,00			160.000,00
04.121.0007	Sistema Municipal de Planejamento	160.000,00			160.000,00
04.121.0007.1.342	Elaborar e Revisar os Instrumentos Legais de Planejamento	160.000,00			160.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA		661.000,00	2.539.000,00	0,00	3.200.000,00
Unidade: 07.01 Gabinete do Secretário		26.000,00	2.230.400,00	0,00	2.256.400,00
18	Gestão Ambiental	26.000,00	2.230.400,00		2.256.400,00
18.122	Administração Geral	26.000,00	2.230.400,00		2.256.400,00
18.122.0002	Apoio Administrativo	25.000,00	2.230.400,00		2.255.400,00
18.122.0002.1.351	Capacitação de Recursos Humanos	25.000,00			25.000,00
18.122.0002.2.017	Manutenção das Atividades da Secretária		2.230.400,00		2.230.400,00
18.122.0005	Gestão Ambiental	1.000,00			1.000,00
18.122.0005.1.350	Fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	1.000,00			1.000,00
Unidade: 07.02 Coordenadoria do Meio Ambiente		498.000,00	0,00	0,00	498.000,00
18	Gestão Ambiental	498.000,00			498.000,00

18.541	Preservação e Conservação Ambiental	498.000,00			498.000,00
18.541.0005	Gestão Ambiental	498.000,00			498.000,00
18.541.0005.1.352	Recuperação ambiental dos corpos hídricos urbanos do município.	160.000,00			160.000,00
18.541.0005.1.353	Demarcar e Preservar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) na área urbana do município.	80.000,00			80.000,00
18.541.0005.1.354	Arborização urbana e paisagismo do município.	20.000,00			20.000,00
18.541.0005.1.355	Monitoramento e controle da poluição sonora e visual urbana do município.	8.000,00			8.000,00
18.541.0005.1.356	Neutralização da emissão de gases de efeito estufa no município.	35.000,00			35.000,00
18.541.0005.1.358	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	90.000,00			90.000,00
18.541.0005.1.359	Coleta seletiva de resíduos sólidos	5.000,00			5.000,00
18.541.0005.1.360	Identificar e propor novas áreas para criação de parques e hortos municipais.	100.000,00			100.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA		661.000,00	2.539.000,00	0,00	3.200.000,00
Unidade: 07.03 Coordenadoria de Agricultura		104.000,00	308.600,00	0,00	412.600,00
20	Agricultura	104.000,00	1.600,00		105.600,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00			30.000,00
20.541.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	30.000,00			30.000,00
20.541.0006.1.363	Realizar ações conjuntas com EMPAER visando o atendimento aos produtores da agricultura familiar.	30.000,00			30.000,00
20.606	Extensão Rural	74.000,00	1.600,00		75.600,00
20.606.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar	74.000,00	1.600,00		75.600,00
20.606.0006.1.028	Apoio à Comercialização dos Produtos Básicos	2.000,00			2.000,00
20.606.0006.1.361	Programa Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS	40.000,00			40.000,00
20.606.0006.1.362	Implantar 1 Sistema Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIMATER)	30.000,00			30.000,00
20.606.0006.1.364	Programa de Diversificação da Agricultura Familiar.	1.000,00			1.000,00
20.606.0006.1.365	Aumentar a participação na Central de Abastecimento	1.000,00			1.000,00
20.606.0006.2.207	Manter e Apoiar a Infra-estrutura Rural.		1.600,00		1.600,00
22	Indústria		307.000,00		307.000,00
22.661	Promoção Industrial		307.000,00		307.000,00
22.661.0006	Desenvolvimento Agricultura Familiar		307.000,00		307.000,00
22.661.0006.2.208	Estruturação do Sistema de Inspeção Municipal		307.000,00		307.000,00
Unidade: 07.04 Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento		33.000,00	0,00	0,00	33.000,00
18	Gestão Ambiental	33.000,00			33.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	33.000,00			33.000,00
18.541.0002	Apoio Administrativo	1.000,00			1.000,00
18.541.0002.1.349	Implantar um sistema municipal de gestão, fiscalização e licenciamento ambiental.	1.000,00			1.000,00
18.541.0005	Gestão Ambiental	32.000,00			32.000,00
18.541.0005.1.027	Fiscalização de Atividades Potencialmente Poluidoras e Degradadoras	2.000,00			2.000,00
18.541.0005.1.357	Combater as queimadas urbanas - Prevqueimada	30.000,00			30.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		19.347.643,00	99.893.721,00	0,00	119.241.364,00
Unidade: 08.01 Gabinete do Secretário		1.959.500,00	12.531.000,00	0,00	14.490.500,00
12	Educação	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122	Administração Geral	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122.0002	Apoio Administrativo	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122.0002.1.292	Gestão Cooperada	60.000,00			60.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		19.347.643,00	99.893.721,00	0,00	119.241.364,00
Unidade: 08.01 Gabinete do Secretário		1.959.500,00	12.531.000,00	0,00	14.490.500,00
12	Educação	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122	Administração Geral	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122.0002	Apoio Administrativo	1.959.500,00	12.531.000,00		14.490.500,00
12.122.0002.1.341	Implantação do Programa Passe Livre	1.000.000,00			1.000.000,00
12.122.0002.1.368	Implantação da Escola Aberta	39.000,00			39.000,00
12.122.0002.1.369	Implementação da Gestão Inovadora	10.000,00			10.000,00
12.122.0002.1.370	Avaliação do PME	80.000,00			80.000,00
12.122.0002.1.371	Implantação do GAFCE	80.000,00			80.000,00
12.122.0002.1.372	Constituição dos Conselhos Escolares nos CMEIs	10.000,00			10.000,00
12.122.0002.1.373	Reelaboração da Lei de Gestão Democrática	20.000,00			20.000,00
12.122.0002.1.374	Divulgação dos Resultados Oficiais do MEC	250.000,00			250.000,00
12.122.0002.1.375	Implantação do Centro de Formação	150.000,00			150.000,00
12.122.0002.1.376	Formação - "Escola de Gestores"	60.000,00			60.000,00
12.122.0002.1.377	Implantação do Protocolo Geral na SME	10.000,00			10.000,00
12.122.0002.1.378	Gestão do PCCS	10.000,00			10.000,00
12.122.0002.1.379	Implementação do CMPIR - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.	10.000,00			10.000,00
12.122.0002.1.380	Implementação de Políticas - Educação, Diversidade Etnicorracial e Direitos Humanos	50.500,00			50.500,00
12.122.0002.1.381	Criação de Equipe Específica	20.000,00			20.000,00
12.122.0002.1.382	Implementação de Formação Continuada	100.000,00			100.000,00
12.122.0002.2.161	Gestão de Pessoas		100.000,00		100.000,00
12.122.0002.2.165	Manutenção e Encargos das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		12.331.000,00		12.331.000,00
12.122.0002.2.166	Manutenção e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social		100.000,00		100.000,00
Unidade: 08.03 Desenvolvimento do Ensino da Educação Básica		17.388.143,00	19.076.433,00	0,00	36.464.576,00
12	Educação	17.388.143,00	19.076.433,00		36.464.576,00
12.361	Ensino Fundamental	1.485.143,00	16.180.433,00		17.665.576,00
12.361.0103	Ensino Fundamental	1.485.143,00	16.180.433,00		17.665.576,00
12.361.0103.1.163	Melhoria do Ensino Fundamental Anos Iniciais.	50.000,00			50.000,00
12.361.0103.1.317	Projovem Urbano	685.000,00			685.000,00
12.361.0103.1.367	Implantação de Unidades Escolares em Tempo Integral	60.000,00			60.000,00
12.361.0103.1.383	Implantação do Projeto Arte e Cidadania	140.000,00			140.000,00
12.361.0103.1.384	Atendimento a demanda dos anos inicias	50.000,00			50.000,00
12.361.0103.1.385	Melhoria na qualidade da Educação Básica	70.000,00			70.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		19.347.643,00	99.893.721,00	0,00	119.241.364,00
Unidade: 08.03 Desenvolvimento do Ensino da Educação Básica		17.388.143,00	19.076.433,00	0,00	36.464.576,00
12	Educação	17.388.143,00	19.076.433,00		36.464.576,00
12.361	Ensino Fundamental	1.485.143,00	16.180.433,00		17.665.576,00
12.361.0103	Ensino Fundamental	1.485.143,00	16.180.433,00		17.665.576,00

12.361.0103.1.386	Contratação de Assessoria	200.000,00			200.000,00
12.361.0103.1.387	Politica Educacional do Município	100.000,00			100.000,00
12.361.0103.1.388	Programas do Governo Federal e Municipal	130.143,00			130.143,00
12.361.0103.2.085	Manutenção de Vagas para Educação de Jovens e Adultos EJA 1º e 2º segmento		547.000,00		547.000,00
12.361.0103.2.087	Manter as Atividades do Ensino Fundamental Anos Finais		3.821.973,50		3.821.973,50
12.361.0103.2.088	Manter as Atividades do Ensino Fundamental Anos Iniciais		5.796.973,50		5.796.973,50
12.361.0103.2.147	Manter a Educação do Campo		386.000,00		386.000,00
12.361.0103.2.180	Manutenção do PNAE (Alimentação Escolar)		4.091.375,00		4.091.375,00
12.361.0103.2.186	Manutenção e Encargos do EJA 40%		1.040.600,00		1.040.600,00
12.361.0103.2.209	Manutenção da Frota		173.974,00		173.974,00
12.361.0103.2.210	Formação Continuada		20.000,00		20.000,00
12.361.0103.2.211	Transporte para alunos da zona rural		302.537,00		302.537,00
12.363	Ensino Profissional	500.000,00			500.000,00
12.363.0105	Educação Tecnológica e Profissional	500.000,00			500.000,00
12.363.0105.1.166	Implementação de Ações Visando a Educação Tecnologica e Profissional	500.000,00			500.000,00
12.365	Educação Infantil	15.120.000,00	2.896.000,00		18.016.000,00
12.365.0104	Educação Infantil	15.120.000,00	2.896.000,00		18.016.000,00
12.365.0104.1.315	Construção de Creches/Pré-escola nos bairros-Niterói, Eldorado, Ataíde Ferreira, A.Curvo, N.Mundo,S.	14.400.000,00			14.400.000,00
12.365.0104.1.389	Implantação da Política da Educação Infantil no Municipio	50.000,00			50.000,00
12.365.0104.1.390	Adequação do espaço de recreação ao ar livre.	120.000,00			120.000,00
12.365.0104.1.391	Implementação de Brinquedotecas	250.000,00			250.000,00
12.365.0104.1.392	Formação Continuada da Educação Infantil	300.000,00			300.000,00
12.365.0104.2.089	Manutenção da Educação Infantil		2.896.000,00		2.896.000,00
12.367	Educação Especial	283.000,00			283.000,00
12.367.0102	Educação Especial	283.000,00			283.000,00
12.367.0102.1.393	Implementação de políticas de inclusão digital de educandos com deficiência.	50.000,00			50.000,00
12.367.0102.1.394	Implementação de Ações Visando a Ampliação da Educação Especial em parceria com a rede Estadual	23.000,00			23.000,00
12.367.0102.1.395	Atendimento no Centro Especializado João Ribeiro Filho	50.000,00			50.000,00
12.367.0102.1.396	Acessibilidade	60.000,00			60.000,00
12.367.0102.1.397	Ampliação da equipe do Centro João Ribeiro Filho/Saúde	100.000,00			100.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		19.347.643,00	99.893.721,00	0,00	119.241.364,00
Unidade: 08.04 Desenvolvimento do Ensino Superior		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
12	Educação		50.000,00		50.000,00
12.364	Ensino Superior		50.000,00		50.000,00
12.364.0106	Ensino Superior		50.000,00		50.000,00
12.364.0106.2.162	Ensino Superior		50.000,00		50.000,00
Unidade: 08.05 FUNDEB		0,00	68.236.288,00	0,00	68.236.288,00
12	Educação		68.236.288,00		68.236.288,00
12.361	Ensino Fundamental		39.328.500,00		39.328.500,00
12.361.0103	Ensino Fundamental		39.328.500,00		39.328.500,00
12.361.0103.2.183	Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental 60%		21.112.648,40		21.112.648,40
12.361.0103.2.184	Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental 40%		17.140.051,60		17.140.051,60
12.361.0103.2.185	Manutenção e Encargos do EJA 60%		1.075.800,00		1.075.800,00
12.365	Educação Infantil		27.867.188,00		27.867.188,00
12.365.0104	Educação Infantil		27.867.188,00		27.867.188,00
12.365.0104.2.181	Manutenção e Encargos do Ensino Infantil 60%		18.444.188,00		18.444.188,00
12.365.0104.2.182	Manutenção e Encargos do Ensino Infantil 40%		9.423.000,00		9.423.000,00
12.367	Educação Especial		1.040.600,00		1.040.600,00
12.367.0102	Educação Especial		1.040.600,00		1.040.600,00
12.367.0102.2.187	Manutenção e Encargos da Educação Especial 60%		932.800,00		932.800,00
12.367.0102.2.188	Manutenção e Encargos da Educação Especial 40%		107.800,00		107.800,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		24.869.327,79	108.935.319,41	0,00	133.904.647,20
Unidade: 09.01 Gabinete do Secretário		609.406,11	31.005.117,12	0,00	31.614.523,23
10	Saúde	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122	Administração Geral	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122.0015	Gestão em Saúde	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122.0015.1.050	Modernização Administrativa e Gerencial da Gestão Municipal de Saúde	20.000,00			20.000,00
10.122.0015.1.450	Implementação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) da SMS	589.406,11			589.406,11
10.122.0015.2.033	Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).		30.542.617,12		30.542.617,12
10.122.0015.2.034	Formação e Qualificação dos trabalhadores do SUS		60.000,00		60.000,00
10.122.0015.2.035	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e Ouvidoria do SUS		189.500,00		189.500,00
10.122.0015.2.063	Manutenção e Encargos das Atividades do Hospital e Pronto Socorro Municipal.		158.000,00		158.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		24.869.327,79	108.935.319,41	0,00	133.904.647,20
Unidade: 09.01 Gabinete do Secretário		609.406,11	31.005.117,12	0,00	31.614.523,23
10	Saúde	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122	Administração Geral	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122.0015	Gestão em Saúde	609.406,11	31.005.117,12		31.614.523,23
10.122.0015.2.145	Manutenção da Gestão Administrativa e Financeira do Hospital e Pronto Socorro Municipal		55.000,00		55.000,00
Unidade: 09.02 Fundo Municipal de Saúde		24.259.921,68	77.930.202,29	0,00	102.290.123,97
10	Saúde	24.259.921,68	77.930.202,29		102.290.123,97
10.301	Atenção Básica	20.484.792,22	32.391.315,06		52.976.107,28
10.301.0003	Atenção Primaria	11.560.197,00	12.666.315,06		24.226.512,06
10.301.0003.1.051	Ampliação da cobertura populacional estimada pela Estratégia Saúde da Família (ESF).	10.005.197,00			10.005.197,00
10.301.0003.1.052	Ampliação e Manutenção de Equipe de Saúde Bucal (ESB) na Equipe Saúde da Família	240.000,00			240.000,00
10.301.0003.1.053	Implantação da Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.	100.000,00			100.000,00
10.301.0003.1.054	Aquisição e Manutenção de Veículos e Ambulâncias	200.000,00			200.000,00
10.301.0003.1.279	Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.	100.000,00			100.000,00
10.301.0003.1.294	Implantação de Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.	250.000,00			250.000,00
10.301.0003.1.295	Implantação da Política Nacional de Humanização no SUS (HumanizaSUS) na rede municipal de saúde.	100.000,00			100.000,00
10.301.0003.1.296	Implantação de equipe de saúde rural.	200.000,00			200.000,00
10.301.0003.1.297	Implantação da atenção à saúde da mulher em todo o seu ciclo de vida.	145.000,00			145.000,00
10.301.0003.1.451	Readequação das Unidades de Saúde da Família e Centros de Saúde existentes.	220.000,00			220.000,00
10.301.0003.2.095	Efetivação e implementação das ações e serviços de assistência às doenças transmissíveis, na atenção		256.500,00		256.500,00
10.301.0003.2.099	Efetivação e implementação dos serviços nas unidades básicas de saúde		130.000,00		130.000,00

10.301.0003.2.104	Implementação das Ações de Saúde Materno e Infantil		430.000,00		430.000,00
10.301.0003.2.168	Implementação das Ações de Atenção Básica		3.230.000,00		3.230.000,00
10.301.0003.2.173	Implementação da equipe do consultório na rua		172.000,00		172.000,00
10.301.0003.2.191	Manutenção das ESF, NASF, ESB, PACS, e PASCAR.		7.877.815,06		7.877.815,06
10.301.0003.2.193	Manutenção das atividades de Atenção Primária nas Policlinicas		360.000,00		360.000,00
10.301.0003.2.221	Fortalecimento das ações de promoção, prevenção e detecção precoce do cancer do colo do útero		210.000,00		210.000,00
10.301.0004	Atenção Secundária	8.924.595,22	19.725.000,00		28.749.595,22
10.301.0004.1.299	Manutenção dos serviços de assistência ao paciente com Hanseníase.	155.000,00			155.000,00
10.301.0004.1.307	Construção, implantação e manutenção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 hs. para atendimento	8.404.595,22			8.404.595,22
10.301.0004.1.319	Ampliação das ações do Centro Integrado da Mulher (CIM).	365.000,00			365.000,00
10.301.0004.2.097	Implementação e Fortalecimento das ações e serviços de média e alta complexidade.		15.495.000,00		15.495.000,00
10.301.0004.2.098	Consolidação das ações de promoção, prevenção, assistência e tratamento das pessoas com DST/HIV/AIDS		877.000,00		877.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		24.869.327,79	108.935.319,41	0,00	133.904.647,20
Unidade: 09.02 Fundo Municipal de Saúde		24.259.921,68	77.930.202,29	0,00	102.290.123,97
10	Saúde	24.259.921,68	77.930.202,29		102.290.123,97
10.301	Atenção Básica	20.484.792,22	32.391.315,06		52.976.107,28
10.301.0004	Atenção Secundária	8.924.595,22	19.725.000,00		28.749.595,22
10.301.0004.2.100	Consolidação das Ações de Reabilitação Ortopédica e Motora desenvolvidas pelo CRIDAC Várzea Grande		413.000,00		413.000,00
10.301.0004.2.102	Manutenção das Policlinicas para Desenvolverem Ações de Média Complexidade.		388.000,00		388.000,00
10.301.0004.2.103	Manutenção do Centro de Especialidades Médicas.		295.000,00		295.000,00
10.301.0004.2.105	Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): CAPS TM; CAPS ad e CAPS i.		1.827.000,00		1.827.000,00
10.301.0004.2.224	Fortalecimento das ações do Centro de Doenças Tropicais.		430.000,00		430.000,00
10.301.0004.9.003	Operacionalizar transferências às entidades que prestam atendimento à pessoa com dependência química				100.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.780.629,46	35.622.382,88		37.403.012,34
10.302.0011	Atenção Terciária	1.780.629,46	35.622.382,88		37.403.012,34
10.302.0011.1.131	Implantação do Nucleo de Segurança e Medicina do Trabalho do PSHMVG	352.629,46			352.629,46
10.302.0011.1.134	Gestão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (PGRSS).	330.000,00			330.000,00
10.302.0011.1.264	Expansão e Melhoria do Atendimento dos Usuários do Pronto Socorro Municipal	1.098.000,00			1.098.000,00
10.302.0011.2.066	Capacitação de Recursos Humanos		50.000,00		50.000,00
10.302.0011.2.144	Manutenção do Atendimento dos Usuários do Pronto Socorro Municipal		35.572.382,88		35.572.382,88
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.665.500,00	2.214.406,03		3.879.906,03
10.303.0020	Assistência Farmaceutica	1.665.500,00	2.214.406,03		3.879.906,03
10.303.0020.1.060	Implantar a Política Nacional de Medicamentos.	1.665.500,00			1.665.500,00
10.303.0020.2.225	Provimento de medicamentos ao sistema e serviços de saúde.		1.956.506,03		1.956.506,03
10.303.0020.2.228	Manutenção das Unidades Farmácia Popular		257.900,00		257.900,00
10.304	Vigilância Sanitária	199.000,00	430.000,00		629.000,00
10.304.0021	Vigilância em Saúde	199.000,00	430.000,00		629.000,00
10.304.0021.1.300	Implantação de corpo jurídico da Vigilância Sanitária (VISA).	110.000,00			110.000,00
10.304.0021.1.301	Ampliação do Programa de Vigilância Nutricional e Alimentar	89.000,00			89.000,00
10.304.0021.2.040	Implementação da Vigilância Sanitária de produtos e serviços.		430.000,00		430.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	130.000,00	7.272.098,32		7.402.098,32
10.305.0021	Vigilância em Saúde	130.000,00	7.272.098,32		7.402.098,32
10.305.0021.1.059	Ampliação das ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.	130.000,00			130.000,00
10.305.0021.2.041	Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental e Controle Vetorial e Implementação do Centro de Contro		1.270.000,00		1.270.000,00
10.305.0021.2.179	Manuntenção das Atividades do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.		5.115.000,00		5.115.000,00
10.305.0021.2.222	Estruturação da Vigilância Epidemiológica.		540.000,00		540.000,00
10.305.0021.2.223	Implementação da saúde do trabalhador.		347.098,32		347.098,32
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO		390.874.566,60	6.989.197,50	0,00	397.863.764,10
Unidade: 10.01 Gabinete do Secretario		0,00	6.989.197,50	0,00	6.989.197,50
15	Urbanismo		6.989.197,50		6.989.197,50
15.122	Administração Geral		6.989.197,50		6.989.197,50
15.122.0002	Apoio Administrativo		6.989.197,50		6.989.197,50
15.122.0002.2.050	Manutenção das Atividades da Secretaria.		6.989.197,50		6.989.197,50
Unidade: 10.08 Coordenadoria de Obras e Tráfego		390.874.566,60	0,00	0,00	390.874.566,60
15	Urbanismo	390.874.566,60			390.874.566,60
15.122	Administração Geral	1.500.000,00			1.500.000,00
15.122.0002	Apoio Administrativo	1.500.000,00			1.500.000,00
15.122.0002.1.285	Elaboração de Estudos e Projetos	1.500.000,00			1.500.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	389.264.566,60			389.264.566,60
15.451.0022	Infra Estrutura Urbana	385.254.566,60			385.254.566,60
15.451.0022.1.065	Revitalização de Córregos.	45.000,00			45.000,00
15.451.0022.1.068	Construção e Recuperação de Praça Pública	100.000,00			100.000,00
15.451.0022.1.152	Mobilidade Urbana	250.000,00			250.000,00
15.451.0022.1.153	Construção, Ampliação e Reforma de Edificios Públicos.	505.000,00			505.000,00
15.451.0022.1.256	Reforma e Revitalização de Praças	200.000,00			200.000,00
15.451.0022.1.257	Reforma e Construção de Quadras e Ginágios de Esportes	100.000,00			100.000,00
15.451.0022.1.258	Assessoramento e Fiscalização de Obras	150.000,00			150.000,00
15.451.0022.1.281	Revitalização e Urbanização	200.000,00			200.000,00
15.451.0022.1.308	Apoio a Prevenção e Erradicação de Risco em Assentamentos Precários	123.000,00			123.000,00
15.451.0022.1.310	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Projeto Pantanal	83.389.353,18			83.389.353,18
15.451.0022.1.311	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água	112.245.964,00			112.245.964,00
15.451.0022.1.312	Urbanização de Assentamento Precário/ Jardim Icaraí e São João	20.717.000,00			20.717.000,00
15.451.0022.1.324	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento para o Municipio de Várzea Grande-MT	1.452.249,42			1.452.249,42
15.451.0022.1.432	Urbanização de Áreas de Interesse Social	177.000,00			177.000,00
15.451.0022.1.433	Execução de Obras de Saneamento Integrado.	164.400.000,00			164.400.000,00
15.451.0022.1.434	Pavimentação e Qualificação de vias Urbanas	200.000,00			200.000,00
15.451.0022.1.470	Feira Livre	1.000.000,00			1.000.000,00
15.451.0024	Sistema Viário Municipal	4.010.000,00			4.010.000,00
15.451.0024.1.075	Duplicação, Pavimentação e Recuperação de Vias Urbanas.	1.880.000,00			1.880.000,00
15.451.0024.1.077	Construção de Ciclovias e Calçadas	100.000,00			100.000,00
15.451.0024.1.149	Construção de Galerias de Água Pluviais	500.000,00			500.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00

Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO		390.874.566,60	6.989.197,50	0,00	397.863.764,10
Unidade: 10.08 Coordenadoria de Obras e Tráfego		390.874.566,60	0,00	0,00	390.874.566,60
15	Urbanismo	390.874.566,60			390.874.566,60
15.451	Infra-Estrutura Urbana	389.264.566,60			389.264.566,60
15.451.0024	Sistema Viário Municipal	4.010.000,00			4.010.000,00
15.451.0024.1.150	Cosntrução de Pontes de Concreto e Madeira.	500.000,00			500.000,00
15.451.0024.1.286	Recuperação de Vias Sem Asfalto	750.000,00			750.000,00
15.451.0024.1.287	Construção de Trevos	150.000,00			150.000,00
15.451.0024.1.430	Construção de Viadutos	10.000,00			10.000,00
15.451.0024.1.431	Revitalização Urbana	120.000,00			120.000,00
15.452	Serviços Urbanos	110.000,00			110.000,00
15.452.0022	Infra Estrutura Urbana	110.000,00			110.000,00
15.452.0022.1.098	Ampliação e Manutenção do Cemitério Público	100.000,00			100.000,00
15.452.0022.1.127	Fiscalizar os Espaços Públicos e Formalizar Parcerias	10.000,00			10.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.369.729,00	9.065.192,36	0,00	13.434.921,36
Unidade: 11.01 Gabinete da Secretária		153.480,00	1.000.000,00	0,00	1.153.480,00
08	Assistência Social	153.480,00	1.000.000,00		1.153.480,00
08.122	Administração Geral	153.480,00	1.000.000,00		1.153.480,00
08.122.0002	Apoio Administrativo	153.480,00	1.000.000,00		1.153.480,00
08.122.0002.1.302	Organização do Sistema Único da Assistência Social	153.480,00			153.480,00
08.122.0002.2.048	Manutenção do Restaurante Popular		1.000.000,00		1.000.000,00
Unidade: 11.02 Fundo Muinicipal de Assistência Social		4.216.249,00	6.815.192,36	0,00	11.031.441,36
08	Assistência Social	4.216.249,00	6.815.192,36		11.031.441,36
08.122	Administração Geral	258.000,00	5.186.000,36		5.444.000,36
08.122.0002	Apoio Administrativo	258.000,00	5.186.000,36		5.444.000,36
08.122.0002.1.398	Implantação do Fundo Municipal de Assistência Social	58.000,00			58.000,00
08.122.0002.1.399	Implantar 02 Conselhos Tutelares	200.000,00			200.000,00
08.122.0002.2.213	Manter os 4 conselhos da área social de Várzea Grande.		30.000,00		30.000,00
08.122.0002.2.214	Manter o funcionamento da Secretaria Municipal conforme a NOB/SUAS.		5.126.000,36		5.126.000,36
08.122.0002.2.215	Operacionalizar as atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente		30.000,00		30.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.369.729,00	9.065.192,36	0,00	13.434.921,36
Unidade: 11.02 Fundo Muinicipal de Assistência Social		4.216.249,00	6.815.192,36	0,00	11.031.441,36
08	Assistência Social	4.216.249,00	6.815.192,36		11.031.441,36
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.972.193,00	274.652,00		3.246.845,00
08.243.0041	Proteção Social Básica	1.899.000,00	136.502,00		2.035.502,00
08.243.0041.1.313	Projovem Trabalhador	1.899.000,00			1.899.000,00
08.243.0041.2.216	Manutenção do Programa Projovem adolescente		136.502,00		136.502,00
08.243.0042	Proteção Social Especial	1.073.193,00	138.150,00		1.211.343,00
08.243.0042.1.278	Apoio aos Conselhos Tutelares de Varzea Grande	10.000,00			10.000,00
08.243.0042.1.304	Implementação dos Serviços Socioassistenciais e Benefícios Eventuais(FUMIS)	276.453,00			276.453,00
08.243.0042.1.400	Implantação do Serviço de Convivência Familiar e Comunitária	130.160,00			130.160,00
08.243.0042.1.401	Centro - Dia de Referência	485.580,00			485.580,00
08.243.0042.1.402	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS - POP (População de Rua)	171.000,00			171.000,00
08.243.0042.2.113	Manutenção e Operacionalização da Casa de Amparo		57.760,00		57.760,00
08.243.0042.2.146	Casa de Passagem		60.390,00		60.390,00
08.243.0042.2.217	Serviço de Abrigamento de Adultos		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	986.056,00	1.354.540,00		2.340.596,00
08.244.0041	Proteção Social Básica	711.156,00	1.354.540,00		2.065.696,00
08.244.0041.1.085	Erradicação do Trabalho Infantil	583.156,00			583.156,00
08.244.0041.1.303	Implementação dos Serviços Intersetoriais e Projetos Especiais (FEAS)	128.000,00			128.000,00
08.244.0041.2.094	Cadastro Único/Bolsa Família		898.175,00		898.175,00
08.244.0041.2.112	CRAS - Centro de Referência Assistência Social		456.365,00		456.365,00
08.244.0042	Proteção Social Especial	274.900,00			274.900,00
08.244.0042.1.087	Centro de Referência Especializado da Assistência Socia - CREAS	274.900,00			274.900,00
Unidade: 11.03 Fundo da Infancia e Adolescente		0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08	Assistência Social		600.000,00		600.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		600.000,00		600.000,00
08.243.0042	Proteção Social Especial		600.000,00		600.000,00
08.243.0042.2.153	Manutenção de Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com direitos violados		600.000,00		600.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.369.729,00	9.065.192,36	0,00	13.434.921,36
Unidade: 11.04 Fundo Municipal de Assistência ao Idoso		0,00	650.000,00	0,00	650.000,00
08	Assistência Social		650.000,00		650.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		650.000,00		650.000,00
08.241.0042	Proteção Social Especial		650.000,00		650.000,00
08.241.0042.2.151	Abrigamento e Apoio aos Idosos		650.000,00		650.000,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE		7.514.066,09	14.859.197,50	0,00	22.373.263,59
Unidade: 12.01 Gabinete do Secretario		0,00	7.489.197,50	0,00	7.489.197,50
15	Urbanismo		7.489.197,50		7.489.197,50
15.122	Administração Geral		7.489.197,50		7.489.197,50
15.122.0002	Apoio Administrativo		7.489.197,50		7.489.197,50
15.122.0002.2.053	Manutenção e Limpeza dos Logradouros Públicos.		7.489.197,50		7.489.197,50
Unidade: 12.05 Superintendência de Trânsito e Transp Urbanos-STU		974.066,09	200.000,00	0,00	1.174.066,09
15	Urbanismo	974.066,09			974.066,09
15.452	Serviços Urbanos	974.066,09			974.066,09
15.452.0022	Infra Estrutura Urbana	120.000,00			120.000,00
15.452.0022.1.074	Construção e Recuperação de Abrigos para Passageiros.	120.000,00			120.000,00
15.452.0023	Gestão de Transporte	854.066,09			854.066,09
15.452.0023.1.018	Implantação e Manutenção da Sinalização do Município	854.066,09			854.066,09
26	Transporte		200.000,00		200.000,00
26.453	Transportes Coletivos Urbanos		200.000,00		200.000,00
26.453.0023	Gestão de Transporte		200.000,00		200.000,00
26.453.0023.2.076	Vistoria e Fiscalização do Transporte.		200.000,00		200.000,00
Unidade: 12.09 Coordenadoria de Serviços Urbanos		6.540.000,00	7.170.000,00	0,00	13.710.000,00
15	Urbanismo	320.000,00	7.170.000,00		7.490.000,00

15.452	Serviços Urbanos	320.000,00	7.170.000,00		7.490.000,00
15.452.0031	Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos	320.000,00	7.170.000,00		7.490.000,00
15.452.0031.1.096	Construção e Manutenção do Aterro Sanitário.	20.000,00			20.000,00
15.452.0031.1.126	Limpeza de Canais e Valas da Cidade.	300.000,00			300.000,00
15.452.0031.2.189	Manutenção da Coleta de Lixo		7.170.000,00		7.170.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE		7.514.066,09	14.859.197,50	0,00	22.373.263,59
Unidade: 12.09 Coordenadoria de Serviços Urbanos		6.540.000,00	7.170.000,00	0,00	13.710.000,00
25	Energia	6.220.000,00			6.220.000,00
25.752	Energia Elétrica	6.220.000,00			6.220.000,00
25.752.0026	Energia Urbana e Rural	6.220.000,00			6.220.000,00
25.752.0026.1.081	Implantar Serviços de Eletrificação Rural	100.000,00			100.000,00
25.752.0026.1.082	Instalação da Rede de Distribuição de Gás Natural	20.000,00			20.000,00
25.752.0026.1.097	Ampliação e Melhoria da Iluminação Pública	5.300.000,00			5.300.000,00
25.752.0026.1.435	Ampliar e manter a Rede de Iluminação Pública.	800.000,00			800.000,00
Órgão: 13.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		420.000,00	4.480.000,00	0,00	4.900.000,00
Unidade: 13.01 Gabinete do	Secretário	420.000,00	4.480.000,00	0,00	4.900.000,00
04	Administração	420.000,00	4.480.000,00		4.900.000,00
04.122	Administração Geral	310.000,00	1.065.000,00		1.375.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	310.000,00	1.065.000,00		1.375.000,00
04.122.0002.1.157	Capacitação de Funcionarios	10.000,00			10.000,00
04.122.0002.1.158	Aquisição de Equipamento, Moveis e Utensilios	200.000,00			200.000,00
04.122.0002.1.436	Implantar a Cidade Digital	100.000,00			100.000,00
04.122.0002.2.054	Manutenção e Encargos da SECOM		1.065.000,00		1.065.000,00
04.131	Comunicação Social	110.000,00	3.415.000,00		3.525.000,00
04.131.0032	Comunicação Social e Marketing Público	110.000,00	3.415.000,00		3.525.000,00
04.131.0032.1.101	Criação, Implantação e Manutenção do Sistema on line	10.000,00			10.000,00
04.131.0032.1.102	Criação e Manutenção da Rádio SECOM	30.000,00			30.000,00
04.131.0032.1.437	Criaçao e Manutençao da WEB TV	45.000,00			45.000,00
04.131.0032.1.438	Implementar uma rede de comunicaçao popular VG Mais digital.	25.000,00			25.000,00
04.131.0032.2.055	Serviços de Publicidades, Produção e Consultoria		1.350.000,00		1.350.000,00
04.131.0032.2.156	Campanhas de Publicidades		1.740.000,00		1.740.000,00
04.131.0032.2.157	Assessoramento e Organização de Eventos		300.000,00		300.000,00
04.131.0032.2.220	Criação e manutenção da Estação Multimidia no terminal Andre Maggi.		25.000,00		25.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA		585.000,00	2.443.000,00	0,00	3.028.000,00
Unidade: 14.01 Gabinete do Secretário		20.000,00	2.208.000,00	0,00	2.228.000,00
27	Desporto e Lazer	20.000,00	2.208.000,00		2.228.000,00
27.122	Administração Geral	20.000,00	2.208.000,00		2.228.000,00
27.122.0002	Apoio Administrativo	20.000,00	2.208.000,00		2.228.000,00
27.122.0002.1.403	Melhorar a participação da Secretaria nos eventos	20.000,00			20.000,00
27.122.0002.2.056	Manutenção das Atividades da Secretaria		2.188.000,00		2.188.000,00
27.122.0002.2.229	Capacitação dos agentes desportivos do municipio		20.000,00		20.000,00
Unidade: 14.02 Coordenadoria de Esporte e Lazer		125.000,00	85.000,00	0,00	210.000,00
27	Desporto e Lazer	125.000,00	85.000,00		210.000,00
27.812	Desporto Comunitário	125.000,00	85.000,00		210.000,00
27.812.0033	Desenvolvimento do Esporte e Lazer	125.000,00	20.000,00		145.000,00
27.812.0033.1.104	Construção de Praça Esportivas	30.000,00			30.000,00
27.812.0033.1.404	Incentivar a preparação de Atletas em diversas modalidades esportivas.	20.000,00			20.000,00
27.812.0033.1.405	Incentivar a realização de Eventos destinados ao lazer da População.	30.000,00			30.000,00
27.812.0033.1.406	Incentivar o Desenvolvimento do Desporto Comunitário nos Bairros e Distritos.	45.000,00			45.000,00
27.812.0033.2.057	Programa Esportivo		20.000,00		20.000,00
27.812.0034	Desporto Estudantil		65.000,00		65.000,00
27.812.0034.2.058	Incentivos a Participação em Eventos		65.000,00		65.000,00
Unidade: 14.03 Coordenadoria de Cultura		440.000,00	150.000,00	0,00	590.000,00
13	Cultura	440.000,00	150.000,00		590.000,00
13.392	Difusão Cultural	440.000,00	150.000,00		590.000,00
13.392.0014	Apoio e Incentivo a Cultura	440.000,00	150.000,00		590.000,00
13.392.0014.1.165	Expansão de Apoio e Incentivo a Cultura	100.000,00			100.000,00
13.392.0014.1.407	Implantar Bibliotecas infantis e brinquedotecas.	30.000,00			30.000,00
13.392.0014.1.408	Elaborar Projeto de Lei de Incentivo à cultura.	30.000,00			30.000,00
13.392.0014.1.409	Implantar Espaços Multiculturais /Feira de Arte	250.000,00			250.000,00
13.392.0014.1.410	Desenvolver ações de fomento à leitura e produção literária.	30.000,00			30.000,00
13.392.0014.2.084	Manutenção e Encargos das Atividades da Cultura		150.000,00		150.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 15.00 SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL		61.400,00	5.709.955,77	0,00	5.771.355,77
Unidade: 15.01 Gabinete do Secretário		61.400,00	5.709.955,77	0,00	5.771.355,77
06	Segurança Pública	61.400,00	5.709.955,77		5.771.355,77
06.122	Administração Geral		5.627.955,77		5.627.955,77
06.122.0002	Apoio Administrativo		5.627.955,77		5.627.955,77
06.122.0002.2.059	Manutenção das Atividades da Guarda Municipal		5.627.955,77		5.627.955,77
06.181	Policiamento	61.400,00	80.000,00		141.400,00
06.181.0035	Segurança Pública Municipal	61.400,00	80.000,00		141.400,00
06.181.0035.1.143	Operações integradas de Ações de Meio Ambiente e Monumentos Históricos	2.000,00			2.000,00
06.181.0035.1.144	Implantação de 05 Postos Operacionais em Várzea Grande	19.400,00			19.400,00
06.181.0035.1.411	Proteção das instalações, bens e serviços municipais.	6.000,00			6.000,00
06.181.0035.1.412	Controle e segurança do tráfego urbano.	17.000,00			17.000,00
06.181.0035.1.413	Educação para o um Trânsito seguro	4.000,00			4.000,00
06.181.0035.1.414	Politica de prevenção a violência urbana.	9.000,00			9.000,00
06.181.0035.1.415	Plano Municipal de Participação Comunitária e Trabalho Social	4.000,00			4.000,00
06.181.0035.2.080	Atendimento a Acidentes de Trânsito		80.000,00		80.000,00
06.182	Defesa Civil		2.000,00		2.000,00
06.182.0035	Segurança Pública Municipal		2.000,00		2.000,00
06.182.0035.2.079	Ações de Defesa Civil		2.000,00		2.000,00

Órgão: 16.00 SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO		349.000,00	1.609.050,00	0,00	1.958.050,00
Unidade: 16.01 Gabinete do Secretário		349.000,00	1.449.050,00	0,00	1.798.050,00
22	Indústria	75.000,00	1.449.050,00		1.524.050,00
22.122	Administração Geral		1.449.050,00		1.449.050,00
22.122.0002	Apoio Administrativo		1.449.050,00		1.449.050,00
22.122.0002.2.061	Manutenção das Atividades da Secretaria		1.449.050,00		1.449.050,00
22.661	Promoção Industrial	75.000,00			75.000,00
22.661.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00			75.000,00
22.661.0036.1.108	Incentivo a Industrialização	15.000,00			15.000,00
22.661.0036.1.269	Fomentar o Setor de Industrias	60.000,00			60.000,00
23	Comércio e Serviços	274.000,00			274.000,00
23.691	Promoção Comercial	199.000,00			199.000,00
23.691.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	199.000,00			199.000,00
23.691.0036.1.170	Fomentar o Setor de Comércio e Serviços	134.000,00			134.000,00
23.691.0036.1.270	Apoio a Emprrndimentos Informais	65.000,00			65.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 16.00 SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO		349.000,00	1.609.050,00	0,00	1.958.050,00
Unidade: 16.01 Gabinete do Secretário		349.000,00	1.449.050,00	0,00	1.798.050,00
23	Comércio e Serviços	274.000,00			274.000,00
23.695	Turismo	75.000,00			75.000,00
23.695.0036	Apoio ao Empreendedorismo Municipal	75.000,00			75.000,00
23.695.0036.1.109	Fomentar a Atividade Turistica	75.000,00			75.000,00
Unidade: 16.02 Coordenadoria do Sine		0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
11	Trabalho		160.000,00		160.000,00
11.332	Relação Trabalho		160.000,00		160.000,00
11.332.0008	Trabalho e Renda		160.000,00		160.000,00
11.332.0008.2.091	Manutenção do SINE		160.000,00		160.000,00
Órgão: 21.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS		215.000,00	1.485.000,00	0,00	1.700.000,00
Unidade: 21.01 Gabinete do Secretário		215.000,00	1.485.000,00	0,00	1.700.000,00
04	Administração	215.000,00	1.485.000,00		1.700.000,00
04.122	Administração Geral	215.000,00	1.485.000,00		1.700.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	215.000,00	1.485.000,00		1.700.000,00
04.122.0002.1.291	Sistema da Informações Estratégicas	25.000,00			25.000,00
04.122.0002.1.428	Estrategia Para Copa 2014	10.000,00			10.000,00
04.122.0002.1.429	Politica de Segurança Publica	180.000,00			180.000,00
04.122.0002.2.077	Manutenção do Sistema - Geoprocessamento e Referenciamento		825.000,00		825.000,00
04.122.0002.2.142	Atividades da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos		660.000,00		660.000,00
Órgão: 23.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	4.180.000,00	0,00	33.973.694,98
Unidade: 23.01 Encargos Gerais do Município		0,00	4.180.000,00	0,00	33.973.694,98
03	Essencial à Justiça				4.348.505,00
03.092	Representação Judicial e Extra Judicial				4.348.505,00
03.092.0002	Apoio Administrativo				4.348.505,00
03.092.0002.9.002	Análise de Sentenças e Liquidação de Precatórios				4.348.505,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 23.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	4.180.000,00	0,00	33.973.694,98
Unidade: 23.01 Encargos Gerais do Município		0,00	4.180.000,00	0,00	33.973.694,98
04	Administração		4.180.000,00		4.180.000,00
04.123	Administração Financeira		4.180.000,00		4.180.000,00
04.123.0010	Modernização da Administração Fiscal		4.180.000,00		4.180.000,00
04.123.0010.2.106	Contribuição para Formação da Participação dos Serviços Públicos - PASEP		4.180.000,00		4.180.000,00
28	Encargos Especiais				25.445.189,98
28.846	Outros Encargos Especiais				25.445.189,98
28.846.0002	Apoio Administrativo				25.445.189,98
28.846.0002.9.001	Administração e Manutenção da Dívida Pública				25.445.189,98
Órgão: 24.00 RESERVA DE CONTIGENCIA		0,00	0,00	0,00	100.000,00
Unidade: 24.01 Reserva de Contigência		0,00	0,00	0,00	100.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.0099	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.0099.9.999	Reserva de Contigência				100.000,00
Órgão: 25.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		200.000,00	1.700.000,00	0,00	1.900.000,00
Unidade: 25.01 Gabinete do Secretário		200.000,00	1.700.000,00	0,00	1.900.000,00
02	Judiciária	100.000,00			100.000,00
02.123	Administração Financeira	100.000,00			100.000,00
02.123.0002	Apoio Administrativo	100.000,00			100.000,00
02.123.0002.1.454	Implantar 1 Programa de equilibrio financeiro para o Municipio.	100.000,00			100.000,00
04	Administração	100.000,00	1.700.000,00		1.800.000,00
04.123	Administração Financeira	100.000,00	1.700.000,00		1.800.000,00
04.123.0002	Apoio Administrativo	100.000,00	1.700.000,00		1.800.000,00
04.123.0002.1.455	Reavaliar as Previsões Financeiro com base nas Receitas e Repasses Constitucionais.	50.000,00			50.000,00
04.123.0002.1.456	Programar e Administrar os Recursos Orçamentarios e Financeiros com Transparência e Eficiência.	50.000,00			50.000,00
04.123.0002.2.200	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças		1.680.000,00		1.680.000,00
04.123.0002.2.202	Manutenção da Superintendência de contabilidade.		20.000,00		20.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 27.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA		612.000,00	7.148.000,00	0,00	7.760.000,00
Unidade: 27.01 Gabinete do Secretário		612.000,00	7.148.000,00	0,00	7.760.000,00
04	Administração	612.000,00	7.148.000,00		7.760.000,00
04.122	Administração Geral		7.073.000,00		7.073.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo		7.073.000,00		7.073.000,00
04.122.0002.2.012	Manutenção das Atividades da Secretaria		7.073.000,00		7.073.000,00
04.123	Administração Financeira	612.000,00	75.000,00		687.000,00
04.123.0010	Modernização da Administração Fiscal	612.000,00	75.000,00		687.000,00
04.123.0010.1.021	Integração do Banco de Dados Alfanumérico / Cartográfico e Banco de Dados Tributário	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.128	Gestão de Processos	5.000,00			5.000,00

04.123.0010.1.139	Modernização Tributária	300.000,00			300.000,00
04.123.0010.1.457	Monitorar, acompanhar junto a Sefaz/MT a divisão do índice de participação do FPM/ICMS	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.458	Fomentar receita própria	195.000,00			195.000,00
04.123.0010.1.459	Implantar sistema de lançamento de débitos vencidos.	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.460	Implantação do sistema de Cobrança e inscrição de dívida ativa automatizada.	10.000,00			10.000,00
04.123.0010.1.461	Implantação sistema online de resposta ao cidadão	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.462	Reestruturar a Secretaria de Receita	40.000,00			40.000,00
04.123.0010.1.463	Implantar programa de modernização tributária	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.464	Implantar 1 Grupo de Trabalho para Desenvolver a Politica Municipal de Incentivos Fiscais.	5.000,00			5.000,00
04.123.0010.1.465	Reavaliar a planta Genérica de Valor Venal dos Imóveis.	15.000,00			15.000,00
04.123.0010.1.466	Normatilização dos Procedimentos fiscais do municipio	15.000,00			15.000,00
04.123.0010.1.467	Incentivar os servidores de carreira	2.000,00			2.000,00
04.123.0010.2.226	Modernização da Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte-CAC		70.000,00		70.000,00
04.123.0010.2.227	Manutenção e Atualização dos dados cadastrais		5.000,00		5.000,00
Órgão: 28.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	1.480.000,00	0,00	1.480.000,00
Unidade: 28.01 Gabinete do Secretário		0,00	1.480.000,00	0,00	1.480.000,00
04	Administração		1.480.000,00		1.480.000,00
04.124	Controle Interno		1.480.000,00		1.480.000,00
04.124.0002	Apoio Administrativo		1.480.000,00		1.480.000,00
04.124.0002.2.149	Manutenção das Atividades do Órgão		1.339.000,00		1.339.000,00
04.124.0002.2.170	Implementação do Sistema de Controle Interno na Administração Municipal		22.000,00		22.000,00
04.124.0002.2.175	Execução de Atividades de Auditoria nos Órgãos da Administração Direta e Indireta		119.000,00		119.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 30.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		13.971.000,00	2.388.000,00	0,00	16.359.000,00
Unidade: 30.01 Gabinete do Secretario		1.000,00	2.388.000,00	0,00	2.389.000,00
04	Administração	1.000,00	2.388.000,00		2.389.000,00
04.122	Administração Geral	1.000,00	2.388.000,00		2.389.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo	1.000,00	2.388.000,00		2.389.000,00
04.122.0002.1.441	Revisão Geral do Plano Diretor	1.000,00			1.000,00
04.122.0002.2.174	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano		2.388.000,00		2.388.000,00
Unidade: 30.04 Sup. Politica Hab.(Fundo Mun Hab Interesse Social)		13.280.000,00	0,00	0,00	13.280.000,00
16	Habitação	13.280.000,00			13.280.000,00
16.482	Habitação Urbana	13.280.000,00			13.280.000,00
16.482.0025	Habitação Popular	13.280.000,00			13.280.000,00
16.482.0025.1.079	Construção de Moradias Populares	115.000,00			115.000,00
16.482.0025.1.309	Regularização Fundiária do Bairro São Mateus	12.500.000,00			12.500.000,00
16.482.0025.1.439	Contrução Habitacional Popular de Interesse Social.	50.000,00			50.000,00
16.482.0025.1.440	Regularização Fundiária Urbana do Municipio de VG.	615.000,00			615.000,00
Unidade: 30.05 Superintendência de Desenvolvimento Urbano		690.000,00	0,00	0,00	690.000,00
15	Urbanismo	690.000,00			690.000,00
15.452	Serviços Urbanos	690.000,00			690.000,00
15.452.0022	Infra Estrutura Urbana	690.000,00			690.000,00
15.452.0022.1.442	Plano de Mobilidade Urbana	33.000,00			33.000,00
15.452.0022.1.443	Estudo do Sistema Viário	30.000,00			30.000,00
15.452.0022.1.444	Rever Abairramento e Arruamento	17.000,00			17.000,00
15.452.0022.1.445	Revisão do Código de Postura	13.000,00			13.000,00
15.452.0022.1.446	Elaborar Manual de Calçadas Públicas	17.000,00			17.000,00
15.452.0022.1.447	Revitalização da Área Central de Várzea Grande	50.000,00			50.000,00
15.452.0022.1.448	Elaborar diagnóstico da situação documental (títulos definitivos) dos terrenos públicos municipais d	505.000,00			505.000,00
15.452.0022.1.449	Elaborar Projeto de Lei de Condomínio Horizontal e Vertical	25.000,00			25.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		472.227.232,48	297.300.643,54	0,00	799.521.571,00
Órgão: 31.00 GABINETE DO VICE PREFEITO		0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
Unidade: 31.01 GABINETE DO SECRETARIO		0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
04	Administração		600.000,00		600.000,00
04.122	Administração Geral		600.000,00		600.000,00
04.122.0002	Apoio Administrativo		600.000,00		600.000,00
04.122.0002.2.196	Manutenção das Atividades Do Gabinete do Vice Prefeito		600.000,00		600.000,00
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE		800.000,00	16.189.000,00	0,00	24.349.283,00
Órgão: 19.00 INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE		800.000,00	16.189.000,00	0,00	24.349.283,00
Unidade: 19.01 Inst. Prev. Social dos Serv. Mun. de Varzea Grande		800.000,00	16.189.000,00	0,00	24.349.283,00
09	Previdência Social	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
09.272.0037	Assistência Previdenciária	800.000,00	16.189.000,00		16.989.000,00
09.272.0037.1.306	Contribuição PASEP do Rendimento.	100.000,00			100.000,00
09.272.0037.1.427	Contrução de uma nova sede da PREVIVAG	700.000,00			700.000,00
09.272.0037.2.074	Manutenção e Encargos das Atividades da PREVIVAG		2.039.000,00		2.039.000,00
09.272.0037.2.075	Manutenção e Encargos com Pensionistas e Inativos		14.150.000,00		14.150.000,00
99	Reserva de Contingência				7.360.283,00
99.997	Reserva do RPPS				7.360.283,00
99.997.0099	Reserva de Contingência				7.360.283,00
99.997.0099.9.777	Reserva Orçamentária do RPPS				7.360.283,00
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
Órgão: 18.00 DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
Unidade: 18.01 DAE - Departamento de Agua e Esgoto		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
17	Saneamento	411.000,00	24.304.313,00		24.715.313,00
17.122	Administração Geral	131.000,00	228.000,00		359.000,00
17.122.0040	Saneamento Básico	131.000,00	228.000,00		359.000,00
17.122.0040.1.416	Melhoria Operacional do DAE	20.000,00			20.000,00
17.122.0040.1.417	Estabelecer Metas para universalização.	30.000,00			30.000,00
17.122.0040.1.418	Construção do prédio do DAE	21.000,00			21.000,00
17.122.0040.1.419	Aquisição de terreno para construção da sede do DAE-VG	50.000,00			50.000,00
17.122.0040.1.420	Desenvolver sistema informatizado de arrecadação	10.000,00			10.000,00
17.122.0040.2.072	Contribuição do PASEP		228.000,00		228.000,00
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	Total

				Especiais	
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
Órgão: 18.00 DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
Unidade: 18.01 DAE - Departamento de Agua e Esgoto		411.000,00	24.304.313,00	0,00	24.715.313,00
17	Saneamento	411.000,00	24.304.313,00		24.715.313,00
17.123	Administração Financeira		10.605,33		10.605,33
17.123.0040	Saneamento Básico		10.605,33		10.605,33
17.123.0040.2.073	Amortização e Encargos da Dívida Contratada do DAE/VG		10.605,33		10.605,33
17.511	Saneamento Básico Rural	90.000,00			90.000,00
17.511.0040	Saneamento Básico	90.000,00			90.000,00
17.511.0040.1.261	Ampliar o Sistema de Abastecimento de Água na Zona Rural de Várzea Grande.	30.000,00			30.000,00
17.511.0040.1.265	Ampliação do Sistema Esgotamento Sanitário Rural	10.000,00			10.000,00
17.511.0040.1.421	Perfurar Poços Artesianos na Área Rural	30.000,00			30.000,00
17.511.0040.1.425	Requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos (captação)	20.000,00			20.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	190.000,00	24.065.707,67		24.255.707,67
17.512.0040	Saneamento Básico	190.000,00	24.065.707,67		24.255.707,67
17.512.0040.1.260	Ampliação do Sistema Abastecimento Urbano de Água de Várzea Grande	30.000,00			30.000,00
17.512.0040.1.266	Ampliação do Sistema Esgotamento Sanitário Urbano	30.000,00			30.000,00
17.512.0040.1.422	Automatização do Sistema de Vazão das ETA's	30.000,00			30.000,00
17.512.0040.1.423	Reestruturação e ampliação do Laboratório de águas residuais	30.000,00			30.000,00
17.512.0040.1.424	Aprofundamento e manutenção de Poços tubulares	50.000,00			50.000,00
17.512.0040.1.426	Requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos (efluentes)	20.000,00			20.000,00
17.512.0040.2.069	Manutenção geral e Encargos das Atividades do DAE/VG		18.249.707,67		18.249.707,67
17.512.0040.2.070	Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água de Várzea Grande		2.810.000,00		2.810.000,00
17.512.0040.2.071	Manutenção do Sistema Saneamento Geral		2.621.000,00		2.621.000,00
17.512.0040.2.163	Manutenção do Sistema Esgotamento Sanitário Urbano de VG		305.000,00		305.000,00
17.512.0040.2.218	Manutenção das Estações de Tratamento de Água (ETA's)		50.000,00		50.000,00
17.512.0040.2.219	Manutenção das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's)		30.000,00		30.000,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
Unidade: 01.01 Câmara Municipal		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
01	Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031	Ação Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031.0001	Gestão Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031.0001.1.001	Informatização da Câmara	322.907,00			322.907,00
01.031.0001.1.003	Construção, Ampliação e Reforma da Câmara	200.000,00			200.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
Unidade: 01.01 Câmara Municipal		542.907,00	13.278.693,00	0,00	13.821.600,00
01	Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031	Ação Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031.0001	Gestão Legislativa	542.907,00	13.278.693,00		13.821.600,00
01.031.0001.1.283	Gestão de Pessoas	20.000,00			20.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção e Encargos da Câmara Municipal		13.238.693,00		13.238.693,00
01.031.0001.2.096	Treinamento e Qualificação de Servidores		15.000,00		15.000,00
01.031.0001.2.164	Manutenção do Sistema de Legislação Municipal		25.000,00		25.000,00
				Total geral:	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:BA5A0899

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	3.923.510,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	0,00	4.144.500,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	1.750.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	4.900.000,00	0,00	0,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.771.355,77
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00

ASSUNTOS ESTRATÉGICOS						
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	4.348.505,00	4.180.000,00	0,00	0,00
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	100.000,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	7.760.000,00	0,00	0,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	1.480.000,00	0,00	0,00
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	2.389.000,00	0,00	0,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00
Total:	0,00	100.000,00	8.493.005,00	50.482.510,00	0,00	5.771.355,77

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.241.364,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	133.904.647,20	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	13.434.921,36	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	13.434.921,36	0,00	133.904.647,20	160.000,00	119.241.364,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	155.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.787.400,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	0,00	0,00	397.863.764,10	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	0,00	0,00	15.953.263,59	0,00	0,00	0,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	690.000,00	13.280.000,00	0,00	0,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	590.000,00	155.500,00	414.507.027,69	13.280.000,00	0,00	2.787.400,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	0,00	105.600,00	0,00	307.000,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	0,00	0,00	0,00	1.524.050,00	274.000,00	0,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	105.600,00	0,00	1.831.050,00	274.000,00	0,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	6.220.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	0,00	0,00	2.438.000,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	25.445.189,98	0,00	0,00
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	6.220.000,00	200.000,00	2.438.000,00	25.445.189,98	0,00	100.000,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	3.923.510,00

03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL	4.300.000,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	20.000.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	1.750.000,00
07.00 - SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	3.200.000,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	119.241.364,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	133.904.647,20
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E URBANIMO	397.863.764,10
11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.434.921,36
12.00 - SECRETARIA MUN. SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	22.373.263,59
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.900.000,00
14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	3.028.000,00
15.00 - SECRETARIA DA GUARDA MUNICIPAL	5.771.355,77
16.00 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	1.958.050,00
21.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1.700.000,00
23.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	33.973.694,98
24.00 - RESERVA DE CONTIGENCIA	100.000,00
25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.900.000,00
27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	7.760.000,00
28.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	1.480.000,00
30.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	16.359.000,00
31.00 - GABINETE DO VICE PREFEITO	600.000,00
Total:	799.521.571,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	0,00	0,00	16.989.000,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	16.989.000,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Reserva de Contingência
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.360.283,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.360.283,00

Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	TOTAL
19.00 - INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE	24.349.283,00
Total:	24.349.283,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	24.715.313,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	24.715.313,00	0,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Reserva de Contingência
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE

Funções Órgão	TOTAL
18.00 - DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	24.715.313,00
Total:	24.715.313,00

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	13.821.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	13.821.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
Funções Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	
Funções Órgão	TOTAL
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL	13.821.600,00
Total:	13.821.600,00
Total geral:	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:08A24611

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Quadro Demonstrativo do Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Despesa	Funcional	Dotação	Valor
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		
Órgão:	03.00 - PROCURADORIA MUNICIPAL		
Unidade:	03.10 - Fundo da Procuradoria		
	Proj./Ativ.:	2.190 - Manter as Atividades do Fundo da Procuradoria	
15	03.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	3.000,00
15	03.122.2	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.500,00
15	03.122.2	3.3.91.47.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Tributárias E Contributivas	2.000,00
			10.500,00
Unidade:	03.11 - Fundo do Procon		
	Proj./Ativ.:	2.206 - Manutenção das Atividades do Fundo do PROCON	
17	14.422.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	5.000,00
17	14.422.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	8.000,00
			13.000,00
Órgão:	09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	09.02 - Fundo Municipal de Saúde		
	Proj./Ativ.:	1.050 - Modernização Administrativa e Gerencial da Gestão Municipal de Saúde	
272	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	5.000,00
272	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
272	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	9.000,00
			20.000,00
	Proj./Ativ.:	1.051 - Ampliação da cobertura populacional estimada pela Estratégia Saúde da Família (ESF).	
279	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
279	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	84.133,00
279	10.301.03	4.4.90.51.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.02.00 - Obras E Instalações	9.871.064,00
279	10.301.03	4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obras E Instalações	20.000,00
			10.005.197,00
	Proj./Ativ.:	1.052 - Ampliação e Manutenção de Equipe de Saúde Bucal (ESB) na Equipe Saúde da Família	
282	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	100.000,00
282	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
282	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	3.000,00
282	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
282	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
282	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	37.000,00
282	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			240.000,00
	Proj./Ativ.:	1.053 - Implantação da Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.	
283	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	20.000,00
283	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
283	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	50.000,00
			100.000,00
	Proj./Ativ.:	1.054 - Aquisição e Manutenção de Veículos e Ambulâncias	
281	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00
			200.000,00
	Proj./Ativ.:	1.059 - Ampliação das ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.	

297	10.305.21	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Diárias - Civil	5.000,00
297	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	10.000,00
297	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	5.000,00
297	10.305.21	3.3.90.35.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Serviços De Consultoria	5.000,00
297	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
297	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
297	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
297	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
297	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	10.000,00
297	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			130.000,00
	Proj./Ativ.:	1.060 - Implantar a Política Nacional de Medicamentos.	
321	10.303.20	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	45.000,00
321	10.303.20	3.3.90.32.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	680.500,00
321	10.303.20	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	700.000,00
321	10.303.20	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
321	10.303.20	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
321	10.303.20	4.4.90.51.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obras E Instalações	20.000,00
321	10.303.20	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	40.000,00
			1.665.500,00
	Proj./Ativ.:	1.131 - Implantação do Nucleo de Segurança e Medicina do Trabalho do PSHMVG	
318	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Material De Consumo	102.629,46
318	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
318	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	130.000,00
318	10.302.11	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
			352.629,46
	Proj./Ativ.:	1.134 - Gestão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (PGRSS).	
317	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Material De Consumo	80.000,00
317	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
317	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
317	10.302.11	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Equipamentos E Material Permanente	80.000,00
			330.000,00
	Proj./Ativ.:	1.264 - Expansão e Melhoria do Atendimento dos Usuários do Pronto Socorro Municipal	
316	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Material De Consumo	820.000,00
316	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
316	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	60.000,00
316	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	180.000,00
316	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000,00
			1.098.000,00
	Proj./Ativ.:	1.279 - Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.	
284	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	40.000,00
284	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
284	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			100.000,00
	Proj./Ativ.:	1.294 - Implantação de Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.	
285	10.301.03	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	120.000,00
285	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	60.000,00
285	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
285	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
			250.000,00
	Proj./Ativ.:	1.295 - Implantação da Política Nacional de Humanização no SUS (HumanizaSUS) na rede municipal de saúde.	
286	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
286	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
286	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	60.000,00
			100.000,00
	Proj./Ativ.:	1.296 - Implantação de equipe de saúde rural.	
287	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	90.000,00
287	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	40.000,00
287	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
			200.000,00
	Proj./Ativ.:	1.297 - Implantação da atenção à saúde da mulher em todo o seu ciclo de vida.	
288	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	80.000,00
288	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
288	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
288	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
			145.000,00
	Proj./Ativ.:	1.299 - Manutenção dos serviços de assistência ao paciente com Hanseníase.	
307	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	40.000,00
307	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	15.000,00
307	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
307	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
307	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
307	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	50.000,00
			155.000,00
	Proj./Ativ.:	1.300 - Implantação de corpo jurídico da Vigilância Sanitária (VISA).	
298	10.304.21	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Diárias - Civil	5.000,00
298	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	35.000,00
298	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	15.000,00
298	10.304.21	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	5.000,00
298	10.304.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
298	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
298	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
			110.000,00
	Proj./Ativ.:	1.301 - Ampliação do Programa de Vigilância Nutricional e Alimentar	
299	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	35.000,00
299	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	2.000,00
299	10.304.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
299	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	35.000,00
299	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	7.000,00

			89.000,00
	Proj./Ativ.:	1.307 - Construção, implantação e manutenção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 hs. para atendimento	
305	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	80.000,00
305	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
305	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	15.000,00
305	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
305	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
305	10.301.04	4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obras E Instalações	20.000,00
305	10.301.04	4.4.90.51.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.02.00 - Obras E Instalações	7.034.670,81
305	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	1.014.924,41
305	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			8.404.595,22
	Proj./Ativ.:	1.319 - Ampliação das ações do Centro Integrado da Mulher (CIM).	
306	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	25.000,00
306	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	50.000,00
306	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
306	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
306	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
306	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
306	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
306	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			365.000,00
	Proj./Ativ.:	1.450 - Implementação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) da SMS	
273	10.122.15	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	394.406,11
273	10.122.15	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	150.000,00
273	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	5.000,00
273	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
273	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
			589.406,11
	Proj./Ativ.:	1.451 - Readequação das Unidades de Saúde da Família e Centros de Saúde existentes.	
280	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
280	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	140.000,00
280	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	50.000,00
			220.000,00
	Proj./Ativ.:	2.033 - Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).	
274	10.122.15	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	410.000,00
274	10.122.15	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.500.000,00
274	10.122.15	3.1.90.94.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00
274	10.122.15	3.1.91.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	4.501.617,12
274	10.122.15	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	9.000,00
274	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	50.000,00
274	10.122.15	3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	10.000,00
274	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
274	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
			30.542.617,12
	Proj./Ativ.:	2.034 - Formação e Qualificação dos trabalhadores do SUS	
277	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
277	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
277	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
			60.000,00
	Proj./Ativ.:	2.035 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e Ouvidoria do SUS	
278	10.122.15	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	6.500,00
278	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
278	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	30.000,00
278	10.122.15	3.3.90.32.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.000,00
278	10.122.15	3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	10.000,00
278	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	26.000,00
278	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
278	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
278	10.122.15	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	4.000,00
			189.500,00
	Proj./Ativ.:	2.040 - Implementação da Vigilância Sanitária de produtos e serviços.	
300	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	150.000,00
300	10.304.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
300	10.304.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
300	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	13.000,00
300	10.304.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	7.000,00
300	10.304.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	200.000,00
300	10.304.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
			430.000,00
	Proj./Ativ.:	2.041 - Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental e Controle Vetorial e Implementação do Centro de Contro	
301	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	490.000,00
301	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	20.000,00
301	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
301	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	350.000,00
301	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
301	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	375.000,00
			1.270.000,00
	Proj./Ativ.:	2.063 - Manutenção e Encargos das Atividades do Hospital e Pronto Socorro Municipal.	
275	10.122.15	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	3.000,00
275	10.122.15	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	60.000,00
275	10.122.15	3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	5.000,00
275	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	40.000,00
275	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
275	10.122.15	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
			158.000,00
	Proj./Ativ.:	2.066 - Capacitação de Recursos Humanos	
320	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Material De Consumo	20.000,00
320	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00

320	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
			50.000,00
	Proj./Ativ.:	2.095 - Efetivação e implementação das ações e serviços de assistência às doenças transmissíveis, na atenção	
290	10.301.03	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	6.500,00
290	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	130.000,00
290	10.301.03	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	10.000,00
290	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	110.000,00
			256.500,00
	Proj./Ativ.:	2.097 - Implementação e Fortalecimento das ações e serviços de média e alta complexidade.	
308	10.301.04	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	2.910.000,00
308	10.301.04	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	3.820.000,00
308	10.301.04	3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.130.000,00
308	10.301.04	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.400.000,00
308	10.301.04	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	1.840.000,00
308	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	200.000,00
308	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	25.000,00
308	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	40.000,00
308	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
308	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000.000,00
308	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
			15.495.000,00
	Proj./Ativ.:	2.098 - Consolidação das ações de promoção, prevenção, assistência e tratamento das pessoas com DST/HIV/AIDS	
309	10.301.04	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Diárias - Civil	15.000,00
309	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	50.000,00
309	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	15.000,00
309	10.301.04	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.000,00
309	10.301.04	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	20.000,00
309	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
309	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	7.000,00
309	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	25.000,00
309	10.301.04	4.4.90.51.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Obras E Instalações	600.000,00
309	10.301.04	4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obras E Instalações	20.000,00
309	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	80.000,00
309	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	15.000,00
			877.000,00
	Proj./Ativ.:	2.099 - Efetivação e implementação dos serviços nas unidades básicas de saúde	
292	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	50.000,00
292	10.301.03	3.3.90.35.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Serviços De Consultoria	80.000,00
			130.000,00
	Proj./Ativ.:	2.100 - Consolidação das Ações de Reabilitação Ortopédica e Motora desenvolvidas pelo CRIDAC Várzea Grande	
313	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	35.000,00
313	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	100.000,00
313	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
313	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
313	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	28.000,00
313	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
313	10.301.04	4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obras E Instalações	20.000,00
313	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	135.000,00
			413.000,00
	Proj./Ativ.:	2.102 - Manutenção das Policlinicas para Desenvolverem Ações de Média Complexidade.	
312	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
312	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	130.000,00
312	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	40.000,00
312	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	8.000,00
312	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
312	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
312	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
312	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
			388.000,00
	Proj./Ativ.:	2.103 - Manutenção do Centro de Especialidades Médicas.	
310	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	100.000,00
310	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	25.000,00
310	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
310	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
310	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
310	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
			295.000,00
	Proj./Ativ.:	2.104 - Implementação das Ações de Saúde Materno e Infantil	
289	10.301.03	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	150.000,00
289	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	70.000,00
289	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
289	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	80.000,00
289	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
			430.000,00
	Proj./Ativ.:	2.105 - Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): CAPS TM; CAPS ad e CAPS i.	
311	10.301.04	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	87.000,00
311	10.301.04	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	850.000,00
311	10.301.04	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	360.000,00
311	10.301.04	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	195.000,00
311	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	20.000,00
311	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	70.000,00
311	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
311	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
311	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
311	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00
311	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	100.000,00
311	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	25.000,00
			1.827.000,00
	Proj./Ativ.:	2.144 - Manutenção do Atendimento dos Usuários do Pronto Socorro Municipal	

319	10.302.11	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	5.000.000,00
319	10.302.11	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	7.200.000,00
319	10.302.11	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.200.000,00
319	10.302.11	3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.800.000,00
319	10.302.11	3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.105.000,00
319	10.302.11	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Obrigações Patronais	607.000,00
319	10.302.11	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Obrigações Patronais	852.000,00
319	10.302.11	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	470.382,88
319	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	45.000,00
319	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	745.000,00
319	10.302.11	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Material De Consumo	3.000.000,00
319	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	73.000,00
319	10.302.11	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	2.100.000,00
319	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	75.000,00
319	10.302.11	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.02.06.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.300.000,00
			35.572.382,88
	Proj./Ativ.:	2.145 - Manutenção da Gestão Administrativa e Financeira do Hospital e Pronto Socorro Municipal	
276	10.122.15	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	25.000,00
276	10.122.15	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
			55.000,00
	Proj./Ativ.:	2.168 - Implementação das Ações de Atenção Básica	
291	10.301.03	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	2.060.000,00
291	10.301.03	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	800.000,00
291	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	150.000,00
291	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	40.000,00
291	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
291	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
291	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
			3.230.000,00
	Proj./Ativ.:	2.173 - Implementação da equipe do consultório na rua	
293	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	72.000,00
293	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
			172.000,00
	Proj./Ativ.:	2.179 - Manuntenção das Atividades do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.	
303	10.305.21	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	2.500.000,00
303	10.305.21	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	430.000,00
303	10.305.21	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	770.000,00
303	10.305.21	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	525.000,00
303	10.305.21	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	310.000,00
303	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	140.000,00
303	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	440.000,00
			5.115.000,00
	Proj./Ativ.:	2.191 - Manutenção das ESF, NASF, ESB, PACS, e PASCAR.	
294	10.301.03	3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.500.000,00
294	10.301.03	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Obrigações Patronais	1.530.000,00
294	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	70.000,00
294	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	35.000,00
294	10.301.03	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	300.000,00
294	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	70.000,00
294	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
294	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	322.815,06
294	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
			7.877.815,06
	Proj./Ativ.:	2.193 - Manutenção das atividades de Atenção Primária nas Policlinicas	
295	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	40.000,00
295	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	60.000,00
295	10.301.03	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
295	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
295	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
295	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	80.000,00
295	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	10.000,00
			360.000,00
	Proj./Ativ.:	2.221 - Fortalecimento das ações de promoção, prevenção e detecção precoce do cancer do colo do útero	
296	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Material De Consumo	50.000,00
296	10.301.03	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	30.000,00
296	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
296	10.301.03	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
296	10.301.03	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0201.000000.02.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	30.000,00
			210.000,00
	Proj./Ativ.:	2.222 - Estruturação da Vigilância Epidemiológica.	
302	10.305.21	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Diárias - Civil	15.000,00
302	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	15.000,00
302	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	160.000,00
302	10.305.21	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	10.000,00
302	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
302	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
302	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	90.000,00
302	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
302	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	200.000,00
302	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	15.000,00
			540.000,00
	Proj./Ativ.:	2.223 - Implementação da saúde do trabalhador.	
304	10.305.21	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Diárias - Civil	5.000,00
304	10.305.21	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	38.000,00
304	10.305.21	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	8.098,32
304	10.305.21	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	16.000,00
304	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	120.000,00
304	10.305.21	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
304	10.305.21	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	150.000,00

			347.098,32
	Proj./Ativ.:	2.224 - Fortalecimento das ações do Centro de Doenças Tropicais.	
314	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	40.000,00
314	10.301.04	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	100.000,00
314	10.301.04	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	50.000,00
314	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
314	10.301.04	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	15.000,00
314	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
314	10.301.04	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
314	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	25.000,00
314	10.301.04	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Equipamentos E Material Permanente	70.000,00
			430.000,00
	Proj./Ativ.:	2.225 - Provimento de medicamentos ao sistema e serviços de saúde.	
323	10.303.20	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	95.000,00
323	10.303.20	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	15.500,00
323	10.303.20	3.1.90.91.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Sentenças Judiciais	3.100,00
323	10.303.20	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	100.000,00
323	10.303.20	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	45.000,00
323	10.303.20	3.3.90.32.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	927.406,03
323	10.303.20	3.3.90.32.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	680.500,00
323	10.303.20	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
323	10.303.20	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
323	10.303.20	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	50.000,00
			1.956.506,03
	Proj./Ativ.:	2.228 - Manutenção das Unidades Farmácia Popular	
322	10.303.20	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	150.000,00
322	10.303.20	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Obrigações Patronais	19.500,00
322	10.303.20	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Material De Consumo	35.000,00
322	10.303.20	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	13.400,00
322	10.303.20	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0202.000000.02.01.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
			257.900,00
	Proj./Ativ.:	9.003 - Operacionalizar transferências às entidades que prestam atendimento à pessoa com dependência química	
315	10.301.04	3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Subvenções Sociais	100.000,00
			100.000,00
Órgão:	11.00 - SECRETARIA MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade:	11.02 - Fundo Muinicipal de Assistência Social		
	Proj./Ativ.:	1.085 - Erradicação do Trabalho Infantil	
256	08.244.41	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	100.000,00
256	08.244.41	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	23.000,00
256	08.244.41	3.3.50.43.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Subvenções Sociais	343.156,00
256	08.244.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	90.000,00
256	08.244.41	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
256	08.244.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	17.000,00
			583.156,00
	Proj./Ativ.:	1.087 - Centro de Referência Especializado da Assistência Socia - CREAS	
261	08.244.42	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	125.000,00
261	08.244.42	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	35.000,00
261	08.244.42	3.1.90.91.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	500,00
261	08.244.42	3.1.90.94.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00
261	08.244.42	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	11.600,00
261	08.244.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	6.500,00
261	08.244.42	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	7.300,00
261	08.244.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	26.000,00
261	08.244.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	58.000,00
261	08.244.42	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Equipamentos E Material Permanente	3.000,00
			274.900,00
	Proj./Ativ.:	1.278 - Apoio aos Conselhos Tutelares de Varzea Grande	
263	08.243.42	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	1.000,00
263	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	2.000,00
263	08.243.42	3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00
263	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.000,00
263	08.243.42	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	2.000,00
			10.000,00
	Proj./Ativ.:	1.303 - Implementação dos Serviços Intersetoriais e Projetos Especiais (FEAS)	
259	08.244.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	15.000,00
259	08.244.41	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
259	08.244.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	101.000,00
259	08.244.41	3.3.90.93.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições	1.000,00
259	08.244.41	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Equipamentos E Material Permanente	5.000,00
			128.000,00
	Proj./Ativ.:	1.304 - Implementação dos Serviços Socioassistenciais e Benefícios Eventuais(FUMIS)	
265	08.243.42	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	120.000,00
265	08.243.42	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	70.000,00
265	08.243.42	3.1.90.91.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	1.000,00
265	08.243.42	3.1.90.94.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00
265	08.243.42	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	5.000,00
265	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	25.000,00
265	08.243.42	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	5.000,00
265	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
265	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	8.453,00
265	08.243.42	3.3.90.91.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
265	08.243.42	3.3.90.92.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	2.000,00
265	08.243.42	3.3.90.93.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições	2.000,00
265	08.243.42	4.4.90.51.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obras E Instalações	30.000,00
			276.453,00
	Proj./Ativ.:	1.313 - Projovem Trabalhador	
257	08.243.41	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	888.000,00
257	08.243.41	3.1.90.11.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	249.000,00
257	08.243.41	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	324.999,00

257	08.243.41	3.1.90.16.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	45.000,00
257	08.243.41	3.1.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
257	08.243.41	3.1.90.92.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	2.000,00
257	08.243.41	3.1.90.94.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00
257	08.243.41	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	55.000,00
257	08.243.41	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	3.000,00
257	08.243.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	20.000,00
257	08.243.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	120.000,00
257	08.243.41	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	5.000,00
257	08.243.41	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	50.000,00
257	08.243.41	3.3.90.35.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Serviços De Consultoria	4.000,00
257	08.243.41	3.3.90.35.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Serviços De Consultoria	35.001,00
257	08.243.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	49.000,00
257	08.243.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
257	08.243.41	3.3.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	10.000,00
257	08.243.41	3.3.90.92.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	10.000,00
257	08.243.41	3.3.90.93.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições	10.000,00
257	08.243.41	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	5.000,00
			1.899.000,00
	Proj./Ativ.:	1.398 - Implantação do Fundo Municipal de Assistência Social	
252	08.122.2	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	3.000,00
252	08.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	4.000,00
252	08.122.2	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	5.000,00
252	08.122.2	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
252	08.122.2	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
252	08.122.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	10.000,00
			58.000,00
	Proj./Ativ.:	1.399 - Implantar 02 Conselhos Tutelares	
251	08.122.2	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	10.000,00
251	08.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
251	08.122.2	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	20.000,00
251	08.122.2	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
251	08.122.2	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
251	08.122.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	50.000,00
			200.000,00
	Proj./Ativ.:	1.400 - Implantação do Serviço de Convivência Familiar e Comunitária	
264	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	30.000,00
264	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	25.000,00
264	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	55.160,00
264	08.243.42	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Equipamentos E Material Permanente	20.000,00
			130.160,00
	Proj./Ativ.:	1.401 - Centro - Dia de Referência	
266	08.243.42	3.1.90.04.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	150.000,00
266	08.243.42	3.1.90.13.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	40.000,00
266	08.243.42	3.1.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
266	08.243.42	3.1.90.94.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00
266	08.243.42	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	10.000,00
266	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	93.000,00
266	08.243.42	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	30.000,00
266	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	52.000,00
266	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	102.580,00
266	08.243.42	3.3.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
266	08.243.42	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	3.000,00
			485.580,00
	Proj./Ativ.:	1.402 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS - POP (População de Rua)	
267	08.243.42	3.1.90.04.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	60.000,00
267	08.243.42	3.1.90.13.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	15.000,00
267	08.243.42	3.1.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
267	08.243.42	3.1.90.94.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00
267	08.243.42	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	5.000,00
267	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	15.000,00
267	08.243.42	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	10.000,00
267	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
267	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	35.000,00
267	08.243.42	3.3.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
267	08.243.42	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	15.000,00
			171.000,00
	Proj./Ativ.:	2.094 - Cadastro Único/Bolsa Família	
254	08.244.41	3.1.90.04.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	390.000,00
254	08.244.41	3.1.90.13.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	85.000,00
254	08.244.41	3.1.90.94.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	13.175,00
254	08.244.41	3.3.90.14.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	30.000,00
254	08.244.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	100.000,00
254	08.244.41	3.3.90.33.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	30.000,00
254	08.244.41	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
254	08.244.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
254	08.244.41	4.4.90.52.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Equipamentos E Material Permanente	160.000,00
			898.175,00
	Proj./Ativ.:	2.112 - CRAS - Centro de Referência Assistência Social	
255	08.244.41	3.1.90.04.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	253.000,00
255	08.244.41	3.1.90.13.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	53.000,00
255	08.244.41	3.1.90.91.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	2.000,00
255	08.244.41	3.1.90.94.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00
255	08.244.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	91.500,00
255	08.244.41	3.3.90.36.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	24.365,00
255	08.244.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.500,00
			456.365,00
	Proj./Ativ.:	2.113 - Manutenção e Operacionalização da Casa de Amparo	
270	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	20.000,00

270	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
270	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	17.760,00
			57.760,00
	Proj./Ativ.:	2.146 - Casa de Passagem	
269	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	30.000,00
269	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
269	08.243.42	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	25.390,00
			60.390,00
	Proj./Ativ.:	2.213 - Manter os 4 conselhos da área social de Várzea Grande.	
250	08.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	10.000,00
250	08.122.2	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
250	08.122.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	10.000,00
			30.000,00
	Proj./Ativ.:	2.214 - Manter o funcionamento da Secretaria Municipal conforme a NOB/SUAS.	
247	08.122.2	3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	500.000,00
247	08.122.2	3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.500.000,00
247	08.122.2	3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	125.047,48
247	08.122.2	3.1.90.94.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	5.000,00
247	08.122.2	3.1.91.13.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais	250.000,00
247	08.122.2	3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Diárias - Civil	15.000,00
247	08.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	169.952,88
247	08.122.2	3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	45.000,00
247	08.122.2	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
247	08.122.2	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	450.000,00
247	08.122.2	3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	1.000,00
247	08.122.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	15.000,00
			5.126.000,36
	Proj./Ativ.:	2.215 - Operacionalizar as atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	
253	08.122.2	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	5.000,00
253	08.122.2	3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
253	08.122.2	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00
253	08.122.2	4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente	5.000,00
			30.000,00
	Proj./Ativ.:	2.216 - Manutenção do Programa Projovem adolescente	
258	08.243.41	3.1.90.04.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Contratação P/ Tempo Determinado	55.000,00
258	08.243.41	3.1.90.13.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Obrigações Patronais	25.502,00
258	08.243.41	3.1.90.16.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.000,00
258	08.243.41	3.1.90.92.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	2.000,00
258	08.243.41	3.3.50.43.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Subvenções Sociais	20.000,00
258	08.243.41	3.3.90.14.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Diárias - Civil	6.000,00
258	08.243.41	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	5.000,00
258	08.243.41	3.3.90.33.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Passagens E Despesas Com Locomoção	6.000,00
258	08.243.41	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	3.000,00
258	08.243.41	3.3.90.39.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00
258	08.243.41	3.3.90.91.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Sentenças Judiciais	1.000,00
258	08.243.41	3.3.90.92.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Despesas De Exercícios Anteriores	1.000,00
258	08.243.41	3.3.90.93.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Indenizações E Restituições	1.000,00
258	08.243.41	4.4.90.52.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Equipamentos E Material Permanente	2.000,00
			136.502,00
	Proj./Ativ.:	2.217 - Serviço de Abrigamento de Adultos	
268	08.243.42	3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Material De Consumo	20.000,00
			20.000,00
Unidade:	11.03 - Fundo da Infancia e Adolescente		
	Proj./Ativ.:	2.153 - Manutenção de Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com direitos violados	
262	08.243.42	3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Subvenções Sociais	550.000,00
262	08.243.42	3.3.90.36.00.00.00.00.00.02.0301.000000.04.03.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	50.000,00
			600.000,00
Unidade:	11.04 - Fundo Municipal de Assistência ao Idoso		
	Proj./Ativ.:	2.151 - Abrigamento e Apoio aos Idosos	
260	08.241.42	3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Subvenções Sociais	650.000,00
143	06.181.35	3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Material De Consumo	2.000,00
143	06.181.35	3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0999.000000.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
			654.000,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0514F803

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	438.704.219,00	813.343.171,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	373.731.516,00	421.127.848,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	69.021.033,00	70.607.705,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos	0,00	0,00	0,00	58.071.002,00	58.347.568,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	19.688.002,00	24.190.565,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	8.445.730,00	8.995.662,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	0,00	0,00	0,00	8.445.730,00	8.995.662,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	6.445.000,00	9.477.149,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	6.445.000,00	9.477.149,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	0,00	0,00	0,00	4.797.272,00	5.717.754,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imp.s/Transm Int.Vivos d B.Imoveis e D.Reais s/im	0,00	0,00	0,00	4.797.272,00	5.717.754,00

4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	38.383.000,00	34.157.003,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	38.383.000,00	34.157.003,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	38.383.000,00	34.157.003,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas	0,00	0,00	0,00	10.840.031,00	12.260.137,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	0,00	0,00	0,00	4.414.000,00	6.481.665,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	160.000,00	644.315,00
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxas de Vistoria, Corte e Poda de Árvores	0,00	0,00	0,00	277.000,00	81.328,00
4.1.1.2.1.21.01.00.00.00	Taxas de Vistoria, Corte e Poda de Arvores	0,00	0,00	0,00	0,00	23.434,00
4.1.1.2.1.21.02.00.00.00	Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	57.894,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	0,00	0,00	0,00	3.297.000,00	5.167.513,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	0,00	0,00	0,00	73.000,00	72.077,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	0,00	475.000,00	338.101,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	0,00	0,00	0,00	132.000,00	178.331,00
4.1.1.2.1.99.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	132.000,00	178.331,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	0,00	0,00	0,00	6.426.031,00	5.778.472,00
4.1.1.2.2.02.00.00.00.00	Taxa de Habite-se	0,00	0,00	0,00	0,00	188.031,00
4.1.1.2.2.03.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
4.1.1.2.2.04.00.00.00.00	Taxa de Desmembramento de área	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.1.2.2.05.00.00.00.00	Taxa de Consulta Previa	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa Averbação de Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.07.00.00.00.00	Taxa de Certidão de Endereçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.08.00.00.00.00	Taxa de Req. Nº Imóvel	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.09.00.00.00.00	Taxa de Autorização Demolição	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.10.00.00.00.00	Taxa de Certidão Rural e Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.11.00.00.00.00	Taxa de Aprovação de Loteamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	0,00	0,00	0,00	2.621.000,00	2.373.016,00
4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Taxas de Serv. da Sec. de Obras	0,00	0,00	0,00	22.000,00	57.644,00
4.1.1.2.2.12.02.00.00.00	Taxas de Emolumentos	0,00	0,00	0,00	2.386.000,00	2.062.493,00
4.1.1.2.2.12.03.00.00.00	Taxas de Certidões Diversas	0,00	0,00	0,00	81.000,00	120.879,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.1.1.2.2.12.04.00.00.00	Taxas de Emolumenetos da Sec. de Des. Urbano	0,00	0,00	0,00	132.000,00	132.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	3.085.987,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	3.805.031,00	91.438,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Expediente	0,00	0,00	0,00	3.560.000,00	0,00
4.1.1.2.2.99.01.02.00.00	Taxas de Limpeza Pública	0,00	0,00	0,00	3.560.000,00	0,00
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	245.031,00	91.438,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00	Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	10.974.000,00	14.580.949,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	10.974.000,00	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	0,00	0,00	0,00	10.974.000,00	0,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio dp Ser de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	14.580.949,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	3.028.000,00	2.673.560,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	0,00	0,00	0,00	3.028.000,00	2.673.560,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	3.028.000,00	2.673.560,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	2.658.000,00	2.159.342,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	0,00	0,00	0,00	154.000,00	54.209,00
4.1.3.2.5.01.02.36.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	84.000,00	31.829,00
4.1.3.2.5.01.02.37.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	70.000,00	22.380,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo S	0,00	0,00	0,00	235.000,00	250.821,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	0,00	0,00	0,00	2.000,00	101,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – FNAS	0,00	0,00	0,00	167.000,00	31.065,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00	1.823.146,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	370.000,00	514.218,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. de Poupança	0,00	0,00	0,00	11.000,00	29.655,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	359.000,00	484.563,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	20.495.000,00	2.927,00
4.1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serv. de Saúde	0,00	0,00	0,00	20.373.000,00	0,00
4.1.6.0.0.05.01.00.00.00	Serv. Hospitalares	0,00	0,00	0,00	16.380.000,00	0,00
4.1.6.0.0.05.10.00.00.00	Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	3.993.000,00	0,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.927,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.927,00
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resíd Sólido	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	260.986.483,00	322.206.205,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	246.094.483,00	298.181.576,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	103.829.096,00	133.535.100,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	0,00	0,00	0,00	53.687.000,00	60.836.082,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	0,00	0,00	0,00	53.591.000,00	60.735.919,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	24.000,00	25.004,00
4.1.7.2.1.01.32.00.00.00	Cota-Parte Imp.s/Oper.Crédito, Câmbio e Seguro	0,00	0,00	0,00	72.000,00	75.159,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	909.000,00	845.509,00
4.1.7.2.1.22.01.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec. Nat	0,00	0,00	0,00	0,00	39.349,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	909.000,00	806.160,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	36.442.096,00	57.138.605,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	SUS PA FIXO -Piso Atend Bás Fixo-c/c 58.042-2	0,00	0,00	0,00	4.321.009,00	6.602.197,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	SUS PAB(ACS) - Agente Com. Saude - c/c 58.42	0,00	0,00	0,00	3.436.800,00	2.024.273,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	SUS PABV (SF) - Saúde da Fam. - c/c 58.042-2	0,00	0,00	0,00	2.712.000,00	1.040.077,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	SUS BAF - Prog. Assist. Farm. Básica - 40.811-5	0,00	0,00	0,00	1.296.303,00	1.309.153,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	SUS VEAS-Cam.Vacin Polio-c/c 14.181-X(TETO FINANC)	0,00	0,00	0,00	55.614,00	30.419,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	SUS VEAS-Camp.Vacin Idoso c/c 14.181-X(teto financ	0,00	0,00	0,00	3.872,00	4.046,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	SUS VEAS - Inc.Amb.Prog.HIV - c/c 21.901-0	0,00	0,00	0,00	202.313,00	809.252,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	SUS VISA-Ações Est Vig. Sanitária-c/c 43.141-9	0,00	0,00	0,00	91.504,00	374.918,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	SUS prog. Fra. Popular do Brasil - c/c 41.554-5	0,00	0,00	0,00	240.000,00	217.317,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SUS - Prog. Fin. Ações Alim. e Nutrição-FAN-46.23	0,00	0,00	0,00	172.840,00	181.522,00

4.1.7.2.1.33.19.00.00.00	SUS - Saúde Bucal - 58.042-2	0,00	0,00	0,00	550.800,00	575.586,00
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	SUS - Implem.De Politica de Prom. Da Saúde - 52.23	0,00	0,00	0,00	1.843.200,00	0,00
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	SUS - Piso Fixo Vigl. Prom. da Saúde - PF	0,00	0,00	0,00	3.723.918,00	3.963.003,00
4.1.7.2.1.33.23.00.00.00	SUS - PHPN Prog. de Humanização Parto e Nasciment	0,00	0,00	0,00	240.050,00	0,00
4.1.7.2.1.33.35.00.00.00	SUS-PBFV-PMAQ-Melhoria do Acs. Qua	0,00	0,00	0,00	1.372.000,00	306.000,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	SUS - Inc. Qualif. das Ações da Dengue	0,00	0,00	0,00	0,00	358.844,00
4.1.7.2.1.33.38.00.00.00	SUS - CAPS Infantil	0,00	0,00	0,00	385.560,00	0,00
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00	SUS - Upas	0,00	0,00	0,00	14.945.070,00	4.632.888,00
4.1.7.2.1.33.40.00.00.00	SUS - Consultório de Rua	0,00	0,00	0,00	216.000,00	225.720,00
4.1.7.2.1.33.41.00.00.00	SUS - Rede Cegonha	0,00	0,00	0,00	633.243,00	2.784.627,00
4.1.7.2.1.33.42.00.00.00	SUS-MAC- Média Alta Compl. Ambulat e Hosp.624004-1	0,00	0,00	0,00	0,00	13.699.446,00
4.1.7.2.1.33.45.00.00.00	SUS - Unidade de Saúde - UBS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.488.220,00
4.1.7.2.1.33.46.00.00.00	SUS -Teto Munic. Rede Urgência (RAU-HOSP) 624004-1	0,00	0,00	0,00	0,00	6.590.954,00
4.1.7.2.1.33.47.00.00.00	SUS - Teto Financeiro Psicossocial - 57.794-4	0,00	0,00	0,00	0,00	1.235.526,00
4.1.7.2.1.33.48.00.00.00	SUS - Ações Vog. Pr Saúde Hepatite/Virais 624000-9	0,00	0,00	0,00	0,00	512.617,00
4.1.7.2.1.33.49.00.00.00	SUS - Núcleos Hosp de Epidem.-NHE 624005-0	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
4.1.7.2.1.33.50.00.00.00	SUS - Prog. Nac.Reorien. Prof. Pro Saúde 624003-3	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	3.498.000,00	5.634.921,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. Rec. FANS/PBF - Piso Básico Fixo/40.334 CR	0,00	0,00	0,00	436.000,00	456.365,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PREF.VG FMAS/PFMC (Piso Fixo Média Compl.) CREAS	0,00	0,00	0,00	165.000,00	283.960,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PREF.VG FMAS/IGD Bolsa Família - 41509-X	0,00	0,00	0,00	239.000,00	898.175,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PREF.VG FMAS/PTMC (Piso Trans. Méd Complex) CREAS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	4.580,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	PREF.VG FMAS/PAC I (casa de amparo o de passagem)	0,00	0,00	0,00	99.000,00	130.390,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PREF.VG FMAS/PRO JOVEM - 47.837-7	0,00	0,00	0,00	373.000,00	136.502,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	PREF.VG FMAS/PFMC3 - 48.380-X CREAS	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	PREF.VG FMAS/PETI - PMVMC	0,00	0,00	0,00	610.000,00	583.156,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.1.7.2.1.34.24.00.00.00	FNAS/Piso Básico Variável-PBVII	0,00	0,00	0,00	193.000,00	175.860,00
4.1.7.2.1.34.26.00.00.00	FUMIS (Fundo Municipal de Investimento Social)	0,00	0,00	0,00	0,00	276.453,00
4.1.7.2.1.34.27.00.00.00	Conv. Pró Jovem Urbano	0,00	0,00	0,00	708.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.28.00.00.00	FNAS - Pró Jovem Trabalhador	0,00	0,00	0,00	590.000,00	1.852.000,00
4.1.7.2.1.34.29.00.00.00	PMVG/FMAS-IGD SUAS - 55.557-6	0,00	0,00	0,00	80.000,00	73.480,00
4.1.7.2.1.34.30.00.00.00	FEAS - 45.442-7	0,00	0,00	0,00	0,00	128.000,00
4.1.7.2.1.34.31.00.00.00	CENTRO DIA REFERÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00
4.1.7.2.1.34.32.00.00.00	CREAS - POP	0,00	0,00	0,00	0,00	156.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	6.627.000,00	8.407.939,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	3.408.000,00	4.367.447,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	2.464.000,00	3.291.375,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE Creche	0,00	0,00	0,00	168.000,00	367.265,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Direta do FNDE - Pnae Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	374.000,00	650.428,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - Pnae Fundamental	0,00	0,00	0,00	989.000,00	1.754.897,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE - Pnae EJA	0,00	0,00	0,00	48.000,00	35.992,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf.Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Mais Educa	0,00	0,00	0,00	878.000,00	436.763,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - Pnae Quilombo	0,00	0,00	0,00	7.000,00	8.000,00
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE-Penae E. Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	38.030,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	61.000,00	53.974,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	0,00	0,00	0,00	694.000,00	695.143,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf. Rec. FNDE - Projovem Urbano-48.424-5	0,00	0,00	0,00	685.000,00	685.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Trans. Rec. FNDE-Brasil Alfabetizado	0,00	0,00	0,00	9.000,00	10.143,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	466.000,00	672.044,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Out.Transf. União AFM - Apoio Finan aos Munic. 51	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	86.429.387,00	95.423.797,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	0,00	0,00	0,00	84.143.000,00	89.895.685,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	64.533.000,00	72.050.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS	0,00	0,00	0,00	64.533.000,00	72.050.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	17.889.000,00	16.994.265,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	0,00	0,00	0,00	653.000,00	640.656,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	980.000,00	146.683,00
4.1.7.2.2.01.14.00.00.00	Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	64.081,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Particip na Rec. dos Estados-FEP	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	0,00	2.018.387,00	5.215.686,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Tranf. de Rec. Estado - SUS-FAE-107.743-0	0,00	0,00	0,00	0,00	3.103.998,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Rec.Estado p/Prog.Saúde - PSF Estadual	0,00	0,00	0,00	1.392.000,00	1.454.640,00
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Transf de Rec. Estado Saúde Bucal - 49.407-5	0,00	0,00	0,00	33.600,00	35.112,00
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Rec. Est. Prog. Farm. Básica 9.843-4	0,00	0,00	0,00	472.769,00	496.516,00
4.1.7.2.2.33.10.00.00.00	Transf. de Rec. Estado Insumos Diabetes - 49.155-1	0,00	0,00	0,00	120.018,00	125.420,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	0,00	0,00	268.000,00	312.426,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Programas de Educ. Manut. Escolar PNAT	0,00	0,00	0,00	60.000,00	312.426,00
4.1.7.2.2.99.01.01.00.00	Programas de Educ. Manut. Escolar PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	296.537,00
4.1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. Secret Est e Cultura de MT	0,00	0,00	0,00	0,00	15.889,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Rec. do Est. Dest. Progr. Asst. Social	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. Secret. Estado e Cultura de MT	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
4.1.7.2.2.99.04.00.00.00	Outras Transf. Estadual Sec. Est. Das Cidade	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	55.836.000,00	69.222.679,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	55.836.000,00	69.222.679,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	14.892.000,00	24.024.629,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	132.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	0,00	0,00	0,00	132.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.01.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União-Educação	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.02.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União/ BRASIL ALFABETI	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União - Agência	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	14.760.000,00	24.024.629,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf Convenio Estado p/ FUSVAG - 58.043-0	0,00	0,00	0,00	14.400.000,00	24.024.629,00

4.1.7.6.2.01.03.00.00.00	Transf. Conv.Estado-SUS-(Média Alta Comp)-52.236-8	0,00	0,00	0,00	0,00	24.024.629,00
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	303.000,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. de Convênio	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	9.227.000,00	11.056.502,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00	3.617.722,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	0,00	400.000,00	395.692,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	0,00	55.000,00	46.399,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	0,00	8.000,00	5.166,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	274.000,00	278.518,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	63.000,00	65.609,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	63.000,00	65.609,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	0,00	0,00	0,00	750.000,00	835.240,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	0,00	0,00	0,00	440.000,00	479.497,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	4.000,00	8.685,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	304.000,00	347.058,00
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.070,00
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Dív. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.070,00
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.070,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	11.000,00	12.265,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	11.000,00	12.265,00
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	12.265,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	295.000,00	1.120.455,00
4.1.9.1.9.10.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	299.091,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	55.000,00	643.618,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	240.000,00	177.537,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	0,00	0,00	0,00	0,00	209,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	951.000,00	255.183,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	Indenizações	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	0,00	0,00	0,00	804.000,00	255.183,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	0,00	804.000,00	255.183,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Restituições e Devoluções Diversas	0,00	0,00	0,00	804.000,00	255.183,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	6.807.000,00	7.169.558,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	0,00	0,00	0,00	6.807.000,00	7.169.558,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	4.346.294,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00	30.000,00	59.577,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	1.775.000,00	2.763.687,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00	624.000,00	681.466,00
4.1.9.3.1.99.03.00.00.00	Receita da Div. Ativa Taxa de Limpeza Publica	0,00	0,00	0,00	996.000,00	1.378.209,00
4.1.9.3.1.99.04.00.00.00	Rec. Div.Ativa Taxa de Func. Est/Com/Ind/Prest Ser	0,00	0,00	0,00	155.000,00	704.012,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	13.000,00	14.039,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.493,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.493,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.546,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.546,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	93.388.936,00	423.514.368,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veívulos	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	93.338.936,00	423.514.368,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	16.905.735,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	0,00	0,00	0,00	0,00	16.905.735,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	16.905.735,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	93.338.936,00	406.608.633,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	93.336.936,00	406.608.633,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	93.336.936,00	406.608.633,00
4.2.4.7.1.99.05.00.00.00	Outras Transf. Conv. União - Infra Estrt.Urbana	0,00	0,00	0,00	9.343.000,00	0,00
4.2.4.7.1.99.07.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Sinfra	0,00	0,00	0,00	67.030.000,00	380.258.633,00
4.2.4.7.1.99.08.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC - 2 Desenv. Urbano	0,00	0,00	0,00	6.300.000,00	12.350.000,00
4.2.4.7.1.99.09.00.00.00	Outras Transf. de Conv. PAC 2 - Educação	0,00	0,00	0,00	10.663.936,00	14.000.000,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Trsnf Conv Est-Campo Fut Pirineo-47.782-6	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-28.416.233,00	-31.299.045,00
4.9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-985.033,00	-1.075.467,00
4.9.1.1.0.00.00.00.00.00	Deduções da Receita Tributária.	0,00	0,00	0,00	-934.002,00	-959.412,00
4.9.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	-134.002,00	-159.412,00
4.9.1.1.2.01.00.00.00.00	Deduç do Imposto s/ Propr Territ Rural	0,00	0,00	0,00	-124.730,00	0,00
4.9.1.1.2.01.01.00.00.00	Deduç do Imposto s/ Propr Territ Rural-Renúnc	0,00	0,00	0,00	-124.730,00	0,00
4.9.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduç do Imposto Predial e Territ Urbano-Descon	0,00	0,00	0,00	0,00	-159.412,00
4.9.1.1.2.08.00.00.00.00	Deduç do Impos Sob Transf Inter Vivos de Bens	0,00	0,00	0,00	-9.272,00	0,00
4.9.1.1.2.08.01.00.00.00	Deduç do ITBI - ITBI	0,00	0,00	0,00	-9.272,00	0,00
4.9.1.1.2.08.01.01.00.00	Deduç do ITBI - Renúncia	0,00	0,00	0,00	-9.272,00	0,00
4.9.1.1.3.00.00.00.00.00	Deduç do Imposto sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	-800.000,00	-800.000,00
4.9.1.1.3.05.00.00.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat	0,00	0,00	0,00	-800.000,00	-800.000,00
4.9.1.1.3.05.01.00.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat	0,00	0,00	0,00	-800.000,00	-800.000,00
4.9.1.1.3.05.01.01.00.00	Deduç do Imp sobre Serviç de Qualq Nat-Renúncia	0,00	0,00	0,00	-800.000,00	-800.000,00
4.9.1.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Taxas	0,00	0,00	0,00	-51.031,00	-116.055,00
4.9.1.2.2.00.00.00.00.00	Deduções de Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	-51.031,00	-116.055,00
4.9.1.2.2.01.00.00.00.00	Outras Taxas Prest. Serv. Renuncia	0,00	0,00	0,00	-51.031,00	0,00
4.9.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	-27.431.200,00	-30.223.578,00

4.9.7.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	-27.431.200,00	-30.223.578,00
4.9.7.2.1.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-10.816.200,00	-12.286.594,00
4.9.7.2.1.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita da União	0,00	0,00	0,00	-10.723.000,00	-12.152.185,00
4.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	-10.718.200,00	-12.147.184,00
4.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedu de Receit do FPM-FUNDEF/FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-10.718.200,00	-12.147.184,00
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	0,00	0,00	0,00	-4.800,00	-5.001,00
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-93.200,00	-134.409,00
4.9.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	0,00	0,00	0,00	-16.615.000,00	-17.936.984,00
4.9.7.2.2.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita do Estado	0,00	0,00	0,00	-16.615.000,00	-17.936.984,00
4.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	0,00	0,00	0,00	-12.906.600,00	-14.410.000,00
4.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	0,00	0,00	0,00	-12.906.600,00	-14.410.000,00
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	-3.577.800,00	-3.398.853,00
4.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded de Receita para Formaç do FUNDEF/FUNDEB - IPI	0,00	0,00	0,00	-130.600,00	-128.131,00
	Total por entidade: 0,00		0,00	0,00	438.704.219,00	813.343.171,00
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	24.349.283,00	24.349.283,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	14.943.583,00	14.943.583,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	6.324.400,00	6.324.400,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	6.324.400,00	6.324.400,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE						
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	0,00	0,00	0,00	6.324.400,00	6.324.400,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Serv. Ativo-DAE	0,00	0,00	0,00	6.279.400,00	6.279.400,00
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuições Servidor Ativo	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contribuições do Servidor Ativo da Câmara	0,00	0,00	0,00	130.000,00	130.000,00
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contribuição do Servidor Ativo da Prefeitura	0,00	0,00	0,00	5.900.000,00	5.900.000,00
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contribuições do Servidor Ativo do DAE	0,00	0,00	0,00	38.000,00	38.000,00
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contribuição do Servidor Ativo TRT	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contribuição do Servidor Ativo da ASSEMB	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.2.1.0.29.07.09.00.00	Contribuição do Servidor Afastado	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
4.1.2.1.0.29.07.10.00.00	Contribuições do Servidor Ativo Proc. Geral	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	4.542.000,00	4.542.000,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	Aluguéis	0,00	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguel	0,00	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
4.1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remun dos Inv. do Regime Próp Prev em Renda Fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	4.077.183,00	4.077.183,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	4.077.183,00	4.077.183,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	0,00	0,00	4.077.183,00	4.077.183,00
4.1.9.3.2.16.00.00.00.00	Receita de Dívida Ativa de Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	4.077.183,00	4.077.183,00
4.1.9.3.2.16.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contrib - Princ	0,00	0,00	0,00	4.077.183,00	4.077.183,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	9.405.700,00	9.405.700,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	9.405.700,00	9.405.700,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	9.405.700,00	9.405.700,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	0,00	0,00	0,00	9.405.700,00	9.405.700,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Cont. Pat. de Serv. Ativo-Prefeitura	0,00	0,00	0,00	9.405.700,00	9.405.700,00
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo Intra-Orçam - Pref	0,00	0,00	0,00	9.100.000,00	9.100.000,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Cont. Pat. de Serv. Ativo- Camara	0,00	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - DAE	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - TRT	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Assembleia	0,00	0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contribuição Part. Serv. Ativo Senado	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Cont. Pat. de Serv. Ativo- previvag	0,00	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00
4.7.2.1.0.29.01.10.00.00	Contribuições Patr. Serv. Ativo - Proc. Geral	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	24.349.283,00	24.349.283,00

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
	Total geral:	0,00	0,00	0,00	487.993.498,00	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:847F13EA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	276.694.758,03	340.462.694,11
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	160.363.263,38	227.101.688,36
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	151.912.738,51	211.375.502,94
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	16.474.424,66	52.878.193,00

3.1.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	936.528,48	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	118.451.073,21	139.317.118,58
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	10.740.658,58	16.931.176,36
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	3.674.553,58	1.687.950,00
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	496.500,00	161.105,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	196.500,00	111.435,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	932.500,00	288.525,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti	0,00	0,00	0,00	8.450.524,87	15.726.185,42
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	8.450.524,87	15.709.185,42
3.1.91.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	3.613.000,00	8.985.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	3.613.000,00	8.985.000,00
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	3.113.000,00	8.000.000,00
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	500.000,00	985.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	112.718.494,65	104.376.005,75
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	2.290.000,00	2.223.156,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	2.290.000,00	2.163.156,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	110.427.494,65	102.150.849,75
3.3.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias E Reformas Reserva Remun(Rpps)	0,00	0,00	0,00	241.489,43	0,00
3.3.90.03.00.00.00.00	Pensões (Rpps)	0,00	0,00	0,00	521.100,83	0,00
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	563.750,00	628.450,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	0,00	0,00	0,00	46.918.904,32	29.416.041,34
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	0,00	0,00	0,00	75.000,00	90.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	260.000,00	3.741.406,03
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0,00	0,00	0,00	576.000,00	781.398,32
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	0,00	0,00	0,00	1.475.000,00	1.846.501,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	3.545.079,38	4.641.265,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação De Mão-De-Obra	0,00	0,00	0,00	76.500,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	47.369.925,30	52.214.788,06
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	0,00	0,00	0,00	4.417.500,00	4.180.000,00

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	639.000,00	4.267.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	198.269,50	257.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	1.503.975,89	67.000,00
3.3.90.95.00.00.00.00	Indenização Pela Execução De Trabalho De Campo	0,00	0,00	0,00	2.040.000,00	0,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic Dire Decor De Operaç Entre Org,Fundos E Enti	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias E Contributivas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	161.909.460,97	458.958.876,89
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	148.409.460,97	442.500.686,91
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	148.409.460,97	442.500.686,91
4.4.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	0,00	0,00	0,00	5.124.000,00	27.509.064,90
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	200.000,00	980.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	0,00	0,00	0,00	93.593.911,02	274.637.085,64
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0,00	0,00	0,00	42.540.549,95	137.241.070,75
4.4.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	6.201.000,00	2.133.465,62
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	13.500.000,00	16.458.189,98
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta	0,00	0,00	0,00	13.500.000,00	16.458.189,98
4.6.90.77.00.00.00.00	Principal Corrigido Da Dívida Contratual Refinanci	0,00	0,00	0,00	13.500.000,00	16.458.189,98
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva De Contingencia	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva De Contingencia	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.99.99.00.00.00	Reserva De Contingencia	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	438.704.219,00	799.521.571,00
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	15.186.000,00	16.279.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	11.160.000,00	12.130.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	11.150.000,00	12.050.000,00
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias,Reformas e Reserva Remuner	0,00	0,00	0,00	7.100.000,00	7.600.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00	3.000.000,00
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	400.000,00	300.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	800.000,00	1.000.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	80.000,00	90.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	170.000,00	60.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti	0,00	0,00	0,00	10.000,00	80.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	10.000,00	80.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	36.000,00	44.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	36.000,00	44.000,00

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 2 - INSTITUTO SEG. SOC. SERV. MUN. DE VARZEA GRANDE						
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	18.000,00	22.000,00
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	18.000,00	22.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	3.990.000,00	4.105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	3.990.000,00	4.105.000,00
3.3.90.05.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciario	0,00	0,00	0,00	2.900.000,00	3.200.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	10.000,00	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	0,00	0,00	0,00	120.000,00	90.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	40.000,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	600.000,00	450.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	240.000,00	710.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	200.000,00	685.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	200.000,00	685.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	0,00	0,00	0,00	100.000,00	550.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0,00	0,00	0,00	100.000,00	135.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	40.000,00	25.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta	0,00	0,00	0,00	40.000,00	25.000,00
4.6.90.77.00.00.00.00	Principal Corrigido Da Dívida Contratual Refinanci	0,00	0,00	0,00	40.000,00	25.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RERSEVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	8.923.283,00	7.360.283,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	8.923.283,00	7.360.283,00
7.7.99.00.00.00.00.00	Reserva Do Rpps	0,00	0,00	0,00	8.923.283,00	7.360.283,00
7.7.99.99.00.00.00.00	Reserva Do Rpps	0,00	0,00	0,00	8.923.283,00	7.360.283,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	24.349.283,00	24.349.283,00
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	22.759.996,00	24.061.313,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	6.040.000,00	7.589.707,67
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	5.940.000,00	7.345.707,67
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	4.782.000,00	6.173.707,67
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	1.022.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	6.000,00	100.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	6.000,00	5.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	6.000,00	5.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti	0,00	0,00	0,00	100.000,00	244.000,00
Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 4 - DEPTO DE AGUA E ESGOTO DE VARZEA GRANDE						
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	100.000,00	244.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	70.000,00	7.605,33
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	70.000,00	7.605,33
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	20.000,00	3.605,33
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	0,00	50.000,00	4.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	16.649.996,00	16.464.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	16.649.996,00	16.464.000,00
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	30.000,00	14.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	0,00	0,00	0,00	4.900.000,00	2.405.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	230.000,00	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	11.078.996,00	13.376.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Pasep	0,00	0,00	0,00	249.000,00	228.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais Transitadas Em Julgado	0,00	0,00	0,00	6.000,00	5.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	150.000,00	400.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	6.000,00	5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	2.180.000,00	654.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	2.150.000,00	651.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	2.150.000,00	651.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00	301.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0,00	0,00	0,00	450.000,00	250.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição De Imóveis	0,00	0,00	0,00	50.000,00	100.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	30.000,00	3.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta	0,00	0,00	0,00	30.000,00	3.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	0,00	0,00	0,00	30.000,00	3.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	24.939.996,00	24.715.313,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	13.601.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.096.101,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	8.603.333,00
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	7.433.541,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.149.792,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic Direta Decor De Operaç Entre Órg,Fund E Enti	0,00	0,00	0,00	0,00	492.768,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	492.768,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	4.505.499,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	4.505.499,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE						
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.235.999,00
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
3.3.90.95.00.00.00.00	Indenização Pela Execução De Trabalho De Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	2.376.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	0,00	13.821.600,00
	Total geral:	0,00	0,00	0,00	487.993.498,00	862.407.767,00

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C4D6FD2D

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014
ANEXO I - DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO EFEITO SOBRE RECEITAS E DESPESAS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1.000,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			REGIONALIZAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	149.675,74	179.610,89	187.693,38	Sede do Município e Distritos
IPTU	ISENÇÃO	Empreendimentos imobiliários compostos de shopping center e hotéis no terreno matricula nº 48477 , conf. Lei municipal nº 3706/2011	9.736,16	-	-	
ITBI	ISENÇÃO		-	-	-	
ISSQN	ISENÇÃO		800.000,00	-	-	
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	45.098,10	54.117,72	56.553,02	
TAXA DE EMOLUMENTOS	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	15.779,34	18.935,20	19.787,28	
TAXA DE ALVARÁ DE CONSSTRUÇÃO, DE HABITE-SE E DE EMOLUMENTOS	ISENÇÃO	Empreendimentos imobiliários compostos de shopping center e hotéis no terreno matricula nº 48477 , conf. Lei municipal nº 3706/2011	55.177,72	-	-	
TOTAL			1.075.467,06	252.663,81	264.033,68	
FONTE: Secretaria Municipal da Receita						

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:D6BD0EDF

PREFEITURA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1.000,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	149.675,74	179.610,89	187.693,38	A renúncia foi considerada na estimativa de receita, e portanto, não afetará as metas de resultados Primário e Nominal do Anexo II. diretrizes orçamentárias, em conformidade com LRF, Art.14 , Caput e inciso I.
IPTU	ISENÇÃO	Empreendimentos imobiliários compostos de shopping center e hotéis no terreno matricula nº 48477 , conf. Lei municipal nº 3706/2011	9.736,16	-	-	
ITBI	ISENÇÃO		-	-	-	
ISSQN	ISENÇÃO		800.000,00	-	-	
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	45.098,10	54.117,72	56.553,02	
TAXA DE EMOLUMENTOS	ISENÇÃO	Munícipes de baixa renda conf. Lei municipal nº2134/1999	15.779,34	18.935,20	19.787,28	
TAXA DE ALVARÁ DE CONSSTRUÇÃO, DE HABITE-SE E DE EMOLUMENTOS	ISENÇÃO	Empreendimentos imobiliários compostos de shopping center e hotéis no terreno matricula nº 48477 , conf. Lei municipal nº 3706/2011	55.177,72	-	-	
TOTAL			1.075.467,06	252.663,81	264.033,68	
FONTE: Secretaria Municipal da Receita						

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8B7F2D20

